

Digitized by the Internet Archive
in 2024

F
2501
I59

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 237

OUTUBRO - DEZEMBRO

1957

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possin, sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
CLAUDIO GANNS
CEL. REF. EX. J. B. MAGALHÃES



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1958

*rote de pesa
pse José Guimarães
pg 260*

*relação de
sócios*

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

DIRETORIA EM 1957-1958

Presidente Perpétuo

EMBAIXADOR DR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

1.º Vice-Presidente

MINISTRO DR. AUGUSTO TAVARES DE LYRA

2.º Vice-Presidente

MINISTRO DR. ALFREDO VALLADÃO

3.º Vice-Presidente

DR. RODRIGO OCTAVIO DE LANGGAARD MENEZES FILHO

1.º Secretário

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

2.º Secretário

DR. MANUEL XAVIER DE VASCONCELLOS PEDROSA

Orador

DR. PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT

Tesoureiro

ALMIRANTE CARLOS DA SILVEIRA CARNEIRO

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 237

OUTUBRO - DEZEMBRO

1957

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possin. sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
CLAUDIO GANNS
CEL. REF. EX. J. B. MAGALHÃES



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
R.O DE JANEIRO — BRASIL — 1958

TRABALHOS ORIGINAIS

IMPRESSÕES DE VIAGEM

H. CANABARRO REICHARDT

I

Em julho de 1948, embarquei rumo à Haia. Ia àquela capital representar o Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, no Congresso que a *International Bar Association*, realizava na semana de 16 a 21 de agosto.

O trabalho para o qual me inscrevera, versava sobre o *Tratamento dos Prisioneiros de Guerra*, do *symposium: The progressive development of international law*.

A lembrança ainda viva dos horrores sofridos pelos prisioneiros de guerra, nos países totalitários, influíra preponderantemente na escolha do assunto.

Desprezando as convenções internacionais, firmadas em Genebra, por todas as nações civilizadas, em 27 de julho de 1927, instituíram-se os famigerados campos de concentração onde, o mínimo que o prisioneiro perdia, se conseguisse manter-se vivo, eram os atributos da dignidade humana.

Sem embargo da natureza apolítica do Congresso, não podia deixar de referir-me, de vez que tocava no assunto, à *Carta do Tribunal Internacional*, aprovada pelas quatro nações vencedoras, em agosto de 1945, para julgar novas figuras de crimes, até aquela data inexistentes na legislação ou em tratados:

- a) crimes contra o país;
- b) crimes de guerra;
- c) crimes contra a humanidade (genocídio).

Por aquela *Carta* é que foram julgados criminosos de guerra naquelas memoráveis sessões da mais alta Corte Criminal que já existiu no mundo, qual foi o Tribunal de Nueremburgo.

Se erros houve, foi por exigir-se demais à fraqueza humana, incapaz de resistir a tão altas pressões...

* * *

Salvador foi a primeira escala.

Ao amanhecer, o velho forte S. Marcelo, à entrada do pôrto, alteava-se à frente do navio. O baluarte inofensivo, fôra despojado de sua armadura bélica.

A cidade, em dois planos, com sua cinta verde de mata, abria-se num claro sorriso matinal.

A estreita fimbria de praia, com seus tradicionais sobrados e trapiches das antigas gravuras, recuou, escondeu-se atrás dos aterros do novo cais, onde se localiza ativo comércio em grosso.

A parte alta vence-se por ingremes ladeiras e, não há muitos decênios, por amplos e confortáveis elevadores, através dos quais se descortina amplo panorama do pôrto.

A rua Chile é a principal artéria do movimentado centro urbano: comércio de luxo, repartições públicas, hotéis, paço municipal.

Não muito longe, vêem-se ainda velhas casas, ingremes ruas mal calçadas, sobreviventes de um passado que se vai apagando.

O progresso entra como ponta de lança, abatendo o colonialismo que ainda resiste, patenteando um subdesenvolvimento que se torna cada vez mais nítido.

O que de grandioso e admirável herdou o Brasil dos tempos coloniais, e a que a metrópole não opunha obstáculos, com exceção dos jesuítas, foram os conventos e os templos, conquanto sòmente permitidos aos católicos.

Ao jesuita, ao franciscano, e ao beneditino, devemos um imenso acervo cultural e artístico.

A cidade do Salvador conserva preciosidades de arte religiosa, que atestam a perfeição e o alto engenho dos que as inspiraram e executaram.

S. Francisco remonta aos princípios do século XVIII. O estilo barrôco, é maravilhosamente trabalhado em talha dourada e jacarandá. O conjunto arquitetônico, é imponente, sóbrio no seu aspecto exterior. Interiormente, expande-se em profusa riqueza e pesada ornamentação.

O barrôco surgiu no Brasil, quando o cristianismo já havia atingido o cimo das suas criações, com a arquitetura gótica e renascentista chegados ao esgotamento.

Procurou-se, então, aquêl movimento que se julgava faltar às colunas, pilastras, entablamentos e molduras das clássicas ruínas romanas.

Largamente introduzido no Brasil, observa Paulo Santos, na arquitetura religiosa, conquistou entusiásticos admiradores aos que o viram aplicado às nossas igrejas.

Difere a de S. Francisco do barrôco-jesuítico. Naquele, a riqueza interior contrasta com a simplicidade externa, enquanto que nesta, abusando dos efeitos teatrais, entreabre-se aos olhos terrenos a pompa dos esplendores celestiais. O teto muito alto, infunde a sensação de amplidão e a profusa ornamentação impossibilita a sua descrição.

Admira-se ainda em S. Francisco o infinito labor e a exímia execução que só a fé exaltada podia realizar.

Bonfim é o santuário das romarias e das festas de arraial, tão gratos ao gosto popular. Fotografias, ex-votos aos milhares, documentam os milagres da fé. Ricos e pobres, moços e velhos ali se confundem na mesma crença.

A Igreja matriz é importante e sóbria. Um velho convento ostenta uma placa comemorativa da rendição holandesa em 1625.

O bairro residencial é elegante, discreto, luxuoso. Uma avenida a beira-mar, leva a ponta extrema em que se situa um farol. Outros bairros estendem-se para além, beirando praias, buscando as brisas oceânicas.

Madrugada alta, o navio levanta ferros. As luzes do pôrto lentamente se afastam. Na meia claridade desfilam silhuetas de edifícios e tórres de igrejas.

Ritmo cadenciado das máquinas.

Certa manhã, porém, aparecem aqui e acolá rochedos desnudos. Navega-se já pelo arquipélago das Canárias. A costa africana está próxima. Dentro em pouco, um monte planta-se na rota do navio. À medida que se aproxima desdobra-se em altura e tamanho. A aridez do cume contrasta com as culturas a meia encosta. É a Grã-Canária, uma das ilhas do arquipélago.

Antes da era cristã constituíam o limite da navegação marítima, assim como na costa africana, quase à mesma altura, o cabo Bojador, 15° Long. N. 22° Lat., representa um marco no ciclo da navegação portuguesa, pela primeira vez dobrado em 1434, por Gil Eannes.

Habitações surgem agora espaçadas. Divisa-se além ao fundo de uma enseada grupamento maior no meio do qual destacam-se as tórres enegrecidas de um templo. É a catedral de Arucas com sua imponente fachada, mistura dos estilos góticos, ogival e flamengante.

A cidade é pouco maior que a avenida que beira o mar que tem o nome familiar de «Copacabana».

Ruas asfaltadas, grandes lojas, surpreendem pelo aspecto moderno e movimentado.

Do alto da tórre, à noite, miriades de luzes, pontilham o mapa da cidade.

Pedaço destacado do continente africano, Las Palmas, é em tudo, européia ou mais propriamente, espanhola, na população, na arquitetura, na religião, na moeda, no govêrno.

Não obstante a aridez do solo, cultiva-se a vinha, com que se fabricam ótimos licores e vinhos.

As palmeiras nativas deram o nome à ilha, os grandes cães (Canis) originários dessas ilhas ao arquipélago o qual, por sua vez, a deu aos pássaros que aí se criam.

Alguns dias mais, avista-se o cabo Finisterra, ponto mais ocidental do velho continente que surge numa ponta de vegetação.

* * *

A passagem pelo Canal da Mancha faz-se com mar calmo e boa visibilidade. As costas altas da Inglaterra, são apenas visíveis através da névoa esbranquiçada.

Do lado oposto, cidades da costa francesa e belga surgem confusamente. Reconhece-se Ostende nas cúpulas douradas de um cassino.

Navega-se entre carcassas de navios submersos; alguns ainda parecem flutuar.

Patenteiam-se, desoladamente, os efeitos da guerra (1939-45).

Desde os fjords da Noruega aos desertos africanos; desde o Atlântico e mares ocidentais, aos remotos arquipélagos do Pacífico, por toda a parte levou ela a destruição e a morte.

A Europa sofreu horrores. Desceu à barbarie incrível. Consumiu séculos de labor, destruiu gerações de jovens. Para que?

Para conquistar a «Ilha Mundial» que a geopolítica de Mackinder descobriu no coração da Eurásia, como trampolim para o domínio do mundo?

Essa chamada «Ilha Mundial», é como a miragem. Quem, quanto mais dela se aproxima, menos a tem em seu poder, porque, tudo se esbarronda num abrir e fechar de olhos.

Para conquistar a paz? Nunca nas relações entre povos pairou tanta instabilidade. O mais leve arrastar de cadeiras, numa chancelaria, põem logo tôdas em sobressalto.

Nunca o armamentismo pesou tanto nas finanças dos países nem seu poder destrutivo mais devastador.

Por ocasião da chamada «primeira grande guerra» (1914-18), Francisco Notti, em seu livro *La decadenza dell Europa e Oswald Splengler no Ocaso do Ocidente*, profetizaram-lhe ambas irremediável declínio.

Não levavam em conta, porém, o vigor racial europeu. Não fôra êle, o seu persistente passado guerreiro tê-lo-ia já destruído.

Se sofre um declínio momentâneo, ei-lo, de novo, no trabalho, reconstruindo, reparando, operando o milagre do renascimento perene.

* * *

A cidade holandesa de Flessinge marca a entrada do Escalda, por onde se demanda o pôrto belga de Antuérpia (Anvers).

A rápida reparação das destruições da guerra, ali particularmente intensa pela proximidade da costa inglêsa e a ameaça de invasão alemã, patenteia-se nos telhados novos em sua totalidade.

Na momentânea parada do navio, acosta-se um rebocador e o prático galga rápido uma escada de corda...

Prossegue a viagem rio acima. De um e outro lado, avistam-se as planícies verdejantes da Holanda.

Paredões de pedra e terra — *polders* margeiam o rio, atestando a persistência do homem na luta à invasão ameaçadora das águas. Telhados despontam, por cima das margens, entre culturas e pacíficos rebanhos.

A planície é escampa, sem árvores, abaixo do nível fluvial. Comportas a intervalos, regularizam o regime de águas dos canais. Formam uma rede navegável, dentro de cujas malhas cresce a riqueza agrícola e pastoril.

A pequenos intervalos surgem povoações mais densas.

Durante cinco horas sobe-se o sinuoso rio, ora mais largo, ora mais estreito, em curvas caprichosas, guinando à direita e à esquerda, fugindo aos baixios e às carcassas de navios submersos.

Barcaças a propulsão, compridas, pesadas de carga, à flor da água, cruzam constantemente. Vem de longe, pelos rios e canais, através do admirável sistema fluvial que une interiormente todo o continente europeu. Carream milhões de toneladas aos portos, levando a pequena família do Mestre a bordo em minúsculo mas confortável compartimento à popa.

Sente-se pulsar, à proximidade do grande pôrto, a intensa atividade que o domina. Nem por isso desdenha o seu aspecto pitoresco. Balneários, e «*terraces*» salpicadas de guarda-sóis coloridos, regorgitam na tarde primaveril de domingo.

Já se divisa, ao fundo, o pôrto, o maior da Bélgica, o qual, por sua situação profundamente interiorizada, assume capital importância para a vasta região, que se estende até o centro da França.

A torre gótica da catedral, esguia apontada para o céu azul domina a cidade.

O pôrto desdobra-se pelo estuário do rio. Filas intermináveis de navios, tranquilamente acostados, esvaziam ou enchem o bojudo ventre.

Descanso dominical. No dia seguinte, cedo, robustos estivadores, bem vestidos, nutridos, chegam em suas bicicletas. Dentro em pouco tratores, guindastes, vagões carregados, movimentam-se ao longo do cais num ritmo de trabalho intenso.

Antuérpia é o grande entreposto comercial que, através do Eucalda se comunica com o vasto sistema fluvial no noroeste da França, Oise, Soma, Sena.

Larga avenida, iluminada, cheia de animação; corta o centro urbano. Grandes casas comerciais ostentam montras, irradiantes de luz.

Confeitarias, «terraces», restaurantes, regorgitam de homens e mulheres. Conversam animadamente, comendo e bebendo esquecidos, por momentos, dos rigores de uma ocupação militar ainda recente.

Uma praça lembra o nome da rainha Astrid, morta na flor da idade em acidente de automóvel.

A Catedral em estilo gótico flamejante, ergue sua torre esguia, visível de cada ângulo de rua. Jóia da arquitetura renascentista ficou incômodamente encravada no meio de um casario banal que se lhe colou aos flancos.

* * *

Partida de trem, pela manhã, via Rotterdam. Tento recuperar os dias perdidos com atrasos de viagem.

Rosendal, estação fronteira com a Holanda. Tempo interminável para proceder-se às usuais revistas. Tudo é esquadrinhado com minúcia e método. Multidão aguarda, resignada, a vez de embarcar. Ao abrir-se a cancela, precipita-se em avalanche, disputando lugares. Lembro tristemente a nossa Central.

As vias férreas holandesas, eletrificadas, contrastam com as belgas e franceses. As obsoletas locomotivas a vapor, foram eliminadas.

* * *

Planície holandesa. Pastagens verdejantes. O gado gordo, pelo reluzente, malhado de branco e preto, ruma, contribuindo pacificamente para a riqueza do país.

Largos e volumosos rios cortam a estepe verde. Comunicações fáceis. Linhas retas, sem obstáculos, afora rios há muito tornados auxiliares do homem, facilitam o tráfego relativamente pequeno.

Rotterdam, é o grande pôrto do Mar do Norte. Situa-se à embocadura do Reno. As volumosas e barrentas águas, em seu longo percurso, desde Basiléia, através da Alemanha, carreiam às areias do maciço alpino e auxiliam poderosamente o comércio de numerosas e importantes cidades.

A edificação em tijolo vermelho e os frontais em ponta, constituem a típica arquitetura holandesa do passado.

No centro urbano, grande área vazia, lembra a arrasadora invasão alemã em 1940. Planeja-se a sua reedificação, com novos dispositivos.

Haia dista apenas meia hora. Trem rápido de alumínio, classe única.

Atravessam-se campos multicores de tulipas. Fantasia de agricultor? Negócio que rende milhões. Tal o dos queijos, tradicional indústria do país. As feiras dêsses dois produtos animam cidades e suas bôlsas de negócios movimentam consideráveis capitais.

A paixão da ordem, começa com o camponês, no cultivo das flôres de que resultam desenhos coloridos, que parecem telas de pintura.

Haia não impressiona a primeira vista. Sem plano simétrico, ruas e quarterões traçam-se irregularmente. Tem, contudo, originalidade, harmonia e, sobretudo, tranquilidade. Imaginamo-nos às vezes, longe do borborinho de uma capital, apesar de estar-se em seu centro.

Antigo condado de Guilherme II da Holanda, cresceu em tórno do magnífico castelo, construído por seu nobre e poderoso senhor, em 1247. A edificação primitiva é conhecida por «Binnenhof», magnificente, majestosa, sede do govêrno dessa modelar nação.

Erguido à margem de um lago, suas águas tranquilas refletem os torreões e mansardas estilo renascença, de mistura com ameias de velho castelo medieval.

Arbustos e heras enquadram as janelas, dando-lhe ares pacíficos de «Cottage» inglês.

Conservam-se no coração da cidade, velhos edifícios a que os habitantes emprestam particular respeito e constituem atração e curiosidade para os visitantes.

Scheveningen, a poucos quilômetros de Haia, a bem dizer, seu prolongamento, é a cidade do prazer, onde o pacato e puritano holandês paga o tributo ao lazer e à diversão. Balneários, «dan-

cings», e outros divertimentos, animam-se até a madrugada, enquanto Haia dorme na paz da consciência.

Antiga povoação de pescadores, a atual cidade, conserva não muito distante velhos e mal cheirosos ancoradouros pesqueiros, especializados na pesca e conserva do harenque, importante indústria nacional.

Scheveningen e Haia, estão tão próximas, que, um hotel, a meio caminho, intitula-se «Hotel des Deux Villes», participando de dupla cidadania.

O movimento de bicicletas, é extraordinário. Roda-se com prazer a perícia exímia. Bandos enormes, pela manhã, veem às ocupações, e à tarde, voltam a casa, em bairros distantes. Casais de braço dado, namoram, pedalando.

Diante das casas, no centro urbano, nas fendas do passeio ficam infileiradas, sem outra guarda que a da honestidade e educação do povo.

Mulheres moças e idosas, trabalham rudemente, com energia que espanta.

A mulher na Europa, forte e ativa, representa alto valor econômico. Iguala-se ao do homem no duro trabalho quotidiano.

Não obstante a apregoada pobreza, não se observa desnutrição ou miséria de que tanto se falou depois da guerra. Um nível de vida se uniformiza e cresce rapidamente, por toda a parte, com a socialização das indústrias e a diminuição das fortunas.

As restrições alimentares, conseqüentes à guerra, ainda se faziam sentir em 1948, particularmente por brasileiros, habituados ao desperdício e à intemperança.

O dinheiro proporciona cada vez menos satisfação às necessidades.

O Palácio da Paz, onde funcionou o II Congresso Internacional de Juristas, fica entre Haia e Scheveningen.

Deve-se sua construção, à generosidade do multi-milionário americano Andrew Carnegie.

Singular homem êsse, depois de ter sido monopolizador feroz, que esmagava com deshumana energia toda a concorrência, tornou-se idealista da paz e um dos maiores filântropos de seu tempo.

Sonhando com a paz universal, doou à humanidade um suntuoso palácio, para nela funcionar, como de fato funciona, desde 28 de agosto de 1913, a Corte Permanente de Arbitragem.

Todos os países aplaudiram a generosa dádiva. Como se a paz fôsse uma realidade, cada qual contribuiu com o seu quinhão marcando época tão surpreendente realização.

A Suíça doou o relógio da terra; a Holanda, os vidros de Delft para as janelas, a França as pinturas e as tapeçarias, a Ingla-

terra os vitrais, a Rússia o monumental vaso de mármore o lápis Lázuri, o Japão, a maravilhosa tapeçaria mural de sêda; o Brasil, o mobiliário de pau-rosa, a China os vasos, a Pérsia os tapetes, a Espanha um serviço de prata.

A Alemanha nada contribuiu, talvez, pensando na guerra que explodiria no ano seguinte.

A inauguração do palácio, que se julgou marcar o início de nova era em que a paz e a prosperidade fôsem perenes no mundo, realizou-se, precisamente, um ano antes da primeira grande guerra.

O Tribunal, não obstante, continua a funcionar, embora as disputas entre nações ainda se resolvam à maneira antiga, isto é, pelas armas.

* * *

Amsterdam fica a pouco mais de uma hora de Haia, vai-se por estrada plana, asfaltada, com longas retas e cruzamentos em nível elevado.

A zona é de cultura de cereais e a terra aproveitada ao máximo. Não obstante, não denota cansaço, apesar de vários séculos de produção intensiva.

Os tradicionais moinhos de vento que se identificaram com a paisagem holandesa, raream. A força motriz elétrica, menos caprichosa que a do vento, substitue-os no trabalho agrícola.

Nascida sobre o Zuidersee, a cidade vai conquistando lentamente o mar, por meio de formidável trabalho de engenharia hidráulica.

A cidade nova que surgiu dos aterrados, é dotada de ruas largas e blocos de apartamentos de tijolos vermelhos. Não lhes faltam os costumeiros vasos floridos, por detrás das vidraças.

Não há janela que se preze, que não tenha seu vasinho de flôres, objeto de desvelado carinho da mulher holandesa.

A originalidade de Amsterdam, está nos canais que a cortam em vários sentidos, largos e navegáveis.

Lanchas a motor, assentos estofados, cobertas envidraçadas, fazem o serviço de ônibus.

Passa-se a cada momento por baixo inúmeras pontes nos cruzamentos de largas avenidas e velhas ruas. A noite, iluminam-se êsses pequenos tuneis, enquanto que de dia o tráfego as vêzes se embaraça nos meandros e cotovelos dos canais. Em certos trechos, da cidade, conservam-se aspectos que remontam a 300 anos, com as velhas casas da época, tal como a em que viveu, entre 1632 e 1677, o célebre filósofo Spinoza, ainda de pé, entre outras da mesma idade.

Museus, como o nacional, são o repositório de pinacotecas notáveis, onde sobressaem quadros dos grandes mestres flamengos.

A «Ronda Noturna» de Rembrant, considerada sua obra-prima, ocupa toda uma sala, onde os visitantes — e são sempre muitos — podem analisá-lo longamente.

É uma tela imensa e os personagens aparecem em tamanho natural.

A perfeição do pormenor, característica da escola flamenga, chegara à expressão máxima. Olhar, fisionomias, cor de pele, naturalidade de gosto, efeitos de luz, brilho das couraças; o setim branco e os bordados da gola e punhos, parecem tão reais que, dir-se-ia animar-se o quadro.

O museu municipal, instalado em outro edifício, exhibe obras de arte moderna.

Picasso abre o cortejo à farândula exótica de telas do mais estravagante gosto artístico.

Como o clássico e o moderno dificilmente se harmonizam, destinou-se um museu para cada um.

«Mauritshaus», em Haia, antigo palácio do príncipe Maurício de Nassau é um museu que encerra interessantes aspectos da sua vida.

Talvez o mais esclarecido e menos bem compreendido príncipe de seu tempo a julgar-se por suas idéias do governo, postas em ação, na curta permanência em terras do Brasil.

Pouca coisa recorda essa fase, talvez a mais interessante para nós, de sua vida. Nenhum quadro de Post, lembra paisagens brasileiras, isso porque, os originais, por motivos pecuniários, foram vendidos à Luiz XIV, que os fez copiar nos monumentais «gobelins», que ornaram as salas do museu de Louvre.

O próprio retrato do príncipe, muito difundido em compêndios de história do Brasil, fôra retirado, na ocasião, para figurar numa exposição em Leyde. Há nesse museu, um quadro de Rembrant: «A lição de anatomia», que mereceu particular atenção, pela admiração com que a ela se referiu, certa vez, Rui Barbosa.

Em Haia, as lojas, à noite, não cerram as montras. Tudo fica exposto, como durante o dia.

O sentido da ordem, da meticulosidade, calma fleumática e o raciocínio frio, fazem do holandês o povo ideal para um bom governo.

II

A entrada em território francês, via Bruxelas, habitua-nos pouco a pouco, à transição do meio físico, diverso das terras baixas dos campos holandeses.

Trigais, bosques, gados, usinas, pequenas aldeias, cidades sucedem-se sem interrupção. Um labor calmo de paz paira no ar.

A chegada à Paris, põe-se logo em contato com mil dificuldades: inflação, falta de transporte, preços exorbitantes, taxis velhíssimos.

As restrições alimentares ainda se faziam sentir fortemente. Os preços das utilidades a subir dia a dia.

Vive-se na expectativa de novos encarecimentos, supressão inopinada de serviços essenciais: coleta de lixo, paralisação do «metro», de restaurantes e hotéis; falta de viveres, carvão, energia elétrica e até da entrega de correspondência.

Tudo tornou-se precário, nesse belo e bem dotado país. Ameaça constante de «greves». A luta entre ideologias extremistas, prepararam o espírito para as piores surpresas.

Uma expressão de cansaço, de morma indiferença, se estampa nas fisionomias. Os salários altos mal dão para o sustento dos que vivem do trabalho ou das parcas rendas. Não se confia mais na moeda; gasta-se rapidamente tudo o que se ganha.

A avidez por moedas estáveis, zomba dos rigores fiscais. O câmbio negro prolifera subreptício, desafiando os esforços do governo, impotente para deter a maré montante do papel moeda, cujo valor se afunda cada vez mais.

Recriminam-se homens e partidos. Exigem-se milagres. Sucedem-se explicações parlamentares dilatórias, inúteis, incapazes de alterar o rumo das coisas. O parlamento põe-se a cata de responsáveis. Os chefes de gabinete, pedem a cada passo, votos de confiança. Caem governos; afrouxa-se, a coesão nacional. Os partidos agrupam-se na ânsia de sobreviver ante a ameaça de subversão nacional. Adeptos de Moscou, de um lado, entusiastas de Gaule, de outro, fazem a nau do Estado navegar entre Scila e Caribdes.

Paris, porém, resiste a tôdas essas vicissitudes. Não perde os seus encantos. É o perene atrativo dos visitantes.

Ruas, hotéis, restaurantes, museus, teatros, enchameiam de forasteiros. Os «boulevards» são uma babel de línguas. A inglesa porém a tôdas avassala, e o dólar guindou-se às alturas de moeda padrão.

«Auto-cars» cruzam a cidade em todos os sentidos. Grupos de «turistas» tudo invadem, em tropel numa algaravia esfuziante de vozes.

Estimou-se em dois milhões o número de forasteiros em França em 1948 deixando a respeitável soma de 200 milhões de dólares.

A Wagon-Lits-Cook proporciona excursões a tôdas as horas desde as do «Paris matin», «Paris-après-midi» e sobretudo as do «Paris-soir».

Fugindo ao ambiente urbano, há programas para Versalhes, Bretanha, Castelos do Loire, Praias de Trouville, santuário de Lisieux.

Paris vive de sua beleza e de suas atrações, colhe os milhões que os forasteiros vão deixando na esteira da sua passagem.

Admira-se o gênio urbanístico de Haussman, ao traçar-lhe as largas avenidas. Convergem para a «Place de l'Etoile», em cujo centro se levanta o imponente Arco do Triunfo.

As previsões do edil famoso, feitos há mais de um século apesar do enorme movimento que por ali se escoia ainda não foram ultrapassadas.

Uma coisa chama a atenção; a grandiosidade e a persistência com que se glorifica nos maiores monumentos da milenária «urbs», o gênio de Napoleão.

O Arco do Triunfo, em sua face, pela avenida dos Campos Elíseos, apresenta-nos o guerreiro, revestido da túnica de imperador romano, suspensa sobre a cabeça, pelas mãos da Vitória, a coroa de louros.

Os altos relevos e inscrição que recobrem as faces interiores e exteriores, da enorme mole esculpida em pedra, copiam o arco de Trajano, da Roma antiga. Rememoram batalhas famosas do curso genial, em sua curta e fulgurante carreira.

O da praça do «Carrousel», no jardim das Tulherias, reveste-se de legendas e quadros das epopéias de Eilau, Austerlitz, Iena, Friedland, Eckmühl, Wagram. Não lhes bastaram, porém, tantas vitórias para que a França pudesse obter a desejada paz. A Inglaterra velava por trás desses inimigos.

O da praça «Vendôme», imensa coluna de bronze, em altos relevos, fundida dos canhões tomados aos inimigos, e que foram em grande número, é uma réplica da existente na «Piazza Colonna», que também inscreve os feitos dos imperadores romanos.

O mausoléu dos «Inválidos», antigo asilo, é outro monumento erigido em memória ao herói que encarnou a alma belicosa da França.

Sob a imponente cúpula doirada, que sobrepára o centro de Paris, jazem os restos mortais do guerreiro-estadista.

Sobre o sarcófago do pórfiro egípcio, recobrindo as sete urnas mortuárias, pousam o bicórnio e a espada.

A cripta é uma galeria circular, onde se esculpem em legendas simbólicas seus feitos como estadista; no comércio, nas indústrias, nas artes, nas letras, na marinha, nas leis, dos quais, o código civil, considerado o mais perfeito monumento jurídico de seu tempo; o célebre «Code de Napoléon».

O povo francês perpetua-lhe, sob todas as formas, a memória. O museu napoleônico, em que se transformou «Malmaison», derrá-

deira morada de Josefina, e de onde, pela última vez, o vencido de Waterloo tomara a carruagem que o levaria à prisão de S. Helena.

Priva-se ali, por momentos, de sua intimidade: o seu leito, a sua biblioteca, a sua secretária, muda confidente de seus planos grandiosos: os seus sonhos de federação européia, em cuja panóplia se esculpe dominadora a águia napoleônica.

Vêm-se ali, também, as vestes brancas de setim, usadas na sua coroação; o manto de veludo azul, recamada de abelhas dobradas, símbolo do trabalho, substituindo os fanados lirios da realeza. Esta, trocara as antigas virtudes guerreiras, pelos prazeres fáceis de uma côrte corrompida. Perdera a autoridade e o mando.

Vejamos como guarda, a França, a memória de seus reis. O que pretendiam fazer de seus despojos reais e o que fêz a posteridade.

É necessário ir-se a Saint-Denis para ver o que resta da extinta grandeza! «*Sic transit gloria mundi*».

Situados nos confins de Paris, a grandiosa basílica foi, primitivamente, levantada em memória do santo milagroso que lhe deu o nome.

O decapitado de Mont Martire, que a deturpação linguística transformou em Montmartré, conta a legenda, que veio a pé através da cidade, trazendo em suas mãos a própria cabeça. No lugar em que caiu, sem vida, depois de realizar o milagre, erigiu-se-lhe aquêl templo magnífico.

Misturam-se vários estilos, desde o atarracado romano e ameias de castelo medieval, até o gótico-flamejante renascentista. Testemunhou invasões, serviu de fortaleza, foi destruída, reedificada, para finalmente, transformar-se em panteon real.

A severidade grandiosa de seu interior é, sem dúvida, condigna e perpétua morada para quem teve, em vida, nas mãos, as rédeas doiradas do poder onimodo.

Os vitrais, representando legendes piedosas, refletem uma policromia de côres no mármore branco dos mausoléos reais. Amon-toam-se, desordenadamente, pela imponente nave. Está ali sintetizada tôda a história da França, em vários séculos; luminosa é sombria. História muda das dinastias de reis, dos quais nem sequer mais restam as cinzas.

Na cripta, os que, divinizados na vida, levantaram «ad perpetuam», suntuosos jazigos, assinalam-se apenas os lugares, em que foram inhumados, porque, a iconoclastia revolucionária os exumou violando, saqueando os túmulos, deixando apenas pelos cantos, umas poucas ossadas, num sacrilégio de bárbaros.

O que mais impressiona em Paris, pela eficiência e perfeição com que funciona, é o «Metrô». Poucos, de certo, se detiveram

para observar, num mapa, êsse complicado e vasto sistema de transportes que circula invisível, em todos os sentidos do perímetro urbano.

Assinalam-se as diversas linhas pelas côres: prêta, azul, verde, vermelha. Cruzam-se, entrecruzam-se, descrevendo os mais estranhos arabescos, sôbre o mapa acima e abaixo, atravessando o Sena, por baixo de seu leito, em vasto hemeciclo, acompanhando o largo e, por vêzes, profundo e caudaloso rio.

Estações subterrâneas sucedem-se de minuto a minuto, com plataformas nos dois sentidos. Os trens cruzam-se carregando a interminável massa humana que continuamente se acumula. Quatro milhões é seu movimento diário, ou seja, a população inteira de Paris, viajando em minutos, distâncias enormes a preço módico. É de causar inveja!

Apesar de ter uma população altamente concentrada, Paris em hora alguma se congestiona como outras cidades. O tráfego não sofre síncope de circulação. O policiamento é rigoroso. Não se dispende energias inútilmente, nem se corre riscos ou se perde o precioso tempo.

Cortam a cidade, em todos os sentidos, largos «boulevards». Os quarteirões têm dimensões uniformes e geométricas; a edificação, não excede de seis pavimentos, equilibrando um número proporcional de habitantes por área. As grandes avenidas arborizadas, alternam com grandes espaços, onde a vista descansa nos gramados verdes. Alternam-se, com perfeita técnica urbanística espaços livres, e massas de edificações.

O povo francês delicia-se com o teatro. Dezenas funcionam tôdas as noites, com lotações completas, apesar dos altos preços das localidades.

Numerosos são do gênero revista: «mise-en-scene» rica e a nudez maior possível. «Bal Tabarin», «Folies Bergères», têm fulgores intensos e a variedade surpreende a estasia.

Há os de comédia ligeira, gênero «vaudeville», como o «Porto S. Martin», que mantém no cartaz, meses, anos a fio, as mesmas peças, despertando sempre as mesmas gargalhadas, com tracadilhos e ditos picantes, tão do gôsto francês.

No gênero comédia, o Odeon, o Sarah Bernardt, o Athenée, representam as peças de maior notoriedade no momento. Envelhecem contudo rapidamente. Os sucessos distantes de Bataille e Bernstein, transportam-nos a um mundo estranho de idéias e de sentimentos.

O teatro clássico e a alta comédia são objeto de verdadeiro culto da «Comédie Française». Preserva-se aí a pureza da língua e a dignidade cênica.

Apesar do numeroso público que o mantém e aplaude com entusiasmo, há sérios problemas a enfrentar que o atual administrador, M. Pierre-Aimé Touchardt, faz sentir num grito de alarme.

Na luta que se trava entre o cinema e o teatro, êste vai sendo levado de vencida. Os altos salários que aquêle pode oferecer, atraindo para as suas fileiras os melhores elementos da cena.

Os «Sociétaires» da «Comédie Française», em número apenas de dezessete e a quem cabe dirigir o patrimônio artístico e material da Sociedade, mostram-se dispostos a tôdas as abnegações, procurando manter o teatro francês no mais alto nível.

Entre os «pensionaires», isto é, entre os aspirantes, já não há o mesmo espírito de sacrifício, porque, «as condições materiais de vida são tais», exclamou o citado administrador, «que não temos mais candidaturas ao societariado».

Essa sociedade de artistas tem mais de três séculos de existência, foi criada em 1680 e a sua sobrevivência, apesar das revoluções, rivalidades e erros, constitui um dos fenômenos mais paradoxais do nosso tempo.

Para remediar a precária situação de seus associados, além da «Salle Richelieu», sede da Comédie Française, «Place du Theatre National», obteve ela a concessão da «Salle Luxembourg», no «Boulevard S. Germain», para ocupar maior número de artistas.

Na «Ópera», da qual, o nosso Municipal é uma réplica em ponto menor, a decoração da sala de espetáculos é pesada e rica, conservando o estilo da época em que foi construída.

O «Foyer», é notável por suas dimensões; grandes espelhos, molduras, imensos lustres de cristal e mármore.

Funciona o ano inteiro, com reduzido repertório de óperas, Massenet, Wagner, Mussorski, cujo ciclo repete, com extraordinário sucesso.

A «Ópera Comique», destina-se às óperas leves e bailados. Orquestra e elencos impecáveis.

As predileções do público, dividem-se entre os diferentes gêneros de espetáculos. A democratização das platéias, mesmo na «Ópera», é notória. Há incontido rancor por tudo que lembra a aristocracia e a frívola burguesia do século passado.

O francês médio não faz esforço em dissimular o que sente vivamente: o insulto, a frase amável, aflora-lhe instintiva, rápida, contundente ou lisongeira. A impulsividade natural não desmente o temperamento gaulês.

★ ★ ★

Dominou, em certa época, em toda a Europa, uma mentalidade, espírito ou gôsto que se perpetuou nos suntuosos palácios e nas

maravilhosas catedrais. Atribui-se à influência italiana nos séculos 12 e 13.

A França, apesar das vicissitudes por que tem passado, conserva um pouco, por tôda a parte, grandiosas obras do passado. Os famosos castelos medievais, quase todos próprios nacionais, transformaram-se em museus.

Remanescentes do orgulho, magnificência, a vaidade e a ostentação de uma época, conservam-se como monumentos do patrimônio histórico nacional. As não menos famosas catedrais, que documentam o pensar e o sentir da alma francesa, sentiram-lhe também a versatilidade, quando assitiam às heréticas procissões da «deesse Raison» e às canções frenéticas do «ça irá».

Séculos de operosidade, erigiram Reims, a maior catedral da França segunda do mundo, depois de S. Pedro em Roma. Coroaram-se aí os reis da França, com a pompa e a magnificência, condizentes à divindade de que se revestiam.

A «Notre-Dame de Paris», não é menos célebre. Nem fotografias nem cinema puderam reproduzir as famosas rosáceas, cujos vitrais brilham na penumbra de suas naves, como pedraria multicolor.

A do transepto, com o Cristo no centro, desfolha-se em pétalas multicores e reflexos, em que domina o rubro sanguíneo. A de Nossa Senhora, entreabre-se qual uma rosa, em suaves tons violáceos.

A rosa teve, no século XIII uma solene significação simbólica.

Deus ao centro; os anjos, os patriarcas, os santos, irradiam em tórno o brilho de suas virtudes. O círculo é o símbolo da eternidade, em cujo seio Deus repousa. Cerca-o tôda a criação, que se eleva em hinos ao Criador.

A pedra fundamental dessa catedral foi lançada em 1263, em presença do Papa Alexandre III, e terminada a construção no século seguinte.

É uma obra-prima de estilo gótico. Atinge a arte gótica o seu apogeu, quando a beleza da forma se iguala à grandeza da concepção. Partia-se do pressuposto, de que a realização do belo é expressão de um belo pensamento sob uma bela forma. A forma ascensional dos templos é, como a da prece, que se eleva sem esforço.

A magnificência das igrejas góticas, contrastava naqueles tempos de pobreza, com a escassez de recursos com que então se contava.

Mas a fé operava prodígios. Todos contribuíam com seus variados recursos pessoais. Os monjes com os acurados estudos, os reis com a munificência, os fiéis com o zêlo, aliando-se e con-

fraternizando para a obra comum. Formavam-se corporações, nas quais, nobres e ricos trabalhavam lado a lado, como simples artífices. A entrada para a corporação era livre. Impunham-se, porém, condições: reconciliar-se com Deus e com os inimigos; obediência às ordens de um mestre. O silêncio era apenas quebrado pelos cânticos religiosos e a humildade selava a obra-prima com o timbre do anonimato.

Os numerosos templos, disseminados na área de Paris, obedecem a estilos vários, segundo a época em que foram construídos. O mais antigo data do ano 300. Chama a atenção, pelo estilo, a «Madeleine», na confluência de movimentados «boulevards». Dir-se-ia o «Parthenon» de Atenas, célebre templo de Minerva, obra-prima da arquitetura grega, transplantado da Acrópole para o centro da capital francesa.

Como no modelo grego, nenhuma abertura lateral ilumina-lhe a nave. A luz cai do alto, das clarabóias do teto. Na monumental porta de bronze, quadros em alto relevo, representam os dez mandamentos, dramatizados com simplicidade e simbolismo litúrgico.

* * *

Uma das originalidades de Paris, são os alfabarristas do Sena. Instalam suas caixas e taboleiros na amurada do cais, expondo suas coleções de livros, mapas e gravuras. Cada qual dedica-se a uma especialidade: romances, história, ciência, filosofia, gravuras e velhos mapas. Vendem livros usados, sobre os quais, os vendedores, muitos deles mulheres, redigem notas pessoais, a guisa de comentários. Livros antigos, edições esgotadas, são freqüentemente encontrados ali. Há também muita mistificação e intrujice.

Divide-se o cais por várias seções: «Quai Conti»: «Quai Malaquais»; «Quai d'Orsay; em cujas proximidades estão o «Institut de France», a «Academie Française», e o «Palais de Justice». As livrarias e grandes editoras, localizam-se no «Boulevard S. Germain, próximas às Escolas superiores.

O «Palais de Justice», antigo palácio, o segundo, da seqüência das residências reais, é anterior ao Louvre. O seu aspecto condiz com seu uso atual.

Compridos e largos corredores. Grande sala quadrangular, a célebre galeria dos passos perdidos dá acesso às salas dos tribunais. A nudez monacal de seus muros, lembra a inflexibilidade de frase romana: «dura lex, sed lex», substituída, hoje, por uma mais bem entendida humanização do direito.

Advogados de beca trocam idéias com seus clientes, deambulando pelas galerias, abobadadas como claustros. Não se confundem na multidão. Conscientes de sua dignidade profissional, formam uma classe de que se orgulham. Nas salas de audiência,

esperam sentados, em recinto reservado, a vez de pleitearem suas causas.

Pormenor interessante: não se vêem no «Palais», essa profusão de cartórios e escritvães que, entre nós, comercializa a Justiça.

O juiz, revestido da toga, folhea o «dossier» (autos) no qual, apenas há documentos. Os debates são sucintos. As sentenças prolatadas em seguida, oralmente, em linguagem simples, sem preâmbulos inúteis.

A capela de S. Luís, que integra o antigo palácio, é o mais perfeito monumento em estilo ogival. Foi consagrada ao culto em 1248, portanto, há 700 anos!

* * *

Versalhes, lembra o verso de Raimundo Correia:

«Aqui outrora retumbaram hinos
Muito coche real nestas calçadas
E nestas praças hoje abandonadas
Rodou por entre os ouropéis mais finos»

As proporções gigantescas do palácio e o esplendor de decoração, dão apenas pálida idéia da pompa de que se cercavam, outrora os dinastas da França.

Grande estátua de Luís XIV, que a mandou erigir, posta-se à entrada do grande pátio. Nas faustosas salas, salões e galerias, tapeçarias alegóricas, esculturas, quadros, assinados por grandes mestres, glorificam e endoizam o longo e, no final, tedioso reinado de 50 anos daquele monarca teatral. Legou, isso, sim, o pernicioso exemplo de trazer para os palácios reais suas «maitrèsses». O descrédito da pessoa real, viria completar-se pelo abuso de poder por ela mesma expressa na frase celebre: «L'Etat c'est moi».

A pretendida ou imaginada semelhança com o deus Apolo, da estatuária grega, ensejou a que, nos grandes Gobelins, que cobrem os muros das prodigiosas galerias, seja aquela a divindade representada em tôda a sua figuração mitológica.

A mística do Rei-Sol, parece ter sido a mais constante obsessão daquele vaidoso monarca. A cerimônia do «levée du roi», em presença da nobreza subserviente, era como o despertar do próprio astro-rei, espargindo sua radiante claridade matutina.

* * *

A admirável aptidão do povo francês em todos os ramos de atividade: ciências, artes, comércio, indústria, arte militar, tantas vezes vitoriosa e outras tantas fatal, colocaram-no no apogeu, em épocas várias de sua história.

A situação atual, apresenta-se cheia de dificuldades. A longa e rigorosa ocupação militar; a desorganização dos serviços públicos e particulares; a instabilidade e fraqueza dos governos de após guerra; a luta que se trava em todo o mundo, dentro de cada país, sobretudo na França, com ideologias subversivas, inimigas da concórdia entre povos e do trabalho construtivo, retardaram o restabelecimento da normalidade política, do equilíbrio econômico e financeiro da nação.

O que infelicita, e por vêzes retarda o desenvolvimento dos povos europeus, é essa tara guerreira, cuja secular glorificação tem sido o mais funesto dos seus erros.

Êsses povos, que sempre viveram no passado, do fomento das rivalidades; guerras, saques e rapinas, estão perdendo as melhores oportunidades de engrandecimento na paz, em fraterna união continental.

A Europa, tardiamente o reconhece e procura reparar as funestas conseqüências de uma política estreita e egoísta.

Os velhos países, outrora, poderosos, enfraqueceram-se e enfraquecer-se-ão ainda mais, face aos onipotentes super-estados do mundo atual.

III

O trem, leva-nos através da França, rumo dos Alpes. Reaparece a paisagem familiar da planície francesa.

À medida que se sobem os contrafortes alpinos muda a paisagem. Os pinheiros tornam-se cada vez mais numerosos, formando espessos bosques.

Vallorbe é estação de fronteira. Fala-se o alemão, os tipos são aloirados. Aluvião, alvorotada de gente invade o restaurante. Contida pelas restrições, em território francês, desabafa, sequiosa de café, leite e pão com manteiga.

Empregados suíços, procedem à limpeza nos compartimentos do trem.

Está-se a 750 metros de altitude. Frio sêco. Lausanne capital do Cantão de Vaud, é a primeira cidade suíça para quem vem da França. Centro de irradiação, rôdo ferroviária passa-se por ela caminho da Itália, através do «Simplon».

A estação situa-se, entre a parte alta da cidade, centro comercial e bancário e a baixa, na qual se localiza o pôrto e o cais Ouchy, à beira do Lago Lemán.

Cidades do lado suíço, Genève, Vevey, Montreaux, comunicam-se com Eviam e outras, do lado francês, por meio de navegação a vapor. O lago de águas calmas, levemente esverdeadas, reflete,

em tempo claro, a massa cinzenta das montanhas e os picos brancos de neves perpétuas.

Beiram a margem do lago magníficos hotéis, em parques sombreados de grandes árvores. São sugestivos os nomes que ostentam: Beau Rivage Palace, Lausanne Palace Beau-Site, etc.

As proibições que gravam os que vêm de países de moeda inflacionária aqui desaparecem como por encanto. Entra-se ou sai-se com o que se quer.

Não há clima para câmbio negro. Em vez do comércio excuso de moedas, os próprios bancos realizam as operações de câmbio e pagam em qualquer moeda forte.

A simples apresentação do passaporte, os hotéis se encarregam das transações bancárias de que necessitam os hóspedes. Cultiva-se um turismo rendoso. Tudo se facilita, abolindo os tropeços que insensatamente se criam aos viajantes.

Apesar de extremamente acidentada, usufrue a Suíça de imensas facilidades de comunicações. Tõda ela é cortada por vias férreas eletrificadas altamente velozes e de perfeitas rodovias.

Funiculares escalam as montanhas, em cujos altiplanos hotéis confortáveis e luxuosos oferecem, além da deslumbrante paisagem, um tratamento esmerado, campos de desportos, e tudo o que possa tornar agradável a hospedagem.

Há os próximos às estações, à beira dos lagos, nos centros urbanos, nas montanhas com seus esportes, de verão, de inverno ou de alpinismo.

Há ainda sanatórios e pensionatos para diversas finalidades.

A agricultura toma aspectos peculiares nestas alturas. Com poucas áreas planas e cultiváveis, as culturas sobem pelas montanhas, em terraços, sustentados por muralhas de pedra. As videiras desenvolvem-se admiravelmente nessas íngremes escarpas.

Tudo é conquistado a força de paciência. Eis por que, a característica do povo é fundamentalmente personalista, democrática, de solidez campônea.

Não sòmente pelo lado material, impõe-se a Suíça entre os países civilizados, senão também por sua alta capacidade profissional no fabrico de máquinas de precisão, mundialmente famosas.

Podendo encher os ares de infinitas badaladas com relógios e carrilhões, raro é ouvi-los. Os hóspedes podem dormir tranqüilamente; nem apitos, nem tímpanos, nem badaladas, nem a algazarra comum nas proximidades das estações. O respeito ao silêncio é religiosamente observado. Não se abre uma janela ou se escancara uma porta, sem pedir licença.

O «pardon», permissão para se fazer o que se deseja sem ferir direito alheio, é uma delicadeza que na Europa a guerra ainda não aboliu.

País neutro, a Suíça tem sido o paraíso dos refugiados. Vi-mo-lo nas duas guerras mundiais. Perseguidos ou fugitivos, vão buscar no refúgio das suas montanhas a salvação da vida e haveres.

Intelectuais, buscaram ali o repouso espiritual que lhes sugerem aquelas altitudes serenas.

Genebra, capital do Cantão do mesmo nome, é banhada pelo lago Leman, também chamado de Genebra.

A ilha Jean-Jacques Rousseau, é o refúgio predileto dos pombos e dos que ali vão tomar o seu pequeno almoço. Tem-se dali magnífica vista para as avenidas marginais e jardins adjacentes.

Ao fundo, as montanhas azuladas, coroadas de neve, cintilam ao sol. Há bancos à sombra das árvores. Pequeno restaurante serve refeições ligeiras. Pombos esvoaçam; nas águas transparentes, bandos de cisnes deslisam. Uma tranquilidade repousante envolve a estátua do famoso pensador que lhe deu o nome. Ermenonville, próxima de Paris, guarda os seus despojos. Inscrição singela no pedestal, presta-lhe a homenagem da pátria.

Foi em seus livros, de um idealismo ingênuo para os nossos dias, mas ainda no século XIX sofregamente lidos, *Nouvelle Héloïse*, *Contrat Social* *Emile*, *Confessions*, que se inspiraram largamente a revolução francesa e o romantismo. Viveu entre 1712 e 1778.

Revive-se, também, nesta cidade o drama de reforma calvinista, que se desenrolou através da célebre disputa teológica entre Miguel Servet e Calvino, que Stefan Zweig, em seu sugestivo livro: *Uma Consciência contra a Violência*, descreveu com os encantos de sua pena. Culminou o drama com a perseguição, as torturas e a condenação à morte do humanista insigne e a vitória do reformador implacável e desumano.

«O Monumento da Reforma, no parque da cidade, esculpe no granito, em tamanho gigantesco, o perfil de cada um dos reformadores.

A Igreja de S. Pedro, outrora templo católico, despiu-se de seu aparato litúrgico, excetuados os vitrais, para servir de basílica e museu do protestantismo. Conserva, entre outras reliquias, a cadeira de onde Calvino dirigia suas prédicas habituais e invetivava os antagonistas que não lhe aprovavam a *Institutio Religionis Christiane* (1535).

Esse francês, natural de Noyon, com 26 anos; que jamais pensara em demorar-se mais de um dia em Genebra, aí ficou para o resto da vida, com tão singular autoridade, que para compreendê-lo, é necessário ler estas linhas de Stefan Zweig». «Graças a uma

grandiosa técnica organizadora logrou Calvino transformar uma cidade inteira, um estado inteiro, com milhares de cidadãos então livres, em rijo maquinismo de docilidade, exterminar toda a independência, sequestrar toda a liberdade de pensamento, exclusivamente em favor da sua doutrina. Tudo que tem poder na cidade e no país, está sujeito à sua onipotência, todas as autoridades, o Conselho Municipal e o Consistório, a Universidade e a Magistratura, as Finanças e a moral, os sacerdotes, as escolas, os esbirros, as prisões, a palavra escrita, falada e até cochichada em segredo. Sua doutrina tornou-se lei a quem ousa levantar a mais leve objeção contra ela, sem demora, o cárcere, o exílio ou a fogueira, estes argumentos de toda tirania espiritual que resolvem brilhantemente toda a discussão, ensinam que em Genebra só se tolera uma verdade e que Calvino é o seu profeta».

A posteridade, porém, reparou o excesso de fanatismo do passado, erigindo uma estátua a Miguel Servet, a quem nem a tortura, nem o cárcere, nem a fogueira lograram quebrar.

Excluído esse período sombrio da exaltação religiosa, a Suíça tem mantido seus foros de neutralidade política e religiosa através dos tempos, Erich Marie Ramarque, na primeira guerra denunciava, de seu refúgio alpestre, o prussianismo e o perigo que representava para o mundo. Na segunda, Emil Ludvig, Jules Romains, e quantos outros, que não suportaram à asfixia nazista. Quantos não abandonaram haveres em mãos dos perseguidores, para salvar apenas as vidas buscando asilo neste país?

«A Liga das Nações», surgida após os horrores da 1ª grande guerra, num belo sonho de paz, tem aí seu palácio em meio a um parque florido, à beira do lago de Genebra. Lá está sem objetivo, silenciosa substituída por outra entidade, a O.N.U., com sede em Nova York, pagando pela culpa de ter falhado à sua missão.

A paisagem alpestre, no que tem de risonha e acolhedora, é obra da mão de homem. Do seu natural, é grandiosa, severa e rude.

As altas montanhas de pedra acinzentada, coroadas de picos brancos inacessíveis contrastam melancolicamente, com a pequenez do homem. Não obstante essa luta, não se deixa vencer. Os monjes de São Bernardo são dessa têmpera, afrontando tempestades de neve, para levar o socorro aos que a morte vai levando em seu sono derradeiro.

À medida que a fronteira italiana se aproxima, mais se estreita a formidável barreira do Simplon, Brigue, é a última localidade, onde a alegre faceirice suíça faz suas despedidas. Daí para diante a desolação da paisagem influencia, cada vez mais, o meio ambiente. Uma nota de tristeza paira no espaço.

Mergulho profundo e prolongado no seio da montanha, põem-nos do outro lado em contato com a fronteira da Itália.

* * *

Domodossola, é a primeira cidade e a primeira estação em território italiano. A agressividade do solo, pedregoso, impede qualquer gênero de agricultura.

O lago Maggiore, triste, sombrio, em sua cabeceira alpina, pouco a pouco se alarga num crescendo de alegria. As margens bordam-se de vilas e jardins floridos. Ilhas verdejantes de frondosos ciprestes, encastoam-se como esmeraldas, nas águas tranquilas.

Stresa é uma região encantada do norte da Itália. Enche-se de animação no verão. Seus luxuosos hotéis hospedam a elegância peninsular. Esportes, consertos, passeios pelas alamedas floridas, fazem-na vibrar de prazer.

Em tempo curto atinge-se Milão, a grande capital do norte, diferente da maioria das cidades italianas, pelo aspecto moderno. Contrasta pelos espaços amplos, ruas largas, edificação imponente.

A imponente estação férrea e a galeria Victor Emanuel II apresentam-se ainda esburacadas dos bombardeios.

O «duomo» de Milão, é um monumento, que a vista não se farta de admirar.

Gigantesco, em estilo gótico chamejante, é todo em mármore branco. Milhares de colunatas, agulhas, e três mil estátuas ornamentam-lhe a parte externa. É uma das raras igrejas góticas da Itália. A fachada, estilo renascença, data de 1577, dedicada a S. Carlos Borromeu, cujas relíquias são guardadas na cripta e veneradas em capela de prata lavrada.

Como estilo, marca a decadência do gótico. Motivou-o a ausência de simplicidade, e abandono do simbolismo e do pormenor levado ao excesso.

A prodigiosa altura das colunas da abobada dá ao imenso edifício leveza e elegância.

Os vitrais e as monumentais portas de bronze, esculpidas em alto relêvo, com legendas piedosas, representam, figuradamente, a história do cristianismo.

Em plena via pública, o temperamento lírico irrompe, de repente, com árias de ópera e orquestra de café concerto. Pequena multidão aglomera-se logo em volta do improvisado grupo.

O Scala, não impressiona pela apresentação arquitetônica. Não obstante, é o consagrador de artistas líricos e seus palcos disputados pelos que cultuam ou vivem da arte lírica.

* * *

A caminho de Veneza, passa-se por Verona e Pádua. Cidades famosas, pelo amor e pela santidade.

Romeu e Julieta criaram para Verona um nimbo de poesia. O luar de Verona ficou legendário na poesia romântica

A «tomba de Giulietta» real ou simbólica é conservada carinhosamente num convento. Atrai peregrinos amorosos de toda a parte, que vem trazer o tributo de veneração e oferendas de flores a essa eterna divindade que é o Amor. A lenda veio da Idade-média, imortalizada no drama de Shakespeare.

Pádua, liga-se indissolúvelmente à S. Antônio, embora Lisboa lhe dispute as honras do berço. O templo, onde entre milhares de lampadários se veneram as relíquias, chama-se simplesmente «Basilica del Santo». Faleceu nesta cidade em 1231. É pátria de Tito-Lívio.

Os crentes mantem-lhe fervoroso culto, a julgar pelo perene e considerável número de pessoas ajoelhadas diante do altar e de seu jazigo, cercado de uma profusão de lampadários e lâmpadas votivas.

Verona e Pádua, desafiam os traçados urbanísticos. Preferem conservar seus vetustos aspectos que remontam a vários séculos.

* * *

Viaja-se a Itália por ótimas estradas. As pontes, destruídas pela guerra foram todas reconstruídas numa restauração que se processa em ritmo acelerado.

As planícies verdejantes e as culturas dos campos, atestam a proficiência do agricultor italiano.

Adução da terra, mantem-na em perene fertilidade. Cooperativas estendem-se por todo o território, racionalizando o trabalho agrícola, dando-lhe assistência técnica e financeira.

«Autocars», como se chamam os ônibus que percorrem diariamente a Itália em todos os sentidos a horários fixos, fazem um serviço turístico, dos mais eficientes e perfeitos. Por um desses itinerários, chega-se à Veneza.

Estreita faixa a liga ao continente. «Piazzale Roma», é a ponta extrema, onde param os veículos. Dai, o percurso à praça de S. Marcos, centro da cidade, é feito por água, através do Grande Canal. Pequenas embarcações a vapor e gôndolas, cruzam

constantemente a via líquida, espécie de avenida principal de Veneza.

Casas e palácios erguem-se paradoxalmente sobre água. A estrada principal é assinalada por mastros, que indicam o lugar de atracação.

Construída sobre um arquipélago de ilhotas, a cidade é cortada em todos os sentidos por centenas de canais. Navegados por inúmeras pequenas embarcações, descarregam à porta os abastecimentos. O tráfego dos pedestres, faz-se por cerca de 1.200 pontes, que unem entre si as centenas de ilhotas. Ruelas e corredores, por fora e através das casas, estabelecem as comunicações da cidade. Um vago odor se exala nas calmarias. Dissipa-se com as marés, que fazem limpeza dos canais.

Os lugares mais freqüentados de Veneza são o cais, a praça de S. Marcos, onde se localizam os hotéis, o palácio ducal e a catedral. No quadrilátero da grande praça pombos esvoaçam aos milhares e onde se localiza o principal comércio.

A catedral de S. Marcos, estilo romano-bizantino, denota estreitos contatos de intenso comércio com o oriente. à época do seu apogeo de poderio e riqueza. A arte bizantina teve seu maior desenvolvimento sob Constantino e coincidiu com o florescimento de uma fé robusta. Caracterizou-se, no começo, pela rudeza, fôrça e riqueza. Suas transformações subseqüentes evoluíram para a naturalidade, graça e elegância.

As cúpulas bizantinas de S. Marcos lembram as igrejas russas. Os cavalos em bronze, da fachada, foram trazidos de Constantinopla após a queda do império romano do oriente. Perambularam pela França, levados por Napoleão, quando de suas conquistas pela Itália. Voltaram à Veneza e, finalmente, colocados na ornamentação exterior da basilica.

Nos mármore raros e mosaicos que revestem os entablamentos das paredes, figuram temas do Antigo Testamento: o sacrifício de Abraão, a História de José etc. São obras de artistas bizantinos. O apóstolo S. Marcos, morto no Egito, fôra trazido ocultamente para Veneza, em cuja intenção erigiu-se a suntuosa basilica que guarda suas relíquias. Começada no ano 823, só foi consagrada em 1111, sendo doge Domênico Silvio que, para orná-la, exortou a todos os ricos venezianos espalhados pelas terras do oriente, lhe remetessem tudo quanto de precioso em fustes de colunas de antigos templos, capitéis, pedras raras e mármore preciosos, pudessem obter.

Dá-nos São Marcos idéia da impressão de quanto o fausto de Bizancio exerceu sobre Veneza, em contraste com os costumes e arquitetura das populações semi-bárbaras do ocidente, que imitavam as atarracadas construções romanas.

O palácio ducal, com sua típica arquitetura, é um museu dos mais interessantes. Os suntuosos salões dourados, decorados com célebres murais de Paulo Veronese, marcam a época de esplendor da república veneziana, cujo emblema era o leão alado.

A sala do senado, o tribunal, o grande salão de festas, as galerias de arte, os ergástulos, o museu de armas, com troféus muçulmanos conquistados em sangrentas batalhas, nos mil anos de existência da república; a famosa boca de leão, das delações anônimas, mutilada numa explosão de ódio popular, tudo isso nos fala de um longínquo passado de glórias, de opulência, de opressão, de perseguições políticas e intrigas de amor.

Dentre as telas murais de Veronese, destaca-se a que representa a sangrenta batalha naval de Lepanto, na qual as forças do ocidente, com Veneza à frente, desbarataram definitivamente os turcos consagrando a vitória da cruz sobre o crescente. O próprio autor salvou-se a custo e figura em meio aos destroços do espantoso prélio. Cervantes, que também tomara parte na batalha, voltou mutilado da mão. Pintor e escritor, obscuros soldados da cristandade, alcançariam depois a celebridade, cada qual, por obras imortais. Cervantes com D. Quixoto, Veronese, por seus quadros, dos quais, somente a «Apoteose de Veneza», em oval, no teto do grande salão do Palácio ducal lhe daria a imortalidade.

O trajeto pela rodovia, entre Veneza e Bolonha, faz-se em cinco horas. Atravessam-se numerosas aldeias, cujas casas ainda ostentam as marcas dos combates da última guerra.

Bolonha guarda ociosamente uma tradição de intelectualidade e requintada elegância.

A universidade é famosa desde os tempos em que os *glosadores* eram os maiores cultores de direito romano de seu tempo.

Alguns nomes passaram à posteridade tais os de Bartolo, Acúrsio, Baldo, reverenciados em monumento comum: «Tombe dei Glossatori».

Uma das obras-primas de Michelangelo orna a «Piazza Nettuno», onde a «Statua del Gigante» exhibe toda a virtuosidade técnica do maior gênio da arte italiana. Dedicou toda a sua existência inteiramente à arte. Existência fecunda e longa. Foi genial na mais ampla expressão do termo e diz-se ter sido a arte seu único amor na vida.

Nem todas as suas obras ficaram concluídas. O túmulo de Júlio II, o maior e o mais suntuoso no projeto, no qual o artista consumiu anos de árduo esforço, ficou interrompido com a morte daquele papa. Por ironia do destino, foi dos poucos papas que não teve monumento algum.

As peças avulsas, dispersaram-se. Umas se encontram no museu de Louvre e a sua obra-prima, a estátua de Moisés, parte do monumento, encontra-se em Roma, na igreja de S. Pedro «in vinculi».

A catedral de S. Petrônio, na «Piazza Maggiore», tem grandiosidade e labor artístico admirável. Edificada há séculos, como tantos outros na Itália, não está concluída.

* * *

Infletindo de Bolonha, em direção à costa, chega-se a Ravenna. A velha cidade, capital do império romano do ocidente, teve sob Teodorico, época de grande esplendor. Dêsse passado conserva algumas ruínas, como as do «Palazzo Calchi» e o «Mausoléo de Galla Placidia», despojado nas invasões muçulmanas de seus revestimentos de prata e pedrarias.

A capela funerária em mosaico azul, tem tonalidades diferentes, na suave penumbra, que se coa através do alabastro translúcido das janelas.

Mosaicos de pedacinhos de vidros de côr compõem as alegorias, que revestem a abóbada e os muros da igreja oitavada de S. Vitale. Criação artística local, de que muito se orgulham os ravennenses.

Em vez do mármore, de que se servem os florentinos, os rayenenses usam o vidro, de que se servem para fazer painéis tão perfeitos como a pintura.

Ravenna guarda ciosamente os restos mortais de Dante, onde faleceu em 1321. Sepultado no jardim do convento, cobriu-se-lhe a sepultura com singela lápide.

Quando a fama começou a aureolar-lhe a memória como o maior poeta da Itália, os florentinos reclamaram-lhe os despojos que, diziam, por direito lhes pertencia como cidadão florentino. Ao fazerem a exumação, encontraram o túmulo vazio. O corpo desaparecera!

A explicação do mistério teve-se século após. Os frades haviam frustrado a entrega dos restos mortais do poeta, passando-os por uma abertura no sub-solo, guardando-os secretamente ao convento. Florença para se consolar da irreparável perda, reconhecida tardiamente, erigiu-lhe um mausoléu na igreja Panteon de Santa Croce, onde lhe presta homenagem póstuma.

A fraude descoberta, quatrocentos anos após, não pôde mais invalidar o direito de Ravenna de conservar os preciosos despojos. Erigiu-se-lhe, então um mausoléu condizente com o do maior gênio poético da latinidade, monumento que é de toda a Itália.

Um sino do convento, desde não se sabe quando, plange a hora do crepúsculo em sua memória.

IV

Deixando-se Ravenna, começa a ingreme escalada dos Apeninos. Como o nome indica, são os pequenos Alpes: que cortam a Itália longitudinalmente, pelo centro. A côr acinzentada da pedra dá-lhe a mesma origem vulcânica dos Alpes.

A Toscana, a cujo vale se desce, depois de atingir a altura de 907 metros, através do «Passo del Muraglione», é a mais linda das regiões da Itália. Culturas e pomares, estendem-se em suaves ondulações. Caracteriza a paisagem os ciprestes esguios, redondos, eretos como círios. Simbolizam a eternidade; consoante a significação que lhes emprestam os quadros dos grandes mestres.

Na «Piazza della Signoria», centro de Florença, eleva-se, alto-neiro, o mirante de pedra do «Palazzo Vecchio», histórica residência dos soberanos do antigo grão-ducado de Toscana.

Dêstes, destacam-se os Medicis, cuja dinastia durou cêrca de 300 anos. Impulsionando as artes, cercaram-se dos maiores pintores, escultores, arquitetos e cinzeladores de seu tempo.

Em meio ao casario da cidade, avulta a imensa cúpula de «duomo» de «Santa Maria dei Fiori», Catedral de Florença, obra prima de Brunelleschi, em cuja cúpula trabalhou a vida tôda, considerada, na época, um arrojo arquitetônico. O seu valor, no dizer dos críticos, está não na sua grandeza, senão na sua beleza.

O campanário em mármore branco e prêto, é trabalho primoroso de Bernini.

A magnificência dos Médicis tornou-se proverbial, sobretudo a de Cosme, cognominado «Pai da Pátria». A sua riqueza, grangeada ao negócio bancário, com sucursais por tôda a Europa, pô-la a serviço da Pátria e do ideal do Renascimento, animando e estipendiando a ressurreição do espírito clássico.

O movimento artístico, impulsionado pelos Médicis, Strozzi e outras famílias patricias, fizeram de Florença a capital da arte renascentista.

A Basilica de S. Lourenço com suas capelas, e equilíbrio arquitetônico da imensa rotunda, delicadeza e riqueza de seus altares de mármore, a harmoniosa combinação de côres, as incrustações de bronze e pedrarias, dão-nos pálida idéia de quanto se presavam as artes e os artistas.

Conta-se que Cosme reunia em seu palácio, em colóquios os maiores artistas e humanistas de seu tempo, para discutir arte, filosofia e crítica, tal como na antiga Grécia, no estilo dos «Diálogos de Platão».

O Palácio Pitti, com suas galerias, é um dos mais notáveis museus de Florença. As dimensões, os numerosos e vastos salões decorados, os seus mármore, pinturas e esculturas, rivalizam com

os dos mais ricos da Europa. As coleções artísticas enriquecidas com as madonas de Rafael; os quadros dos grandes mestres da pintura italiana, juntamente com os mosaicos florentinos de grande beleza e perfeição, constituem o seu riquíssimo acervo.

Rica morada particular, passou a palácio real quando Napoleão, após a conquista da Itália, nêle se instalou, adaptando-o, ampliando-o.

A «Galleria degli Uffizi», ao contrário do que sugere o título, é notabilíssimo museu de obras-primas, cuja disposição cronológica constitui verdadeiro curso de história da pintura.

A pinacoteca começa no ano 1200, quando as artes na Europa sofriam ainda a influência bizantina.

As expressões convencionais pouco diferem umas das outras. As colorações estereotipadas dos Cristos crucificados apresentam as faces e os lábios carminados.

Nos séculos subseqüentes, 1400 a 1600, vislumbra-se os primeiros surtos de independência artística, desprendida dos moldes convencionais, adquirindo técnica e naturalidade crescentes. Culminam agora as obras-primas da renascença ao influxo da cultura grego-romana, então em pleno refflorescimento. É o período áureo das artes, principalmente na Itália, onde o renascimento operou com maior intensidade e extensão. A arte pagã, até então desprezada e pecaminosa, constitui-se o modelo de inspiração e perfeição.

Do plano abstrato em que pairava a criação artística, corporifica-se num plano mais objetivo e humano. De comêço religiosa, passou a sentir o influxo da vida à plena luz e os arroubos exuberantes da plenitude da beleza.

O terror pânico que se apoderara dos espíritos, conseqüente às profecias do fim do mundo no ano 1000, e que tanta influência teve na idade-média, já se dissipara. Sorria-se novamente, através da criação artística.

De 1600, segue-se um período de decadência em que a paixão do pormenor foi levada ao extremo de minúcia. Perdeu-se novamente o contato com a vida interior e a arte deixou de ser arte, no sentido profundo, de trazer para o exterior os movimentos da alma. Extraviou-se nos exageros de uma virtuosidade técnica.

Penetra-se no período pre-contemporâneo da diversificação das escolas...

* * *

A igreja de «Santa Croce» é o panteon de Florença. Magnífico templo, no qual os muros laterais, em tôda a sua extensão, cobrem-se de mausoléus. Alterosos, modestos, cada qual diferindo

pela época, pela inspiração, pelo merecimento que tiveram na memória do povo. Lápides cobrem também quase toda a nave.

Recordam nomes famosos: Dante, Machiavel, Michelangelo, Benevenuto Cellini e quantos outros: datas, frases, dedicatórias, pensamentos, lembram vagamente, para o vulgo, essas vidas ilustres, gigantes do pensamento e da inspiração.

Na praça do mesmo nome, pouco distante, localiza-se uma oficina dos famosos mosaicos florentinos. Os instrumentos são simples e rudimentares. Arte manual, o seu segredo está simplesmente no engenho criador. A infinita variedade de pedras de que se utilizam os artífices provém quase toda da Itália.

Nas oficinas do Vaticano, segundo declaração do mestre-artista, com o qual falamos, classificam-se nada menos de 25.000 variedades: Na escolha dos espécimes está toda a arte; todo o engenho, toda a sensibilidade artística.

Combinar tons, dar a expressão exata, eis o segredo desses obreiros insignes, cujos nomes se perdem no olvido. Extraem de um material rude e informe, num trabalho de anos, autênticas obras-primas de composição artística.

Tanto os modelos em pintura como as cópias em mosaico são tão perfeitamente iguais, que olhar para um ou para outro, não raro confunde.

O matizado das flôres; o desenho das pétalas, quase diria o seu perfume, tudo nelas palpita de vida e frescura.

Escasseiam cada vez mais esses artífices de tão delicada e engenhosa arte. É trabalho que exige dedicação, amor, paciência, tempo, e, principalmente, abnegação.

Os tempos atuais conspiram contra a perfeição do trabalho desses artesanatos por isso que a máquina, na produção em série, suprime completamente o artista.

* * *

Fiésole, pouco distante de Florença, domina-a do alto de uma elevação. Pela encosta suave situam-se as vilas, os jardins, nos quais os hieráticos ciprestes velam como sentinelas. Uma tranquilidade e uma paz quase irreal paira naqueles recantos encantados.

Do alto, dos aprazíveis terraços, descortina-se larga vista sobre a cidade da qual, no fundo, se destaca o gigantesco «duomo». Em baixo o Arno atravessa vagaroso, por entre o casario desigual que o margeia.

* * *

A estrada entre Florença e Perugia atravessa região encantadora de riqueza agrícola: vinhas, pomares, trigais. Aldeias sucedem-se amiudadamente.

Passando-se Arezzo, o terreno torna-se acidentado, com forte inclinação. A medida que se sobe, descortinam-se os contornos do Lago Trasimeno.

É a encantadora região dos lagos italianos, semelhante a dos lagos suíços, sem as montanhas abrutadas nem os cimos nevados. Pelas margens branqueiam casas, hotéis, cheios de vida e movimento. Ilhotas floridas, refletem na água tranquila e intensa vegetação e a serenidade do ar.

A Umbria, que agora atravessamos, tem o tom grave, melancólico da amplidão, em que o verde vegetal parece tomar tonalidade mais sombria.

Flaqueia-se uma colina para chegar-se ao centro de Perugia. caracteristicamente de aspecto medieval.

Tem-se a impressão de penetrar antigo burgo, sem pontes levadiças, nem ameias, nem o velho castelo que comumente o protege.

O ambiente torna-se quase comum, daqui por diante, nessa parte central da Itália. Núcleos de habitação aglutinam-se em torno de elevações, coladas às muralhas que outrora circundavam os antigos burgos.

Fugindo à planície, reiteram velhos hábitos, nascidos do terror dos assaltos e pilhagens das hordas mussulmanas. Buscava-se por detraz dos muros do burgo o refúgio e a proteção do senhor feudal.

São freqüentes as ruínas de velhos castelos. Lembram séculos de guerras, invasões, lutas de religião, ódios de família...

A trinta minutos de Perugia, acha-se «Assisi», célebre santuário do Santo daquele nome. Apresenta-se-nos como uma cidade lá edificada no alto de uma colina. A alta muralha que o circunda e as da basílica avistam-se de longe. Penetra-se na cidade por uma porta que ostenta velho escudo medieval. Volvendo séculos, iríamos encontrar, perlustrando aquêles mesmos caminhos pedregosos, o «peverello», que, no século XIV, abalou o mundo com a fé que renovou o cristianismo enfraquecido, criando uma legião de missionários que vigiam a sua preservação e a sua pureza original: a ordem franciscana.

Dois basílicas guardam as relíquias de S. Francisco e de S. Clara. Santos ambos, porque transformaram em realidade seus sonhos, porque foram, na expressão de Stefan Zweig: «Dois Poetas de sua vida».

* * *

Roma é uma dessas cidades, cujo primeiro contato, não nos revela todos os segredos e tesouros que encerra.

Monumentos famosos não despertam desde logo especial atenção, tal a singeleza do exterior.

Há duas Romas superpostas, no dizer dos exegetas, que é preciso dissecar e separar. São 20 séculos de história: Representam tal acúmulo de fatos que é impossível compreendê-los ou nivelá-los no mesmo plano.

O padre Antônio Vieira exclamava em seus reptos: a Roma viva olha para a Roma morta. O pó da que existiu e o pó em que se converterá a que se vê. Roma simboliza o cristianismo.

Tôda a sua história aí se desenrola, desde as perseguições religiosas até as primeiras e definitivas conquistas. Paganismo e cristianismo defrontaram-se como rivais irreconciliáveis. Enquanto um perecia o outro se fortalecia, confundindo nesse antagonismo, tanto a arte como o espírito pagão.

Tempos houve, em que tudo o que provinha do paganismo despertava repulsão e desprezo. A renascença, porém, fêz reconhecer que no passado também havia grandeza e elevação.

Eis por que paira nos monumentos religiosos de Roma uma ânsia de reparação e uma secreta influência do espírito do passado.

Roma foi o campo em que se decidiu a tremenda luta que o cristianismo teve de sustentar, para a sua vitória definitiva no mundo. Os rudes vestígios dos primeiros tempos, contrastam com a suntuosidade atual de suas igrejas.

As catacumbas, subterrâneos excavados pelos primeiros cristãos, com a finalidade de enterrar os mortos, serviam para celebrarem ocultamente os exercícios do culto, e de dar asilo aos perseguidos.

Até hoje, foi impossível calcular-se a extensão dessas lóbregas galerias, cujos muros estão cheios de reminiscências dos martíriologos. Pequeníssima parte pode ser percorrida. Durante 800 anos permaneceram ignorados depois da queda de Roma. Calculam alguns em 12.000 kms., outros em 876 kms. Inhumaram-se aí os corpos de milhões de mártires.

Durante três séculos, minaram os cristãos Roma, em todos os sentidos, de norte a sul, do ocidente para o oriente.

Enquanto as legiões percorriam, a passo cadenciado, os caminhos do império, os cristãos solapavam-no silenciosamente. Quanto maiores eram as perseguições, mais numerosos afluíam os recrutas aos subterrâneos, onde a resistência se fortalecia.

Quem visita as catacumbas de S. Calisto, na via Appia e lhe percorre algumas centenas de metros de escuros corredores, tem apenas pálida idéia de sua grandeza e importância no passado.

Foi sob Constantino, que a Roma pagã estremeceu de alto a baixo. A derrocada seguiu-se logo após. «A Roma subterrânea tornou-se a Roma pública, passou das catacumbas para as sete colinas».

Datam do tempo dêsse imperador as basílicas de S. João de Latrão, de S. Pedro em Roma, de S. Paulo fora dos muros, de Santa Maria Maior e de S. Lourenço fora dos muros. Perderam o primitivo aspecto e o caráter da antiguidade.

Cinco são as basílicas constantinianas, às quais se juntam duas outras, formando as sete de Roma. As igrejas ordinárias, são em número superior a 350.

Impossível tentar descrever-lhes a grandiosidade e a riqueza. Tudo o que se possa imaginar em mármore, alabastros, ouro, prata, bronze, pedras preciosas, mosaicos, obras de arte, pintura, arquitetura, além das reliquias, custódias e objetos de culto, acumulam-se numa fabulosa riqueza, em igrejas e museus, constituindo inapreciável tesouro histórico e artístico.

A primitiva basílica constantiniana de S. Pedro, erigida no ano 326, sobre o túmulo do Apóstolo, não existe mais. A atual, teve lançada a primeira pedra em 1506, por Júlio II, sendo os trabalhos dirigidos pelo arquiteto Bramante.

Como o edifício ameaçasse desmoronar, Leão X confiou à Rafael a tremenda incumbência de restaurá-lo. Mas foi à Michelangelo, que coube a glória de concluí-lo.

As ruínas da antiga Roma encontram-se esparsas por toda a parte. O que ainda existe, forum, circo, palácio dos imperadores, arcos do triunfo e panteon denunciam vagamente a grandiosidade do primitivo conjunto.

O circo era o divertimento favorito do povo, e o meio com que os imperadores distraíam as multidões inquietas com rivalidades políticas.

Muitos dos monumentos construídos posteriormente o foram com o material arrancado aos da velha Roma. Destruídos ou despojados de suas obras de artes, ornaram-se com elas os inúmeros monumentos cristãos. O papa Urbano VIII, da família Barberini, grande inimigo do paganismo, mas grande apreciador de suas belezas, auxiliado pelo célebre arquiteto e escultor Bernini, foi o mais encarniçado autor dêsse monstruoso saque.

«Quod non Barbari fecerunt, Barberini fecere» (o que os bárbaros não fizeram, fizeram-no os Barberini), costumava dizer jocosamente, fazendo trocadilho com o seu nome.

O palácio Barberini é, atualmente, museu notabilíssimo de esculturas antigas e modernas, galeria de pinturas, na qual figura o retrato da «Fornarina» de Rafael, paixão e modelo do pintor. Possui uma biblioteca de mais de sete mil manuscritos.

O museu e galeria da Vila Borghèse, com suas suntuosas salas revestidas de mármore, mosaicos, alabastros, bronzes, esculturas, quadros célebres, faz-nos meditar mais uma vez na transitoriedade dos destinos humanos; o melancólico: «Sic transit gloria mundi», e no desapêgo dos bens terrenos a que nos exorta a «Imitação de Cristo».

Palácio particular da família Borghèse, foi construído no começo do século XVII pelo cardeal Scipião Caffarelli Borghèse. Rodeado de jardins e bosques, estendia-se, primitivamente, até o Pincio, de onde se descortina uma vista sôbre Roma e os jardins do Vaticano.

Forçado em 1807, a ceder a Napoleão essa principesca propriedade, com tôda a prodigiosa coleção de obras de arte, acumulada por sua família durante dois séculos, só foi restituída a Camilo Borghèse em 1815, quando aquêlê eminente cabo de guerra, feito prisioneiro na ilha de Elba, terminaria sua fulgurante carreira.

Chama a atenção, entre outras, uma escultura do célebre veneziano Canova, considerada a mais perfeita de suas criações. É a de Paulina Bonaparte, irmã de Napoleão, figurada na Venus Vitrix segurando uma maçã símbolo de beleza triunfante. Reclinada num «divan», o torso nu, exhibe tôda a perfeição de sua beleza clássica.

Casada com o príncipe Borghèse, considerava-se a mais bela mulher do seu tempo. Ciosa de seu corpo perfeito, fê-lo esculpir naquela obra imortal. Não suportando a idéia de envelhecer, preferiu a morte.

No «Rapto de Proserpina», do mesmo autor, também existente no museu, a expressão fisionômica de Vulcano, triunfante e risonho, e a de sua prêsa Proserpina, em seus possantes braços, amedrontada e surpreendida, a fria pedra anima-se de um sôpro de vida.

A obra-prima de Michelangelo, os «Moisés», encontra-se em «S. Pedro in vinculis». O autor deslumbrado com a perfeição da obra, com a qual igualou-se às mais célebres criações clássicas da escultura grega, batendo na cabeça com o camartelo, exclamou: «Perché nom parla»?

Os museus e galerias do Vaticano calculam-se por quilômetros. São vários, cada qual, notabilíssimo, pela riqueza, e raridade de suas obras.

As peças dêsses museus são preciosidades únicas, qual aquêlê tronco mutilado do Apolo de Belvedere, encontrado, por acaso, por Michelangelo e que seria o seu modêlo para tôdas as suas obras-primas.

O Vaticano, não é um monumento homogêneo. É uma reunião de salas, capelas e galerias discordantes, pertencentes a épocas diferentes. Visto exteriormente, não tem caráter monumental. As

magníficas coleções de objetos de arte que se encontram no Vaticano são: o *museu Pio Clementino*, onde se admiram a famosa coluna torcida de Belvedere, o túmulo de Scipião Barbato, sarcófagos, altares, baixos relevos antigos, o célebre Laocoonte, o Apolo de Belvedere, o Persseus e os Lutadores de Canova, o Cupido de Praxiteles, as estátuas dos poetas Nenandre e Posilippo, os bustos dos imperadores romanos. Inúmeras estátuas, candelabros, urnas etc.; no *museu Chiaramonti*, nome da família de Pio VII, que o mandou construir, estátuas e bustos antigos; a *Galeria Lapidar*, com mais de três mil inscrições pagãs e cristãs, sarcófagos, cipós, altares, urnas etc.; o *museu Egípcio* com uma enorme quantidade de objetos de origem egípcia; o *museu etrusco*, formado por Gregório XVI, com monumentos descobertos nas necrópoles da Etrúria; o *museu profano*, com utensílios, pequenos ídolos e estatuetas, jóias, inscrições, baixos relevos em marfim e *museu sagrado*, fundado por Benedito XIV, com objetos pertencentes aos primitivos cristãos e encontrados nas catacumbas; o gabinete dos papiros, com preciosos manuscritos do V e XIII séculos; a Câmara das Bodas *Aldebrandinas* (assim chamada por causa do célebre afresco dêsse nome descoberto em 1601, no monte Esquilino e que até as explorações de Pompéia era considerado o mais precioso espécime da pintura antiga); a sala das pinturas bizantinas dos séculos XIII e XIV; e *gabinete das medalhas*, em que há grande quantidade de moedas romanas e greco-romanas; a *Pinacoteca*, cujas galerias contém poucos quadros, mas todos famosos; a galeria dos *Arazi* com tapeçarias (arrás) executadas segundo os cartões de Rafael, para a decoração da Capela Sixtina, a das Cartas Geográficas e, finalmente, a *biblioteca do Vaticano*, fundada por Nicolau V e que contém cerca de 2.400 manuscritos e parte de 50.000 volumes impressos.

Na Capela Sixtina, admiram-se as famosas cenas da «Criação» e do «Julgamento final», de Michelangelo. Sendo arquiteto, tornou-se pintor por obra de seu rival Bramante, que induziu ao Papa Júlio II a fazê-lo pintar a Capela Sixtina. Ordenando-lhe o Papa, apesar de seus protestos, pôs mãos à obra, aprendendo a pintura a fresco. Michelangelo adquiriu assim a reputação de maior pintor de todos os tempos. Entre os condenados ao inferno, aparece a fisionomia de um mestre de cerimônias do Papa que se inimizara com o pintor, criticando-lhe a obra. Vingou-se Michelangelo pintando-lhe a face na figura de Minos, Juiz dos infernos.

Julgando-se ofendido, exigiu a punição do mestre irreverente. Levando o caso na brincadeira, respondeu-lhe o Papa que se o pintor o tivesse pôsto no purgatório, a intervenção era cabível, mas no inferno, era impossível.

Uma das curiosidades de Roma, são as suas fontes, às quais Ottorino Raspighi dedicou o seu poema sinfônico: «Fonti di Roma».

São encontradiças pelas esquinas, ruas e praças, cada qual diferentemente ornada com estátuas ou bôcas fantásticas, jactos ou jorros, cantantes, cristalinas, alegres.

A fonte das Naiades, na praça Exedra, lança à noite finos jactos de água prateada. A de Moisés, a de Trévi, a dos Quatro Rios, a do Tritão, a das Quatro Fontes, e muitas outras.

* * *

Nápoles cidade industrial, possui grande pôrto e baía do mesmo nome. Dista cêrca de cinco horas de Roma, cercada de montanhas, situa-se numa elevação, que lhe dá ampla vista para o mar. É no geral, mal cuidada a edificação desigual. Em um dos flancos, situa-se o Vesúvio, do qual se eleva perene penacho de fumo que lhe empresta aparência tranqüila e inofensiva.

A baía abre-se sôbre o mar Tirreno. As margens, de um e de outro lado, são densamente povoadas.

O solo de lava decomposta, é escuro e fornece o material com que se cinzelam famosos camafeus.

As ruínas de Pompéia distam uma hora de Nápoles. Soterrada no ano 79 A.C. sob seis metros de cinza, sua destruição foi presenciada por Plínio o velho, naturalista romano, vitimado quando comandava a frota de Misena e se transportara para Stabia para salvar os seus habitantes e observar de perto o fenômeno, onde morreu asfixiado com os vapores expelidos com a erupção. Essas ruínas, postas a descoberto pelas excavações que se procedem há perto de dois séculos, revelam vários aspectos da cidade. Os pequenos negócios, o forum, a basílica, o altar dos sacrificios com os degraus desgastados pelo uso, opulentas moradias, onde romanos abastados vinham fazer vilegiatura. Ostenta notáveis pinturas murais, jardins, estátuas e objetos de uso.

O museu, pouco aquém da entrada da cidade, expõe objetos de uso doméstico, fazendo-nos evolver dois mil anos atrás.

A costa sul da Itália, no trajeto Amalfi-Sorrento-Nápoles, tem paisagens empolgantes. A costa é rude, quase inacessível, salvo as pequenas enseadas. Os apeninos entram aí, abruptamente, pelo Mediterrâneo, num amontoado de pedras, grutas, cascatas e abismos. O caminho, cavado na encosta rochosa, é estreito e sinuoso com mais de 1.200 curvas, pondo os veículos em rodopio contínuo.

Em baixo, o Mediterrâneo, perde-se de vista nas brumas da costa africana. Ilhas, aqui, acolá, completam o encanto da paisagem.

Minúsculas cidades, povoações, balneários, hotéis e restaurantes, sucedem-se ininterruptamente.

Amalfi — famosa república, reduzida ao âmbito de uma pequena cidade, fazia por seu pequenino pôrto, ativo comércio. Ravello fica-lhe a cavaleiro. São lugares idílicos, desafiando um mundo dissecado por egoísmo e ambições.

No terraço do Hotel Capuccini, antigo convento; almoço à sombra de um caramanchão de uvas maduras, ao som das canções napolitanas. O vinho leve: a serenidade ambiente e a nostalgia do Mediterrâneo aos pés, fazem-me pensar na significação profunda da frase inscrita num painel de muro; «Carpe diem» (Aproveita o dia que passa).

Lembro um mundo há muito extinto daquele famoso poeta latino, filósofo epicurista, Quintus Horatius Flaccus, que viveu nos anos de 64 e 8 A.C., sob êste mesmo céu da Itália. Celebrou, em versos imortais as doçuras da vida, seus breves, e fugazes momentos.

A costa é, com razão, chamada a Suíça Italiana. A aparência paisagística, é surpreendente; desfiladeiros, pedrouços abrutos, terraços suspensos por muralhas de pedra, vinhas verdejantes, oliveiras. Além, o Mediterrâneo, imóvel, como lençol imenso.

Nessas pequenas cidades tudo é gracioso, desde a pequenina praça até os pequenos negócios e seus habitantes que se movem no pequenino círculo.

A ilha de Capri, cuja travessia é feita em confortáveis «vapores», fica hora e meia de Sorrento. O aspecto montanhoso e alcantilado, identifica-o com a costa da qual é prolongamento.

A povoação aglomera-se à volta do pequenino ancoradouro. O funicular conduz-nos a minúsculo núcleo urbano, no alto. Vinhedos sobem pelas encostas. Vilas, residências, jardins, terraços, coroam as culminâncias, amenizando, humanizando os aspectos severos e ásperos da ilha. Refúgio do imperador Tibério, que aí passou seus últimos dias entre o crime, a devassidão e a cupidez.

O que sobretudo atrai os visitantes àqueles lugares é a famosa «gruta azul», (grota azzurra). Penetra-se no rochedo abruto, por pequena abertura que nos mergulha, de súbito, nas profundezas de uma caverna escura. O reflexo submarino da luz solar, no azul d'água, ilumina a abóbada com tons irreais, fantásticos.

O Mediterrâneo possui coloração intensamente azul, a qual, talvez, por isso, faz-nos pensar, tudo da mesma côr.

* * *

Caserta e Cassino são pontos de parada no caminho de volta para Roma. Caserta é notável por seu monumental palácio real.

Cassino, secular cidade monacal, desapareceu inteiramente com os bombardeiros da última guerra. Do antigo e famoso convento beneditino restavam (em 1948), apenas as ruínas. As habitações na encosta da colina foram literalmente arrasadas. Essas ruínas constituem, atualmente, curiosidade turística, pois que uma nova cidade surge na planície.

A caminho para o norte, atravessa-se o Lago de Bolsena, do lado oposto à já descrita região dos Lagos. Aquapendente e Siena ficam nesse percurso.

A catedral de Siena notabiliza-se pelos maravilhosos mosaicos e esculturas, decorada pelos mais célebres escultores da época, entre os quais, Giovanni de Pisa e seus discípulos. Possui não menos notável coleção de quadros de Rafael.

Lembra Siena Santa Catarina, a ardente Catarina Benincasa, elevada ao culto dos altares. Viveu, entre 1352 a 1380. Assombrou o mundo católico por sua notável clarividência, muito acima de sua educação e cultura, a ponto de inspirar transcendentes decisões à autoridade pontifícia, numa época difícil e agitada por guerras e dissensões entre a grei católica. Conta-se que seu olhar agudo penetrava até o íntimo das pessoas.

Na grande praça central, realizam-se ainda hoje as célebres competições para disputa do *pendão*, com sua razão de ser histórica. Com trajes característicos, que remontam aos tempos medievais, lançando ao ar bandeiras, desfilam grupos rivais, em torno da praça, festivamente ornamentada no estilo da época, regorgitante duma multidão estusiástica e vibrante.

No trajeto de Florença à Genova, passa-se por Lucca cidade que ainda conserva os muros de suas antigas fortificações. Piza, famosa por sua torre inclinada e pelo seu não menos notável batistério, trabalhado no mármore com o mais delicado labor.

Viareggio, cidade balneária, moderna, com confortáveis restaurantes e balneários. La Spezia, porto militar. Respallo, que se liga a uma conferência internacional, anterior à última guerra.

Graciosa, cheia de vivacidade, envaidece-se de suas lindas residências de vilegiatura, hotéis, passeios e «terraços», a beira-mar.

Genova, eleva-se com magnífico cenário notável em anfiteatro em torno do porto. Orgulha-se de seu empório marítimo, um dos maiores e movimentados da Itália e talvez do Mediterrâneo. A sua importância resulta da situação geográfica, em relação à Europa central.

Pátria de Cristóvão Colombo, erigiu-se-lhe imponente monumento, na praça fronteira à estação ferroviária.

A maior impressão, de Genova, é a do seu cemitério, chamado: «Staglieno Camposanto».

É antes museu de arte funerária que, propriamente um cemitério. Vinte e sete extensas galerias retangulares abrigam o fabuloso patrimônio artístico em mármore e bronzes, num patético anseio de perpetuidade.

O que mais surpreende nesse panteon famoso é haver mausoléus, nos quais, paradoxalmente, são homenageadas e lembradas pessoas que ainda não morreram.

Caso típico, é o de uma humilde vendedora de roscas, que passou a vida a reunir pequeno pecúlio à custa dos maiores sacrifícios.

Consolava-se, porém, com a idéia de ter um monumento que já tinha imaginado. Quando julgou chegado o momento, procurou um escultor, fazendo questão de «posar» com seu avental e seu cesto de roscas. Conta-se que ainda viveu 10 anos. Frequentemente, era vista florir a própria sepultura. Vimo-la e lemos os versos gravados no pedestal da estátua. Não os entendemos; pois eram compostos em dialeto genovês, de autoria da estatuada.

Seis e oito mil mausoléus ornamentam êsse campo santo. muitos dêles verdadeiras obras-primas.

Recordo o de uma estátua de mulher que se mostra inconsolável com a morte do espôso. Desesperadamente força a porta, da eternidade.

Uma ampulheta também mostra que o tempo de sua vida ainda não escoara. Parece, porém, que a verdadeira intenção da viúva era a de ver fundido em bronze seu corpo escultural e impressionar com seu belo gesto dramático!

Outro, representa um espírito passando, panejante, pela fresta de uma porta: a porta da eternidade. À medida que o panejamento confuso sobe, vai tomando a forma de um corpo de mulher. A fisionomia agora sorri, numa expressão de beatitude, para quatro cabecinhas de anjos que emergem das nuvens, nos quais revê seus próprios filhos. Junto ao pedestal, dois adolescentes (os que estão vivos), olham para o alto, numa infinita expressão de dor.

O que se pretende, com essa intensa dramatização que se quer dar à dor, é avivar o contraste entre êsses dois mundos tão distantes e tão próximos.

Monumento muitos simples, sugestivo é o de figura de mulher, em tamanho natural. Levanta nos braços uma criancinha à altura de um medalhão, que certamente é o do pai. Os bracinhos estendidos e a expressão terno do pai têm tal naturalidade, que até faz esquecer seu significado funerário.

O profundo simbolismo dêsses monumentos faz parecer a morte menos atterradora, por isso que nos acena com a libertação das penas da existência.

Sai-se dali, com o espírito não oprimido, como talvez sugerisse a melancolia do lugar, mas quase contente, menos desconsolado, mais esperançoso de que, na morte, nem tudo é esquecimento.

* * *

A viagem pela Itália desenrolou-se como num «filme». Dias numa cidade, horas noutra, passagem por outras. Paisagens, museus, obras de arte, monumentos, tudo enfim o que constitui o passado e o presente de uma civilização, essa velha civilização que nos legou tantos tesouros e sobre o qual paira a terrível ameaça de destruição vimo-la em boa parte num relance.

ENSAIOS DA LÍNGUA DOS ÍNDIOS MAGIRONAS OU MAIORUNAS DO RIO JANDIATUBA

(ALTO SOLIMÕES)

FREI FIDELIS DE ALVIANO, Cap.

Ensaio de língua dos Índios (Magironas) ou (Maiorunas) Tribo quase extinta, pois ficou um só indivíduo...

Esta tribo vivia, antigamente, no rio Ucaiali (Peru). Nestes últimos tempos, veio ao Brasil e estabeleceu-se no rio Javari e por fim no rio Jandiatuba (afluente direito de Solimões).

Guerrearam, por vários anos contra os Canamaris, dizimaram-se até o ponto de ficar uma só família, da qual ficou, agora, um só homem.

O distintivo dos Magironas é a estatura gigantesca, assim como as formas somáticas, pelas quais se distinguem de todas as tribos.

LÍNGUA DOS MAGIRONAS

Todos os sons da língua dos Magironas poderão ser representados pela fonética portuguesa, como foi dito (falando do idioma dos Ticunas).

É de se notar porém que as duas consoantes: S... e C... tem, quase sempre um som dental, como no castelhano, a palavra: *Vaçencia*... e a outra palavra... *Pertenezço*.

Todas estas palavras, nós escreveremos com esta fonética castelhana, isto é, com as duas consoantes: Z Ç.

Vamos dar aqui alguns exemplos:

Capizoé — metade... 2... Pauizçan — orelha... 3 Pazcé — Pacú... 4 Mazçó — Panela... 5 Zçazci — Adoecer... 6 Pozçan — Preguiça.

Notas etnológicas dos magironas ou índios magironas ou maiorunas, vieram do rio Ucaiali (Peru) passaram ao rio Javari,

e por fim ao rio Jandiatuba afluente de Solimões... onde guerrearão por muitos anos contra os Canamaris.

(Eles pertencem à família pano) são ultra bárbaros... comem... não somente os inimigos abatidos, mas até os velhos e doentes da própria tribo... não respeitando os próprios pais e filhos...

A

alagar, ir para o fundo	Aidané
amanhã	noiví
adoecer	zcazci
apanhar frutas etc.	Caidé
amigo	eví — meu amigo
meu amigo	sadé-eví
anta	duá
árvore	inguí
acapú	giantchá
água	ea-cá nacá
abaixo, para baixo	baián e codné
agora	leubí
atrás	pataré
arara	coimát
arce	piá
anânas	catí
asas	poi
aqui	ioé
acima	avó
amarelo	nezçó
alto	tchú — nó
baixo	té-te
arco	piá
abelha	baná e te-tô
aturá	cacân
aranha	soké
anta	duát
acender	tavaé
apagar	tenané
abanar	dasé-guê
batina (saia)	dacuté (ou) dácute
acabou	masadé
amanhã	setké
areia	masí
assoviar	suitqué
açay	panáte

arrancar	tchiké
aquí	quieoé
amar	danét
ano (tempo)	tibén
agua	natítchi
arpão	manequeté
arco	piá
aquí	tizei-dé
amigo	evi
meu amigo	sadé-vi
João é meu amigo	João sadé-vi

B

brigar	udindí-guê
barraca	tchavô
banco	salé
bico	tche-tá
braço	poró
bôca	aná
barba	coinhí
banana	tintuín
(bunda)	tchizçô
buraco	quiní
beber	aké
branco	zcét
bom	bedamá e biráma
baixo	té-te
bonito	bidamá
barriga	pozçã
barata	uampân
baixar	budé
barro	ma-pô
bôndia	saietché
(boanoite) — boa-noite	iamedé
bom — estou bom	patí
biancar	balasqué
brigar	danesqué
boa gente	bidamá
borboleta	tongodó
berço	cuixá
barraca	tcho-bô
breu	mamô
bom	bidamá
bêbedo	tonqué

bom, fiquei bom	pa-tchí-é
beira do rio	cu-tím
branco	azçô
bater	quidanguêi
bôm-dia	sait-quê
boa-tarde	iamedê

C

cachorro	nappá
chuva	né cé
cançado	patitchê
capinar	akê
cair	tongué
com cuidado	paguidé
caminho	vái
chamo te chamas	tutá?
cantar	mondé
eu canto	umbi mondé
Ceu (e Deus)	avô
cumprir	ptichó-gai
cima para cima	dauané
cadeira	sadê
calor	nitcha-gué
cabeça	mazçô
cara	bumána
cipó	niê-tchí
caititú	niguino
cabelo	bô
chorar	uiné
casar	baité
criança	baidé
costelas	cazçô
comida (de carne) comer	poé
cheirar	tche-sé
como passou?	ingané?
cego	viu-tchavé
caixe	dambédé
caçar	coané
cansado	padigé
cantar	monodé
cobrir	dô-nô
curuja	balabodô
cortar	quesqué
cair	tongué

comer	paé
cair no rio	dabedé
cachaça, caixaça	cani
cantar	munudé
chegar, chegou	sa-doén
caba	bin-má
<i>ccuchilar</i> — <i>couchilar</i>	níscasé
companheiro	noconoté
companheira	baidé
couro de veado	bizei
corda	divét
coração	nin-té
chifre	paí
correr	abadé
cuia	tumá
cupim	nacótche
cuspir	li-iôn
chaga, ferida	natchán
cacarejar, da galinha	toqueceké
cachorro	oa-pá
cherar	sidé
chotar	tibané
cobra	donô
cortar	taé
canoa	cuatchán
(capino) cupim	mai-mô
cara	tamô
cansado	paditché
cigarra	tariréki

D

dia, este dia	saiké — e — set-ké
dentro	edé
dente	xitá
dormir	ucé
doente ?	
deitado	ón-én
devagar	budá sigóne
dansa	munidé e monoré
doente	nené
derramar	iú-gué
devagar	buí-da-sé
depressa	abadé
despedaçar	mátzeé

dobrar	tenuaké
duro	tataí
Deus	avô

E

esmagar	amagué
espingarda	muccana
encher	lê
evacuar	coalé
estrêla	uitipá
escada	dauné e davané
espelho	ui-caté
eu	eubi
emperrar	naé
engulir	gé
entornar	ió-gué
esquecer	sinané
espirrar	singué
escutar	coané
estragar	caluán-paké
imbaúba	maít

F

fechar	se-tengué
fugir	ceané
farol	taudé
frio	i-Kené
fome	boné
feicha	tacá
fogo	té
flor	pô-ôke
fundo	namâin
fome (estou com fome)	boné
fedé	pasavadé
forte	uí-dén
fraco	parí
feito	insamá
foi ele	cuané
filho filha	bacuê
fumo de cigarro	cogái (e fogái)
fumaça de fogo	coain
ferida	tchoái
flexa	tauá

falar	enguê
farejar	sicê
ferrar	tecanê
folhas de árvore	pemâin
fronte	bumanán
fugir	abadê
farinha	ui
ferida — chaga	tautehí
fossa do porco	mazcé
furtar	buanê
fronte (testa)	pasê
fechar	zei-pukê

G

gordo	endapá e lapá
grande	da-pá
garça	a-ká
gritar	ainguê
garganta	teón
galinha	ta-cadá
gato	pit-chána
gavião	tchi-kí
gritar	ecué
guariba	dô
gostar	sanhái

H

hontem?	mendén
homem	dadá
hoje	manê

I

irmão	nucunutê
isto	baitê
igapó	na-tá
ilha	padô
(inambú) nambú	cumá
isca	tampí
itaúba	noumén
ir — vai embora	abatê

J

jacaré	capué e capít
jogar atirar fora	gananhá
1 eu jogo — 2 tu	1 jéa tchanhá 2 jéa coanhá
jacamim	neá
jacú	coivô
japim?	tantân
jcelho	dambedô
juriú	senô
jogar atirar	anopé
jandiá	xi-xiuá

L

lago	guián
lua	vutché
longe	medô
lenha	carô
lábio	atchá
lá vai	coané
leve	tchacá-tê
levantar-se	li-dó-e
levantar	li-dó-e
lama	iunô
lingua (membro)	aná
labios	o-bit
latir	io-gué
lago	ián
lago	netché
ladrão	i-tchaná
lavar	caqué
leite	tchetá
levar	tchacá-te
logo (depressa)	ui-miá-te
lagarta	tchiná

M

metade	capizcé
meu	sadé João é meu amigo
	— João sadé evi
mecher	tainé
morar	maidô
morder	paé

morcego	coá tchipan
mutuca	ei-pê
mucura	in-iamá
mudo	cague-mên
muito	da-pá muitos — emaguá
mariseadôr	sé
macacheira	azçó e açá
muitos	emaguá
moça	iuma-inçá
moço	camigué
magro	mazcé (e masté)
machado	dôe
mutum	mansanito
manguarí	a-ká
mão	makán
mato	nené
menino	ba-coé (e, daizçoé)
minjar?	esoné
menina	ma-tuaamá
matar — (cortar)	tche-é
mulher	auim
manhã (de manhã)	setké
mãe	ti-tá
morrer	nané
mama (ubere)	tchumá
mosquito	namón
machado	ndô-é
miar	eo-gué
medo	dacuidé
macaco prego	tchirô
macaco barrigudo	tuná
macaco de chero	tamá
macaco lião	sipí
mulher	auí
maluco	sinané
mariscar	iemé
maior	tchmnó
menor	te-té
muido	tubidé

N.

nada

Ex.

bamár (não encontrei coisa
alguma) (nada)
bamá hé

ninho
 noite
 novo
 nu
 nunca
 nariz
 (não
 (sim

ná
 iamê (e) iamedê
 ioká
 auenguadê
 bamás
 litchán
 aui-ranguê
 aí

O

orelha
 onça
 o que é?
 porque
 olho
 ombro
 osso
 ovo

pauizcán (e fautchán)
 camôn
avudaqué? e andaqué
 boédo
 potó
 tchavá
 bozcei

P

pacú
 pajé
 panela
 panêla
 papagaio
 paraná
 passar
 pedir
 pente
 perna
 pesado
 pescador
 pinicapau
 pimenta
 pinta
 piranha
 plantar
 pouco
 porta
 preguiça
 preto
 pular
 preça (com preça)

pazcé
 ecoké
 cacán
 mazcô
 tomi
 parô
 coané
 naé
 que-uá-uá
 quissi
 eguán
 queonê
 toaká
 tamoe
 totô
 makê
 mauané
 inagua-pén
 sipuqué
 polzcái
 ussó
 pudunê
 oé nattê

pressa	
pacear	tzcé
pirarucú	namóe
peixe bõe	tupuná
(piqueno) (peirarucú)	mazcé
pê	tuáe
pão	invui
pupunha	nani e nanim
penas	a-ni
ponte	poté
penis	isoné, e tchúi
preto	uisó
pesado	ivuõe
pele	vizci
papai	sinané
pote	mapô
pedra	moeô
pau para fazer fogo (embauba) .	mai-té
partir pelo meio	
puxar	tê-gáe
pelo	dauí
pedra	mocô
paca	mapuá
(pralha) (praia)	massi
perto	nezcé

Q

quero	in-uá
queima — (remedio forte)	itchí
queima (fogo)	tamoé

R

rego	máste
rio	padô
risada	daené
riscar	guené
rua	bai
risada	dainé, e tai-né
rêde	li
remo	ui-té
rabo	inhá
ruim	isáma
bom	birama

risada, rir	deiné
roça	máe
remo	apouí-tau
rasgar	capizcé
(rucar) (roncar)	ucé

S

sapo	saquexé
sol	vadi
sêde, (estou com sêde)	tchemái
sempre	dinká
sôrva	tchecô
surdo	nitchagué
sapo	coquétche
sentar	tadé
sim	ai
sigarro	parâezci
saúva	tchimá
sarabatana	teu-pi
sangue	imi
sítio (lugar)	bedamá
sabiá	io-pá
sacudir	ho-clé
sbadilhar	tchadé
sal	iú-cara
sangrar (sanguí)	imi
saracura	saçúm
sarar, sarou	mainé
sêco	tanoné
sentar	tadé
cigarra?	taririki
siscar	nazcé
sosinho	aipá
subir	danané
socar	tinné
sonhar	namagué
soprar	buscai
sosobrar	cagué (e)
suar	nitcha-gué
sujar	manizçói
sumir-se	vamaskené
surra	coaizcé
suspender	cadoé

T

teu	niconá
tucháua	entoá
tartarúca	necó
tracajás	tchetá
tambaquim	iã-pá
terçado	maué e mané
tarde	diamedé
(tucano) tucano	iangõe
testículos	ovô
tarde, de tarde	iã-medé
trabalho	máe e mané
tu	aiú-dáke
tu és bom	aiú-dake bidamá
tossir	toso-sogue
taracôa	biezçân
formigas de fogo	ê-ô
(tocandeira) tucanguira	boná
taióba	maoé
tamanduá	sái
tampa	bitacé
tanga	tchavô
tatú	iané
tapagem	canauái
tem	tadê
não tem	bamár
timbó	comó
tipiti, ou tucupi	misanuá
tipóia	baizci
tapar	tongué
torcer	o-né
trabalhar	mané
transportar	oné
trancar	zeitangué
transpassar	tasté muai
traveçar	poté
tremer	sacaqué
trovão	avô
tucano	tchangúi
tucúm	aimad
tucumá	pozçô
tucunaré	tomá
tumba	náe

U

unha	tae-macân
urubú	puicón
(um	aipá
(dois	dauét
(tres treis	ingua
(quatro	uât, uât
(cinco	in-uâ
unha	mainezcin
umbilico	nitchón
urinar	puicón

V

velho, (daizçó) velha	(maezçó) maezçó
vestido	decaungué
vento	anhán e iu-né
viado	tcha-tchú
vulva	tchipi
verde	ikiô
vermelho	chin-chin
voltar	ioé
vai para la	coané
vai embora	abá-té
vender	mainé
vir venha aqui	ioé
vadiar	manemén
vara	in-ui
varrer	macudé
veado	tcha-tchô
vender	mainé
virar	cagué
voar	coáne
vomitár	oké

Z

zangado	daneské
---------------	---------

ÍNDIOS UNGONINOS

Os índios *Ungoninos* do Rio Ucaiali flagelam até derramar sangue a jovem índia, antes da mesma contrair casamento; o pajá manda que os espíritos malignos saiam da moça e entrem no pau a que ela fica amarrada e quando ela, pela dor e pela perda de

sangue, desmaia e cai no chão, o pajé declara ao noivo que o espírito bom entrou já no corpo da moça e que o espírito maligno entrou na árvore em que ela está prêsa. O noivo levanta, então, a coitada e, muito satisfeito, a arrasta para sua barraca. Êstes mesmos Ongoninos ou Ũgoninos sepultam vivos, e em pé, os doentes e os velhos com a cara virada à própria aldeia, cobrem de terra a cara, até os olhos e os deixam assim morrer de fome. Depois de muitos dias acabam de enterrá-los.

ÍNDIOS HUMBISA

Do alto Amazonas (Peru e Equador)

Êstes índios secam e diminuem as cabeças dos prisioneiros, até reduzi-las a quinta parte de seu tamanho, para levá-las consigo nas guerras e para vendê-las... Êste mesmo costume tem os índios «Aguarunas», do Peru, os quais têm uma habilidade especial em reduzir as cabeças dos inimigos abatidos e de todos que êles conseguem prender.

O processo em tal operação é êste: Esvaziam, com muita habilidade, o crânio, extraíndo por baixo da nuca todos os ossos internos, pedaço por pedaço, sem tocar a pele da cara nem o couro cabeludo. Em seguida, introduzem pedrinhas em braza, mechendo com ligeireza por todos os lados, a caveira, sacodem-na por horas com pedras novas tiradas do fogo, raspando, em seguida, o carvão da caixa craniana queimada. Quando o couro cabeludo e a pele da cara amoleceram introduzem o sumo de uma tal mangarataia que dá o efeito do alumen, isto é, encolhem e secam. Repetindo por várias vêzes a operação e expondo ao sol esta cútis craniana vai se reduzindo de tamanho sem mudar as feições da cara. É esta uma habilidade peculiar dos índios «Aguarunas».

Os índios «Humbisas» de que falamos acima têm por costume de bater, até derramar sangue, os meninos e os rapazes para experimentar a resistência dêles e acostumá-los a sofrer.

Os mesmos amarram em uma maca, a jovem índia, e acendem ao redor dela um fogo com palha molhada, deixando-a por 11 horas numa fumaceira irrespirável, com o fim de afugentar dela os espiritos malignos e para acostumá-la a sofrer muito, antes de entregá-la ao noivo.

ÍNDIOS CANIBÓS

Os índios «Canibós», do Brasil, praticam as mesmas barbaridades com as moças quando chegam a puberdade, pois fecham-nas na chamada «casa da fumaça». A fumaça é feita com substâncias tóxicas queimadas dentro de uma casa de taipa fechada por todos

os lados: a moça fica aí prêsa, correndo o risco de morrer asfixiada.

«ENGONINOS» e «CANIBÓS»

Os índios «Engoninos» e «Canibós» mostram-se ainda mais bárbaros com os meninos e com as moças que chegam à idade da puberdade; pois ou meninos são circuncisos com espinhos e as moças são flageladas na casa da fumaça, onde, além da defumação, são açoitadas com cordas a que ficam encastoadas pedrinhas cor-tantes.

É referido pelo indianista (Pujan) Diz. p. 223. O mesmo afirma que a circuncisão é comum entre os «Aranaques».

O mesmo diz que as mulheres não podem olhar para o Jurupari, sob penas gravíssimas.

BORORÓS

Os índios Bororós, do Rio S. Lourenço, exumam, depois de várias semanas, o cadáver da pessoa extinta, lavam os ossos, tiram, com os dentes, a carne que fica ainda prêsa aos mesmos, bebem a água enquanto murmuram uma vênica que é uma prece, um sufrá-gio, ou melhor, uma exortação para que o espirito do recém fale-cido deixe a matéria do seu corpo e suba até o mundo dos espíritos e para que isso possa êle fazer mais facilmente, vão depositar os ossos no lugar mais fundo do rio ou de algum lago.

MORÉ

Índios «Moré», do Rio Guaporé. Estes índios exumam os ossos dos mortos, os trituram e com o pó (misturado com castanhas) formam pães que êles comem, enquanto bebem tchtcha (bebida alcóolica) e dansam nas festas dêles.

O mesmo costume tem os índios Iauas, do Peru e do Rio Javari; com a diferença que os Iauas penduram o cadáver a uma árvore e, depois de três dias, o queimam e com a cinza fazem bolos, que comem, em seguida, nas festas, para manter comunicação e união com a pessoa extinta.

ÍNDIOS CARIPUNÁ

Índios Caripuná, do Rio Paraná e outros índios do Rio Gua-poré comem carne humana.

ÍNDIOS PARINTINTINS

Os índios Parintintins, do Rio Madeira, não comem carne dos brancos porque é muito salgada para êles, mas comem a carne dos outros índios.

ÍNDIOS «LENGUA»

Os índios «Lengua» tem por costume sacrificar uma criança (menino ou menina) para se tornar propício o deus da chuva. Escolhem, para isso, a criancinha mais bonita, assam esta vítima inocente e todos da tribo estão convidados a comer um pedacinho. A mãe da criança come um pedaço maior e o come debulhada em lágrimas, oferecendo a Deus o grande sacrifício.

Este mesmo costume tem os índios «Diaguitas», da Argentina, os quais oferecem muitas vítimas humanas aos Deuses.

ÍNDIOS OCAINAS DO RIO PUTUMAIO

Êstes índios admitem dois princípios: o princípio, ou Deus do bem, chamado «Usinanve» e o do mal, chamado «Taipenu». Êstes índios adoram a lua e a chamam Fuey.

ÍNDIOS «ANDOQUES» DO RIO PUTUMAIO

Êstes índios têm por costume de engordar os velhos e comê-los nos dias de festa. Os velhos, embora saibam da triste sorte que os atende, não fogem, não se impressionam, mas, antes, de boa vontade aceitam a boa comida para engordar e um, a quem foi perguntado se não estava triste da sua sorte e da morte violenta que lhe era iminente, respondeu sossegado que também êle tinha comido já muitos.

No dia e à hora em que o carrasco se prepara para matar o velho que mais engordou, começa a falar-lhe assim: Eu tinha um tio ou um avô, ou um velho parente, tão forte e corajoso que não deu um grito ao receber os golpes do tacape (gênero de machado). Vejamos se tu também és forte como os nossos antepassados. E assim falando descarrega na cabeça dêle o tremendo golpe mortal...

ÍNDIOS «MAGIRONAS OU MAIORANAS»

Êstes índios vieram do Rio Ucaiali (Peru). Passaram ao Rio Javari e enfim ao Rio Jandiatuba (afluente direito do Rio Solimões), onde guerrearam por longos anos contra os Canamaris do rio Jutay por causa das tartarugas.

Enfim (embora fôsem êstes de estatura gigantesca) tiveram que sucumbir, por causa da superioridade numérica dos adversários de forma que hoje os Magironas são uma tribo não sômente dizimada, mas quase extinta, tendo ficado uma só família e por fim um só indivíduo que vive retirado no Jandiatuba.

Os Magironas pertencem à família «Pano». Distinguem-se de todos os outros índios pelo estatura gigantesca e pelas formas somáticas, pois têm uma cara e uma fronte muito ampla e o nariz «a campana».

São ultra bárbaros; comem, não sòmente os inimigos abatidos, mas até os velhos e os doentes, não respeitando os próprios pais e filhos.

ÍNDIOS ANDOQUES DO RIO PUTUMAIO E JAPURÁ

Comem os inimigos e os brancos com o fim de se apoderarem das virtudes e da inteligência dêles, preferindo os heróis que êles conseguiram abater e os sábios que ensinaram a êles alguma coisa.

O RIO GRANDE DO NORTE NO SENADO DA REPÚBLICA

JOSÉ AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS

(Continuação)

II — TOBIAS MONTEIRO

CONFERÊNCIA REALIZADA NO CENTRO NORTE-RIOGRANDENSE

O Rio Grande do Norte é do ponto de vista de recursos naturais (pelo menos tendo-se em atenção os que atualmente são conhecidos e explorados) um dos Estados mais pobres do Brasil.

A sua economia repousa principalmente sobre o algodão e o sal, produtos da melhor qualidade, este rivalizando com o melhor do mundo que é o de Cadiz, e a este até superior por mais rico em cloreto de sódio, e aquele de fibra equivalente à do famoso algodão egípcio, longa, sedosa, resistente, mas em quantidade que não atinge 30 milhões de quilos anualmente.

As outras fontes de atividade prática mais utilizadas, e para as quais o solo potiguar é apto, são os cereais e a pecuária, profunda e periodicamente prejudicados pelas longas estiagens, a cêra de carnaúba, no Vale do Açu, o agave, a cana de açúcar, esta nos poucos e pequenos vales úmidos do litoral.

Acresce que seu território está situado na região mais seca do Brasil, quase totalmente atingido pelo flagelo periódico e inexorável a destruir o muito pouco que o hercúleo esforço do homem consegue reunir e guardar.

Natal, a capital do Estado, a cidade em que Tobias Monteiro nasceu e viveu a sua infância e a sua adolescência, é um dos recantos desse território mais desajudado da fortuna e de mais poucos recursos naturais. Centro urbano, sem agricultura, sem indústria, a população local vive de emprego público, do

comércio, um pouco da pesca e da colheita de um fruto silvestre — a mangaba.

Natal é um pôrto, mas a produção do Estado, em grande parte, pelo menos a de além Borborema, a do Seridó, se escôa por Campina Grande para a Paraíba e para o Recife, e a do oeste para Fortaleza, Areia Branca e Macau.

Natal, por isso, foi sempre, e ainda é, uma cidade de gente pobre, vivendo na maior simplicidade e modéstia.

A família de Tobias Monteiro, (os Rego Monteiro), era como tôdas as demais da cidade, desprovida de dinheiro e se conduzia modestamente, embora fôsse das de melhor condição social ali fixadas.

A vida de Natal, de população muito pequena, por volta de 1866, quando Tobias Monteiro nasceu, decorria monótona como em qualquer outra modesta *urbs* nordestina, apenas agitada, vez por outra, pelas brigas entre *Xarias* e *Canguleiros*, como eram chamados os habitantes dos dois bairros em que ela então se dividia, a ribeira (onde ficavam os Canguleiros) e a cidade alta (onde moravam os Xarias), brigas comuns, sobretudo nos encontros das procissões, por ocasião das festas religiosas.

A política também por vêzes turvava a placidez do viver cotidiano, nas pugnas e disputas, entre os chefes de graduação na Província dos dois partidos existentes, o Liberal, com Amaro Bezerra, Moreira Brandão, Euclides Deocleciano de Albuquerque, José Bernardo, Antônio Basílio, o Conservador, com F. Gomes da Silva, Bonifácio Câmara, Padre João Manuel, Tarquínio de Sousa e outros mais.

O meio intelectual nenhum aspecto interessante podia oferecer. O único estabelecimento de ensino secundário era o Ateneu Norte-Riograndense, acrescido de algumas raríssimas aulas particulares, sobressaindo a de latim, do Professor José Gothardo.

Jornais raros e periódicos: nenhum diário. Apenas um poeta: Lourival Açucena, a declamar os seus versos nas serenatas habituais.

Tobias revelou-se desde cedo um estudante de rara aplicação e participava com outros colegas também estudiosos, André da Rocha, Ribeiro Dantas, seu irmão Zacarias, todos os três, mais tarde, grandes magistrados fora do Estado, Moreira Brandão Filho, depois político de prestígio em Minas Gerais, alguns outros, das associações literárias de vida precária que formavam, nas quais se ensaiavam para futuros vãos nos domínios da inteligência.

Concluídos os estudos secundários, ou preparatórios, como naquele tempo se chamavam os atuais cursos ginasiais e colegiais,

e, após permanecer algum tempo na província por lhe faltarem recursos para a procura do bacharelado, transportou-se para o sul, como o fizeram muitos outros filhos do pequeno e pobre Estado nordestino.

Veio para a capital do Império, para a Côrte, para o Rio de Janeiro, o que lhe foi facilitado por uma pensão que lhe foi atribuída pela Assembléia Legislativa da Província, por iniciativa do Presidente da mesma, José Bernardo de Medeiros, chefe liberal que tinha especial predileção pela inteligência de Tobias.

O seu destino era o curso superior, era o doutorado, era a Faculdade de Medicina, que passou a frequentar e cujos dois ou três primeiros anos transpôs com facilidade.

Por êsse tempo, as idéias liberais começavam a tomar vulto no país, e duas delas, a da abolição e da república, empolgavam os espíritos mais novos e os mais idealistas. Tobias desde logo alistou-se nas duas campanhas. Já então, em missões acadêmicas, se aproximara de homens de maior evidência e prestígio, como Sousa Dantas, Paulino de Sousa, Ouro Preto, Ruy Barbosa, em cada um dos quais ia fazendo um amigo e um admirador, tal a vivacidade de sua inteligência, tal o ardor de sua combatividade.

O JORNALISTA

Tobias revelara sempre pendores e tendências para o jornalismo. Ainda quase menino escrevia em Natal na *A Idéia* e na *A Luz*, jornalecos de estudantes e de vida efêmera. No Rio já se ensaiara na *Gazeta da Tarde*, defendendo pontos de vista interessando à vida acadêmica, mas a sua ambição era a redação de um grande jornal de combate, sobretudo *O País*, de Quintino Bocaiuva, para o qual chegou a escrever alguns artigos.

Não conseguiu desde logo a sua legítima aspiração, apesar de para tanto não lhe faltar talento, mas não tardou muito em ingressar na grande imprensa do País, no *Jornal do Brasil*, no *Correio Paulistano* (*Cartas sem título* sob o pseudônimo de José Estêvão), no *Diário de Notícias* de Ruy Barbosa, e afinal no *Jornal do Comércio*, onde se projetou de maneira excepcional, e em cujas colunas sustentou campanhas das que mais interessavam ao futuro do País.

Basta assinalar que Prudente de Moraes, o pacificador do País, Rio Branco, o delimitador das nossas fronteiras, Campos Sales, o consolidador das nossas finanças, tiveram no *Jornal do Comércio*, através da pena magistral de Tobias Monteiro, o verdadeiro esclarecedor da opinião pública, o defensor sem hesitações das grandes causas nacionais, a cujo serviço puseram êles todo o seu patriotismo.

Quando se fizer a história da imprensa nas primeiras décadas da nossa República, estou seguro de que caberá a Tobias Monteiro um lugar destacado entre os nossos jornalistas de maior porte.

Todos os assuntos de capital importância para o Brasil tiveram de sua pena comentários e análises, aplausos ou críticas em relação à maneira por que eram conduzidos pelo poder público, sempre num estilo sóbrio, medido, numa linguagem, a um tempo, elevada e pura.

O problema de ordem pública, o da ordem constitucional, o da regularidade nas finanças públicas, a questão do Acre, a da vacina obrigatória, todos os acontecimentos marcantes agitados e trazidos à baila entre 1891 e os dois primeiros decênios deste século, foram vistos e encarados pelo jornalista potiguar que lhes dava o verdadeiro sentido, o sentido que mais se ajustava à conveniência da coletividade brasileira.

Tobias não era, como toda gente de elite no Brasil, *bacharel formado*, pois, como vimos, não cursou senão os primeiros anos da Faculdade de Medicina, mas debatia todos os problemas, os de ordem econômica, financeira, ou jurídica, como se fôsse nêles versado ou especializado.

Veja-se, por exemplo, como no debate sobre a famosa questão da anistia, que tanto notabilizou Ruy Barbosa, o jornalista potiguar interveio com palavras que bem podiam ser escritas e tese que bem podia ser sustentada pelo melhor dos juristas. Era assim que se pronunciava Tobias:

«A anistia é o esquecimento do delito e das suas consequências, inibe a ação pública contra os que tenham cometido o crime e extingue a pena imposta aos condenados. No interesse do Estado, ela desce como o véu, que esconde para sempre o passado, e, em sua ação benfazeja, não deixa sobre o anistiado a mais leve mancha sequer. Mas, para que a anistia seja uma realidade e importe todas as consequências do seu valor jurídico, é preciso que nenhum subterfúgio, nenhum sofisma, nenhum erro possa prejudicar a elasticidade da sua ação reparadora, que restitui à sociedade, tão limpos como antes do crime, todos aqueles que tenham de qualquer modo atentado contra ela, em algumas manifestação condenável pelas leis penais. Toda limitação imposta aos direitos de que gozava o anistiado, antes da infração, é contrária ao caráter da fórmula jurídica, que a sociedade inventou para banir a lembrança de suas divisões intestinas, no interesse da paz e do bem-estar comum. Nenhuma medida pode ser decretada simultaneamente com a anistia, importando a mais leve punição, prejudicial aos individuos, a quem ela alcança».

Dir-se-ia que falava o próprio Ruy ou Waldeck Rousseau, êste quando, da tribuna do Senado Francês, doutrinava: *L'amnistie ne juge pas. Elle n'accuse pas, elle n'innocente pas, elle ne condamne pas, elle ignore. Elle s'inspire non pas de la clemence, ni même du sentiment de la justice positive, elle s'inspire de l'intérête politique, et quand on veut savoir si une loi d'amnistie doit être votée, ou si elle doit être repoussée, il ne faut point s'attacher à l'intérête que méritent les personnes, il faut se demander ce qu'il exige l'intérête général.*

Poderia citar aqui as dezenas ou centenas de trabalhos jornalísticos de Tobias Monteiro a revelarem o sentido construtor que dava a todos os debates em que se envolvia, no exame constante dos problemas sugeridos pela evolução do país.

Impossível, porém, fazê-lo, pois não o permite a natureza desta ligeira análise da personalidade do meu grande conterrâneo.

Mas não posso fugir ao prazer de deixar aqui êsse pequeno trecho de uma de suas *Cartas sem Título*, a exprobrar a mania legislferante que, desde os dias primeiros da República, se introduziu nos nossos hábitos:

«Um dos males que afligem a sociedade é o abuso das leis com que o Estado quer substituir o indivíduo e a família. No caso em discussão êle deve reconhecer que, tendo proclamado a liberdade de religiões, e sendo a moral religiosa um laço importantíssimo de reunião conjugal, o mais que lhe cabe é estabelecer para todos os cidadãos, qualquer que seja a sua fé, uma forma leiga de casamento, declarando que todos os direitos escritos da família, que se apuram perante os órgãos da autoridade pública, ficam dependentes da realização dessa cerimônia civil.

O Estado, que não pode evitar nenhuma ordem irregular de união entre os sexos, não pode considerar crime a simples celebração de uma cerimônia religiosa antes do ato civil exigido nas suas leis. Nessa esfera da consciência a sua intervenção é uma tirania. Não lhe cabe examinar quais as condições de ordem moral que os indivíduos julgam imprescindíveis para santificar as uniões. A sua ação só começa no terreno das relações jurídicas, e, perante as suas leis, essas só se iniciam quando termina o ato civil, que foi criado para estabelecer o casamento.

Fique o Estado na sua função leiga e deixe à evolução moral dos indivíduos a constituição e o aperfeiçoamento da família».

O POLÍTICO

Rápida foi a passagem de Tobias Monteiro pela vida pública. Foi oficial de gabinete de Ruy Barbosa quando êste, nos albores da República, ocupou a pasta da Fazenda, secretariou,

isso mesmo em caráter particular, o presidente eleito, Campos Sales, quando êste, antes da posse, viajou pela Europa; e ocupou, por muito poucos anos, um lugar de senador federal pelo Rio Grande do Norte.

Como participante do gabinete de Ruy, gozou dêste a mais absoluta confiança, incumbido de abrir e dar destino a tôda a sua vasta correspondência. De como se conduziu secretariando Campos Sales, na sua excursão pelo velho mundo, dá êste depoimento o próprio ex-presidente no seu livro *Da Propaganda à Presidência*: «No dia 18 de abril de 1898, eu partia de São Paulo para o Rio, onde deveria tomar o paquete a 20. Após um almôço, que ali me ofereceram amigos e membros do governo, o Dr. José Carlos Rodrigues, diretor do *Jornal do Comércio*, perguntou se seria do meu agrado levar, como companheiro de viagem o representante daquela fôlha: Tobias Monteiro, a quem eu conhecia desde o tempo do Governo Provisório, quando, ainda muito jovem, revelara apreciáveis dotes de inteligência e de caráter, prestando serviços no gabinete a conspícuo membro daquele governo. Aceitei o oferecimento como um serviço, e Tobias Monteiro acompanhou o presidente eleito, como representante do jornal, apresentando-o eu depois, no interêsse de sua missão, como meu secretário particular. É valioso testemunho dos serviços que êle prestou o seu livro *O Sr. Campos Sales na Europa*, em que tamanho relêvo deu ao patriótico interêsse que lhe despertam as coisas do nosso país».

Para o Senado da República entrou Tobias Monteiro na vaga deixada por Ferreira Chaves, quando nomeado ministro da Marinha pelo Presidente Epitácio Pessoa, isso no ano de 1921.

No Senado, revelou-se um homem eficiente, preocupado com as questões de vital interêsse para o país, as quais defendia com a maior elevação de vistas, o que lhe valeu considerável simpatia e prestígio entre os seus pares.

Não foram poucos, e sempre dos mais relevantes, os problemas que examinou, e discutiu, e para os quais indicou as melhores e mais acertadas soluções. A sua forma de eloquência, conforme o testemunho de um seu contemporâneo no velho palácio do Conde dos Arcos, Eloy de Sousa, era «intermediária entre a conversa e o discurso», sem ênfase, sem arroubos, sem a gesticulação peculiar à maioria dos nossos oradores. A própria voz era medida de modo a não ir além do diapasão, em que as pessoas bem educadas costumam conversar, conforme as dimensões do recinto. Sem embargo dessa sobriedade, que não excluía o calor emanado da própria convicção, prendia o auditório, numa corrente de simpatia e de compreensão proveitosa. Mudar con-

vicções foi uma fortuna que acompanhou os grandes oradores do parlamento. Bem raros, porém, foram os que conseguiram fazer os convencidos mudarem de voto. Tobias Monteiro alcançou êsse milagre, só produzindo uma vez no Senado da República, por Manuel Victorino, e tal resultado foi conseguido do debate de um projeto, no qual sua proposta suspeição poderia influir para reduzir a força dos seus argumentos». No Senado pouco demorou Tobias, e eis que em 1923 renuncia o seu mandato. É que o seu espírito não se coadunava bem com as regras de formalismo partidário, com as praxes e normas da disciplina das facções. Isso não quer dizer que a Tobias faltassem as qualidades do político.

Político é que êle era, e dos da melhor estirpe, pois política é a arte de dirigir os povos e a Tobias nunca faltou, antes nêle sempre preponderou, a preocupação constante de dar à sociedade brasileira a direção reclamada pelos imperativos do bem público. Com o que êle não se conformava era com o partidatismo, com as conveniências das facções postas acima dos interesses coletivos. Era esta a sua compreensão da vida política, manifestada invariavelmente desde o seu início, desde o começo da República, quando passou a ter voz, a falar sobre a condução dos negócios públicos do Brasil ou do seu Rio Grande do Norte. Na vasta correspondência em meu poder, trocada com meu avô, senador José Bernardo, seu amigo desde os tempos monárquicos, e para quem êle falava de alma aberta e franca, há inúmeras demonstrações dessa sua preocupação de pôr os princípios acima de tudo e em não faltar aos deveres para com as idéias. Numa dessas missivas, a de 3 de março de 1893, escreveu êle a José Bernardo, seu correligionário na oposição ao governador do Rio Grande do Norte: «Quando eu soube dos movimentos de deposição no Maranhão e Amazonas, telegrafei para Natal, significando que a transferência do Nery (tratava-se de Pedro Nery, comandante do 34º Batalhão de Infantaria) era apenas um ato de força moral a nosso favor e nunca um estímulo à deposição da *besta*. Você sabe como eu penso nesse sentido e tenho a felicidade de contá-lo do meu lado na mesma opinião. A violência dá força aos violentados; o *assombrado* está hoje degradado em nossa terra, mas, se a força pública o depuser, amanhã, êle será um centro de simpatias, desfrutadas pelo sentimento de revolta que a opinião desperta. Quem fôr republicano e federalista, não deve querer em conjuntura nenhuma servir-se da tropa contra a autoridade pública. Se permitirem êsses hábitos, estamos perdidos, teremos constituído a política em caudilhagem. É preciso atender às lições de ontem: Pedro Velho subiu pelas baionetas do batalhão e hoje tem contra si essas mesmas baionetas.

A linha reta é sempre o melhor caminho, vamos trabalhando devagar e haveremos de chegar ao nosso alvo».

Quando estas linhas, repassadas do mais puro sentimento democrático, eram escritas, Tobias tinha apenas 27 anos de idade e já se revelava o político na mais exata expressão do vocábulo, pondo os princípios acima dos interesses de momento. E foi esta sua orientação invariável.

Outro aspecto do seu espírito público, que cabe ressaltar, é o interesse pelo aproveitamento no Rio Grande do Norte dos homens moços e de inteligência, capazes de rasgarem novos horizontes para a terra estremecida. Nesse sentido há várias cartas dêle para José Bernardo, insistindo na indicação de quem pudesse servir à nova política que as instituições livres reclamavam. Um dos seus candidatos prediletos era o então muito jovem portiguar Manuel André da Rocha, que estava no Rio Grande do Sul e por cujo retorno ao Rio Grande do Norte Tobias quebrava lanças. Em carta de 19 de abril de 1890, (Tobias tinha então 24 anos), era assim que êle se dirigia ao meu avô: «Tínhamos combinado aqui, e com o P. Velho, que era conveniente ter M. André na Capital para trabalhar, não pelo lado estragado dos enredos e dos mexericos, da gíria política, mas pelo caminho intelectual das organizações futuras do nosso Estado, nas questões de ensino e de Constituição. Conheço, como poucos, o mérito superior dêsse excelente rapaz, muito dado ao estudo e ao trabalho, e compreendo a necessidade de aproveitar os homens como êle». O aviso não foi ouvido, e André da Rocha continuou no Rio Grande do Sul, que lhe soube apreciar os grandes méritos, fazendo-o diretor de sua Faculdade de Direito e presidente do seu Superior Tribunal de Justiça, postos que tanto honrou com aquêlê saber jurídico que o distinguira sempre entre os juristas de sua geração.

O episódio, um entre alguns outros, retrata o papel que Tobias considerava imprescindível, em bem do futuro da democracia, reservar à inteligência e à cultura na direção dos negócios públicos.

O HISTORIADOR

Ao deixar a cadeira senatorial e, do mesmo passo, a política militante, para a qual não sentia inclinações nem atrativos, Tobias declarava: «É melhor voltar aos meus alfarrábios». Os seus alfarrábios eram os papéis velhos, os arquivos, nos quais muito havia o que perquirir para descobrir o filão da evolução histórica do Brasil. Nesse vasto campo há muitas coisas a desbravar, muito acontecimento a reconstituir, muito perfil de homem de Estado

a recompor. Tobias, desde muito moço, sentiu o seu espírito atraído por êsse gênero de pesquisas e indagações.

E não houve documento repousando nos arquivos no estrangeiro ou nas nossas Secretarias de Estado e nos Institutos Históricos que não remexesse e repassasse na ânsia de reparar injustiças e inverdades dos historiadores, para repor fatos e homens dentro da verdade histórica e na sua exata configuração.

Os seus estudos voltaram-se de preferência para a formação da vida de nossa nacionalidade, desde o seu alvorecer até os últimos dias do Império. O seu *Pesquisas e Depoimentos* no qual foi buscar a palavra e a informação dos nossos homens de Estado, dos quais pôde se aproximar e foi possível colher as próprias narrativas, é um livro precioso para quem pretenda conhecer e compreender a vida da monarquia brasileira nos seus últimos instantes, nos dias que precederam imediatamente à proclamação da República.

O que interessava a Tobias na sua tarefa de historiador era a verdade dos acontecimentos a expor e narrar, era dar o retrato exato da época, apanhando as personalidades marcantes nos seus precisos caracteres e situando-as nos limites certos de sua ação dentro de cada acontecimento. Tobias não se apaixonava pelas personalidades estudadas, não as exaltava ou depreciava no *apriorismo* comum a certos historiadores dos mais afamados e ilustres. Era mais um fotógrafo do que um advogado ou acusador das figuras trazidas à cena. As suas conclusões em relação a cada uma delas e em relação a cada fato decorriam da documentação encontrada, honestamente exibida. Recordo-me que aí por volta de 1926 ou 1927 era eu governador do Rio Grande do Norte e acolhia em minha residência da «Vila Cincinato» D. Pedro de Orleans e Bragança, com sua consorte a Princesa Elizabeth e sua filha, então a princesinha Isabel, hoje a Duquesa de Paris. No momento, o carteiro do correio entrega-me o primeiro volume da grande obra histórica de Tobias, poucos dias antes aparecida no Rio de Janeiro. Passo o livro às mãos de D. Pedro e êle abre justamente na página em que se estampa a retrato de Carlota Joaquina. Lê algumas linhas e, voltando-se para mim, exclama: «A minha avó não era bonita, mas não era tão feia quanto está na fotogravura. De qualquer maneira, o que vale é que o historiador dá o outro retrato — o da imperatriz — com as tintas vivas e seguras de sua inteligência e de sua capacidade».

É que Tobias divulgava documentos até então inéditos, reveladores do gênio político de Carlota Joaquina. O que dominava em Tobias, historiador, era a paixão da verdade, na descoberta da qual o seu instrumento de investigação era o documento

autêntico e veraz, eram os fatos na sua nudez. Não se conclua daí que as suas narrativas históricas fôsem monótonas e áridas, sem que delas o autor procurasse tirar o sentido psicológico. Por outro lado, eram escritas em um estilo que situa o escritor entre os melhores homens de letras com que já contou o país. Não resisto aqui ao prazer de citar uma das suas páginas litero-históricas mais formosas, aquela em que, a propósito do Chalaça, retrata e exprobra o papel do bajulador junto aos dirigentes dos povos. Ei-la:

«Em todos os tempos, não só os reis, também os governantes não coroados, ainda os mais ciosos da sua autoridade, são muitas vezes inspirados por certo gênero de serviçais, que se degradam para melhor conseguir os seus fins. Tanto se mostram receiosos de parecerem influenciados por colaboradores independentes e esclarecidos, cujo auxílio solicitem e até lhes suprem as deficiências, quanto se deixam enganar pela habilidade dos aduladores e o servilismo da criadagem graduada, cuja subalternidade não deixa alguém suspeitar da influência que de fato exercem. Explorando a vaidade do senhor, sabem os meios de preveni-los contra a franqueza dos que não lisonjeiam e são verazes. «Tal é a sagacidade dos aduladores e a sua potência», dizia o Padre Antônio Vieira, no sermão acerca da funesta caterva, «e tão tiranizadas andam entre êles as mesmas majestades aduladas, que não lhes dizem verdade, nem querem que outros lhe digam; mas afastam e lançam muito longe da côrte a todos que lha podem dizer».

Uns insinuam-se no ânimo das vítimas, exaltando-lhes a missão salvadora, concordando com todos os seus despropósitos, incitando-os a agravá-los, garantindo-lhes o aplauso público, que trazem das ruas, envoltos em mentiras, ou chegam a simular em manifestações de encomenda; outros empregam-se principalmente em serviços de domesticidade, que na casa se estendem à copa e à cosinha e exercem-se também com habilidade de bufão, e fora descem até a alcovitice e às vezes a tolerância ainda mais abjetas. Farejam por todos os cantos, tudo adivinham; notam as predileções das senhoras, o gosto das crianças, as preferências de paladar de cada pessoa e esbofam-se em trazer a cada uma o mimo apetecido, ou a promover clandestina, ou ostensivamente, subscrições para compra dos mais custosos. Não há dificuldade que não vençam — a procura de fâmulos, a descoberta de cosinheiros, o encontro de manjares, a escolha de animais domésticos. Abarrotam de perfumarias o toucador das jovens e mimoseiam as damas com prendas de joalheria. Arvoram os quartos dos meninos em lojas de brinquedos e transformam os

quintais em jardins zoológicos, trazendo-lhes cavalos «piquiras», carneirinhos, de sela, vacas de leite, cães de raça, gatos de Angorá, passarinhos, canários, papagaios e periquitos, macacos e saguis. Acompanham os patrões por tôda parte, esperam-nos à entrada e às plataformas das estações, levam-nos à portinhola da carruagem ou ao estribo dos bondes, carregam-lhes as malas e os embrulhos, tomam-lhes os últimos recados e vão executar, a correr as providências olvidadas. Há dessa gente côrtes privativas, que cercam um só senhor e só da sua sombra beneficiam, por não terem meios doutra conquistar. Se ela lhes fugir, anulam-se, desmancham-se e ninguém lhes servirá, pois só por favor ao amo atenções lhes eram dispensadas. Essa espécie defende-se, aspirando reduzir-se, devorando-se entre os seus membros, em lutas de ciúmes e intrigas, para predominância de um só ou de alguma aliança, que desfrute em paz a preferência disputada. Mas em geral ela é nômade e passa de casa em casa, conforme as mutações do poder. Recebidas às vêzes com prevenções, essas turmas ambulantes acabam por vencer, tamanha é a sua utilidade, tão grande o seu desinteresse aparente, tão poderoso o filtro de que vêm munidas, mistura de humilhação, agrado e lisonja. A vida pública de fato não as preocupa, pouco se lhes dá que haja liberdade ou absolutismo, tolerância ou reação, proteccionismo ou livre câmbio, papel moeda ou circulação metálica, suavidade de impostos ou grande carga de tributos; tudo apoiam, tudo defendem, contanto que o poderoso dê mostra de qual seja o seu pensar. Tôda aquela submissão só visam a um fim: despetar a munificência do governante, desmanchada em favores. Quando êsse fim está atingido e a fonte das suas graças é transferida a outro ponto, os sedentos acompanham-na de cara alegre, deixando sucumbido o despojado iluso, que, entretanto, não se emendará com a lição recebida, e se um dia volta-lhe o poder, ainda torna-se vítima da própria fraqueza e da astúcia alheia. Bem dizia La Fontaine: «Tout flateur vit aux dépens de celui qui l'écoute».

PALAVRAS FINAIS

Examinei a figura de Tobias Monteiro, embora em traços muito rápidos, como jornalista, como político, como historiador.

Certo, de sua personalidade, por todos os títulos excepcional, mesmo restringindo o seu estudo a êsses três aspectos principais, muito poderia eu ainda dizer. Bastaria ater-me aos seus artigos de imprensa e aos seus livros, em cada uma de cujas páginas quanto a êstes e em cada coluna em relação àqueles, há pensamentos altos e lições a colher em proveito do Brasil.

Mas há um outro manancial (e por felicidade possuo parte dêle), a que é possível recorrer e que muita luz projeta em relação às idéias diretoras de tôda a sua vida: é a sua correspondência com os homens representativos da sua época.

No momento, porém, não posso descer à análise dêsse vasto e precioso material. Vou, assim, encerrar estas linhas, dizendo que o meu Rio Grande do Norte, pobre e pequeno na extensão do seu território e nas suas possibilidades geo-econômicas, muito tem dado ao Brasil em valores morais e intelectuais, um Padre Miguelinho, sacrificando-se pela liberdade, um Augusto Severo, tombando a sonhar com a paz universal, um Amaro Cavalcanti, mestre entre os mestres de direito, não sei quantos mais.

Na galeria dêsses potiguares que tanto honraram a terra comum, figura, aos melhores e mais valiosos títulos, Tobias Monteiro, o jornalista insigne, o historiador honesto e veraz, o político para quem a política só era digna de sua prática em busca do progresso e da grandeza do Brasil.

O Rio Grande do Norte orgulha-se de tão ilustre filho.

BARBACENENSES DE PROL

(LUÍS ANTÔNIO FURTADO DE CASTRO DO RIO
DE MENDONÇA)

NESTOR MASSENA

Luís Antônio Furtado de Castro do Rio de Mendonça é o nome do Visconde de Barbacena, de quem o arraial da Igreja Nova da Borda do Campo herdou o nome do título.

Este Visconde de Barbacena é o sexto da série de que foi primeiro Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, tendo sido esse seu antepassado governador e capitão general do Brasil, sendo agraciado com o seu título em 1671 e tendo falecido no Rio de Janeiro em 1675.

O sexto Visconde de Barbacena nasceu no reino de Portugal, na cidade de Lisboa, no ano de 1754, aí realizando os seus primeiros estudos, de modo a habilitar-se à matrícula na Universidade de Coimbra, realizada em 1772, após a reforma do ensino decretada por Sebastião de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal. Para se ter idéia do valor acadêmico do Visconde de Barbacena basta assinalar que êle regeu, durante esse curso, a cadeira de história natural da Universidade. O Visconde de Barbacena, depois de concluídos os seus estudos universitários, continuou a aprimorá-los, tendo sido um dos instituidores da Real Academia das Ciências de Lisboa.

Foi o Visconde de Barbacena do Conselho de Sua Majestade e governador e capitão general da Capitania de Minas Gerais, em sucessão a Luís da Cunha Menezes (o «Fanfarrão Minesio», das *Cartas chilenas*), quem recebeu a denúncia da Conjuração Mineira de 1789, conforme este atestado, existente nos autos do processo dessa Conjuração:

«Luís Antônio Furtado de Castro do Rio de Mendonça, Visconde de Barbacena, do Conselho de Sua Majestade e governador e capitão general desta Capitania de Minas Gerais.

Atesto que no dia 15 de março do ano de mil setecentos e oitenta e nove foi a primeira vez que Joaquim Silvério dos Reis me comunicou, que se achava tratada e disposta nesta Capitania e na do Rio de Janeiro a rebelião, que tem sido objeto e motivo desta Devassa; que da referida comunicação, e de quanto pude averiguar dêle debaixo das cautelas e disfarce que me pareceram necessários, dei parte no dia vinte e cinco do dito mês ao Senhor Vice Rei do Estado Luís de Vasconcelos e Sousa depois de feitas as reflexões convenientes em negócio de tanta gravidade, e de alguns exames e averiguações particularíssimas que tendo anunciado ao mesmo senhor vice-rei por carta de vinte e cinco de abril do dito ano, que havia de mandar o delator daquela notícia à sua presença, ou fôsse enganadamente, ou por bem, ou por mal, fiz chamar à minha residência com diverso pretexto a êle Joaquim Silvério dos Reis, e lhe persuadi artificiosamente que fôsse visitar o referido senhor, e lhe contasse também as novidades que me tinha dado; que anuindo êle a esta persuasão livremente, e segundo me pareceu de boa vontade, o mandei partir para o Rio de Janeiro com tôda a brevidade levando carta minha, em que certificava ao senhor vice-rei disto mesmo e da qualidade do portador, escrita em dezenove do dito mês de abril, e deixando-me a representação ou denúncia que se acha nos autos com data de onze mas feita na Cachoeira no mesmo dia dezenove de abril; e que o fim principal desta diligência foi dar ocasião ao referido senhor para que o examinasse também e inquirisse, e para servir-se dêle oportunamente na averiguação dos conjurados naquela cidade e nesta Capitania, que êle me tinha prometido extorquir individual e nomeadamente do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, que lá se achava começando a exceder a licença com que tinha ido. Tudo o referido consta muito exata e circunstanciadamente das cartas mencionadas, e assim o juro sendo necessário pela hábito que professo.

Vila Rica, 25 de fevereiro de 1791. — *Visconde de Barbacena*».

A denúncia escrita de Joaquim Silvério dos Reis, a que alude, nesse atestado, o Visconde de Barbacena, foi assim redigida:

«Ilmo. e Exmo. Senhor Visconde de Barbacena.

Meu Snr. Pela forçosa obrigação que tenho de ser leal vassalo à nossa Augusta Soberana, ainda apesar de se me tirar a vida, como logo se me protestou, na ocasião em que fui convidado para a sublevação que se intenta, eu prontamente passei a pôr na presença de V. Excia. o seguinte.

Em o mês de fevereiro dêste presente ano, vindo da revista do meu regimento, encontrei no arraial da Lage o Sargento Mor Luís Vaz de Toledo, e falando-me em que se botavam abaixo os novos regimentos, porque V. Excia. assim o havia dito, é verdade que eu me mostrei sentido e queixei-me de Sua Mercê me tinha enganado, porque em nome da dita soberana se me havia dado uma patente de coronel, chefe do meu regimento, com o qual me tinha desvelado em o regular e fardar, muita parte à minha custa, e que não podia levar à paciência ver reduzido a uma inação todo o fruto do meu desvêlo, sem que eu tivesse faltas do real serviço, e juntando mais algumas palavras da minha paixão.

Foi Deus servido que isto acontecesse para se conhecer a falsidade que se fulmina, — no mesmo dia viemos a dormir à casa do Capitão José de Rezende e chamando-me a um canto particular, de noite, o dito Sargento Mor Luís Vaz, pensando que o meu ânimo estava disposto para seguir a nova conjuração, pelos sentimentos das queixas que me tinha ouvido, passou o dito sargento mor a participar-me, debaixo de todo o segredo, o seguinte. Que o Desembargador Tomás Antônio Gonzaga, primeiro cabeça da conjuração, havia acabado com o lugar de ouvidor dessa comarca, e que suposto se achasse a muitos meses nessa vila, sem se recolher ao seu lugar da Bahia, com o frívolo pretexto de um casamento, que tudo é idéia, porque já se achava fabricando leis para o novo regime da sublevação e que se tinha disposto da forma seguinte.

Procurou o dito Gonzaga o partido e união do Coronel Inácio José de Alvarenga e o Padre José da Silva de Oliveira e outros mais todos filhos da América, valendo-se para seduzir a outros do alferes pago Joaquim José da Silva Xavier e que o dito Gonzaga havia disposto na forma seguinte.

Que o dito Coronel Alvarenga havia de mandar duzentos homens de pés rapados da Campanha, paragem onde mora o dito coronel, e outros duzentos o dito Padre José da Silva e que haviam de acompanhar a êstes vários sujeitos, que já passam de sessenta, dos principais destas Minas, e que êstes pés rapados haviam de vir armados de espingardas e facões, e que não haviam de vir juntos para não causar desconfiança e que estivessem dispersos, porém perto da Vila Rica e prontos à primeira voz e que a senha para o assalto haviam de ser cartas dizendo — Tal dia é o batizado. E que podiam ir seguros porque o comandante da tropa paga, o Tenente Coronel Francisco de Paula, estava pela parte do levante e mais alguns oficiais; e, ainda, que o mesmo sargento mor me disse que o dito Gonzaga e seus parciais estavam desgostosos pela frouxidão que encontravam no

dito comandante, que por essa causa se não tinha concluído o dito levante.

Que a primeira cabeça que se havia cortar era a de V. Excia. e, depois, pegando-lhe pelos cabelos, se havia de fazer uma fala ao povo, cuja já estava escrita pelo dito Gonzaga e para sossegar o dito povo se haviam levantar os tributos. E que logo se passaria a cortar a cabeça ao ouvidor dessa vila Pedro José de Araújo e ao escrivão da Junta Carlos José da Silva, ao Ajudante de Ordens Antônio Xavier, porque êstes haviam seguir o partido de V. Excia. E que, como o intendente era amigo dêle dito Gonzaga, haviam de ver se o reduziam a segui-los, quando duvidasse também se lhe cortaria a cabeça.

Para êsse intento me convidaram e se me pediu mandasse vir alguns barris de pólvora, e disseram que outros já tinham mandado vir e que procuraram o meu partido por saberem que eu devia a Sua Majestade quantia avultada e que esta logo me seria perdoada, e que, como tinha muitas fazendas e duzentos e tantos escravos, me seguravam fazer um dos grandes. O dito sargento mor me declarou vários entrados neste levante, e que se eu os descobrisse se me havia de tirar a vida como já tinham feito a certo sujeito da comarca de Sabará.

Passados poucos dias fui à Vila de São José, aonde o vigário da mesma, Carlos Correia, me fez certo quanto o dito sargento mor me havia contado e disse-me mais que era tão certo que estando êle dito pronto para seguir para Portugal, para o que havia feito demissão da sua igreja, e seu irmão, que o dito Gonzaga lhe embarçava a jornada, fazendo-lhe certo que com brevidade cá o poderiam fazer feliz e que por êste motivo suspendera a viagem.

Disse-me o dito vigário que vira já parte das novas leis, fabricadas pelo dito Gonzaga, e que tudo lhe agradava menos a determinação de matarem a V. Excia. e que êle dito vigário dera o parecer ao dito Gonzaga que mandasse antes a V. Excia., botá-lo de Paraibuna abaixo, e mais a senhora viscondessa e seus meninos porque V. Excia. em nada era culpado e que se compadecia do desamparo em que ficava a dita senhora e seus filhos com a falta de seu pai. Ao que lhe respondeu o dito Gonzaga que era a primeira cabeça que se havia de cortar, porque o bem comum prevalece ao particular e que os povos que estivessem ineutrais, logo que vissem o seu general morto, se uniriam ao seu partido.

Fez-me certo êste vigário que para esta conjuração trabalhava fortemente o dito Alferes pago Joaquim José e que já naquela comarca tinha unido ao seu partido um grande séquito e que cedo havia de partir para a Capital do Rio de Janeiro a dispor

alguns sujeitos, pois o seu intento era, também, cortarem a cabeça ao Sr. vice-rei e que já na dita cidade tinham bastantes parciais.

Meu Sr. Eu encontrei o dito alferes de dias de março em marcha para aquela cidade e pelas palavras que me disse me fez certo o seu intento, e do ânimo que levava. Consta-me, por alguns da parcialidade, que o dito alferes se acha trabalhando este particular e que a demora desta conjuração era enquanto não se publicava a derrama, porém que quando tardasse sempre se faria. Ponho todos estes tão importantes particulares na presença de V. Excia. pela obrigação que tenho de fidelidade, não porém o meu intento, nem vontade, sejam de ver a ruína de pessoa alguma, o que espero em Deus que com o bom discurso de V. Excia. há de acautelar tudo e dar as providências, sem perda dos vassallos. O prêmio que peço tão somente a V. Excia. é o rogar-lhe que pelo amor de Deus se não perca a ninguém.

Meu Sr. Mais algumas cousas tenho colhido e vou continuando na mesma diligência, o que tudo farei ver a V. Excia. quando me determinar. O céu ajude e ampare a V. Excia. para o bom êxito de tudo.

Beija os pés a V. Excia. o mais humilde súdito — *Joaquim Silvêrio dos Reis*, Coronel de Cavalaria dos Campos Gerais.

Borda do Campo, 11 de abril de 1789».

Da ida de Joaquim Silvêrio dos Reis à Cachoeira, em quinze de março de mil setecentos e oitenta e nove, há esta referência no primeiro depoimento do Padre José Lopes de Oliveira, na devassa mandada realizar pelo Visconde de Barbacena: «e quanto a estas Minas ouviu êle testemunha nos princípios do mês de março do ano presente ao Coronel Joaquim Silvêrio dos Reis, que estava para nelas se fazer um levante, entrando muitas pessoas nêle; dizendo-lhe que logo viesse denunciar; e entende êle testemunha, que assim o fez, porquanto vindo aquele Joaquim Silvêrio logo à Cachoeira, onde se achava o excelentíssimo senhor general, voltou assegurando a êle testemunha, que já não havia derrama, pois que tinha contado a sua excelência umas tantas cousas; que êle — entupira — mandando escrever às Camaras, e suspendendo tudo; do que veio a concluir êle testemunha haver-se o dito denunciado como lhe recomendara».

Nesse depoimento, o Padre José Lopes de Oliveira assevera, em seguimento às declarações já transcritas: — «mas, passados alguns dias foi o mesmo Silvêrio despedir-se dêle testemunha, dizendo-lhe, que ia para o Rio de Janeiro buscar uma carta do Excelentíssimo Senhor Vice-Rei para o Desembargador Intendente e Procurador da Fazenda Real; porém êle testemunha não acreditou semelhante cousa, muito mais acrescentando êle, que

o Excelentíssimo Senhor Visconde o aconselhara para isso mesmo; e escrevera ao Excelentíssimo Senhor Vice-Rei; antes sim se persuadiu êle testemunha, que o mesmo Joaquim Silvêrio tinha com efeito denunciado o premeditado levante nestas Minas ao senhor general, e ia fazer o mesmo no Rio ao senhor vice-rei, e isto pelas antecedências, que expressadas ficam, e assim o escreveu êle testemunha em resposta a uma carta de seu irmão o Coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes, mandando-lhe perguntar se sabia a causa por que ia ao Rio o dito Coronel Joaquim Silvêrio, porquanto vogava pelas vilas uma notícia, de que êle tinha ido correr uma parada; e êste mesmo pensamento descobriu êle testemunha ao Padre Manuel Rodrigues da Costa».

Em relação à feitura da denúncia escrita de Joaquim Silvêrio dos Reis, o Visconde de Barbacena declarou na atestação retro-transcrita — «denúncia que se acha nos autos com data de onze mas feita na Cachoeira no mesmo dia dezanove de abril». Ora, a denúncia é datada da Borda do Campo e não de Cachoeira, e em carta, que se acha nos autos do processo da Conjuração ao Vice-Rei do Brasil, em 1790, Joaquim Silvêrio dos Reis afirma que — «em razão de ter notícia e haver sido convidado para entrar em uma rebelião e levante, que se tramava e urdia na dita Capitania foi logo como leal vassalo denunciá-la vocalmente no dia quinze de março do ano passado ao Ilmo. e Exmo. Senhor Visconde de Barbacena, governador e capitão general da dita Capitania e por escrito lhe ordenou o dito senhor pusesse a mesma denúncia, o que fez no dia 11 de abril, do qual general recebeu ordem para que viesse pessoalmente a esta Capital do Rio de Janeiro dar a mesma denúncia a V. Excia. para que de mão comum com o dito Exmo. Sr. Visconde salvasse o Estado da sedição que se intentava e dessem as providências que lhe parecessem mais justas».

A expressão usada pelo Visconde de Barbacena, no atestado de 25 de fevereiro de 1791 — «e deixando-me a representação ou denúncia que se acha nos autos com data de onze mas feita na Cachoeira no mesmo dia dezanove de abril» — não asserta que a representação, ou denúncia, a que alude, foi *redigida*, ou foi *escrita*, na Cachoeira, no dia dezanove de abril, mas que, «com data de onze», foi «*feita* na Cachoeira no mesmo dia dezanove de abril», significando a expressão «*feita*» (a representação, ou denúncia) a circunstância, o fato, de ter sido apresentada, ou entregue, essa representação, ou denúncia, porque, na verdade, a representação, ou denúncia, só se realiza, só é «*feita*» quando o representante, ou denunciante, a comunica, a realiza, a faz, àquele a quem é feita, a quem é entregue, àquele que a recebe e a aceita.

Essa explicação é tanto mais de aceitar-se quanto, no mesmo período, em trecho anterior, aludindo à carta que escreveu ao vice-rei, o Visconde de Barbacena escreveu, claramente, — «*escrita em dezenove do sobredito mez de abril*» — em lugar de «*feita*» em dezenove do sobredito mês de abril.

Aliás, o período em questão, se virgulado convenientemente — o que na época não era comum — evitaria as dúvidas que suscita, pois, com parêntesis que realcem vírgulas, seria assim esclarecido: «e deixando-me a representação, ou denúncia (que se acha nos autos com data de onze, mas feita na Cachoeira), no mesmo dia dezenove de abril».

Na expressão «no mesmo dia dezenove de abril» a palavra «*mesmo*» evidencia correlação com o mesmo dia dezenove de abril anteriormente indicado, que se acha neste trecho — «o mandei partir para o Rio de Janeiro com toda a brevidade levando carta minha, em que certificava ao Senhor Vice-Rei disto mesmo e da qualidade do portador, escrita em *dezenove do sobredito mez de abril*». Ora, no mesmo dia dezenove de abril, indubitavelmente, escreveu o Visconde de Barbacena carta ao vice-rei do Brasil e recebeu a representação, ou denúncia escrita, de Joaquim Silvério dos Reis, ambos êsses fatos ocorridos em Cachoeira; mas, à elaboração da denúncia escrita, à feitura do documento — e não à realização do ato da denúncia — não se refere, pelo menos fora de dúvida, inconcussamente, o atestado do visconde de modo a evitar falácia da evidência.

A precedência à data de onze de abril da denominação do local Borda do Campo, em que o documento deve ter sido elaborado, é elemento elucidativo valioso para comprovação de que não foi êle faturado nem na Cachoeira, nem a dezenove de abril. E o final da representação, ou denúncia, é sugestivo quanto ao local e à data em que deve ter sido redigido: «Meu Senhor. Mais algumas cousas tenho colhido e vou continuando na mesma diligencia, o que tudo farei ver a V.Ex. *quando me determinar*». Assim, no momento da redação do documento, ainda não tinha Joaquim Silvério dos Reis sido recebido, para apresentá-lo, pelo Visconde de Barbacena, nem tinha recepção marcada por êle para êsse fim. E, por isso, entre a redação da denúncia e essa recepção, «vou continuando na mesma diligencia» de colher «algumas cousas», que «farei ver a V.Ex., *quando me determinar*», denotando essa expressão haver sido exarada antes de dezenove de abril, antes da data já determinada a Joaquim Silvério dos Reis para «ver a V.Ex.», o visconde, que já determinara a data, o dia, o momento em que receberia o denunciante e a denúncia.

Tanto quanto é possível penetrar-se na expressão literal e no sentido da representação, ou denúncia, da Conjuração Mi-

neira, escrita de Joaquim Silvério dos Reis ao Visconde de Barbacena, foi ela escrita na Borda do Campo e foi escrita a onze de abril de mil setecentos e oitenta e nove, sendo a denúncia feita, isto é, entregue ao seu destinatário, em Cachoeira, em dezenove de abril seguinte.

Aliás, se a referida denúncia fôsse redigida a *dezenove*, e não a *onze* de abril de 1789, teria sido precedida, nessa redação, pela de Basílio de Brito Malheiro do Lago, datada de *quinze* de abril. E não se deve admitir que o Visconde de Barbacena quizesse, com o seu atestado, na data em que foi feito, dar precedência na denúncia a outrem que não Joaquim Silvério dos Reis, sendo certo que, em 12 de junho de 1789, rubricara ordem de devassa, autuadas as denúncias, ou representações, cartas e mais papéis, assim enumeradas no auto de corpo de delito: «seis cartas de denuñcia, que *sucessivamente* apresentaram ao Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Visconde de Barbacena, Governador e Capitão General desta Capitania, de cuja mão os recebeu, o Coronel Joaquim Silverio dos Reis; o Tenente Coronel Bazilio de Brito Malheiro; o mestre de campo Ignacio Corrêa Pamplona, com o seu respetivo auto de ratificação e mais declarações; o Tenente Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade; o Coronel Francisco Antonio de Oliveira Lopes; e o Tenente Coronel Domingos de Abreu Vieira».

Como se vê, nessa enumeração, Joaquim Silvério dos Reis é o número um dos que apresentaram cartas — portanto, denúncia escrita, — ao Visconde de Barbacena, não sendo, pois, lícito pretender que êsse visconde desejasse preterir-lo, desde então, e contra documento por êle homologado, em que se evidenciava a prioridade dessa infame iniciativa e, necessariamente, do direito que daí resultasse.

Deve-se recordar que, em carta de dezessete de maio de mil setecentos e oitenta e nove, ao Visconde de Barbacena, Francisco de Paula Freire de Andrade alude à entrevista que teve, em treze dêste mês com o mesmo visconde, declarando — «não me pareceu justo deixar de adiantar a carta de *dous de abril*, que tive a honra de pôr na respeitavel presença de V.Ex.», carta essa que não figura no auto de corpo de delito inicial da devassa.

No atestado do Visconde de Barbacena se lê, referindo-se à partida de Joaquim Silvério dos Reis para o Rio de Janeiro, «que o fim principal dessa diligencia foi dar ocasião ao referido Senhor para que o examinasse tambem e inquirisse, e para servir-se dêle oportunamente na averiguação dos conjurados naquela Cidade e nesta Capitania, que êle me tinha prometido extorquir individual e nomeadamente do Alferes Joaquim José da Silva

Xavier, que lá se achava *começando a exceder a licença com que tinha ido*». Se, pois, a licença aí referida era de trinta dias, a começar de dez de março, ela já *começara a se exceder de onze de abril seguinte*.

Tendo o Visconde de Barbacena recebido a denúncia oral, por Joaquim Silvêrio dos Reis, da Conjuração Mineira, pela primeira vez, no dia 15 de março de 1789, mandou chamar a sua presença o denunciante, com êle conferenciando em 19 de abril, quando o persuadiu a ir ao Rio de Janeiro para levar a denúncia ao Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa. Por ocasião dessa conferência, em Cachoeira, Joaquim Silvêrio dos Reis deixou com o Visconde de Barbacena a denúncia escrita, que redigiu na Borda do Campo no dia 11 de abril. Não parece provável que Joaquim Silvêrio dos Reis houvesse redigido a sua delação em Cachoeira, antes, ou depois, da sua conferência com o Visconde de Barbacena, tendo-se em vista, sobretudo, que lhe não era fácil redigir *corrente calamo* e ter a denúncia seis páginas, sem emenda ou rasura, denotando haver sido elaborada com vagar.

Não são, aliás, nesse documento, essas as únicas curiosidades que apresenta. Nêle, o Visconde de Barbacena escreveu — «que tendo anunciado ao mesmo Senhor Vice-Rei *por carta de vinte e cinco de abril do dito ano*, que havia de mandar o delator daquela notícia à sua presença, ou fôsse enganadamente, ou por bem, ou por mal, fiz chamar à minha residência com diverso pretexto a êle Joaquim Silvêrio dos Reis e lhe persuadi artificialmente que fôsse visitar o referido senhor e lhe contasse também as novidades que me tinha dado». Ora, posteriormente, nesse mesmo documento, o Visconde de Barbacena declara, referindo-se a Joaquim Silvêrio dos Reis — «que anuindo êle a esta persuasão livremente, e segundo me pareceu de boa vontade, o mandei partir para o Rio de Janeiro com tôda a brevidade levando carta minha, em que certificava ao senhor vice-rei disto mesmo e da qualidade do portador, *escrita em dezanove do sobredito mês de abril...*».

Não se compreende como o Visconde de Barbacena, tendo anunciado, *por carta de vinte e cinco de abril*, ao vice-rei, «*que havia de mandar o delator daquela notícia à sua presença*», para que, depois, fê-lo chamar à sua residência «e lhe persuadi artificialmente que fôsse visitar o referido senhor», o *houvesse mandado* partir para o Rio de Janeiro, com tôda a brevidade levando carta minha — *em dezanove do sobredito mês de abril*, isto é, *cinco dias*, pelo menos, *antes* de lhe falar nesse sentido, cinco dias antes de haver comunicado ao vice-rei o propósito em que se achava de «mandar o delator daquela notícia à sua presença, ou fôsse enganadamente, ou por bem, ou por mal»,

denotando essa expressão que o visconde ainda não conhecia o pensamento de Joaquim Silvério dos Reis a respeito dessa apresentação, que planejava.

Em 5 de maio de 1789, escrevia Joaquim Silvério dos Reis ao Visconde de Barbacena:

«Ilmo. e Exmo. Senhor.

Meu Senhor. Cheguei a esta cidade no dia de sábado, primeiro do corrente. A 2 me procurou o sujeito e meio espantado, dizendo-me que julgava que o Sr. Vice-Rei teria alguma noticia do seu intento porque para aonde quer que se virava se via cercado de sentinelas de noite e de dia e que o mesmo Sr. lhe havia negado a dispensa, porém que infalivelmente ia fugido, ainda que seu gosto era ir com dispensa para melhor poder fazer o que tem tratado, e mais todos os seus parciais, que são os mesmos que eu fiz certo a V. Excia. Certificou-me o dito que nada haveria que suspendesse a diligência, dizendo-me que no caso desta semana ficar desenganado que V. Excia. lhe negava dispensa que sempre ia fugido, para o que já ontem mandou um seu escravo, e outro alugado, a fazer uma canoa no sítio chamado o Piabanha para passar os rios, e que, logo que chegasse, se ajuntava com alguns que possivelmente iam dar execução a seu intento, sendo V. Excia. o primeiro, etc.

Nesta cidade não tem partido porque alguns que me diz contava com eles, na primeira viagem que cá esteve, que agora lhe dizem que temem o Sr. vice-rei.

Exmo. Sr. Eu considero este homem louco, e todos os mais que o seguirem porque são castelos armados no ar, e isto mesmo tem assentado o Sr. vice-rei, ainda que não duvido que fizessem o primeiro rompimento; porém não podia ter a sua consistência.

Fico na diligência de colher mais alguma coisa e para ter melhor ocasião moro defronte do sujeito. E logo que elle se ausentar, farei aviso, sem demora, no caso que por cá escape, o que duvido, pois o Sr. vice-rei é muito ativo, e já está precatado.

Espero em V.Sa. que nada ha de poder conseguir e que tudo ha de ficar sopitado sem perdição de ninguem, que assim o espero em Deus que guarde a V. Excia. para meu amparo e dos povos de toda a capitania que tem a honra de estarem debaixo das bandeiras de V. Excia. a quem o céu guarde.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1789.

Beija os pés a V. Excia. o mais humilde súdito — Joaquim Silvério dos Reis».

Tendo Joaquim Silvêrio dos Reis partido para o Rio de Janeiro, de onde escrevia ao Visconde de Barbacena, a 5 de maio seguinte, logo após a conferência que com êle teve a 19 de abril, não poderia o visconde pretender, por carta de 25 de abril, ao Vice-Rei, «que havia de *mandar* o delator daquela notícia à sua presença», sabendo que o delator já estava em viagem para êsse fim.

Verificando-se, no documento em aprêço, que êle se refere, inicialmente, na primeira atestação, à data de 15 de março e, após, na segunda atestação à data de «vinte e cinco do dito mez» — «que da referida comunicação, e de quantas pude averiguar dele debaixo das cautelas e disfarce que me pareceram necessarias *dei parte do dia vinte e cinco do dito mez* ao Senhor Vice-Rei do Estado Luís de Vasconcelos e Sousa» —, é certo que o anúncio «ao mesmo Senhor Vice-Rei *por carta de vinte e cinco de abril do dito ano*», a que alude a terceira atestação, foi feito, simultaneamente, no mesmo documento, na mesma carta, da mesma data, do mesmo dia vinte e cinco, do mesmo dito ano, apenas com engano quanto ao mez, que é «dito mez», isto é, de março, na segunda atestação, não podendo ser «de abril», como na terceira atestação, mas devendo e ha de, necessariamente, ser, como é, de março, em ambas as atestações, relativas a um só fato, à mesma pessoa, à mesma carta, dirigida, uma só, e não duas, ao mesmo destinatário.

Este atestado do Visconde de Barbacena é de 25 de fevereiro de 1791, passados quase dois anos em relação aos fatos a que se reporta, enquanto a carta de Joaquim Silvêrio dos Reis, em que os rememora, ao Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa, é de 1790, quando ainda muito mais recentes os acontecimentos a que aludem. Ao demais, o depoimento pessoal do autor deve merecer mais credibilidade do que os de outrem sobre os atos de que foi autor, sobretudo quando coincide com a prova documental. Assim, a denúncia escrita da Conjuração Mineira, por Joaquim Silvêrio dos Reis, foi escrita na Borda do Campo, e não em Cachoeira, a 11, e não a 19 de abril de 1789, e a conferência do Visconde de Barbacena com o delator, para recomendar-lhe comparecesse perante o Vice-Rei, Luís de Vasconcelos e Sousa, teve lugar em 25 de março, e não de abril, de 1789.

O Visconde de Barbacena, que agiu com presteza, ao ter conhecimento da Conjuração Mineira, mandando suspender as medidas tributárias que fundamentariam a insurreição contra o domínio português e determinando a prisão dos inconfidentes, ligou o seu nome ao arraial da Igreja Nova da Borda do Campo, ao elevá-la a vila pelo alvará de 14 de agosto de 1791.

Regressando a Portugal, o Visconde de Barbacena foi veador da princesa Carlota Joaquina, depois mulher de D. João VI e, como tal, rainha do Brasil, foi membro da comissão nomeada pelo General Junot para saudar Napoleão, foi, em 1816, promovido a conde, foi presidente da Mesa de Consciência e Ordem e foi, ainda, em 1823, Conselheiro de Estado, tendo falecido em Lisboa, no ano de 1830.

CANUDOS E OS MONARQUISTAS

PEDRO MONIZ DE ARAGÃO

I

Depois das derrotas sofridas pelas duas primeiras expedições militares enviadas contra Antônio Conselheiro, os acontecimentos de Canudos assumiram caráter de intensa gravidade, alarmando os poderes público e apaixonando a opinião popular.

Enigmáticamente, as surpresas se multiplicavam, como que a desafiarem a argúcia dos que, de longe, acompanhavam, pelos telegramas dos jornais, os sucessos desenrolados nas caatingas do sertão baiano.

Por duas vêzes, já, sem falar em diversos encontros com a policia estadual, os jagunços haviam feito recuar, desbaratados, poderosos contingentes militares, e isso sem método, sem armamento, opondo aos fuzis *Manulicher* as espingardas *Comblain* e *Chúchú*, bacamartes, garruchas e pistolas, além de foices, facões e machados.

A primeira expedição, realizada em 1896, sob o comando do Tenente Manuel da Silva Pires Ferreira, do 9.º Batalhão de Infantaria, sediado na Bahia, depois de uma marcha de cento e noventa e dois quilômetros, travou combate com os insurretos na localidade denominada de *Uáuá*, sendo forçada a regressar a Joãozeiro, em completa debandada.

Idêntico destino coube à segunda, confiada ao Major Febrônio de Brito, pertencente ao mesmo corpo de tropa do Tenente Pires Ferreira.

Constituído com maiores cuidados, para o que contribuiu, sem dúvida, a experiência anterior, êsse destacamento, mais numeroso e melhor aparelhado, dispunha de trezentas praças de linha e outras cem da policia e contava com oito oficiais do Exército, três da milicia estadual, médico, enfermeiro e ambulância.

Cuidadosamente municiado, tinha ainda a coluna um canhão *Krupp*, de calibre oito.

Apesar de tantas precauções, não foi mais afortunado o Major Febrônio de Brito. Após ordens e contra-ordens, suscitadas por divergências várias, que iriam provocar uma demora fatal de desessete dias, aquêlê official avistou, finalmente, a 16 de janeiro de 1897 as vanguardas de Antônio Conselheiro.

Quarenta e oito horas depois, respondendo aos disparos dos jagunços, romperam fogo as peças de artilharia, martelando-os impiedosamente. Em seguida, dividindo a coluna em duas, ordenou o comandante que os soldados abandonassem as trincheiras e investissem contra o inimigo, a fim de desalojá-lo de suas posições.

Conseguido este objetivo, aproximaram-se as tropas de um ponto situado a seis quilômetros de Canudos.

No dia 19, porém, quando se preparava para o ataque final, viu-se o major Febrônio inesperadamente cercado por todos os lados, não lhe restando outro recurso senão o de formar o célebre quadrado da resistência desesperada.

Antevendo o aniquilamento, pela superioridade do inimigo e a ferocidade com que pelejava, o comandante, consultando a officialidade, deliberou retirar-se para Monte Santo, abandonando, por conseguinte, o campo da luta.

Em face dêsse malôgro, o ministério de Canudos tornou-se ainda mais impenetrável.

Não era possível admitir que, sem comando, nem armas regulares, pudessem os fanáticos impor tamanhos revezes a tropas aguerridas e bravas, que batalhavam com observância dos preceitos clássicos da estratégia.

Era necessário achar um motivo para tantos insucessos. Fácil, aliás, foi encontrá-lo, porque, em tais ocasiões, a fantasia é fértil em alvitre e soluções.

Foi o que aconteceu.

Alçando vôo, a imaginação popular descobriu para explicação de tão inesperados malogros a terrível maquinação dos adversários do regime, que estariam fornecendo a Antônio Conselheiro os meios de derrotar as tropas republicanas.

Por traz do belicoso fanático deveriam agir, aconselhando e orientando, experimentados técnicos nacionais e estrangeiros, bem como de algum ponto não identificado ainda estaria ele recebendo víveres, armas e munições.

É difícil dizer donde proveio a balela. Variam a respeito dela as opiniões.

Para Gentil de Castro, que haveria de pagar com a vida o desatino dos reacionários, teria resultado de uma pilheria do *Filhote*, interessante suplemento literário que circulava anexo à *Gazeta de Notícias*.

Os exaltados, porém, reportando-se à frase *quanto pior, melhor*, que o Visconde de Ouro Preto pronunciara por ocasião do fechamento dos jornais monarquistas, ordenado pelo governo, acreditavam que a sublevação estava no programa do partido monárquico, que parecia disposto a lançar mão de todos os recursos.

De tais suposições, infundadas e precipites, surgiu a convicção da cumplicidade dos monarquistas com os rebeldes de Canudos. Daí por diante, a bandeira de Antônio Conselheiro passou a ser a bandeira da restauração.

As provas não se fizeram esperar.

Suspeitas e inconsistentes, baseadas, como eram, em informações inidôneas e em julgamentos temerários, nem por isso deixaram de impressionar e de, para muitos, merecer inteira fé.

Dizia-se, por exemplo, que Antônio Conselheiro, exaltado adepto do trôno e muito irritado com a separação da Igreja do Estado e a instituição do casamento civil, prometera não poupar a República e hostilizá-la por todos os modos.

Como a mais autorizada dessas fontes, citaremos, divulgado em documento oficial, o testemunho de Frei Evangelista do Monte Marciano.

De volta de sua viagem a Canudos, para onde partira em 1895, em missão do Arcebispo da Bahia, D. Jerônimo Tomé da Silva, que, de acôrdo com o Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima, governador do Estado, o incumbira de tentar, por meios suasórios, chamar Antônio Conselheiro ao caminho da verdadeira religião, êsse missionário capuchinho informou ao governador do Bispado, Cônego Clarindo de Sousa Aranha, que o chefe rebelde, aludindo ao ataque que sofrera em Macete, por parte da polícia baiana, advertira formalmente: «No tempo da Monarquia deixei-me prender porque reconhecia o govêrno; hoje não, porque não reconheço a República» (1).

Narrou ainda o frade que, certa vez, os jagunços cercaram a casa em que êle estava hospedado, indignados e ameaçadores, gritando durante horas a fio: «...fora os republicanos». Acrescentava o mesmo relatório: «... ali não são aceitas as leis, não são reconhecidas as autoridades, não é admitido a circulação o próprio dinheiro da República».

Nada mais era preciso para impor como fato comprovado a culpabilidade dos remanescentes do Império nas rebeldias do Conselheiro.

E o beato passou a verdade incontestável, propalando-se por todos os pontos do país.

Velhos órgãos da imprensa, dos mais conceituados aqui e em S. Paulo, como a *Gazeta de Notícias*, o *País* e o *Estado de São Paulo*, entraram a proclamar sem rebuços a participação dos monarquistas no movimento de Canudos.

A destacar-se dos demais, tomou a dianteira na Capital Federal a *República*, orientada por Alcindo Guanabara, que se

(1) Aristides Milton — *A Campanha de Canudos* — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXIII, parte II, 1900, pág. 22.

extremou nos ataques aos monarquistas, apontando-os como cúmplices de Antônio Conselheiro.

Valendo-se sobretudo da pilhéria, a *República* não os poupava. Raro era o dia em que na seção *Bonde Elétrico* não eram levados ao ridículo ou expostos à execração os nomes mais destacados do passado regime, como principais causadores de tanto sangue derramado inglôriamente.

As folhas monarquistas pagavam na mesma moeda, resultando daí conseqüências funestas, como as verificadas no dia 9 de fevereiro de 1897.

Como acontecia todos os anos, aquela data, evocativa do combate da Armação, foi comemorada pelos republicanos com grandes manifestações. Naquele ano principalmente, dada a excitação reinante, as cerimônias atingiram um grau nunca alcançado anteriormente.

De regresso do cemitério de Maruí, onde foram reverenciados os companheiros mortos naquela luta, deliberaram os manifestantes desfilar pela cidade, dando vivas à República e ao Marechal Floriano. Ao passarem pela *Gazeta da Tarde e Liberdade*, instaladas na rua do Ouvidor, estabeleceu-se sério conflito, do qual resultou um ataque às redações dos referidos jornais, cujos empregados reagiram enêrgicamente.

Teria morrido aí o incidente, se não fôra a exploração da paixão partidária.

Mas conquanto o inquérito nada tivesse revelado de comprometedor, os jornais opositores da *Gazeta da Tarde* e da *Liberdade* espalharam que nas redações dêstes periódicos, transformadas em verdadeiros arsenais, haviam sido encontradas carabinas *Winchester* e *Manulicher*, sacos de farinha e dinamite.

O Coronel Gentil de Castro, proprietário das fôlhas monarquistas, foi desde logo apontado como o principal fomentador da conspiração.

A *República* escrevia que a Princesa Isabel, julgando-se em plena posse de suas funções majestáticas, aguardava apenas o dia em que o Sr. Coronel Gentil de Castro a mandasse buscar em uma nau de guerra (2).

Clara ou encobertas, as insinuações se renovavam dia a dia.

Fortúnio, pseudônimo de Guimarães Passos, em artigo intitulado *Antônio Conselheiro — Uma entrevista*, fantasiando uma viagem a Canuões, satirizava assim:

«O homem acompanhou-me à tenda ampla e limpa. Prostou-se na porta, beijou o chão, e disse calmo e grave:

— Senhor, uma visita.

(2) A *República*, de 16-2-1897.

O Conselheiro apareceu-me. Nem vestia a célebre túnica azul, nem calçava alpercatas grosseiras; não se arrimava a um cajado, nem tinha a longa barba branca de que tem falado a imprensa.

Trajava sobrecasaca e chapéu alto, barba cortada em parte, e com sorriso amável disse-me:

— Desculpe-me não lhe prestar atenção: estou escrevendo o artigo de fundo para amanhã. A monarquia está aí. Passe bem, Sr. Fortúnio» (3).

Pelas ligações de amizade com Gentil de Castro, e pela natureza de seu temperamento desassombrado, que o levava a não esconder o que sentia, o Visconde do Ouro Preto tornou-se dos mais visados, entre os estadistas do Império, como se pode depreender dêste trecho:

«Embora nos encontremos a dois meses do Carnaval, êsse Conselheiro, mesmo metido naquelas grandes barbaças a ninguém engana; não há ninguém que não perceba, por trás da caracterização, as suíças do Visconde» (4).

Nessa altura, acirrando ódios e dando expansão a fantasias perigosas, apareceu na imprensa do Rio a notícia de que estavam sendo remetidas por Sete Lagoas, em Minas Gerais, armas e munições para os rebeldes.

Dada a gravidade da denúncia, a polícia carioca, agindo de conformidade com a mineira, fez partir para aquela localidade o Dr. João Virgulino de Alencar, delegado da 1ª Circunscrição, com a incumbência de apurar a veracidade da informação.

A 15 de fevereiro de 1897, viajou aquela autoridade para Sete Lagoas.

Tendo sido informado, ao ali chegar, da passagem de indivíduos conduzindo grande tropa na direção do rio São Francisco, o delegado Alencar, acompanhado do destacamento local, partiu logo no encalço dos mesmos que, segundo se dizia, eram chefiados por um tal Manuel João Brandão, os quais foram alcançados no lugarejo Taboquinhas, distante três léguas de Sete Lagoas, travando-se luta.

Quando, porém, o sargento Simplicio, comandante da força, deu ordem de prisão a Brandão, êste reagiu a bala, não tendo, entretanto; atingido o sargento.

Como nos filmes de aventuras, as armas dos policiais negaram fogo, possibilitando a fuga dos criminosos.

Para perseguição dos fugitivos, que transportavam, ao que se propalava, contrabandos de armas e munições para Canudos,

(3) *A República*, de 11-2-1897.

(4) *A República*, de 19-2-1897.

foi requisitado um reforço de cinqüenta praças. Publicou-se também que em poder de um jagunço detido haviam sido encontradas «excelentes Winchester, talvez — quem sabe — iguais as de que aqui dispõe a *Gazeta da Tarde*» (5), insinuando-se finalmente: «O fio da meada está, porém, descoberto...» (6).

Rica em pormenores, muito embora frizando a necessidade de absoluta reserva para não prejudicar a boa marcha de importantes diligências, a reportagem de um jornal de Minas, transcrita em outro desta cidade, tratou do caso circunstanciadamente, indicando detalhes e providências tomadas.

Esclarecia essa mesma fôlha (7) que, em telegrama reservado, André Cavalcanti, chefe de polícia do Distrito Federal, informara ao Dr. Aureliano Magalhães, chefe de polícia em Minas, de que recebera denúncia de haverem seguido para Curvelo, via Sete Lagoas, com destino a Bahia, doze animais carregados de armamentos.

De posse da denúncia, o Dr. Aureliano Magalhães ordenou imediatamente que todos os delegados fizessem diligências para apreensão das armas, e detivessem os seus portadores, mandando ainda que o delegado Tão Júnior prestasse o maior apôio aos representantes da polícia carioca.

De todos êstes fatos, em seus detalhes e protagonistas, os jornais se ocuparam longamente, bordando notícias extravagantes e fantásticas.

Esse Brandão, a quem se atribuía a chefia do grupo, ficou sendo uma figura lendária, capaz das maiores atrocidades, dispondo de grandes somas, com que vencía quaisquer obstáculos.

Diziam que alugava carros a cem mil réis a hora e que adquiria animais pela importância de conto de réis cada um. Era indivíduo perigoso e provocador, que a ninguém ocultava a sua missão, declarando alto e bom som que a vitória da revolução restauradora estava próxima.

Tais informes, como era natural, geravam um ambiente de temor para a segurança das instituições, o que explica a facilidade com que até figuras de alta projeção no mundo oficial e intelectual, e as próprias autoridades, acolhiam e davam crédito aos mais absurdos boatos.

E não há que increpá-las de facciosas ou levianas.

Assediadas de testemunhos falsos ou malévolos, e num meio saturado de tal exaltação partidária, não lhes era possível manterem a indispensável isenção para julgamento dos homens e das coisas.

(5, 6, 7) *A República*, de 22-2-1897.

Tôda essa história de Sete Lagoas, conquanto bem arquitetada, não terá passado de fantasia.

Manuel Brandão, se é que existiu, podia ter sido simples contrabandista de armas, a serviço de contraventores habituais, mas sem a mínima ligação com Antônio Conselheiro, e muito menos com os monarquistas.

Nunca, até hoje, se exibiu uma prova convincente da participação dêstes últimos no movimento de Canudos. Quantas foram apresentadas com êsse objetivo, ruíram por terra, sem deixarem o menor vestígio de veracidade.

Entre as muitas surgidas, uma merece destaque especial.

Querendo patentear a autencidade das denúncias, informou-se haver a policia do Rio encontrado uma carta dirigida de Minas ao Coronel Gentil de Castro, cujo teor era o seguinte:

«A obra vai bem encaminhada, mas faltam-nos aqui operários e material; você tem facilidade em mandá-los daí; mande depressa, obrigado pelo que já tem mandado» (8).

O *mistério* foi logo desvendado, tratava-se de linguagem cifrada, e as palavras *obra*, *material* e *operários* foram imediatamente traduzidas como *sedição*, *munições* e *dinheiro* (9).

Curioso é que jamais se soube o nome do missivista, o lugar donde provinha a carta e o modo pelo qual fôra ela apreendida.

A verdade, porém, é que em Arussuaí, onde havia nascido, estava Gentil de Castro construindo um edificio destinado à casa de caridade.

Grande amigo da terra que lhe servira de berço, Gentil de Castro buscava sempre melhorar-lhe as condições de vidas. Nesse justo afã, e com o intuito de aprimorar o nível cultural da antiga Calhau, fez êle enorme doação de livros à biblioteca ali mantida pelo Clube Olinto Ribeiro.

Mas a obra a que se votou com o maior desvêlo foi justamente aquela que tantos desgostos lhe deveria acarretar.

Num requinte de piedoso amor filial, que mostra bem a delicadeza de seus sentimentos, adquirira êle o prédio em que haviam vivido os seus falecidos pais, para nêle construir o hospital de São José. Para êsse fim, realmente, para ali remeteu operários e materiais (10).

A carta em apreço, por conseguinte, nada tinha de cabalística.

Comprovando a veracidade desta asserção, o jornal *Nova Filadélfia*, de Teófilo Otoni, dizia na edição de 1 de novembro de 1896 que as obras do citado hospital tinham sido feitas a *exclusivas expensas do Coronel Gentil José de Castro* (11).

(8, 9, 10, 11) Afonso Celso, *O Visconde de Ouro Preto*, pág. 228.

Se não bastasse esta prova, a própria geografia de Minas, como lembrou Afonso Celso (12), se encarregaria de destruir a invencionece.

Arassuaí não era o caminho mais indicado para a sertão baiano, distante, como estava dêle, por muitíssimas léguas.

Mais ou menos dêsse quilate foi outra notícia veiculada a propósito da suposta prisão no Rio de um jagunço trazendo mensagens de Canudos, duas das quais para D. Verediana Prado e o Visconde de Ouro Preto.

Instaurado o inquérito, apurou a policia tratar-se de grosseira mistificação para embair a boa fé do povo, não passando o jagunço de um antigo caixeiro português que, mediante compensadora propina, se havia prestado a fazer tão triste papel.

Nada disso, entretanto, demovia os boateiros e exploradores.

Desmascarados num dia, retornavam no dia seguinte, ampliando o que tinham afirmado na véspera e apresentando novos subsídios para os romances de aventuras.

Nesse particular, aliás, não houve elemento mais visado do que Gentil de Castro. Podia um outro monarquista sofrer ataques e insinuações, mas no fundo êle suportava quase sôzinho o pêso de tôdas as increpações, apontado que era como principal explorador, em proveito próprio, da ignorância e fanatismo dos jagunços. A fim de ferí-lo mais uma vez, assim se externava a *República* a 20 de fevereiro de 1897:

«Tamanha pobreza doeu à alma sensível dos *gentis* da *Gazeta da Tarde e Liberdade*, que resolveram, por caridade, já se vê, enviar-lhe armas mais aperfeiçoadas e as competentes munições, e nisto cifra-se o caso de Sete Lagoas».

Quatro dias depois, o mesmo jornal acrescentava: «O Sr. Gentil de Castro é o agente dos monarquistas para tudo: para editar jornais, para aliciar jagunços, para arrumar dinheiro; por que não para encaixotar armas?»

Tão duramente vilipendiado resolveu Gentil de Castro apresentar queixa crime contra aquela fôlha, chamando a juízo seus dirigentes.

Longe, entretanto, de intimidar-se, Alcindo Guanabara, na qualidade de diretor do jornal, reiterou perante a justiça que Gentil de Castro, *mandatário dos chefes monarquistas* (12), tinha com êstes a responsabilidade do movimento de Canudos, para onde enviara armas e munições.

(12) O Visconde de Ouro Preto, pág. 228.

Num temperamento retraído, quase álgido mesmo com o de Alcindo Guanabara, homem de raciocínio e não de arrebatamentos, as palavras pronunciadas na audiência do processo, refletem bem a paixão daqueles dias, tanto que não lhe foi possível apresentar as provas do que afirmara com tamanha convicção.

II

Enquanto a discussão prosseguia na imprensa, agredindo-se reciprocamente as folhas antagonistas, lá no arraial de Bom Jesus, quartel-general de suas hostes, Antônio Conselheiro, prestigiado pelas vitórias alcançadas, continuava a desafiar as autoridades, impotentes para derrotá-lo.

Diante do poderio crescente daqueles fanáticos, núcleo reduzido que se transmudara em legiões ameaçadoras, pela adesão em massa de cangaceiros e criminosos foragidos, Manuel Vitorino, vice-presidente da República no exercício da presidência, aparelhou outra expedição, cujo comando foi confiado ao Coronel Antônio Moreira César.

Soldado revelado pela revolução de 15 de Novembro, com fama de enérgico e disciplinador, a sua nomeação, se para alguns parecia aquém de seu valor, demonstrava no entanho o empenho do govêrno em extirpar o foco de Canudos.

Não se insistindo, desta feita, no êrro de subestimar o adversário o novo corpo, além de tôdas as facilidades decorrentes de perfeita união de vistas entre o govêrno central e o da Bahia, era o mais poderoso até então organizado.

Constituiu-o uma brigada mista, com quatro bôcas de fogo, e o seu efetivo atingia a mil e duzentos homens, dos quais setecentos pertenciam à infantaria, estando tôda a tropa armada de fuzis *Manulicher*.

Desembarcado na Bahia a 6 de fevereiro de 1897, partiu Moreira César no dia seguinte para o campo de luta.

Durante tôda a viagem, em tôdas as vilas e cidades por onde passava, era êle alvo das maiores homenagens como o salvador de honra de uma classe e de um regime.

Tôda essa atmosfera festiva, aliás, havia criado a presunção de que Antônio Conselheiro, profundamente atemorizado, não ofereceria resistência. Boatos fartamente espalhados anunciavam a fuga precipitada dos rebeldes.

Desejoso de vibrar o golpe de misericórdia, apressou-se Moreira César em levantar acampamento de Queimados, a 16 de fevereiro, indo acantonar em Monte Santo a 18 do referido mês.

Na manhã dêsse dia, porém, durante a viagem, num ponto situado entre o lugarejo conhecido por Cansação e a fazenda Lagoa Santa, acometeu-o inesperada síncope.

Restalecendo-se prontamente, e a fim de não prejudicar o desenvolvimento das operações, Moreira César reencetou incontinenti a marcha para o inimigo. Mas no dia 22, novo desmaio se verificou, conquanto de caráter benigno, tanto que lhe permitiu manter-se à frente de suas tropas.

Êsses desfalecimentos, diagnosticados posteriormente como crises epilépticas, deviam ter originado no sistema nervoso do comandante um grande descontrôle, de que iriam ressentir-se os movimentos táticos da coluna.

Na ânsia de incutir ânimo aos soldados, conturbado pelas reações da moléstia insidiosa, e assim expondo-se demasiadamente, Moreira César iria ser vítima dessa brava imprudência, como o foi a breve trecho, quando ao regressar de uma inspeção a um pôsto avançado na estrada de Geremoabo, caiu mortalmente atingido no ventre por um projétil de arma de fogo.

Horas após, apesar de todos os esforços médicos, falecia no hospital.

Morto o comandante, contaminou-se a tropa do pânico que sempre se verifica nessas ocasiões, de modo que, ao sucedê-lo no comando, o Coronel Pedro Tamarindo teve por herança um exército virtualmente derrotado.

De nada lhe valeu lutar enérgica e valentemente, o seu destino estava traçado. As sete horas da noite, quatro horas depois de tombar Moreira César, em meio a lúgubre orquestração de gemidos, lamentações e grito bárbaros dos jagunços, as cornetas e clarins vibraram sinistramente a ordem de retirada.

Terminara a terceira expedição, nela perecendo o próprio comandante. Quanto ao seu substituto, triste fim o aguardava.

Balouçando numa árvore, exposto à profanação das aves e dos elementos, ali os rebeldes deixaram o seu corpo, como uma prova macabra da sua crueldade vitoriosa.

Quando a 7 de março os jornais do Rio afixaram nos *placards* as notícias da morte de Moreira César e do aniquilamento de seu comando, um ambiente de espanto e de desolação reinou em tôda a cidade. Aquela data, em que se dera verdadeira hecatombe militar e política, ficou registada no calendário cívico como um dia de luto nacional. Sucederam-se nesse sentido inúmeras provas de consternação, tendo as repartições suspendido o expediente e o comércio e os teatros cerraram as suas portas, ao passo que nas edições dos jornais grandes tarjas prêtas demonstravam a identificação da imprensa com o povo.

Impossibilitada de raciocinar, e à mingua de maiores esclarecimentos, tôda a indignação popular foi recair mais uma vez sôbre os monarquistas, cuja cooperação no movimento era a única explicação plausível para o sacrifício da coluna Moreira César.

Nilo Peçanha, Timóteo da Costa, deputados federais, e mais João Cordeiro, João Clap, Diocleciano Mártir e alguns outros, convocaram imediatamente um grande *meeting*, a efetuar-se no largo de São Francisco, para desagravo da honra republicana. Mas a polícia, temerosa de possíveis arrebatamentos, proibiu-lhe a realização, tendo, entretanto, assegurado aos convocadores a completa solidariedade do governo com o povo. Nesse comício, deveria ser lida por Nilo Peçanha a seguinte moção: «O povo do Rio de Janeiro, reunido em *meeting* e ciente do doloroso revés das armas legais nos sertões da Bahia, tomadas pela caudilhagem monárquica, e congregado em torno do governo, aplaudindo todos os atos de energia cívica que praticar, pela desafronta do Exército e da Pátria, aguarda ansioso a pronta sufocação da revolta» (1).

Apesar disso, porém, desencadeou-se a desordem. O povo amotinado invadiu as oficinas e redações da *Gazeta da Tarde*, *Liberdade* e *Apóstolo*, depredando e queimando móveis, utensílios e maquinismos. Em seguida desceu a rua do Ouvidor e encaminhou-se para a redação da *República*, de cuja sacada Alcindo Guanabara usou da palavra, anatematizando a ação criminosa dos inimigos do regime. Dali também, depois de Frederico Borges, fêz-se ouvir Belisário de Sousa que em eloquente improviso concitou os brasileiros a todos os sacrifícios pela vitória da República.

A massa popular rumou então para a *Cidade do Rio*, onde discursaram José do Patrocínio e Paula Nei, e depois para o *Pais*, proferindo Nilo Peçanha sentido necrológico de Moreira César.

Prêsa de indignação cada vez mais fremente, e visando desforra imediata, assaltou a multidão a residência de Gentil de Castro, que não foi encontrado. O andar térreo da casa foi, todavia, invadido e depredado, tendo a intervenção oportuna da polícia pôsto termo à cena.

Nessa mesma hora 9 da noite — copiosa chuva dispersou os manifestantes que ainda permaneciam nas ruas, e extinguiu as últimas labaredas do fogo ateado aos destroços dos jornais sacrificados à fúria jacobina, que crepitavam no largo de São Francisco.

Na cidade de São Paulo, reproduziram-se idênticas arruaças e demonstrações hostis, tão depressa ali chegaram as informações relativas ao desbaratamento da coluna Moreira César.

Foi atacado e empastelado o *Comércio de São Paulo*, de Eduardo Prado. E tal como acontecera no Rio, houve necessidade da intervenção da polícia para por côbro a muitos excessos, o que não impediu, no entanto, que Rafael Gondi, proprietário de

(1) Afonso Celso, *O Visconde de Ouro Preto*, págs. 175, 197, 185 e 186.

A Tarde, só pelo crime de haver estampado naquela fôlha retratos de monarquistas, se visse agredido a tiros na rua de São Bento, escapando por ter-se refugiado no restaurante do Centro Paulista...

Se assim procedia o povo em mais de um ponto do Brasil, a imprensa não se mostrava menos intolerante. Revendo unicamente a do Rio, Minas e São Paulo, poderemos apresentar alguns trechos de noticiário, que valem como pano de amostra.

«A esta hora, advertia a *Gazeta de Notícias*, ninguém mais se ilude sôbre a natureza, o caráter e o objetivo da infamada insurreiçào. Pleitea-se viva e audazmente contra a República.

Os saudosos do império, e que conseqüentemente, na situação econômica em que nos debatemos, não teriam um remédio para a crise, nem o conceito e a confiança nacional, para uma obra séria de progresso e de ordem — êsses tomam agora armas para impedir a felicidade do país, minar a ruína de seu crédito e a honra do seu nome. (...) Não há quem a esta hora não compreenda que o monarquismo revolucionário quer destruir com a República a unidade do Brasil.

Urge, pois, que não regateemos esforços nem sacrifícios pela salvação da República!»

Em *O País*, escrevia um articulista: «Êsse sacrifício de tantas vidas preciosas, é mais um sinistro resultado da política de tolerância, de esquecimento, de veus corridos sôbre o passado, à sombra do qual, na fermentação de ódios sobreviventes à generosidade dos vencedores, medraram conselheiros de todos os feitios, trabalhando livre e desembaraçadamente na sublime obra do — quanto pior melhor. Eu não sou homem de maus bofes, nem tenho cabelos no coração, mas ouço dizer o bom senso popular que quem seu inimigo poupa, nas mãos lhe morre, e jamais falha a sabedoria dos provérbios».

Em côres trágicas, *A República* exprimia o seu «misto de dor e de indignação, de revolta e de desejo, talvez de ânsia de sentir dominado definitiva, formal, irredutivelmente o grupo criminoso, que não hesita em lançar o país nos azares da luta civil, mais uma vez e sempre, até que satisfaça os instintos egoistas que o dominam».

Homem brando, inimigo, por conseguinte, de violências, espantamos que Ferreira de Araújo, em vários números da *Revista Brasileira* sentenciasse de modo contrário ao próprio temperamento:

«Daí dessa situação tão bem definida, a necessidade de intolerância. Essa passou a fazer parte do sagrado direito de defesa. (...) Com ou sem razão, a opinião republicana vê nos recursos de que dispõe Antônio Conselheiro, o fanático do sertão

da Bahia, a influência monarquista, pois mal se compreende que, por puro fanatismo, se tenha enviado a êsse homem armas e dinheiro, de que se tem mostrado provido. (...) Não devem (os monarquistas) estranhar que à sua atitude agressiva corresponda não já a pura defesa, mas também a agressão dos que estão ao lado das instituições».

O *Correio Paulistano* expressava-se nos seguintes termos: «Enquanto houver tentativa de desordem a abafar e perigos a vencer, as armas republicanas estarão empenhadas por mãos firmes para castigar os faciosos e manter as garantias necessárias aos interesses conservadores da sociedade. Os monarquistas não querem sossegar... proclamam a ruína da pátria pelo *quanto pior, melhor*, na frase recente do Sr. Ouro Preto, perante o Supremo Tribunal?...

Pois bem, os republicanos aceitam o cartel de desafio e mostram na ação popular, às vêzes excessivas, mas sempre nobremente patriótica, como sabem reagir e demonstrar o firme vigor que abriga dos seus assaltos venenosos à República».

Excedendo, talvez, tôdas as normas de prudência e polidez, *A Fôlha*, de Barbacena, concitava os republicanos à vingança, declarando em artigo intitulado *Desforcemo-nos*: «... chegou o momento do ajuste de contas? Não é possível continuar neste caminho de perfidias e de traições. Os restauradores afirmam que têm consigo a maioria da Nação. Vejam se são capazes de mais alguma coisa que não seja intrigar, difamar e caluniar, saiam a campo com tôda a capangagem chefiada pelo truculento molosso Gentil de Castro; tenham ao menos um relâmpago de coragem, um resquício de civismo e venham cumprir o seu dever morrendo por uma idéia. Ou façam isso ou nós, os republicanos, os obrigaremos a submeterem-se de vez e não mais condescenderemos com essa torpíssima campanha impatriótica dos vesânicos monarquistas, que pensam levantar um trono sôbre as cinzas da Pátria».

Essa atitude exaltada dos jornais, independentemente de agular no povo a idéia da revanche, criou uma verdadeira atmosfera de pavor, impedindo dêsse modo uma palavra sensata ou uma análise serena dos sucessos de Canudos.

Para exemplo, basta citar um fato.

Tendo Afonso Celso, a instâncias de seu pai, o Visconde de Ouro Preto, solicitado de José Carlos Rodrigues a publicação, no *Jornal do Comércio*, como matéria paga, de uma declaração das firmas *Gentil & Cia.* e *Castro & Cia.* explicando as razões de não mais circularem a *Gazeta da Tarde* e *Liberdade*, o diretor daquele órgão assim lhe respondeu: «8 de março de 1897 — Exmo. Senhor Dr. Afonso Celso — Sou obrigado a devolver-lhe a publicação *A Pedido* que acompanha a sua carta de hoje, e cuja inserção sinto

não poder autorizar em consequência da agitação que reina — De V. Ex. am.º e obr.º cr.º J. C. Rodrigues (2).

Como a mais autorizada das associações de classe, o Clube Militar não poderia esquivar-se a demonstrações de desafronta à memória dos companheiros mortos, e de irrestrita solidariedade à República, que o Exército havia proclamado em praça pública.

Reunido imediatamente, sob a presidência do Coronel Valadares, aprovou uma indicação do Coronel Costa Ferraz no sentido de nomear-se uma comissão *a fim de ir à presença do ministro da guerra pedir informações que tranquilizassem sobre a sorte dos companheiros d'armas* (3). Em vista, porém, de entendimento telefônico com o titular daquela pasta, a proposta foi retirada por se verificar que, assim como o Clube, *estava o govêrno resolvido a agir com a necessária energia* (4).

Terminada a sessão, de uma das janelas da sede do Clube, Tasso Fragoso e o Coronel Goldschmidt proferiram inflamados discursos.

Entre as primeiras manifestações de pesar endereçadas àquela sociedade pelo desaparecimento de Moreira César e de seus companheiros de expedição, figura extensa carta de Manuel Vitorino, na qual o vice-presidente da República expressava a sua tristeza e revolta pelo *dolorosissimo desastre sucedido aos bons e leais soldados da República na luta empenhada contra os fanáticos explorados pelos inimigos das instituições* (5).

E finalizando, após considerações várias, afirmava: «Peço que transmitais aos vossos nobres camaradas o pesar profundo que me punge, e podeis afirmar-lhes que para vingar a morte do distinto militar, estarei ao lado dêles aqui ou no teatro da luta, onde fôr necessária a minha presença» (6).

Outras agremiações, seguindo o exemplo do Clube Militar, também assumiram análoga atitude.

Lídimo expoente do republicanismo histórico, o Clube Tiradentes, com a presença de senadores e deputados, em assembléia geral extraordinária, efetuada no dia 8, resolveu: «constituir-se em comissão permanente para agir conforme ditar melhor o patriotismo; pedir a mais absoluta solidariedade e obediência às resoluções adotadas, que só serão tomadas em prol da República» (7).

III

Estava Gentil de Castro em Petrópolis quando se verificou a agitação de 7 de março. Dela se inteirando, pelos rumores que até ali chegaram, seu primeiro cuidado foi descer imediatamente para

(2, 3, 4, 5, 6 e 7). Afonso Celso, *O Visconde de Ouro Preto*, págs. 175, 187, 185 e 186.

averiguar a veracidade dos boatos e acautelar os interesses confiados à sua guarda.

Nesse intuito, sabendo que Afonso Celso viria ao Rio no dia seguinte, procurou-o sem demora, a fim de participar-lhe que seria seu companheiro de viagem. Ciente mais ou menos da gravidade da situação, por carta recebida de seu pai, tentou Afonso Celso dissuadi-lo de passo tão temerário.

«Referem-me que há viva animosidade contra o nosso Gentil. Previne-o e impede-o de descer amanhã», havia escrito o Visconde de Ouro Preto (1).

Todos os recursos de lógica e dialética empregou Afonso Celso, inclusive o de mostrar-lhe a advertência do velho Visconde. Nada, porém, conseguia movê-lo. Ocorreu-lhe então a idéia de uma visita ao Major Alexandre Ribeiro, que deveria estar a par dos acontecimentos, dada a sua qualidade de oficial do Exército.

Conhecedor do desejo de Gentil de Castro, aquêle militar desaprovou-o com energia, dizendo-lhe categoricamente: «Cometerá grave imprudência, se descer» (2).

Como Gentil de Castro insistisse na necessidade de *saber com exatidão as notícias* (3), objetou-lhe Afonso Celso que disso se encarregaria, prontificando-se a comunicar-lhe, por telegrama, o que apurasse.

Depois de inaudita resistência, cedeu por fim Gentil de Castro, e era quase meia-noite quando deixaram ambos a casa do Major Ribeiro.

Na madrugada do dia 8, vestia-se apressadamente Afonso Celso, para apanhar o trem das 6 horas, quando ouviu no jardim de sua residência a voz de Gentil de Castro.

Resolvera embarcar também. *Morreria de impaciência, se passasse o dia inteiro sem notícias* (4). Correndo risco jornais de sua propriedade, com enormes capitais nêles invertidos, não poderia deixar-se ficar tranquilamente em Petrópolis. Tinha, além disso, *importantes pagamentos por efetuar* (5).

Essas razões, desfiou-as Gentil de Castro, sem deixar tempo ao amigo de replicar. Lembrado o compromisso da véspera, atalhou Gentil:

«— É inútil insistir. Você sabe que, quando eu decido uma coisa, a realizo. Preciso descer. Já minha mulher se zangou comigo e empregou quase a força para me reter. Se eu fôsse supersticioso, não iria. Ao sair do quarto, prendeu-se de tal forma à porta a aba do palitô, que me custou arrancá-la. Vista-se depressa. Vão sendo horas (6)».

(1, 2, 3, 4, 5 e 6) Afonso Celso, *O Visconde de Ouro Preto*, págs. 172, 173, 174, 190 e 208.

Nessa insistência de Gentil de Castro não se poderá vislumbrar o menor gesto de desafio. Bravo como os que mais o fôssem, não seria capaz, por mera fanfarronice, de ir provocar o desvario dos inimigos.

Torturava-o, porém, o destino dos companheiros de luta, os leais colaboradores da *Gazeta da Tarde e Liberdade*, expostos, talvez, àquela hora, a tôda sorte de represálias.

Por isso decidiu partir. Queria partilhar dos mesmos perigos.

Até embarcarem em Petrópolis, Afonso Celso e Gentil de Castro nada mais tinham apurado do que a morte de Moreira César, sabida por intermédio do agente da estação. Só em Meriti, ao comprarem os jornais do Rio, foram postos ao corrente das cenas de violência e depredação desenroladas nesta capital e em S. Paulo.

Não podendo conter-se diante da tranquilidade com que Gentil de Castro havia lido as notícias mais aterradoras, o comendador Domingos Teodoro, seu companheiro de banco, observou-lhe estupefato:

«— Na realidade, o senhor é um homem fora do comum. Não tirei do seu rosto os meus olhos, enquanto se inteirava da devastação da sua casa. Não empalideceu sequer. Admirável sangue frio!

— Que quer que eu faça? — respondeu Gentil rindo. Incomodar-me, nada adianta. Nesta sua república, meu caro amigo, estou preparado para ver tudo, em matéria de abuso.

Coisa alguma me surpreende. (...) República é isto mesmo (7)».

Chegando ao Rio, com as cautelas que a situação aconselhava, dirigiram-se os dois à casa do Visconde de Ouro Preto, situada nas cercanias da estação de S. Francisco Xavier.

Tudo estava tranquilo no bairro. E a não ser a justa apreensão do estadista mineiro, nada denotava a trepidação daqueles dias tumultuosos, porque não chegavam até a sua chácara os ecos da agitação popular.

Mas alguns amigos, vindos do centro da cidade, referiram que havia alterações da ordem, percorrendo as ruas numerosos bandos aos gritos de «Mata os monarquistas! Morra o Coronel Gentil, Morra o Visconde de Ouro Preto!» (8).

Embora ocultando êste fato a seu pai, convenceu-o Afonso Celso da necessidade de afastar-se do Rio, juntamente com Gentil

(7 e 8) Afonso Celso, *O Visconde de Ouro Preto*, págs. 172, 173, 174, 190 e 208.

de Castro, cuja presença no Rio, amplamente divulgada pela imprensa, poderia motivar um assalto à casa do Visconde de Ouro Preto. Mesmo com os riscos da viagem, era preferível retornar à Petrópolis.

Quando o Visconde de Ouro Preto e Afonso Celso chegaram à estação, às 16,30 horas, já lá encontraram o Coronel Gentil de Castro em palestra com dois empregados da *Gazeta da Tarde*. Enquanto o Visconde travava conversa com alguns conhecidos, um parente de Afonso Celso, Políbio Afonso Alves, preveniu-o de que, recostado a um banco, ali estava um jovem justamente conhecido por seu exaltado jacobinismo, acompanhado de uns indivíduos munidos de grossos bengalões.

Fora disso, a estação apresentava aspecto comum.

Tão depressa a locomotiva e a composição encostaram à plataforma, depois de uma demora de trinta minutos, no mesmo carro e em lugares próximos, assentaram-se Ouro Preto, Gentil de Castro, Afonso Celso, o Dr. Rodrigues Horta e Capitão-Tenente José Martins Toledo.

Mal se haviam acomodado, aproximou-se da janela correspondente ao banco de Gentil de Castro um grupo mais ou menos numeroso, indagando um de seus integrantes quem era o Coronel Gentil de Castro.

Apresentando-se êste, o interpelante intimou-o a descer para dar-lhe uma palavra. Como a resposta fôsse uma recusa, houve nova insistência que, como a primeira, não foi atendida.

Reluziram então revólveres e punhais. Levantando-se, Gentil de Castro fez menção de tirar do bolso uma arma, de que não pôde servir-se. Ouvriam-se vários disparos, caindo Gentil ferido. Havia sido atingido na testa e na região torácica, como revelaria depois o laudo pericial. Retirado do vagão com vida, faleceu minutos após.

Vítima imolada à irreflexão das massas, mal orientadas pela demagogia e excessiva liberdade de imprensa, Gentil de Castro é o símbolo de uma época a que Afonso Celso, muito apropriadamente, chamou de «Terror Republicano».

Tombou como um bravo, que sempre foi. Diante da superioridade numérica do inimigo, não se acovardou, buscando vender bem caro o sacrifício. Traiu-o, porém, a sorte.

Verdadeiro *courtisan du malheur*, sem títulos nem posições grangeadas no Império, por êle deu a vida!

Nunca se apurou com exatidão a responsabilidade do assassino ou assassinos. Todos os passos foram dificultados à polícia...

Não fôsse uma circunstância ocasional, teríamos também a lamentar naquele momento a morte trágica de Ouro Preto e do

seu filho. Graças, felizmente, ao asilo de modesto operário, que os abrigou em seu casebre, livrando-os de tenaz perseguição, puderam ambos escapar para Petrópolis.

Em excelente trabalho, de farta documentação, que tão bons serviços nos prestou (9), relata Afonso Celso tôdas as providências dadas pelo governo fluminense, à cuja frente se colocou o senador José Tomás Porciúncula, cercando de tôdas as garantias o Visconde de Ouro Preto e promovendo a sua retirada para uma fazenda do interior.

O sangue inocente de Gentil de Castro, ao invés de aplacar os ódios, fêz recrudesacer de intensidade o transbordamento das paixões, agravadas então pelo desrespeito às autoridades.

Aos gritos de «morra o inspetor seccional Amaro Cavalcanti» (10), o ministro da Justiça foi vaiado em plena via pública. E o *Jornal do Comércio*, pagando tributo à moderação de linguagem, teve de ser guardado por uma força de trinta e cinco praças. Segundo declaração estampada na edição de 9 de março, o *País* deixava de publicar um artigo do jornalista norte americano Lamoureux, diretor do *Rio-News*, pelo *perigo de exprimir uma opinião menos moderada contra aquêles que infestavam a cidade* (11).

Não bastava ser alheio à *conspiração conselheirista*. Era necessário alardear devotamento ao credo republicano.

Por manter attitude considerada duvidosa, a *Cidade do Rio* foi atacada pelo povo, que exigiu de seus responsáveis uma declaração positiva de sua orientação. Embora republicano histórico, não se livrou Angelo Agostini de ver invadida a redação *D. Qui-xote*, e ser quase assassinado pela turba, que o julgava partidário da restauração do trono.

Na rua do Ouvidor, transformada em reduto de jacobinos, arrogavam-se êstes o direito de abordar e punir as pessoas suspeitadas de monarquismo.

Reginaldo Cunha, figura de destaque do comércio, viu-se ali agredido por uma multidão ameaçadora, que vociferava indignada: «Ê êle. Mata o Joaquim Nabuco!» Só então o pobre comerciante pôde perceber o equívoco de que era vítima.

Declinando o nome, protestou com calor. De nada, entretanto, valiam êsses protestos.

Sua extraordinária parecença com Nabuco, tornado, assim, verdadeiro sócia do imortal pernambucano, neutralizava tôdas as alegações.

Salvou-o dêsse transe o aparecimento de um amigo, oficial do Exército e florianista de quatro costados. Se tal não houvesse

(9, 10 e 11) Afonso Celso, *O Visconde de Ouro Preto*, págs. 172, 173, 174, 190 e 208.

acontecido, talvez Reginaldo Cunha tivesse resgatado com a vida os males atribuídos a Nabuco ...

Sobre êsse ambiente de exaltação e pavor, fruto de dissensões políticas, encontramos interessante carta de Joaquim Nabuco ao Conselheiro João Alfredo.

Escrita ao correr da pena, sem qualquer preocupação literária, nela se lê, confidenciada a um amigo e correligionário, a crítica severa, porém serena, do fenômeno jacobino, encarado pelo espirito superior de um adversário do regime:

«O Horta (12) com quem estive, no escritório dêle na rua do Rosário, contou-me a história tôda do assassinato do Gentil e fiquei sabendo que quizeram também matar o Ouro Preto que só se salvou milagrosamente, perseguido até grandes distâncias da estação. Disse-me com muita reserva que espera que o Ouro Preto vá para a Europa em poucos dias.

Tenho andado pela cidade, sòmente não passei no trecho da rua do Ouvidor, onde está a jacobinagem; aparentemente os animos estão mais sossegados.

Sente-se, porém, que o ódio e a sanha jacobina foram despertados contra os monarquistas e que a excitação levará tempo a acalmar-se, sendo muito provável que novas coisas venham ainda irritá-los e novos pretextos favorecê-la.

Perigo para V. Ex. em estar aqui não há imediato; há sempre, como para todo o monarquista, o perigo ocasional, fortuito, de alguma nova sobreexcitação.

O pior é que não há govêrno e que, se continuar o trabalho contra o Prudente, êste não achará um escalor para embarcar, ao primeiro sinal de Manuel Vitorino.

Em minha opinião o ódio jacobino contra os monarquistas há de por algum tempo ir aumentando, êles derramaram sangue, e aí está o perigo.

Monarquistas hão de querer vingar êsse sangue de algum modo; ou hão de revoltar-se e indignar-se com maior desabrimento de linguagem (sobretudo no estrangeiro) contra a República, e daí o recrudescer das paixões exaltadas de um e outro campo.

Em época revolucionária como que não há abrigo ou defesa para os moderados e os imparciais» (13).

Indo bem ao fundo da questão, Nabuco lobrigava como principal causa da agitação a divergência entre Prudente e Manuel Vitorino, servindo os monarquistas de instrumento para encarniçada oposição a Prudente. Por aí se explica, certamente, todo o otimismo revelado em relação aos perigos existentes para os mesmos.

(12) Dr. Rodrigues Horta.

(13) Ms. no arquivo João Alfredo.

IV

Se durante os ataques à *Gazeta da Tarde*, *Liberdade* e o *Apóstolo*, no dia 7 de março, Amaro Cavalcanti, homem enérgico e destemido, fôra impotente para impedi-los, sendo forçado a presenciá-los de braços cruzados, o homicídio de Gentil de Castro, perpetrado fria e calculadamente, fê-lo redobrar de autoridade e vigilância no intuito de impedir novos sacrifícios de vidas, a que estavam sujeitos tantas outras figuras do segundo reinado.

Mandando guardar por força armada as residências dos chefes monarquistas, determinou ainda o ministro da Justiça fôsem êles retirados e transportados, sob rigorosa proteção, para fora do Rio, em pontos onde não corressem o menor perigo.

Não podendo, pela falta de elementos, dar noticia do rumo tomado por cada um dêles, limitar-nos-emos a tratar de Nabuco e João Alfredo, particularmente dêste, de acôrdo com documentação existente em seu arquivo.

Em data de 9 de março, num cartão dirigido à espôsa de João Alfredo, ansioso, indagava Amaro Cavalcanti: «Exma. Sra. D. M. Eugênia — Onde está o Cons.^o, e o J. Nabuco? Preciso dar-lhes tôda a garantia, além das que já recomendei» (1).

Ausente do Rio desde algum tempo, em viligiatura na fazenda do sôgro, o Barão de Inoan, (2) em Maricá, estava Nabuco naturalmente acobertado de qualquer violência.

O mesmo, entretanto, não sucedia a João Alfredo, cuja presença na cidade iria transformá-lo em alvo dos mais visados.

Tão depressa, porém, se tornaram conhecidos os tumultuários acontecimentos, parentes e amigos dedicados, apesar das garantias policiais opinaram pelo seu afastamento para local mais seguro.

Mas vigiadas como estavam tôdas as estações de embarque, não lhe era possível ausentar-se do Rio, só lhe restando, por consequente, o alvitre de homisiar-se em casa de pessoa amiga, passo que deveria, aliás, ser tentado com grandes cautelas, porque, embora defendida pela policia, a sua residência era rondada por vultos suspeitos, facilmente identificáveis como jacobinos ferreiros...

Tornava-se mister evitar um choque dessas duas forças, de cujo encontro poderia resultar encarniçado conflito.

Foram dias de dolorosa expectativa, fértil em lúgubres noticias. Tudo estava ajustado para sortida, aguardando-se sòmente o momento propício, que se apresentou afinal em consequência de um cochilo das sentinelas jacobinas.

(1) Ms, no arquivo João Alfredo.

(2) José Antônio Soares Ribeiro.

Valendo-se dêle e auxiliado pelo cair da noite a confusão gerada pelas visitas que entravam e saiam, João Alfredo pôde retirar-se do próprio lar com uns amigos que ali haviam ido cumprir um dever de amizade.

O abrigo escolhido foi a casa da Baroneza de Guanabara, na rua Marquês de Abrantes. Aí mesmo, entretanto, ainda corria risco, tanto que tinha sido adotado o alvitre, na hipótese de ataque, de, pelo quintal, passar-se João Alfredo para o prédio do lado, residência da Condessa de Andaraí.

Os boatos continuavam a ferver em profusão.

Veiculou-se, por exemplo, que em sessão do Clube Militar fôra deliberada a execução de vários monarquistas, tendo sido até organizada uma lista, de que fazia parte o nome do penúltimo chefe de gabinete do Império.

Justamente apreensivo com a natureza dessa informação, o comendador Pedro Leandro Lamberti, grande amigo de João Alfredo, procurou o Coronel Fernando Augusto da Silva Veiga para averiguar a procedência da atoarda.

A 11 de março de 1897, escrevia aquêlê militar: «Meu caro Pedro Lamberti — Fui surpreendido com o que me disseste a respeito do teu respeitável amigo J.A. Imediatamente segui para o Quartel General a entender-me com o capitão Veiga Cabral, de quem, sem declinação de nomes, indaguei do que se passara na sessão do Clube.

Disse-me que àquele respeito nada; que na sessão se tratou de assunto inteiramente militar; disse-me mais que sem ser em sessão, um alferes, cujo nome ignora, andou mostrando uma tira de papel com uns nomes de monarquistas, mas que ninguém se deu ao trabalho de prestar-lhe atenção.

Por minha parte, declara-te que é uma injustiça que se faz à nossa corporação. Combatemos em todos os terrenos, mas não assassinamos. Pode afirmar-te quem assina estas linhas, com o testemunho do Visconde de Ouro Preto por fatos que se deram em dias de maiores perturbações do que hoje» (3).

Tinha razão o Coronel Veiga ao contestar a cumplicidade do Exército em possíveis atentados pessoais, contrários à índole do soldado e ao pundonor da classe.

Mas forçoso é reconhecer que, naqueles dias, apelando para a memória de Floriano, o elemento jacobino não perdia ensejo de aliar as classes armadas às manifestações públicas de descontentamento, o que motivou severas ordens do ajudante general do Exército e do próprio ministro da Guerra.

(3) José Antônio Soares Ribeiro.

Nesse sentido, em aviso aos comandantes de tropas, determinou o ajudante general que fôsem recolhidos aos quartéis os oficiais adidos e efetivos, assim como deviam apresentar-se ao quartel general aquêles que estivessem em gôzo de licença «para que não parecesse que a presença de militares nas ruas era um incentivo e acorçamento para arruaças e cenas de violências praticadas por indivíduos que exploravam os sentimentos de mágua da população» (4).

Relativamente aos alunos dos estabelecimentos de ensino militar, o titular da pasta recomendava, aos respectivos diretores, que os «alunos evitassem o mais possível seu comparecimento às ruas, com o que dariam êles novas provas de sua correção e patriotismo, tão sobejamente experimentados» (5).

Tudo aconselhava, pelo que vê, as maiores cautelas, tanto por parte dos monarquistas, como dos responsáveis pela manutenção da ordem.

Sabedor do paradeiro de João Alfredo, com quem entrou em entendimento por interposta pessoa, tratou Amaro Cavalcanti de adotar medidas tendentes a tirá-lo do Rio, missão cometida a Paulo de Frontin, diretor da E.F. Central do Brasil.

Em encontro com João Alfredo, ficou estabelecido que no dia imediato, cuja data não podemos infelizmente fixar, Paulo de Frontin viria buscá-lo à tardinha.

Mas à hora aprazada, não apareceu aquêlê engenheiro, nem qualquer emissário, o que causou justa apreensão. Sômente à noite retornou Frontin, comunicando que, por ordem do govêrno, a viagem fôra transferida por vinte e quatro horas.

Na noite seguinte, acompanhado pelo diretor da estrada e mais três engenheiros, em carro fechado, devidamente escoltado, seguiu João Alfredo para a estação da E.F. Central do Brasil, onde o esperava um trem especial, que devia conduzi-lo à estação de Pinheiro, no Estado do Rio.

Pelas medidas de resguardo adotadas, evitando que a composição se demorasse nas estações, determinando fôsem arriadas as cortinas, pode-se aquilatar das recomendações recebidas por Paulo de Frontin.

Só então, vendo tanto desvêlo e cuidados, percebeu João Alfredo, conforme confessou mais tarde, a extensão do perigo que corria.

Não obstante destinar-se à estação de Pinheiro, o comboio não chegou até aquêlê ponto, estacionando uma parada anterior, de

(4 e 5) Aristides Milton, *A Campanha de Canudos*, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXIII, parte II, 1900, pág. 90.

onde João Alfredo, juntamente com a comitiva, rumou para a fazenda de Três Poços, em Barra Mansa, de propriedade de D. Cecília Monteiro de Barros.

Se a alguns parecessem excessivas tantas precauções, uma rápida vista d'olhos nos jornais da época demonstraria prontamente o contrário.

A agitação das ruas, na verdade diminuira consideravelmente, mas a campanha da imprensa mantinha o mesmo diapasão.

Apontando novas vítimas ao sacrifício, afirmava *A República* em sua edição de 14 de março de 1897:

«Não há nenhum motivo para que nos iludamos, nem para que nos calemos, pois nada mais fazemos senão repetir o que à saciedade disseram êles mesmos na sua imprensa: os Srs. Visconde de Ouro Preto, Carlos Afonso, Andrade Figueira, João Alfredo, Basson e Laet tinham e têm a responsabilidade da direção da conspiração monárquica».

E essa mesma notícia, ratificando o que afirmara na véspera, acrescentava estarem todos êles em Minas, articulando poderoso movimento contra as instituições.

Apesar das mais agradáveis, foi de curta duração a permanência de João Alfredo na fazenda de Três Poços.

Quinze dias depois de ali haver chegado, agravando-se o seu estado de saúde, tornava-se imprescindível o regresso ao Rio, como deixa patente a seguinte carta:

«Dr. Amaro — Por duas razões interrompo hoje o propósito, escrupulosamente mantido desde 1889, de não ocupar com assunto de meu direito ou interesse a atenção dos amigos que têm governado ou preponderado no atual regime: a primeira, que muito importa à lealdade do meu caráter, é que posso afirmar alto a minha inocência — até de pensamento nos fatos da Bahia, assim como a minha repugnância a tais meios, e ainda a convicção em que estou de não haver nêles conselho e ação de correligionários a quem eu deva nem sequer a solidariedade passiva do silêncio; a segunda é que depois de ter aceitado as providências que V. espontaneamente ofereceu para me garantir contra as ameaças, que chegaram ao seu conhecimento, considero-me obrigado a proceder de acôrdo com o amigo de cujos sentimentos nunca duvidei, agora autoridade a quem incumbe a minha segurança individual.

Venho, pois, dizer-lhe que velho, doente, precisando de uma operação delicada que requer muita tranquilidade, é urgente que eu volte à minha casa e à minha família, ou que fazendo um sacrificio superior aos meus muito escassos meios de subsistência saia para o estrangeiro a tempo de curar-me da falta de vista que cada

dia cresce e já não me permite ler e escrever mal senão em certas condições de luz. Esta é a minha situação.

Tudo tenho sofrido com resignação depois de haver dado todo a minha atividade ao serviço público com as melhores intenções; mas confesso que a cegueira me aterra mais, incomparavelmente mais, do que a perda do pouco que me resta viver, e não posso nem devo odiar o remédio que a cirurgia me oferece. Fico à espera de sua resposta» (6).

Sobre ser parte integrante da narrativa, a transcrição dessa carta serve de documento histórico de incontestável valor.

Vemos nela a contestação formal de prestigioso chefe acêrca da pretensa participação dos monarquistas na rebelião de Canudos, o que vem completar as declarações do Visconde de Ouro Preto, quando asseverou, sob palavra de honra, ao senador José Tomaz Porciúncula: «Nenhuma ligação, direta ou indireta, temos ou tivemos com os bandos fanáticos do sertão bahiano, — elemento perigoso que combateríamos, se ocupássemos o poder» (7).

Inteirado do desejo de João Alfredo, no sentido de retornar ao Rio, assim o autorizou Amaro Cavalcanti, em bilhete de 31-3-97:

«Cons.º e am.º — Pode voltar à sua Família quando julgar conveniente, porque, quanto à garantia de sua pessoa terá tãda, fique certo. Já haviio dito isto mesmo a Exma. Sra. D. Maria Eugênia. Com tãda estima e consideração — Amaro Cavalcanti» (8).

Comunicando-se com a espõsa de João Alfredo, esclarecia Amaro Cavalcanti: «Em 31-3-97 — Exma — Amanhã, à tarde, o Frontin passa lá, de modo a chegar aqui de noite. Escreva para prevenir, pelo trem da manhã, ou telegrafe, ou como melhor entenda. Sempre cr.º obr.º resp.º — Amaro Cavalcanti» (9).

Nessa altura, controlando a situação, o govêrno já podia assumir essa responsabilidade, graças à energia do ministro da Justiça.

Tõdas as medidas acauteladoras de que tratamos, vêm demonstrar, de maneira iniludível, a convicção das autoridades relativamente à inocência dos monarquistas na insurreição de Canudos. Nem de outro modo se poderia interpretar tanto empenho em protegê-los.

Compreender-se-ia, por ser cristão e humano, que se evitasse a todo custo novos derramamentos de sangue; nunca, porém, que os deixassem soltos e bem guardados, com plena faculdade de agirem e conspirarem.

(6) Ms. No Arquivo João Alfredo.

(7) Afonso Celso, *O Visconde de Ouro Preto*, pág. 203.

(8 e 9) Ms. no Arquivo João Alfredo.

A lenda, entretanto, tinha muita força.

Até os meios intelectuais, libertos de preconceitos e sectarismo, com uma ou outra exceção, não destoavam da opinião geral. Exemplo típico é o caso de Euclides da Cunha.

Em S. Paulo, no desempenho do cargo de engenheiro da Superintendência de Obras, lugar que ocupava desde que pedira reforma do Exército, Euclides da Cunha acompanhava com freqüência e interesse todos os acontecimentos, desde as primeiras escaramuças entre o govêrno da Bahia e Antônio Conselheiro.

Temperamento vibrátil, facilmente impressionável, Euclides também acreditou na lenda.

Julgando a República em perigo, arrebata-se e em sua defesa publica dois artigos em *O Estado de São Paulo*, sob a epígrafe *A nossa Vendéa*, a fim de apontar as analogias entre os jagunços e os guerrilheiros da Bretanha, ambos movidos pelo ideal da restauração, ambos explorados pelo elemento monárquico.

Pelo vigor da argumentação, baseada tôda ela em premissas falsas, êsses artigos foram dois terríveis libelos, escritos com o calor da mais intensa indignação.

Imediatamente os *cabras* de Canudos foram comparados aos célebres *chouans*, elevando-se Antônio Conselheiro à categoria de um Georges Cadoudal, o astuto e bravo chefe vendeano. Como êste, que derrotava os mais afamados generais da Convenção, Antônio Conselheiro parecia zombar de tôdas as forças enviadas ao seu encalço.

A tática era a mesma — a estratégia da fuga e da emboscada.

Ainda como Cadoudal, o Conselheiro «parecia estar em tôdas as partes e não era encontrado em nenhuma».

Naquele estilo nervoso, admirável pelo colorido e vivacidade, assim se exprimia Euclides:

«O homem e o solo justificam assim, de algum modo, sob um ponto de vista geral, aproximação histórica expressa no título dêste artigo. Como na Vendéa o fanatismo religioso, que domina as suas almas ingênuas e simples, é hábilmente aproveitada pelos propagandistas do império. A mesma coragem bárbara e singular e o mesmo terreno impraticável aliam-se, completam-se. O *chouan* fervorosamente crente eu o tabaréu fanático, precipitando-se impávido à bôca dos canhões, que tomam a pulso, patenteam o mesmo heroismo mórbido, difundido numa agitação desordenada e impulsiva de hipnotizados. A justeza do paralelo estende-se aos próprios reveses sofridos.

A República francesa, que se aparelhava para lutar com a Europa, quase sentiu-se impotente para combater os adversários impalpáveis, da Vendéa-heróis intangíveis, que, se escoando céleres

através das charnecas, prendiam as forças republicanas em inextricável rede de ciladas... Entre nós, o terreno, como vimos, sob um outro aspecto embora, presta-se aos mesmos fins» (10).

De um ímpeto, porém, malgrado tantos desenganos, na alma daquele republicano apaixonado, daquele que, em menino, quebrara a espada perante um ministro do Império, para não prestar fidelidade à Coroa, renasce a fé na República e no triunfo de suas armas.

Por isso advertia:

«Mas, amanhã, quando forem desbaratadas as hostes fanáticas do Conselheiro e descer a primitiva quietude sobre os sertões baianos, ninguém conseguirá perceber, talvez, através das matas impenetráveis, colando pelo fundo dos vales, derivando pelas escarpas íngremes das serras, os trilhos, as varedas estreitas, por onde passam nesta hora — admiráveis de bravura e abnegação — os soldados da República (11).

Teria de desdizer-se depois.

Em íntimo contato, posteriormente, com a rebelião de Canudos, sofreria uma decepção e dessa decepção surgiria uma obra prima. Tudo era falso. Não havia sonho de restauração nem choque de ideologias.

O que êle iria presenciar não passava de um complexo fenómeno social. E onde pretendia encontrar inimigos da República, só depararia com pobres vítimas da incúria das autoridades, corroidas pelas moléstias e pela ignorância.

V

Por estranho que pareça, só na Bahia havia relativa calma, e as raras palavras de ponderação vinham do próprio Estado em que se desenrolava a luta.

Sem atemorizar-se com fantasmas, a população e as autoridades ansiavam pela terminação das hostilidades, mas delas nunca se serviram como arma política ou mesquinho motivo para vinganças pessoais.

A proximidade do local das operações dera-lhes, sem dúvida, a noção do perigo, mas inegavelmente os havia libertado do influxo nocivo das notícias tendenciosas.

Não se equivocava a Bahia quanto à ação de Antônio Conselheiro, pois o conhecia de longa data.

Ali entrara êle em 1864, anônimo e vesânico, ali iniciara êle a sua *evangelização* exótica e funesta.

(10 e 11) Elói Pontes, *A vida dramática de Euclides da Cunha*, páginas. 148 e 149.

Foram baianos os seus primeiros *discípulos*, assim como foram baianos os primeiros soldados mortos no combate contra o taumaturgo.

Tendo pago o tributo inicial de sangue, podia reclamar medidas sensatas e condenar atos de selvajaria, comparáveis aos dos fanáticos.

Logo que tiveram conhecimento dos episódios turbulentos verificados no Rio e em S. Paulo, noventa e três estudantes das escolas superiores daquele Estado, condoídos do destino de velhos servidores da pátria, cobertos de opróbrio e baldões, profligaram com indignação «cenas de violências contra um partido que vive de recordações saudosas e de censuras amargas, por aquêles que levam até o exagêro desvairado a sua dedicação à República, como se fôra possível servi-la menosprezando a justiça e quebrantando a lei» (1).

Acompanhando o gesto dêsses colegas, os acadêmicos da Escola Agrícola consignavam em manifesto: «...o movimento que se opera em Canudos não obedece a nenhum plano traçado por mão segura, e, que, pois, está longe de ser a resultante de esforços inteligentemente combinados e hâbilmente dirigidos em favor da restauração...» (2).

Pelo que se vê, a mocidade baiana não dava crédito aos perigos da restauração.

Ainda a propósito dessa discordância de pontos de vista, convém registrar a frase do Capitão Manuel Benício, acentuando *que a desordem era mais na rua do Ouvidor do que na Bahia* (3).

Custaram caro a Bahia êsses gestos de independência e ousadia.

Não podendo tolerar qualquer restrição à sua conduta, certa imprensa do Rio atacou aquêlê Estado com desusado vigor, apondo-o como um foco de monarquistas, em que povo, jornais e govêrno, todos de mãos dadas, se acumpliciavam criminosamente com Antônio Conselheiro.

Espalhou-se imediatamente que por suas fronteiras eram transportadas armas e munições para os rebeldes, que contavam ainda com muitas fábricas ali existentes para fornecimento da pólvora necessária à luta.

Além dêsses auxílios, informava-se que eram ministrados a emissários de Antônio Conselheiro importantes segredos militares, que lhe haviam possibilitado obter estrondosas vitórias.

Como era natural, as malignas increpações mereceram formal contestação.

(1, 2 e 3) Afonso Celso, *O Visconde de Ouro Preto*, páginas 232, 234, 186, 235.

Assim é que em telegrama dirigido a esta capital, foi formulado o seguinte protesto:

«A imprensa baiana, unânime, pelos órgãos infra designados, ciente de que na Capital Federal se procura formar a falsa opinião de se considerar a Bahia reduto da monarquia, protesta em nome de tôdas as classes sociais, que legitimamente representa, contra tão injusta e ofensiva suspeita, e afirma como incontestáveis verdades a opinião republicana dêste Estado e a sinceridade do seu apoio às instituições vigentes — 14 de março de 1897 — *Correio de Notícias* — *Estado da Bahia* — *Jornal de Notícias* — *Cidade do Salvador*» (4).

Dessa campanha dos jornais jacobinos resultou uma apreciação deturpada da atitude da Bahia, impressão que iria refletir-se em várias demonstrações de desagrado.

Já a morte de Moreira César fôra pretexto para que importantes políticos do Estado fôsem desfeiteados publicamente, em desafrenta pelo desaparecimento daquele militar, considerado como símbolo perfeito do republicanismo sem mácula.

Movidos por essas suspeitas, diversos oficiais do Exército, ao desembarcarem na cidade do Salvador, levavam a certeza de pisarem em solo inimigo.

Se aquêles, pela educação e civilidade, sabiam controlar-se, o mesmo não se dava com a soldadesca desenfreada.

Registraram-se inúmeros conflitos com milicianos estaduais, ataques a bondes, violações de lares, agressões e outros tantos excessos.

Verberando semelhantes desmandos, escrevia um jornal local:

«A farda jamais excluiu a bondade e justiça, a polidez e a obediência às leis, a elevação de sentimentos e a dignidade de caráter...» (5).

Até o governador do Estado, conselheiro Luiz Viana, a quem o deputado João de Siqueira qualificava de *homem sem fé republicana*, era freqüentemente arguido de culpabilidade, como um dos principais fatores das desgraças sucedidas à expedição Moreira César.

Sobre Luís Viana, o primeiro a mostrar ao poder central a necessidade de esmagar Canudos, haveriam de pesar gravíssimas imputações, de que trataremos mais adiante.

Como conivente no crime, ou pouco ativa na repressão, quase todos acreditavam na cumplicidade da Bahia.

(4) Aristides Milton, *A campanha de Canudos*, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXIII, parte II, pág. 97.

(5) *A Bahia*, de 26-3-97.

E sòmente no campo de batalha, desincumbindo-se das mais arriscadas missões, *como meio de desfazer tantas prevenções* (6). os baianos desmentiriam as aleivosias, mostrando, povo e govêrno, que a serenidade em encarar os fatos não implicava em covardia ou desamor à República.

Debelada a agitação das ruas, e certo de que em Canudos seria jogada a sorte da República, pelo caos que resultaria de uma nova derrota, Prudente de Moraes tratou logo de agir.

Poucos dias após o trágico fim de Moreira César aportavam a Bahia numerosos contingentes de tropas, que iriam constituir a quarta e última expedição, sob o comando do general Artur Oscar de Andrade Guimarães, integrada por sete batalhões de infantaria, dois de artilharia e um esquadrão de cavalaria, e dividida em duas colunas a cargo dos Generais João da Silva Barbosa e Cláudio do Amaral Savaget.

Dessa vez, também a Marinha havia sido chamada à ação, tendo sido enviada para o pôrto da Bahia uma divisão comandada pelo contra-almirante Carlos Frederico de Noronha.

Todos os erros anteriores tinham sido computados e corrigidos.

Se Moreira César, conforme depoimento de Manuel Vitorino, em cuja interinidade se organizara a expedição, julgava indispensável *não desfalar as guarnições da capital e das cidades principais da União porque estava convencido de que êsse movimento era auxiliado em obediência ao plano de distribuir forças para melhor facilitar a execução dos intuitos e planos monarquistas* (7), Artur Oscar tinha sôbre o assunto opinião diversa.

O inimigo estava em Canudos. Lá, por conseguinte, deveria ser êle destrôgado.

E assim, dia a dia, chegavam a Bahia inúmeros reforços para engrossarem os batalhões já mencionados.

Enquanto assim agia no terreno militar, outras tantas medidas de natureza importante, também eram adotadas. A fim de contestar as notícias veiculadas fora do país, acêrca de grande commoção intestina no Brasil, provocada pelo choque armado de duas correntes ideológicas, e dêste modo salvaguardar-lhe o crédito no estrangeiro, sem prejuízo para as suas relações comerciais e diplomáticas, Prudente de Moraes, por intermédio de nossa legação em Londres, fêz comunicar, através da Agência Reuters, *que Antônio Conselheiro não obedecia a plano algum, nem à forma alguma de govêrno* (8).

(6) De um discurso do General Artur Oscar.

(7 e 8) Afonso Celso, *O Visconde de Ouro Preto*, págs. 232, 234, 186 e 235.

VI

Tendo acompanhado, até aqui, a repercussão dos acontecimentos de Canudos em diversas esferas da opinião pública, torna-se imprescindível observar a reação produzida pelos mesmos no parlamento brasileiro.

Como era de praxe, a comunicação oficial ali chegou por intermédio da mensagem presidencial, datada de 5 de maio.

Nela informava Prudente de Moraes:

«Durante o intervalo das vossas sessões, o fato de maior gravidade quanto à ordem pública, pela repercussão que teve em todo o país, foi sem dúvida o revés sofrido a 3 e 4 de março próximo findo pelas forças que formavam a brigada expedida contra os bandidos e fanáticos acastelados na povoação de Canudos, Estado da Bahia.

Lamentável pelas vítimas que fez entre as quais avulta a figura denodada e patriótica de Moreira César, que sucumbiu honrando o pôsto que lhe foi confiado, o desastre de Canudos tornou-se notável pela sensação que a sua notícia produziu nesta capital e nos Estados, sensação agravada pela suposição de que os revoltosos dos sertões da Bahia não são simplesmente impulsionados pelo fanatismo religioso, mas também instrumento dos que ainda sonham com a restauração da monarquia, apesar de estar definitivamente condenada pela Nação» (1).

Eram de brandura e sensatas, como se vê, as palavras do documento oficial. Mas contrastando com essa serenidade, os debates travados em torno do assunto na Câmara iriam revestir-se de desusada superexcitação, extremando-se os contendedores na aspe-
reza de linguagem e na violência das invectivas.

Coube a Irineu Machado a primazia de iniciá-los. Não fez de modo violento, preferindo ao contrário valer-se da ironia.

Assim é que, na sessão de 4 de junho de 1897, sob risos, gargalhadas, apoios e protestos, prometia contar à Câmara uma *fábula passada entre um caboclo, um jagunço e um biriba*.

Usando da expressão *biriba*, apelido dado a Prudente de Moraes pela irreverência de desafetos, Irineu Machado deixava transparecer a culpabilidade do presidente da República, como falho de energia nos meios de repressão à revolta.

Muito embora acreditasse também no caráter sebastianista do movimento, Êrico Coelho tinha sobre êle opinião personalíssima.

(1) Afonso Celso, *O Visconde de Ouro Preto*, pág. 235.

E apoiado em dois trabalhos comemorativos do tricentenário de Anchieta, da autoria de Eduardo Prado e Joaquim Nabuco, a quem intitulava paladino da *restauração monárquica com o cleroalismo bragantino* o representante do Estado do Rio concluía, *pelos elogios seródios dos panegíricos*, que a *internacional negra*, intitulada *Companhia de Jesus*, estava feita na vasa da *restauração monárquica* (2).

Não parava aí, todavia, o anti-clericalismo de Êrico Coelho, que vislumbrava em Canudos tôdas características de uma guerra santa, cujo ponto de partida localizava no momento em que foi ter àquele logarejo, em 1895, o missionário capuchinho frei João Evangelista do Monte Marciano, credenciado pelo governador da Bahia, Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima e o primaz do Brasil, D. Jerônimo Tomé de Sousa, para catequizar o chefe dos rebeldes.

Enèrgicamente contestado por monsenhor Guedelha Mourão, que fêz a defesa daquele arcebispo, Êrico Coelho ocupou a tribuna no mesmo dia a fim de sustentar a sua tese.

Transcreveremos alguns trechos sugestivos dêsse discurso:

«Gabo-me de ter começado a descortinar nesta casa esta questão de Canudos, cujos véus o ilustre deputado pelo Maranhão (Guedelha Mourão) acaba de rasgar da tribuna de par em par.

Não disse que o clero brasileiro em geral e em particular o da diocese da Bahia era cúmplice de Antônio Conselheiro; o que disse foi que o Clero Católico Romano tinha semeado o germe desta guerra por motivo religioso. Apelo para o digno presidente desta Câmara (Artur Rios), que conhece melhor que ninguém os acontecimentos a propósito de Antônio Conselheiro; e nisto não vai de minha parte nenhum subentendido capaz de molestar S. Ex. (...) De S. Ex. mesmo colhi algumas informações, que vou expor à Câmara.

Antônio Maciel, Antônio Conselheiro, ou que melhor nome tenha, há muitos anos que vive, não direi homiziado, porque se hoje êle é um bandido, em outra época não o foi, fazendo sua propaganda evangélica.

Estendia a mão à caridade para levantar cemitérios, para construir igrejas, e não sei se se preocupava com escolas; mas fazia o bem a seu alcance, cercado de grande número de pobres diabos, pregava nada mais nada menos do que o desprendimento dos bens materiais, o trabalho em comum, a distribuição igual dos produtos da terra, no regime do trabalho, o enlêvo das almas para Deus, o reconhecimento de um só que está no céu, o sentimento de

(2) Câmara dos Deputados, sessão de 9-6-1897.

confraternidade de velhos e moços, mulheres e homens, em suma o socialismo cristão. (...) O clero da Bahia teve sempre ciúmes do proselitismo que Antônio Conselheiro fazia entre os sertanejos, a verdade é esta.

O clero da Bahia não tolerava que Antônio Conselheiro tivesse também seu numeroso grupo de fanáticos; por outra, discípulos que o seguiam como ao apóstolo do socialismo cristão. Começou então a intrigar Antônio Conselheiro com o Presidente do Estado da Bahia, durante o Império, formulando denúncias sucessivas e levantou tôda a sorte de aleives. O clero na Bahia emulava com Antônio Conselheiro, disputando-lhe prosélitos.

O Sr. Guedelha Mourão — V. Ex. me dá licença: se V. Ex. conhecesse o Sr. D. Luís Antônio dos Santos (3) seria incapaz de pensar desta maneira.

O Sr. Érico Coelho — Não me refiro ao arcebispo. Digo pessoas do clero, missionários que foram enviados ao interior para catequizar êsse grupo de sertanejos, profligaram a pregação do Conselheiro Antônio, denúncia em denúncia, pelo que o arcebispo reclamou a intervenção da autoridade civil, o braço forte do poder temporal, a fim de dispersar essa agremiação de fanáticos, que diziam infestar os domínios da Igreja de Roma.

No tempo do Império, quando havia religião no Estado, êsse procedimento seria justificável. A Igreja de Roma era a única que podia reclamar por estas providências e dizer: Há um fanático no sertão da Bahia; eu sou religião do Estado e consequentemente tenho o direito de pedir o apoio dos poderes imperiais, a fim de dissolver êsse ajuntamento ilícito como confissão religiosa.

Mas o govêrno imperial, honra seja feita ao finado Pedro II, nome que sempre pronuncio com acatamento devido às suas virtudes privadas e alguns traços do seu caráter político — o govêrno imperial não consentiu que a pretexto de ensinar a cartilha católica, fôssem perturbar o Conselheiro Antônio no seu tentame de socialismo cristão, e não prosseguiu o procedimento que o arcebispo da Bahia reclamara do presidente da então província.

O império era tolerante em matéria religiosa, deixava Antônio Conselheiro evangelizar contra a vontade da Igreja de Roma. Entretanto, vem a República e declara por um ato do Govêrno Provisório que estava separada a Igreja do Estado. Depois de reunidos os representantes do povo em assembléia constituinte, firmou-se o princípio de que a República é estranha a tôdas as confissões reli-

(3) Arcebispo da Bahia, Marquês de Santa Cruz, que em 1887 pediu providências ao então presidente da província, João Capistrano Bandeira de Melo, contra Antônio Conselheiro, pelo mal que fazia «à religião e ao estado”.

giasas, não tendo ligação de aliança ou dependência, isto é, de ordem moral ou material com culto ou igreja alguma.

Pois bem, depois que na República a Igreja de Roma separou-se do Brasil, depois que se firmou no pacto federal esta independência como garantia de tôdas as confissões religiosas, é que o clero brasileiro, insistindo nas suas denúncias contra o fanático de Canudos, conseguiu apoio do governador da Bahia a fim de mandar missionários que trouxeram oculto na manga do hábito o mapa estratégico de Canudos, que foi oferecido ao vice-presidente da República (Manuel Vitorino), quando em efetividade, para que por esse roteiro pudessem as tropas ao mando do heróico Coronel Moreira César bater Antônio Conselheiro e suas hordas de fanáticos.

Assim que os missionários foram repelidos pelo chefe dos jagunços, a polícia da Bahia entrou em campo, quando mais não fôsse para dar uma satisfação ao clero eleitoral desse Estado.

Resultou daí que fanáticos armados reagiram batendo valentemente por duas ou três vêzes as expedições mandadas pelo govêrnc da Bahia, fatos êsses que alarmaram todo o país, suscitando-se a opinião de que existia na Bahia um centro de resistência, não tanto à religião como à Constituição de 24 de fevereiro.

Se os nobres deputados lerem êsse relatório do frade, ficarão pasmados das expressões amorosas que êle prodigalizava à República, armando ao efeito; pois, a pretexto de defender a ordem pública e as instituições republicanas, a intenção do clero foi mover a guerra religiosa, que hoje chegou ao ponto da conflagração, que todos lastimamos, guerra civil por motivo da religião que está custando ao Brasil, além de somas de dinheiro, o sacrificio do generoso sangue do Exército.

Armada a guerra civil na Bahia, os monarquistas embarcaram-se na empresa de Antônio Conselheiro, a cujas hordas se tinham juntado grupos de bandidos de Lençóis e outros lugares desse Estado, e para Canudos convergiram desde então as vistas, as esperanças dos restauradores, que conspiravam nesta Capital, nos Estados de Minas e S. Paulo...

Uma voz — De Minas, não.

O Sr. Êrico Coelho... e como as ambições dos monarquistas, quem sabe! as aspirações do clero que ainda sonha com a restauração da Igreja no Brasil, tudo concorreu para animar Antônio Conselheiro a armar-se contra a República. (Apoiados)»

Pela singularidade desse ponto de vista, Êrico Coelho representa um caso isolado na apreciação das ocorrências de Canudos,

porque a quase totalidade de seus pares aceitava a culpabilidade dos monarquistas, sem dar crédito, porém, à participação do clero.

Compenetrado também da iminência da restauração, indo ao ponto de crer na colaboração de oficiais e técnicos vindos da Europa, a sôlido da casa de Bragança, o deputado João de Siqueira sombriamente advertia:

«Não quero para o Congresso Brasileiro a situação da Constituinte de 1815, na França, que com ardor discutia princípios filosóficos, enquanto Luiz XVIII, o rei gotoso invadia o território da pátria, amparado por forças estrangeiras» (4).

Fora dêsse temor melancólico, o discurso é um *libelo*, insistindo o deputado pernambucano na cumplicidade de Luiz Viana e nas *razões que tinha a opinião pública para apontar o governador da Bahia como conivente de Antônio Conselheiro*.

A uma certa altura de sua oração, depois de falar *na armadilha em que caiu o nosso Exército* e outras tantas insinuações desairosas ao caráter íntegro de Luís Viana, exclamava João de Siqueira:

«Sr. presidente, é preciso ter a coragem de dizer à Nação a verdade. (Apartes) Os fatos estão demonstrando que, pelo menos, o governo do Estado da Bahia cruzou os braços perante aqueles grandes acontecimentos (não apoiados e apartes) e tanto cruzou que a deputação daquele Estado, os amigos de S. Ex. diziam há três anos que Antônio Conselheiro era um grande benfeitor.

Refutando alegações tão improcedentes, Aristides Milton, deputado baiano, apoiado por seu colega Vergne de Abreu, contestou tôdas as increpações articuladas, demonstrando que Antônio Conselheiro vivia naquele Estado desde época remota, muito anterior à administração de Luís Viana, fato que não devia ser estranho ao deputado João de Siqueira, que fôra chefe de Polícia do governo provisório da Bahia.

Conquanto procurasse inocentar-se de qualquer culpa, afirmando a princípio que Antônio Conselheiro não estava na Bahia ao tempo de sua gestão, do que, aliás, foi exibida prova em contrário, João de Siqueira recuou da asserção inicial, para afirmar que *naquela época não era restaurador*.

De nada, entretanto, lhe valeram subterfúgios ou sofismas, porquanto foi totalmente confundido por Aristides Milton e Vergne de Abreu.

Isso não quer dizer, todavia, que os ataques tivessem sido anulados, pois o que se verificou foi que redobramos de vigor, não tanto por má vontade a Luís Viana, porém por oposição a Prudente

(4) Sessão de 10-7-1897.

de Moraes, contra quem se levantou no parlamento obstinada resistência, oriunda da cisão do Partido Republicano Federal, força máxima da política nacional, dirigida por Francisco Glicério.

Não era de rosas, como se vê, o caminho de Prudente de Moraes, a quem apenas dois ou três votos asseguravam a necessária maioria para governar.

VII

Ao passo que nas hostes dissidentes pontificava a autoridade incontestável de Francisco Glicério, uma das mais completas organizações parlamentares que temos possuído, do lado do governo J.J. Seabra destacava-se pelo calor e empenho demonstrados em favor do chefe do executivo.

Os *Anais* de 1897 retratam fielmente essa atuação.

Inúmeras vezes, coerente com essa atitude, e com a responsabilidade dupla de deputado da situação baiana, tratou êle dos episódios de Canudos, revelando sempre tato e presença de espírito, que nunca o abandonaram em tôda a sua longa carreira política. Não se deixando suggestionar pela lenda, e com a coragem dos que encaram o perigo frente a frente, o seu discurso pronunciado na sessão de 15 de julho representa a primeira palavra de bom senso na Câmara acêrca dos acontecimentos de Canudos.

Tratando de tôda a campanha, desde o encontro inicial em *Uauá* até a morte de Moreira César, Seabra fez a crítica das três expedições enumerando os erros cometidos nas mesmas.

Devido à natureza do debate, essa oração serviu de motivo para acesa polêmica entre republicanos históricos e adesistas, reclamando êstes inúmeros privilégios pelos serviços prestados à causa democrática.

Travava-se o duelo do *Brasil da Constituição contra o Brasil do jacobinismo*, como acentuou Seabra.

Velhos ódios sopitados, divergências provindas da revolta de 1893, retornaram a plenário, timbrando os remanescentes de florianismo em emprestar a Prudente atitudes dúbias, como se êle pactuasse com a suposta conspiração contra o regime.

Embora fácil a nossos olhos, a defesa do presidente, naqueles tempos, tornava-se das mais afanosas, porque os adversários, olvidando um passado de republicano convicto, confundiam a tolerância e o espirito de justiça com o desamor às instituições implantadas a 15 de Novembro.

Êsse era o critério quase unânime. E sem o risco de incidir na pecha de *conselheirista* não se podia justificar a posição do chefe da Nação, ou descrever dos perigos propalados.

Por isso mesmo a muito se expunha Seabra ao afirmar desasombradamente: «Senhores, agitais um fantasma que não existe e que não pode existir: o da monarquia...»

Muito maiores, porém, do que as culpas atribuídas a Prudente eram aquelas imputadas a Luiz Viana, estigmatizado pela oposição como desleal à República, em consequência de pretensos sentimentos de simpatia à coroa, chegando-se a insinuar claramente que, além da inércia revelada nos meios de abafar a revolta, êle a auxiliava decididamente, possibilitando a remessa de armas, munições e outros recursos necessários ao seu triunfo.

Empenhado em inocentar o conterrâneo, desprezou Seabra êsses rumores para mostrar apenas que as arguições não se coadunavam com o caráter de Luís Viana.

A êsse propósito, como elemento elucidativo, basta conhecer êstes trechos dos debates:

«O Sr. Seabra — ...O Sr. Coronel Moreira César era um bravo militar, e, digo mais, em relação à lealdade à República era tão leal como são os Srs. Presidente da República e o governador da Bahia. (Não apoiados, apartes).

Um Sr. Deputado — (*Barbosa Lima*) O Sr. Moreira César vinha dos tempos da propaganda, e o governador da Bahia vem da monarquia.

O Sr. Seabra: Oh! Então porque o Sr. Moreira César vem da propaganda, e o governador da Bahia é adesista...

O Sr. Cassiano do Nascimento — Não foi isso o que se disse.

O Sr. Seabra — Então, o nobre deputado por Pernambuco não disse que o Sr. Moreira César vinha do tempo da propaganda, e o Sr. Luís Viana da monarquia!

O Sr. Barbosa Lima — O que eu disse foi que o bravo Coronel Moreira César tinha um conjunto de documentos capazes de provar a sua dedicação republicana por atos, ao passo que o Sr. conselheiro Luís Viana só opõe o seu título de conselheiro.

(...) O Sr. Seabra — O ilustre governador da Bahia, dizem os ilustres deputados, é conselheiro, parece então que os conselheiros são fantasmas que amedrontam a República.

O Sr. Barbosa Lima — Não amedrontam, mas não se coadunam com a natureza do regime.

O Sr. Seabra — O título de conselheiro obtido pelo Sr. Luís Viana não foi um favor que se lhe fêz, foi-lhe concedido como tributo ao seu talento, na qualidade de presidente do Tribunal da Bahia. Êsse título não pode desprestigiar, aos olhos dos espíritos

republicanos, ao ilustre governador da Bahia (apoiados), como muitos outros conselheiros que servem com dedicação as instituições. Portanto, o fato de ser conselheiro não é motivo para que se diga que S. Ex. é menos correto, menos leal aos princípios da República».

Eram dêsse quilate, pois, uma das principais acusações contra Luís Viana. E como essa, tôdas as outras pecavam pela improcedência, o que não obstava, todavia, fôsem sempre repetidas com o mesmo tom enfático e inquisidor.

A uma certa altura do discurso de Seabra, fêz-lhe João de Siqueira, em aparte, a seguinte pergunta: «As armas que lá estão por onde passaram e por consentimento de quem?» «A Canudos não se vai só pela Bahia», retrucou prontamente Vergne de Abreu.

No dia seguinte, voltando à carga, João de Siqueira adiantava:

«Todos sabem que nos bornais dos fanáticos são encontradas munções de armas aperfeiçoadas, que, com certeza, não caíram do céu, passaram pelas Alfândegas e pelas estradas da Bahia.

O Sr. Bezerril Fontenele — E balas explosivas, que não temos no Exército.

O Sr. Paula Ramos — E que são proibidas até pelo direito internacional» (1).

Vendo no discurso de Seabra insinuações a *contingentes que Antônio Conselheiro recebera dos sertões do Ceará por intermédio de outro fanático*, o padre Cicero, mancomunado com a beata Maria do Joazeiro, apressou-se Bezerril Fontenele (ses. de 20-7-97), louvado em esclarecimentos do chefe do executivo daquele estado e do ministro da Guerra, a contestar qualquer cumplicidade do governo de sua terra.

Não deixa de ser das mais curiosas a alusão ao padre Cicero Romão Batista, já naquela época suspenso de ordens e apontado como coiteiro de cangaceiros e criminosos.

Noutro passo de seu discurso, fazendo-se porta-voz dos boatos mais estravagantes e sensacionais, Bezerril Fontenele informava à Câmara:

«Sabe-se que espalhados pela Europa, Estados Unidos e República Argentina existem grupos de uma associação denominada —

(1) «O General Artur Oscar afirmava em conversa no acampamento a existência de balas explosivas entre os jagunços, avançando mais que estes possuíam pólvora ou espingardas mudas. (...) A guerra espano-americana trouxe a explicação da detonação das cápsulas da clavina Mauser e outras». (Manuel Benício, *O Rei dos Jagunços*, pág. 241 nota 1).

os amigos do império do Brasil, — que auxiliam o fanático de Canudos, com os meios de hostilizar a República, alimentando essa guerra civil e religiosa, dispondo para êsse fim até de auxiliares empregados de estradas de ferro, por onde tem sido remetido armamento e munições».

Representante da opposição baiana, Leovigildo Filgueiras não perderia uma oportunidade como a de Canudos para extravazar suas recriminações.

Em discurso pronunciado na sessão de 17 de agosto de 1897, não poupava êle a *política reacionária dos Srs. Prudente de Moraes e Luís Viana, que a fatalidade conseguiu reunir em uma só alma para gaudio dos inimigos da República.*

Uma simples entrevista concedida à *Gazeta de Notícias* iria servir de mote para as maiores increpações a Luís Viana. Como êste houvesse declarado, em resposta a uma pergunta do representante daquela fôlha, que *Canudos era um desses accidentes que, de quando em vez apareciam e para os quais concorriam múltiplas causas, sem que a providência completa dos homens pudesse prever*, Leovigildo Filgueiras descobriu em conceito tão perspicaz as maiores provas contra o governador de sua terra.

E na ânsia de apontar outros indícios, o deputado baiano, verdadeiramente horrorizado, revelava que, interpellado a respeito das idéias restauradoras dos jagunços, Luís Viana tivera o displante de dizer: «...a ignorância dêles é tal que não posso acreditar que se preocupem com uma questão de forma de govêrno».

A não ser nesses dois pontos, que em lugar de libelo contra Luís Viana, servem antes para patentear a clarividência e serenidade de um homem público, o discurso do dissidente baiano nada mais contém de interessante para o caso, por ser uma repetição de velhas questiúnculas de política local.

Além da violência nos debates, em que se entrecruzavam comumente as palavras *infâmia*, *traição* e outros tantos têrmos anti-parlamentares, que chegaram a merecer censuras do Senado e do presidente da República, assistia-se na Câmara a discussões aca-loradas em tôrno de assuntos pueris.

Entre êles avulta a do nascimento de Antônio Conselheiro.

Se sete cidades, conforme narra a lenda disputavam a honra de haver servido de bêrço a Homero, no caso de Antônio Conselheiro observava-se justamente o contrário — vinte e um estados repudiavam esta triste fatalidade.

Adalberto Guimarães, por exemplo, gritava para que todos ouvissem: «Para glória da Bahia o Conselheiro não é baiano» (2).

Pela ressonância dos acontecimentos, não seria possível tratar da opinião individual de cada deputado. Sôbre ser fastidiosa, a tarefa demandaria demasiado espaço.

Limitamo-nos por isso, a registar as atitudes mais sugestivas e características.

Para encerrar esta autêntica *enquête*, reportar-nos-emos agora ao modo de pensar de Glicério e Belisário de Sousa, mentores das duas facções em que se dividia a Câmara. Cardial do Partido Republicano Federal e um dos obreiros do 15 de novembro, Glicério não poderia esquivar-se de intervir em tão momentosa questão.

Sem gestos extremados, impróprios de sua posição e do seu passado, não descreia êle todavia dos perigos da revolta, tendo declarado mesmo que *Canudos era uma guerra intestina em que se envolviam os destinos da República*.

Isso contraria, até certo ponto, a versão divulgada por Afonso Celso, e segundo a qual, inquirido por um amigo sôbre se acreditava na propalada participação dos monarquistas na sedição, Glicério assim se expressara:

«Estou certo do contrário. Mas os monarquistas andavam falando alto e o povo ia-os escutando. Era preciso obrigá-los de qualquer maneira a calarem a bôca. Veio a talho de foice o negócio de Canudos. Nem de encomenda...» (3)

Na qualidade de líder da maioria, outro depoimento que se impõe é o de Belisário de Sousa. Congratulando-se pelo triunfo final sôbre Canudos, aquêle representante fluminense admitiu francamente que o conflito fôra «a guerra da barbaria contra a civilização, do êrro contra a verdade, da superstição contra a fé, do passado contra o presente» (4).

No Senado, graças talvez à experiência que a maturidade empresta, não se verificaram as mesmas cenas de exaltação e entusiasmo.

Canudos também foi ali objeto de debates e discussões, que não atingiram no entanto à violência observada na Câmara.

Assim como naquela outra casa do parlamento, dividia-se o Senado em duas grandes facções — a dos republicanos históricos

(2) Sessão de 17-8-97.

(3) *O Visconde de Ouro Preto*, pág. 237.

(4) Câmara dos Deputados, sessão de 6-10-97.

e a dos adesistas, que se toleravam por vêzes, mas nunca perdiam o ensejo de se hostilizarem.

Por isso mesmo, podia dizer Lopes Trovão que «distinguia duas correntes na política nacional — uma a *jacobina*, constituída daquele cujo fervor vai ao fanatismo de identificar a Pátria com as instituições; a outra a *jacobita*, constituída dos que, para maleficar as instituições, desacreditam a Pátria, chegando mesmo alguns dêles a bater moeda sôbre êsse descrédito» (5).

Ainda a propósito dêsse ambiente de despeitos e malquerenças, comentava Bernardo de Mendonça Sobrinho: «Diariamente no recinto do Senado ouço discutir se fulano é revoltoso, se é bom republicano; se é jacobino...» (6).

Em abono da verdade, convém entretanto consignar que não seria possível encontrar no Senado um caso típico do jacobinismo à *outrance*, como o do deputado Timóteo da Costa que, em doce idílio com a República, revivia em plena Câmara o cerimonial adotado pelos membros do Comité de Salvação Pública, só empregando em discursos e apartes as expressões *cidadão deputado*, *cidadão ministro*, *cidadão presidente*.

Não podendo acreditar que *jagunços desarmados, armados simplesmente de cabos de vassoura e de pequenos chuços opusessem resistência tão tenaz às forças regulares da República*, Vicente Machado, na sessão de 5 de julho, baseando-se em informações de *O País*, aceitava para decifração do enigma uma notícia veiculada pelo correspondente daquela fôlha em Buenos Aires, denunciando a remessa de matérias bélicas para os portos de Santos e Bahia, sob as vistas do nosso plenipotenciário na Argentina, *que assistia impávido, absolutamente inerte a êstes preparativos de subversão da Pátria*.

Com o intuito de apurar responsabilidades, que implicavam em crime de prevaricação, formulou aquêlê senador um requerimento de informações, indagando se o govêrno, por intermédio do nosso representante diplomático, tivera conhecimento do *fato de serem despachadas na Alfândega de Buenos Aires armas e munições de guerra com destino à Bahia, e no caso afirmativo quais as providências tomadas*.

Menos de quinze dias após o pedido, ou seja a 17 do mesmo mês, chegava ao Senado, encaminhada pelo presidente da República, circunstanciada resposta do ministro do Exterior, General Dionísio Cerqueira.

(5) Senado, sessão de 19-6-97.

(6) Senado, sessão de 24-7-97.

«Logo que li, dizia êle, em um dos diários desta Capital a notícia do despacho de armas e munições de guerra de Buenos Aires para Santos e Bahia, pedi pelo telégrafo informações ao nosso Ministro e êle respondeu sem demora nestes têrmos: Notícia publicada *País* absolutamente falsa. Tenho em meu poder prova irrecusável que remeterei primeiro vapor».

Reportando-se em seguida ao officio do ministro Henrique de Barros Cavalcanti de Lacerda, continuava o titular da pasta:

«A informação do Cônsul Geral é positiva. Nenhuma quantidade de armamento de munição tem sido despachada para o Brasil».

Receioso, porém, de declaração tão categórica, e como que a acautelar-se de prováveis deturpações de suas palavras, ressaltava aquêlê chanceler: «É possível que clandestinamente se tenha feito alguma expedição...»

Dêsse modo se externando, Dionísio Cerqueira nada mais fazia que reproduzir a versão do residente brasileiro, Barros Cavalcanti, que, muito embora houvesse contestado a princípio, de maneira quase formal, a fidelidade das alegações, tivera o cuidado de esclarecer:

«Apenas assumi a direção dêste pôsto, constou-me que daqui se exportava armamento para o Brasil. Procurei desde logo obter dados mais preciosos, e, se bem não o tenha conseguido, sei, por informação de pessoa *circumspecta* e *fidedigna* que o *facto* é verídico. Assegurou-me ela que últimamente partiram, supõe-se que para Santos e Pernambuco, assim como para a fronteira do Alto Uruguai, várias remessas de armas e munições. Não é isso de admirar, porquanto sendo o comércio de armas livre neste país, difficilmente se poderia impedir a exportação delas».

Vê-se por tudo isso que era preocupação generalizada das autoridades lançar mão das frases dúbias e calculadas, as quais, se não importavam em acusações taxativas, deixavam entrever uma longínqua desconfiança, e com elas se acobertavam de juízos temerários ou das paixões partidárias.

Oficialmente nada se apurara, ou melhor, apurara-se justamente o contrário, mas, a fim de não se comprometerem, tanto o ministro do Exterior como o plenipotenciário, estribados no anonimato de *pessoa circumspecta* e *fidedigna* aceitavam a possibilidade de contrabando de material de guerra para os sertões baianos, através de Pernambuco, Santos e Alto Uruguai.

Êsse foi, em linhas gerais, o incidente mais interessante surtido no Senado a propósito de Canudos. Insistir em outros, seria recapitular monòtonamente tudo aquilo de que já tratamos.

VIII

Se ao partir para Canudos, já eram profundas as desconfianças do General Artur Oscar relativamente à cumplicidade dos monarquistas naquele movimento sedicioso, ao chegar ao campo de batalha essas suspeitas se transformaram em convicção.

Para comprovar o que dizemos, basta citar uma só de suas ordens do dia, datada de 23 de agosto:

«Belo, indiscreto mesmo, era ver como cada soldado sentia a sede de afastar trincheira por trincheira, *a cata dêsses monarquistas sob o disfarce desparatado de salvadores da República Cristã*: era belo ver como cada soldado desejava vencer trincheira sobre trincheira, rebentar pedra por pedra com a mesma heróica solenidade com que os patriotas franceses, na revolução do fim do século XVIII, arrancaram pedra por pedra da célebre cadeia em que se alojava o lobo que mostrava nas unhas a herança das misérias feudais» (1).

Na correspondência particular, a sua linguagem era ainda mais positiva.

Em carta telegrama publicada em *A República* e em *O País*, a 8 e 9 de outubro, respectivamente, em resposta a uma solicitação que lhe fôra endereçada por Alcindo Guanabara e Lauro Müller sobre o *verdadeiro intuito* dos insurretos, Artur Oscar afiançava formalmente que «Antônio Conselheiro trabalha a favor da monarquia».

Depois de declaração tão peremptória, suficiente, por si só, para dirimir qualquer dúvida, o referido general acrescentava: «Lamento não ter em mão o documento comprobatório da remessa de munição a Antônio Conselheiro. (...) As únicas provas que tenho presentemente são as cartas que vos envio, pelas quais vereis *se há ou não monarquistas* envolvidos nessa trama sanguinolenta. (...) Não tenho em mãos nenhum despacho relativo a remessa de munições enviadas para a capital dêste Estado aos bandidos, nem me consta que haja» (2).

Reproduzindo-as, como foram divulgadas, para aqui trasladarmos as cartas acima mencionadas:

«Lovado seja Nosso Senhor Jesus Cristo. Bello Monte 21 de abril de 1897. Amigo e compadre Pereira. Muita e boa saude lhe desejo com toudos de lá etc. No dia 3 de Março proximo passado do corrente ano, com fé em Deus creio; que findou as perseguições

(1) Martins Horcades, *Uma Viagem a Canudos*, nota 42, pág. 186.

(2) Manuel Benicio, *O Rei dos Jagunços*, nota I, pág. 367.

aqui, no Bello Monte por tres vezes muito fortes, porem tudo venceu o Senhor Bom Jesus ficando touda munição dos nossos contrarios protesto; e por isso me faz crer que meu Conselheiro ainda recebe convertidos, pois Deus é servido que haja demora da monarchia esperando a conversão do povo; estejam sertos que a Republica se acaba breve, a prova está dada pelo Bom Jesus, pois não brigamos por nossa liberdade só temos hordem de nos defender em quanto os inimigos courrão, nem mais nem menos; é principio dos espinhos para quem está por fora da aqui, não ficará pobre nem rico que não seja recrutado para brigar sem rasão alguma contra o Prinspo, pois elle é o verdadeiro dono do Brazil, entrando a Monarchia serão deportados os que são Republicanos e formados novos batalhões ou exercitos e armados porem de homens tementes a Deus, pois por serem os batalhões feitos de canalhas é que tem chegado a tal ponto e por isso fiquem *sertos* que vai tudo separado quem for republicano mude-se para os Estados unidos; pois Deus quer, os Conselheiristas ou Monarchistas, taobem querem quem não quiser ser deportado mais tarde chegui a Barquinha de Noel pois é o Bello Monte — não outro. Ha se alguém dos meus se converterem, pois eu hirei com-amor, rogar ou pedir a quem pode para reunir nessa companhia, com esta ação 3 cartas que lhe escrevo não tendo resposta, sei ha privilegio do governo dostados para não se partilhar com Conselheiristas *sôbre* penna de morte pois assim está escrito porem basta soberba para brevi serem liquidados lhe pesso resposta breve como vai por lá se nesta escrita lhe ofendi desculpe-me pois não tenho como republicano pois está provado qô classes mui desgraçadas se não convertem até o fazer desta vamos toudos com saude Deus lovado asseite visita nesta mesma e toudos de nossa familia assim espero ser este que com Estima sua é compadre am.º e cr.º Esequiel Profeta de Almeida. N.P. os animaes que o Xfre de Policia das trevas em Villanova tomou Deus já mos entregou. E.P. de Almeida».

«Lafayette quatro de Agosto de 1897

Meu correligionario e amigo

Saude e felicidades é que te desejo e todos os heroes que ahi se batem pela *nossa* santa causa. Tem causado muita animação as nossas victorias, os proprios miseraveis republicanos estão admirados. Com a ida do Affonso Celso, e Filho, Andrade Figueira, ficou derigindo tudo o compadre Kahipe — este já passou desoito mil L para a compra de armas em B. Ayres ou Liverpool, e breve ellas chegaram ahi por Caravellas — O chefe ja vendeu tudo e mora hoje em Petropolis, que é o *nosso* centro, elle diz que hade faser grandes vinganças nos *nossos* inimigos. O governo já

está exausto, tanto que se houver derrota, e é o que esperamos de vossa dedicação e com os dinheiros que Kahipe remetterá vendermos, por que batida a expedição do bandido Arthur Oscar, nenhum General e menos officiaes superiores lá iram; na côrte o terror é immenso. Um abraço fraternal a todos os companheiros por nos que aqui sempre trabalhamos pela grande causa. Viva a Victoria dos patriotas, e dos monarchistas! Aceites um saudoso adeus deste teu amigo, correligionario e obrigado. Carlos Augusto de Figueiredo. Nota. Amanhã sigo para Petropolis e cartas para lá o mesmo» (3).

Só mesmo a paixão partidária, levada aos extremos do paroxismo, poderia descobrir indícios de culpabilidade em elementos tão falhos de consistência, com tôdas as características de grosseiro embuste, forjado para produzir efeito.

Até o último momento da luta, era inabalável a convicção do General Artur Oscar no que se referia à participação dos monarchistas nos acontecimentos de Canudos, como deixa patente a sua ordem do dia de 6 de outubro, annunciando a conquista do arraial do *Bom Jesus*:

«Viva a República dos Estados Unidos do Brasil! Está terminada a campanha de Canudos (...) Valentes soldados! Tive orgulho em comandar-vos e a República vos enche de benções.

Nunca se viu uma campanha como esta, em que ambas as partes sustentaram ferozmente as suas aspirações opostas. Vencidos os inimigos vos lhe ordenáveis que levantassem um viva à República e elles o levantavam à monarchia e, ato contínuo, atiravam-se as fogueiras que incendiavam a cidadela, convencidos de que tinham cumprido o seu dever de fiéis defensores da monarchia.

É que ambos vós e elles sois brasileiros e ambos extremados em suas idéias políticas.

Valentes officiaes e soldados! A pátria está tranquila sob a guarda de vós outros, que sois a sentinela avançada da República» (4).

Alcançado o triumpho, tudo foi vasculhado à procura de documentos comprometedores aos monarchistas, «no mais pobre dos saques que regista a história» (5), de cujo resultado, umas profecias e uns versos nos dá conta Euclides da Cunha.

(3) Lantas Barreto, *Última Expedição a Canudos*, págs. 15/18.

(4) Wolsey, *Libelo Republicano*, págs. 48/49.

(5) *Os Sertões*, págs. 206, 172, 207.

Vejamos, primeiramente, uma dessas profecias:

«Em verdade vos digo, quando as nações brigam com as nações, o Brasil com o Brasil, a Inglaterra com a Inglaterra, a Prússia com a Prússia, das ondas do mar D. Sebastião sairá com todo o seu exército.

Desde o princípio do mundo que encantou com todo seu exército e o restituiu em guerra.

E quando encantou-se afincou a espada na pedra ela foi até os copos e êle disse:

Adeus mundo!

Até mil e tantos a dois mil são chegarás.

Neste dia quando sair com o seu exército tira a todos no fio da espada dêste papel da República.

O fim desta guerra se acabará na Santa Casa de Roma e o sangue hade ir até a junta grossa...» (6).

Depois da profecia, passemos aos versos:

«Saiu D. Pedro segundo
Para o reyno de Lisboa
Acabosse a monarquia
O Brasil ficou atôa!

.....

Garantidos pela lei
Aquelles malvados estão
Nós temos a lei de Deus
Elles têm a lei do cão!

.....

Bem desgraçados são elles
Pra fazerem a eleição
Abatendo a lei de Deus
Suspendendo a lei do cão!

(6) *Os Sertões*, págs. 206, 172 e 207.

.....
Casamentos vão fazendo
Só para o povo illudir
Vão casar o povo todo
No casamento civil!

.....
D. Sebastião ja chegou
E traz muito regimento
Acabando com o civil
E fazendo o casamento!

.....
O Anti-Christo nasceu
Para o Brazil governar
Mas ahi está o *Conselheiro*
Para delle nos livrar ! (7) ».

Tão infrutífera quanto a pesquisa de documentos, foi a caçada que se empreendeu em busca de famosos técnicos que diziam homiziados nas caatingas, e a cujos méritos atribuiam todos os sucessos dos rebeldes.

Em lugar de oficiais, nacionais e estrangeiros, e de um célebre engenheiro italiano, responsável, segundo se propalava, pela construção das *fortificações* de Canudos, só havia ali jagunços maltrapilhos, guerreiros por índole e fanatismo.

Quanto às decantadas armas, modernas e aperfeiçoadas, as únicas encontradas foram aquelas que pertenceram às expedições anteriores, das quais os fagunços também arrebataram poderosos canhões, de que nunca puderam servir-se pela incapacidade de manejá-los.

Ao sabor da vitória, juntou-se, então, o travo da desilusão. Estava desfeita a lenda.

E se ainda subsistisse alguma dúvida, Artur Oscar, penitenciando-se, nobremente, de juízos precipitados, em homenagem re-

(7) *Os Sertões*, págs. 206, 172 e 207.

cebida na Bahia, se encarregaria de destruí-la ao afirmar em discurso.

«Estou convencido de que Antônio Conselheiro era monarquista por fanatismo pela religião... O seu monarquismo era meramente religioso, sem aderências à política» (8).

(8) Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXIII — parte II-1900 — pág. 135.

Além de depoimento de Artur Oscar, última palavra sobre o assunto, também é oportuno transcrever a seguinte opinião: «... dizer-se que o elemento monárquico era o que ali existia, é uma mentira e ao mesmo tempo uma injúria atirada à face dos cidadãos que ali combateram em prol da República. A idéia monárquica nunca existiu ali, mas sim a ignorância, auxiliada pela perversidade e chefiada por um maníaco-bandido. É muito natural que aqueles homens falassem em monarquia, porque, como todos sabem, os adultos de hoje nasceram no tempo da monarquia e nos sertões, onde infelizmente a civilização não chegou ainda, não tem eles outra noção além da monárquica e devido às sugestões do seu *Conselheiro* consideravam brutalmente a República como acérrima inimiga, porém a prova de que eles não tinham noção do que diziam é que tinham em mente que, vencendo as forças legais, o príncipe D. Pedro fôsse habitar em Canudos. ... Monarquia em Canudos nunca houve; nunca, nunca e nunca». (Martins Horcades, *Uma Viagem a Canudos*, Bahia, 1899, págs. 184-186).

A FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA

MIGUEL COSTA FILHO

I

Os levantes, motins ou revoluções, que já no século XVII e, principalmente, na primeira metade do seguinte, perturbaram a paz da América Portuguesa, menos do que aspirações nativistas, traduziam contradições de interesses econômicos ou de poderio, entre classes ou camadas da população, ou protestos contra extorções fiscais e outras formas de opressão da metrópole.

Essas contradições punham, muitas vezes, frente à frente, em posições opostas, com reivindicações próprias, filhos da terra e naturais de Portugal.

Veja-se, por exemplo, a representação datada de 1707, Rio de Janeiro, reclamando ao Rei contra a exclusão sistemática dos nomes dos portugueses nascidos na Europa, pelos aqui nascidos, nas eleições, para a Câmara local (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 10, págs. 108-115).

Em Pernambuco, segundo João Ribeiro, em sua notável *História do Brasil* (15ª edição, pág. 240), «um sinal constante desse antagonismo era a preocupação de por todos os meios e sempre excluir os portugueses dos cargos municipais».

Mas esse antagonismo resultava sobretudo das divergências que se estabeleciam, tanto no campo econômico quanto no político, entre os senhores de engenho, da chamada aristocracia rural de Olinda, naturais do país, e os comerciantes lusitanos, de Recife.

Na Guerra dos Emboabas, os paulistas não tinham contra si só os reinóis, aliás, muito numerosos, mas os forasteiros em geral, notadamente baianos e pernambucanos.

Os motins posteriores, que durante tanto tempo fizeram das Minas Gerais a região mais turbulenta da colônia, eram promovidos por proprietários de minas e outros magnatas, contra as pretensões do fisco, nêles figurando, destacadamente, reinóis e filhos da terra,

sendo de notar que Felipe dos Santos, sacrificado pela sanha da justiça real, devido à sua ação no mais célebre dos referidos motins, não era nascido no Brasil. O movimento de que se tornou o herói e mártir não era nem nativista nem republicano, como se tem dito.

Não esqueçamos, contudo, ao colocar em equação o problema da liberdade brasileira, a importância das lutas que índios e negros, separadamente, travaram contra o governo português ou contra os potentados da Colônia.

Oportunamente, terão de ser feitos os estudos de conjunto que estão a merecer essas lutas heróicas de aborígenes, escravos africanos e seus descendentes, tentando recuperar a liberdade perdida.

Enquanto não se fizerem, não é possível avaliar até que ponto influíram nas etapas decisivas da formação da nacionalidade brasileira, mesmo que tenhamos de considerar como marginais êsses movimentos, dispersos e sem ligação, dos elementos mais oprimidos do Brasil colonial.

A nação se constituiu, é certo, deixando à margem dois compartimentos da população, não obstante a obra vasta e poderosa da miscigenação, que foi ainda, no mais das vêzes, um ato de posse do senhor branco, um fruto da opressão dos potentados, que não tinham porque botar freio aos instintos.

No concernente aos escravos africanos e seus descendentes, cabe lembrar que, tanto antes como durante e após o «processus» da Independência, conspiraram, coligaram-se e lutaram contra os «brancos», isto é, contra os senhores e contra os governos da Colônia e do Império.

Só o movimento abolicionista começou a integrar os negros, em bloco, na comunhão nacional, enquanto os índios, desvanecidas as possibilidades de resistência, ou se deixaram absorver ou se refugiaram em terras recônditas, continuando à margem da nação em formação. Sem falar nos que foram impiedosamente trucidados...

O último quartel do século XVIII traz consigo as primeiras manifestações evidentes e veementes do espírito nacional brasileiro, os primeiros sintomas prenunciadores da decadência do regime colonial.

A segunda carta do estudante fluminense José Joaquim da Maia, datada de outubro de 1786, a Jefferson, exprime bem êsse espírito, embora tenhamos que pôr em dúvida muitas de suas informações e afirmativas, inclusive a de que estava em missão na Europa. Mas haveremos de dar-lhe crédito — fatos posteriores o comprovaram — quando diz que «os brasileiros consideram a revo-

lução da América do Norte como precursora da que eles desejam», que «a cidade de S. Salvador, antiga metrópole, e as *minas de ouro*. . . propendem para a revolução» (*Revista* cit., vol. 3, páginas 211). «Os homens de letras (é ainda Maia que informa), são os que mais desejam uma revolução».

A Inconfidência Mineira foi o primeiro pronunciamento visível dêsse estado de espírito das pessoas cultas da parte mais esclarecida e independente da população da colônia. Assim sendo, foi o marco inicial de um novo período de nossa vida histórica, a abertura de uma época que só se fechará com a concretização de nossa autonomia política.

Em trabalho anterior (*A Inconfidência Mineira e a Emancipação econômica do Brasil*, in *Emancipação*, outubro de 1955) procuramos mostrar o que representa êsse movimento no curso da evolução política do Brasil e como o tem encarado a historiografia nacional.

Os conjurados, convém recordar, eram em grande número proprietários de minas e fazendas ou engenhos de açúcar, alguns até de muito cabedal, especialmente José Aires Gomes.

A gente que deviam lançar na ação armada Alvarenga Peixoto, o padre Rolim e outros, gente do povo, era a massa de manobras dessa burguesia mais ou menos dinheirosa, garroteada pelas dificuldades financeiras da colônia, em consequência da decadência das minas.

Pensariam êsses burgueses, êsses agricultores, êsses mineiros, aos quais se haviam ligado militares, poetas e padres, imbuídos da filosofia francesa, inspirados pelo exemplo das colônias inglesas da América do Norte, em dar liberdade ampla ao povo mineiro?

Alvares Maciel, um dos homens mais cultos da conspiração, terá manifestado nos conciliábulos os seus receios, os receios de muitos dos companheiros em relação aos escravos que eram em quantidade maior do que a dos brancos «e que por conseguirem a liberdade tomariam o partido contrário, matando os brancos». (*Autos de devassa da Inconfidência Mineira*, Ministério da Educação, Volume IV, pág. 398).

E quando Alvarenga Peixoto alvitrou que se lhes desse liberdade, Maciel «lembrou que não ficaria em boa ordem o serviço das Minas».

Não lhes façamos carga por isso: o Brasil se tornou independente e por pouco não atingiria o presente século com a mancha negra da escravidão dos filhos da África e de seus descendentes. . .

Movimento tipicamente burguês, de acôrdo com as condições do tempo e do meio, adquiriu, no entanto, graças à presença,

à ação e à pregação aliciadora de Tiradentes um certo caráter popular e um conteúdo revolucionário, convicto e apaixonado.

Talvez por isso mesmo, o glorioso alferes, nas provas supremas do drama colonial, ficou só, tanto maior quanto mais só, isolado e abandonado.

Em diversos depoimentos tomados naquela Devassa, surgiram referências a um possível «partido do Rio de Janeiro» favorável aos conjurados mineiros. É certo que Tiradentes, que deve ter sido o propagador dessa notícia a desmentiu, em interrogatório, dizendo que «não os enganava nem lhes assegurava, que elle estava certo; porque não sabia se na dita cidade se quereria, ou não seguir este partido» (Autos cit., vol. IV, pág. 51).

Não temos elemento para resolver êsse ponto obscuro do processo e da conspiração, mesmo porque J.J. da Silva Xavier, que tentou fazer a ligação entre mineiros e fluminenses, não os denunciaria como não denunciou ninguém.

Mas não deixaremos de sugerir aos leitores um confronto entre as palavras de Joaquim José da Maia a Jefferson, as declarações de Tiradentes, Alvarenga Peixoto, Aires Gomes e outros inconfidentes sobre aquêle «partido», e os fatos que vamos narrar a seguir.

Em 11 de junho de 1794, o Conde de Resende, Vice-Rei do Estado do Brasil, em ofício ao Desembargador Chanceler Antônio Diniz da Cruz e Silva, que por sinal funcionara no processo dos Inconfidentes Mineiros, determinou que procedesse a uma «exacta Informação, ou Devassa» para a apuração da veracidade da denúncia que recebera de que «muitas pessoas desta Cidade», em casas particulares e até publicamente, «tem escandalosamente proferido: Que os Reys não são necessarios: Que os Homens são livres, e podem em todo o tempo reclamar a sua liberdade: Que as Leys porque hoje se governa a Nação Franceza, são justas...» («Devassa ordenada pelo Vice-Rei Conde de Resende», in *Anais da Biblioteca Nacional*, volume LXI, pág. 250).

A denúncia foi feita verbalmente ao Vice-Rei por José Bernardo da Silveira Frade e depois, a seu pedido, em carta datada de 7 de dezembro de 1794 (Ofício do Conde de Resende, de 29 de dezembro dêsse ano, in *Revista cit.*, vol. 32, parte 1ª, pág. 291, documento n.º 1).

Em consequência dessa denúncia foram presos incomunicáveis o poeta Silva Alvarenga (Manuel Inácio da Silva Alvarenga, advogado e professor), Jacinto José da Silva, médico, Mariano José Pereira da Fonseca, futuro Marquês de Maricá, João Marques, professor de grego, e outras pessoas.

Procuramos em seguida dar uma síntese do que se passara.

Em 6 de junho de 1786, instalou-se, sob o patrocínio de Luís de Vasconcelos, a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, sucessora da Academia Científica, fundada em 1771.

Devido a uma «dezordem», acontecida já durante o govêrno do Conde de Resende, êste proibiu o seu funcionamento (Depoimento de Alvarenga, A.B.N. cit., pág. 379).

Entretanto os amigos do poeta ouro-pretano continuaram reunindo-se ou visitando-o. Nessas reuniões, discutiam-se os acontecimentos europeus, a revolução francesa, a guerra entre a França e os coligados, as idéias democráticas, assuntos religiosos, etc.

Frade, que era rábula, ia ou fôra algumas vêzes à casa do autor de *Glaura* e participara de tais conversas. Malquistando-se com êle, por vingança, por espirito reacionário, por aulicismo, de certo para obter vantagem, bancou o Joaquim Silvêrio de uma inconfidência que não chegou a planejar rebelião e consistiu apenas em tertúlias, em palestras de amigos, que trocavam informações, liam jornais europeus, furtivamente trazidos ao Brasil e que iam de mão em mão contando as novidades, propagando os princípios republicanos e democráticos, alentando esperanças na mente dos filhos da terra, que viviam sob o terror absolutista da Colônia. Liam-se livros de Mably, Raynal e outros autores. Uma das cargas que se lançaram sôbre Alvarenga foi precisamente a de possuir e ler tais obras, livros e gazetas em que se falava de liberdade e com liberdade se tratava de assuntos políticos e religiosos...

Note-se, porém, que não eram apenas aquêles intellectuais, como dizemos hoje, que se interessavam por tais problemas e, aplicando «el cuento», condenavam as truculências do govêrno colonial, a ignorância, o fanatismo, a incapacidade e as práticas absolutistas que dominavam Portugal.

Outras pessoas mais ou menos cultas havia que, no Rio de Janeiro do último decênio do século XVIII, falavam em voz baixa ou sem recato, contra tudo isso, em boticas, isto é, farmácias, e outros pontos.

Mais do que isso, travavam-se discussões, surgiam atritos, davam-se pancadas, pois alguns sujeitos mais atrevidos não tinham papas na língua. Êsses foram parar na cadeia, acompanhando a sorte dos membros da Sociedade Literária, porque também foram denunciados, porque eram conhecidos pela sua «paixão pelos franceses».

Nessas conversas de rua que por vêzes degeneravam em bate-bôca e até em bengaladas, apareciam João da Silva Antunes, marceneiro, Antônio Gonçalves dos Santos, ourives, e outros

artífices, partidários da «Ley dos Francezes» (A.B.N. cit. página 266).

Como se vê, alguns anos após o enforcamento de Tiradentes e o degredo de seus companheiros de conjuração, o ideal republicano havia penetrado mais fundo nas camadas da população, envolvendo na sua pregação franca gente miúda.

Era tanta a irradiação das novas doutrinas que o Padre José de Oliveira, acaso exagerando as coisas, de seu ponto de vista pessimista, declarou que «meio Ryo de Janeyro estava perdido que estação libertinos» (A.B.N. cit., pág. 258).

Outros, mais discretos, não chegaram a tanto, mas não deixaram de dar a entender que o sentimento público estava muito minado.

Algumas referências foram feitas à Inconfidência Mineira nessa Devassa. Por exemplo, João da Silva Antunes, já mencionado, dizia que «a justiça que se fêz aos Homens de minas foram injusta na sua opinião (A.B.N. cit., pág. 260).

Ao mesmo, foi atribuída por Manuel Pereira Landim, uma das principais testemunhas de acusação, a declaração de «que a Conjuração de Minas fora hua trama ordida para se lhe tomarem os seus bens, pois que as pessoas condenadas erão ricas, e que padecerão inocentes». (A.B.N. cit., pág. 273).

É de notar-se que a maioria dos que, em depoimento, acusaram os adeptos das idéias democráticas serem naturais de Portugal. Frade, entretanto, era brasileiro como também o era Manuel Antônio Salgado que se referiu a vassalos «esquecidos do castigo que à pouco se deo aos conjurados de Minas e da clemência com que nessa occazião se houve a Rainha Nossa Senhora...» (A.B.N. cit. 294).

Parece, entretanto, que brasileiros e portugueses residentes no Brasil, em grande número, tinham um mesmo pensamento: pôr-se abaixo a tirania, estabelecer-se um govêrno democrático e dar aos homens aquêles direitos que norte-americanos e franceses haviam proclamado bem alto, perante o mundo.

Os inconfidentes do Rio, se assim podemos chamá-los, depois de cêrca de mais de dois anos e meio de prisão, foram postos em liberdade.

II

A descoberta da Inconfidência Mineira e depois a eclosão contagiante da Revolução Francesa e das guerras na Europa perturbaram o calmo viver das autoridades portuguesas na América.

De além mar vinham aviso e ordens para que não se deixassem entrar navios franceses, para que se examinasse com severidade a conduta de «todos os indivíduos» que de Portugal passassem à Bahia, prisões foram feitas de brasileiros suspeitos, vindos do velho Mundo, diretamente ou via Estados Unidos, que, há muitos anos já, haviam rompido os grilhões coloniais, em suma, uma severa vigilância ameaçava a todos quantos, por esta ou aquela maneira, incorriam na desconfiança das autoridades portuguesas.

Estas tinham lá os seus motivos... Minas, Rio, agora Bahia...

Na manhã de 12 de agosto de 1798, «vários papéis Sediciosos» apareceram fixados em diversas ruas e no interior de algumas igrejas da cidade do Salvador (Devassa a que procedeo o Desembargador Francisco Sabino Alvares da Costa Pinto...», *Anais da Biblioteca Nacional*, volume XLIII — IV, pág. 85).

Que diziam êsses papéis? Anunciavam que estava «para chegar o tempo feliz da nossa Liberdade», o tempo em que seriam todos irmãos e iguais. Falavam em revoluções e pregavam a república. Outros criticavam latrocínios e desmandos e mencionavam providências de ordem política, administrativa, econômica e militar que seriam executadas, de acôrdo com resoluções já tomadas pelos deputados do «povo bahinense», em número de trezentos e noventa e dois.

Na verdade, êsses papéis deitavam tudo a perder, porque alertavam os prepostos do Rei, porque lhes davam a entender que uma vasta conspiração se tramava nas terras baianas, com mentores intelectuais mais cautelosos do que os autores de tais proclamações.

Quatorze dias depois, o Governador e Capitão General da Capitania, D. Fernando José de Portugal, baixava portaria nomeando aquêl magistrado para a abertura de uma devassa em que se apurasse com maior expedição o que se passava na Bahia, por terem sido denunciados «fatos conexos» com aquêl, que estava sob a investigação do Desembargador Ouvidor Geral do Crime Manuel de Magalhães Pinto.

Com efeito, no dia 25 do mesmo mês, Joaquim José da Veiga, pardo, fôrro, oficial de ferrador, denunciara ao Coronel Carlos Baltazar da Silveira, ter sido convidado por João de Deus Viana, também pardo, com tenda de alfaiate, a participar de uma rebelião, «para viverem em igualdade, e abundancia». «Todos ficarão ricos, tirados da miseria em que se acharão, extinta a differença de cor branca, preta, e perda; porque huns, e outros serão sem differença chamados, e admittidos a todos os Ministerios, e Cargos» e se fariam «francezes». (A.B.N. cit., pág. 88). Já havia mais de duzentos conspiradores.

Estava marcada uma reunião dêstes para a noite, no Campo do Dique, lugar em que costumavam reunir-se os conjurados. Mas, em consequência da denúncia, o Coronel Baltazar tomou providências para prender os que dela participassem. Sendo pressentido, pois, por lá também apareceu, embora disfarçado, os que lá foram logo deixaram o local.

Seguiu-se a prisão de João de Deus e de outros que foram apontados em novas denúncias e em depoimentos.

Outra destas denúncias foi feita no dia 27 de agosto por Joaquim José de Santa Ana, capitão do Regimento auxiliar de pretos, com loja de cabelereiro. Os denunciados foram aquêlê João de Deus e «todos os individuos participantes da execranda confederação», que pretendiam «erigir hum ideado systema de liberdade». Êste lhe dissera «que havia muita pólvora, bala, e gente» e que «este porto seria franco a todas as Naçoens Estrangeiras», passariam a negociar directamente com elas, vendendo-lhes os nossos produtos e lhes adquirindo os seus; «todos os cativos pardos, e pretos, ficarião libertos, sem que houvesse mais escravo algum, e que os de alguns Engenhos já estavam da parte da rebellião». (A.B.N. cit. págs. 91-93). José Joaquim de Siqueira, branco, soldado fêz a sua denúncia no mesmo dia do anterior. Acusou Lucas Dantas, pardo, também soldado e «outros individuos participantes do execrando projecto, que tinha formado, para tirar da cadea publica desta Cidade ao Soldado Luiz Gonzaga das Virgens, preso pelos papeis libertinos, e sediciozos, que espalhava». (A.B.N. cit., pág. 96).

Alexandre Teotônio de Sousa, tenente-coronel do 2.^o Regimento pago, que de ordem do Governador tomara providências para prender os conspiradores naquela reunião, declarou que êstes haviam determinado «com certeza o fazerem no dia seguinte da meia noite para o dia hum grande saque nesta Cidade, de tomarem todos os corpos de guarda, quartellamentos de Regimentos, e todas as mais fortificações de que se compoem esta Praça». (A.B.N. cit., 102). Seria um ataque de surpresa. Não há dúvida de que os confederados possuíam elementos para a luta. Entre êles, havia jovens oficiais, v.g., o Tenente José Gomes de Oliveira Borges, e Aguilar Pantoja, resolvidos a instituir no «Continente do Brasil hum Governo Democratico» e bastante gente no interior estaria preparada para entrar em ação.

Mas os «motores desta empreza forão huns poucos de mulatos pobres, e animozos», tais como Luiz Gonzaga, Lucas Dantas e João de Deus, segundo o depoimento do negociante Manuel José Vilela de Carvalho (A.B.N. cit. pág. 109).

Outros depoimentos, como o do Sargento João Rodrigues da Mota e de João da Costa Ferreira, o confirmam.

Tornou-se então público e notório, consoante as expressões mencionadas na Devassa, que o levante fôra engendrado por gente pobre, pardos, alguns alfaiates, outros artífices, soldados, etc. Tem-lhe sido dada a denominação de «Revolução de Alfaiates». Talvez fôsse mais acertado chamá-la Conspiração de Pardos.

Mas o certo é que não tardaram a serem suspeitos, citados e presos outros indivíduos de maior categoria social.

Borges de Barros, Afonso Rui e outros historiadores levam as origens dêsse movimento até José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu, o padre Agostinho Gomes e outras figuras de nota intelectual e social da Bahia e falam em sociedades secretas que, sob a capa das letras, agiam no mesmo sentido.

Em carta ao Governador, de 22 de dezembro de 1798, S. Majestade recomendou que tanto os cabeças quanto os mais implicados fôssem castigados com «toda a severidade das Leys».

Eram em número de trinta e cinco as pessoas arroladas como réus, sendo vinte e dois pardos, dez brancos, um preto e dois não discriminados.

O sequestro dos bens dêstes mostra que eram, na maioria, pobres, paupérrimos, miseráveis.

Contudo, um dêles, Cipriano Barata, médico, que se tornaria famoso, possuía objetos muito perigosos: livros, setenta e quatro livros, sendo alguns de Diderot, de Condillac, obras de filosofia, metafísica e religião, metidos entre tratados de medicina.

O Tenente Hermógenes Francisco de Aguiar possuía vinte e seis livros, alguns em francês e outros em latim. Entre êles o *Dictionnaire Philosophique*. O de Voltaire certamente.

Em virtude da carta de S.M., o governador determinou, em portaria de 6 de março de 1799, que fôssem sentenciados sumariamente os réus Luís Gonzaga das Virgens, autor dos pasquins, e Domingos da Silva Lisboa, pardo, lisboeta, que vivia de requerer nos Auditórios e era alferes de milícia. (A.B.N., vol. XLV, págs. 3-4).

Foi então dada vista ao Dr. José Barbosa de Oliveira, nomeado defensor dos réus e que procedeu em relação a êstes com hombridade e competência, como o fizera o Dr. Fagundes, relativamente aos Inconfidentes Mineiros. Como êste, opôs sempre embargos ao acórdão, esgotando os últimos recursos, até que foi pôsto o ponto final neste drama judicial, nesta tragédia que infelicitou tantos lares, enlutando algumas famílias.

Luís Gonzaga, em virtude de sentença, foi condenado à morte e enforcado em 8 de novembro de 1799 (A.B.N. cit., pág. 37).

Não foi o único que padeceu essa pena atroz, por amor à liberdade e ao Brasil.

Além daquele soldado, foram também executados na fôrça Lucas Dantas de Amorim Tôrres, João de Deus do Nascimento e Manuel dos Santos Lira. Decepidas as cabeças e esquartejados os corpos dos dois primeiros, procedeu-se da seguinte forma: a cabeça de Lucas foi levada ao sítio mais descoberto e público do Campo do Dique e pregada em um poste alto, até o tempo consumi-la e os quartos expostos no caminho entre sua casa e aquêlê Campo; a cabeça de João de Deus foi posta em frente à sua casa e expostos os seus quartos entre ela e o mesmo local das reuniões plenárias dos conjurados (A.B.N. cit., pág. 397).

Romão Pinheiro teve a sua pena capital comutada para degredo na África por tôda a vida, equiparado assim a Inácio da Silva Pimentel, José do Sacramento, Manuel de Santa Ana, José de Freitas Sacoto, Luís de França Pires, José Félix da Costa e Francisco Muniz Barreto de Aragão.

Houve outros degredados para a África: Pedro Leão de Aguiar Pantoja, por dez anos, e Cosme Damião Pereira Bastos, por cinco. José Raimundo Barata de Almeida foi condenado a degredo na Ilha de Fernando Noronha durante três anos.

Os Tenentes José Gomes de Oliveira Borges e Hermógenes Francisco de Aguiar Pantoja e o soldado Caetano Veloso tiveram a condenação de mais um ano de cadeia, os dois escravos Inácio Pires e Manuel José da Vera Cruz sofreram a pena de quinhentos açoites, enquanto Cipriano Barata e mais quatorze réus foram absolvidos.

III

Não foi apenas no Rio de Janeiro, como já vimos, que uma sociedade literária debateu assuntos e agitou problemas e idéias que minavam os próprios fundamentos do regime colonial e da monarquia absoluta que dificultavam o progresso material do Brasil, a instrução e o esclarecimento do povo brasileiro e a conquista de direitos civis e políticos pelas pessoas aqui nascidas.

Outras Capitánias, como Bahia e Pernambuco, segundo dizem alguns autores, em fins do século XVIII, tinham sociedades secretas, com rótulos literários, mas na realidade destinadas a reuniões maçônicas e políticas em que se discutiam matérias de pouco ou nenhum agrado das autoridades portuguesas.

O assunto merece ser melhor estudado, apresentando-se provas mais robustas do que se tem alegado.

Uma dessas sociedades seria a Academia dos Suassunas, de Pernambuco.

No concernente a êsses pernambucanos, cingimo-nos neste trabalho à documentação inédita que sôbre êles existe na Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos (Códice I-6-3-29).

O n.º 3 dêsse Códice contém a «Relação dos papéis originaes relativos à denúncia que deu José da Fonseca Silva e Sampaio contra José Francisco de Paula Cavalcanti e seu irmão Francisco de Paula Cavalcanti, por causa de duas cartas do primeiro dêstes irmãos, escritas de Lisboa, por intermédio do denunciante, estabelecido no Recife e amigo de ambos».

O destinatário era senhor de engenho.

Em uma dessas cartas, datada de 13 de março de 1801, José, que estava procurando conseguir o pôsto de tenente-coronel agregado a um dos Regimentos da Côrte, refere a seu irmão Luís Francisco que a outro irmão já recomendara que não desse nada para o empréstimo que se ia lançar no Brasil para a Fazenda Real; o mesmo pedia a Luís. A Fonseca recomendava que entregasse em mão essas cartas aos respectivos destinatários pelo «perigo» a que se expunham.

Apensa ao processo, há outra carta, em rascunho, sem assinatura. É dirigida por Francisco de Paula ao seu irmão José e igualmente lhe fala em «perigos» que corre. As cartas não parecem oferecer elementos de maior suspeita mas Fonseca, na sua denúncia, com pormenores de lugar, dia e hora, traindo miseravelmente os seus amigos e confidentes, declarou que por Francisco lhe foram lidas duas cartas de José contendo «ideas facciosas e revolucionarias».

Após a leitura, dissera-lhe êste «ser preciso procurar a liberdade, por esta ou semelhante expressão» (fôlha 32). Já há dois anos perguntava se êste país podia ser livre no futuro.

Desde, portanto, fins do século anterior, êsse pernambucano e provavelmente seus irmãos cogitavam da independência do Brasil.

Mas a Devassa nada pôde apurar contra êles: as cartas não diziam nada a maior, não obstante aquêlê conselho contra o empréstimo, e o denunciante único não adiantou muita coisa além de ter a evidente preocupação de se pôr a salvo.

Mas os dois irmãos Cavalcanti de Albuquerque tiveram de passar algum tempo na prisão tendo sido soltos, por ordem do Príncipe Regente, de 1 de dezembro de 1801.

Como haviam dito em carta de 8 de junho de 1801 o Desembargador Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca da Paraíba, Gre-

gório José da Silva Coutinho e o Juiz de Fora da cidade de Olinda, Antônio Manuel Galvão, as testemunhas, mais de oitenta, em maioria amigos dos acusados, e como êles pessoas de prol. «os abonão de fiéis, e religiosos Vassallos». Não resultou contra eles «prova alguma» (fls. 13).

Testemunha houve que os apresentou como homens sem cultura, sem preocupações outras que não fôsem as de cuidar de seus engenhos, de suas lavouras, de seus açúcares, de seus escravos...

Isso não se compadece com a alegação de que faziam parte de uma academia, disfarce de uma sociedade política que trabalhava pela independência do Brasil e pelas liberdades civis dos filhos da terra.

Talvez essa quase unanimidade de depoimentos favoráveis a êsses pernambucanos, envolvidos nas malhas de um processo que poderia custar-lhes a vida, signifique apoio cauteloso mas seguro de companheiros de ideal, de brasileiros que sonhavam os mesmos sonhos. Veremos mais tarde aquêles irmãos metidos em outros movimentos pela liberdade do Brasil.

A MORTE DE CÍCERO, CONTADA POR TITO LIVIO

DESEMBARGADOR VIEIRA FERREIRA

Um fragmento de Tito Lívio conservado por Sêneca, o Retórico, contém a narração da fuga e morte de Cícero, degolado pelos soldados de Antônio.

Traduzo o latim dessa passagem, procurando ser fiel ao pensamento, sem a pretensão de igualar no meu o estilo do grande analista, que além disso, como o de qualquer outro, não é suscetível de passar de uma língua para outra.

Esforçando-me por elevar o estilo da tradução, o que almejo, portanto, para a minha tentativa não é tanto o louvor que possa merecer, mas a desculpa.

«Marco (Tulio) Cícero saíra da cidade pouco antes de chegarem ao Triúnviro: tinha como certo, e com razão, não lhe ser possível escapar a Antônio, como o não fôra a Cássio e a Bruto escaparem a César (Otávio). Fugiu primeiro para a sua casa de campo em Túsculo e daí por atalhos para a que tinha em Formias, indo embarcar num navio em Caiêta, de onde levado mais de uma vez ao alto mar, como ora ventos contrários o fizessem voltar, ora, volvendo cego a onda, o balanço da nau se lhe tornasse intolerável, sentiu por fim tédio da fuga e também da vida. Voltando para a casa do campo, que ficava no morro, distante do mar pouco mais de uma milha, *Morrerei*, disse, *na Pátria que salvei tantas vêzes*. Consta geralmente que os escravos estavam dispostos a resistir com bravura e lealdade, mas êle mandou que depusessem a liteira e aguardassem quietos o que a sorte iníqua determinasse.

Saindo da liteira e oferecendo imota a cerviz, cortaram-lhe a cabeça. Nem se contentou com isso a estúpida crueldade dos soldados: cortaram também as mãos, exprobrando-as de terem escrito alguma coisa contra Antônio. Levaram a êste a cabeça, que por sua ordem foi posta entre as duas mãos nos Rostros, tribuna em que Cícero, como cônsul, como consular tantas vêzes, fôra ouvido e nesse ano mesmo, contra Antônio, com tanta admiração por uma eloquência a que nunca se elevara voz humana. O povo com

lágrimas nos olhos contemplava a custo seus membros trucidados» (*).

«Viveu sessenta e três anos, não se podendo assim considerar prematura sua morte, se não fôsse violenta. Engenho feliz, tanto nos atos como nos prêmios de sua atividade. Nessa próspera e duradoura fortuna e longo teor de felicidade, ferido algumas vêzes por grandes golpes da sorte: o exílio, a ruína das partes que defendia, o fim tão triste e acerbo, nenhuma adversidade suportou como era digno de um homem, a não ser a morte e esta julgada com imparcialidade, poderá parecer menos indigna, se considerarmos que de inimigo vencedor nada mais cruel poderia sofrer do que êle mesmo teria feito, se lhe fôsse favorável a sorte. Mas, compensador os defeitos com as virtudes, foi de certo um inolvidável grande homem, cujo louvor exigiria na panegirica a palavra de um liceu».

Merece bem uma nota bibliográfica a edição de Tito Lívio que possuo. É uma reedição póstuma da de Crevier, com algumas notas dêsse ilustre erudito encurtadas ou sem pressas por um discípulo. Foram dadas em Paris, tanto a edição (1748) como a reedição póstuma. Esta foi reimpressa no Pôrto por Costa Paiva & Irmão em 1820.

No seu *Ensaio sobre Tito Lívio*, premiado pela Academia Francesa, com algumas restrições no parecer de Villemain, mostramos Taine as virtudes e as falhas de analista, que considera mais literato do que historiador, com a epigrafe *In historia orator*.

Em todo caso não há fonte mais abundante em leis, tratados e fórmulas jurídicas, para a história de direito romano durante a República, do que os anais de Tito Lívio.

(*) Marcus Cicero, sub adventum Triumvirarum cesserat urbe pro certo habens, id quod erat, non magis Antonio eripi se, quam Caesari Cassium et Brutum, posse Primo in Tusculanum fugit, inde transversis itineribus in Formianum, ut ab Caieta navim conscensorius, proficiscitur. Unde aliquoties in altum provectum, quum modo venti adversi retulissent, modo ipse jactationem navio, caeco volvento fluctu, pati non posset, taedium eum et fugae et vitae cepit; regressusque ad superiorem villam, quae paulo plus mille passibus a mari abest, *Moriar*, inquit *in Patria saepe servata*. Satis constat servos fortiter fideliter paratos fuisse ad domicandum: ipsum deponilectam, et quietus pati quod sors iniqua cogeret, jussisse. Prominenti ex praebentique immotam cervicem, caput praecisum est. Nec satis stulidae crudelitati militum fuit: manus quoque scripsisse in Antonium aliquid exprobrantes praeciderunt. Ita relatum caput ad Antonium jussuque ejus inte duas manus in Rostris positum, ubi ille consul, ubi saepe consularis, ubi eo ipso anno adversus Antonium, quanta nulla unquam humana via cum admiratione eloquentiae, auditus fuerat. Vix, attollerent lacrimis oculis homines, intueri brucidata membra ejus poterant. Eta.

Fragmentum ex Sinequa patre, Suasoria sexta.

OS DOIS «RIO GRANDE»

JOSÉ MOREIRA BRANDÃO CASTELLO
BRANCO SOBRINHO

Diversos rios que regam o nosso país mereceram dos descobridores da faixa litorânea e exploradores da hinterlândia brasileira a denominação de «Rio Grande»; uns por ostentarem dilatada toz, alguns por terem assim informado os indígenas marginais e outros porque realmente o eram.

Dois, porém, que nem de longe se podem comparar ao desenvolvimento do Amazonas, Paraguai, São Francisco e vários outros, destacaram-se e emprestaram êsse título a duas unidades administrativas da confederação brasileira, perpetuando-se até os nossos dias, apenas, acrescida, a da região nordestina do país, da palavra — norte para distingui-lo da que demora no extremo meridional que acrescentou ao seu título o apelido — sul —, tudo isto com o correr dos séculos, pois, a principio nenhuma das capitanias usava o substantivo que mais tarde as havia de caracterizar.

Na capitania nordestina, alguns escritores chegaram a descrever um «Rio Grande ou Potengi» enorme, em que se podia navegar muitos dias, nascendo numa vasta lagoa, em cujas margens até «pérolas finas» havia (1), certamente informados pelos silvícolas locais, e de tal forma a lenda se avolumou que os cartógrafos flamengos Seutter e Blaeu, nos seus mapas de 1629-1630, referentes ao reino do Brasil, o riscam bem extenso no rumo do sul, atravessando as capitanias de Paraíba, Itamaracá e Pernambuco, e Vingboons, anos depois, levou um dos formadores do Rio Grande — o Jundiá — a se originar da Lagoa Guaraíras, próxima ao litoral norte-rio-grandense, depois de lhe dar grande volta pelo

(1) Gabriel Soares, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. XIV, pág. 24; S. da Rocha Pitta, *História da América Portuguesa*, Lisboa, MDCCXXX, pág. 66; D. Loreto do Couto, *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco, 1757*, in *Anais da Biblioteca Nacional*, v. XXIV, pág. 26.

interior da capitania (2); denominação aliás já conhecida desde a segunda metade do século XVI (3).

Na sulina, «Rio Grande» surge primeiramente no canal que leva as águas da lagoa dos Patos ao mar, em cuja incidência os cartógrafos do século XVII, anotariam «R. grande» ou «Rio grande» (4).

O cosmógrafo real João Teixeira desenhou vários atlas da costa marítima do Brasil, sendo que o primeiro se acha anexo ao «Livro que dá Rezão do Estado do Brasil», Lisboa, 1612, «Mapa geral da Costa do Brasil», que, também anota — «R. grande», na bôca de extensa lagoa, tendo «Terrabaixa» ao sul e ao norte; o segundo que se intitula «Descrição de todo o marítimo da terra de S. Cruz chamado vulgarmente Brasil» registrou: «Barra do Rio grande a q̃. chamão de Alagoa com 8 palmos de agoa esta em altura de 32 graos e $\frac{1}{2}$ sul»; inscrição essa modificada para «Barra a que chamão do Rio Grande da Alagoa tẽ oito palmos dagoa», no terceiro (5).

João Teixeira Albernaz, filho do precedente, também astrônomo da casa real portuguesa, organizou outros, cujas datas se referem aos anos de 1627, 1631 e 1666. O primeiro mantém o «Rio grande» do de 1612; o segundo denominado «Estado do Brasil coligido das mais certas noticias obtidas por D. Ieronimo de Ataíde» e o último, avançando 35 anos sôbre o de 1631, assinalam, apenas, «Barra do Rio Grande da Alagoa», no desaguadouro de espaçoso lago (6).

«R. grande de S. Pedro» surge num fragmento (7) do mapa de Pedro Quirós, datado de 1618, sem a lagoa, esta, aliás, delineada pelo mesmo autor na «Parte Meridional de la America del Sur y la Tierra del Fuego», de 1600, fazendo desembocar na porção SO da mesma um «R. gr.», (8) menção esta anotada de maneira mais completa no mapa chamado: «Las Cuatro provincias del Rio

(2) F. C. Wiedder, *Monumenta Cartográfica*, 1927, II, pl. 45.

(3) Gabriel Soares, *Tratado Descritivo do Brasil*, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. XIV (parte do Roteiro referente ao Rio Grande).

(4) Domingos Sanchez, *Partie de l'Amerique du Sud*, Lisboa, 1618; A. F. von Langeren, 1630; Nicolas Sanson, 1650; Guillaume Sanson, 1679.

(5) O primeiro desses atlas se encontra no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e os dois seguintes na Biblioteca Nacional e Mapoteca do Itamarati.

(6) Cópias existentes na Mapoteca do Itamarati.

(7) *Monumenta Cartográfica Indiana*, por Julio F. Fuillen y Tato, Madrid, mapa 8 (1600).

(8) *Monumenta cit.*, nº 8.

de La Plata, Paraguay, Tucuman y Santa Cruz de la Sierra», sem data, no qual se desenha duas grandes lagoas, vendo-se na parte austral da que fica mais ao norte, desaguar um rio bem comprido com o rótulo de «R. grande» (9).

Ao declinar da centúria o padre M. Coronelli assinalava «R. Grande, ó S. Pedro» no desaguadouro de uma lagoa, em cuja porção noroeste despejava um «R. Grande», que, mais para o alto, se chamava «R. Yguay» (10).

Segundo vários autores, terras do Rio Grande do Norte foram avistadas antes do descobrimento do Brasil pela esquadra do Almirante Pedro Alves Cabral, (11) porém, mesmo que essa assertiva não fôsse verdadeira, por ser contestada por escritores lusos de grande reputação (12), ainda assim, essa costa é tida como divisada ao largo pela nau de Gaspar de Lemos, escolhida por Cabral para levar ao rei de Portugal a nova da descoberta da ilha de Vera Cruz, o futuro Brasil, no ano de 1500 (13).

Na sua viagem de 1501, a esquadra de André Gonçalves ou Gonçalo Coelho, ancorou na angra de São Roque, a 17 de agosto, permanecendo ali oito dias (14), enseada essa que demora ao norte do conhecido cabo do mesmo nome e à entrada do canal de igual apelido.

Os cartógrafos quinhentistas, sucessivamente, anotaram topônimos no litoral norte-rio-grandense, a começar por Cantino e Canério (1505), Kunstmann (1502 e 1506), parecendo que os seus

(9) *Monumenta cit.*, nº 16.

(10) Edição de 1688. Pierre du Val, em 1655, 1664 e 1665, escreveu *Rio Grand ou Port S. Pierre* e José de Abreu Gorjão *Rio Grande de S. Pedro*; o «Mapa dos Confins do Brasil com as terras da Coroa de Espanha na América Meridional» (1749) que serviu de base para os negociadores do tratado de 1750, anotou: «R. G. de S. Pedro»; corrente esta que G. Mercator (1569) chamou «r. ygall»; João Teixeira Albernaz (1666) *Rio Grande*; Guilherme Sanson (1679) «R. Yguar»; mas, na mesma carta de 1749, acima citada, êsse rio era deslocado para o extremo NO da mesma lagoa, sob o nome de «R. Iguazu», engrossado por vários afluentes; confirmado por J. Jefferys (1753), já denominado «R. Grande», como deve ser.

(11) J. O. Marcondes de Sousa, *O Descobrimento do Brasil*, 1946, págs. 123 e 124; Th. Pompeu Sobrinho, *Protohistória do Ceará*, 1946, págs. 6, 9 e 10.

(12) Duarte Leite, *Os Falsos Precursores de Cabral in História da Colonização Portuguesa do Brasil*, v. I; Gago Coutinho, *Pioneiros Portugueses no Descobrimento da América*; Damião Peres, *O Descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral*, 1949.

(13) M. Ayres do Casal, *Corografia Brasilica*, 2ª edição, 1845, t. I. pág. 27.

(14) *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, v. II, págs. 207 e 420.

informantes não tinham contato com os autóctones, tanto que só apunham nomes de santos nos lugares descobertos, conforme o dia em que os avistavam.

Eggerton (1509 ou 1510), já registra topônimos diferentes: «r. da Luz», «montena verde», e «R. Vazabariles». Este último já demonstra, pelo menos, que ali fizeram aguada.

Reinel (cêrca de 1516) sobrepuja a enumeração anterior, apontando as serras e rio de S. Miguel (atual Apodi), baía das Tartarugas (a de Macau), São Roque (talvez a ponta de Calcanhar), «C. do pracer» (cabo do parcel, talvez o atual S. Roque), e pela primeira vez denominações indígenas: «Oratapipy» ou «Oratapia» e «ora pinhon», que, segundo alguns estudiosos, se aplicam às atuais pontas da Pipa e Bacopari (15).

Maiollo (1519), o mapa de Turim (1523), Diogo Ribeiro e Verrazzano (1529), não progrediram, sendo mesmo escassos em denominações, ao passo que Gaspar Viegas (1534), consigna os topônimos apontados pelos Reinel, sem os tupis fixados no sul da colônia, acrescentando a «Grã baía» (Aguamaré) ao norte; dispondo melhor os acidentes geográficos ao longo da costa.

Na mesma esquadilha de Gonçalo Coelho (1501-1502), viajava como piloto Américo Vespúcio, nascendo dessa jornada o descobrimento dos Estados do Paraná ao Rio Grande do Sul, Uruguai e Rio da Prata (16).

Essa expedição e outras que se lhe seguiram, como as de J. Dias de Solis (1515-1516), Magalhães (1519-1522) e Caboto (1526-1530), passavam ao largo, assinalando, apenas, alguns dos portulanos dêsse tempo: «costa bassa», «costa de arena», «R. ou Rio de negros» (17). Êste, aliás, como ficava muito ao norte, parecia corresponder mais a algum rio catarinense, a despeito do comandante Eugênio de Castro achar que pode ser o atual Mampituba, limítrofe com o Estado de Santa Catarina, ou «demia o de Souza» de Viegas (18).

Depois da viagem de Martim Afonso de Sousa (1531-32), surgem outros nomes, como se vê no mapa de Gaspar Viegas, ao norte do cabo de Santa Maria (atual ponta de Leste, na república do Uruguai), e, entre a «costa dárea» e «Area Alta»: «Sam pº», e «Rio demtiaº de Souza» (19).

(15) Pompeu Sobrinho, *op. cit.*; Eugênio de Castro, *Diário de Pero Lopes de Sousa* (1530-1532), edição 1940, v. 2, mapa nº 11.

(16) Roberto Levellier, *América La Bien Llamada*, 1949, I, 308.

(17) Maiollo, 1519; Diogo Ribeiro, 1529.

(18) *Pernambuco e Rio Grande*, págs. 15 e 16; *Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa cit.*, v. I, pág. 221.

(19) Edição de outubro de 1534 (Mapoteca do Itamarati).

O portulano francês Nicolas Desliens (1543-1544) grafou entre «coste darene» e «terre haulte» — «R: d S. perr» e «R. de martin», mas, o seu contrerrâneo Pierre Desceliers (1550), entre os mesmos nomes escreveu — «de S: p^o» e «R. Grande». Ao tratarmos desta denominação, referimo-nos sòmente aos cartógrafos do século XVII, por acharmos que o «R. Grande» de Desceliers está muito ao norte do «de S: p^o» do mesmo autor que, pela situação geográfica, mais se ajusta ao atual Rio Grande, tendo ainda de permeio a palavra «d'area».

Diogo Homem (1558) só registra «R. martin de Souza» já próximo a «terra alta», muito ao norte do que deveria ser S. Pedro ou Rio Grande; porém, Bartolomeu Velho (1561) anota com mais rigor «R: de S: Pedro» e «R. de martin a^o de Souza»; confirmado por Lasaro Luiz (1563) e Fernão Vaz Dourado (1566).

G. Mercator (1569) já faz desaguar o «r. ygalh» ao SO de um lago inominado, lendo-se na parte superior dêste — «Tibi-quiri»; mas, Fernão Vaz Dourado, na carta de 1580, faz confusão, assim como na de 1566, ligando o «R^o S: pedro» a uma vasta massa de água a oeste, que desagua no «Rio D Prata», formando uma ilha com o «R^o de martin a^o» ao lado setentrional, o qual também comunica a referida massa d'agua ao oceano.

Joan Martines (1582) escreveu «R: de S: paulo» em lugar de S. Pedro, e mais ao norte «r.^o de martina de Sousa»; passando Jan Van Doet (1585), Cornelius de Jode (1593) e Arnold Florentin van Langeren (1596, 1598 e 1599) a grafarem «R. de S. Petro», sem olvidar o «R. de martin de Souza», como nos anteriores; restabelecendo, porém, antes de findar a centúria, Richard Hakluty (1599) e o mapa n. 8 (1600) da «Monumenta Cartográfica Indiana», Madrid, a grafia «R. de S. Pedro», sendo que êste último desenha uma lagoa muito grande, em cuja borda sudoeste lêem-se vários topônimos, inclusive — «R. gr.» e «Terra dos patos».

Esse «R. gr.» na margem oeste da lagoa, que tem ao lado «Terra dos patos» já vai esclarecendo melhor a situação dêsse rincão do extremo sul da colônia.

Até aqui, preponderou a denominação de São Pedro, que se estira ainda pela primeira década do século XVII, como se vê nos mapas de Jodocus Hondius (1608) e de Harmen e Marten Janss (1610), sem esquecerem o rio «Mar Sousa» ou «martin de Sousa», respectivamente.

João Teixeira (1612) já fixa «R: grande» na bôca de uma lagoa, colocando «R: de S: p^o», num rio mais ao sul, entre «Costa Baixa» e «Terra baixa», ao norte de «Castilhos» e do Rio da Prata.

Imitando Joan Martines (1582), Petrus Koerins (P. Keer), 1614, escreveu «R. S. Paulo», sem olvidar o «Martin de Souza» ao norte; sendo encontrado num fragmento de Pedro de Quiróz (1618) a inscrição: «R. grande de S. Pedro», sem a lagoa (20), parecendo-me haver sido o primeiro que a registrou, no que foi repetido por Pierre du Val (1655 e 1665) quando escreveu: «Rio Grand ou Port S. Pierre», mas, na boca de uma lagoa; Le père Coronelli (1688) — «R. Grande, ó S. Pedro»; e Guillaume de L'Isle (1700): «Porto de S. Pedro ou Rio grande da Lagoa» na barra de um rio (32°30').

Aliás, esta denominação «R. Grande ou Port St. Pierre» ou «R. grande de S. Pedro», foi anotada por vários cartógrafos do século XVIII e mesmo do XIX.

Voltando ao primeiro decênio do século XVII, vemos Domingos Sanchez (1618) anotar «R. grande» e «Alagoa dos Patos», sendo que êste rótulo num extensíssimo lago que se estira até em frente a «I. de S. Catarina»!... Penso ter sido êste o primeiro mapógrafo que registrou a atual lagoa dos Patos, apesar dêsse apelido já vir sendo anotado desde 1534, por G. Viegas, quando grafou «Rio dos Patos», confirmado por Diogo Homem (1558), Lasaro Luiz (1563), Fernando Vaz Dourado (1568 e 1580), Jan Van Doet (1585), Theodore de Bry (1592 a 1630) e vários outros da centúria seguinte, rio, porém, que demorava no território catarinense, como se infere da sua colocação nessas cartas geográficas.

Os Teixeira (1612 a 1666), pai e filho, muito contribuíram para esclarecer melhor êsse litoral. Apesar de não largarem de todo os primeiros títulos de «Costa Baixa», «Terra Baixa», «Playa» (nos de 1612 e 1627), já se lê ao longo da costa, a partir de «Castilhos» ou «Ilha de Castilhos»: «R: de S: p^{or}» (1612), «R: de S: p.» (1627), ou «Rio de Martin Afonso de Sousa» (1631, 1640, 1642 e 1666), «R: grande» (1612), «Rio grande» (1627), «Barra do Rio Grande da alagoa» (1631 e 1666), «Barra do Rio grande a ã chamão do Alagoa» (1640) e Barra a que chamão do Rio Grande da Alagoa» (1642); «R. tonamande hug» (1612), «Taramanhug» (1627), «Taramandahu» (rio), (1631), «R. Taramandahug» (1642), «Rio Taramandango» (1666); «Rio Iboipofilei» (1612), «R. Ibaypoti» (1631); «R. ararunga» (1612), «R. Ararungua» (1631), «R. Arrarunga de Pouco Fundo» (1666); seguindo-se outros topônimos como «Vpaua», «Terra dos Patos», «I. de S. Catarina», tôdas já fora das raias setentrionais riograndenses.

(20) Mon. Cart. Ind., cit., n° 8.

O destaque de «R. de S.p» do «R. grande», nas edições de 1612 e 1627, somente pode ser engano, devido não estar ainda bem conhecido êsse litoral, tanto que nas seguintes, só aparece a «Barra do Rio Grande da alagoa», ou coisa semelhante.

Por êsse tempo, o rio Martin Afonso de Sousa se deslocou. Nas cartas quinhentistas, êle, sob a denominação, ora «R. de Martin» (N. Desliens, 1543-44), Fernão Vaz Dourado (1568); «R.º de martin aº» (F. V. Dourado) (1580); «Rio dem^{ta}º de Sousa» (G. Viegas, 1534), «R. martin de Sousa» (Diogo Homem, 1558), ora do «Rio de martin a º de Sousa» (Bartholomeu Velho, 1561), «Rio de martina º de Sousa» (Lasaro Luis, 1563, D. Homem, 1568); «r.º de martina de Sousa» (Jan Martines, 1582), J. van Doet (1585), Cornelius de Jode (1593), Arnold Florentin van Langeren (1596-98), foi continuamente fixado ao norte da barra do Rio Grande, o que ainda aconteceu nas primeiras décadas do século XVII, como se vê em J. Hondius (1608), H. e M. Janss (1610) P. Kerr (1614) e A. Fl. van Langeren (1630), apesar de J. Teixeira (1612) e J.F. Albernaz (1627) não o mencionarem mais.

Domingos Sanchez (1618) coloca o «R: demartin afº» ao sul de «R: grande» e «Alagoa dos Patos», assim como J.T. Albernaz (1631) que lhe dá o nome completo — «Rio de Martin Afonso de Sousa»; J. Teixeira (1640 e 1642); J.T. Albernaz (1666); e o padre M. Coronelli (1688), que o chama «R. Marin de Sosa», sumindo depois, para reaparecer acidentalmente em 1747 no mapa de João de Abreu Gorjão sob a legenda: «D. Martin Afonso».

Êste rio, pela localização que lhe deram as cartas quinhentistas, a contar de 1534, ora o aproximando do rio S. Pedro ou Rio Grande, ora formando uma ilha com o mesmo, ora o acercando da serra de Santa Maria, rio dos Patos, pôrto ou ilha de Santa Catarina, não se pode facilmente determinar ou dar-lhe um correspondente.

E tanto isso é difícil que a maioria dos cartógrafos seiscentistas o transportaram para a parte austral do território do atual Estado, fixando-o ao sul da barra do Rio Grande, e para mostrar que assim era, o cosmógrafo real João Teixeira na sua «Descrição de todo o marítimo da terra de S. Cruz chamada vulgarmente Brasil» (1640), afirma que do cabo de Sta. Maria a ilha de Castilhos são 15 léguas, e desta ao rio Martin Afonso de Sousa outras 15, e dêste à barra do «Rio Grande» 30 léguas (fl. 2) (21).

Pela planta a fl. 6 do Atlas de João Teixeira (1640) e que se diz ser cópia de outro conservado na Biblioteca de Paris,

(21) Atlas existentes em duplicata na Mapoteca do Itamarati.

o rio Martin Afonso de Sousa só pode ser o atual arroio Chuí, que o «Mapa dos Confins do Brazil com as terras da Coroa de Espanha na America Meridional» (de que se serviram os negociadores do tratado de 1750, dat. de 1749 e cópias de 1749 e 1751) fixou entre «Castilhos Pequeno» e «Lagoa de Imeri» (Mirim) e chamou-o de «R. de Xuy».

Martim Afonso de Sousa, incumbido da ocupação política e administração da colônia, surgiu no pôrto de Pernambuco a 17 de fevereiro de 1531, na Bahia de Todos os Santos a 13 de março, no Rio de Janeiro no fim de abril e em São Vicente a 9 de agosto (22). De Cananéia partiu a 26 de setembro, reconheceu o «pôrto dos Patos», fronteiro a ilha de Santa Catarina e, assim batizado, desde 1516 (23); de onde velejou diretamente até as «ylhas das onças» (24), passando ao largo da costa riograndense, de 8 a 11 de outubro, tendo no dia 10, ao meio dia, avistado a noroeste «um fumo», e, navegando nesse rumo, ao sol pôsto, da gávea, enxergou terra «mui baxa sem conhecida algũa» (25). No dia seguinte, pela manhã, achavam-se a três léguas da terra, num fundo de 16 braças (26).

Por aí se vê que, na viagem de Cananéia ao rio da Prata, a armada não tocou em um só ponto dessa costa, o que também não se verificou na volta à São Vicente; mas, como o portulano Gaspar Viegas, no seu mapa de 1534, anotasse nesse litoral «Sam pº.» e «Rio dentiaº de Sousa», o comandante Eugênio de Castro, procura demonstrar a aparição dêsses topônimos, dizendo que, não tendo o Diário de Pero Lopes fornecido nota alguma a respeito, provavelmente, Martim Afonso, nos 34 dias em que Pero Lopes andou explorando os rios da Prata e Paranâ, dispondo de quatro navios, não ficou parado e fez um reconhecimento nesse setor da costa, descobrindo o canal ou a atual barra do Rio Grande a que chamou Sam Pedro, e o moderno Mampituba a que logo a seguir apelidariam de Martim Afonso de Sousa, talvez designado nas cartas dos Reinol — «rio dos Negros» (27).

E acrescenta que parece esta a melhor maneira de explicar o aparecimento dos nomes assinalados na carta de Viegas, notadamente, por se saber com segurança não ter percorrido êsse setor

(22) E. de Castro, *Diário* e vol., cits., págs. 87, 128, 150 e 193.

(23) Autor e ob. cits., pág. 213.

(24) Autor e obr., cits., pág. 222. Estas ilhas correspondem às modernas ilhas das Torres, fronteiras ao cabo Castilhos ou Polônio, já em território da atual República do Uruguai (vol. cit., pág. 223).

(25) Autor e obr., cits., pág. 232.

(26) Autor e obr., cits., pág. 234.

(27) Autor e obr., cits., págs. 323 e 324.

da costa brasileira, entre 1530 e 1534 qualquer outra expedição: aduzindo que Gabriel Soares já, em 1587, informava que o rio Martim Afonso de Sousa assim se chamava por haver êsse capitão o descoberto quando andou correndo a costa de São Vicente ao rio da Prata (28) e posteriormente, Simão de Vasconcelos («Notícias antecedentes das Coisas do Brasil») assim o nomeava «porque nele sahio em terra o capitam Martim Afonso de Sousa» (29).

É certo que Eugênio de Castro adianta que Gabriel Soares dizia também que êste rio estava a 30° 15' de latitude, mas, também é sabido que as coordenadas dessa época não eram seguras, nem mereciam grande crédito, correspondendo a latitude apontada à parte setentrional da lagoa dos Patos (30), ao passo que o próprio Eugênio de Castro coloca o rio Mampituba próximo ao rio Aranguá (31), situado êste, como se sabe, no litoral catarinense.

De sorte que, quando o rei de Portugal resolveu dividir o Brasil em capitanias, em 1534, nada se conhecia da costa sul-riograndense, a não serem o ponto designado «Sam pº» no mapa de Gaspar Viegas, datada do mesmo ano, e o «Rio dentia ° de Sousa»; incluindo S. M. êsse trecho do sul do país na capitania do S. Vicente, doada ao próprio Martim Afonso de Sousa.

* * *

Como vimos, a expedição de 1501 que, passara ao largo do litoral sul-riograndense demorara oito dias numa angra norte-riograndense, sendo certo que, cinco lustros mais tarde, nesta costa, Reinel registrava oito acidentes geográficos, sendo que dois dos nomes anotados eram de origem indígena; só surgindo os primeiros topônimos no litoral sul-riograndense depois da viagem de Martim Afonso, apontado por Viegas.

Dáí por diante, os cartógrafos repetem os nomes já falados, aparecendo um outro novo, às vêzes para designar um acidente já apelidado ou um ou outro ainda não apontado, como «R. das Pedras» (Diogo Homem, 1558), talvez, o rio Ceará Mirim, por ter a foz entezada de recifes; «b. aparcclada» (D. Homem, 1560), certamente, a enseada de Caiçara, que é tôda parcelada; «Aguada» (Abr. Ortelz, 1570 a 1584), difícil de se precisar por se achar situada entre os cabos de S. Roque e do «Placel», salvo se fôr em Petitinga ou Touros, que têm boa água; «Impurma» (F. Vaz

(28) Aut. e obr. cit., pág. 325.

(29) Aut. e obr. cit., pág. 324.

(30) Mapa do Brasil (IBGE, 1950).

(31) *Diário cit.*, v. II, mapa n.º VI relativo a «Derrota aproximada de Cananéia ao Pôrto de Santa Maria» (antigo).

Dourado, 1571), a margem de um rio que parece o Potengi; «Impuama» (F. Vaz Dourado, 1580), numa ponta, como que indicando a de Genipabu ou a Negra, uma ao N. e outra ao S. daquele rio; «tabatinga» e «Itacoatisara» («Mapa do Brasil dividido em Capitanias»,... 1574), aquêlê ainda hoje conservado, e êste, segundo Gabriel Soares corresponde a ponta da Pipa; «puinitingo», parecendo ser Petitinga, ponta ou enseada; «C. Negro» e «Baía formosa» (Theodore de Bry, 1592), o primeiro, apesar de muito deslocado, deve ser a ponta Negra atual, e o segundo a baía Formosa de sempre; «les basses saint luc», «R. de oytacas», «Soua Sautin», «potiïou», «pernamboube» (Jacques de Vaudeclaye, 1579), o primeiro correspondendo aos baixos de João da Cunha, fronteiro a costa ao sul da barra do rio Moçoró ou Apodi; o segundo, talvez o rio de Touros; o terceiro a uma aldeia indígena a oeste do cabo de S. Roque; o quarto ao rio Potengi, não só pela situação, como pela configuração do estuário, extensão, montes do lado direito, tabas indígenas e o próprio nome do rio que evoluiu da grafia afrancesa-*Potiïou*, para a portuguesa — *Potiii*, *Potigy*, *Puttigi*, até firmar-se em Potengi; o quinto ao sítio Pernambuco, hoje Pernambuquinho, nas imediações da lagoa Guarairas. Vaudeclaye foi quem primeiro mencionou aldeias indígenas, não só no litoral como no interior da capitania e o número de guerreiros com que podiam contar os portugueses e os franceses, mostrando, assim, ser bom conhecedor dos seus primitivos habitantes, com quem êsses povos europeus traficavam especiarias do país em troca de bugiangas.

Por um alvará do rei de Portugal, datado de 1561, era proibido o desembarque de estranhos na capitania (32) e se ficava conhecendo o nome tupi do pôrto dos Buzios — *Pyramgyypepe*, depois *Piramgyype*, atualmente Pirangi. Gabriel Soares, no seu Tratado Descritivo do Brasil (1587) assinala vários lugares nesse litoral, sendo que alguns pela primeira vez, como «Ponta de Goaripari, Itapitanga, Rio Pequeno ou Baquipe, Rio Grande (duas vêzes), Pôrto dos Búzios, Garatui, Goaramatai e Camaratibe» (33). A ponta de Goaripari, talvez seja o cabo Calcanhar; Itapitanga, deve ser a enseada ou ponta de Petitinga; Rio Pequeno, o Baquipe dos silvicolos, é o atual Ceará-Mirim; o primeiro Rio Grande corresponde ao rio Açú e o segundo ao Potengi; Pôrto dos Búzios ainda persiste ao sul da barra do Pirangi, Garatui, não podemos determinar; Goaramatai deve ser o Curimataú; e Camaratibe o atual Camaratiba, naquele século, limítrofe das capitanias da Paraíba e Rio Grande.

(32) *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, v. III, pág. 210.

(33) *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, XIV, Roteiro.

E, dessarte, finda o século, com cêrca de quarenta sítios apontados, correspondendo a pontas ou cabos, enseadas, rios, montes, escolhos, pontos de aguada, portos de mercância, aldeias indígenas, afora uma dúzia de nomes de santos e de outros referentes ao aspecto físico da costa, aplicados pelos portulanos do primeiro têrço da centúria. No decorrer dessa, frustraram-se duas tentativas para colonizar a capitania, só logrando êxito uma terceira, já no decair da mesma, quando a expedição chefiada por Mascarenhas Homem, em 1597, apossou-se da foz do Rio Grande, construiu o forte dos Reis Magos no ano seguinte, e, a 25 de dezembro de 1599, depois de assinada na Paraíba a paz solene com os índios, lançaram-se os fundamentos da cidade do Natal, sede dos governos colonial, provincial e estadual.

No século XVII, com a consolidação da fortaleza e a fundação da cidade, a colonização foi se efetuando, de maneira que a concessão de sesmarias, em 1614, já subia a quase duas centenas (34), e, em 1630, o capitão mor Domingo da Veiga arrolava uns 300 moradores brancos, escravaria e mais de 300 índios flecheiros, trabalhando e garantindo a criação de gado, produção de açúcar, farinha de mandioca, milho, sal, que, segundo o brabantino Adriaen Verndock, já eram exportados para Pernambuco, nessa época, além da existência do comércio de peixe e de madeiras, inclusive o pau brasil e jacarandá (35).

Tôda a costa já havia sido devassada, da divisa com a Paraíba a do Maranhão, mencionando-se portos como Corimatug (Curimataú), Búzios, Pirangi, Ponta Negra, Rio Grande (Natal), Guamaré; penetrando o Capitão mor Jerônimo de Albuquerque 40 léguas pelo sertão, dizendo haver ali encontrado minas de ferro (36).

Não só os franceses, como os lusitanos, já conheciam essas partes, na sua mercância com os silvícolas.

O povoamento sofreu um colapso com a dominação holandesa (1633-1654), devido a ter reduzido — Rio Grande a um distrito anexado à Prefeitura da Paraíba (37) e ao grande morticínio perpetrado contra os colonos lusos em Ferreiro Torto, Cunhaú, Lostão e Uruaçu; mas restaurado o domínio português, a colonização reiniciou-se, e a despeito da luta com o gentio revoltado no alto sertão, durante decênios, as explorações continuaram ultra-

(34) Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, v. VII, págs. 19 a 77.

(35) J. M. B. Castelo Branco, *O Rio Grande do Norte na Cartografia*, XVII, in Revista do Instituto Histórico Brasileiro, 214, pág. 26.

(36) Autor, Rev. e pág. cit.

(37) Gasparis Barlaei, *Rerum Per Octoniam in Brasilia Historia*, etc., Amsterdam, 1647, planta nº 4 (Marcgrave).

passando a concessão de sesmarias os vales do Açú, Apodi, Jaguaribe, êste já no Estado do Ceará (38).

Os holandeses, contudo, apresentam os mapas mais detalhados da região, principalmente no tocante a parte da capitania das margens do rio Ceará Mirim para o sul, nomeando não só os acidentes geográficos da costa marítima, como várias fazendas e engenhos do interior (39).

Restituída a paz, devido à pacificação dos índios inhanduis, por volta de 1720, os capitães mores que se sucederam procuraram intensificar o povoamento que já se alastrara da orla litorânea ao alto sertão, inclusive pelos vales do Seridó e alto Apodi, verificando-se desde a oitava década do século anterior, penetração e requerimento de sesmarias por pessoas vindas das capitanias do sul, que exploravam a terra e iam se estabelecendo com os seus currais (40).

No extremo sul do Brasil, a costa permanecia desconhecida, sòmente se estabelecendo oficialmente o «Rio Grande de São Pedro» em 1737, quando o brigadeiro José da Silva Pais, com as suas naves franqueava a sua barra, de ordem do govêrno do Rio de Janeiro, e erigia o forte «Jesus-Maria-José» na extremidade norte formada pelo saco da Mangueira, de um lado e pelo rio do outro, e quatro meses depois iniciava a construção do forte de «Sant'Ana», a meia légua de distância (41). Silva Pais estendeu suas vistas até a fronteira do Chui e serra de São Miguel, onde construiu quartéis e um armazém; mas, apenas, em agôsto chegavam as primeiras famílias, fundando, então, a «Estância Real do Bajuru», com gado vacuum e cavalari (42).

Nas cartas geográficas do século XVII, via-se João Teixeira Alvernaz, em 1631, levar um enorme lago, a que Domingos Sanchez (1618) chamou «alagoa dos Patos», até as «Serras de Parana-piacana»; João Teixeira, na parte descritiva do seu Atlas de 1642, anotar: «ao gentio que povoa esta terra ao longo do mar chamão

(38) Castelo Branco, cit., pág. 29.

(39) M. Seutler e I. Blaeu, (1629-1630); Marcgrave, *Prefecturae da Paraíba, et Rio Grande* (1647); J. Vingboons, *Capitania do Rio Grande*, in Wiedner, *Monumenta Cartográfica* (1927), v. II, pls. 45 e 46.

(40) Vicente Lemos, *Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte*, 1912, v. I, págs. 34 e 77. I. Jofely, *Synopsis das Sesmarias da Capitania da Paraíba*, t. I, págs. 9, 13, 37-8, 42, 49; J. A. Bezerra de Medeiros, *A Região do Seridó*, in *Anais do X Congresso de Geografia* cit., v. III, págs. 19, 22 e 23; Manuel Dantas, *O Rio Grande do Norte*, Natal, 1918, págs. 9 e 10.

(41) J. O. Pinto Soares, *Descobrimento da Costa Sul do Brasil*, in *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia*, v. 2, págs. 39 e 40.

(42) *Anais e vol.*, cit., pág. 41.

Patos, e no Certão della tẽ os Castelhanos que habitão no Rio da Prata muitas povoações» (fl. 1); «he pouca tratada de Portugueses, cõ tudo dizẽ ser fertil, e de bons ares» (fl. 3v.); Nicolas Sanson, em 1650, assinalar «Tape» e «Patos» a oeste de uma lagoa, e várias missões na bacia de um rio mais ao poente; Pierre du Val, em 1655 e 1665, no «Mer du Paraguay» — (oceano Atlântico), registrar «Rio Grand ou Port S. Pierre» na bôca de uma lagoa, e pelo interior diversos nomes de tribos indígenas, pertencentes à capitania de «San Vicent», inclusive os «Vruaig R» e «Paraná R»; Guillaume Sanson, em 1679, denominar de «Paraguay» a província ao sul da capitania de São Vicente; Le Père Coronelli, em 1688, fixar cêrca de dez missões das margens do Uruguai às terras que circundam o alto «Rio Iguay» (Guaíba); Guillaume L'Isle, em 1700, apelidar o país que ia do Rio da Prata até cêrca de Cananêia (35° 30') de «Urvaig ou Uruguay»; formando o território do «Bresil» uma faixa de terra de menos de uma légua de largo pela costa marítima afora até o estuário do Amazonas; surgindo, outros topônimos, como «Amanguara», na orla de um lago, que deve corresponder à lagoa Mangueira, pois, está ao sul da apelidada de «Rio grande de S. Pedro», segundo o mapa de José de Abreu Gorjão (1747); «R. de Xuy», «Lagoa de Imeri» comunicando-se com uma outra ao setentrião alcunhada de «R. G. de S. Pedro» (estando os letreiros dentro da área das lagunas), no mapa dos «Confins do Brazil com as terras da Coroa de Espanha na América Meridional» (1749); «L. Merin», «L. Mangevueira», «F. de Jesu Maria José», no de J. Jefferys (1753); «F. J. M. Joseph» ao sul de «I. San Pedro», «Stº Angels», êste já nas proximidades do rio Uruguai, no de janvier (1762); «Viamon» (cêrca de 30º S) e «S. Tecla» a oeste da nascente do rio Negro; no de Bachelier (1790). «Pto dos Cazaes» surge no de Lapie (1820); «V^{1a} do Porto», no de Vivien (1825); «Palmar» (cêrca de 34º S), «Marco do Limite» (33º), «Torres» (na costa), «Alegre» (no interior) e província do «Rio Grande» (sem o Sul) no de Buchon (1825); «V.^a de Porto Al.» num rio que desagua no norte da lagoa dos Patos, e a província do «Rio Grande do Sul», no de Darmet (1825).

Como se vê, os cartógrafos procuravam acompanhar a marcha da evolução política e econômica da região, mas de uma forma incompleta e imperfeita, sabendo-se, contudo, que, além de alguns pontos do litoral e da bacia uruguaia, já se tinha uma idéia dos primitivos habitantes do interior do país.

Nesse particular, porém, os cronistas ou historiadores vão na dianteira dos cosmógrafos. Por isso, procuremos sintetizar o que se passou.

Realmente, no primeiro terço do século XVI, tudo era desconhecido, divisada a costa, apenas, ao longe pelos navegadores do Atlântico.

Em 1534, como já vimos, surgiram os primeiros nomes nesse litoral, ligeiramente aumentados na centúria seguinte, quando, ao ocidente, os castelhanos, desde 1627, fundavam várias reduções, apesar de expulsos daí pelas bandeiras paulistas, dez anos depois, aí tornaram, estabelecendo os «Sete Povos», em lugares hoje pertencente ao território riograndense, já na penúltima década do século, mas, nesse entretempo lançaram aí os padres jesuítas os primeiros rebanhos de gado que se espalharam de modo assombroso, constituindo o fundo nuclear da opulenta riqueza econômica, razão de ser do futuro povoamento do Estado de 1682 a 1767, data da expulsão dos jesuítas, desenvolveu-se ali uma civilização jesuítico-colonial, provindo daí os elementos artísticos que perduraram até nossos tempos, nas ruínas gloriosas dos templos e nas peças escultóricas (43).

Como os silvícolas do litoral nordestino, os que habitavam ao sul do rio dos Patos, negociavam com os brancos, sendo que nas tabas dos potiguaras, êstes trocavam pau brasil e outros produtos da terra por objetos que os franceses e lusos lhes traziam, ao passo que os moradores da capitania de S. Vicente iam ao sul permutar com os naturais, panos, chapéus, e outros artigos, por escravos (44).

Segundo Aurélio Pôrto, havia nessa região três províncias: Uruguai, Tapes e Ibiãça, ficando a de Tapes entre a primeira e a última, estendendo-se esta de Laguna às cabeceiras do rio Pelotas e para E até as nascentes do Jacuí (45).

A futura capitania de São Pedro do Rio Grande, ao transcorrer o século XVII, pode-se dizer que se compunha de duas nesgas de terra bem afastadas uma da outra, tendo de permeio o deserto, dominado apenas por tribos guaranis com o seu gado nômade e meio selvagem, situação que permanecia até a chegada do Brigadeiro Silva Pais nas margens do Rio Grande: a oriental compreendendo a faixa litorânea, cujo povoamento se iniciou na terceira década, num lugar ao norte da barra do Rio Grande, em Viamão, Tramandaí e Albardão por pessoas de Santa Catarina e São Paulo; e oficialmente, na década seguinte, com a ereção de vários fortes das cercanias da barra referida para o sul, estendendo-se os colonizadores para o norte, de maneira que, em 1740, estavam em Santo Antônio da Guarda Velha, e, em

(43) Aurélio Pôrto, *História das Missões Orientais do Uruguai*, Rio, 1943, v. I, pág. 16.

(44) Autor, obr. e v., cits., págs. 25 e 26.

(45) Obr. e v., cits., págs. 27, 28 e 29.

seguida, em Santo Antônio da Patrulha, Capela Grande do Viamão (atual Viamão), Capela de S. Francisco do Porto dos Casais (atual Pôrto Alegre); verificando-se a primeira colonização regular, com dois mil casais de açorianos em Viamão, já em 1748 (46); e a ocidental outro trecho de terra que ia da banda esquerda do rio Uruguai às vertentes dos rios Ibicuí e Jacuí, no qual os jesuitas espanhóis fundaram várias missões, que chegaram a reunir mais de uma dezena de milhar de índios (47), que foram destruídas pelos bandeirantes paulistas, mas, com quem os índios continuaram a fazer barganhas (48).

Os hervaís nativos que se estendiam do alto Uruguai à serra de Erval, a plantação de raízes e grãos das missões inacianas, constituíram os primeiros elementos econômicos das zonas norte e ocidental da colônia, dominadas mais tarde pela disseminação do gado, nas campanhas do Sul, que valorizou a terra e deu origem ao povoamento e diferenciação étnica dos povos, impondo, em função do meio, novas condições de sua vida mental e moral (49).

Aliás, é aos currais, estâncias e fazendas que se deve os elos da corrente que vai prendendo rincão a rincão, todo o território nacional, como adianta o referido autor (50), tendo havido ali a idade do couro, como no nordeste.

Em 1768, quando da expulsão dos jesuitas, a Companhia possuía mais de 500.000 cabeças de gado vacum, 4.000 cavalar, e 70.000 ovelhum, afora 40.000 vacas e 60.000 cavalos da Cruz, que lhe ficava anexa, e outros lugares (51).

Se no leste, os primitivos colonos fundaram estâncias, no oeste, os bandeirantes, desde 1680, introduziam a cana de açúcar, iniciando as «Reduções», o fabrico de rapadura, melado e aguardente, mais de meio século antes, e, apesar do tratado de 1750, entre Espanha e Portugal, passar a zona ocidental ao domínio português (52), êste acôrdo não foi respeitado pelos castelhanos, tendo os brasileiros que a tomar com as armas na mão, dela

(46) Anais e v. do X Congresso de Geografia, cit., págs. 48 e 49.

(47) A. Pôrto, v. cit., págs. 53, 54, 58, 63 a 71.

(48) Aut., ob. e v., cits., págs. 93, 103, 105, 108, 111, 115, 127, 129 e 159.

(49) Aut., obr. e v. cits., págs. 155 e 156.

(50) Obr. cit., pág. 160.

(51) Obr. cit., pág. 411.

(52) J. Borges Forte, *Rio Grande de São Pedro*, 1941, pág. 78.

se apossando, em 1801 (53), quando se constituiu a capitania de São Pedro do Rio Grande.

* * *

O «Rio Grande de S. Pedro» teve diversas denominações: «Continente do Rio Grande» (54) ou «de S. Pedro» (55), dependente da capitania de São Vicente; «Capitania d'El-Rei» (56); «Capitania de São Pedro do Rio Grande» ou «Rio Grande de São Pedro», formando uma capitania com Santa Catarina, dependente, porém, do Rio de Janeiro em 1760, e, finalmente, «Capitania Geral do Rio Grande de São Pedro do Sul», ou «São Pedro do Rio Grande do Sul», independente do governo do Rio de Janeiro, por carta régia de 19 de setembro de 1807, até a emancipação política do país, quando se denominou «Província de São Pedro do Rio Grande do Sul», mudado para «Estado do Rio Grande do Sul» em 1889, com a proclamação da República (57).

O território em que assentaram o Rio Grande do Norte pertencia à capitania doada a João de Barros e Aires da Cunha, em 1535, pelo que era conhecido por «capitania de João de Barros», mais tarde, devido a morte do donatário e duas tentativas frustradas para sua conquista no mesmo século, passou a chamar-se «Capitania do Rio Grande», por se pensar que o rio Potengi, em que fundaram a fortaleza dos Reis Magos (1597-98) e a cidade do Natal (1599), era de porte desmedido, sendo que este título se tornou tão famoso que se estendeu à fortaleza, à cidade, ao distrito holandês, a comarca anexada à Paraíba, ao condado do Almirante Lopo Furtado de Mendonça (1689), só desaparecendo de todo no limiar do século XIX, quando se tornou oficial o título de «capitania do Rio Grande do Norte», se bem que antes, esporadicamente, surgisse essa denominação nas páginas de alguns escritores (58). Em 1822, a província passou a ter a mesma denominação, a qual permaneceu ao estabelecer-se a república no país.

Apesar de instalada a capitania do norte cerca de um século e meio antes da do sul, esta progrediu muito mais, não só quanto a população, como economicamente.

(53) A. Moreira Pinto, *Dicionário Geog. do Brasil*, v. P-Z, pág. 424.

(54) Anais do X Congresso de Geografia, cit., pág. 47.

(55) A. Moreira Pinto, *Dic.*, v. e pág., cit., pág. 424.

(56) Anais cit., pág. 47; *Dic. cit.*, pág. 114.

(57) Anais cit., pág. 47.

(58) J. M. B. Castelo Branco, *Rio Grande, in A República* (Natal) de 25 de julho de 1948.

Ambas lutaram com vários impecilhos, se, na do nordeste houve a invasão holandesa, destruidora de seus incipientes engenhos de açúcar, lavoura e pecuária, abastecedoras não só do invasor, como dos patriotas pernambucanos (1633-1654); a sublevação indígena «matando milhares de cabeças de gado, queimando e destruindo a tóda coisa viva» (1687-1720); a inclemência das sêcas que, a despeito de não ser contínua, surge periódicamente, durando às vêzes anos seguidos, abraçando a terra e arrasando rebanhos, obrigando os naturais a procurarem outras plagas de clima mais suave; a subordinação constante de seus capitães-mores aos governos da Bahia e de Pernambuco, cerceadores de suas aspirações, comércio e indústria; e mesmo quando livres pela independência nacional, ainda sujeita a administração da província a administradores enviados pela política das províncias mais importantes, em grande parte destinadas a eleger os representantes da província ao parlamento imperial; na sulina houve grandes perturbações como o domínio espanhol, a destruição das missões ao oriente do Uruguai e as invasões castelhanas no seu solo, cessadas, porém essas convulsões, já no limiar do século XIX, e instalada a capitania independente, os seus governadores procuraram povoar todo o vasto território, desde o litoral à bacia do Uruguai, concedendo-lhe milhares de sesmarias, incrementando o povoamento, e já, de 1824 a 1826, chegavam os primeiros colonos alemães, e, em lugar de um meio rude e a imprevidência dos governos, como ocorrera com os casais açorianos, os alemães tiveram logo terras, instrumentos de trabalho e as vistas atentas da administração, reanimando a agricultura, desenvolvendo o comércio, introduzindo indústrias e manufaturas, originando grande número de núcleos de habitantes (59). Estancada essa imigração ao iniciar-se a revolução farroupilha, foi restabelecida depois de 1848 e intensificada mais tarde, de modo que, em 1884, já havia na província 72.000 alemães (60); além de outros colonos de nacionalidades diferentes, principalmente, italiana que começaram a chegar em 1870 (61); sendo, em 1951, o maior produtor de carvão de pedra, de fumo, trigo e uva, possuidor do maior rebanho ovino do país (62) e da mais extensa área agrícola recenseada em 1950,

(59) Borges Fortes cit., pág. 162.

(60) Wolfgang Hoffman Harnisch, *O Rio Grande do Sul*, 1952, 2ª edição, págs. 314 e 315. Preston James calculava, em 1940, a descendência alemã nesse Estado, em 520.000, num total de 3.100.000 habitantes. (Boletim Geográfico, Rio, nº 49, pág. 27).

(61) Harnisch cit., pág. 315.

(62) I.B.G.E. (Cons. Nac. Est.) — *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio, 1952, págs. 84, 116, 127, 128 e 129.

na porcentagem de 82.6%, sobre sua área terrestre (63); estando em segundo lugar no tocante aos rebanhos de gado bovino, equino e suíno (64), e logo abaixo de São Paulo, quanto ao número de estabelecimentos industriais (65).

No Rio Grande do Norte, não houve imigração organizada. A displicência dos governos, ao lado da diferença do clima para muitos europeus, só permitiu a entrada espontânea de alguns portugueses, italianos, sírios, franceses, isto mesmo para se dedicarem mais ao comércio ou a algum artesanato. Raro, àquele que se fez industrial. Basta acrescentar que o número de estrangeiros apurados no censo demográfico de 1940, era no Estado de 365, predominando os portugueses com 70 pessoas, os sírios com 69, os franceses com 37, os italianos com 36, os alemães com 35 e os russos com 25 (66).

Contudo, o Rio Grande do Norte é o maior produtor de sal do Brasil e detentor da melhor fibra de algodão do país, bem como desde a última grande guerra se tornou o maior produtor e exportador de «scheelita» (minério aplicado no aperfeiçoamento de aços finos) do país.

* * *

Apesar de tudo isso, a densidade de população do Estado do norte é maior do que a do sul, pois naquele ela atinge a quota de 18^o,54 e neste não passa de 15^o,75 por quilômetro quadrado (67).

É certo que a área terrestre do Rio Grande do Sul é cinco vezes maior do que a do Rio Grande do Norte, mas, adicionando-se a deste as áreas do Ceará e Paraíba, Estados da mesma região e também sofrendores de êxodos periódicos em sua população, devido ao flagelo climatérico da seca, teríamos uma superfície de 262.575 km², um pouco menos do que a do Rio Grande do Sul, mas, com a densidade populacional de 22,28 — bem superior à desta unidade da federação (68).

(63) *Correio da Manhã*, de 4 de abril de 1954, 5^o cad., pág. 6, c. 6, e pág. 7, cs. 3 e 4.

(64) Anuário Estatístico cit., pág. 129.

(65) An. Est. cit., pág. 134.

(66) I.B.G.E. — Recenseamento Geral do Brasil, 1940, Série Regional, Rio Grande do Norte, Censo Demográfico (1952), págs. 6 e 7, nota 7.

(67) I.B.G.E. — C.N.E. — Recenseamento Geral do Brasil (1950) e Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, Rio, 1951, pág. 3.

(68) Sinopse e pág., cit.

CONFERÊNCIAS

RUI BARBOSA NA SEGUNDA CONFERÊNCIA DA HAIA (*)

EMBAIXADOR HILDEBRANDO ACCIOLY

Ao comemorar-se o meio centenário da reunião da Segunda Conferência Internacional da Haia, — à qual, como à primeira, realizada oito anos antes, se deu a denominação de *Conferência da Paz*, em vista dos problemas que em ambas se pretendia discutir, — o nome que a nós, brasileiros, desde logo nos acode, não só por ter sido o chefe de nossa Delegação, mas ainda por haver aparecido naquele meio, como figura de grande brilho intelectual, é o de Rui Barbosa.

Na verdade, sua atuação, naquela concorrida assembléia de nações, foi notável e teve alta repercussão nos círculos internacionais, pela eloquência de sua palavra, bem como pela erudita defesa de grandes princípios.

Entretanto, é sabido que semelhante encargo não fôra por êle ambicionado; antes, pelo contrário. De fato, não fôra sem resistência que aceitara aquela missão, para a qual o Barão do Rio Branco o convidara pessoalmente, em nome do Presidente da República.

«Relutei durante quase dois meses em anuir ao sacrifício» — confessaria Rui ao Senado Federal — «reputando-o pelo maior dos que me podiam exigir». Custara, de fato, a aquiescer, por certos motivos por êle então alegados, inclusive o de que, a seu ver, «a incumbência melhor estaria confiada aos talentos e dotes singulares do Senhor Joaquim Nabuco», então nosso embaixador nos Estados Unidos da América.

Essa indicação ou sugestão poderia explicar-se pela amizade que, desde muito, ligava os dois grandes brasileiros. Na verdade, porém, não era simples gesto amigo, pois, de fato, qualquer dos dois nos poderia representar com brilho e eficiência em qualquer parte, — se bem que, tratando-se de designar alguém

(*) Conferência realizada em 14 de agosto de 1957, no Instituto Histórico.

para uma assembléia em que as questões jurídicas teriam papel primacial, pareceria mais indicado exatamente aquêlê em quem recaiu a escolha do Govêrno.

Não se ignora, no entanto, que Rio-Brânco chegara a pensar na designação de Nabuco para aquela Conferência. Mas o próprio Nabuco preferira não aceitá-la, embora concordando em auxiliar, por fora, a ação da Delegação brasileira. Êsse auxilio, aliás, foi muito útil, pelas informações preciosas que, na posição de embaixador em Washington, pôde fornecer ao seu colega enviado à Haia, especialmente pela indicação dos pontos de vista do Govêrno americano sôbre os principais problemas que iam ser ali debatidos, pontos de vista revelados a Nabuco pelo próprio secretário de Estado, que era então Elihu Root.

Em começos de junho de 1907, chegava Rui Barbosa a Paris, em caminho para a Holanda. Na capital francesa, teve a oportunidade de encontrar-se e conversar longamente com seu amigo Nabuco, que fôra à Europa em férias. Sôbre êsse encontro, existe ligeira referência, em carta do último a Graça Aranha, datada de 27 daquele mês, e na qual se lê: «Estive com o Rui em Paris; fiz tudo o que pude em Washington para o brilho da missão dêle na Haia». E, dois dias depois, ao próprio Rui, escrevia Nabuco: «Pelo *Figaro* de hoje, vejo que você já se revelou e estimo particularmente que começasse apoiando Mr. Choate» (que era o chefe da Delegação Americana). E acrescentava: «Nada pode fazer-nos tanto bem em Washington como sustentarmos os delegados americanos nas suas iniciativas para fazer o direito das gentes dar passadas de gigante, nessa Conferência». Infelizmente, como veremos adiante, as relações de Mr. Choate, naquela reunião, com o nosso primeiro delegado, não corresponderam ao que de início se poderia imaginar.

O apoio dado à Delegação americana fôra expresso na primeira grande intervenção de Rui, nos debates daquela assembléia, perante a quarta Comissão. Discutia-se, ali, a questão da imunidade da propriedade privada, no mar, assunto no qual os Estados Unidos da América tinham ponto de vista firme, que os fizeram deixar de aderir à famosa Declaração de Paris, de 1856, — ponto de vista por êles sustentado sem êxito, em 1899, na 1ª Conferência da Haia. De acôrdo com as próprias instruções do Itamaraty, o nosso primeiro delegado aderiu à nova proposta americana, favorável à dita imunidade.

Rui fez ver então que a atitude histórica do Brasil, no tocante àquela questão, lhe impunha o dever de definir claramente a nossa posição, a tal respeito, posição que, em grande parte, coincidia com a norte-americana.

Poderia também ter lembrado que, bem antes daquela célebre Declaração, de 1856, já havíamos adotado, na aludida matéria, princípios mais ou menos análogos, em alguns atos bilaterais, — inclusive no tratado de paz, amizade, navegação e comércio, celebrado com os próprios Estados Unidos da América em 1828 e segundo o qual a bandeira neutra cobriria a carga, salvo o contrabando de guerra.

Em todo caso, mostrou que, com relação à proposta radical americana, no sentido da modificação ou, antes, ampliação do artigo 1º da Declaração de 1856, — mediante certo acréscimo, tendente à abolição da captura da propriedade privada inimiga, na guerra naval, — o Conselheiro Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco, manifestara o apoio do Brasil ao ato de 1856, embora tivesse expressado, ao mesmo tempo, a esperança de que se chegasse a estabelecer a imunidade completa, ou, mais precisamente, se adotasse o princípio de que «toda propriedade particular inofensiva, sem exceção dos navios mercantes, deve ficar ao abrigo do direito marítimo, contra os ataques dos cruzadores de guerra».

Dias depois, perante a mesma Comissão onde a matéria era debatida, Rui fez longo e brilhante discurso, em apoio de uma proposta sua, de aspecto conciliatório, segundo a qual não se estabeleceria integralmente a inviolabilidade da propriedade privada, mas se assimilaria o tratamento da propriedade inimiga, no mar, ao de tal propriedade, em terra. Essa proposta, contudo, não foi vencedora, apesar de ter recolhido treze votos favoráveis, contra doze. O resultado negativo resultou de numerosas abstenções.

Na Conferência, o mesmo assunto foi ainda objeto de larga discussão. Mas, como se sabe, da mesma nada resultou de prático.

★ ★ ★

Sobre várias outras questões importantes, a palavra de Rui Barbosa fez-se ouvir, cada vez cercada de maior prestígio.

Entre elas, contaram-se: a da cobrança compulsória das dívidas (que dera lugar à conhecida doutrina Drago), a da transformação de navios mercantes em navios de guerra, a da abolição do contrabando de guerra, a do bloqueio, a da colocação de minas pelos neutros, a da entrega de navios de guerra em construção num país neutro, a da solução pacífica dos litígios, sobretudo pela arbitragem. Sua atitude teve maior relêvo; talvez, nas relativas, respectivamente, à criação de um tribunal internacional de prêsas marítimas e à organização da justiça arbitral.

Não vou descrever ou examinar aqui as intervenções de nosso primeiro delegado, a respeito de tôdas essas questões, pois isso me levaria longe.

Depois de já haver aludido às suas manifestações no tocante à questão da abolição da captura da propriedade privada, na guerra marítima, limitar-me-ei agora à sua participação nos assuntos em que sua atuação foi mais acentuada ou teve maior repercussão e nos quais Rui pôs de manifesto o seu talento e o seu espírito combativo, ou sejam precisamente, conforme atrás ficou dito, o do tribunal de prêsas e o relativo à solução de litígios pela arbitragem.

Não quero deixar de assinalar, desde logo, que as primeiras intervenções do chefe de nossa Delegação não foram acolhidas ali com muita simpatia, talvez porque se julgasse que o representante de um país distante e sem fôrça militar ou naval, — país, então, ainda quase ignorado, — pretendesse contrariar as opiniões dos representantes das grandes potências. Êle próprio descreveria mais tarde o ambiente encontrado na Conferência, ao dizer: «Ali, não se levava muito a bem a liberdade, assumida por um govêrno remoto, desconhecido e inerme, de interpor com isenção o seu juízo nas principais questões oferecidas pelo direito das gentes aos debates daquela assembléia». E confessaria «a impaciência, a quase hostilidade, com que a comêço o ouviam», — impaciência e hostilidade que, pouco a pouco, conseguiu vencer, passando a ser «escutado com atenção, com simpatia, com respeito, com aplauso».

Foi ainda na primeira fase dos trabalhos da Conferência, quando parece que mal se encobria certa antipatia contra êle, que se produziu, perante uma das comissões, o seguinte incidente, depois largamente divulgado. Rui acabara de proferir magnifico discurso sôbre a questão da transformação dos navios mercantes em vasos de guerra, durante o qual, de passagem, fizera algumas incursões na esfera da alta política, quando o presidente da comissão, Senhor Martens, delegado russo, observou que a política devia ser excluída das deliberações daquela comissão, porque a política não era da alçada da Conferência.

Ao nosso primeiro delegado, pareceu aquilo uma censura a êle dirigida e à qual não podia deixar de revidar. Fê-lo, pois, imediatamente, em famoso improviso, para mostrar que semelhante espécie de repreensão, — se esta fôra realmente a idéia do Senhor Martens, — não era merecida. E demonstrou exuberantemente que, se aos delegados fôsse proibido estritamente o contacto com a política, se estaria impedindo o próprio uso da palavra, porque — afirmou — «a política é a atmosfera dos Estados, a

política é a região do direito internacional». Nas deliberações, nas concessões recíprocas, nas transigências, — disse ainda, — era sempre a política dos países, a política dos governos, que inspirava os atos ou as atitudes.

O incidente foi muito comentado, mas em nada alterou a impávida atitude do representante brasileiro, a quem só deu prestígio, tornando-o mais conhecido e respeitado pelas principais figuras da Conferência.

Aludindo ao caso, Rui telegrafou ao Itamaraty, contando o que se passara. Disse então que aquilo o forçara a falar de novo, mas que, finda a sessão, o Senhor Martens fôra, na presença de todos, apresentar-lhe explicações completas e amabilíssimas. E concluiu: «Considero felicíssimo o incidente, pelo qual fui felicitado».

O fato não alterou em nada o ânimo batalhador e impávido de nosso ilustre representante. Assim, continuou a agir com desassombro, na defesa de pontos de vista que daqui lhe eram sugeridos pelo Barão do Rio-Branco ou resultavam de sua própria apreciação de fatos e doutrinas.

* * *

Uma das questões mais importantes que surgiram na Conferência foi a do julgamento de prêsas marítimas.

Como é sabido, a prática internacional permite que cada Estado, ao se iniciar uma guerra de que participe, estabeleça um tribunal nacional para julgamento de prêsas feitas por seus vasos de guerra. O sistema não oferece garantias de imparcialidade, razão pela qual, muita vez, tem sido condenado pelos tratadistas de direito das gentes.

Para remediar a inconveniência de tal sistema, foi aventada então a idéia de uma instância internacional de recursos, colocada acima dos tribunais nacionais de prêsas.

A sugestão de um tribunal internacional dessa natureza surgiu, na 2ª Conferência da Haia, desde o começo de seus trabalhos, sendo acolhida com simpatia. Entretanto, um dos projetos apresentados a tal respeito cogitava do estabelecimento de um tribunal cujos juizes seriam nomeados apenas pelas potências de marinha mercante superior a oitocentas mil toneladas. O privilégio só poderia aproveitar, então, a oito ou nove países; e, por isto Rui, amparado em instruções de Rio-Branco, o combateu prontamente.

Pouco tempo depois, as Delegações das quatro maiores potências marítimas da época, — que eram a Alemanha, os Estados Unidos da América, a França e a Grã-Bretanha, — decidiram fundir suas idéias num projeto único, segundo o qual seria criado

um tribunal permanente, composto de quinze membros, dos quais as oito grandes potências mundiais indicariam oito, sendo os outros sete designados mediante complicado processo de rotação.

Rio-Branco mostrava-se contrário a tal projeto, principalmente porque não via utilidade na permanência de uma corte daquela natureza, destinada a funcionar somente em tempo de guerra. Por outro lado, entendia que o projeto era injusto, pois, mesmo para as chamadas grandes potências, não levava em conta a importância da marinha mercante.

Rui não se manifestava muito convencido da importância que a questão pudesse ter para nós, — pois, conforme telegrafava para cá, não possuíamos grande marinha mercante ou importante comércio marítimo. Mas não deixou de defender, com brilho, os pontos de vista da chancelaria brasileira.

Mostrou, por exemplo, que uma das regras propostas no projeto em debate seria incompleta, porque tinha em vista apenas as marinhas constituídas de mais de oitocentas mil toneladas no momento da assinatura da convenção, sem prever o direito indubitável das que, mais tarde, alcançassem o mesmo nível de desenvolvimento. Indicou também a aparente preocupação de só se atender aos interesses dos grandes Estados, ou, pelo menos, reconhecer-lhes uma supremacia, quando o que se deveria ter em vista não eram apenas interesses daqueles Estados, mas também o exercício de uma função que devia ser estritamente judiciária. Acentuou então outras injustiças do projeto. E terminou sugerindo que as nações cujas marinhas fossem inferiores à tonelagem fixada tivessem o direito de participar da nomeação de membros do tribunal projetado, mediante acordo entre elas para a escolha de juizes ou por outro sistema qualquer, por meio do qual se pudesse chegar ao mesmo resultado.

Dias depois, Rui voltou ao assunto, insistindo na falta de equidade com que se pretendia estabelecer o quadro para a distribuição de lugares na projetada Corte internacional de prêsas. Da primeira vez, baseara sua argumentação no valor relativo da marinha mercante de cada país, mostrando que países europeus, sem navio algum, teriam, naquele tribunal, situação superior à do Brasil. Indicara também outras desigualdades no projeto em causa.

Na segunda intervenção, indicou que a injustiça também provinha da falta de atenção aos algarismos do comércio marítimo dos diferentes países, segundo estatísticas insuspeitas. De acordo com estas, o Brasil achava-se colocado, a tal respeito, muito acima de sete países europeus, — que, no entanto, de acordo com o projeto, seriam colocados em situação superior à do nosso país.

Provou também, que, até no tocante à marinha de guerra, se bem que a nossa fôsse bem modesta, o Brasil possuía tonelagem superior à de outros países que, no projeto, ficariam em categoria mais elevada.

Apesar de tudo, o referido projeto foi aprovado, após uma declaração de voto em contrário, apresentada pelo primeiro delegado do Brasil. Votaram a favor 26 países, contra 2 (Brasil e Turquia). Houve quinze abstenções. Entretanto, a convenção respectiva nunca entrou em vigor; e, assim, o tribunal permanente de prêsas nunca chegou a constituir-se, efetivamente.

Naquele caso, Rui, embora houvesse defendido, com grande brilho, os pontos de vista da chancelaria brasileira, chegara a desentender-se com o Barão do Rio-Branco, porque êste insistira em que o Brasil não saísse diminuído na distribuição dos países que deveriam participar da projetada côrte, e dizia ao chefe de nossa Delegação esperar que ficássemos, ali, bem colocados.

Na verdade, porém, a situação era mais difícil do que se antolharia ao nosso grande chanceler.

Houve um momento em que Rui, — depois de lhe fazer sentir a posição precária em que nos encontrávamos naquela Conferência, onde, afirmava, só prevalecia «o arbítrio das nações preponderantes», — julgou dever solicitar dispensa da missão que vinha desempenhando.

Rio-Branco, porém, nem um momento pensou em dar substituto ao chefe de nossa Delegação, — a quem, sem demora, manifestou a confiança e o aprêço que o mesmo lhe merecia, bem como ao próprio Governo e à nação brasileira.

Outro aborrecimento fôra causado a Rui pela atitude do primeiro delegado americano, — o qual, na verdade, desde o começo, parece que não via com bons olhos o nosso representante.

Ao que se presume, Mr. Choate se irritara com a argumentação que Rui desenvolvera nos debates em tórno da questão do tribunal internacional de prêsas. O fato é que um dia, no final de uma sessão, houve certa troca de palavras entre os dois, provocada por uma ironia do representante americano.

* * *

Naquela época, a atitude de Rui, na Conferência, era criticada com veemência por um grande jornal americano, o *New York Herald*, cujo correspondente da Haia diziam estar muito ligado à Delegação dos Estados Unidos. Era incontestável, porém, que o chefe de nossa Delegação, pelo brilho de sua palavra, pelo vigor de sua argumentação, já havia conquistado o respeito e a admiração de grande parte da Assembléia.

A fama de seu nome irradiava-se, não só em todo o Brasil, mas também na imprensa das grandes capitais européias. Joaquim Nabuco, então numa estação de águas na Alemanha, escrevia-lhe, a êsse propósito: «Você pode avaliar a satisfação que os seus triunfos me têm causado e o prazer com que vejo a repercussão dêles em nossa terra... Hoje recebo uma carta do Prozor» — referia-se a um diplomata russo, então muito conhecido — «em que me diz que você acabou por se impor à Conferência e que não se medem mais os seus discursos pelo comprimento, mas pelo pêso, *et non voit ce qu'il pèsent*... Sômente o *Herald* agride-o grosseiramente, vulgarmente, mas ninguém faz caso de agressões dessa ordem, em que vejo... insuflações de invejosos de nosso país e seus».

Aquela manifestação de Nabuco não era simples cortesia para com o amigo e colega: era a expressão de um sentimento real. A Graça Aranha, na mesma ocasião, êle escrevia em igual sentido: «Como brasileiro e colega de Academia, a posição alcançada pelo Rui causa-me imensa satisfação. Ninguém faz caso dos ataques do *New York Herald*».

No entanto, Nabuco, com seu claro discernimento, compreendia a delicada situação do chefe de nossa Delegação, naquele caso, embora ignorasse as instruções emanadas do Itamaraty.

Imaginava, conforme escreveu a Rui, que a opposição dêste à formação do Tribunal de Prêças, da maneira pretendida, era opposição de princípio, com mêdo ou na previsão de que, votado sem reparos o sistema de rotação para aquela côrte internacional, se quisesse aplicar o mesmo método ao tribunal arbitral, do qual a Conferência se ia ocupar. «Ora, neste», — dizia, — «as grandes potências não são mais interessadas do que as menores; elas podem ter maior tonelagem, mas não têm mais litígios». «O sistema de rotação» — acrescentava — «é a mais pobre invenção que tenho visto, sobretudo tendo-se que classificar as nações em seis categorias!»

De passagem, mas sempre com aguda visão, Nabuco examinava, ao mesmo tempo, a posição assumida pelos nossos amigos norte-americanos, dizendo: «Não compreendo, nesse ponto, a attitude da Delegação americana; ela parece ter perdido de vista o nosso Continente, preocupada sômente do acôrdo entre as grandes potências, que muito cêdo envolverão os Estados Unidos nos sistemas beligerantes que elas representam».

* * *

Justamente o problema da criação de um tribunal de justiça arbitral, a que aludira Nabuco, e, simultâneamente, o da arbi-

tragem obrigatória estavam sendo debatidos na Conferência, preocupando seriamente o nosso primeiro delegado.

Acêrca da arbitragem obrigatória, cogitava-se de sua adoção, na hipótese de algumas categorias de controvérsias. As propostas apresentadas a êsse respeito, inclusive uma, do Brasil, continham várias restrições. Nessa matéria, a doutrina e a prática internacionais tinham caminhado muito pouco, de sorte que, em geral, os países não se entregavam sem reservas ao julgamento arbitral. As reservas, quase sempre, abrangiam tais condições que, na realidade, a pretendida obrigatoriedade como que desaparecia. Por outro lado, da nossa parte, o laudo proferido pelo rei da Itália, no litígio referente aos limites do Brasil com a Guiana inglesa, inspirava-nos ainda justificada desconfiança na imparcialidade de certos árbitros. Por isso, não queríamos comprometer-nos demais, em semelhante matéria. Rio-Branco prevenia Rui de seus receios e, ao mesmo tempo, mostrava preferência pelos métodos dos bons ofícios e da mediação.

Na verdade, o exemplo citado não deveria conduzir à condenação da arbitragem em si, mas apenas à do recurso a soberanos, como árbitros.

Em todo caso, parecia estranha aquela prevenção, partida de um homem que, como todos sabemos, havia ganho dois famosos processo arbitrais.

Como quer que seja, o barão sugeriu a Ruy apresentasse à Conferência uma declaração, no sentido de que o Brasil, além de manter as reservas, — então habituais e que tiravam grande força aos compromissos relativos à arbitragem, — das questões que pudessem atingir a honra, a integridade territorial ou os interesses vitais das partes contratantes, não aceitaria a arbitragem para questões pendentes de decisão dos nossos tribunais ou para litígios anteriores à convenção que se desejava concluir.

De acôrdo com as instruções daqui recebidas, Ruy manifestou, inicialmente, a reserva de nosso Governo no sentido de que a adesão do Brasil, em 15 de junho de 1907, à primeira convenção da Conferência da Haia de 1899, não se estenderia à decisão de questões ou litígios então pendentes. Ao mesmo tempo, propôs uma emenda à dita convenção, no sentido de se dar prioridade à solução pacífica por via diplomática, ou pelos bons ofícios, ou pela mediação, — e de se recorrer à arbitragem, perante a Côrte permanente, sômente quando os litígios não atingissem a independência, a integridade territorial ou os interesses essenciais das partes ou de suas instituições, ou suas leis internas, — tudo isto a critério exclusivo da parte interessada. Seriam também excluídos da arbitragem os litígios relativos aos interesses de terceiras potências. Ficaria estabelecido,

igualmente, que, nos litígios relativos a territórios povoados, só seria possível o recurso à arbitragem com o assentimento das «populações interessadas na decisão».

Como se vê, semelhantes restrições quase que anulariam a possibilidade de recurso à solução arbitral.

Semanas depois, Ruy voltava a discutir o mesmo assunto, sustentando sua proposta. Certo delegado lhe observou, então, que tal proposta, com as reservas nela contidas, reduzia a nada a obrigação do recurso à arbitragem. Outro delegado manifestou, por sua parte, que a proposta se achava concebida em termos tão restritivos que excluía a maior parte das questões que tinham feito o objeto das 55 sentenças arbitrais formuladas no decurso do século XIX.

Ruy, porém, insistiu em que a presença de reservas ou exceções ao princípio da arbitragem obrigatória aparecia em tôdas as propostas já apresentadas. Por outro lado, não admiti-las, seria, a seu ver, querer impor aos Estados um poder acima dêles.

Era ainda a aceitação daquela espécie de dogma, a que se deu o nome de *soberania*, e que tanto mal tem feito ao progresso do direito das gentes.

Dias depois, o chefe da Delegação brasileira apresentava uma declaração, sôbre o mesmo assunto, na qual defendeu ainda: 1.º) a faculdade de recurso, primeiramente, aos bons officios ou à mediação, se existe tal possibilidade; 2.º) o dever de não submeter à arbitragem as matérias pendentes dos tribunais internos ou por estes já julgados.

Mais tarde, ainda voltou a manter aquêles e outros pontos de vista análogos, então ainda muito correntes, mas hoje já ultrapassados pela doutrina e pelos fatos internacionais.

Na Conferência, porém, foi impossível chegar-se a qualquer fórmula, em matéria de arbitragem obrigatória, que reunisse, se não a unanimidade, pelo menos a grande maioria das delegações e pudesse servir de base à pretendida convenção, destinada a regulamentar o princípio da obrigatoriedade da arbitragem.

* * *

Mais difícil, contudo, foi a questão da criação de um tribunal arbitral permanente, — assunto que, quase desde o início, nos pôs em séria divergência com a Delegação norte-americana.

Esta apresentara primeiramente um projeto, pelo qual seria estabelecida uma côrte mundial de justiça arbitral. A Delegação mexicana apressara-se em propor-lhe uma emenda, em virtude da qual as partes em litigio teriam a liberdade de organizar, por acôrdo

mútuo, uma jurisdição especial, fora da projetada côrte. Ruy apoiara desde logo a emenda mexicana, que correspondia, aliás, às recomendações de Rio-Branco.

Aconteceu, porém, que o projeto norte-americano, com a ajuda das Delegações da Alemanha e da Grã-Bretanha, logo se modificou, dando lugar a um plano completo de alta côrte de justiça arbitral.

Por êsse plano, o novo tribunal seria composto de dezessete juizes, dos quais nove indicados pelas oito grandes potências da época e mais a Holanda (certamente, em homenagem ao país sede da Conferência), sendo os oito restantes nomeados por oito grupos de nações, formado um dêstes pelas dez Repúblicas da América do Sul. A desigualdade era flagrante, — e contra ela iria logo manifestar-se a Delegação brasileira.

Dessa discriminação injusta, exorbitante, Ruy pudera ter conhecimento prévio, graças à indiscrição de um Delegado português, — o que o habilitou a comunicá-la telegráficamente, sem demora, a Rio-Branco, em têrmos indignados. Ao mesmo tempo, recomendava-lhe atuar junto ao Govêrno de Washington, para ver se era possível evitar-se a humilhação que aquilo representaria para nós.

Rio-Branco procurou, sem detença, seguir a sugestão. Felizmente, estava à frente do Departamento de Estado um homem que compreendia bem os problemas do Continente e se mostrava partidário sincero de uma política americanista. Refiro-me a Elihu Root. Êsse grande Secretário de Estado não era favorável a um sistema que desse representação, no projetado tribunal, a tôdas as nações, mas se manifestou contrariado com o projeto em causa, acrescentando que, a seu ver, embora se adotasse o sistema de grupos, para a nomeação de juizes, o Brasil, por sua situação ou pelo prestígio de que gozava no Continente, deveria ter o direito de possuir, no tribunal, um árbitro seu.

Ainda assim, nem Rio-Branco, nem Ruy se sentiam plenamente satisfeitos. O primeiro estaria disposto, no entanto, a aceitar uma solução transaccional, que não prejudicasse ou ofendesse o nosso país e se apresentasse sôbre base mais aceitável.

Ruy, porém, insistia na necessidade primordial da manutenção do princípio da igualdade dos Estados.

A situação, para nós, não se mostrava auspiciosa, porque as delegações das grandes potências não mudavam de attitude.

Nessa conjuntura, Rio-Branco, com o apoio de Ruy, decidiu que, perante a Conferência, fizéssemos uma firme declaração official, no sentido de que não abríriamos mão do referido princípio, — que interessava não só ao Brasil, mas também às demais Repúblicas latino-americanas.

Na declaração, feita em sessão de 20 de agosto, Ruy acentuou que o projetado sistema de rotação, para a composição da Corte de Arbitragem internacional, «seria a proclamação da desigualdade entre as soberanias nacionais» e que o Governo do Brasil não subscreveria projeto algum que não tivesse por base a igualdade dos Estados. Apresentou, então, certas propostas ou sugestões para a constituição do tribunal que se tinha em vista, entre as quais a de que cada Estado tivesse, na nova Corte, uma representação igual e permanente.

Por outra parte Ruy se insurgia contra a designação dada à projetada instituição, por um projeto anglo-germano-americano. A mesma seria a de Corte Internacional de Justiça. Aliás, dizia êle que não importava tanto «o uso de um nome ilegítimo» quanto a substituição da «idéia de arbitragem pela de justiça». E, a êste propósito, sustentava princípios que seriam os daquela época, mas que já então longe de corresponder aos que, desde muito, prevalecem. A seu ver, «a forma judiciária da justiça» era a preferível para as relações entre indivíduos, mas a forma arbitral era «a única aplicável entre as nações», parecendo-lhe que substituir, para as nações, a arbitragem pela justiça seria substituir o assentimento voluntário pela coação e, assim, teria sido criado o poder judiciário internacional.

Em sua opinião, aquilo «acabaria por colocar a força no lugar do direito». Não seria, pois, um progresso e sim «uma inovação perigosamente reacionária em suas tendências e na perspectiva de seus resultados».

Mal imaginava o nosso grande Ruy que menos de três lustros depois estaria criada e em pleno funcionamento uma corte de justiça internacional, para a qual êle próprio chegou a ser eleito juiz !

Como quer que seja, em certo momento, o ponto de vista brasileiro, no tocante à idéia de uma corte permanente de arbitragem, chegou a parecer vitorioso. Decidira-se afastar o projeto dos Estados Unidos, Alemanha e Grã-Bretanha, considerando-se então virtualmente aceito o princípio da igualdade dos Estados. Pedia-se, no entanto, o voto de nossa Delegação em favor de uma proposta formulada por Léon Bourgeois, chefe da Delegação francesa, na qual o dito princípio era respeitado e se subordinava a composição da Corte ao critério da competência individual dos juizes. Êstes seriam eleitos pelos representantes de todos os países que, até aquêle ano, aderissem à convenção para a solução pacífica dos conflitos, assinada na Haia em 1899.

Ruy e o barão pareciam satisfeitos com a nova idéia; mas esta não obteve aquiescência geral. A intransigência brasileira iria, porém, manifestar-se pouco depois, no voto negativo dado por nossa

Delegação a mais um projeto americano, apesar de ser êste favorável ao princípio da igualdade, pelo qual nos batêramos.

Na defesa dêsse princípio e, em geral, dos pontos de vista do nosso Governo, Ruy pôs o brilho de seu talento genial e o melhor de seus esforços.

Entre nós, Rio-Branco foi o primeiro a reconhecê-lo. Nabuco, aliás, em carta particular ao barão, confirmou o alto conceito por êste expresso, em relação ao êxito da missão confiada ao chefe de nossa Delegação, dizendo: «O Ruy criou um grande nome na Haia, elevou o Brasil o mais possível; essa impressão de intellectualidade e de cultura é tudo o que devemos apurar da Conferência».

Ao próprio Ruy, o nosso então Embaixador em Washington mandava palavras análogas, acrescentando que, por aquela «reputação de alta cultura» criada para o Brasil, seriam poucas tôdas as homenagens que os brasileiros lhe fizessem. E, semanas mais tarde, ainda lhe dizia que, devido à sua atuação na Haia, êle, Ruy, era «conhecido e admirado nos Estados Unidos» como o próprio alvo dessa admiração não podia calcular.

* * *

A situação de Ruy Barbosa, na Haia, foi, reconhecidamente, um dos ápices de sua movimentada e gloriosa carreira de homem público. Ali conquistou êle para o nosso país grande notoriedade, que encontrou ecos não só em todo o Continente americano, mas também na velha Europa. Nessa ingente tarefa, muito avultou, sem dúvida, a defesa da tese da igualdade jurídica dos Estados soberanos, tese que conseguiu, de certa forma, tornar vencedora, na Conferência.

Em todo caso, o fato é que sua dialética poderosa, sua grande ilustração jurídica, sua palavra fácil e brilhante fizeram muito pela elevação do nome do Brasil, no meio internacional.

A admiração por êle mesmo despertada na Haia foi grande, a tal ponto que algumas testemunhas dos debates ali travados disseram depois, a Joaquim Nabuco, — que o relataria em seguida a Graça Aranha, — ter sido o chefe de nossa Delegação a primeira figura da Conferência.

Assim, se a Ruy Barbosa faltassem outros títulos ao reconhecimento nacional, êste lhe estaria assegurado pelos inolvidáveis serviços que prestou ao Brasil e à cultura brasileira naquela importante assembléia, cujos trabalhos tiveram bem maior repercussão do que os da primeira, do mesmo gênero, celebrada igualmente na capital holandesa.

LASTARRIA (*)

ALFREDO VALLADAO

Em 1865, foi José Vitorino Lastarria acreditado pelo governo do Chile, no posto de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao governo do Brasil.

Acontecimento, o mesmo de dupla importância, pelo governo que acreditou e pela figura que foi acreditada.

Longo governo êsse (1861-1871), o de José Joaquim Perez, de liberalismo, de paz e de justiça (e magistrado de fato era Perez), e de progresso, tão vivamente sintetizado no *Dicionário Biográfico Americano*, de Cortês (José Domingo), de onde extraio os conceitos que se seguem.

«Seu poder suave e natural jamais solicitou faculdades extraordinárias», e «debaixo de seus auspícios um povo receioso em política se converteu em uma democracia franca e animada. Nenhum suspiro, nenhuma lágrima, nem um só dia de luto e dor custou à nação».

Governo de um programa o mais sábio e patriótico, por êle próprio Perez assim resumido nas palavras com que justificou sua política: *governo de todos e para todos*.

«Com efeito sua administração se distinguiu pela calma imposta às paixões políticas, pelo desenvolvimento do país e pela equitativa distribuição dos cargos públicos entre os homens de mérito sem distinção de partidos».

E de tal governo que acaba de ficar descrito, bem podendo-se dizer: estava à altura de relacionar-se com essa Democracia Coroadada, aqui exercida pelo rei sábio e liberal, que era D. Pedro II, glória das Américas.

Passando agora a falar sobre a figura pelo mesmo acreditada, sobre a figura de José Vitorino Lastarria, constitui esta uma das

(*) Capítulo da obra em elaboração *Brasil e Chile na época do Império*, lido pelo autor em sessão do Instituto Histórico de 23 de agosto de 1957, na qual, expondo as razões que o levaram à referida obra, fez da sua estrutura desenvolvida explanação.

maiores da intelectualidade do Chile, depois daquela que já ficou sintetizada, a do incomparável, do genial Andrés Bello.

Acha-se essa figura de Lastarria com sucesso estudada no *Dicionário Biográfico Chileno*, de Figueiroa (Pedro Pablo), de 1887, e já havendo sido antes devidamente exposta, embora em linhas mais breves, no citado Dicionário, de Cortés, de 1875.

Quanto à sua mais importante obra, a meu ver, pela largueza da doutrinação, aquela que sobretudo fez o seu nome transpor as fronteiras do Chile, *Lecciones de Política Positiva*, esta de longa data a conheço diretamente.

Teve a mesma muita repercussão já no Império.

Quando acadêmico de Direito (1891 a 1895), ainda a alcancei em voga em nossas Faculdades.

Traduziu-a afinal, em 1892, o insigne homem de letras e jurista, Lúcio de Mendonça.

E que, entre as razões justificativas da tradução, observa: «há muito que aprender neste livro», o qual «tem a iluminá-lo constantemente a mais elevada concepção da liberdade humana e social».

Dos outros trabalhos, alguns cumpulsei-os agora; dos demais, e que são tantos, só posso falar através do que conta Figueroa.

No curso da sua atividade intelectual até 1842, distinguiu-se como professor, advogado, literato e orador.

A partir dessa época, diz Figueroa, «se desenvolveu seu gênio em esferas de ação mais altas e dilatadas; se deu a conhecer como publicista e homem de Estado».

Ei-lo em 1843, Ministro do Interior, com todo sucesso.

E a seguir, conforme refere ainda Figueroa:

«Suas múltiplas faculdades como conhecimentos se manifestaram então em todo o seu esplendor. Uma série de obras notáveis que iniciou contribuíram a afiançar sua reputação e seu patriotismo ante a opinião nacional e o mundo civilizado. Apareceram com ruidosa notoriedade suas obras seguintes: *Geografía Moderna; Elementos de Derecho Público y Constitucional; Investigaciones sobre la influencia social de la Conquista; Juicio Histórico sobre Don Diego Portales; Bosquejo Histórico de la Constitución del gobierno de Chile durante el primer periodo de la Revolución; Estudios sobre los primeros poetas Espanholes; Historia Constitucional de Medio Siglo*, seguramente sua maior produção; *Instituta del*

Código Civil; La América; Recuerdo de viajes; Lecciones de Política Positiva».

Era êle, desde 1843, membro da Universidade, e por diversos períodos exercendo o decanato da Faculdade de Humanidades.

Foi parlamentar, com assento na Câmara dos Deputados; foi diplomata acreditado sucessivamente no Peru, na Argentina e no Brasil; e, afinal, ministro da Suprema Corte de Justiça, cargo em que se aposentou em 1887.

E o exercício de tôdas essas funções não o impediu de, além daquelas obras apontadas, produzir outros tão valiosos trabalhos de gênero literário, e de ter iniciativas e realizações atinentes ao progresso cultural do país.

Daquelas obras apontadas, compulsei agora, na elaboração dêste trabalho, algumas que pelo seu título mais interessantes me pareceram, e que são, pela ordem cronológica, as que se seguem: *Elementos de Derecho Publico y Constitucional, Teorico, Positivo e Político*, 1865; *La America*, 1867; e *Recuerdos Literários*, 1878.

Tôdas existentes na Biblioteca do Instituto Histórico Brasileiro.

E certo que a primeira, à mesma tendo sido por êle próprio, Lastarria, oferecida, como a homenagear, por essa forma, o notável jurista brasileiro, autor em 1857 (faz um século), do primeiro verdadeiramente tratado de Direito Público e Constitucional aparecido na América Latina, que tal foi Pimenta Bueno segundo deixa visto o Professor Haroldo Valladão, no seu tão interessante trabalho — *Pimenta Bueno, Grande Publicista e Constitucionalista* (1).

Forma-se a citada obra de Lastarria, de duas partes: na primeira expõe o autor a filosofia do direito Constitucional, e na segunda expõe a constituição do Chile, fazendo sôbre cada um de seus artigos os comentários e as observações políticas a que dá lugar o seu espírito.

Certo, denomina-se elementos, mas é excelente, pelo seu método e exposição, conhecimento que revela, e em que Lastarria sustenta os seus pontos de vista filosóficos, sociais e políticos sôbre a matéria, com o estilo vivaz que era o seu.

Quanto à sua obra *La America*, desta falarei para adiante, onde o seu trato mais se impõe.

Finalmente, os seus *Estudos Literários*, encantam e instruem.

E do mesmo modo que a primeira dessas três citadas de suas obras, também esta êle próprio à referida Biblioteca ofereceu, como

(1) *In Revista Jurídica*, 1949-1951, vol. X.

a homenagear agora, por tal forma, as nossas gloriosas letras, e que na fase da incomparável «Escola Mineira» com as suas «Cartas Chilenas», título dado a uma composição poética de finalidade política, deixaram o nome do Chile ligado à nossa história literária, e ainda à nossa história política, segundo deixei visto.

São deveras encantadores e instrutivos êsses *Estudos Literários*, em que Lastarria descreve a evolução das Letras em sua nobre pátria, desde 1836 até 1878.

Constituem por si mesmos uma preciosa obra literária, e retratam o quadro brilhante dessa evolução.

Veja-se por exemplo, sob o primeiro aspecto, êsse trecho que aparece logo de entrada, ao significar Lastarria, que foi no ano de 1842, «o impulso inicial do portentoso progresso que tem feito as letras do Chile nos 35 anos que nos separam daquela data imarcescível»:

«Aquêlê impulso dilatou-se em círculos regulares e concêntricos, como se a inteligência fôsse um oceano cuja superfície houvesse recebido um choque em sentido vertical. Em 1812, no mar das Antilhas, caiu nas primeiras horas de uma noite, um imenso aerólito, um asteroide que iluminou o horizonte como o sol, penetrando na atmosfera com um fragor aterrador e deixando uma cauda de muitos graus, que assinalava sua carreira ainda um quarto de hora depois que se havia afundado na imensidade do golfo. Passadas algumas horas, o vagalhão que se havia dilatado em círculos sucessivos do ponto em que as águas haviam recebido o choque, alcançou as fortalezas de Cartágena, subindo contra as muralhas a uma altura admirável, e causando nas embarcações os efeitos de uma tempestade. É parecido o fenômeno que um golpe de entusiasmo patriótico produziu em 1842 na inteligência do país, com a diferença de que os vagalhões que até hoje se vão sucedendo, não terminarão, enquanto aquela inteligência não seja limitada pelas barreiras do despotismo, ou pela escravidão do espírito».

E trechos como êste, matizados e empolgantes, vão dispondo a cada momento nesses *Estudos*, em que Lastarria deixa à vista, o quadro deveras brilhante daquela evolução das Letras no Chile, consideradas as mesmas em tôdas as suas diversas manifestações, como procederia Silvio Romero, quanto às nossas Letras, certo em obra mais vasta, nessa monumental *História da Literatura Brasileira*, tôda de caráter histórico e crítico, sem desvio para a beleza literária.

É o momento, agora, de falar sôbre as relações que Lastarria teria cultivado no Brasil, quando Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, não só em 1865, senão ainda em 1879.

Chegado ao Brasil em 1865, e entrando no dia 2 de julho no exercício das suas funções diplomáticas, pôs-se êle imediatamente em comunicação com o Instituto Histórico, dirigindo no dia 6, ao Visconde de Sapucaí, seu Presidente, o seguinte officio que, em pesquisa realizada na seção de manuscritos da Biblioteca dêsse mesmo Instituto, consegui encontrar:

«O Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da República do Chile tem a honra de saudar o Exmo. Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e oferecer-lhe para a biblioteca do Instituto uma coleção dos documentos de Estatística do Chile».

«Havendo deliberado o Conselho da Universidade do Chile, por proposta do infra-assinado, remeter ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, suas publicações para estabelecer assim uma permuta das obras mais importantes de ambos os países, pode ser que o Instituto tenha recebido alguma coleção igual à que lhe remeto agora, e em tal caso, o infra-assinado espera que o Exmo. Sr. Presidente se sirva destinar a outro estabelecimento, como a Biblioteca Nacional, aquêlê livro».

«O infra-assinado junta também algumas de suas próprias obras, esperando se digne aceitá-las o Instituto, como testemunho de seus respeitos, e tenho o prazer de subscrever-me, do Exmo. Sr. Presidente obscuramente servidor».

Foi assim o pioneiro, dessa forma do intercâmbio cultural entre os dois países, destinado a cada vez mais se ir desenvolvendo tempo fora.

E de outro muito significativo índice de sua admiração e de sua simpatia pelas coisas do Brasil, existe um alto e autorizado testemunho, o de Teixeira de Melo, historiador, membro do Instituto Histórico, em contato assim com o Imperador que agora fica em causa.

Tal o que se segue:

«Em 1864 veio desempenhar o mesmo elevado cargo nas Repúblicas do Prata, e na Côrte do Brasil, onde se puderam apreciar de perto os seus elevados dotes de espirito e muito o distinguui o Imperador em sua convivência literária, tendo anotado até por sua própria letra um dos livros que êle escrevera, e que deve estar em poder de seu filho» (2).

(2) Consta o fato dos *Traços Biográficos*, das figuras chilenas, pertencentes ao quadro do Instituto Histórico Brasileiro, por êle realizados em 1889, pela visita do encouraçado *Almirante Cockrane*, da esquadra do Chile, ao Brasil, traços os mesmos de que no fim dêste trabalho hei de falar.

Há porém aí um equívoco, relativamente à data da vinda de Lastarria, que pelo assento oficial é de fato de 1865, e não de 1864 (3).

E por outro lado, não precisa Teixeira de Melo a época em que se deu a convivência, isto é, se naquela primeira vinda de Lastarria ao Brasil, em 1865, ou se pela segunda, em 1879, quando de novo acreditado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

Fôsse como fôsse, essa convivência se verificou.

E embora de caráter literário e não político, revelava certamente a mesma, da parte de Lastarria, de intellectualidade de escol, e político ultra-republicano, a sua admiração pela sabedoria do Imperador, ao mesmo tempo que a sua impressão de que estava êle à testa de um govêrno democrático, de que se realizava a Democracia Coroada.

Isto porém, não é o que aparece na referida sua outra obra, de que passo a falar, existente na Biblioteca do Instituto Histórico Brasileiro, *La America*, segunda edição de 1867, certo que a primeira, de 1865, existe na Biblioteca Nacional, onde a consultei, como se fazia mister.

É essa obra também, e como não podia deixar de ser, deveras importante, mas sob a ponto de vista em que se colocou Lastarria, dos seus princípios filosóficos e políticos, do seu ultra-republicanismo, e do seu ultra-americanismo, defendendo a tese de uma América política afastada em absoluto da Europa.

Surpreende, entretanto, o calor com que critica, não o Brasil em si mesmo, mas as suas instituições políticas monárquicas, que de par com influências perniciosas vindas da Europa, a seu ver prejudicavam-lhe a vida administrativa e social, o seu progresso, sendo para referir entretanto, que sob êsse segundo aspecto, critica êle também a Argentina, não obstante ser esta uma república.

Certamente, para isso além de algumas observações próprias, servindo-se de informes de alguns escritores brasileiros, e dentre os de renome, porém políticos militantes, em lutas partidárias; servindo-se sobretudo de informes constantes das *Cartas do Solitário*, de Tavares Bastos, e das *Cartas ao Imperador*, de «Erasmo», pseudônimo de José de Alencar.

(3) É 1865 a data que consta do trabalho com o título *Relações Diplomáticas do Brasil de 1808 a 1913*, contendo os nomes dos representantes diplomáticos do Brasil, no estrangeiro e dos diversos países no Brasil, trabalho o mesmo, organizado pelo 1.º Oficial da Secretaria dos Negócios Exteriores, Raul Alberto Campos.

E se a crítica não se referia ao Brasil em si mesmo, também não era dirigida à pessoa do Imperador.

As célebres *Cartas ao Imperador*, de José de Alencar, das quais tanto se serviu Lastarria, não o visavam.

Ao contrário, por aquela época era José de Alencar, como salienta o Visconde de Taunay, nas suas *Reminiscências*, um grande entusiasta do Imperador.

«Acostumado a enxergar nêlo o alvo predileto das insinuações, e até francas e acerbas censuras dos políticos descontentes e quando na opposição», considera Taunay, «produziu grande abalo na opinião geral o reconhecimento das virtudes e do valor que concorriam na pessoa de D. Pedro II. Demais, tudo quanto tão elegantemente expendeu o eminente publicista naquelas acaloradas páginas a respeito dos vinte e cinco anos dêsse reinado, há de um dia a justiça da posteridade estendê-lo por sôbre o restante de sua vida de soberano no Brasil, isto é, mais vinte e cinco anos, completado assim meio século de conduta sempre igual, pautada segundo a mesma inflexível norma de proceder e amparada pelos símbolos que, no dizer de Salomão, devem manter guarda ao rei, — a grandeza d'alma e a verdade, *misericordia et virtus*».

O alvo das objurgatórias do grande escritor José de Alencar, era a política, era a oligarquia.

Certo a mesma oligarquia, não estava sendo vista por um escritor imparcial no caso, mas por um político militante nas fileiras do partido conservador, contra o partido liberal então no poder.

E ainda bem que quanto a essas eminentes figuras de José de Alencar e Tavares Bastos, a crítica levasse Lastarria a conhecer de perto dois exemplos da messe enorme da intelectualidade brasileira, existente de 1865 a 1879, onde se viam, ainda por exemplo, vultos como êstes, indistintamente da política, das ciências, das letras e das artes, Visconde de Rio Branco, Teixeira de Freitas, Pimenta Bueno, Barão de Petrópolis, Visconde de Itaboraí, Araújo Pôrto Alegre, Visconde de Inhomirim, Perdigão Malheiro, Nabuco de Araújo, Silva Ferraz, José Bonifácio (o Moço), Visconde de Abaeté, Sousa Franco, Teófilo Otoni, Cristiano Otoni, Euzébio de Queirós, Francisco Otaviano, Zacarias, Saraiva, Sinimbu, João Alfredo, Visconde de Ouro Preto, Cândido Mendes, Machado de Assis, Batista Caetano, Castro Alves, Vitor Meireles, Correia, Andrade Figueira, Ferreira Viana, Silveira Martins, Batista de Lacerda (aliás professor honorário da Universidade do Chile), Barbosa Rodrigues, não falando em Lafayette e Varnhagen (Visconde de Pôrto Seguro), por que êle bem de perto houve de conhecê-los no próprio Chile.

E ao lado disto apresentava o Brasil da mesma época, o gênio militar de um Caxias, de um Tamandaré, e o gênio do progresso industrial e comercial de um Mauá, e ainda, de um Mariano Pro-cópio.

Voltando diretamente à crítica em causa, de Lastarria.

Eis o modo como inicia êle o capítulo relativo ao Brasil da sua obra em causa, *La America*:

«Quem não há acreditado na Europa e na América que o Império Constitucional do Brasil era um esplêndido triunfo das instituições da monarquia representativa, e um formidável, asfixiante desmentido da bondade da república democrática? Modelada a Constituição do Império sobre a monarquia inglesa, os brasileiros têm dito e o mundo inteiro, que o Brasil é a Inglaterra da América, que é uma República com Imperador, que é o único povo que goza de liberdade no continente; e sua imprensa, e à imitação dela, os diários assalariados de outros países o têm citado o Império livre, o Império *liberal*».

Êle próprio, destarte, assim o acreditava.

E por que passou depois, como deixei significado, a tão calorosamente não acreditar. Foi de certo sob a influência de um equívoco.

É o que revela êsse trabalho de João Batista Calógeras, *Resposta ao Exmo. Sr. J. V. Lastarria, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da República do Chile*, publicado em 1866, do qual existe um exemplar na Biblioteca do Instituto Histórico Brasileiro, e que consultei.

Trabalho êsse ainda há pouco tempo citado por Gontijo de Carvalho, em uma passagem de seu interessante perfil do mesmo ilustre escritor e educador, João Batista (4), avô de João Pandiá Calógeras, saliente figura brasileira, a um só tempo, de historiador, diplomata e administrador.

No referido trabalho, conta João Batista haver publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, n.º 168, de julho de 1865 um artigo sob o título *Política Americana*, sustentando idéias inteiramente suas, na interpretação da doutrina de Monroe.

Supôs Lastarria que tal artigo era oficial, era a definição da política do Governo.

E não se conteve.

Consultei na Biblioteca Nacional, onde existe a coleção do *Diário do Rio de Janeiro*, êsse artigo de J. B. Calógeras.

(4) Trabalho publicado no *Jornal do Comércio*, de 7 de julho de 1957.

Viera João Batista, da Europa para o Brasil, havia já um quarto de século mas com um nome feito, e com arraigado espírito europeu.

É com êsse espírito que procura interpretar a doutrina de Monroe, chocando-se assim com o ultra-republicanismo e o ultra-americanismo de Lastarria, e ainda em termos que lhe feria a sensibilidade patriótica.

Concorda, em tal artigo, com a vantagem de uma organização pan-americana, para defender os interesses do continente, mas sem caráter político, sem hostilidade à Europa, e declara que poderia ser fecunda, «sobretudo se fôsse iniciada pelo Brasil e pelos Estados Unidos», colocando assim em segundo plano tôdas as Repúblicas Espano-Americanas, inclusive o Chile que, incontestavelmente, desde a Constituição de 1833, apresentava uma situação especial entre essas Repúblicas, pela estabilidade e liberalismo de seu governo, pela regularidade da sua vida administrativa, facilitando o admirável progresso material e moral que desfrutava.

Essa desconsideração para com o Chile, ainda mais estimularia Lastarria, para a réplica, ou, melhor, para aquela crítica, desenvolvida em um dos capítulos da sua obra *La America*.

Mas critica, a mesma que teve a virtude de que se confirmasse, de um modo categórico e brilhante, a existência da Democracia Coroada no Brasil, dêsse Império liberal, tolerante para com tôdas as opiniões.

A admiração pela alta intelectualidade de Lastarria, não desapareceu com a mesma crítica.

Em 1871, o Instituto Histórico o elege, a Lastarria, sócio correspondente, honra por êle agradecida nesse officio conservado na Biblioteca, dirigido ao Secretário Cônego Fernandes Pinheiro, dos seguintes termos:

«Com verdadeira satisfação recebi o officio de 18 de Novembro de 1871, no qual V.S. Iltm. se dignou comunicar-me que o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil fêz-me a honra de conferir-me o título de sócio correspondente».

«Ao acusar o recebimento desta comunicação e do diploma junto rogo a V.S. Iltm. tenha por bem apresentar meus respeitos e meu reconhecimento sincero à Ilustre Corporação assegurando de minha parte que procurarei fazer-me digno da honra com que me favoreceu e que cumprirei em Santiago (5), as comissões de que me encarregarem».

(5) No momento achava-se Lastarria na Bolívia, como êle significou, ao datar o seu officio.

Em nossos meios jurídicos, sobretudo nas Faculdades de Direito, como já antecipei, teve muita repercussão a sua admirável obra *Lecciones de Política Positiva*, publicada em 1879, a maior realmente de suas produções científicas.

Mais tarde, em 1879, como também já antecipei, frequenta êle o Paço Imperial, naquela convivência literária com D. Pedro II, de que falou Teixeira de Melo (6).

Por êsse tempo, estava o Chile em guerra com o Peru e a Bolívia e ameaçado pela Argentina; era preciso acreditar no Brasil um grande nome e que com o mesmo se simpatizasse, e fôsse por êste simpatizado.

E o escolhido foi êle, foi Lastarria, e para o maior sucesso.

Afinal, voltando para o Chile, quem, naquelas francas expansões de recíproca amizade entre os dois países, o substitui no pôsto de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, e também com muito sucesso em 1881, é o seu ilustre filho Demétrio Lastarria, que já havia em tempos anteriores exercido representação diplomática, certo em cargos de menor categoria, no Peru e na Argentina, e que tinha, e continuaria ter, saliente posição no seu país, presidente da Câmara dos Deputados, Conselheiro de Estado, jurisconsulto de nota, e que regressando do Brasil seria Ministro das Relações Exteriores.

(6) Como ficou significado, Teixeira de Melo não precisou o momento dessa convivência literária, se em 1865 ou em 1879. Penso, porém, que não tenha sido em 1865, absorvido que se achava então o Imperador, com a guerra do Paraguai, e por outro lado quando a Lastarria, embora fôsse a mesma convivência de caráter literário e não político, o fato poderia levantar suspeita de quebra da neutralidade do Chile na mesma guerra.

RODOLFO RIVAROLA — AMIGO DO BRASIL E APÓSTOLO DA EDUCAÇÃO (*)

JOSÉ AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS

Tenho como um ato de pura justiça o que hoje realiza o nosso Instituto, consagrando a presente sessão especial à comemoração do primeiro centenário do nascimento, centenário que em breves dias passará, do Professor Rodolfo Rivarola, o grande argentino que durante a sua longa existência serviu à sua Pátria nas mais variadas funções, advogado, juiz, professor de ensino secundário e universitário, neste último em cadeiras de direito constitucional, internacional, penal, civil, processual, filosofia e decano de faculdade, presidente de universidade, presidente de Institutos de cultura, autor de inúmeros artigos de jornais e revistas, algumas das quais fundou, como a Revista da Universidade e a de Ciências Políticas, e também autor de muitos livros de alto valor cultural, versando problemas jurídicos, históricos, sociológicos, educacionais e apresentando uma produção intelectual de cerca de quinhentos trabalhos diversos, esparsos alguns, compendiados em livros muitos outros. Rivarola foi na sua Pátria uma figura excepcional, uma espécie de homem síntese, o que explica as grandes homenagens que à sua memória estão sendo ali rendidas no seu ano centenário. Mas o que justifica as nossas homenagens, as do nosso Instituto, é que o grande mestre não viveu apenas preocupado com as coisas de sua Pátria, a que tanto amou e serviu.

As suas preocupações foram também de ordem universal, notadamente de ordem sul-americana. E nesse campo o Brasil sempre lhe mereceu simpatia e carinho particulares, como tantas vezes revelou defendendo a nossa tradicionalmente retilínea política exterior nas relações com os povos vizinhos da América Latina, especialmente com a sua Argentina. Não foram raras as vezes em que, não se fazendo justiça à nossa conduta para com

(*) Conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 22 de novembro de 1957.

os povos do Continente, e surgindo reparos a ela em alguns dos países irmãos, a palavra de Rivarola, com o enorme prestígio que ela despertava, se fêz ouvir, espontânea e sincera, na explicação e defesa dos nossos propósitos de viver fraternalmente com as outras nações sul-americanas, jamais preocupados com hegemonias políticas ou desvairados com disfarçados pensamentos imperialistas.

RIVAROLA E A POLÍTICA INTERAMERICANA DO BRASIL

A êsse propósito quero recordar que em 1922, há 35 anos decorridos, quando, em referência aos armamentos navais sul-americanos e a certas iniciativas do Brasil na Conferência de Santiago do Chile, alguns periódicos portenhos imputaram pensamento discordante ou imperialista à política internacional do nosso país, a voz de justiça que se ergueu nas colunas de *El Diario*, de Buenos Aires, foi a do Professor Rivarola, em uma série de memoráveis artigos, nos quais procurou demonstrar à saciedade que o Brasil sempre resolvera pacificamente tôdas as suas questões fronteiriças e que, em face das instituições brasileiras e da tradição e linguagem dos seus diplomatas, só era possível vislumbrar na nossa orientação continental elevados sentimentos de cooperação, amizade e fraternidade americanas.

Quanto às nossas ligações com a Argentina em particular, o egrégio pensador sul-americano proclamou naquela ocasião não ser pouca a sorte da sua Pátria, tendo por vizinho um povo que dá a si mesmo, e para formar a sua própria personalidade, regras que parecem de exagerado idealismo, referindo-se aos artigos da nossa Constituição de 1891 que vedavam a guerra de conquista e que tornavam compulsório o recurso à arbitragem nos dissídios internacionais.

Dêsse modo (era uma das conclusões de Rivarola), é preciso não esquecer que «nem os antecedentes históricos nem os fatores morais de um e outro povo poderiam autorizar que se meçam e pesem as armas ou calculem as forças de um e outro para a guerra».

Lembro-me bem de que naquela ocasião, deputado que era eu pelo meu Estado natal, o Rio Grande do Norte, li da tribuna da Câmara Federal os trabalhos de Rivarola na defesa do idealismo brasileiro, o que me valeu um telegrama de agradecimento do mestre insigne e o início das relações que com êle mantive até a sua morte, relações tão proveitosas para mim pelos muitos e utilíssimos ensinamentos que sempre colhi da sua convivência pessoal, ou da leitura dos seus inúmeros trabalhos sôbre edu-

cação, política, sociologia ou direito, que carinhosamente me enviava, todos repletos de um pensamento, a um tempo, profundo e alto, profundo pela sabedoria que continham e alto pelos ideais em que se inspiravam.

Para chegar a essa conclusão de justiça em relação à nossa conduta para com os países sul-americanos, em particular para com a Argentina, Rivarola emitiu conceitos e defendeu teses a revelarem quanto havia estudado, e com que carinho, a evolução do nosso pensamento republicano em referência à política inter-americana, e quanto só nos inspiravam idéias altas e nobres.

Assim é que de seus artigos recolho frases como esta: «O Brasil, que tem como confinantes todos os demais países da América do Sul, com exceção do Chile, resolveu pacificamente tôdas as suas questões fronteiriças», e referindo-se ao artigo da nossa Constituição de 1891 que impedia nos empenhássemos em guerras de conquistas, escreveu: «Não me recordo de ter encontrado tão nobre declaração em nenhum texto constitucional, a qual não se deve olhar como uma expressão de generosidade concedida aos povos fracos, suscetíveis de serem conquistados, mas como um princípio no seu próprio interesse, como uma segurança para si mesmo e para que nem as veleidades dos homens que no momento dirigem a sua política internacional possam ligar os destinos da Nação Brasileira aos perigos que seguem a um ato injusto e violento». Linhas adiante, acrescentava que não era só na Constituição, mas também na «linguagem diplomática dos brasileiros encontramos expressões tão elevadas de sentimentos pacifistas de amizade e fraternidade americana».

E para evitar que se tomasse como animadversão ou antagonismo entre os dois países qualquer coisa que em um ou outro aparecesse como crítica, afirmou: «Tudo quanto em qualquer dos dois países se faça, ou se diga, que pareça censura, que estimule uma desconfiança ou suscite um receio, está fora da realidade e deve ser pôsto de lado, como se põe fora um erro. Isso deve ser feito de ambos os lados, não somente por deferência àqueles para com os quais se empregam os mais amáveis conceitos, mas também como deferência para si próprio».

A principal conclusão dos artigos de Rivarola a que venho fazendo referência era a de que «as nações da América luso-espanholas nada terão a receiar uma das outras» e que o dever precípua de tôdas estava na *união de todos os esforços*.

Aqui o grande mestre argentino revelou-se um precursor da Organização dos Estados Americanos, uma das teses presente ao espírito dos líderes do nosso continente na hora que passa.

RIVAROLA E A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1934

Uma outra, e precisa manifestação do interesse e da simpatia pelas coisas do Brasil, sempre revelados pelo Professor Rivarola, encontra-se na conferência que a 17 de maio de 1935 pronunciou no Instituto Popular de Conferências de La Prensa, em Buenos Aires, a propósito da votação da nossa Constituição no ano anterior, em 1934. Naquela oportunidade examinou o mestre argentino aquêlê nosso estatuto político por vários aspectos, pondo em relêvo fatos e idéias que lhe pareceram reveladores do espirito democrático de nosso país. O seu magnífico estudo abrangeu o exame dos antecedentes históricos de nossa organização política, a Constituição de 1891, a federação, a democracia, a bibliografia em relação ao problema institucional, o aspecto político da nova Constituição e o seu aspecto social, com o que êle chamou o retôrno legal ao cristianismo na liberdade de consciência, cuja mais alta expressão êle encarnou na parte referente à família, à educação e à cultura.

Naquela conferência, Rodolfo Rivarola evidenciou o seu profundo conhecimento da publicística brasileira no que tange à nossa evolução institucional, citando e transcrevendo trechos de muitos dos nossos constitucionalistas, notadamente os que haviam examinado ou sugerido a revisão ou a reforma da Constituição de 1891. Assim, trouxe à baila os estudos de Pedro Lessa, Paulo Domingues Viana, Alfredo Varela, Viveiros de Castro, José de Castro Nunes, Oliveira Viana, Pedro Calmon, Alberto Tôres, Araújo Castro, Victor Viana, Mac-Dowel, Moitinho Dória, Pontes de Miranda, cujas opiniões êle expendeu e comentou.

O seu conhecimento de bibliografia brasileira era tal que chegou até a citar autores de menor categoria, como é o meu caso, a propósito de dois livros que então eu havia publicado, e o fêz nestes evidentemente generosos têrmos: «Os livros posteriores a 1891, ou a reforma parcial de 1926, são mais breves e sintéticos. Posso agora citar: 1º — os que sustentaram a necessidade de resolver a questão de atribuições dos Estados diante dos poderes da União, em sentido decididamente favoráveis a esta última (questão de *federalismo*); 2º — os que têm predileção pela *democracia*, e confiança nela, condicionada na *educação*.

Neste sentido, a perseverante atividade de um educacionista e político de distinção, em um e outro campo de atividade, José Augusto, em suas duas monografias — *A representação profissional nas democracias* (ano 1931) e *O ante-projeto da Constituição em face da democracia*, denuncia como um dos fatos perturbadores da vida nacional a eleição popular do presidente:

prefere confiá-la ao voto da Assembléa Nacional (pág. 163), conforme o propõe o artigo 37 do ante-projeto da Comissão. Esta reforma, que teve o auspício do Governo Provisório, não foi aceita senão parcialmente, para a eleição do presidente substituto em caso de vacância do titular, nos últimos dois anos do período, para terminar o do presidente

Quanto à federação, e no citado livro *A representação profissional nas democracias*, confirma a crítica revisionista iniciada desde os primeiros anos da Constituição: «Devemos retificar os termos da federação que estabelecemos em 1891. Somos uma Nação cujo passado de completa unidade política rasgamos ao proclamar o regime republicano, instituindo uma federação nos termos mais amplos, que nos conduz à formação, dentro de nossa pátria, de 21 núcleos regionais, cujas características se vão acentuando de tal maneira que não tardarão muito em transformar-se em verdadeiros países soberanos».

A dedicação de Rodolfo Rivarola e a sua paixão pela vida brasileira eram de tal ordem que êle veio em pessoa assistir no Rio de Janeiro a cerimônia da assinatura do nosso novo instrumento constitucional, cerimônia por êle descrita nestes termos entusiásticos: «É impossível esquecer o que é inolvidável: a cena a que assisti em 16 de julho do passado ano de 1934, no Rio de Janeiro. O espaçoso salão da Assembléa, semelhante a grandiosa sala de teatro, foi ocupada na platéia por mais de duzentos e cinquenta deputados. As galerias achavam-se repletas de público, no qual se descobriam senhoras e personalidades de alta distinção. Ao fundo, no alto estrado, a mesa diretora. Via-se nela uma figura atraente, um homem de cabelos brancos, escanhado, de movimentos ativos e ordens rápidas, para um lado e para outro, denunciando com elas o calor da vida sob a neve dos anos. Foi tudo admirável naquela cena, que acompanhei comovido. Os representantes foram chamados por «bandeiras» correspondentes a cada Estado, para subscrever o texto original da nova lei. Uns e outros, depois da assinatura, estreitavam efusivamente a mão do aparente ancião, que presidia a Assembléa, e ainda não o nomeei — o muito ilustre entre os ilustres políticos brasileiros, — o Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, conhecido geralmente no Brasil por Antônio Carlos. É irmão do Exmo. Sr. Embaixador em Buenos Aires, continuadores ambos, por mais de um século, da gloriosa memória de José Bonifácio, autor e ator da Independência do Brasil.

Terminada a assinatura, passou-se a ler o disposto no artigo final da Constituição, que diz: «Esta Constituição, escrita com a mesma ortografia da de 1891, a qual fica adotada no país — será promulgada pela Mesa da Assembléa, logo depois de assi-

nada pelos deputados presentes, e entrará em vigor na data de sua publicação».

Naquele momento, depois de intensos aplausos, adiantou-se no palco o Presidente Antônio Carlos e, com voz grave, clara e lenta, destacando cada palavra, sem que o auditório perdesse uma sílaba, leu o Preâmbulo, que diz, e não traduzo, e copio:

«Nós, os representantes do Povo Brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a justiça e o bem estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil».

Terminou a leitura entre maiores e mais prolongados e estrondosos aplausos. As vibrações do Hino intensificaram a emoção. Não imagino que alguém tivesse podido contemplar aquêlê ato com indiferença ou frieza, sem ceder à comunicação do entusiasmo coletivo. Participamos nêlê os argentinos, estrangeiros chegados na véspera, com admiração e alegria, como se um sol brilhante de esperanças iluminasse de repente as Tábuas da Lei, para a felicidade de um grande povo, de uma grande e nobre nação».

Belas palavras as do notável argentino e como elas revelam haver sido êle realmente um grande amigo do Brasil!

RIVAROLA E A POLÍTICA ARGENTINA

O grande amigo do Brasil foi na sua Argentina um grande patriota.

Teria sido Rivarola um político? Louis Barthou definia o político como o homem que faz da política, no exercício ou na expectativa de um mandato parlamentar, sua principal ocupação. No Brasil, entende-se como político quem vive mergulhado nas lutas partidárias, participando das pejejas eleitorais ou nelas se imiscuindo para a conquista de posições e postos oficiais.

Em qualquer dos dois sentidos, Rodolfo Rivarola não foi um político na sua Pátria. Eu considero a política como a arte de dirigir os povos em busca da consecução dos alevantados ideais de paz, progresso e felicidade para tais povos. O que anda à cata de cargos públicos não para nêles servir à coletividade, mas para dêles se servir em proveito próprio, ou do seu grupo, será um aventureiro, um politicastro, jamais um político, na nobre acepção que a palavra comporta. Nesse alto sentido, Rivarola atuou como um verdadeiro político, servindo-se

de sua imensa cultura e do seu civismo para indicar à sua Pátria os rumos que ela devia seguir para que seu povo fôsse cada vez mais livre e mais feliz. Ele mesmo, escrevendo sobre *Crisis política argentina*, falou de *inveteradas preocupaciones mias por la vida institucional del país*. E mais explicitamente ainda, e no mesmo estudo ao se referir ao Partido Radical, afirmou: *«Concurri más de una vez a conciliabulos íntimos de gestores del partido, cuando creí que se trataba de organizar la propaganda electoral y acudir al sufragio. Me retiré definitivamente al ver que se trataba solo de aprestos belicos de la reivindicación por las armas»*.

Vê-se destas palavras que o eminente argentino chegou a ter os seus pendores partidários, mas dêles se desprende logo que os que formavam a grei partidária de sua predileção tomaram o caminho revolucionário, e o fez porque nunca se convenceu dos *beneficios de la violencia*. Mas o seu civismo não podia permitir que se conservasse arredado do interêsse pela saúde democrática de sua Pátria, e daí a sua palavra sempre presente tôda vez que surgia um problema a afetar os destinos da República Argentina. Dêsse ponto de vista, permito-me pôr em relêvo o seu estudo sobre as origens, causas e solução para a crise política por que passou aquele país por volta de 1930, no segundo governo de Yrigoyen, com a política personalista dêste a enfileirá-lo, ao mais justo dos títulos, na cadeia nefanda do *cesarismo democrático* que tanto têm degradado a América Latina. No estudo da causalidade da crise por que passou então a Argentina, repetição de anteriores, colocou na primeira linha o fator analfabetismo, não só do eleitor, como dos seus representantes, analfabetismo que êle não restringiu à ausência de conhecimentos do elementar ABC, e estendeu principalmente aos *analfabetos en el deber cívico, en la moral política y en el pundonor personal*.

Como remédio para a crise que então afligiu a Argentina e que afinal levou a nação irmã e amiga a um longo período ditatorial, de que sômente agora está em vésperas de libertar-se, Rivarola deu então *un solo consejo para todos los hombres de buena voluntad: conciliarse fraternalmente en el amor de la Patria, conciliarse, conciliarse, y salvar la Republica*. A conciliação partidária nacional por êle preconizada devia visar aos seguintes pontos:

a — Aceitação dos fins, declarações, direitos e garantias previstos na Constituição.

b — Reconhecimento de que a forma representativa da Constituição exige, de uma parte, idoneidade no representante para o desempenho dos cargos eletivos; de outra parte, independência

peçoal, ou seja de um critério próprio, tanto a respeito das autoridades de direção do partido, como dos *comités* e eleitores e do Poder Executivo.

c — Constante e periódica renovação dos funcionários electivos ou seja a sua não perpetuação nos respectivos cargos.

d — Proibição de toda preeminência do Poder Executivo sobre o Legislativo, pois a própria Constituição impõe ao último funções de controle em relação ao primeiro.

e — Os ministros são funcionários previstos na Constituição e assim responsáveis pelos seus próprios atos. Devem responder na justiça às acusações que lhes forem feitas em virtude de suas actividades funcionais.

f — A forma federal, de que cogita a Constituição, deve entender-se amplamente quando se tratar de favorecer a prosperidade, illustração, bem estar e progresso da Nação, e restrictivamente nos casos de intervenção nas Províncias.

g — Declarar absolutamente incompatível com a forma representativa republicana qualquer conexão, intervenção e muito menos direção de um partido político com o exercício do cargo de Presidente da Nação ou Governador de Província.

Com estas providências, e uma larga política educacional, Rodolfo Rivarola julgava poder fazer a grande revolução de que, ao seu sentir, necessitava a sua Pátria — *la revolucion... con maestros y libros! No con militares y fusile*».

RIVAROLA E A EDUCAÇÃO

Cabe aqui expor as idéias de Rivarola com referência à educação, objeto predileto de suas cogitações.

Professor universitário durante toda a sua vida, director de escolas, reitor de Universidade, autor de trabalhos inúmeros sobre o magno problema, em artigos de jornais e revistas, em conferencias públicas, em livros, não há exagêro em afirmar que a sua obra pedagógica foi das mais notáveis registradas na nossa América Latina. Vou referir-me em particular ao seu livro — *La Universidad Social*, a mim enviado por êle em 1920, com dedicatória muito carinhosa, e em tradução francesa, livro pleno de ensinamentos preciosos e, ainda agora, merecedor de leitura e meditação por parte dos condutores dos destinos sociais e políticos do continente sulamericano.

Alberdi, um dos constructores da República Argentina, sentenciou certa vez que, na América do Sul, *governar é povoar*, querendo significar que, nas nossas regiões inexploradas, es-

cassamente habitadas, a questão fundamental a preocupar os homens de Estado deveria ser a do povoamento.

O aforismo fêz época, e a palavra do grande argentino passou a ser repetida durante decênios como a verdade suprema para a direção dos nossos destinos políticos e sociais.

Hoje, tantos anos decorridos, e em face dos novos fatores que o progresso nos trouxe, outros são e devem ser os pontos de vista, diversa a regra de conduta dos dirigentes da nossa vida.

Rivarola ofereceu a nova fórmula — *educar é governar*. A grande tarefa para nós da Sul América passa a ser assim o da educação, o grande órgão de governo a Universidade, a Universidade Social, como o compreendeu o professor argentino, de onde devem sair — «as idéias diretoras da vida coletiva, cuja execução pertence aos governantes e aos homens políticos, cujos propagandistas serão os jornalistas e os oradores».

A preeminente função da Universidade, preconizada pelo Professor Rivarola, está prêsa, segundo êle, às necessidades políticas e sociais do mundo novo, no qual o fato democrático vai todos os dias alargando o seu raio de ação e impondo-se como regra soberana e incontrastável.

«Mas a democracia sem a educação, escreveu o mestre, seria apenas ilusão, vão fantasma e palavra vasia, eu digo sem uma educação em vista de uma sociedade mais perfeita, e não a que conduz à obediência, ao servilismo, à escravidão, que fomenta o ódio e o egoísmo, que leva à destruição e à guerra... O espetáculo das imperfeições atuais, e o pensamento das piores ainda que poderiam se produzir, no seio das sociedades democráticas de nosso tempo, seriam capazes de nos inspirar o desencorajamento em presença da grande obra a realizar, se não fôssemos nós tão numerosos no querer manter a democracia como ideal político e moral, e como ideal a realizar pela educação. Que a universidade social enfrente, pois, sua missão e suas responsabilidades e que adote como divisa definitiva: *educar é governar*».

Eis aí, em frases lapidares, o verdadeiro programa que deve nortear a política sulamericana.

Somos um continente de terras fertilíssimas e em grande parte virgem de *passo humano e do machado*, como disse o nosso Bilac. A nossa gente é boa, inteligente e capaz, e disso cabais e insofismáveis provas tem dado, através de tôda a nossa evolução histórica. Só nos falta uma educação à altura da hora histórica que estamos vivendo, hora na qual a democracia, a possibilidade de participação de todos na vida pública, se afirma

e estende os seus domínios por tôda parte. À Universidade, nos termos ideados pelo Professor Rivarola, cabe a grande tarefa.

RIVAROLA E O PROBLEMA FEDERATIVO

Um aspecto da atividade intelectual de Rivarola que eu quisera pôr aqui em relêvo é o da sua compreensão do regime político, conveniente à sua Pátria, assunto que êle versou vêzes sem conta, com a nítida visão dos problemas que abarcou e com a segurança de vistas que foi a sua característica de homem de pensamento.

Sabe-se como, por êsse aspecto, temos afinidades muito grandes com a nação vizinha.

As nossas constituições, a Argentina, em vigor desde 1853, e a Brasileira, a que vigorou até 1850, e as que depois foram decretadas por Assembleias Constituintes, à parte divergências em «nuances» e pormenores, abeberaram-se em uma fonte comum — a Carta de Filadélfia, a Constituição Norte-Americana, vigente no seu país de origem há mais de um século.

Tôdas são federalistas, tôdas presidencialistas.

O professor Rivarola, quanto à sua Pátria, viu nesses dois traços fundamentais de sua carta política uma das fontes principais das crises profundas por que tem passado a Argentina, causas orgânicas dos seus males e tropeços:

- a) O regime federal, inútil e pernicioso desde 1880;
- b) O sistema presidencial, ou seja o executivo onipotente, só explicável hoje pelo regime federal.

Quanto ao presidencialismo, a experiência de tôda a América Latina é concludente, irresponsível no acentuar o seu absoluto fracasso e a sua integral inadaptação ao nosso ambiente, gerando, numa alternativa dolorosa, ora a anarquia, ora o despotismo, e determinando sempre, em qualquer das duas hipóteses, pronunciamentos, revôltas e revoluções, que são já hoje o câncer do nosso organismo político.

Quanto ao regime federal, há entre os sul-americanos, notadamente no Brasil, uma incompreensão muito grande do que êle significa e traduz. Federação quer dizer aliança, união, marcha para unidade, e nunca como se supõe entre nós, dispersão de atividades, de energias, desagregação, separação. «*Un Estado federal*, disse Ortega y Gasset, *es un conjunto de pueblos que caminan hacia su unidad*».

«O federalismo», diz por sua vez o Professor Rivarola, «é apenas um regime transitório do govêrno». E, em outro passo

dos seus estudos sôbre o assunto: «a vinculação dos homens em associações que não se detêm ante lindes territoriais, como a religião cristã e o socialismo, são outras tantas provas de tendência humana para a unidade, as quais deixam sem fundamento como regime permanente a *idéia federalista entendida como separação ou divisão, quando etmológicamente significa união*».

Diante dessas verdades irrecusáveis, dessas elementares noções tão claramente expostas, não há como deixar de reconhecer que as instituições, dos argentinos e as nossas (as nossas mais que as dos argentinos, porque a unidade política que o império nos legou era perfeita, e reclamava apenas a descentralização administrativa, que nada tem que ver com o regime federativo), têm influído como fatores de dissociação e desordem e nunca como elmentos de coesão e de harmonia política e social.

O remédio residiria assim, de acôrdo com a receita rivaroliana, em uma revisão institucional que pusesse em harmonia a Constituição *formal* com o *fato real*, e que restituisse ao federalismo a significação que etmológica e historicamente sempre lhe coube, a da marcha para uma unidade cada vez mais completa e perfeita entre os Estados autônomos, *cierta centralización impuesta á la Republica Argentina por sus condiciones geograficas, economicas, politicas y sociales, con toda la fuerza de las leyes de la naturaleza*».

Claro está que o autor se refere a uma centralização visando às linhas gerais, às grandes diretivas políticas, aos problemas fundamentais da Nação, o que jamais pode ser confundido com a centralização administrativa, irrealizável, na hora presente, em qualquer parte do mundo.

CONCLUSÃO

Muito haveria ainda a dizer sôbre o grande argentino no exame do muito que êle disse, que êle escreveu, que êle fêz pela cultura sul-americana, na ânsia de difundir idéias e descobrir soluções que conduzam as nossas Nações a um futuro cada vez mais tranqüilo e mais feliz.

Atuou, nos seus oitenta e cinco anos de vida operosa e fecunda, em setores vários, advogado, magistrado, jornalista, escritor, educador, sobretudo educador, preocupado sempre em fazer da educação a grande força renovadora da sua Argentina, da nossa América Latina. Por assim pensar é que certa vez escreveu: «*si queremos la paz interna, el bienestar comun, la realización del orden para igual seguridad de todos y el afianzamiento de la justicia en sus multiplas manifestaciones, gobierno, partidos poli-*

ticos, administracion, prensa y tribuna, tienen por esencial y fundamental deber la ocupacion y la preocupacion de educar», o que bem significa que a tarefa precípua de um governante, à altura de sua missão e de sua política no nobre sentido da palavra só pode ser, só deve ser a educação do povo e, quando se fala em educação não se cogita apenas de instrução, mas sobretudo de educação moral e cívica, para pôr têrmo em nossas terras sul-americanas à nefasta ação daquela categoria de individuos, alguns de não baixa condição social, «*analfabetos en el deber civico, en la moral politica y en el pundonor personal*», para repetir palavras de Rivarola já anteriormente referidas.

Sinto que já estou a alongar-me nesta conferência, mas, confesso que muito haveria ainda a dizer sôbre a figura e a obra de Rodolfo Rivarola, o qual, no dizer de um dos seus mais recentes e ilustres biógrafos, José Maria Saraiva, foi mais do que um homem múltiplo, foi um homem universal, cujos trabalhos e atividades, abrangendo embora os mais variados temas e aspectos, tiveram sempre um alvo comum, um centro como — o seu humanismo.

Creio que cumprimos um dever, os que formamos o Instituto Histórico do Brasil, rendendo as nossas homenagens de saudade e de veneração a quem tanto amou o Brasil, ao filho ilustre da grande nação argentina, à qual estamos presos não apenas pelos laços de contiguidade territorial, mas também pelas afinidades de cultura e pela identidade de idéias democráticas.

De minha parte, além das razões de gratidão patriótica pelo muito de justiça e de afeto que sempre revelou pela minha Pátria, tenho outra razão de particular carinho pela memória e pelo vulto de Rodolfo Rivarola. É que tenho tôda a minha vida pública consagrada à causa da educação, que nêle teve, em tôda a sua existência, um dos mais vigorosos, constantes e fiéis apóstolos.

Já li que um dos construtores da grande democracia norte-americana afirmou certa vez que na sua Pátria não podia ser considerado homem de Estado quem não pensasse dia e noite nos progressos da educação e nos meios de acrescer o seu raio de ação.

A êsse título, e sem jamais haver ocupado qualquer cargo político, Rivarola foi na República Argentina um autêntico homem de Estado.

Defendeu, disseminou, propagou a educação. Foi assim, e ao seu modo, um verdadeiro governante: — *Governar é educar*.

POSSE DO MINISTRO ALUIZIO NAPOLEÃO DE FREITAS RÉGO NO I. H. G. B.

DISCURSOS

DISCURSO DO PROF. PEDRO CALMON, orador oficial do Instituto Histórico, saudando o Ministro Aluizio Napoleão de Freitas Rego, na sessão de 18 de dezembro de 1957:

Excelentíssimo Senhor Presidente da República e Presidente Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Excelentíssimo Senhor Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Senhor Núncio Apostólico.

Senhores Embaixadores.

Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Senhores Ministros de Estado.

Senhor Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Senhor Governador do Estado do Piauí.

Senhor Deputado Hugo Napoleão.

Senhor Chanceler da Ordem Nacional do Mérito.

Minhas senhoras e meus senhores.

Recebendo com solenidade e alegria um dos seus, o sócio efetivo Aluizio Napoleão, o velho Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro está em festa. Celebra ainda uma vez o ritual de acolher, com a dignidade acadêmica peculiar a atos desta natureza, um homem de alta carreira pública, de notório saber, de ilustre atividade cívica e méritos incontestáveis, chamado por sua vocação no serviço e na defesa dos ideais da pátria, para participar da assembléia onde, desde 1838, estudiosos da tradição brasileira dela cuidam, a bem da continuidade nacional.

Honra-nos, mais do que a êle, o brilho desta recepção. No caso do jovem e aplaudido recipiendário comemora ainda uma feita o Instituto Histórico as suas excelentes relações com a diplomacia.

O bom diplomata — e poderíamos, a propósito, tecer as linhas mestras de uma teoria — é, sem dúvida, um historiador nato. Nesta casa sabemos disto, através de uma tradição que liga, no tempo, Varnhagen a Rio Branco. Com efeito, o bom diplomata é o que leva consigo pelos itinerários do mundo a imagem do país e, a propósito da sua terra, tem uma noção global, profunda e militante. Sabe a sua história porque lhe interpreta a soberania, os brios, a dignidade. Tem a sensibilidade do intérprese público, não manifestado nos episódios recentes ou atuais em que êle se apresenta, porém documentado e cristalizado através da crônica de todos os episódios que constituem a história pátria.

É um mensageiro dessa personalidade, que o país apura e define através do tempo. O diplomata é um serventuário que personifica, por um privilégio específico do posto, o seu país.

Não pode estar desligado das suas raízes, não pode ser um representante político de uma geração, deve ser, no estrangeiro, sobretudo onde exerça o seu alto ministério, um intérprete autêntico da realidade nacional.

No seu conjunto pluridimensional, nas suas reações, na sua psicologia, na sua sensibilidade.

Dir-se-á, entretanto, que o Brasil, país jovem, sem os fundamentos tradicionais e arcaicos das pátrias velhas, fundado ainda há pouco pelos europeus que, na paisagem inédita, arquitetaram a civilização que desfrutamos, pode ser, se não é, um país eminentemente *histórico*, renunciando ao passado, em benefício do presente fugaz e do sonhado futuro.

Mas, minhas senhoras e meus senhores, esta heresia será sustentada por quantos ignoram de que plasma se constitue a essência das sociedades políticas. Tudo, na nossa terra, é *histórico*. Tudo, na sua política real, na sua defesa persistente, na sua representação verídica, é *histórico*.

Histórica é esta raça a que pertencemos e cuja síntese somos através da amálgama plurisecular que a formou.

Históricas as nossas fronteiras, baseadas no histórico *uti possidetis*, em que se manifestou o sentido integralizador do deslocamento bandeirante. Históricas as nossas antigas cidades, balizadas pelas velhas e coroadas pelos campanários antigos que as abençoam.

Histórico é o govêrno que centraliza a nação. Histórica a consciência que vibra de patriotismo dando personalidade ao nosso povo. Histórica é a liberdade do Brasil. Tudo é histórico no campo político em que a história se projeta, com uma condição integrativa e formadora da nacionalidade persistente porque é histórica, duradoura porque é histórica, independente e soberana porque é histórica, ativa e orgulhosa das glórias do passado porque delas faz a inspiração da sua jornada para o futuro.

Depois, a História e o Brasil também se associam. E a Diplomacia e a História, nesta casa, sempre foram tratadas como duas espécies fraternas do serviço militante da pátria. É justo, é natural, é explicável que recebamos de braços abertos e com um prazer intenso o jovem diplomata, cujos títulos e credenciais o integram na família dos grandes representantes da tradição brasileira que enviamos, vez por outra, aos países estrangeiros, para bem dizerem da cultura do meu país.

Aluizio Napoleão apenas inicia, dir-se-ia, contemplando a sua visível mocidade, uma carreira, «a carrière», cheia de prematuros triunfos que, desde a primeira hora, festejaram a sua admirável vocação do serviço público. Estudioso, cheio de talento, amando a sua terra com um amor em que se misturam a fidelidade e a cultura, a fidelidade nordestina, de que falarei em breve, e essa cultura ateniense de que tem o segredo, madrugou para as vitórias intelectuais com um livro de contos. O seu título não o afastava da vocação para a carreira diplomática. Ao contrário, já a sugeria.

O seu livro de estréia, um livro de contos intitula-se: *Segredo*. Sabê-lo guardar já representa um êxito seguro em diplomacia. Sabê-lo transmitir, porém, sobredoura as virtudes do diplomata. Realmente, transmitiu êle a mensagem interior ou o segredo das coisas que viu naquele outro livro de crônicas: *Imagens da América*, espécie de miniatura dos Estados Unidos, observado pela crítica austera e pelo embevecimento democrático do jovem segundo secretário da legação em Washington no duro tempo da guerra, que viu, com olhos de ver, a grandeza, o pitoresco e os contrastes da maior democracia do mundo.

Mas, a seara própria, onde sei faria a vontade, o trigo doirado da inspiração literária, esta foi a história. Aquela musa, como dizia risonhamente o Duque de Rivas, que se debruçou sobre o seu berço bem brasileiro e cuja companhia imaterial o traz delicadamente, pela mão, até êste recinto augusto.

Iniciou-a de parceria com o mestre, o Barão do Rio Branco. É uma fatalidade do diplomata brasileiro que ama a tradição nacional fazer-se um arauto das glórias do Barão, e reivindicá-las.

O Barão do Rio Branco enche o Itamarati, com a influência mística do seu patriotismo. Ninguém, como êle, diziam os contemporâneos e contam os biógrafos, interpretou, de uma maneira tão completa, tão perfeita, tão didática, tão educativa, o patriotismo associado à defesa vigilante, combativa dos interesses exteriores do Brasil.

Aluizio Napoleão, jovem diplomata, iniciando a vida pública, pupilo predileto, poderia dizer, das velhas gerações do Itamarati, dedicou ao nune doméstico, o Chanceler, o melhor dos seus estudos, *O Segundo Rio Branco — o homem e o estadista*, com o mérito em que precede a moderna bibliografia, sôbre o personagem e o assunto, de illustrá-lo com o subsidio inseparável dos arquivos, dêsses arquivos do Itamarati que organizou com um zelo inexcusável.

Em outro volume, *Rio Branco e as relações entre o Brasil e os Estados Unidos*, completou o seu estudo magistral sôbre o grande brasileiro.

Em seguida, nos deu obra de reivindicação do pioneirismo patricio, o seu estudo que devo considerar na primeira linha dos trabalhos desta espécie sôbre Santos Dumont.

Não tenho, minhas senhoras e meus senhores, uma doutrina pessoal sôbre a arte de representar o Brasil no estrangeiro. Mas confesso que propendo, em virtude de certas afinidades inevitáveis, a aplaudir todo aquêle que não perde ocasião, sobretudo fora dos pátrios climas, para discutir e defender as prioridades da sua gente. Santos Dumont é uma glória cabocla, é a glória da casa, é o Santo do nosso altar leigo, o homem que deu azas aos homens, aquele que, com a sua máquina aérea, abriu os umbrais de nuvens da idade nova.

Aluizio Napoleão, fêrvido admirador, advogado politico e biógrafo exato de Santos Dumont, dedicou-lhe à glória debatida um livro corajoso.

Honra lhe seja por isto!

Que êste trabalho sirva, tanto para o nome de Santos Dumont nas esferas em que a sua glória é discutida, como de exemplo, para que os outros façam como êle, e desfraldem, sempre que puderem, o auri-verde pendão da sua terra a propósito das legítimas glórias nacionais.

Mas, se em todos êstes livros e mais os postos da sua brilhante carreira, em Washington, a Encarregatura de Negócios em Paris, a difficil missão em Ancara, na Turquia, em contato com os problemas ásperos do Oriente Médio, as missões, como a 6ª Conferência Internacional das Nações Unidas, em Paris — era

ministro naquela ocasião João Neves — se desempenhou com tanto fulgor, se todos êsses títulos, porém, constituem a bagagem oficial, a recomendação ostensiva, os títulos com que o Instituto Histórico abre as suas portas a Aluizio Napoleão, há um livro a mais que desejo aqui citar, como quem revela um mistério, aquêlê que não está no mercado, se não lhe aumenta a bagagem literária fora do círculo fechado do clan, deliciosamente intitulado: *O meu avô José de Freitas*.

Livro dedicado ao patriarca da tribo, aquêlê que plantou, na ensolarada terra natal, a cidade que lhe leva o nome.

Bom português, por isto mesmo admirável nordestino, que não sei de quem se pareça mais com um piauiense do que um alentejano ou um transmontano e a cuja roda uma civilização se formou naquelas paisagens de carnaubais, daquela terra quente e bela, que outro cavaleiro das lutas insignes do regime, o deputado Hugo Napoleão, também representa na política federal.

Êsse livro último, familiar e carinhoso é, na minha crítica sumária, também uma informação sôbre a dignidade mental e uma prova do caráter inteiriço do homem que se sente orgulhoso das suas origens, as raízes que se entranham no solo pátrio constituem a própria segurança da permanência da nacionalidade.

Em nome dêste sentimento, ilustre Ministro Aluizio Napoleão, e lhe digo, falando pelo Presidente do Instituto Histórico; chefe hoje da diplomacia brasileira, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, e dos sócios que integram esta Academia, que entra aqui como quem soube lá fora falar muito bem da nossa pátria, e aqui dentro, na conversa carinhosa e íntima dos serões familiares, recordar as raízes que fazem grande, sólida e ilustre a nossa raça. (*Aplausos*).

DISCURSO DO SR. ALUÍZIO NAPOLEÃO DE FREITAS RÊGO (*)

Excelentíssimo Senhor Presidente Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Excelentíssimo Senhor Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Senhores Embaixadores.

Senhor Núncio Apostólico.

Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Senhores Ministros de Estado.

Senhor Chanceler da Ordem do Mérito.

Senhor Chefe da Casa Civil, da Presidência da República.

Senhor Doutor Pedro Calmon.

Senhor Governador do Piauí.

Senhores.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro merece o respeito de todos nós pela obra que várias gerações de ilustres membros desta Casa vêm realizando desde que o Marechal Raimundo José da Cunha Matos e o Cônego Januário da Cunha Barbosa tiveram a luminosa idéia de propor a sua fundação, numa das sessões da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a 18 de agosto de 1838. A 21 de outubro do mesmo ano reunia-se, pela primeira vez, este Instituto e, a 19 de março de 1839, às 10 horas da manhã, o seu primeiro presidente efetivo, o Visconde de São Leopoldo, visitava Dom Pedro no Paço da Boa Vista. Nessa ocasião aceitou o título de Protetor da nova Ins-

(*) Discurso pronunciado em 18 de dezembro de 1957 por ocasião de sua posse como sócio efetivo do Instituto.

tituição. Nascia, assim, uma das mais fecundas instituições nacionais, depositária de documentos importantes de nossa história, inspiradora de obras de real valor sobre a vida e evolução do nosso país. São, portanto, os ilustres membros desta Casa os guardiães do trabalho continuado de historiadores e geógrafos consagrados pelo tempo. Não posso, pois, deixar de entrar reverente neste recinto, nem de me sentir sensibilizado com a grande honra que me concederam os sócios dêste Instituto ao me elegerem para fazer parte dos quadros desta Associação tão cheia de tradições e tão integrada na vida nacional.

Com o mesmo respeito que aqui entro é que rendo minhas homenagens aos Excelentíssimos Senhores Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e Ministro José Carlos de Macedo Soares, Presidente Honorário e Perpétuo dêste Instituto. Honrado com a confiança do Senhor Presidente da República, muito tenho aprendido no trato com o eminente homem de Estado que dirige os nossos destinos, com a oportunidade que me tem sido dada de apreciar o seu dinamismo bem condizente com a nossa época, dinamismo que não exclui a reflexão, que é uma característica de sua origem mineira; de observar a sua personalidade complexa e de admirar o dirigente audaz, que não hesita em praticar atos que julga, nos seus resultados benéficos, importantes para o nosso país; sedento de realizações úteis à coletividade; impregnado de uma visão permanente do nosso futuro; inflamado sempre pelo contacto com as massas populares, cujo aplauso reforçam-lhe o ânimo varonil para prosseguir na luta constante e diária que é a vida de um Chefe do Poder Executivo num regime presidencialista como o nosso.

A figura do Chanceler da Paz do Chaco revela-nos, a um rápido olhar, a fisionomia de um homem sereno, que conduz a pasta das Relações Exteriores com aquelas mesmas qualidades de tato, discrição, persistência, patriotismo e sagacidade que são o apanágio da diplomacia de tôdas as épocas. Dois homens de duas gerações, de formação e temperamento diversos, que uniram seus esforços no sentido de ampliar os horizontes de nossa política externa em função do desenvolvimento nacional do Brasil, sem quebra das nossas mais puras e caras tradições diplomáticas.

Desejo, igualmente, referir-me, de modo especial, ao nobre orador desta Casa, o Magnífico Reitor Pedro Calmon, historiador emérito, cuja eloquência já se tornou indispensável em momentos solenes da vida brasileira. As suas imagens coloridas e vivas talharam a pedra bruta de minha modesta personalidade, dando-lhe brilhos e criando-lhe facetas que são o efeito indisfarçável de seu talento oratório.

Aqui me acho diante de vós como um pigmeu diante de gigantes que carregam a grande tradição de uma das mais experimentadas instituições do Brasil, desde que o moço imperador aceitou a responsabilidade de tornar-se seu protetor. E o que foi a noção da responsabilidade aceita se evidenciou na paternal maneira com que D. Pedro II sempre tratou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, acolhendo-o no próprio Paço Imperial, prestigiando a Instituição com a sua presença, dirigindo-lhe os trabalhos com interesse e devoção, apoiando a atividade de seus membros, doando-lhe verdadeiros arquivos e bibliotecas. Esta Casa, reconhecendo os benefícios que recebeu do monarca brasileiro, tem hoje o seu retrato a óleo na sua sala de sessões, o único fixado em suas paredes, como a marcar, com êsse gesto, o caráter de exceção de que se reveste. E conserva, também, a cadeira em que a imponente figura do nosso segundo imperador costumava sentar-se para presidir os trabalhos desta Instituição, que sempre foi prestigiada pelos Chefes de Estado brasileiros desde que o Regente Pedro de Araújo Lima, a 3 de novembro de 1839, presidiu a sua primeira sessão magna, estabelecendo um precedente que, seguido imediatamente por D. Pedro II, ao dirigir 506 sessões dêste Instituto, e pela Princesa Isabel, foi retomado, na República, pelo Presidente Prudente de Moraes, sem que essa tradição tenha sido quebrada até os nossos dias, sendo esta, como é, a terceira vez que o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira comparece a êste Instituto. O Estado brasileiro aqui esteve sempre presente, quer no Império, quer na República, pela sua figura máxima, tendo sido os primeiros Estatutos desta Casa aprovados, em nome do imperador, pelo Regente Pedro de Araújo Lima, a 4 de abril de 1839, por um ato do Ministro do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos. O historiador Max Fleiuss, conhecedor profundo da vida dêste Instituto, que acompanhou durante muitos anos como seu Secretário Perpétuo, nos fala, ao fazer a sua história, do apôio oficial e das provas de consideração que esta Casa recebeu na República, com a assistência prestada pelos Presidentes Epitácio Pessoa e Getúlio Vargas. Neste momento, fazem parte dos seus quadros, como Presidentes Honorários, dois antigos Presidentes da República — o Doutor Venceslau Braz Pereira Gomes e o Marechal Eurico Gaspar Dutra. As mais ilustres figuras de historiadores e geógrafos têm passado por esta Casa desde a sua fundação e os trabalhos publicados na sua conceituada Revista, que não deixou de ser impressa desde sua criação, são um atestado da seriedade da obra realizada pelos seus membros para colocar, em permanente evidência, as páginas mais significativas da história do Brasil.

Não desconheço as dificuldades do historiador em face da complexidade dos fatos históricos, que busca narrar, tendo em vista esclarecê-los e interpretá-los para que dêles ressalte a verdade. Esse trabalho, em que deve estar imbuído da isenção sem a qual não há julgamento histórico possível, não é fácil, sobretudo, como disse, em vista da complexidade de que se reveste o acontecimento histórico, pois este, além de ser narrado com exatidão, deverá ser interpretado com justeza para que o leitor possa ter uma idéia, tão nítida quanto possível, do que se passou e possa, para fazer também o seu julgamento, dispor de todos os dados essenciais sobre o que aconteceu. Sendo as mulheres e os homens os personagens da história e atuando em situações que interessam às coletividades em que vivem, o historiador, para ser fiel à verdade que ele procura narrar, deve levar em consideração, não somente a atitude que aqueles personagens tomaram diante dos acontecimentos, atitudes que derivam de seus temperamentos e das situações em que foram colocados, como, também, devem ter em conta os motivos e as consequências dessas suas atitudes ou atos dentro da atmosfera em que os acontecimentos tiveram lugar, no momento em que se deram os fatos. E se assim é, não deve ser esquecido que os atos daqueles personagens poderão ser mal interpretados pelos seus contemporâneos ou ter repercussões e divulgações de momento que dêem uma impressão falsa das suas reais intenções. Só o tempo, portanto a história, poderá mostrar as suas verdadeiras causas e consequências, rompendo, muitas vezes, o véu que cobre aqueles atos, proporcionando aos historiadores, pela evidência dos fatos ou descoberta de documentos reveladores, seu julgamento definitivo sobre os mesmos. Em caso contrário, os acontecimentos ficarão mergulhados, para sempre, em profundo mistério, que o próprio tempo se encarregará de tornar ainda mais enigmático... Mas, como disse, quaisquer que sejam as repercussões ou consequências do ato de um personagem, mesmo contrárias às intenções que ele teve, essas repercussões e essas consequências passam a incorporar-se à história, como verdades históricas, que não podem deixar de ser registradas. O historiador deverá retificar os fatos, dando-lhes a versão que pensa ser a real, a verdadeira, de tal maneira que a ação dos personagens seja explicada de modo diferente daquele em que foi interpretado pelos seus contemporâneos, fazendo com que ressalte, da ação daqueles personagens, o caráter benéfico ou mássão de suas verdadeiras intenções.

Esta ligeira digressão evidencia a complexidade com que se defronta o narrador da história, a dificuldade de sua tarefa, os obstáculos que terá de vencer para atingir a verdade, na sua função primordial de intérprete dos acontecimentos e das ações

dos personagens históricos, a paciência com que terá de armar-se para pesquisar os fatos, para descobrir os documentos e para, como verdadeiro escafandro, mergulhar nas melhores fontes, a fim de obter os melhores resultados. O investigador e intérprete da história precisa sentir o entusiasmo da pesquisa, ter, no sangue, o *virus* da perseguição dos fatos, que o tortura até a descoberta do que julga ser a verdade. Há fatos, como disse, que só o tempo desvenda, às vezes devido ao trabalho persistente do historiador, outras à casualidade ou à própria vontade dos personagens, que determinam a época em que certos documentos devem ser divulgados, em virtude da discreção que desejam manter para não ferir, muitas vezes, a sensibilidade ou a reputação de contemporâneos seus. Todos êsses fatos, apontados sucintamente, bem mostram que o tempo é um fator decisivo da verdade histórica, não sômente porque dá a indivíduos de outras gerações perspectivas diferentes, possibilitando o julgamento com isenção, como porque proporciona o material sem o qual a história não poderá ser escrita. E, a êsse propósito, sirvo-me das palavras de Joaquim Nabuco, pronunciadas no seu discurso de recepção no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em sessão de 25 de outubro de 1896, ao falar sôbre seu pai, o Senador Nabuco de Araújo: «Ele tinha o costume, desde jovem, de guardar tudo o que lhe dizia respeito, assim como a cópia de sua correspondência, e depois para os seus trabalhos no Ministério, do Senado e do Conselho de Estado, formara o que chamava *pecúlios*, grandes volumes em que reunia opúsculos, artigos de jornais, cartas, manuscritos relativos a cada assunto de administração ou da política. Tive assim, para compulsar a respeito da sua vida e da sua época, um vasto material acumulado durante perto de 40 anos; a abundância, porém, de documentos a respeito dêle, não me faz senão ainda mais lastimar a perda dos arquivos de tantos homens nossos, arquivos que desapareceram de todo. Onde estão os papéis dos Andradas, de Feijó, de Olinda, de Vasconcelos, de Paraná, de tantos outros, de quase todos os vultos da nossa história parlamentar? Ainda um filho em que exista a preocupação do nome paterno, poderá, por exceção, conservar os trabalhos e documentos que ilustrem aquele nome; na segunda geração, porém, espalham-se, perdem-se, vendidos em algum leilão obscuro, queimados ou varridos como inúteis» — conclui Nabuco.

De posse de todo êsse material, que terá de escavar do passado, o historiador tentará, então, a sua interpretação, o seu julgamento, pesando a importância dos dados obtidos, separando o essencial do que julga secundário, pondo em relêvo, em suma, o que realmente merece ser divulgado e desprezando o que

reputa inútil. Nesse julgamento, nessa tarefa de crítica dos dados de que dispuzer e de auto-crítica dos resultados a que chegar, é que se revelará o historiador, dêse trabalho é que dependerá o seu êxito ou o seu insucesso, a excelência ou a fragilidade de suas qualidades de homem que escreve a história e que procura descobrir e pôr em evidência os motivos determinantes dos acontecimentos do passado.

É com a maior humildade diante de tarefa tão complexa e com a maior paixão de descobrir a verdade que se forjam os historiadores, são essas atitudes que marcam os homens que têm assento nesta Casa. Seguindo os seus passos, valendo-me de sua experiência e da experiência daqueles que vêm edificando este Instituto através de várias gerações, é que penetro reverente no seio desta associação cultural, sob a envoltura penetrante do nosso passado e cheio de fé no nosso futuro, naquele sentido em que o Barão do Rio Branco, ao tomar posse, como presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na sessão de 30 de janeiro de 1908, se referiu à nossa terra, deixando escorrer livremente a sua sensibilidade de patriota:

«Basta agora — dizia elle — que a nossa e as demais associações irmãs prossigam no desempenho de sua missão com o mesmo ardor e diligência de sempre, com o mesmo culto do nosso honesto passado e a mesma confiança no futuro. Porque esta nossa terra, que na minha remota mocidade já conheci grande, gloriosa e respeitada, e agora, cheios de contentamento, vemos cada vez mais considerada no mundo, há-de continuar a ser o teatro de ações e acontecimentos dignos de figurar com honra nas páginas da História, e os vindouros a hão de ver, dentro dos seus limites presentes, maior ainda do que a vemos, como uma das mais poderosas, adiantadas e influentes províncias de Humanidade». (*Aplausos*).

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA DR. JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, EN- CERRANDO A SESSÃO

É com prazer que vou declarar encerrada esta sessão e também congratular-me com a cultura brasileira pela escolha que o Instituto Histórico acabou de fazer, dando posse a uma das mais brilhantes figuras da diplomacia brasileira, e que eu, por uma circunstância especial tão bem conheço, por se tratar de um dos meus mais desvelados e brilhantes auxiliares.

Vir, para mim, à sede do Instituto Histórico não faz parte das obrigações de um chefe de Estado, porque este ambiente é extremamente agradável para o meu espírito e mesmo para todas as minhas reminiscências.

A história, eu não a aprendi ou não me afeiçoei a ela por um dever de cultura ou de estudos, ela penetrou em mim como, na minha velha terra natal, penetra em todos aqueles que, ao nascer, já defrontam, diante dos olhos, com o panorama de idades passadas.

Todos nós que viemos das velhas cidades mineiras estamos habituados a percorrer, nas velhas ruas, a contemplar, nas catedrais antigas, uma parte das mais expressivas da História do Brasil, aquela exatamente que serviu de fundação a esta grande nação.

De modo que, para mim, vir aqui ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nada mais é do que continuar o ciclo das minhas boas recordações da mocidade, trazendo aqui, neste ambiente tão culto e tão selecionado também, a palavra do meu entusiasmo por esta instituição.

Nós estamos, neste instante, sentindo uma verdadeira revivência, uma verdadeira preocupação com os estudos históricos porque, finalmente, a cultura brasileira chegou à convicção de que só procurando mesmo nas fontes legítimas da formação de uma pátria é que nós podemos organizar a estrutura moral, cultural de uma nação,

Joaquim Nabuco relata, num de seus livros, *Minha formação*, que, conversando uma vez com Renan, êste lhe aconselhara estudar, em primeiro lugar, como base de qualquer cultura, a história.

Aqui é isso o que se faz. É um templo para o estudo da história, e aqui, especialmente numa nação como a nossa, que está agora começando a dar os seus primeiros passos mais ouvidos no caminho do progresso, nós não podemos perder tudo o que foi feito nestes quatro séculos e que deve constituir a base e o alicerce para o que virá amanhã.

Êste próximo ano eu deverei enviar ao Congresso Nacional uma mensagem propondo a criação do Instituto de Pesquisas Históricas do Brasil. Nós temos, sobretudo nas velhas cidades do país, arquivos preciosos e admiráveis, que o tempo vai destruindo pela falta dos cuidados necessários. Torna-se indispensável, portanto, que o govêrno passe a tomar com mais cuidado e com mais desvêlo, sob sua proteção, êste acervo grandioso, sem o qual amanhã nós não seremos capazes de reconstruir os trechos iniciais da nossa história.

Mas, nós estamos, no próximo mês, a festejar uma das datas mais importantes da História do Brasil. A 28 de janeiro de 1958 vamos comemorar os 150 anos da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional.

Êsse ato de D. João VI e do Visconde de Cayrú marca o início real da formação da nacionalidade brasileira. E ninguém, e especialmente num cenário como êste, poderá pôr em dúvida que realmente o fundador do império brasileiro foi D. João VI, figura que nós todos apreciamos, mas que ainda não teve, até a hora presente, a sua lembrança assinalada em bronze numa das praças desta cidade. (*Aplausos*).

Ê também propósito meu enviar ao Congresso, no próximo ano, uma mensagem, solictando o crédito necessário para erguer, na cidade do Rio de Janeiro, um monumento destinado a assinalar, para tôdas as gerações brasileiras, o que foi e o que representou D. João VI na formação da vida, da cultura e da economia brasileira. (*Aplausos*).

Neste instante, portanto, em que converso com os homens que têm a seu cargo exatamente a cultura da História do Brasil, é com o maior prazer que eu lhes dou conhecimento destas disposições do meu govêrno.

E mais uma vez, agradecendo a presença de todos que aqui vieram honrar esta grande solenidade, eu felicito o Dr. Aluizio Napoleão, pela confiança e pelo homenagem que acaba de receber.

Ela é justa, como acentuou o grande orador desta casa, o Magnífico Reitor Pedro Calmon.

Mas, também, quero juntar, neste instante, a voz do meu aplauso às vozes que aqui se fizeram ouvir, para proclamar que realmente o Dr. Aluizio Napoleão, pelos seus estudos e pela sua mocidade dedicada ao Brasil, está admiravelmente bem assentado, hoje, num cenáculo em que se cultivam, em primeiro lugar, as virtudes, as glórias e as tradições do Brasil.

Agradeço, portanto, a todos os presentes e dou por encerrada a sessão. (*Aplausos*).

RUMO PARA PESQUISAS NO ARQUIVO DO INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (*)

CLAUDIO GANNS

O Brasil, como país de imigração e formação português, em 457 anos, para estudo e metodização de sua história colonial (1500-1822), tem que contar sobretudo com a documentação de origem lusitana. De Portugal vinham, naquele tempo, as ordens régias, os alvarás que instruíam ou ordenavam todos os atos iniciais de caráter administrativo. De cá — iam as respostas, os relatórios e as consultas dos delegados do Rei.

De interesse, sobre a terra e a vida dos índios — há apenas a cartografia dos pilotos, as «memórias» dos cronistas (Gandavo, Gabriel Soares), a correspondência dos padres catequistas (especialmente jesuítas) — ou dos viajantes de passagem.

Quando se teve assim de escrever a nossa história — muito mais valeram as pesquisas feitas nos papéis e arquivos oriundos de Portugal, por Southey, Varnhagen, João Francisco Lisboa, Gonçalves Dias, Luís Camilo, Marcos C. Mendonça, Alberto Lamego, Guilherme Studart, Manuel Barata do que os recursos bebidos em fontes próprias. Afora os que foram feitos, por direção de Capistrano de Abreu (Lúcio de Azevedo e Lino Assunção).

Ao contrário — como contribuição dos arquivos brasileiros, para o que ainda hoje possa interessar a Portugal, sobre aqueles remotos tempos — muito pouco há o que oferecer, porque das cópias que já agora aqui temos, com exceção da documentação holandesa, espanhola e francesa, quase todos os *originais* lá estão (Arquivo Ultramarino, Torre do Tombo, Palácio da Ajuda, Academia de Ciências, Évora, Coimbra, Pôrto, etc.).

Por isso, as indicações que nos parecem mais úteis, embora escassas, serão as que vamos aqui sucintamente tratar: as do

(*) Contribuição ao III Colóquio Luso-Brasileiro de Lisboa — Setembro de 1957.

arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — um dos mais amplos e ricos do Brasil.

Certo que essa contribuição não é exclusiva: outras, mais abundantes, existem aqui — seja no Arquivo Público Nacional (1838), na Biblioteca Nacional (fundada em 1810 por D. João VI), no Arquivo Histórico do Itamarati (Ministério das Relações Exteriores) e no Museu Imperial de Petrópolis (1).

Fundado em 1838, o Instituto Histórico começou desde então a cuidar de juntar documentos relativos à nossa história, geografia e etnografia — seja por doações, seja por aquisição, seja através de «missões» que o próprio Monarca (Pedro II) mandava fazer no estrangeiro. Algumas dessas peças foram já publicadas na *Revista do Instituto*. Esse fundo arquivado cresce sempre, ao correr dos anos, à medida que a instituição ganha prestígio e respeitabilidade, no seu envelhecimento centenário.

Esse acervo precioso eleva-se, hoje em dia, a cerca de 60.000 (sessenta mil) documentos, distribuídos em 834 latas, das quais

(1) Bibliografia sumária dessas instituições:

a) *Roscal R. Hill* — The national archives of Latin America (Harvard University Press — Cambridge — Massachusetts, 1945).

Especialmente o cap. III sobre o Brasil (págs. 17/35).

b) *Aloysio Napoleão*. Os arquivos particulares do Itamaraty (Rio, Imprensa Nacional, 1940).

c) *Pandiá H. Tantfeus Castelo Branco* — Subsídios para a história do Arquivo Nacional. (Rio de Janeiro, 1937).

Só do A.N. o autor arrola 66 publicações de documentos.

d) *Alcides Bezerra*. O arquivo nacional (1838-1938). Breve notícia histórica — (Rio, XXXVI págs.).

e) *Anais da Biblioteca Nacional* — Catálogo de Manuscritos — Vol. IV (1878 — 449 Ms.); vol. V (1879 — 396 págs); vol. X; vol. XV fasc. I; vol. XVIII — (3/332 págs.); vol. XX (320/326 págs.); vol. XXIII (69/586 págs.).

f) *Anais da Biblioteca Nacional* — Inventário dos Mss. do Castelo d'Eu (vols. LIV — 1932 e vol. LV — 1933).

Este valioso arquivo se acha atualmente em Petrópolis (Museu Imperial) por generosa doação da família imperial.

g) *Documentos históricos* — (série preciosa editada de início, pelo Arquivo Nacional (1.º vol. 1928) e ao depois, continuada pela Biblioteca Nacional (último volume publicado 1954).

h) *Arquivo histórico do Itamaraty* — Parte I — Correspondência (1822-1930); Parte III — Documentação anterior a 1822 (1957) ed. do Ministério das Relações Exteriores.

Haverá ainda que assinalar.

i) Os Anais do Itamaraty. (M. das R. Exteriores (1930-1934).

j) O Anuário do Museu Imperial (Petrópolis) 1940-1954 — 14 vols.

k) A Revista do S.P.H.A.N. (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937-56).

l) Os Anais do Museu Histórico Nacional (Rio, 1942-1955).

já estão classificadas 507 (com 48.342 Ms.) e ainda 327 se acham por catalogar.

Todos êles são de fácil e rápida consulta, na «sala de leitura», através de buscas, em bem organizado fichário, cujas entradas se fazem:

- a) por autor;
- b) por assunto;
- c) por referências.

Dizem êles respeito, como é natural, especialmente à história do Brasil e interessam às pesquisas portuguesas, apenas, na sua parte *colonial* (1500-1822), quando estávamos politicamente subordinados ao Reino lusitano.

O primeiro levantamento do arquivo do Instituto, para pôr um pouco de ordem no caos documental, corresponde ao ano de 1859 (vide: *Revista* do Instituto — Tomo XXII — páginas 765/823) — onde consta a relação, ainda incompleta, dos Mss. ali existentes.

A seguir, na sessão de 2 de agosto de 1878 (vide: *Revista*, Tomo XLI, 2ª parte — págs. 406/408) foi lido o parecer sobre a proposta de Cândido Mendes, para que se organizasse, em definitivo, o *índice* da Revista e o *catálogo* da sua biblioteca. Haviam passado já 40 anos, da fundação...

Em 1882, a *Revista* (Tomo XLV — parte II, págs. 235/326) edita afinal o primeiro *índice* alfabético das memórias, documentos e biografias publicados na *Revista*, (desde o vol. 1.º ao 44.º) — trabalho êsse de autoria do 1.º secretário: Dr. Moreira de Azevedo.

Mas o levantamento, realmente metodizado do arquivo, que cada dia aumenta, só foi feito no ano de 1884 (45 anos da data da fundação!) por ordem do Conselheiro Tristão de Alencar Araripe e publicado em avulso, subordinado ao seguinte título:

«Catálogo dos manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro existentes em 31-12-1883 — orga-

nizado por ordem alfabética e dividido em 4 partes: 1ª biografias, 2ª documentos, 3ª memórias e 4ª poesias.

(Rio de Janeiro — Tipografia Perseverança, 1884 — 153 páginas e índice).

Dessa relação de papéis: 67 são biografias, 817 são documentos; 908 são memórias e 55 são poesias. Há ainda, no fim, outra relação de «papéis e livros» existentes na secretaria do Instituto (págs. 149/153). Estão pois, já aí, arrolados 1.847 espécies (2).

No ano de 1885 publicou ainda o Instituto Histórico, em avulso, outra relação:

«Catálogo de cartas geográficas, hydrográficas, atlas, planos e vistas existentes na Biblioteca do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro» (Rio de Janeiro. Tipografia Perseverança 1885 — de 118 páginas).

Nesse catálogo estão arrolados e descritos 540 novos documentos.

Em 1889, foi feita a terceira e última relação dos documentos do Instituto, também publicada em avulso, sob o seguinte título:

«Catálogo dos manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, organizado em ordem alfabética, e dividido em 4 partes: 1ª biografias, 2ª documentos, 3ª memórias, 4ª poesias. 2ª *Série*, em continuação da 1ª publicada em 1884. 1.º aditamento ao catálogo» — (Rio de Janeiro, Tipografia Lammert & Cia., 1889) — 40 páginas e 1 nota final assinada por T. de Alencar Araripe.

Nessa nova publicação, apêndicular da anterior, acrescentaram-se os seguintes — Mss — na seção de biografias — 12; na seção de documentos: 179; na seção de memórias — 228.

(2) Esse trabalho de catalogação foi devido ao Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, o qual, na qualidade de redator da *Revista* do Instituto, nela incluiu, a esse propósito, uma «exposição», em que relata a sua atividade. (Vide: *Revista* — Tomo 47 — parte II — 1884, págs. 547-552) e assinala que examinou, no total: 1.847 peças, sendo 67 biografias, 817 documentos, 908 memórias e 55 poesias (só da 1ª parte).

Total, portanto, de 419 novas espécies, que, somadas as 1.847 anteriores, perfazia, nessa época, 2.266, até então catalogadas. Acrescidas as cartas (540). Total geral: 2.806 documentos diversos.

Como resultado das cópias obtidas em Portugal (3), de documentos preciosos que interessam à história do Brasil — foi feito excelente:

«Catálogo dos documentos mandados copiar pelo Sr. D. Pedro II» (in *Revista* — Tomo LXVII — parte I. (1903),

relação essa que saiu anônima, mas cuja autoria é atribuída com segurança por Max Fleiuss («Páginas brasileiras») e por Tancredo Paiva — «Bibliografia de C.A.» ao competentíssimo Capistrano de Abreu.

No ano de 1907, a *Revista* do Instituto (Tomo LXX — 2ª parte — págs. 823/898) publicou ainda o relatório do Sr. Lourival de Freitas, nas suas pesquisas em Portugal.

A tôdas essas «missões de estudo» faz referência detalhada o saudoso Max Fleiuss nas suas «Páginas brasileiras» (Rio de Janeiro, 1919, págs. 217/236), depois repetidas ou ampliadas:

a) por Virgílio Corrêa Filho — «Missões brasileiras nos arquivos europeus» in *Revista* do I.H.G.B. — vol. 213 — 1951 — 43 págs. separata da Imprensa Nacional, 1953;

b) por José Honório Rodrigues — «Fontes para a história do Brasil na Europa» (Dep. de Imprensa Nacional — Rio, 1950, 42 págs.) e em: «A Pesquisa histórica no Brasil. Sua evolução e problemas atuais». (Dep. de Imprensa Nacional, Rio, 1952 — 286 págs.).

(3) Na Holanda, tiraram cópias: J. Caetano da Silva e José Hygino, no século passado; e J. A. Gonçalves de Melo, recentemente. Na Espanha — as de Varnhagen e Rio Branco na outra centúria e P. Souto Maior, neste século. Pesquisaram ainda na Europa: Ramiz Galvão (1872) e Manuel Cicero (1908), na qualidade de diretores da Biblioteca Nacional. Houve ainda pesquisadores na França (Rio Branco, Varnhagen, Tobias Monteiro, Heitor Lyra); na Áustria — Francisco A. Figueira de Melo, Roberto Assunção, Castro

Haveria ainda que consultar: Cláudio Ganns — *Contribuições dos arquivos e instituições culturais brasileiras para o estudo da história nacional* (in *Revista* do I.H.G.B. vol. 209 — 1950 — págs. 214/227).

Para não ocultar publicações úteis, que ajudarão outros estudos — há no Instituto Histórico, duas outras, mais recentes, que são:

a) «Índice analítico da *Revista*», que vai do tomo 1 ao 90 (ed. da Imprensa Nacional, Rio, 1927 — 768 págs.).

b) «O Instituto Histórico através de sua revista» de Max Fleiuss (*Boletim*, Rio, Imprensa Nacional, 1939 — 293 págs.) Esta última publicação será ainda mais valiosa, em 2ª edição, quando se lhe acrescentar aos índices de cada volume (vols. 1 a 132), os nomes dos autores de cada estudo, e se a atualize, do vol. 133 até o vol. 237 (1957).

Há ainda dois outros trabalhos inéditos, que merecem publicação imediata:

a) o índice dactilografado da *Revista*, em seguimento ao que já foi impresso em 1907, que vai do vol. 90 ao 185 (293 págs.) preparado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — que é usualmente compulsado na «sala de leitura» do Instituto;

b) o índice completo, analógico e remissivo, de tudo quanto já foi publicado na *Revista* do Instituto, desde o seu 1.º número (1839) até agora — organizado com o auxílio financeiro da Fundação Rockefeller — trabalho êsse preparado por uma comissão de especialistas, a cuja frente se achavam as Sra. Irene Dória e Sta. Alice Canabrava, sob a direção do Sr. Rubem Borba de Moraes. Infelizmente a divulgação desta valiosa pesquisa, de real utilidade, tem sido retardada, sem explicação (existem apenas numerosas fichas).

À margem da copiosa colaboração, constante da sua *Revista* (vol. 1º — 1839 — último: 1957 — nº 237), o Instituto Histórico Brasileiro promoveu, além de outras celebrações culturais, em diver-

Rebello e Gilberto Ferrez. Agora pesquisam na Espanha: Elyseu Araújo Lima (Madrid) e João Cabral de Melo Neto (Sevilha); e na França: Cícero Dias (Paris) — todos sob a orientação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

sas épocas, vários congressos de história, cujos *anais* foram regularmente publicados (4).

Afora esse acervo de publicações, haverá ainda que contar as que foram feitas nos Estados, pelos Institutos Históricos locais, sendo ainda de destacar os documentos municipais de S. Paulo (mandados editar por Washington Luís) e os da cidade do Salvador (por iniciativa de Wanderley Pinho) (5).

(4) A relação completa é a seguinte:

a) 1.º Congresso de História Nacional (Rio, 1914) — *Anais* 5 vols. (ed. da Imprensa Nacional — 1915-1917).

b) 2.º Congresso de História Nacional (Rio, 1931) *Anais* 5 vols. (ed. da Imprensa Nacional — 1934-1946).

c) 3.º Congresso de História Nacional — (Rio — 1938) — *Anais* — 10 vols. (ed. na Imprensa Nacional — 1939-1944).

d) 4.º Congresso de História Nacional (Rio, 1949) *Anais* — 13 vols. (ed. Imp. Nacional — 1950-1952).

e) Congresso Internacional de História da América (Rio, 1922) *Anais* — 9 vols. (ed. Imp. Nacional — 1925-1930).

f) Instituto Pan-Americano de Geografia e História — Assembléia inaugural (Rio, 1932-1933) *Anais* 4 vols. e 1 boletim (ed. Imp. Nacional, 1934-1942).

g) Centenário da Imprensa Periódica (Rio, 1908) *Anais* 2 vols. (ed. Imp. Nacional, 1908).

h) Contribuição à biografia de D. Pedro II (Rio, 1925) 3 vols. (ed. Imp. Nacional, 1925-1928).

i) H. Handelman — História do Brasil (trad. de Lúcia F. Lahmeyer, Rio, 1931, 3 vols. (ed. Imp. Nacional, 1931), 260-691 e 1.002 págs.

j) O ano da Independência (Conferências) — Rio, 1922 — 1 vol. (ed. Imp. Nacional, 1922. 672 págs.). Esse volume está acompanhado do Catálogo da Exposição Histórica da Independência, organizado por Rodolfo Garcia (475-530 págs.).

k) Spix & Martius — Viagem pelo Brasil (trad. de Lúcia F. Lahmeyer — 3 vols. e 1 atlas. (Rio, ed. Imprensa Nacional, 1938).

l) Max Fleiuss — Recordando (Casos e Perfis) 3 vols. Rio, Imprensa Nacional, 1941-1943).

m) Homenagem do I.H.G.B. à memória de sua Majestade o Sr. D. Pedro II — 1 vol. — Rio, Comp. Tipografica do Brasil, 1894.

n) Trasladação dos restos mortais de D. Pedro II e D. Thereza Christina — 1 vol. (Rio, Imp. Nacional, 1925).

o) Pedro Tacques — Nobiliarquia paulistana, histórica e genealógica — 1 vol. (Rio, Imp. Nacional, 1926).

p) Catálogo de documentos sobre a história de S. Paulo (Arquivo Ultramarino) — Rio, 7 vols. (até agora) Ed. Imp. Nacional, 1956-57. A série completa parece que chegará, com os índices, a 10 volumes.

(5) As revistas daqueles Institutos estaduais, mais importantes, são:

— Pará (12 vols. — 1917-1951),

— Pernambuco (41 vols. — 1863-1947).

De tôdas essas publicações estaduais, existem coleções quase completas na «sala de leitura» do «Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro», destinadas à consulta dos seus sócios e do público.

Aí está um roteiro para pesquisas históricas no Brasil — principalmente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: útil sobretudo para os que desejam informar-se sôbre a *nossa* história. Nos três primeiros séculos ela *também* é portuguesa, pela subordinação do Brasil, como colônia, ao reino português que nos descobriu e formou.

Como dissemos, ao princípio, pouca coisa haverá que respigar aqui, ao menos, no que interesse *diretamente* à história de Portugal — mas sim *indiretamente*, no exame dos feitos da administração colonial lusitana, seus governadores e delegados eclesiásticos civis e militares, etc.

Nós é que temos de ir lá, bater na fonte autêntica e inexaurível (6). Mesmo assim, apesar das pesquisas feitas no último século em Lisboa — os arquivos portugueses já devassados por Oliveira Lima, Luís Camilo, Gonçalves de Melo, (especialmente

-
- Paraíba (12 vols. — 1909-1953).
 - Rio Grande do Norte (49 vols. 1903-1952),
 - Amazonas (7 vols. 1917-1948),
 - Ceará (84 vols. — 1887-1954),
 - Alagoas (26 vols. — 1872-1950),
 - Bahia (79 vols. 1894-1955),
 - Minas Gerais (3 vols. 1943-1947),
 - Espírito Santo (13 vols. 1917-1940),
 - São Paulo (53 vols. 1895-1956),
 - Rio Grande do Sul (128 vols. 1880-1950),
 - Sergipe (21 vols. 1913-1954),
 - Santa Catarina (9 vols. 1902-1920),
 - Piauí (2 vols. 1920-1922),
 - Maranhão (5 vols. 1948-1952),
 - Paraná (8 vols. 1918-1956),
 - Mato Grosso (62 vols. 1919-1954),
 - Goiânia (2 vols. 1947-1949).

(6) No livro de honra do Museu Histórico Ultramarino O Dr. Cláudio Ganns, sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, quando de passagem em Lisboa, em 1950, escreveu o que abaixo se lê no livro de

o Arquivo Ultramarino) é que ainda estão cheios de copiosa documentação inédita, que serve à história do Brasil — como sem dúvida revelam os «verbetes» ali copiados por Eduardo de Castro e Almeida para a nossa Biblioteca Nacional (7).

Rio, junho, 1957.

honra do Arquivo Ultramarino, superiormente dirigido pelo Dr. Alberto Iria:

«Não há pátria, sem tradição nem história — que é a melhor argamassa para a sua construção política.

O Brasil, com mais de três séculos de história colonial e pouco mais de um, de país autônomo — encontra no Arquivo Histórico Colonial de Lisboa — onde estão arrumados, com zelo técnico, mais de 200 mil documentos inéditos, referentes à sua vida administrativa — o precioso material de base para escrever-se um dia e sob novos moldes a verdadeira história das nossas origens.

Que venham, pois, aqui os historiadores e pesquisadores brasileiros e, entrando nestes pórticos austeros, à luz dessa documentação original — colher o material inestimável que a generosidade portuguesa nos oferece. Sobre tão sólidos alicerces, levantar-se-á o maravilhoso monumento que será a história inicial do Brasil inteiramente renovada — cada vez mais esquecida ou desconhecida das novas gerações, descoberta através desse rico patrimônio espiritual.

Precisamos voltar a essas fontes vetustas, a esse manancial; e nele beber, como num veio cristalino, a linfa da tradição secular que nos retempera, nos dessedenta e nos dará, com a sua lembrança, vigor e ânimo para as árduas jornadas do futuro.

Lisboa, 17 de fevereiro de 1950 — Cláudio Ganns».

(Da *Revista* do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — vol. 223 — 1954, pág. 456).

(7) «Inventário dos documentos relativos ao Brasil, existentes no Arquivo da Marinha e Ultramar, organizado para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro», por Eduardo de Castro e Almeida — in *Atais* da Biblioteca Nacional — vols. XXXI, XXXII, XXXIV, XXXVI e XXXVII (relativos à Bahia) e vols. XXXIX, XLVI e L (relativos ao Rio de Janeiro).

FOTOCÓPIA DA ATA DA EXUMAÇÃO DE DONA
LEOPOLDINA 1ª IMPERATRIZ DO BRASIL

*(Oferecida pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, por
intermédio de seu sócio e orador, Dr. José Pedro Leite Cordeiro,
ao Instituto Histórico) .*

C.D.R.

[illegible]

x x i x



exposto de seu recuo que foi supposto ser a parte in-
 ferior do monte imperial. Era parte correspondente aos
 pés, bem à sua altura, encontrava-se uma divisa de ma-
 dora, colocada no sentido vertical, formando assim um
 pequeno trapézio, além daquele em que estava
 escrito o corpo. Seguiu-se logo da mesma rubricada
 de novo, amarrada já animalada, embaixo de se-
 guiam em pé, mal tocados, e assim foram par-
 tidos na sua totalidade e depositados no compa-
 rimento principal em que se encontra o corpo. So-
 madas as medidas do esqueleto em que estava o corpo
 e do sarcófago, para o qual seia transportado, foi
 necessário proceder-se a adaptação seguinte, servindo-
 se o primeiro cavado de madeira. Antes de proceder-se
 o fechamento do caixão, o exenterado seguinte foi: Gon-
 çalves, uma da Cathedral, acollido pelo exenterado Paulo
 Simões da Silva Camargo e Padre Damião José-Obl
 foi a encomendação do corpo e a bonificação do sarcófago
 onde não depositados os restos mortais de sua Magestade
 Dona Leopoldina. Oito continer foi fechado o caixão
 de madeira e soldado o revestimento de chumbo, sendo
 a seguir, igado para o sarcófago de granito onde foi
 enterrado. Entre outros hámos em Eduardo Sussel
 Karsenelli, lavou a presente alô que após luta e
 aprovada vai para logo afirmada.

Tal certidão - Repetidamente 5.º de 1891. P.º P.º

Pedro Manoel de Almeida e Bogaça

P.º P.º Don Pedro Gastão de Orleans e Bragança Duque de Leinster

Manoel Alberto de Aguiar

João Baptista de Aguiar

João Baptista de Aguiar

João Baptista de Aguiar

João Baptista de Aguiar



177

Amendo da fundação Amor em 1877

ou Hospital

Chancelaria da Secretaria

Presidente 1877

exercício do ~~Secretário~~ Conselho e Geografia de São Paulo

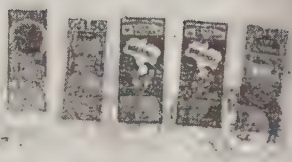
Carlos Soares de Mello Couto

Pe. Amendo, N.º 12. Amador

João de Azevedo, Secretário de obras de São Paulo.

Attestado por quem preside a primeira parte Prof.
Dr. Ernesto de Sousa Campos

1895
1896
1897
1898
1899
1900
1901
1902
1903
1904
1905
1906
1907
1908
1909
1910
1911
1912
1913
1914
1915
1916
1917
1918
1919
1920
1921
1922
1923
1924
1925
1926
1927
1928
1929
1930
1931
1932
1933
1934
1935
1936
1937
1938
1939
1940
1941
1942
1943
1944
1945
1946
1947
1948
1949
1950
1951
1952
1953
1954
1955
1956
1957
1958
1959
1960
1961
1962
1963
1964
1965
1966
1967
1968
1969
1970
1971
1972
1973
1974
1975
1976
1977
1978
1979
1980
1981
1982
1983
1984
1985
1986
1987
1988
1989
1990
1991
1992
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023
2024
2025



UMA CARTA INÉDITA DO BARÃO DO RIO BRANCO

O documento que a seguir publicamos, escrito pelo seu ilustre autor em agosto de 1902, em Berlim, onde chefiava a representação diplomática do nosso país, estava guardado na caixa de papéis sigilosos do Instituto, a que foi entregue pelo Dr. Policarpo de Magalhães Viotti, com a ressalva de só ser divulgado depois de 1930. Por ordem do Conde de Affonso Celso, presidente perpétuo do Instituto, foi esse prazo de carência estendido até 1950.

Trazendo-o, agora, a lume, graças à autorização do Presidente do Instituto, contribui a Revista para mais perfeito conhecimento do grande Chanceler na intimidade, pois no escrito, pelo autor gravado com a nota de *confidencialíssimo*, se pode apreciar, na sua singelesa a sinceridade, a nobreza dos sentimentos e os escrúpulos morais de uma consciência alerta, como a daquele grande homem, a quem o nosso país deve tão relevantes serviços.

As razões, por demais fundadas, que alegou para não aceitar a pasta das Relações Exteriores, para a qual fôra convidado por outro grande brasileiro, o presidente Rodrigues Alves, não o impediram, apesar de todos os sacrifícios que faria, de dirigir, com excepcional brilho e real proveito da Nação, a chancelaria brasileira, durante doze anos, num período de renovação da nossa política internacional.

O documento que se vai ler revelava, já, os altos vãos a que se atirariam sem experimentado tirocínio diplomático e seu esclarecido patriotismo.

E. L. C.

Enderêço teleg.^o
Rio Branco Berlim

Berlin, 8 de Agosto de 1902
Kurfürsterdamm N.^o 10.
W. 50

Confidencialissima

Meu querido Abranches.

Sei que V. é amigo dedicado do Presidente eleito, Dr. Rodrigues Alves, e homem da velha escola. Por isso lhe posso escrever

estas linhas, contando que V. guardará a necessária reserva, menos para com elle.

Tenho escripto ao nosso Presidente eleito e ainda hoje lhe escrevo a proposito do convite com que me honrou, convite adivinhado por jornaes nossos, mas sobre o qual tenho guardado e guardarei inteira reserva, fazendo, por necessidade, esta excepção que elle comprehenderá e approvará.

Peço-lhe que converse com elle e me ajude, pois não quero que elle possa levar a mal as minhas hesitações, desde 7 de Julho, e, depois, a convicção profunda a que cheguei, — apezar da minha boa vontade e do esforço que tenho feito para combater essa convicção, — de que o sacrificio que eu faria, indo agora occupar o posto de Min.^o das Rel.^{as} Ext.^{as}, seria de todo esteril.

Eu não poderia desempenhar as funções do cargo como entendo que devem ser desempenhadas, e como o foram por Uruguay, meu pae, Maranguape, Sinimbû, Abrantes, Abaeté, Cotegipe e outros Ministros. Com as economias feitas, o pessoal da Secretaria é insufficiente para o serviço, sobretudo tendo desaparecido os velhos chefes de secção que alli havia e a Secção dos Negocios Estrang.^{os} do Conselho de Estado. Meu pae, e os Ministros citados trabalhavam no seu gabinete, em casa, e tinha sempre ao seu lado dois ou tres auxiliares. Em Inglaterra, em França, na Alemanha, e outros paizes, o Ministro dos Neg.^{os} Est.^{os} trabalha assim, e cerca-se de auxiliares da sua escolha, tirados da Secretaria, ou do Corpo Diplomatico e Consular e até de outras Repartições. Ainda em 1865 e 1866, o velho Calogeras da Secret.^a do Imperio, era um dos officiaes de Gabinete do Marquez de Abrantes, Min.^o dos Neg.^{os} Estrangeiros. Desde o Regulamento de 1868 (obra do actual Director Geral, q. foi occupar esse logar em 1865), o Ministro ficou obrigado a só ter officiaes de Gabinete tirados do pessoal da Secretaria. Só ha agora um official de Gabinete, e esse mesmo trabalha na Secretaria. Desde o Pedro Luiz, que não gostava de massadas (homem muito interessante, de summo espirito e excellent conservador, com quem me dei muito, quando em 1880 e 1881 estive no Rio, sendo elle Ministro), desapareceu o gabinete do Ministro. Antigamente, — sou ainda d'esse tempo, — as minutas dos papeis importantes iam da casa dos Ministros para a Secretaria, onde elles só appareciam em certos dias de audiencia ou de conferencia. De Pedro Luiz para cá, quasi todos os Ministros se tornaram empregados temporarios da Secretaria, e alli vão diariamente para conversar e assignar papeis. Todo o serviço ficou concentrado nas mãos do Visconde de Cabo Frio, que, de facto, é ha muitos

annos o Ministro. Eu sei que elle tem grandes e rarissimas qualidades para o posto que occupa, e que nelle tem prestado relevantissimos serviços, sendo a muitos respeitos incomparavel e insubstituivel. Entendo que nesse lugar deve ser mantido emquanto viver. Seria injusto, inconveniente e odioso privar-o do cargo que exerce. Se eu fosse Ministro, desejaria tel-o á frente da Repartição, e se elle faltasse, ver-me-ia embaraçado porque elle é alli o homem bem preparado, a tradição viva, e não tem creado na casa homens que o possam substituir. Está habituado desde muito a tratar com Ministros que, não querendo trabalhar, ou não conhecendo bem os negocios da pasta, se limitam a assignar notas e despachos. Exceptúo, d'entre os dos ultimos annos, o Dr. Carlos de Carvalho, cuja correspondencia me fazia lembrar a dos tempos em que naquella Repartição tivemos estadistas.

Eu não sou o homem competente para nesse lugar fazer as reformas que devem ser feitas, com o fim de melhorar o serviço e pôr a Repartição em estado de funcionar convenientemente quando venha a faltar o velho Visconde de Cabo Frio. Não sou, porque não desejo ser desagradavel a homem que eu muito respeito e que conheci já de cabellos brancos, em 1859, quando eu era menino de collegio. Fui tambem muito amigo de um irmão d'elle, fallecido em 1894, e que conheci antes d'aquelle anno, no gabinete de meu pae. Tenho, pelos meus antecedentes de familia, pela minha natureza e educação especial, attentões a guardar para com elle e motivos de delicadeza que me tolhem a liberdade de acção. *Finjo não saber*, mas sei que elle não era amigo de meu pae, e sei tambem que, desde alguns annos antipathiza commigo, do que tenho muitas provas. O Dionysio Cerqueira intrigou-me muito com elle. Isso, entretanto, não modifica os meus sentimentos de admiração e respeito por elle. Todo homem é um conjuncto de qualidades e defeitos. As qualidades d'esse, para o lugar que occupa, são de muito valor, de immenso valor, embora nunca tivesse tido a largueza de vistas dos nossos homens de Estado que no Ministerio ou no Conselho trabalharam para aquella casa nas grandes questões e lhe deram o brilho e renome que teve no estrangeiro e entre nós. Você comprehende, pelo que acabo de dizer dos sentimentos de Cabo Frio para commigo (e conto que isso ficará entre o Presidente eleito, Você e mim, porque nunca me dei por sabedor da antipathia ou odio senil que ha, esperando poder talvez modificar esse sentimento quando eu possa ir de passeio ao Rio). Você comprehenderá que a minha posição seria summamente delicada junto d'elle, sobretudo se eu procurasse fazer reformas de cousas estabelecidas por elle. E ha muito a fazer alli.

É preciso augmentar o pessoal, dar-lhe melhor remuneração, ter pelo menos um Consultor juridico e bons Directores de secção, como tivemos antigamente (Carvalho de Moraes, Carneiro Leão, Lagos, Peçanha e outros), organizar um gabinete do Ministro, restabelecer a Secção do Archivo, dando-lhe o desenvolvimento necessario, porque esse é o arsenal em que o Ministro e os empregados mais habéis e habilitados encontrarão as armas de discussão e combate. É preciso crear uma bibliotheca e uma secção geographica na Direcção do Archivo, como em França, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos. De fóra, — sem apparecer, posso concorrer para isso, fazendo um projecto que mandaria ao Doutor Rodrigues Alves, pedindo-lhe, porem, que o seu Ministro das Relações Exteriores não diga a Cabo Frio que as bases do projecto foram dadas por mim. Indo ao Brasil para o anno, em Maio, isto é, na boa estação, poderei demorar-me por lá uns cinco mezes, e ajudar no que puder o Presidente e o seu Ministro. Isso será melhor do que ir occupar agora posição em que tantas peias encontrarei e na qual, por escrupulos e circumstancias pessoaes, não poderei proceder como entendo que deveria proceder um Ministro, e como outro poderia proceder sem ferir susceptibilidades e sem encontrar as mesmas prevenções.

Não posso também deixar de dizer que um Ministro das Relações Ext^{res} que não tenha fortuna, para poder occupar convenientemente essa posição e corresponder, ainda que modestamente, aos obsequios dos diplomatas estrangeiros, precisa de ter vencimentos maiores que os actuaes. Entende que, com a representação, não devem ser a menos de 60 ou 50 contos papel. Se eu fosse occupar essa posição nas condições actuaes, e com os encargos de familia que tenho, no fim de tres ou quatro annos estaria completamente arruinado, pelos deficits annuaes e pelo grande rombo que teria de dar no meu pequeno capital fazendo a remoção, para tão longe, da pesada bagagem que tenho, de trastes, livres e papeis. Veja V. um dos absurdos da legislação em vigor: — se eu fosse d'aqui removido como Ministro para uma capital proxima, teria direito a *tres trimestres* do ordenado, em ouro, para despesas de viagem e instalação: mas se fosse chamado ao Brasil para ser Ministro das Rel^s Ext^{res}, só me dariam, — se dessem, — *um trimestre*, isto é, 5:500\$ em ouro, somma correspondente, mais ou menos, a 11:000\$ em papel. Entretanto, as mudanças, aqui na Europa são mais faceis, porque as grandes carroças em que ellas se fazem são transportadas em vagonzinhos especiaes, e, assim, não é preciso encaixotar moveis, livros, louça etc. Mesmo assim, sei o

que custam mudanças e installações, porque de Paris para Berna e de Berna para aqui, gastei muito mais do que as ajudas de custo que recebi. No caso presente, a maior parte dos 11 contos papel seria absorvida pela indemnisação ao proprietario da casa onde moro, porque na Europa, como V. sabe, não se aluga casa de mediana importancia sem contracto de arrendamento por periodo não menor de tres annos, e, mesmo com o favor da chamada *clausula diplomatica*, devo dar aviso da mudança com seis mezes de antecedencia.

Quanto á vida no Brasil:

Nunca me dei bem com o verão do Rio. Tenho uma filhinha de 17 annos, a minha ultima, por quem morro de amores, e que iria commigo, acompanhada de uma Senhora austriaca, a Baroneza T. de Berg-Simbschen, encarregada desde o anno passado da sua guarda e direcção. Com segurança para ellas, — e mesmo para mim, que vivo no estrangeiro ha tantos annos, só poderia residir em Petropolis, indo ao Rio tres ou quatro vezes por semana, ou diariamente quando fosse preciso. Conversei com um Alemão, proprietario de casas em Petropolis e que lá residiu até pouco tempo.

Disse-me que era impossivel viver alli, em casa decente, ter carro e um pequeno *pied-à-terre* no Rio, gastando sòmente 32 contos por anno, que é o que me ficaria, deduzido o imposto. O Secretario de Estado aqui disse-me ha tempos que o Ministro Alemão no Brasil queixa-se do custo da vida e diz que não pôde viver dentro do ordenado, que é de 60 mil marcos, ou 60:000\$. N'isso, certamente, ha exaggeração.

Alem do ordenado, eu teria a dotação que recebo desde o anno passado, e que, com o desconto, é de 21:600\$ por anno, mas essa é toda absorvida por pensões ou mezadas que pago a duas filhas casadas, a um filho estudante de medicina em Paris, e sobrinhas no Rio Grande do Sul e a alguns outros parentes pobres. Por causa d'elles, isto é, para os não deixar ao desamparo, preciso de attender a estas questões.

Quanto ao capital de 300:000\$ que tambem recebi o anno passado, a metade foi logo gasta, porque tive de pagar uma divida contrahida para poder, quanto á representação e a obsequios, lutar em Berna com o Embaixador de França, e tive, alem d'isso, despesas extraordin^{as} e imprevistas aqui, não só com a minha mudança e installação, mas tambem com o casamento de uma filha. Na

minha posição official, eu não podia fazer as cousas com menos dispendio. Aqui mesmo, em Berlin, com o ordenado que tenho, vivo no regimen de deficit, — e desejo muito poder passar-me para capital onde a vida seja menos cara, mas indo para pasta do Exterior, os deficits seriam muito maiores do que aqui, porque muito menores os vencimentos.

Esta exposição lhe mostrará claramente toda a importancia do sacrificio que eu faria se fosse agora para o Ministerio. Se fosse indispensavel o sacrificio e eu me sentisse com forças para prestar serviços de valor, eu não hesitaria em o faser pela nossa terra e para corresponder á confiança do Dr. Rodrigues Alves, a quem muito prezo, e que, de mais, vem dos velhos arraiaes em que tive praça com Você, desde os tempos da minha viagem eleitoral a Arujá e da sua a St^a Izabel. Já tenho feito outros sacrificios, havendo chegado na minha missão a Berna até á ruina completa de todas as minhas economias. Então, eu estava certo de que ia prestar um bom serviço e de que podia dar conta da mão. Agora tenho certeza do contrario antes de certas reformas que reputo necessarias e que não sou o mais idoneo para emprehender, se o Presidente nellas concordar.

Quanto a saude:

Oito annos de excesso de trabalho e preocupações do espirito estragaram muito a minha saude. Não tenho podido tratar de a melhorar. Desde 1898, apenas pude em 1900 passar *quinze dias* em uma estação thermal. Sinto-me abatido e tenho estado p^r vezes ameaçado de congestão cerebral. O meu medico insta para que me occupe da saúde e vá fazer um tratamento em Baden-Baden ou em Carlsbad. Ando tão cansado que ainda não pude pôr em ordem o archivo da minha missão em Berna, terminada em Julho do anno passado, archivo desordenado com a mudança, e tambem não pude mandar á Secretaria a minha conta final. Agora é que vou consagrar a isso uns vinte dias.

Outro ponto de grande importancia para mim:

Você sabe que um Decreto legislativo, — N.º 754, de 31 de Dezº de 1900 (no Relatº do Exterior de 1901, Annexos), me declarou Enviado Extraordº e Minº Plenipº, mandou contar o meu tempo de serviço nas missões especiaes e comissões diplomaticas em que servi (em nenhum dos paizes em que ha carreira diplomatica seriamente organizada — França, Inglaterra, Alemanha, Austria,

[illegible]

San obrigado a por não
perder a mala. Não posso reber
as paginas ecriptas. Enveneci pelo
seguinte correio o mais p. - zuevia
dem. A Brasa - o apheromorpho

o compenhuio de viagem na volta do Rio de Janeiro
e outros mais

Russia, — seria preciso *lei especial* para isso, mas no nosso era preciso), e mandou incluir no quadro diplomativo os meus auxiliares das duas missões de Washington e Berna, contando-se-lhes esse tempo de serviço e *devendo elles ter preferencia para as primeiras nomeações*. Quanto a este ultimo ponto, sendo as nomeações da attribuição do Executivo, deve-se entender, creio eu, que ficavam dependendo do juizo deste Poder as nomeações effectivas e que isso era uma autorização para ser usada ou não, como julgasse conveniente. O José Avelino mandou-me então, em papel de Gabinete Presidencial do Dr. Campos Salles, a minuta do projeto emendado de accordo com elle, e explicou-me, em carta, o pensamento do Congresso, que votou unanimemente a lei, e o do Presidente que a promoveu e sanccionou. Segundo essa carta, eu ficava no quadro diplomatico, como Ministro, e com a antiguidade de 1893, e tambem os meus Secret^{os} Domicio da Gama e Raul do Rio Branco (meu filho mais velho), contadas as vantagens e privilegios de que gozam os da carreira diplomatica. Só nós tres eramos mencionados na carta q. recebi. Dos meus auxiliares, os unicos que estiveram em *Washⁿ* e em *Berna* foram esses dois, sendo que em *Washⁿ* meu filho apenas trabalhou nos ultimos mezes, como meu secretario particular, sem nomeação de Gov^{no} e sem vencimentos. Dois outros Secretarios q. tive, um em *Washⁿ* (Olyntho de Magalhães), outro em Berna (Hippolyto de Araujo) já estavam no quadro diplomatico antes da lei especial. Ficava faltando apenas um outro, Secretario, na m^a missão em *Wahⁿ*, o capadocio Domingos Olympio, capaz de todas as perfidias e molecagens, e sobre quem podem dar informações os ex-Governadores Lauro Sodré e Pais de Carvalho, o Dr. Justo Chermont e todos os Senadores e deputados do Pará. Este Domingos Olympio é concunhado do General Dionysio Cerqueira, e tem sido um dos conselheiros e defensores na imprensa (questão do Acre), etc. do actual Ministro. Por elle não tenho razão para me interessar, e, — sem mesmo levar em conta as informações do Pará, — não o considero, pela leviandade e falta de seriedade, no caso de occupar emprego de confiança, menos ainda emprego do serviço das Relações Exteriores. O General Cerqueira, meu inimigo gratuito, e o Almirante Guillobel, que foi sempre bom e leal funcionario, esses pertencem, um ao Exercito (General reformado), outro á Marinha (serviço activo), e, portanto, me parecem fóra de questão, não só porque não devem figurar ao mesmo tempo em dois quadros de serviços differentes,

como também porque não estiveram nas duas missões de Washⁿ e Berna, mas só na primeira (Cerqueira, como 2.º Plenipotenciario; Guillobel como Consultor tecnico).

✓ Interesse-me sómente pelo meu caso, pelo de Domicio da Gama e pelo do meu filho Raul.

Pois bem, o determinado a meu respeito na citada lei de 31 de Dezº de 1900, não foi observado ou cumprido pelo Olyntho, isto é, pela Secretaria. O meu tempo de Env^{do} Extrº deveria ser contado de 6 de Abril de 1893 em que fui nomeado para a Missão especial em Washⁿ. Figuro na lista diplomatica (Relatorio de 1901) como tendo começado em 31 de Dezº de 1900, data da nomeação p^a Berlin, e não sei ainda se estou incluído no quadro, ou se considerado como adventicio, extranho à *la Carrière*, sem direito á disponibilidade e á aposentadoria.

O Domicio da Gama, que serviu commigo desde 1893 até 1900, foi collocado no ultimo lugar da lista dos 2^{os} Secretarios, quando serviu sempre no lugar de 1º. Figura nessa lista abaixo de mocinhos que começaram m^{to} depois d'elle. Só é considerado Secretario, e 2º.

O meu filho Raul, que, em virtude da mesma lei, deve contar tempo de 2.º Secº desde 31 de Dez. de 1895 (data da sua nom^{ão} para auxiliar meu, com vencim^{tos}), e devia ter sido posto em disponibilidade (porque já tinha mais de 5 annos de serviço, como dispõe lei anterior) quando cessou a missão em Berna, para ser, a juizo do Governo, collocado em alguma Leg^{ão} quando houvesse vaga, não figura, no Relatº do anno passado, entre os empregados em disponib^l. Foram preenchidos, depois d'isso, em Janeiro ultimo, sete logares de 2.º Secretario de Leg^{ão}, e para nenhum foi elle mandado. Foi servir, por proposta do Dr. Nabuco, na missão especial a este confiada, o que significa que ainda não está no quadro, apezar da lei especial.

Poderão dizer que elle não se formou em direito no Brasil e não fez exame na Secret^a, mas a autorização da lei especial, como ficou explicado no debate, dispensa d'aquellas provas, tendo-as dado elle com mais de cinco annos de serviço effectivo em missão de trabalho, em que se aprende mais do que nas Legações. O Dr. Olyntho, o Dr. Bruno Chaves, e outros medicos, hoje Ministros, entraram p^a o quadro sem diploma brasileiro de bacharel em

direito e sem exame na Sec^a, sem lei especial que os dispensasse d'isso e sem tirocinio algum no serviço diplom^{co}.

Seria longo contar-lhe tudo quanto tenho soffrido nestes ultimos quatro annos, só porque o meu antigo Secret^o e joven amigo, o actual Ministro, tão affectuoso junto de mim, no Rio se tem deixado levar sempre pelos conselhos e indicações de desaffeitados meus.

Como entendi que nada lhe devia pedir, *estava esperando pelo seu successor* para tratar então de regularisar estas cousas, isto é, a minha situação official, a de meu filho, e de obter a promoção a 1.^o Sec^o a que tem direito Domicio da Gama, que começou a servir em 1893, mezes depois de entrar para a carreira Olyntho de Magalhães, que em cinco annos chegou ao posto de Env^{do} Ext^o. Saiba mais que o Olyntho, que entrou p^a o quadro sem exame, obrigou o seu amigo Domicio, membro da Academia Brasileira, e depois de sete annos de serviço diplomatico nas minhas missões, a fazer exame de menino na Secret^a.

Como lhe dizia, eu pretendia tratar destas cousas com o successor do Olyntho. Sendo eu o Ministro, ficarei impossibilitado de regularizar a m^a situação no quadro diplomatico e a de meu filho, que já tem 29 annos de idade, passou commigo, em Pariz e Berna, algumas noites sem dormir, e é um moço de merito, como pôde dizer o Dr. Nabuco.

Esta é outra questão, de interesse particular, mas importante para mim e que não posso deixar de ter presente, sobretudo no que diz respeito a este meu filho, que desejo deixar encarreirado para que se occupe da irmã solteira, se, como é m^{to} possivel, eu vier a faltar proxivamente.

— Peço-lhe que, depois de ler este meu relatorio, converse com o Dr. Rodrigues Alves e lhe dê, em resumo, os pormenores que eu não podia tomar a liberdade de dar directamente. Espero que assim V. lhe possa mostrar quanto mereço ser desculpado e dispensado do sacrificio inutil que iria fazer nas circumstancias actuaes. As minhas hesitações, que duraram quase um mez, provam a m^a boa vontade e ardente desejo de ser agradavel ao Presidente eleito, assim como o esforço que fiz para ver se poderia achar

meio de ter a grande honra e o grande prazer de ser, de perto, um collaborador seu. Mas não pude achar. Indo para lá, nas condições actuaes, eu faria a minha ruina, que pouco me importaria se ella não prejudicasse os meus e me não impedisse, em pouco tempo, de satisfazer a compromissos contrahidos se fosse p^a lá, com a organização actual, do serviço, seria para levar a vida pouco convidativa de referendario de papeis da Secretaria, ou para me indispor mais ainda com um homem que respeito e que, como já disse, deve ser conservado na posição que occupa enquanto for vivo.

Sou obrigado a parar p^a não perder a mala. Não posso reler as paginas escriptas. Escreverei pelo seguinte correio o mais q. queria dizer.

Abraça-o affectuosamente o companheiro de viagem na volta de St^a Isabel (1863!) e amigo invariavel.

Rio Branco

RELEMBRANDO TAMANDARÉ

VIRGILIO CORRÊA FILHO

Por singular coincidência, os dois gloriosos patronos, que personificam as mais sublimes tradições da Marinha e do Exército do Brasil, iniciaram a sua exemplar trajetória na primeira década do século passado.

Fluminense, nascido a 25 de agosto de 1803, filho de Francisco de Lima e Silva, que seria Regente do Império, e sobrinho de José Joaquim, mais tarde Visconde de Majé, de Manuel da Fonseca, depois Barão de Suruí, de Luís Manuel e de João Manuel, falecido como general da República do Piratini, aos 32 anos de idade, Luís Alves de Lima descendia de família de militares que atingiram os mais altos postos.

Daí lhe resultou assentar praça como cadete no primeiro regimento de infantaria em que seu pai era tenente, a 22 de novembro de 1808. Decorrido um decênio, matriculou-se na Academia Militar da Corte, que freqüentava, quando o distinguiu a promoção a alferes, em 1818, a tenente, ao começar 1821.

Transferido para o Batalhão do Imperador, com êle seguiu, em março de 1823, por terra, para lutar pela Independência, na expedição de Labatut.

Do Rio Grande do Sul, Joaquim Marques Lisboa tivera por pai a Francisco Marques Lisboa, patrão-mor do Pôrto do Rio Grande de São Pedro, por mercê do Príncipe Regente D. João, de 20 de junho de 1804. Começou a viver mais tarde, a 13 de dezembro de 1807, sem encontrar as mesmas facilidades, que cercaram o bêrço de quem se tornara cadete no primeiro quinquênio de existência.

Mas, a vida praieira e os perigos, que deram triste fama ao pôrto confiado à fiscalização paterna, despertaram-lhe a vocação para as aventuras mar afora, embora desprovido de preparação técnica.

Não poderia pretender adquiri-la na Academia, onde se formavam os oficiais da Marinha Real, por lhe faltarem credenciais de nobreza exigidos para a matrícula.

Era-lhe burguesa a família e tanto bastava para lhe impedir qualquer veleidade de abraçar a carreira naval.

Estuava-lhe, porém, nas veias o sangue patriótico, de quem se julgava naturalmente capaz de extremar-se entre os contemporâneos. Quando se deflagrou a luta pela Independência, fêz-se mister a organização da Esquadra Brasileira, para dominar a resistência do General Madeira na Bahia, onde o auxiliava o Almirante Félix de Campos com os seus navios lusitanos.

Incumbido de improvisá-la, com os escassos elementos disponíveis, Lord Cochrane conseguiu reunir pequena frota de que fazia parte a fragata *Niterói*.

Confiou-lhe o comando a Taylor, a quem se apresentou, a 4 de março de 23, como voluntário, o jovem gaúcho, candidato a auxiliar de pilôto.

Não tardou em conquistar a simpatia do seu comandante, que lhe percebeu as justas aspirações e méritos para alcançá-las. Impedida, pelo bloqueio, de abastecer-se, decidiu a esquadra lusitana libertar-se da vigilância constritiva de Cochrane.

Fêz-se ao mar a 2 de julho, ainda constituída de treze navios de combate e cerca de noventa mercantes, cheios de tropas, famílias e cargas. «Logo que se acharam todos fora do pôrto, registrou o almirante inglês, caímos sôbre os navios grandes e o da mezena, de maneira que lhes fôsse difícil o navegar, exceto com vento em pôpa, o qual os levaria à costa do Brasil, e dando-lhes ordem de voltar à Bahia».

Sucessivamente, ia diminuindo o comboio, pelo aprisionamento de unidades que transportavam pessoal, víveres e material bélico.

Enquanto Cochrane, de Fernão de Noronha, aproou para o Maranhão e Grenfeld, para Belém, que emanciparam do jugo

português, coube a Taylor continuar a perseguição da força naval em retirada para Lisboa.

Sem dia algum de descanso, porfiou em picar a retaguarda inimiga, para lhe inflingir pesadas perdas, constantes de 17 navios aprisionados, outros tantos desarmados, além das avarias causadas em muitos que lograram escapar-lhe à abordagem.

E só a deixou em águas do Tejo, de cuja barra se aproximou ufano do êxito obtido.

De regresso ao Brasil, não perderia de vista o destemido voluntário, de quem se tornou amigo, por lhe testemunhar a eficiente contribuição para a vitória alcançada. E, assim, por suas informações, ao reorganizar Cochrane a esquadra, com que o governo Imperial decidiu dominar a confederação do Equador, não teve dúvida em propor o aproveitamento de Marques Lisboa para oficial da nau *Pedro I*.

Os regulamentos em vigor, porém, contrariavam-lhe a sugestão, por vedarem a «graduação de oficiais sem os estudos da Academia», ao que objetou o almirante que a «melhor Academia da Marinha é o navio de guerra, com respeitáveis e hábeis lentes, onde se combina a teoria com a prática, que aí se devem explicar». E esta o voluntário cursara com inequívoco proveito. Afirma Frederico Vilar em excelente biografia de Tamandaré que, diante da contestação do Ministro da Marinha, decidiu o almirante apelar para D. Pedro I, a quem apresentou o seu candidato, realçado com o vaticínio, que se cumpriria: «êste, Senhor, será o Nelson brasileiro».

Começou, então, a 25 de julho de 1825, como 2.º tenente graduado, a carreira militar, em que se laurearia de glórias imortais. Embarcado na capitânea da Divisão Naval, nau *Pedro I*, transportou um Corpo Expedicionário de 1.200 homens, sob o comando do General Lima e Silva, a cujas ordens servia seu filho, o Tenente Luís, fadado desde essa campanha, a seguir trajetória paralela à de Marques Lisboa. Um, em terra, outro, sôbre as ondas, «habilitado suficientemente para conduzir uma embarcação a qualquer pôrto do mundo», como lhe atestara Taylor, seu primeiro e exigente instrutor, ambos se devotaram à defesa da integridade nacional.

Tanto no país, como além das fronteiras, não houve sucesso decisivo para os destinos da Pátria, de que não participassem os dois paladinos da unidade brasileira, em postos de comando.

Exceto em Uruguaiana, onde o general, já brazonado com o marquesado de Caxias, testemunhava o desenrolar dos acontecimentos, como ajudante de campo do Imperador, antes de assumir a chefia suprema do exército, para a sua vitoriosa campanha. Mas, de momento, não lhe cabia direção alguma, em contraste com a missão do amigo, também nobilitado com o título de Visconde de Tamandaré, que dirigia a ofensiva naval dos aliados.

Audaz nas suas operações, declarou aos generais aliados, reunidos para conferência, por fevereiro de 66, em Corrientes, que a «Fôrça sob meu Comando era suficiente para forçar Humaitá e Assunção e corresponder-me com Cuiabá; e que para efetuar a subida contava perder 4 ou 6 embarcações e que no regresso poderia perder alguma mais. Que, porém não via utilidade neste movimento isolado da Esquadra, porquanto ela não poderia levar a Mato Grosso, nem gente nem munições, e por consequente seria um ato de bravura sem proveito, mas que se os generais presentes julgassem êste movimento de utilidade para nosso fim comum de hostilizar o Paraguai, eu o levaria a efeito. Todos os generais em chefe aliados foram de opinião que não convinha o movimento se não quando pudesse ser auxiliado pelas operações dos Exércitos aliados».

Como justificativa do plano, acrescentou no memorial inédito, a que falta a sua assinatura: «cumpre-me explicar que quando fiz a proposição que venho de mencionar, sabia que o rio estava despido de torpedos e que os paraguaios não sabendo por que lado iniciariamos a invasão, tinham suas fôrças divididas no Alto Paraguai, em Itapua, Passo da Pátria, Humaitá e reservas em Assunção e Vila Rica.

E que não contando êles que a Esquadra tentasse por si só forçar Humaitá, não poderia eu sofrer maior dano que o acima referido».

Não seria apenas para alardear intrepidez o gesto de Tamandaré, que mais parece ter-lhe ocorrido para contrariar o atrazo de mobilização dos generais, que declararam «nada poderiam



Marquês de Tamandaré

empreender por enquanto, e que quando estivessem prontos m'o comunicariam». «Suas fôrças não tinham ainda os meios precisos para invadir o território inimigo, sobretudo o Exército Argentino, que em sua marcha do Uruguai até Corrientes precisou por vêzes que o General Osório lhe fornecesse gado manso para puchar suas carretas e outras que o suprisse com mantimentos».

Para contrabalançar a demora dos parceiros, o almirante mostrou-se afoito, calculando o risco provável.

Mas também sabia apreciar as soluções incruentas, como ocorreu ao regosijar-se com o General Osório, pela rendição de Estigarribia, sem que houvesse perda alguma de vida.

Escrita ainda sob a emoção da vitória dêsse dia memorável, que inverteu o rumo da guerra, merece ser conhecida esta carta, conservada no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (L. 231 Ms. 7.803).

«Comando em Chefe da Fôrça Naval do Brasil no Rio da Prata — Bordo do Vapor *Onze de Junho* na «Uruguiana 18 Setembro de 1865».

Illmo. e Exmo. Sr.

Possuído de verdadeiro júbilo tenho a satisfação de comunicar a V. Excia. que as fôrças aliadas que sitiavam esta Vila, tendo à sua frente Sua Majestade o Imperador, conseguiram hoje sem derramar-se uma só gôta de sangue a rendição da coluna Paraguaia, que invadiu nosso território, com as condições seguintes:

Os Chefes e Officiais Paraguaios até o pôsto de Alferes poderão estabelecer livre domicílio, durante a guerra, em qualquer país, à exceção do Paraguai;

Os Orientais que se achavam ao serviço do Paraguai, serão prisioneiros de guerra do Império;

Tôdas as praças inferiores de pôsto de Alferes, são prisioneiros de guerra, à discrição das fôrças aliadas.

O inimigo arruinou de tal maneira esta vila, durante o tempo que a ocupou, que não existe uma só casa em bom estado.

O número dos prisioneiros de guerra ascende a seis mil homens.

Está, portanto, lavada a mancha que as armas inimigas pretenderam lançar no solo de nosso país.

Felicitando a V. Exa. por tão fausto acontecimento aproveito a oportunidade para reiterar-lhe as seguranças de minha mui elevada consideração.

Illmo. e Exmo. Sr. Marechal de Campo Manuel Luís Osório. General em Chefe do Exército Brasileiro em operações contra o Paraguai: Visconde de Tamandaré».

Depois da guerra, confirmados os seus heroismos e perícia de condutores de homens, ainda continuaram ao serviço do Brasil e do trono, a cuja queda Caxias não teve o desgosto de assistir.

Menos feliz, neste particular, Tamandaré, Marquês, desde 1888, sobreviveu, já otogenário, ao soçôbro da Monarquia, a que se mostrou fiel, abandonando tôdas as funções públicas, de cujos proventos vivia. Mas, a República, por lhe reconhecer a íntegra dignidade do seu procedimento em longa vida pontilhada de atos dignificantes, homologou a instituição, a 4 de setembro de 1925, do «Dia do Marinheiro», fixado em 13 de dezembro, por ser a data comemorativa do nascimento do Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré, que «representa na História Naval Brasileira a figura de maior destaque entre os ilustres oficiais da Marinha que honraram sua classe», conforme proclamou o Ministro Alexandrino de Alencar.

E, assim, anualmente, são recordados os seus feitos e vida nobilitantes, para que lhe tomem por guia e modêlo os jovens candidatos a engrandecer a Marinha Brasileira.

**UM DIPLOMATA PORTUGUÊS, NETO DE BRASILEIRA
— D. DOMINGOS E ANTÔNIO DE SOUSA COUTINHO,
CONDE E MARQUÊS DE FUNCHAL.**

HÉLIO VIANNA

No difícil período histórico que foi o final do século XVIII e primeiros decênios do seguinte, para a passagem das idéias absolutistas e autoritárias do Marquês de Pombal às da Revolução Francesa e do posterior constitucionalismo liberal, contaram Portugal e o Brasil com toda uma geração de bacharéis, licenciados e doutores saídos da recém reformada Universidade de Coimbra e de outras da Europa. Foi ela que nos forneceu os estadistas, diplomatas e cientistas, muitos dos quais brasileiros de nascimento, necessários às subseqüentes transformações políticas e sociais. Um deles, dos mais interessantes, porém dos menos conhecidos, foi D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho, 1.º Conde e Marquês de Funchal.

Descendia de duas das mais antigas e nobres casas do Reino, as que figuram em seu sobrenome. Se os Coutinhos vinham do tempo da fundação da monarquia, tendo sido Condes de Marialva e Redondo, os Sousas descendiam de D. Afonso III, o Bolonhês. Representaram-se, ambas, no Brasil, desde a centúria inicial de nossa história, pelos donatários da Bahia de Todos os Santos, Espírito Santo e São Vicente, como por Tomé de Sousa e outros governadores-gerais e de capitânias.

Já no século XVIII ligou-se ao Brasil, por ter sido o negociador do Tratado Preliminar de Santo Ildefonso, celebrado com a Espanha, em 1777, que de acôrdo com o anterior, de Madrid, fixou os nossos limites territoriais — D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Sua mulher, Ana Luísa Joaquina Teixeira de Andrade da Silva, era filha da carioca Maria Barbosa da Silva e neta do mestre de campo Matias Barbosa da Silva, um dos devassadores das Minas Gerais, ao tempo da exploração aurífera. É o que nos demonstra o erudito genealogista Sr. Cônego Raimundo Trindade, diretor do Museu da Inconfidência, de Ouro Preto, em seus *Velhos Troncos Mineiros*, vol. III (S. Paulo, 1955).

Teve o referido casal ilustre descendência, sendo seus filhos D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares, diplomata e notável ministro do príncipe-regente D. João; D. José de Sousa Coutinho, que foi principal diácono da patriarcal de Lisboa e um

dos regentes do Reino, de 1811 a 1817; D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho, de quem nos ocupamos; e D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho, governador e capitão-general do Grão-Pará durante treze anos.

D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho nasceu em Chaves, 1765. Formou-se em leis, em Coimbra, e ingressando na diplomacia serviu, a partir de 1788, em Copenhague e Turim, antes de ser ministro e embaixador em Londres, onde passou a maior parte de sua vida, tornando-se, em política, convicto anglófilo, «inimigo figadal dos franceses e monarquista exaltado». Como acrescentou José Liberato Freire de Carvalho em suas *Memórias*, «bem que de figura externa pouco gentil», era «homem muito instruído, de maneiras agradáveis, e até engraçadas, e inimigo declarado de três altas classes da sociedade, como eram — padres, inquisidores e desembargadores, dos quais dizia tinham vindo todos os males a Portugal; porque por eles tôdas as nossas leis tinham sido feitas, e por eles sempre tínhamos sido governados». De «estatura muito pequena como era, mal feito do corpo e ainda mais de figura», para José Liberato, chegou a ser, nas *Memórias do Marquês de Fonteira*, apud Carlos de Passos, «anão macrocéfalo, de grande fealdade», embora «muito cavalheiro e amável». Por isto, conseguiu gozar de prestígio na côrte inglesa, onde muito o estimava o príncipe-regente, depois Jorge IV. A embaixada portuguesa, situada em South Audley Street, no West End, bairro da nobreza, era por esta freqüentada, como pelos portugueses residentes ou de passagem pela Inglaterra, que aí assistiam missa aos domingos, jantavam, conversavam, etc. Fora daqueles pontos políticos, concluiu o jornalista José Liberato, «não havia quem fôsse mais amável e mais tratável» que o Conde de Funchal, titular desde 1812.

Como ministro e embaixador português em Londres (tendo sido o primeiro a alcançar essa categoria), teve D. Domingos Antônio de enfrentar questões diplomáticas das mais difíceis, oriundas, a princípio, de conseqüências das guerras napoleônicas. Entre elas a da transferência da côrte portuguesa para o Brasil, em 1807, e as negociações dos importantes tratados anglo-lusitanos em 1810 assinados no Rio de Janeiro. É o que se verifica tanto em sua correspondência oficial, guardada no Arquivo Histórico do Itamarati, conforme seu recente *Catálogo*, de «Documentação anterior a 1822», como na particular, ao irmão Conde de Linhares e ao amigo Lorde Strangford, Percy Clinton Sydney Smyth, Visconde de Strangford, ministro inglês no Brasil de 1808 a 1815, em Lisboa desde 1806.

Esta última, que vai de 1805 a 1820, com uma centena de cartas hoje em nosso poder, foi adquirida na Inglaterra pelo Sr. Enrique Ruiz-Guiñazú, ex-ministro das Relações Exteriores da Argentina

e embaixador dêsse país no Rio de Janeiro. Procede do arquivo do diplomata inglês, sôbre o qual escreveu o argentino o documentado livro *Lord Strangford y la Revolución de Mayo* (Buenos Aires, 1937). Obra certamente do gênero da que, quanto ao Brasil, deixou inédita mas chegou a anunciar o nosso amigo Alberto Rangel, sob o título de *Dois Ingêleses* (Strangford e sir Charles Stuart).

Da correspondência oficial do Conde de Funchal com os ministros da Guerra e Estrangeiros, condes de Linhares e das Galveias, Marquês de Aguiar e João Paulo Bezerra (não com seu inimigo o francófilo Antônio de Araújo de Azevedo, Conde da Barca), constam três códices, que cobrem o período de 1810 a 1818 e contém interessantes *Quadros Políticos* sôbre a Guerra da Península, a Campanha da Rússia, a primeira abdicação de Napoleão, os *Cem Dias*, o Congresso de Viena, etc. Examinados pelo embaixador Sr. Heitor Lyra, mencionou-os o ministro Sr. Argeu Guimarães em seu *Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro de Diplomacia, Política Externa e Direito Internacional* (Rio, 1938).

Embora posteriormente voltasse a Londres, também em Paris, Roma e Madrid chefiou missões diplomáticas o Conde de Funchal. Na França, em 1814, assinou com Talleyrand um Tratado de Paz que não foi ratificado pelo príncipe-regente D. João, embora tivesse o plenipotenciário português feito uma ressalva no sentido de considerar o Oiapoque como rio limítrofe entre a Guiana Francesa e o Brasil, ao contrário do que pretendia o esperto Príncipe de Benevento. Na Côte papalina conheceu Stendhal (Henri Beyle), que nas *Promenades dans Rome* referiu-se à amabilidade do embaixador de Portugal, «un esprit singulier qui chasse l'ennui d'un salon même diplomatique».

No desempenho de seu cargo, divergiu o Conde de Funchal da orientação que à revista *Correio Brasiliense* dava, em Londres, seu redator, o brasileiro Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça. Nesse sentido colaborou em outra publicação do gênero, o *Investigador Português na Inglaterra*, de que foi redator o citado José Liberato Freire de Carvalho. Fazia-o, porém, sob anonimato, e decerto ocupar-se-ão do caso os próximos biógrafos do primeiro jornalista brasileiro, Srs. Carlos Rizzini e Mecenaz Dourado, cujos livros sôbre Hipólito já se encontram em impressão.

Como escritor, sômente trabalhos ocasionais publicou o Conde e Marquês de Funchal, todos, porém, sem declaração de autoria, exceto uma, imaginária, de folheto de defesa, dêle e do irmão Linhares, contra denúncia feita em 1810 por Antônio de Araújo de Azevedo. Atribuiu-o a «R. da C. Gouveia», em publicação londrina, de 1820.

Em pitoresco perfil que dêle traçou Almeida Garrett, nas *Viagens na minha terra*, disse que «imprimia uma obra sua, man-

dava tirar um único exemplar, guardava-o e desmanchava as formas». Embora aí possa haver algum exagero, poucos são os folhetos a D. Domingos Antônio atribuídos, como registrou Francisco Inocêncio da Silva, no *Dicionário Bibliográfico Português*. Entre eles, decerto tendenciosamente publicou as *Instruções dadas ao Núncio de Sua Santidade que passava a Portugal no reinado do Senhor Rei D. João III*, de acôrdo com manuscrito da Biblioteca Riccardiana, de Florença. Dêle possui raro exemplar nossa Biblioteca Nacional, assim como das *Notas ao Ensaio sôbre os Principios de Mecânica*, obra póstuma de seu professor José Anastácio da Cunha, publicada em Amsterdam, 1808, por Silvestre Pinheiro Ferreira, conforme manuscrito em poder do antigo discípulo.

Vários opúsculos em francês também publicou, como um sôbre a Guerra da Península, em 1816, outro contendo *Observations sur le Manifeste de Peuple Portugais aux Souverains d'Europe*, em 1820. Neste último já começava a combater os revolucionários do Pôrto e Lisboa. Tido como valioso é o folheto intitulado *Les quatre coïncidences de date*, de 1819, que entretanto provocou desfavorável *Análise* de um adversário. Dedicou aquêlê à popular romancista francesa que primeiramente foi Condessa de Flahaut e depois, por seu casamento com o Morgado de Mateus, editor dos *Lusiadas*, Marquesa de Sousa Botelho. Era, a famosa Madame Sousa, antiga amante de Talleyrand, mãe do Conde de Flahaut, que, amante da rainha Hortênsia, da Holanda, foi pai do também famoso Duque de Morny, meio-irmão de Napoleão III.

De interêsse para o Brasil são as «Considerações sôbre o estado de Portugal e Brasil, desde a saída d'el-rei de Lisboa em 1807 até o presente, indicando algumas providências para consolidação do Reino Unido», que transcreveu a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XXVI, de 1863. Aí se pronunciou o Conde de Funchal contra as Côrtes Gerais, Extraordinárias e Constituintes, reunidas em Lisboa e a «Constituição democrática» que estavam elaborando, lembrando medidas tendentes a manter a união luso-brasileira. A data do trabalho — «4 de junho de 1822» — mostra que já era tarde para tais sugestões. Três meses depois separava-se o Brasil de Portugal.

Posteriormente, em seus últimos anos de vida, foi o Marquês de Funchal partidário do constitucionalismo português de D. Pedro IV e D. Maria II, e intransigente adversário do reinado absolutista de D. Miguel I. Não teve, entretanto, a satisfação de assistir a vitória final da causa liberal do Duque de Bragança, por ter falecido em Londres, dezembro de 1832, solteiro e sem descendência.

(Transcrito do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, de 30 de junho de 1957).

My Lord

4. e circumstancias deculpa' tutti o
Meytens agorva a liberdade que ha
com o D. João V. ex.º em favor de hum
Principe e de sua No.ª e a que tem
tambem servido como ex.º e afora
de entregar o fado inteiro um
segunda a segunda via incerta de
hum carta que escrevi a S. A. R.
pelo canal ordinario, mas que nestes
tempos he difficil recolher que não
chegue a V.ª Real Mão

Considere V.ª a situação em
que eu me achava - Com lagrimas
e guerra exterior e interior

12 de Novembro

1807

De V.ª
D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho

Fac-simile de carta de D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho, ministro português em Londres, a Lorde Strangford, ministro inglês em Lisboa, enviando outra que pedia fosse entregue ao príncipe-regente D. João. Datada de 12 de novembro de 1807, dezessete dias antes da partida da Família Real portuguesa para o Brasil, teria sido escrita ao saber o missivista da invasão dos franceses de Junot em Portugal, ordenada por Napoleão. Do Arquivo de Lorde Strangford, na Inglaterra adquirido pelo embaixador argentino Sr. Enrique Ruiz-Guiñazú.

agosto de 1838, do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a cujos membros o primeiro secretário, Marechal Raimundo José da Cunha Matos, e o secretário adjunto Cônego Januário da Cunha Barbosa, apresentaram proposta para sua criação.

E como fôsem gerais os anseios, para fundarem um grêmio de estudos históricos, não tardaram as providências preparatórias, de que resultou, decorridos apenas dois meses, a 21 de outubro, a inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, constituído de individualidades de longas tradições de benemerência, como o Visconde de São Leopoldo, que já atingiu o apogeu em sua trajetória luminosa, ou que ainda conquistariam maiores títulos, à semelhança de Pedro de Alcântara Bellegarde, da Escola Militar, onde pontificava, iria comprovar o seu saber na administração pública, no Ministério da Guerra, na diplomacia.

Para garantia da manutenção do organismo nascente, ofereceram os fundadores a D. Pedro ainda menor, o título de «Protetor», que êle aceitou a 19 de março de 1839.

E para evidenciar que não o considerava simplesmente honorífico, principiou a frequentar-lhe as sessões a que destinou uma das salas do «Paço».

Bafejado pelo imperador, animou-se o Instituto a empreendimentos de outra maneira inexequíveis.

Começou por obter a cópia de documentos existentes nos Arquivos europeus, relacionados com a história do Brasil, promovida por diplomatas a êsse fim designados especialmente.

Mais de 95 volumes, de 400 páginas cada um, em média, atestam a operosidade dos pesquisadores, entre os quais se distinguiram J. Caetano da Silva, Varnhagem, A. Gonçalves Dias, J. Francisco Lisboa, incumbidos de missões oficiais solicitadas pelo Instituto.

Ainda a sua iniciativa, prende-se a organização da «Comissão Científica» destinada ao estudo das peculiaridades do Nordeste, de que participaram os sócios Francisco Freire Alemão, apontado para seu presidente, Guilherme Such de Capanema, que de Santa Cruz (Serra da Uruburetana), datou a sua *Breve Exposição dos trabalhos da seção geológica* a 24 de novembro de 1860, Miguel Freire Alemão, encarregado também, como o tio, das pesquisas botânicas, M. Ferreira Lagos, incumbido dos estudos de zoologia, além de outros, cujas investigações não se conhecem.

Os *Trabalhos da Comissão Científica*, cujo 1º volume saiu a lume, abrangem apenas a parte geológica e zoológica, conti-

nuando inéditas as contribuições de Freire Alemão, Francisco e Miguel, que foram ter à Biblioteca Nacional.

Dos outros expedicionários, conceituados pelo seu saber, como Jácomo Raja Gabaglia, oficial de marinha, Borja Castro, J. Soares Pinto, F. Assis Santos Sousa, e outros, não se divulgaram os resultados dos seus esforços na Comissão, extinta em 1861.

Também no recinto do Instituto, brotou a idéia e fundação de uma Academia de Letras, acolhida por favorável parecer em sessão de 22 de junho de 1847.

Como lhe faltasse a necessária ressonância, na ocasião, foi de novo lembrada em 1878, sem que a amparasse melhor sorte.

Não obstante malograr sua tentativa, demonstrou o Instituto bem compreender a necessidade que havia de uma instituição, consagrada especialmente às boas «Letras», que, aliás, encontravam em seu recinto incentivos enaltecedores.

O seu cadastro social, em verdade, assinalou nomes consagrados na literatura, como a trindade romântica — Pôrto Alegre, Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães — J. M. Macedo, Franklin Távora, o Visconde de Taunay, e tantos outros, cujos ensaios históricos se revestiam de vistosa roupagem literária.

Assim é que se empenhou o Instituto, em sua centenária caminhada, em atender aos mais altos imperativos da nacionalidade, de cujas tradições gloriosas se fez o guardião atento e devotado, como lhe determinaram os fundadores e sucessores, que sempre souberam, para isso, escolher os dirigentes, de que é prova cabal a simples enumeração dos seus nomes, que abrangem homens notáveis do Império e da República, a saber:

— José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo) — 21 de outubro de 1838 a 6 de junho de 1847.

— Cândido José de Araújo Viana (Marquês de Sapucaí) — 12 de agosto de 1847 a 23 de janeiro de 1873.

— Luís Pedreira do Couto Ferraz (Visconde de Bom Retiro) — 21 de dezembro de 1873 a 12 de agosto de 1886.

— Joaquim Norberto de Sousa e Silva — 21 de dezembro de 1886 a 14 de maio de 1891.

— Conselheiro Olegário Herculano de Aquino e Castro — 26 de dezembro de 1891 a 10 de agosto de 1906.

— João Lustosa da Cunha Paranaguá (2º Marquês de Paranaguá) — 21 de novembro de 1906 a 21 de novembro de 1907.

— José Maria da Silva Paranhos (Barão do Rio Branco) — 21 de novembro de 1907 a 10 de fevereiro de 1912.

— Afonso Celso de Assis Figueiredo (Conde de Afonso Celso) — 17 de fevereiro de 1912 a 13 de julho de 1938.

— Manuel Cicero Peregrino da Silva — 27 de julho de 1938 a 3 de maio de 1939.

— Ministro José Carlos de Macedo Soares, desde 6 de maio de 1939, quando assumiu como vice-presidente o cargo, em que foi mantido por eleição de 15 de dezembro seguinte, sendo declarado presidente perpétuo a 16 de dezembro de 1941.

DISCURSO DO ORADOR OFICIAL PROFESSOR PEDRO
CALMON, NA SESSÃO MAGNA COMEMORATIVA
DO 119º ANIVERSÁRIO DO INSTITUTO HISTÓRICO.

Excelentíssimo Senhor Representante do Senhor Presidente da República.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Senhores Embaixadores e demais autoridades presentes na Mesa.

Senhores representantes de autoridades civis e militares.

Eminentes confrades.

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

O Instituto Histórico como faz há 119 anos celebra ao mesmo tempo no dia de hoje, 21 de outubro, as atividades de mais um exercício de trabalhos dedicados a tradição brasileira e a honrada e chorada memória de prezados consócios desaparecidos nesse período.

É um culto, êsse culto sistemático que os Estatutos impõe a nossa Academia que lhe proporciona igualmente a justiça aos mortos inolvidáveis e a revisão da sua própria atitude do nosso Instituto, em face do estudo, dos problemas, das cousas, dos interesses da pátria.

Todos os anos compete ao orador oficial o dever regulamentar, desta tribuna lembrar a Casa os companheiros que se foram. É uma penosa obrigação que reaviva a tristeza que nos deixou o seu desaparecimento que nos indica por outro lado o imperativo daquela justiça, mercê da qual incorporamos na Galeria dos beneméritos da nossa velha instituição nomes notáveis ligados a uma existência nobre e produtiva a própria dignidade da cultura nacional.

Este ano celebramos a memória, recordamos a vida de dois ilustres consócios, bem diferentes entre si, distanciados no tempo: o Professor Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, intelectual jovem, homem dos mais operosos, estimáveis na categoria dos professores eminentes e um estadista da têmpera de Washington Luís Pereira de Sousa.

Feijó Bittencourt, o querido Feijó Bittencourt, era bem nosso. Pertencia à roda mais íntima, ao grupo por dizê-lo permanente dessa minoria operante e prestativa que representa nas instituições vitalícias a sua própria continuidade.

Era simples de trato, modesto por inclinação, fidalgo de família. não esqueçamos que era bisneto do Visconde de São Leopoldo, neto do Visconde de Santa Tereza — dois grandes nomes unidos às melhores tradições da cultura brasileira.

Todo homem, homem de espírito devotado às letras e ao ensino sem preocupações e nem aspirações, fora dessa moldura humilde a que a sua inteligência submetia as possibilidades admiráveis da sua atividade e do seu civismo.

Nascido em 1893, bacharel em Direito, professor, docente livre da Universidade do Brasil, encontrei-o numa feita no meu caminho. Feijó Bittencourt candidatara-se, já era sócio dêste Instituto, à docência livre de Direito Público Constitucional.

Era eu professor titular, coube-me presidir a banca de seu brilhante concurso. Apresentou-se com uma tese despretensiosa. Não era daqueles intelectuais que abre rumorosamente o seu caminho a golpes de publicidade e propaganda. Tinha um certo pudor da sua esplêndida erudição. A sua palavra era suave, a sua opinião comedida, a sua atitude decente, proba e modesta.

O seu concurso foi para mim um deslumbramento. Sem altear a voz, dizendo com encantadora simplicidade as coisas sábias que a matéria sugeria, dissertou com a segurança e a maestria de um professor perfeito. Obteve as maiores notas que se dão às vitórias dessa espécie. Ingressou na Universidade, trabalhamos juntos. Foi muitas vezes o meu cireneu, ajudando-me a carregar a cruz floral do meu dever didático. Pontual, amado dos estudantes, com uma proficiência e uma honestidade intelectual que acentuava a importância, a especialização dos seus estudos profundos.

O Instituto habituou-se a apreciar-lhe a colaboração assídua e desinteressada de 2º secretário, orador freqüente, chamado às vésperas das sessões comemorativas, tantas vezes, para substituir os oradores faltosos, a sua palavra iluminava o nosso recinto.

Sempre pura, vernácula, informativa, carregada de uma erudição cujos mistérios possuía sem o aparentar. Leia-se o seu robusto volume: *Os Fundadores* — que dedicou aos homens que criaram em 1838 o Instituto Histórico, e se verá quanto era um pesquisador honesto e diligente.

O Professor Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt bem merece da nossa instituição.

Quando lhe fizermos a história desta casa, num prosseguimento das vastas prerrogativas que dedicou ao Instituto Histórico Max Fleiuss, desde as atividades as origens, teremos que situá-lo na mesma linha daqueles inextinguíveis secretários do Instituto que deixaram sua assinatura nos mais importantes e sólidos trabalhos desta Academia.

A Revista, a nossa Revista da qual em certo momento, foi a alma contém a constância e o brilho da sua colaboração. Era moço, confiávamos que nos desse muito mais, na seqüência dêses trabalhos nos quais se encarregava com uma facilidade e um bom humor que nos comunicavam uma corrente perene de simpatia.

Súbitamente desapareceu. A sua morte nos causou uma triste e grande surpresa. Contávamos que vivesse ainda muito tempo, começara a disputar conceitos e resultados da sua atividade fecunda, de seu labor honesto, ilustre. Um dêstes destinos que se tendo iniciado sob os melhores auspícios o golpe da fortuna inesperada corta quando mais contávamos com os resultados e os frutos do seu trabalho.

Dêle conservamos a mais viva saudade.

Feijó Bittencourt não será esquecido das instituições a que pertenceu.

Se lá fora foi um tumulto da vida que passa, de Washington Luís os traços fisionômicos que ainda temos tão marcados diante dos olhos, neste grêmio de justiça histórica e acendrado patriotismo a sua efígie ficará gravada no coração dos seus contemporâneos, de quantos o conheceram e estimaram, de quantos o admiraram e o presaram e também legado a posteridade na mensagem que lhe encaminhou, a essa posteridade, através dos trabalhos luminosos que o recomendaram como um dos sócios operosos e dignos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Washington Luís Pereira de Sousa, não era como poderá imaginar-se um consócio honorífico dos nossos quadros, a nós ligado pelo laço frouxo do convencionalismo o da diplomacia mercê da qual faz o Instituto seus presidentes de honra aos Chefes de Estado.

Entrou para a nossa agremiação em 1911. Proposto por Max Fleiuss e Miguel de Carvalho, ao tempo em que era secretário da Justiça do Estado de São Paulo, e não por isto, mas pelo seu mercenato favorecendo a publicação dos primeiros livros que em São Paulo se fizeram da documentação do Arquivo Municipal, e como pronto reconhecimento de duas monografias publicadas nos dois volumes: oitavo e nono da Revista do Instituto Histórico de São Paulo — sobre a viagem de Rodrigo César de Menezes a Cuiabá, e Virgílio Corrêa Filho muito bem qualifica como sendo o mais lúcido estudo das origens de Mato Grosso e o seu trabalho sobre o bandeirante Antônio Raposo Tavares.

Quando em 17 de julho de 1927, Washington Luís, Presidente da República, em virtude do cargo foi êle recebido nesta casa como presidente de honra, fêz questão junto do Secretário Perpétuo Max Fleiuss, de que a segunda função não apagaria a primeira, continuasse inscrito nos quadros da nossa sociedade, como membro correspondente de 1911, para não perder, dizia êle a sua antiguidade, pois o título de presidente honorário era transitório, referia-se à sua qualidade de Chefe da Nação enquanto que o primeiro de sócio correspondente representará o reconhecimento de seus trabalhos históricos, que o aproximam com uma vocação natural do nosso grêmio.

Realmente mereceu aquela investidura.

Há na biografia de Washington Luís uma duplicidade da fé — observe-se bem porque se trata de biografia de um homem sem duplicidade — entre o político o homem de Estado, sobretudo homem de ação, e o historiador, o pesquisador, o homem de letras contente dos miúdos trabalhos de gabinete, que parecia à primeira vista contradizerem aquêlê ímpeto de movimento, aquela violência de ação pessoal característica da sua biografia política.

Paulista de Macaé, pois aí nasceu na Província do Rio de Janeiro, em 26 de outubro de 1870, sobrinho de Pedro Luís Pereira de Sousa, o grande liberal, Washington Luís se diplomou nas arcadas de São Paulo em 1891.

Começou a vida pública buscando-lhe as origens locais, o município, os problemas da terra, em Batatais onde logo o esplêndido desempenho da Prefeitura o credenciou junto a Jorge Tibiriçá, como um administrador exímio.

Fez época a administração municipal do jovem bacharel Washington Luís Pereira de Sousa em Batatais. O Partido dominante de São Paulo àquela época recrutava no interior do Estado, as vocações políticas que madrugavam para a vida pública através da administração municipal. Foi em virtude disto

que subiu rapidamente os degraus duma carreira coerente e retilínea. Deputado estadual, prefeito, secretário da Justiça, no agitado quadriênio de 1908 a 1912, Washington Luís quase naturalmente como quem segue o imperativo de um destino inelutável subia ao governo do Estado e daí atingiu a chefia da República.

Foi em 1902. Antes dessas altas e difíceis funções que êle empregou os officios disponíveis num mergulho delicioso pelos arquivos da municipalidade paulista. Teve nisto uma grande originalidade o seu nome entra na história da historiografia brasileira através do movimento que no planalto se formou em 1898 com Brasílio Machado, Teodoro Sampaio, o virtuoso Padre Francisco de Paula Rodrigues a frente em torno de Anchieta.

Das tradições bandeirantes de um paulista na verdade e não o retratavam segundo os padrões literários ou retóricos da cultura contemporânea.

A êsse movimento de interesse, pela verdade verdadeira que está nos arquivos e não na repetição das velhas crônicas, pertence Washington Luís.

Sentiu com a intuição de um pesquisador nato, tudo conheceu, os Testamentos Bandeirantes, As Cartas de Datas, Os Documentos Interessantes para a História de São Paulo, as Atas e os Registos da Câmara Municipal, para depois de impressos em volumes legíveis êsses textos arcaicos levantar esbôço largo a história do descobrimento territorial do Brasil.

Meteu-se nos arquivos. Êle próprio durante dois ou três anos dirigiu essas pesquisas, e depois teve a virtude subindo as altas funções do Estado de não se desprender daquele interesse primitivo, utilizou instrumento benéfico dessa política certa do nosso venerando consócio, querido amigo, príncipe da historiografia brasileira: Afonso d'Escagnolle Taunay. A documentação publicada por ordem, inspiração e sob os auspícios de Washington Luís representa os fundamentos da verdade histórica de São Paulo.

Foi depois disto que o perfil do bandeirante adquiriu a nitidez, que o sertanista deixou de ser um fantasma para ser um personagem que a história de São Paulo até então um templo de lendas se transformou num capítulo saboroso e brasileiro da integração territorial do país. Washington Luís não se limitou porém a investigação, — escreveu, apaixonou-se por um período, poderia dizer na realidade o período áureo da história do bandeirismo de São Paulo. Aquela viagem providencial do Capitão General Rodrigo César de Menezes em 1726 aos descobertos de Cuiabá, através dos rios interiores, o Tieté, o Paraná,

o Rio Pardo até aqueles confins onde as balisas do colonial reluziam com o outro novo das minas cuiabanas.

Esse estudo monográfico que surgiu clássico a viagem de Rodrigo César é um capítulo que completa a história do sertanimo brasileiro, até então conheciam através de relatos, fatos e imperfeitos o que fôra essa balada do próprio governo da Capitania em direção ao oeste, graças porém aos documentos autênticos descobertos revelados e comentados pelo historiador Washington Luís, ficamos conhecendo os pormenores da expedição, os seus episódios dramáticos sobretudo a contribuição que isso representou para o prosseguimento dos estudos, entre os quais surge em primícia com o seu perfil dominador, místico, herói das selvas ignotas: Antônio Raposo Tavares, patriarca daquele bandeirismo.

No governo do Estado, o presidente Washington Luís honra se lhe faça, não se esqueceu da simbologia do movimento de que se tornara o animador e o mestre. Preparou, por intermédio ainda de Afonso de Taunay o Museu Paulista como quem prepara um salão de festas para dar comemoração da Independência em 1922.

O Museu antes dedicado a zoologia e a botânica tornou-se museu de história e de civismo regional e brasileiro.

As grandes figuras daqueles bandeirantes de pedra e de gesso que o povoam hoje as grandes telas de deslumbrante beleza que o transformam num sacrário da tradição imperial, aquelas figuras, aquelas imagens, aquelas galas, aqueles ornatos que transformaram o Museu do Ipiranga no palácio da Independência brasileira. Tudo isso se deve a intuição ou antes a coerência intelectual daquele homem que se ligara intimamente a sorte do bandeirante e ainda pouco antes de morrer otogenário, como que se completou o distico da sua devoção dando-nos depois da *Capitania de Mato Grosso com Rodrigo César de Menezes a Capitania de São Vicente com Braz Cubas*.

Não entrarei nesta análise em que o necrológio tece de pura justiça histórica os detalhes acêrca da vida pública de Washington Luís. De uma feita no exílio falando a Jorge Santos que o recordou numa entrevista que não foi desmentida, declarou: Habituei-me como homem de ação não a escrever mas a fazer história.

O fato que governador do Estado (presidente do Estado de São Paulo) por ocasião da independência, êle pôde transformar, solidário com o Governo Federal num baluarte da continuidade do regime.

Se não fôsse Washington Luís, recordou na tribuna da Câmara em memorável discurso, o mais fidedigno e brilhante

dos seus biógrafos até aqui: Otávio Mangabeira; não haveria o quadriênio Artur Bernardes. Foi o apêlo decisivo em 1922 que deu êle a candidatura mineira, que manteve a continuidade da política oficial. Razão por que, em 1922 subiu com a suavidade com que tinham então as sucessões presidenciais depois de desfeitos os temporais que as anunciavam a direção suprema do País.

Conhecêmo-lo por esta época. Washington Luís era de boa estatura, sólidamente estruturado, não tinha o ar façanhoso com que o desfiguram as caricaturas maliciosas. Era um belo homem na sua presença senhorial, realçada pelos bigodes e pela barba curta em cavagnac que lhe dava na fisionomia regular um certo aspecto marcial. Ficaria bem com o uniforme de general do exército francês na própria terra. O seu gesto era simples, enérgico não era loquaz, não esbanjava palavras, era sóbrio, tinha uma eloquência especial, a eloquência do laconismo, as curtas frases que proferia eram decisivas, melhor do que isso, definitivas.

Homem de um só parecer — de: «Antes quebrar que torcer» diria Sá de Miranda. Com efeito tinha esta qualidade, histórica-mente poderá dizer-se numa revisão de seu gesto: êsse defeito. Em todo caso convenhamos essa desculpa era coerente, inexorável nas suas decisões e sobretudo em virtude de uma noção sobranceira da sua própria personalidade, indiferente às intimidações ou às eventualidades que pudessem desviá-lo do caminho pautado.

Veio para a Presidência da República com um programa composto de dois itens: abertura de estradas — a sua política rodoviária e a estabilidade da moeda — a sua política financeira.

A primeira parte cumpriu brilhantemente. Na história da administração pública do Brasil, figura Washington Luís como iniciador da era das estradas de rodagem o homem que inaugurou o período contemporâneo da nossa civilização material, através das quais largos caminhos automobilísticos que preconizou com a vantagem de ter aberto o mais suntuoso e o mais popular: a Estrada Rio-Petrópolis.

A política financeira todavia de Washington Luís lhe foi fatal.

É curioso, o destino que atraíção as melhores intenções.

Quando sobreveio a véspera da terminação de seu governo a Revolução de Outubro, dizia êle, com uma obstinação que tinha qualquer coisa de filosófico ou de irônico: «Essa Revolução é um contratempo».

Contra o governo atual, não tem sentido, estamos em outubro e êle termina o seu período em 15 de novembro, contra o governo futuro é uma antecipação, pois êsse nem sequer existe!»

Realmente os erros acumulados na execução tumultuária e imperfeita do regime conduziram as forças da oposição ao governo federal, na grande arrancada, foi o nome que se lhe deu, de outubro de 1930.

Essa revolução tem alguma coisa de precipitação meteórica. Não interessa, seria até ridículo depois de tanto tempo volvido, fazermos uma análise parcial, sentimental, subjetiva de um movimento que não dependeu, como no momento se imaginou, da decisão, ou melhor, da indecisão de alguns personagens, mas que resultou como a pedra que desliza das encostas, do próprio peso físico com que as coisas se precipitaram.

Na verdade o processo revolucionário que vitimou então a legalidade se vinha preparando no país desde 1927.

É fascinante o estudo generealógico das revoluções, que nos leva a analisar as suas raízes quando os contemporâneos se consultavam naquele tempo, disto não manifestariam a menor impressão. Digo que começou naquele ano, porque até então o regime se consolidara, encontrou afinal na política dos governadores um Prudente de Moraes, de quem disse bem mestre Tavares de Lyra, e em seguida um Campos Sales uma espécie de fórmula de equilíbrio ou de estabilidade para salvar o regime mediante a sua moralização, isto é, a sua refusão. O descontentamento dos partidos de oposição instados.

Afinal depois de largo período em que a guerra européia de 1914 a 1918 impôs ao país uma atitude de comedimento e espera a explosão de 1921.

Os governos de Epitácio Pessoa, de Artur Bernardes e Washington Luís, tiveram grande mérito, disciplinaram quanto lhes foi possível a conduta nacional, para manter integral aquela legalidade precária. Washington Luís foi a êste respeito um governo exemplar. Não cedeu a conjectura, resistiu-lhe e foi superior a ela. O mesmo jornalista que colheu, no hotel de exilado a Washington Luís as únicas declarações que se lhe conhecem realmente autênticas, proferidas durante o seu largo e silencioso período de desterro, nos diz que quando os emissários militares foram intimá-lo a deixar o poder, oferecendo-lhe ao mesmo tempo as necessárias garantias. A sua resposta teria sido essa: «Garantia? Mas garantia, sou eu, o Presidente da República quem as dá!»

E sabemos que neste momento o seu poder era apenas nominal. Já estava materialmente deposto, e ainda das cinzas da autoridade destruída surgia a bravura, a resistência, a dignidade, a importância do seu gesto autoritário. «*Garantia quem as dá*

sou eu, o Presidente da República, não as peço, não as recebo de ninguém».

Esta frase se verdadeira, é antes um traço fisionômico inconfundível de Washinton Luís.

Foi vítima, dizia eu, da sua política financeira, do infortúnio que não provocou.

Conta-nos João Neves da Fontoura, o mais fulgurante dos seus adversários, que praticamente a oposição enrolara a bandeira, diante dos fatos consumados, quando sobreveio em New York o crack da bolsa internacional.

O desmoronamento dos planos financeiros do governo redundaram no fracasso de toda a sua técnica, da economia feita no quadriênio, daquela austeridade nas despesas públicas, do empenho que fizera em robustecer e estabilizar a moeda.

Viu-se num dilema: emitir ou naufragar. Preferiu naufragar, a emitir. Realmente correu então a frase que uns atribuem ao ilustre jornalista, outros a um glorioso tribuno, de que o general que o venceu foi o general Café. Isto é a lavoura. A indignação, a decepção das classes conservadoras, a grande decepção das forças que deviam manter o governo, a que aderiram por necessidade também numa represália natural a oposição naquele momento de convulsão e de desespero econômico, que fazia volta ao mundo a praça de New York. Mas esta frase que é uma paródia da que se empregou em relação à retirada de Napoleão da Rússia expulso pelo General inverno, representa uma verdade, no que ela tem de mais cruel, de mais impessoal. Foram os acontecimentos, na sua lógica não foram os homens, nos seus designios que criaram as posições que tornaram possível e triunfante a Revolução de 1930.

Assisti na Academia Brasileira dois anos depois a posse de Alcântara Machado. Alguns de meus eminentes confrades aqui presentes hão de lembrar aquela noite memorável.

Depois recordo-me bem da oração que na mesma Academia proferiu Afonso Celso, saudando Otávio Mangabeira. Em que comparava a atitude de Washington Luís em 24 de outubro de 1930 a de seu pai, o íntegro Visconde de Ouro Preto, em 15 de novembro de 1889.

Entre essas duas orações, entre essas duas pessoas acadêmicas como que diviso as cores de que há de fazer-se o perfil autêntico daquela época.

O Poder civil representado por um grande homem de bem. A força moral do governo incarnada no Presidente que não deixa que a desordem ou a vitória material desarmem o seu es-

pírito mobilizado para resistência. A confusão dos espíritos, o desfavor público até a cruel imensa insaturabilidade que varria os asfaltos do Rio de Janeiro perseguindo a reputação do Chefe de Estado, e no meio do vendaval, enfermiza, altaneira, igual a si mesma a sua personalidade imperturbável.

Dizia êle depois no exílio, escusando-se de não falar, que tinha morrido em 1930. Realmente o silêncio de Washington Luís disto ficara nas boas tradições da política nacional, como exemplo que devo comparar. ao de San Martin depois que abandonou a Pátria que se recolheu ao exílio em Boulogne-sur-Mer — em França. O seu testamento intelectual não é uma página brilhante, apresentando aos brasileiros um conselho de conduta. É um livro sôbre a história do litoral paulista no século dezesseis.

Há qualquer coisa de renúncia mística e sublime nessa atitude. Tão sistemático e persistente como não houve na história e até na ocasião em que se lhe concedia o pergaminho impar, quem sabe, na história paulista de cidadão honorário, êle se recusou de comparecer a solenidade, quiz recebê-lo em casa, demonstrando o seu completo desprendimento das pompas do mundo, com as quais cortara em definitivo, em 1930.

Essa figura a despeito disso ou por isto mesmo, se engrandeceu de tal forma na horizonte do Brasil de hoje, lavado das paixões políticas sepultadas com a maioria de seus personagens e dêle falamos nesta hora e neste local, como se falássemos de um antepassado.

De um antepassado do poder civil, de um homem de um regime distante, d'alguém que na velha República, isto é, para lá dos horizontes físicos do Brasil de hoje, exerceu com implacável dignidade o mando supremo dêste país, honrando a legalidade porque encarnou e dando-lhe o sacrificio da própria vida na hora em que a legalidade ou o poder civil exigiam êste exemplo em face de uma sociedade conturbada e de um país perplexo.

O seu exemplo foi útil para os seus concidadãos e a posteridade. Para os seus próprios adversários daquele momento que lhe fizeram justiça depois. E nesta casa é classificado entre os grandes exemplos, que mercê de Deus, honram na História Nacional os Chefes de Estado em atitudes análogas.

É curioso observar, e porque estamos numa Academia da tradição brasileira, tenho oportunidade desta observação.

Que o poder neste país, graças à Divina Providência, sempre foi desempenhado à altura das responsabilidades daqueles homens de Estado.

E quando tiveram que cair enredados nos turvelíneos das revoluções insopitáveis a sua queda os tombou maiores.

D. Pedro I — é mais digno da consideração e do aprêço da posteridade em 7 de abril do que ao sol da apoteose do Planalto Paulista de 7 de setembro de 1822 como pintou o pincel panegirico de Pedro Américo.

A queda do Império destaca de tal forma a figura do Visconde de Ouro Preto que na sua simplicidade de homem desprendido das coisas mundanas o vulto espiritual do 2º imperador dêle sobressaindo como a quilha de aço de um barco que não submerge no meio do temporal que o assaltou. Somos um pretório dessa justiça sutil e definitiva com que se faz a educação cívica do povo e é em nome do desinterêsse da altura dessa justiça que proferimos o elogio fúnebre daquele grande brasileiro.

Feitas as contas da sua vida pode saldar o país uma dívida de agradecimento e de reconhecimento, ao homem que encarnando o poder civil e dignificou no Brasil.

Washington Luís bem mereceu da posteridade.

ATIVIDADES CULTURAIS DO INSTITUTO HISTÓRICO

VIRGÍLIO CORREIA FILHO

Ao comemorar o 119.º aniversário de sua fundação, pode o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ufanar-se da trajetória que percorreu, como entidade fiel aos propósitos patrióticos dos seus fundadores, que sadio idealismo congregou para edificantes campanhas culturais.

Desenvolveu-se de tal maneira que já não seria admissível continuasse abrigado sob o mesmo teto inadequado à conservação do seu incomparável patrimônio documental. Fez-se mister cuidar de proporcionar-lhe melhores condições de alojamento.

Nova sede

Com a escritura de cessão do terreno à Avenida Augusto Severo, 4, assinada, a 18 de janeiro, pelo representante do Governo da União, terminou a primeira fase das operações, que exigiu a construção da nova sede do Instituto Histórico.

O ato resultou do projeto apresentado a 26 de setembro de 1952 à Câmara, que honrava então com a sua cultura e probidade o seu autor, deputado José Augusto Bezerra de Medeiros.

As discussões e emendas de que foi causa acham-se publicadas na Revista número 234, em cujas páginas também se encontra a resultante lei de 3 de agosto de 1955, que autorizou o «Poder Executivo a ceder ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o terreno em que foi edificado o Silogeu».

Embora registada pelo Tribunal de Contas, em sessão de 26 de fevereiro de 1957, e no 2.º Ofício do Registo de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, n.º 49.134, a 14 de maio de 1957, não bastava a escritura, bem que perfeitamente acabada, para autorizar o início das obras, que dependiam ainda de outras providências. Primeiro urgia conhecer a verdadeira

(*) Relatório do 1º Secretário Virgílio Corrêa Filho, lido na sessão magna de 21-10-1957.

situação do terreno, com as suas linhas perimetrais definitivas. Sem dúvida, o título de domínio mencionava-lhe a área concedida, mas as posturas municipais iriam sobremaneira reduzi-la e alterá-lhes a forma.

De princípio, vigoravam as normas que a sujeitavam a afastamentos, na rua Teixeira de Freitas, além de abrir área interna, que lhe restringia a utilização, por outra face. Por fim, o P. U. 6.282, de 18 de junho de 1956, mais acentuadamente aumentou as exigências municipais, de que resultou, não só maior recuo, como igualmente a adoção de fachada com galeria, na quadra correspondente. Em tais condições, não foi ainda possível fixar o projeto definitivo do edifício, que depende do acêrto de alinhamento, pleiteado pelo Instituto, junto à Prefeitura Municipal, para lhe imprimir a necessária regularidade à forma decorrente dos recuos.

Para o financiamento da construção o Instituto recebeu, de conformidade com o art. 3.º da mencionada lei, a quantia de Cr\$ 8.000.000,00, imediatamente depositada no Banco, onde se acha intata, enquanto não começam as obras.

É evidente que, não dispondo da área total utilizável, em virtude do que dispõe o art. 4.º, a favor da sede de várias instituições no mesmo prédio, não poderá o Instituto realizar nenhuma operação hipotecária.

Felizmente, por bem lhe perceber a angustiante situação, o deputado Rondon Pacheco apresentou projeto de lei, que transita pela Câmara, com apoio de doutos colegas.

Compreenderam o radioso idealismo dos fundadores da centenária instituição, mantido pelos sucessores, desde a inauguração dos trabalhos, a 21 de outubro de 1838, e por isso decidiram conceder-lhe o auxílio de Cr\$ 30.000.000,00.

É medida indispensável, sem a qual será inexequível qualquer aspiração de substituir o carcomido edificio atual por outro, mais acorde com o patrimônio cultural da «Casa da História». Certo, não lhe tem faltado o apoio dos governantes do Brasil, a principiar de D. Pedro II, que o amparou desde a fase inicial até se afastar para o exílio, durante meio século de exemplar dedicação, expressa em sua assiduidade às sessões e iniciativas protetoras,

Ceremônias expressivas

Entre os sucessos registados, dois merecem realce especial.

Refere-se o primeiro à homenagem prestada ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, enquanto o outro derivou da memorável visita, ao Brasil, do Presidente de Portugal, General Francisco Higino Craveiro Lopes.

Mercê da eleição decidida em Assembléia Geral de 6 de maio, baseada em disposições estatutárias, a Diretoria compareceu ao Palácio do Catete, a 6 de junho, para entregar o diploma de Presidente de Honra do Instituto Histórico.

Ao interpretar os objetivos da delegação, o Vice-Presidente, Ministro Alfredo Valadão, expôs com precisão eloqüente a significação do título conferido, e, entre outras afirmativas, declarou: «falo em nome de uma Casa, que, pela sua própria natureza, vivendo fora da política partidária, tem os seus olhos erguidos acima de tudo para o Brasil».

A resposta do Presidente da República evidenciou a sua simpatia pelos assuntos históricos e, em consequência, a boa-vontade com que se esforçará por eficazmente cooperar para que não falem as condições indispensáveis ao seu desenvolvimento.

Decorridos alguns dias, análoga cerimônia assinalou-se, a 11, no próprio Instituto, com a presença das diretorias da Sociedade Brasileira de Geografia e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, que se valeram da oportunidade para também oferecer diplomas de Presidente de Honra ao insigne visitante, assim homenageado, na ocasião, por três entidades dedicadas a estudos históricos e geográficos.

Tudo concorreu para o brilhantismo da memorável sessão, de que participaram dois Presidentes da República, o Cardeal D. Jaime Câmara, dois ministros das Relações Exteriores, do Brasil e de Portugal, dois Ministros, da Aeronáutica e da Educação, dois embaixadores, e autoridades de alta hierarquia.

À mais de meia centena de sócios do Instituto, irmanaram-se os membros de outras associações culturais, que ouviram e aplaudiram os discursos então proferidos pelos representantes das três entidades doadoras.

Pelo Instituto Histórico, o seu orador oficial, Reitor Pedro Calmon, proferiu magistral alocução, em que exaltou as glórias de Portugal, de que é o Brasil uma das expressões mais eloqüentes. E tanto se encadeiam os seus destinos, provenientes do passado comum, que o próprio Presidente de Portugal avulta como personificação dos dois povos, graças ao sangue brasileiro de um dos ancestrais, que lhe estua nas veias.

Em tocante improviso, o General Craveiro Lopes agradeceu as homenagens, que tanto o comoviam e confirmou os laços familiares, que o ligavam sobremaneira ao Brasil, donde levaria as mais doces recordações, em que se incluía, com realce especial, a cerimônia promovida pelo Instituto Histórico, de combinação com a Sociedade Brasileira de Geografia e com o Instituto de História Militar.

Também ao longe expressiva recepção verificou-se, quando o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, levou ao governo do Chile as provas cabais da amizade brasileira, em que o secundaram doutos consócios, que faziam parte da comitiva ministerial.

Teve ensejo, então, de referir quanto contribuiu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para intensificar os laços culturais e sentimentais entre os dois povos, cujos historiadores mais de uma vez representaram magnificamente o seu país, como sucedeu ao brasileiro Varnhagen e ao chileno Barros Arana.

Conferências

Como anualmente ocorre, a conferência inicial realizou-se em abril. Coincidindo o Dia Panamericano, a cuja comemoração se dedicava, com o domingo, foi adiada para 16, quando o sócio benemérito Cláudio Ganns explanou o tema, a que applicou a sua sagacidade pesquisadora.

Deu-lhe o título de «Variações em tórno do Panamericanismo», assim contribuindo eruditamente para tornar conhecidas as várias fases por que passou a aspiração continental, até se cristalizar nas concepções modernas de amizade e aproximação dos povos americanos, expressa em carta constitucional, indicativa de radiosa comunhão de ideais pacifistas.

Prova de quanto o Instituto aceita e propaga os ensinamentos da doutrina panamericanista de compreensão recíproca entre os vizinhos, verificou-se na sessão de 6 de maio, quando o douto Embaixador do Paraguai, Dr. H. Sanchez Quell, enamorado das glórias de sua terra natal, teve ensejo de exaltá-las, ao dissertar acêrca do «Panorama sintético de la História Paraguaia».

Entre os conceitos merecedores de aplausos irrestritos, intercalou alguns, contrários às tradições da Casa, que mais de um sócio desejou contestar, não o tendo feito, por deferência ao ardoroso conferencista, prestigiado pela representação diplomática. Em junho, além da sessão memorável, consagrada ao Presidente de Portugal, ocupou a tribuna, a 26, o Embaixador Hildebrando Accioly, que evocou a figura singular do Visconde de Cabo Frio, Joaquim Tomás do Amaral.

O centenário do famoso investigador dos segredos diplomáticos do Brasil, cujo prestígio só declinou na era do Barão do Rio Branco, não devia passar despercebida. A documentada alocução do conferencista, que tão profundamente conhece os fastos da diplomacia brasileira, prestou justa homenagem ao abnegado servidor do Brasil, que, depois de exercer várias comissões, se fixou

na Secretaria do Itamarati, onde serviria de esclarecido mentor de mais de um Ministro das Relações Exteriores.

Nessa mesma sessão comemorativa, o sócio Xavier Pedrosa apresentou dois documentos trazidos de Portugal, devidamente comentados.

A 19 de julho, coube ao desembargador José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho traçar o perfil de José Higino Duarte Pereira, que se ausentou da cátedra, em que pontificava na Faculdade de Direito de Recife, para ir esquadriñar os arquivos holandeses, em busca de documentos relativos ao período em que o Nordeste permaneceu sob o jugo de Nassau e seus sucessores.

Revelou-se-lhe, então, por outra face, a inteligência indagadora, que iria ainda manifestar-se no Parlamento, na Magistratura, como abalazadamente expôs o seu douto biógrafo, que, por doença, não teve ensejo de ler a excelente contribuição, interpretada, em sua ausência, pelo sócio benemérito Leão Teixeira Filho.

No decurso do mês de agosto, houve oportunidade de versarem temas históricos dois sócios de reconhecido saber.

A 14, o Embaixador Acioli recordou a atuação de Ruy Barbosa na segunda conferência de Haia, onde lhe cresceu o prestígio entre os maiores estadistas europeus, convocados para a magna assembléia.

Entrara praticamente desconhecido às delegações das Potências, que decidiam os negócios seus e alheios. Começou a mostrar que não estaria disposto a adotar, sem discussão, a opinião dos maiorais, a quem se ofigurou impertinente a sua colaboração em todos os assuntos.

Em nome do czar, então poderoso, o Presidente De Martens advertiu-o, após um dos seus discursos, de que a política era assunto vedado às reuniões, como se quisesse experimentar o resultado da tentativa de restringir-lhe o uso da palavra.

O delegado brasileiro repeliu a censura em eloqüente improviso, mediante o qual conquistou a admiração da assistência. E daí por diante foi acatado o seu parecer, como se o amparasse alguma das grandes Potências da época.

E participou com o seu saber jurídico de tôdas as discussões importantes, cooperando para a solução de problemas, comentados pelo proficiente conferencista, que os analisou como especialista no assunto.

Antes que findasse o mês, o Ministro Alfredo Valadão, empenhado na elaboração de monografia referente às relações de amizade entre o Chile e o Brasil, anuiu em ler, a 23, dois dos seus capítulos, em um dos quais realçou a cooperação do Embaixador Lastarria

para intensificar a aproximação entre os dois povos, apesar da distância que os separa.

O conferencista, dedicado ao estudo dos fastos brasileiros, especialmente os que tocam ao Segundo Reinado, realçou a preceito a figura do diplomata, estadista, orador e publicista chileno, que o governo do Império acolheu amistosamente, por bem interpretar as simpatias gerais pelo Chile.

Não seria o único da série de chilenos insignes, que vieram ao Rio, para aumentar o prestígio adquirido pela sua terra distante.

Mais recentemente, a 16 de setembro, o Almirante Luis de Oliveira Belo explanou, ainda uma vez, assunto de suas preferências pesquisadoras, em tórno da figura varonil de Tiradentes, cuja interpretação cabal, a seu ver, ainda se acha dependente de correções.

Quadro Social

As perdas que enlutaram o Instituto em período expirante, atingiram a própria Diretoria, de que fazia parte, como segundo secretário, o Professor Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt.

Já tinha colaborado com o seu saber, em congresso promovido pela instituição, quando foi admitido a 12 de maio de 1937, na classe de sócio efetivo. Redobrou, então, de esforços, em conferências e artigos para a Revista, para cuja Comissão Diretora, por fim, entrou, decidido a trabalhar acuradamente.

Foi a fase mais fecunda da sua existência, encerrada, afinal, a 15 de março, quando era sócio benemérito, desde 1949.

O Instituto, que lhe prezava a competência e amizade, prestou-lhe as merecidas homenagens, registradas na «Revista» do 1.º trimestre, em que foi introduzida a tocante página In Memoriam, quando já se achava paginada, às vésperas da impressão, e em números ulteriores, inclusive o mais recente n.º 236.

Washington Luis

Diferentemente de Feijó Bittencourt, infenso à política militante, nela madrugou o ex-Presidente Washington Luis Pereira de Sousa.

Nascido em Macaé, a 26 de outubro de 1870, caber-lhe-iam as honras de cidadão paulistano, quando não mais poderia alguém atribuir a intuítos interesseiros a iniciativa, que lhe premiou o amor a São Paulo, onde se revelaram as suas pronunciadas aptidões de estadista e historiador. Depois de comprovar os pendores para a pesquisa penetrante, em monografias, que não foram ainda superadas, deixou-se empolgar pela política, em trajetória ascendente, que só terminou no apogeu, para mais fortemente lhe acentuar

as qualidades viris, quando enfrentou a adversidade, com a mesma altivez mantida nas fases prósperas.

Por lhe reconhecerem predicados admiráveis, atribuíram-lhe os contemporâneos responsabilidades crescentes na vida pública. de prefeito de Batatais, a deputado estadual, a presidente do Estado, a senador estadual e federal, e por fim a presidente da República.

Quando lhe soçobrou o govêrno, soube permanecer de pé, em demonstração eloqüente da sua destemida dignidade. E o silêncio a que se recolheu, no exílio e depois do regresso ao Brasil, não foi menos edificante do que a sua vitoriosa trajetória anterior, encerrada violentamente pela Revolução de Trinta.

Embora o político emudecesse deliberadamente, por não se adaptar ao novo ambiente afeiçoado às inquietações revolucionárias, o pesquisador ainda continuaria a labutar, como provou, ao entregar aos prelos a *História da Capitania de São Vicente*, às vésperas de sucumbir, com 86 anos de idade, a 4 de agosto.

Assembléia Geral

Para preencher a vaga de Grande Benemérito e tomar outras decisões, reuniu-se a Assembléia Geral de sócios, a 6 de maio.

Nessa ocasião, além da eleição dos dois Presidentes de Honra, que se achariam presentes à memorável sessão de 11 de junho, coube a promoção a Grande Benemérito ao historiador Afonso de Escagnolle Taunay, a quem foi assim prestada justa homenagem, pelo saber e dedicação ao Instituto, de que sômente se afastou depois que o estado de saúde não lhe permitiu repetisse as contínuas viagens à sede.

A obra que realizou, porém, e em que prossegue, com incansável ardor, conquistou-lhe o primado entre os sabedores, e a admiração dos consócios, que lhe conferiram o mais alto título na instituição. Beneméritos, por decisão dos seus pares, tornaram-se os sócios Rubem Rosa e Barbosa Lima Sobrinho, ambos aplaudidos pelas suas contribuições históricas e serviços prestados ao Instituto.

Para as vagas resultantes, foram eleitos sócios efetivos Daniel de Carvalho e Aloísio Napoleão.

O primeiro, por imperativos de consciência, renunciou ao mandato, que desempenhava exemplarmente na Câmara dos Deputados, para se consagrar com mais afincio à literatura histórica, ramo que já cultivava, alternadamente com os estudos jurídicos, de que necessitava em sua intensa atividade pública.

O outro inclui-se na classe dos diplomatas, que se valem da sua posição para aprofundarem as pesquisas históricas referentes a

assuntos brasileiros, como fizeram Varnhagen, Joaquim Caetano, Rio Branco.

Acha-se, portanto, em companhia de escol o novo sócio, que ainda recentemente publicou a segunda edição da biografia de Santos Dumont, por ocasião do meio centenário do seu glorioso feito.

Revista

Além das conferências realizadas e ocorrências, que lhe realçaram o prestígio adquirido em longa trajetória, pontilhada de iniciativas memoráveis, o Instituto mantém em dia a sua Revista, cujo número 236, correspondente ao 3.º trimestre, já saiu a lume.

E, mais, também editou seis tomos especiais, que contêm o «Catálogo de documentos sobre a História de São Paulo existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa».

Iniciativa da «Comissão de Festejos do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo», a cujos devotados membros o historiador J.P. Leite Cordeiro apresentou proposta para a elaboração de verbetes referentes ao assunto, o governo português tomou a si o encargo de promover-lhe a execução.

E como já não operasse a Comissão, o manuscrito foi ter ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, de acôrdo com o qual o Instituto Histórico anuiu em publicá-lo.

Seis volumes, de cêrca de mais de quatrocentas páginas, vieram a lume, permitindo, assim, fácil consulta aos documentos que se acham arquivados em Lisboa.

Para tamanha atividade editorial, de valia incontestável, contribuiu sobremaneira a Comissão Diretora, de que atualmente faz parte o Cel. J.B. Magalhães, substituto do saudoso confrade Feijó Bittencourt, juntamente com o General Estêvão Leitão de Carvalho e Cláudio Ganns.

Não lhe faltou a prestante cooperação da Imprensa Nacional, desde o seu diretor, Dr. Alberto Brito Pereira, ao pessoal das oficinas, solícitos em superar os obstáculos que porventura se apresentem ao andamento normal da impressão, assim merecendo agradecimentos do Instituto.

Também concorreu para que viessem a lume os nove volumes, quatro redigidos na atualidade e seis referentes ao passado colonial, a dedicação eficiente de Adelaide Morosini Alba, incumbida de indispensáveis tarefas auxiliares. Aliás, as atividades aplicadas em benefício da Revista, ela as desenvolve sem prejuízo algum das funções normais, de diretora da Secretaria do Instituto, e por isso lhe cabem elogios da chefia.

O seu exemplo de operosidade incansável anima os colaboradores, que se esforçam também por bem cumprirem o seu dever, como evidenciam os resultados colhidos.

Catálogo

Foi iniciada a revisão da catalogação da Mapoteca e Biblioteca, em que se incluíram 4.500 miscelâneas, entregues à consulta pública.

No Arquivo, 350 documentos foram catalogados, prosseguindo a cópia das peças da série CotePIPE destinadas à impressão, depois de comentadas.

Consultas

Livros e opúsculos	63.152
Jornais	14.390
Revistas	29.546
Mapas	11.115
Documentos do Arquivo	60.544
Visitantes do Museu	1.088

Correspondência

Ofícios, cartas, telegramas recebidos	3.376
Idem, expedidos	5.114

Doações

Livros, opúsculos	517
Revistas nacionais e estrangeiras ..	794
Jornais	129
Catálogos	109
Mapas	64

Nesta última classe inclui-se o Mapa do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas. Organizado e desenhado no Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso (Ministério da Guerra — Estado Maior do Exército) sob a direção geral do Exmo. Sr. General de Divisão Cândido Mariano da Silva Rondon. Oferta do General Francisco Jaguaribe Gomes de Matos.

Microfilmagem

Em abril último, a despeito da instalação modesta, começou a operar o técnico Wilhelm Augusto Hein, ao microfilmar os documentos do Arquivo de José Bonifácio e outros, cujos negativos se acham guardados em 110 pastas com o total de 5.500 quadrinhos.

Também foram obtidos filmes de documentos do Arquivo General de Índias de Sevilha, da Biblioteca Nacional de Madrid, mercê de permuta com o Dr. Taborda Lacerda, que obteve as referidas cópias. Considerada a procura que tem tido os documentos reduzidos a filmes, é de prever que maior incremento impulse o serviço na sede nova, onde disporá de condições mais favoráveis à execução.

E assim o Arquivo apresentará maiores facilidades para os estudiosos que, até quando distantes, poderão consultá-los, mediante cópia em microfilme. Desta maneira, o Instituto empenha-se por adotar os processos recomendados pela técnica moderna, para melhormente facilitar as atividades dos pesquisadores, que lhe reconhecem e proclamam a decisão e presteza em bem servir, para maior desenvolvimento dos estudos históricos no Brasil.

ATA DA SESSÃO COMEMORATIVA DO «DIA PANAMERICANO» — em 16 de abril de 1957 (Sessão 1.874) — Conferência do Dr. Cláudio Ganns, sobre: *Variações em torno do Americanismo* — Votos de pesar pelos falecimentos do Presidente José Linhares — Dr. Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, 2º secretário do Instituto Histórico, conforme proposta dos sócios Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva e Dr. Ordival Cassiano Gomes.

Presidência: Ministro Alfredo Valladão, vice-presidente.

No dia 16 do corrente, às 17 horas, em sua sede, realizou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a sessão comemorativa do Dia Pan-Americano. Na ausência do presidente perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, impedido por motivos de força maior de comparecer, assumiu a Presidência o vice-presidente Ministro Alfredo Valladão.

Após declarar aberta a sessão, convidou para a mesa, além do primeiro secretário, a Sra. Embaixatriz da Guatemala, o presidente da Sociedade Brasileira de Geografia e os representantes do Embaixador dos Estados Unidos, do ministro da Guerra, do ministro da Saúde, da União Pan-Americana, da Sociedade de Geografia de Lisboa, do Centro Paulista.

O primeiro secretário, em seguida, leu o telegrama do Deputado Ulisses Guimarães, presidente da Câmara dos Deputados, e as Efemérides do Barão do Rio Branco referente à data.

Com a palavra, o sócio benemérito Cláudio Ganns, na tribuna, proferiu erudita conferência de que evidenciou cabais conhecimentos do Panamericanismo, desde as suas origens até a atualidade, e as várias fases por que tem passado. Terminados os aplausos que mostraram a aprovação dos ouvintes, o Ministro Alfredo Valladão considera não destoar da comemoração de hoje, antes ajustar-se-lhe perfeitamente a proposta que passa a apresentar, relativamente ao *Jornal do Comércio*, um dos maiores defensores do Panamericanismo.

«É esta a primeira sessão que se realiza, depois da passagem do *Jornal do Comércio* para outro diretor.

E a este acontecimento não pode ficar indiferente o Instituto, seu irmão em longevidade e seu irmão em glórias».

«Tem o *Jornal do Comércio* como tem o Instituto, a verdadeira figura de uma instituição nacional».

«Nasceu nos albores do Brasil-Independente, para servi-lo e honrá-lo, por tôdas as formas, nessa luminosa trajetória que já conta 130 anos de ininterrupto desenvolvimento.

«Proponho pois que se lance em ata um voto de homenagem ao diretor que se retirou, o nosso eminente consócio Dr. Elmano Cardim, que com tanto brilho manteve as tradições do grande órgão, e de congratulações com o diretor que entrou, o eminente Professor Santiago Dantas, que por certo com igual brilho saberá mantê-las».

Unânimemente aprovada esta proposta, o sócio J. B. Magalhães, para reforçá-la, acrescentou ser justa a homenagem ao *Jornal do Comércio*, e ao seu atual diretor, que assegurou à hora da posse manter as suas tradições, conforme o programa que traçou. Em seguida, o sócio Ildefonso Mascarenhas da Silva pede a palavra para justificar a consignação na ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Presidente José Linhares:

«Sr. Presidente; Srs. Consócios e digna Assistência.

É do conhecimento de todos o falecimento, ocorrido em 26 de janeiro dêste ano, do grande brasileiro, notável jurista, juiz perfeito e estadista de toga — *Presidente José Linhares*.

Confúcio observou que o verdadeiro homem deve ter a alma grande, magnânima, afável e doce, a fim de poder espalhar benefícios com profusão; elevada e firme, imperturbável e constante, a fim de fazer reinar a justiça e a equidade; ser simples, honesto, austero, trabalhador, reto e justo, para atrair o respeito e a veneração; ser revestido dos ornamentos do espírito, dos talentos que procura o estudo assíduo e dessas luzes que distingue o verdadeiro do falso, e o bem do mal. Assim foi o Presidente José Linhares.

Mereci a honra de sua amizade e de sua convivência atenciosa, agradável e digna. Foi um homem sem vícios. Tinha a integridade, a fortaleza, a lealdade, a compreensão, a tranqüilidade, a energia e a bondade de quem não tem vícios, honrando a «família-tronco», na conhecida expressão sociológica, de que provinha. Possuía a tenacidade, o sentimento familiar e a fé de cearense. Tôda a sua vida foi magistrado. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1908 e ingressou na magistratura do Distrito Federal, mediante concurso, em janeiro de 1913. Ele próprio disse que iniciou sua carreira como a encerrou: com

simplicidade e sem anúncio. Serviu como pretor criminal, pretor civil, juiz de direito e desembargador do Tribunal de Justiça, grangeando o conceito de juiz bom, sábio, ímpoluto, digno, independente, exemplar no trabalho e justo.

Em dezembro de 1937 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo que exerceu até janeiro de 1956, ocasião em que foi aposentado, compulsoriamente, por ter completado 70 anos de idade, limite que a Constituição estabeleceu para o funcionário servir à Nação. De 1940 a 1944 foi vice-presidente e de 1945 a 1956 foi presidente da Corte Suprema. Exerceu esse elevado cargo, sentenciou o grande brasileiro Professor Orozimbo Norato, seu substituto na Presidência do Supremo Tribunal Federal, «com equilíbrio, lucidez, dignidade, inteligência, tato e serenidade».

Em 1945 foi o presidente da comissão encarregada de elaborar a Lei Eleitoral e Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, que organizou e instalou.

Ocupava a presidência do S.T.F. e do T.S.E., quando convocado pelas Forças Armadas para assumir a Presidência da República num momento grave da vida nacional. Governou com a prudência, a firmeza e a compreensão que a ocasião exigia. Com atilamento, sinceridade, perspicácia, e espírito público preparou a redemocratização do País. Assegurou eleições livres e honestas e apuração eleitoral eficiente, exata e justa. Permaneceu no Governo de 30 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1946. Foi um Presidente da República à altura do momento e a História guardará seu nome ilustre e sua memória benemerita, pois correspondeu integralmente à confiança da Nação.

Sua vida privada era paradigma de virtudes. Gostava de ajudar, de servir, de fazer o bem. Simples, modesto, suave, afetivo, conciliador, austero, íntegro, sensato, digno, era um cidadão prestante, amigo precioso e chefe de família exemplar. Era virtuoso por temperamento e por convicção. Sua existência foi de uma claridade sem sombra e emoldurada pela bondade, marcada pelo signo da bondade. Era leal e seguro nas suas amizades e afetos, honrado e sem ódios ou prevenções, sem arestos e sem vaidades. Era sempre ele próprio, igual na sua modéstia e magnitude, qualquer que fôsse o cargo ou posição que ocupasse. Jamais elevou o tom de voz para quem quer que fôsse, mesmo nos momentos mais agudos de irritação do espírito. Sua pessoa irradiava um halo de simpatia, admiração, respeito e bondade.

Ele se prezava de ser juiz e foi justo no sentido perfeito desta expressão. Dizia que o julgador também é julgado, e quase sempre com justiça. Seu julgamento por nós é a sua consagração.

O nome de José Linhares penetrou a História como o de um juiz perfeito que foi chefe de Estado e de um chefe de Estado patriota e com visão de estadista que foi juiz. Entre os grandes atos do seu benemérito Governo, peço licença para recordar: a redemocratização pacífica do País, a nomeação do nosso amado presidente perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares para interventor federal em São Paulo, a criação do Fundo Rodoviário Nacional e a concessão da autonomia à Universidade do Brasil.

Requeiro que seja consignado na ata êste voto de profundo pesar pelo falecimento do Presidente José Linhares».

Para idêntico fim, o sócio Ordival Cassiano Gomes enalteceu a individualidade de Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, seu 2º secretário, cuja colaboração eficiente o Instituto perdeu no mês próximo passado.

O presidente da sessão solidariza-se, em breves palavras, com ambas as propostas, significando ademais, quanto ao saudoso consócio Professor Feijó Bittencourt, ter comparecido pessoalmente a tôdas as homenagens fúnebres ao mesmo prestadas e submetendo-se à votação, declarou-as aprovadas por unanimidade.

Homenagem análoga, referente ao Professor Feijó Bittencourt, prestou o sócio benemérito Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho em nome da Comissão de História, de que era o sócio desaparecido, um dos mais operosos e estimados membros. Os seus companheiros de trabalhos também pediam fôsse consignada em ata a expressão do seu pesar.

Não havendo quem mais quisesse fazer uso da palavra, o presidente agradeceu a presença de autoridades e de quantos ouviram a aplaudida alocução do conferencista e declarou encerrada a sessão.

Justificaram a sua ausência o Marechal Cândido da Silva Rondon, Ministro Augusto Tavares de Lyra e o General Pedro Cavalcanti.

Compareceram os seguintes sócios: Alfredo Valladão, Virgílio Corrêa Filho, Cláudio Ganns, João Batista Magalhães, Estêvão Leitão de Carvalho, Guilherme Auler, Juvenal Greenhalgh, Ordival Cassiano Gomes, Herbert Canabarro Reichardt, Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, H. C. de Sousa Araújo, José Antônio Soares de Sousa, Dodsworth Martins, Argeu Guimarães, J. M. B. Castelo Branco, F. Jaguaribe de Matos, Marcos Carneiro de Mendonça, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Manuel Diegues Júnior, Sérgio Corrêa da Costa, Francisco

Marques dos Santos, Hildebrando Accioly, Afonso Bandeira de Melo, Carlos da Silveira Carneiro, Ivolino de Vasconcelos. Luís Felipe Vieira Souto, Ildefonso Mascarenhas da Silva e José Augusto Bezerra de Medeiros.

Encerrou-se a sessão às 19 e meia horas. — *Virgílio Corrêa Filho*, 1º secretário.

ASSEMBLÉIA GERAL em 6 de maio de 1957 (Sessões números 1.875 e 1.876) — 2ª convocação.

Presidência: Dr. Rodrigo Otávio Filho (3º vice-presidente).

Às 16 horas do dia 6 de maio, reuniu-se, em Assembléia Geral, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de acôrdo com a convocação respectiva.

Na ausência do presidente perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, assumiu a Presidência o 3º Vice-presidente Rodrigo Otávio Filho, que convidou para completar a Mesa, como 1º e 2º secretários, os sócios beneméritos Dr. Virgílio Corrêa Filho e o Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho.

Após explicar a sua presença, concedeu a palavra ao 1º secretário, Virgílio Corrêa Filho, que deu aos consócios conhecimento do Decreto nº 13.513, de 30 de abril de 1957, assinado pelo Sr. prefeito do Distrito Federal, que declara de utilidade pública, para ser desapropriado, o terreno à Avenida Henrique Valadares pertencente ao Instituto e por isso pedia à Assembléia autorização para que pudesse o Sr. presidente perpétuo tomar as providências aconselháveis para a melhor defesa dos seus direitos, mediante entendimentos com a Prefeitura.

Depois de várias indagações a respeito, foi unânimemente concedida a solicitada autorização.

Também foi aprovado, sem discrepância de voto, o parecer da Comissão de Fundos e Orçamento, favorável à aceitação das contas de 1956, cujo balanço se achava na mesa para exame geral.

O primeiro secretário leu, depois, as propostas, em virtude das quais o presidente proclamou eleitos presidentes honorários do Instituto o Presidente do Brasil, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira e o de Portugal, General de Brigada Francisco Higino Craveiro Lopes, de acôrdo com o artigo 29 dos Estatutos, que isentava de votação a proposta subscrita por número tão elevado de sócios. Lido, em seguida, o parecer referente à elevação do sócio benemérito Afonso de E. Taunay à categoria de Grande Benemérito, e submetido a discussão e votação, foi aprovado unânimemente.

De igual maneira, o plenário manifestou-se a favor das propostas, e respectivos pareceres relativos aos sócios efetivos Rubens Rosa e Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, para sócios beneméritos e Daniel de Carvalho e Aloísio Napoleão para sócios efetivos.

Terminadas as votações, o sócio efetivo José Augusto propôs a inclusão em ata de um voto de pesar pelo falecimento do escritor Carlos Pontes, cujos méritos exaltou.

Também o sócio benemérito Pedro Calmon propôs igual homenagem a Wasth Rodrigues, e o efetivo Ordival Gomes a Feijó Bittencourt, por ser a primeira Assembléia reunida após seu falecimento. Com iguais intuitos, o sócio Florêncio de Abreu referiu-se a individualidade prestigiosa de Otelo Rosa, culto escritor riograndense, desaparecido recentemente e o efetivo Ivolino de Vasconcelos ao médico português Augusto da Silva Carvalho decano dos historiadores médicos portugueses e cujos ensaios sôbre história de Medicina elogiou.

Declarando-se solidário com os proponentes, o sócio benemérito Rodrigues Otávio Filho recordou ter sido Feijó Bittencourt seu amigo de infância e o sócio benemérito Vilhena de Moraes, a propósito de Wasth Rodrigues freqüentador do Arquivo Nacional, e autor de obras valiosas, lamentou que o Instituto não o houvesse acolhido em seu quadro social.

Para uma explicação, o Presidente José Carlos de Macedo Soares, que chegara pouco antes à sala, e fôra convidado a tomar lugar à Mesa, como seu presidente, falou acêrca de Wasth Rodrigues, seu amigo, que só não ingressou no Instituto, porque, retraído e tímido, pediu aos promotores de sua candidatura que desistissem de tais propósitos, que lhe contrariavam o gôsto de viver a seu modo, fora de grêmios e reuniões sociais.

Por fim, sugeriu, merecendo aprovação geral, que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro cunhasse medalhas em homenagem ao sócio benemérito Feijó Bittencourt, cuja perda todos deploravam.

Antes do encerramento da sessão o 1º secretário lembrou o aniversário do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, para lhe manifestar as congratulações da Assembléia, que lhe endossou a indicação.

Declarou então, o presidente encerrados os trabalhos da Assembléia Geral, à qual compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Estêvão Leitão de Carvalho, João Batista Magalhães, Cláudio Ganns, José Antônio Soares de Sousa, Thiers Fleming, Cristóvão Leite de Castro, Herbert Canabarro Reichardt, Juvenal Greenhalgh,

Adolfo Morales de los Rios Filho, Marcos Carneiro de Mendonça, Ordival Cassiano Gomes, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, José Augusto Bezerra de Medeiros, Rodrigo Otávio Filho, Américo Jacobina Lacombe, Florêncio de Abreu, J. M. Brandão Castelo Branco, Hélio Viana, Honório Rodrigues, Artur César Ferreira Reis, Jorge Dodsworth Martins, Manuel Diegues Júnior, Argeu de Segadas Machado Guimarães, Guilherme Auler, Eugênio Vilhena de Moraes, Hildebrando Accioly, Ivolino de Vasconcelos, Francisco Marques dos Santos, Francisco Jaguaribe Gomes de Matos, Pedro Calmon, Álvaro Rodrigues de Vasconcelos, Justo Pastor Benitez, Heraclides César de Sousa Araújo, Barbosa Lima Sobrinho, Levi Carneiro, Carlos da Silveira Carneiro e Ildefonso Mascarenhas da Silva.

Justificaram a ausência: Ministro Augusto Tavares de Lyra, Marechal Rondon, General Pedro Cavalcanti, Dr. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa.

Encerrou-se a sessão às 17 horas. — *Virgilio Corrêa Filho*, 1º secretário.

ATA DA SESSÃO, em 6 de maio de 1957 (Sessão 1877) — Conferência do Embaixador Dr. Hipólito Sanchez Quell acêrca do «Panorama Sintético de la História Paraguaia».

Presidência: Ministro José Carlos de Macedo Soares.

Às 17 horas do dia 6 do corrente, realizou-se a sessão especial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que o Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares iniciou, ao constituir a mesa, com os senhores Embaixadores do Paraguai, da Espanha, da Bolívia, e o Governador do Território da Rondônia.

E declarando que se destinava a reunião à conferência do Embaixador Dr. Hipólito Sanchez Quell, acêrca do «Panorama Sintético de la História Paraguaia», pediu licença para se retirar, pois que fôra chamado com urgência ao Itamarati, onde se achava uma comissão da Câmara dos Deputados à sua espera. Passou a direção dos trabalhos ao Vice-Presidente Dr. Rodrigo Otávio Filho, que deu a palavra ao 1.º Secretário, para ler as Efemérides do Barão do Rio Branco, referentes à data, e os telegramas:

«Motivos imperiosos privaram me prazer comparecer brilhante conferência ilustre Embaixador Paraguai Pt Agradeço sensibilizado-amável convite pt Ulysses Guimarães». «Agradecendo gentileza convite assistir conferência senhor Embaixador Paraguai vg lamento que compromisso anteriormente assumido tenha impedido meu comparecimento pt. CDS Mário Meneghetti Ministro Agricul-

tura». — «Lamentando não poder comparecer conferência será pronunciada senhor Embaixador Paraguai virtude compromisso anterior assumido vg agradeço penhorado gentileza convite pt Cordiais saudações Clóvis Salgado vg Ministro Educação Cultura». — «Lamentando impossibilidade comparecer conferência sua Exce-lência Senhor Embaixador do Paraguai vg agradeço gentileza convite pt. José Maria Alkimim vg Ministro Fazenda». — «Lamentando impossibilidade comparecimento sessão dia 6 corrente vg motivo compromisso anteriormente assumido vg tenho satisfação agradecer honroso convite pt Atenciosas saudações Antônio Alves Câmara vg Almirante Esquadra Ministro Marinha» — «Ausentando-me Recife realizar conferência lamento privar-me prazer ouvir ilustre Embaixador Quell. Peregrino Júnior». — «Impossibilitado de comparecer vg agradeço honroso convite pt Gen. Nelson Mello Chefe Gabinete Militar».

Em seguida, o Embaixador Sánchez Quell, da tribuna, pronunciou erudita conferência, de exaltação do povo paraguaio e seus anseios de progresso, desde os primórdios da ocupação da terra dos guaranis pelos conquistadores espanhóis, da classe dos Ayolas, Irala, Chaves.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Estêvão Leitão de Carvalho, João Batista Magalhães, Cláudio Ganns, José Antônio Soares de Sousa, Thiers Fleming, Cristóvão Leite de Castro, Herbert Canabarro Reichardt, Juvenal Greenhalgh, Adolfo Morales de los Rios Filho, Marcos Carneiro de Mendonça, Ordival Cassiano Gomes, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, José Augusto Bezerra de Medeiros, Rodrigo Otávio Filho, Américo Jacobina Lacombe, Florêncio de Abreu, J.M. Brandão Castelo Branco, Hélio Viana, Honório Rodrigues, Artur César Ferreira Reis, Jorge Dodsworth Martins, Manuel Diegues Júnior, Argeu de Segadas Machado Guimarães, Guilherme Auler, Eugênio Vilhena de Moraes, Hildebrando Acioli, Ivolino de Vasconcelos, Francisco Marques dos Santos, Francisco Jaguaribe Gomes de Matos, Pedro Calmon, Álvaro Rodrigues de Vasconcelos, Justo Pastor Benitez, Heraclides César de Sousa Araújo, Barbosa Lima Sobrinho, Levi Carneiro, Carlos da Silveira Carneiro, Ildefonso Mascarenhas da Silva.

Justificaram a ausência: Ministro Augusto Tavares de Lira, Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon e General Pedro Cavalcanti.

Enviaram ofícios e telegramas: Associação Brasileira de Imprensa, Gabinete Português de Leitura e muitas outras entidades culturais.

Encerrou-se a sessão às 19 e meia horas. — *Virgílio Corrêa Filho*, 1.º Secretário.

ATA DA SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE DE PORTUGAL GENERAL FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — Em 11 de Junho de 1957 (Sessão 1878) — Discurso do orador oficial Dr. Pedro Calmon e Palavras do Presidente Craveiro Lopes.

Presidência: Ministro José Carlos de Macedo Soares.

Às dezessete horas e meia do dia onze de junho de mil novecentos e cinquenta e sete realizou-se a sessão solene na qual o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro prestou a sua homenagem à S. Exa. o Presidente da República Portuguesa, General Francisco Higinio Craveiro Lopes, por ocasião de sua visita ao Brasil.

O Ministro José Carlos de Macedo Soares, Presidente Perpétuo dêsse sodalicio convidou para tomar parte na mesa da presidência: os Srs. Cardeal D. Jaime de Barros Câmara, Ministro das Relações Exteriores de Portugal, Dr. Paulo Cunha; Ministro da Educação e Cultura, Dr. Clóvis Salgado, Embaixador de Portugal, Dr. Antônio de Faria; Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Henrique Fleiuss; Embaixador Álvaro Lins, os Chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República, Dr. Ernesto de Sousa Campos, General Tristão de Alencar Araripe, Presidente do Instituto Histórico Geográfico Militar do Brasil; General Jaguaribe Gomes de Matos, Presidente da Sociedade Brasileira de Geografia, Dr. Virgílio Corrêa Filho, 1º Secretário do Instituto Histórico.

Dando início à solenidade o Presidente do Instituto Histórico, Ministro José Carlos de Macedo Soares, convidou S. Exa. o Sr. Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente da República e Presidente de honra do Instituto Histórico a presidir a sessão.

Depois das saudações protocolares dirigidas aos Presidentes do Brasil e de Portugal, à Sua Eminência, o Sr. Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, à Sua Excelência, Senhor Ministro das Relações Exteriores e Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dos Srs. Ministros de Estado, salientando entre êles o Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Henrique Fleiuss, por ser filho do saudoso Max Fleiuss, dos Srs. Presidentes das Sociedades que conjuntamente com o Instituto Histórico promoviam aquela homenagem ao Exmo. Sr. General Francisco Craveiro Lopes, às demais pessoas gradas que ocupavam lugar à mesa, às Senhoras e Senhores, inicia o Dr. Pedro Calmon o seu discurso.

Declina a sua qualidade de orador único a falar em nome das três Academias, unificadas pelo sentimento de fidelidade a Portugal, para outorgar ao Sr. General Craveiro Lopes o diploma de Presidente de honra de cada uma dessas Academias.

Mediante êste título o Sr. Gal. Craveiro Lopes podia presidir em espírito qualquer dessas Sociedades, pois quizeram com êste vínculo significar quanto dentro delas, onde reina a maior brasilidade, se presa e se cultua Portugal.

Temos com as outras nações relações de mútuo respeito e amizade, mas com a pátria do nosso eminente hóspede os laços são diferentes, são consanguíneos, quase diria naturais e eternos.

Atravessando a água pelos rumos das Caravelas que descobriram a Terra de Santa Cruz, o General Craveiro Lopes é portador da soberania portuguesa e intérprete do seu povo junto de nós, podemos pois afirmar com tôda ênfase: Sua Excelência é Portugal.

Somos duas pátrias e uma só cultura, dois Estados e uma só civilização, duas populações unidas pela mesma crença e a mesma língua. Somos dois países que trazem no sangue o íntimo segrêdo da unidade. Somos um e continuamos a ser um em Deus, na tradição, na crença e na raça e na atitude perante o mundo que nos impõe a exigência de continuarmos juntos.

Costumava dizer Afrânio Peixoto que o Brasil era o XI Canto dos Lusíadas. Os dez primeiros escrevera o poeta épico, êste último, o undécimo Canto escrevera com rimas graníticas o povo português, isto é, a boa gente que há quatro séculos e meio atravessando o Atlântico — mare nostrum — trouxera a estas plagas a semente das grandes colheitas, o sangue e o suor do trabalho honrado, tudo isto que constitui o Canto undécimo da poesia brasileira.

Em nome dêsses sentimentos, dessas realidades, dessa sagrada religião da tradição, aqui estamos para dizer a Sua Excelência que além do alto título de Chefe do Estado Português, êle tem outro no qual damos muito valor. É que Sua Excelência também é brasileiro naquele sentido que os Portuguezes dão aos seus que vivendo no Brasil, voltam a Portugal. O Higino do seu preclaro nome vem daquele Alferes de Milícia do Maranhão, Higino Xavier Lopes, militar e sertanista, que durante 22 anos palmilhou os sertões do Piauí, sendo co-fundador da vila de Santo Antônio do Campo Maior, onde nasceu o filho, Francisco Xavier Lopes, também do seu honrado nome, o qual foi um bravo Cabo de guerra e é o seu ilustre bisavô.

O Sr. General Craveiro Lopes, nesta tradição de bons portugueses, tem título que lhe assegura êste outro que nesta hora lhe damos, no sentido do português que veio e que voltou, para, com nobreza, galanteria e dignidade assumir o honroso compromisso de fundar com o Presidente do Brasil a unidade luso-brasileira.

As doudas Academias aqui congregadas chamam respeitosa-mente a atenção de Sua Excelência para o símbolo de vera lusi-tanidade, que existe neste Salão, sob a mesa presidencial, espécie de pedra de ara sôbre a qual se rezou a primeira Missa, uma pedra padrão daquelas que os portuguezes traziam no bôjo das caravelas e que plantavam nas novas terras para significar aos outros povos, que chegando êles por primeiro aquelas terras tinham dono. São pedras que estão nos alicerces do Brasil, e aquela que está no Salão, figurava em Cananêia, ainda dos tempos em que José de Anchieta evangelizava os brasis.

Sejam estas evocações e grandes realidades motivo para o voto que as Academias congregadas formulam nesta hora lusiada, lusiada na acepção que Sua Excelência deu ao falar ontem no Real Gabinete Português de leitura, para que Portugal siga o seu caminho, sob a proteção de Deus, e triunfe como de tantas vêzes no seu alto destino, ao grito: Real, Real, Real por Portugal.

O discurso do Dr. Pedro Calmon foi vivamente aplaudido.

De pé, acompanhado por todos os presentes, o Presidente da República Dr. Juscelino Kubitscheck, fêz a entrega ao General Craveiro Lopes dos diplomas de Presidente de honra que as três Sociedades, naquele momento, lhe outorgavam.

Após o Discurso do Professor Pedro Calmon fala o General Craveiro Lopes.

Começa por lamentar o ter de despertar do encantamento em que todos ficaram com o discurso do Dr. Pedro Calmon, de tão puro recorte literário a que êle, em resposta, não podia corresponder. Mesmo que não tivesse preparado algumas palavras a dizer hoje, não podia deixar de dizer alguma coisa em reconhecimento pela homenagem que as sábias Academias quizeram ter para com o Chefe de Estado Português.

Refere-se a cada uma das Academias (o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a Sociedade Brasileira de Geografia e o Instituto Histórico e Geográfico Militar) que lhe outorgavam o diploma de Presidente de Honra, com palavras repassadas de emoção.

Homem simples, diz, soldado, não possui as excelsas qualidades que o seu grande amigo, Dr. Pedro Calmon lhe atribui, por isso ao aceitar a distinção só conta o Chefe de Estado porque o homem val pouco, para merecer as homenagens destas doudas Academias.

São elas que recolhem através das gerações os ecos dos feitos dos que tiveram a suprema glória de fundar o Brasil.

De referência a sua ascendência tão belamente recordada no discurso de Calmon, todos êles pertenceram a êste número ignorado de homens que fizeram pelo Brasil tudo o que puderam fazer —

trabalho, defesa e ilustração. Os seus nomes modestos são para o descendente motivo de honra porque êles, apesar de tudo, souberam cumprir o seu dever.

Sente-se também um pouco brasileiro, sinceramente ligado a esta terra como todos que vivem do outro lado do Atlântico, e é sempre difícil para um português superar a idéia de que o Brasil também foi Portugal.

Agradece a Sua Excelência Sr. Presidente da República Dr. Juscelino Kubitschek a gentileza da sua presença, naquele momento, ao seu lado.

Os brasileiros e portugueses, são muito sentimentais; têm o coração bem próximo da boca e a lágrima sempre pronta no canto dos olhos. É por isto que êstes contatos com Sua Excelência, o Sr. Presidente da República criaram no orador um sentimento de simpatia tão grande que, ao deixar a Capital Federal, sente que começa a ser verdadeiramente seu amigo.

Leva recordações de todos os brasileiros, que têm sido tão gentis para o Chefe do Estado Português, mas quer que seja a figura do Presidente Juscelino Kubitschek aquela que levará consigo dentro do resto do coração que ainda lhe sobrar ao deixar o Brasil.

Por último e para terminar apresenta ao seu amigo Dr. Pedro Calmon os seus melhores agradecimentos e pede transmitir êstes sentimentos às Academias que representou, dizendo-lhes que guardará êstes diplomas perto de si para que recorde sempre a situação magnífica em que a palavra do seu amigo Calmon elevou-se tanto que todos os que aqui vieram para ouvir as pobres palavras que acabava de proferir, se deram por bem vindo.

As últimas palavras do General Craveiro Lopes foram entusiasticamente aplaudidas pelo auditório.

O Sr. Presidente do Instituto Histórico, agradecendo a presença de S. Excelência Sr. Presidente da República, de Sua Eminência, Sr. Cardeal D. Jaime Câmara, dos Srs. Ministros de Estado, e de outras pessoas de destaque que tomavam parte à mesa da presidência, deu por encerrada a sessão.

Compareceram os seguintes sócios: Juscelino Kubitschek de Oliveira, José Carlos de Macedo Soares, General Francisco Higino Craveiro Lopes, Virgílio Corrêa Filho, Artur César Ferreira Reis, Manuel Diegues Júnior, Ernesto de Sousa Campos, Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, Francisco Jaguaribe Gomes de Matos, Wanderley de Araújo Pinho, Vieira Ferreira, Guilherme Auler, Cláudio Ganns, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Estêvão Leitão de Carvalho, José Augusto Bezerra de Medeiros, José Antônio Soares de Sousa, Justo Pastor Benitez, Ordival

Cassiano Gomes, Ildefonso Mascarenhas da Silva, Argeu Guimarães, Adolfo Morales de los Rios Filho, Marcos Carneiro de Mendonça, Heraclides César de Sousa Araújo, Henrique Fleiuss, Thiers Fleming, Carlos Carneiro, Hildebrando Acioli, Luís de Oliveira Belo, Juvenal Greenhalgh, Álvaro Alberto, José Honório Rodrigues, Hélio Viana, Américo Jacobina Lacombe, Agnelo Bittencourt, Dodsworth Martins, Afonso Arinos de Melo Franco, Ivolino de Vasconcelos, Florêncio de Abreu, Herbert Canabarro Reichardt, Afonso Bandeira de Melo, Luís Viana, Haroldo Valladão, Lucas Alexandre Boiteux, Eugênio Vilhena de Moraes, Alfredo Valadão, Pedro Calmon, Gustavo Barroso, Elmano Cardim, Julião Rangel de Macedo Soares, Dom Jaime de Barros Câmara.

Encerrou-se a sessão às 17 horas e meia.

Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, 2.º Secretário.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA EM 26 DE JUNHO DE 1957
(Sessão 1879) — Conferência do Embaixador Hildebrando Acioli sobre: «O Visconde de Cabo Frio» (Joaquim Tomás do Amaral).

Presidência: Ministro José Carlos de Macedo Soares.

A vinte e seis de junho de mil novecentos e cinquenta e sete, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sob a presidência do Ministro José Carlos de Macedo Soares, que convidou para a mesa o Tenente-Coronel Ademar Gutierrez Ferreira, representante do Senhor Ministro da Guerra, Major Augusto dos Santos Cunha Júnior, representante do Sr. Prefeito do Distrito Federal.

Declarou destinar-se a reunião à comemoração do cinquentenário da morte do Visconde de Cabo Frio (Joaquim Tomás do Amaral), como explicaria o orador especialmente convidado para tal fim, o Embaixador Hildebrando Acioli.

Após a leitura das Efemérides do Barão do Rio Branco, relativas ao dia, o que foi feito pelo 1.º Secretário Virgílio Corrêa Filho, e antes de dar a palavra ao orador programado para a sessão, o Presidente do Instituto, Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares deu a mesma ao consócio Xavier Pedrosa, inscrito para fazer uma comunicação a propósito de dois documentos relativos à invasão do Rio de Janeiro pelos Franceses, em 1710 e 1711; documentos que trouxe do Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa, e lhe foram oferecidos pelo Diretor daquela Casa, o Sr. Dr. Alberto Iria. São duas cartas cuja leitura procedeu e abordou sobre as mesmas algumas considerações relativas a con-

dição de serem inéditas para a historiografia brasileira. Terminou por oferecer os documentos para o Arquivo do Instituto Histórico.

Iniciando a sua conferência, o consócio Hildebrando Acioli justifica a sessão em homenagem ao Barão e Visconde de Cabo Frio pela passagem do cinquentenário da morte dêsse grande servidor do Brasil, tanto no campo dos negócios interiores como do exterior. Serviu nos dois regimes políticos — o Império e a República. Desde a mocidade até a idade provecta.

O Itamarati foi o setor da vida brasileira onde atuou o Visconde de Cabo Frio, Joaquim Tomás do Amaral.

O orador apresenta documentos de valor existentes no Arquivo histórico do Itamarati pelos quais se comprova a exaço no cumprimento do dever do nosso Encarregado de Negócios em Montevidéu, há um século. São cartas do Visconde de Cabo Frio ao Conselheiro Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco, então, na chefia do Ministério dos Negócios Exteriores.

O conferencista acompanha a longa vida do biografado em todos os passos da sua atividade pública e termina por dizer que ela não deve ser esquecida pelos brasileiros, sobretudo pelos homens que labutam no campo da nossa diplomacia.

O auditório, assinalando grande concorrência de sócios, aplaudiu vivamente o conferencista.

O Sr. Presidente antes de encerrar a sessão facultou a palavra ao consócio Marcos Carneiro de Mendonça, que em comentário à conferência sôbre o Visconde de Cabo Frio, pôs à disposição do Instituto o seu arquivo particular, constituído de publicações da imprensa platina colecionados pelo Ministro Felipe Leal e das questões levantadas sôbre a independência em Montevidéu, versando sôbre a atitude do Brasil na política do Rio da Prata.

Agradecendo aos representantes das autoridades federais e municipais que estiveram presentes à sessão, o Sr. Presidente dá por encerrada a mesma, por volta das 19 horas.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Alfredo Valadão, Wanderley de Araújo Pinho, Aluizio Napoleão de Freitas Rêgo, Juvenal Greenhalgh, Virgílio Corrêa Filho, Estevão Leitão de Carvalho, João B. Magalhães, Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, José Soares de Sousa, Carlos da Silveira Carneiro, Marcos Carneiro de Mendonça, Luis Felipe Vieira Souto, Heraclides César de Sousa Araújo, Agnelo Bittencourt, Ildefonso Mascarenhas da Silva, Hildebrando Acioli, Miguel Costa Filho, Afonso Bandeira de Melo, Julião Rangel de Macedo Soares, Dom Clemente Maria da Silva Nigra, O.S.B., Francisco Jaguaribe Gomes de Matos, Florêncio de Abreu, Cláudio Ganns,

Eugênio Vilhena de Moraes, J. Moreira Brandão Castelo Branco, Guilherme Auler, Jaime Cortesão, José Honório Rodrigues, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Ivolino de Vasconcelos e José Augusto Bezerra de Medeiros.

Enviaram telegramas e ofícios os Srs. Ministro da Fazenda, Dr. José Maria Alkmim, Ministro da Educação e Cultura, Dr. Clóvis Salgado, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa Dr. Herbert Moses, Dr. Edgar Chagas Dória, do Touring Club do Brasil.

Encerrou-se a sessão às 19 e meia horas.

Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, 2.º Secretário.

ATA DA SESSÃO COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE JOSÉ HIGINO DUARTE PEREIRA, EM 19 DE JULHO DE 1957 (Sessão 1.880).

Presidência: Ministro Alfredo Valladão.

Às dezessete horas do dia dezenove de julho de mil novecentos e cinquenta e sete, no salão D. Pedro II, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em sessão comemorativa do centenário de nascimento de José Higino Duarte Pereira.

Na ausência do Ministro José Carlos de Macedo Soares, assumiu a direção dos trabalhos o Ministro Alfredo Valladão, que convidou para a mesa os representantes do Ministro da Guerra, Major Humberto Soares de Avelar, do Prefeito do Distrito Federal, Major Alfredo dos Santos Cunha Júnior; do Instituto dos Advogados, Dr. Luis Henrique Alves da Cunha, da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, Sr. Soares.

Justificada a ausência dos sócios General Estêvão Leitão de Carvalho, Ministro Hélio Lôbo, A. Tavares de Lira, Artur César Ferreira Reis, Roberto da Mota Macedo, Jaime Cortesão, Miguel Costa Filho, Justo Pastor Benitez, Sampaio Dória e Xavier de Vasconcelos Pedrosa, o 1.º Secretário leu as Efemérides do Barão do Rio Branco referentes à data.

Aberta a sessão, o Presidente declara que na mesma iria falar sobre a figura do notável e saudoso brasileiro José Higino Duarte Pereira, o sócio efetivo Desembargador José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho, o qual porém, por motivo de saúde, não podendo comparecer enviou à secretaria do Instituto a conferência que escreveu.

Em seguida, o Presidente solicitou ao sócio benemérito Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho o obséquio de ler o trabalho que lhe passou às mãos.

Começou por explicar a aceitação do convite, que lhe permitia, por um lado, atender à recomendação presidencial. Por outro, imperativo sentimental aproximava-o do orador ausente, um de cujos ancestrais fôra escolhido por Honório Hermeto, para lhe servir de Secretário na missão do Paraná, onde o substituiu J. Maria da Silva Paranhos. O fato evidencia a amizade que os aproximava um do outro e por isso, como bisneto do Marquês de Paraná, não poderia excusar-se à leitura do escrito de um descendente de seu auxiliar no govêrno de Pernambuco, apesar do sacrifício, que lhe iria causar à vista, necessitada de tratamento.

E como depois, oferecida a palavra a quem a quisesse, ninguém se manifestasse, o Presidente agradeceu a contribuição do conferencista, a presença dos representantes de autoridades e tôdas as pessoas, e declarou encerrada a sessão:

Compareceram os seguintes sócios: Alfredo Valladão, Virgílio Corrêa Filho, Cláudio Ganns, João Batista Magalhães, Lucas Alexandre Boiteux, Vieira Ferreira, Hélio Viana, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, José Antônio Soares de Sousa, D. Clemente Maria da Silva Nigra, O.S.B., Argeu Guimarães, Valentim Benício da Silva, Álvaro Rodrigues de Vasconcelos, Eugênio Vilhena de Moraes, Wanderley de Araújo Pinho, José Augusto Bezerra de Medeiros e Ivolino de Vasconcelos.

Enviaram telegramas e ofícios: Dr. João Goulart, Vice Presidente da República, Dr. José Maria Alkmim, Ministro da Fazenda; Dr. Clóvis Salgado, Ministro da Educação e Cultura; Brigadeiro Henrique Fleiuss, Ministro da Aeronáutica; Deputado Vieira de Melo; Ministro Orosimbo Nonato, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Dr. Herbert Moses, Presidente da A.B.I., Doutor Edgar Chagas Dória, do Touring Club do Brasil, Dr. Rufino de Almeida Franco, Diretor da Escola Nacional de Engenharia.

Encerrou-se a sessão às 19 e meia horas.

Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, 2.º Secretário.

ATA DA SESSÃO do dia 14 de agosto de 1957 (Sessão 1.881).

— Comemorativa da passagem do Cinquentenário da 2ª Conferência de Haia.

Conferência do Embaixador Hildebrando Acioli acêrca de: *Ruy Barbosa e a Segunda Conferência de Haia.*

Presidência: Ministro José Carlos de Macedo Soares.

Às dezessete horas do dia quatorze de agosto de mil e novecentos e cinqüenta e sete, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em sua sede. O Sr. Presidente Ministro José

Carlos de Macedo Soares abrindo a sessão comunicou o falecimento do Ex-Presidente da República Dr. Washington Luís Pereira de Sousa, ocorrido em S. Paulo, no dia cinco do corrente mês. Lembra que o Dr. Washington Luís foi sócio correspondente do Instituto Histórico, por proposta assinada por Max Fleiuss, Artur Guimarães e Lourival de Freitas, eleito com parecer favorável do Barão de Ramiz Galvão, em 1912. Em 1927 foi eleito Presidente Honorário. O Instituto Histórico fêz-se representar na missa do sétimo dia por uma comissão constituída pelo Presidente Perpétuo Ministro Macedo Soares, Primeiro Secretário Virgílio Corrêa Filho e o sócio Benemérito Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho.

O sócio Grande Benemérito e 2.º Vice-Presidente Ministro Alfredo Valladão lembrando com elogiosas palavras que o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais vê passar, no dia 15 de agosto dêste ano, o cinquentenário de sua fundação, propõe que se lance em ata um voto de congratulações por êste acontecimento, o que é unânimemente aprovado. E nomeando o Sr. Presidente para representar o Instituto na respectiva sessão magna daquele sodalicio a realizar-se em Belo Horizonte, o consócio Ildefonso Mascarenhas da Silva. O consócio designado, levantando-se, disse que é com a maior satisfação que partirá para Belo Horizonte, a fim de dar cumprimento a esta incumbência.

Em seguida leu o Primeiro Secretário, Virgílio Corrêa Filho, as *Efemérides do Barão do Rio Branco*, relativas à data 14 de agosto.

Com a palavra, o Embaixador Hildebrando Acioli pronunciou a sua conferência, em comemoração da passagem do Cinquentenário da 2ª Conferência de Haia, da qual o Brasil participou, representado pelo Conselheiro Ruy Barbosa. O conferencista, mestre que é de Direito Internacional, versou o assunto com a proficiência que lhe advém, da sua dupla qualidade de diplomata e historiador. A conferência despertou no auditório a maior atenção pela metódica explanação que mereceu da parte do orador. A figura de Ruy Barbosa foi particularmente focada pelo conferencista, ao recordar os debates e as discussões em que o nosso representante se empenhou no trato das questões em pauta no curso da Conferência. O representante do Brasil foi intelectualmente uma estrêla de primeira grandeza naquele cenário cultural e político reunido na Capital da Holanda, em 1907.

O orador salienta o papel de Rio Branco, através do Itamarati, como órgão de Consulta e apoio à ação da Missão de Haia; bem como o de Joaquim Nabuco, então, à frente da Embaixada brasileira, em Washington.

Depois de muitas considerações de ordem histórica, o orador chega ao termo final do seu trabalho, aludindo à realidade da Côte

Internacional de Justiça e que teve a sua semente lançada no decurso daquela 2ª conferência para a qual o Brasil concorreu com o saber e a capacidade do seu grande filho: Ruy Barbosa.

Sob uma grande salva de palmas, o orador deixa a tribuna do Instituto.

Antes do encerramento da sessão, o Senhor Secretário, Virgílio Corrêa Filho, leu a moção, apresentada pelo sócio Almirante Thiers Fleming, ausente, congratulando-se com os Exmos. Senhores Presidente da República e Governadores de Minas Gerais e Espírito Santo, pelo acôrdo celebrado em 5 de agosto de 1957, em Belo Horizonte, para o solucionamento da questão de limites entre as duas unidades brasileiras.

Ainda neste interim, o Senhor Presidente Macedo Soares tendo em mão o último número da Revista, do Instituto, congratula-se com os membros da Comissão encarregada da sua publicação, hoje rigorosamente em dia, graças aos esforços dos ilustres confrades General Leitão de Carvalho, Cláudio Ganns, Coronel João Batista Magalhães e da Secretária Adelaide Morosini Alba, Diretora da Secretaria do Instituto Histórico.

Agradecendo a presença das pessoas gradas, convidadas para fazerem parte da Mesa, o Sr. Presidente levanta a sessão.

Justificaram a ausência os sócios: Jaguaribe Gomes de Matos, Carlos Carneiro, Miguel Costa Filho.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Alfredo Valladão, Virgílio Corrêa Filho, José Antônio Soares de Sousa, Wanderley de Araújo Pinho, Cláudio Ganns, Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, Marcos Carneiro de Mendonça, Hildebrando Acioli, Agnelo Bittencourt, Luís F. Vieira Souto, Américo Jacobina Lacombe, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Ildefonso Mascarenhas da Silva, Afonso Pena Júnior, Rodrigo Otávio Filho, Afonso Bandeira de Melo, Levi Carneiro, Estêvão Leitão de Carvalho, Jorge Dodsworth Martins, Guilherme Auler, Elmano Cardim e Antônio de Sampaio Dória.

Encerrou-se a sessão às 19 e meia horas.

Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, 2.º Secretário.

ATA DA SESSÃO do dia 23 de agosto de 1957 (Sessão 1882).

— Conferência do Ministro Alfredo Valladão, 2º Vice-Presidente e sócio Grande Benemérito, sobre: *Brasil e Chile na época do Império.*

Presidência: José Carlos de Macedo Soares.

Às dezessete horas do dia vinte e três de agosto de mil novecentos e cinquenta e sete, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográ-

fico Brasileiro, em sua sede. Aberta a sessão pelo Sr. Presidente Perpétuo, Ministro José Carlos de Macedo Soares, foi lida a efeméride correspondente à data do dia, do «Barão do Rio Branco», pelo 1º Secretário, Virgílio Corrêa Filho.

Com a palavra o Sr. Ministro Alfredo Valladão, antes de proceder à leitura da sua conferência, apresentou uma proposta justificada com palavras de viva emoção, pedindo que se lance em ata um voto de pesar pelo falecimento do ilustre brasileiro Francisco Mendes Pimentel.

«Proponho que se lance em ata um voto de pesar pelo falecimento do ilustre brasileiro Francisco Mendes Pimentel.

Jurisconsulto notável, pelo seu saber e pela sua integridade, pôsto à prova em mais de sessenta anos de exercício contínuo da profissão, a princípio em Minas Gerais, e depois, de 1931 em diante, nesta Capital.

Professor dos mais brilhantes, e afinal diretor, da antiga e prestigiosa Faculdade de Direito do Estado de Minas Gerais, depois integrada na Universidade que ali veio a ser criada, e como sua pedra angular.

Ministro do Supremo Tribunal Federal, nomeado em 1917, e recebendo de Ruy Barbosa um telegrama afirmando que, «não êle mas o Supremo é que estava de parabens». Cargo entretanto de que declinou.

Organizador, com extrema dedicação, daquela Universidade de Minas Gerais, nos moldes os mais adiantados, e com repercussão no país, por incumbência do Presidente do Estado, o insigne Antônio Carlos, que se empenhava na realização da melhor forma, dêsse dos altos sonhos da Inconfidência.

Árbitro brasileiro na Côrte Permanente de Arbitragem da Haia.

Exornando-lhe ao mesmo tempo, a figura, o seu civismo, e a altivez e dignidade de seu caráter.

Tendo ainda a recomendar-lhe o nome à consideração desta Casa, o título de haver sido ao lado de João Pinheiro e outras ilustres figuras, um dos fundadores do Instituto Histórico da gloriosa terra da Inconfidência, o cinquentenário do qual acaba de ser comemorado.

Terminado com a proposta que apresentei, e com a justificação que acabo de expor, o preito da homenagem à memória do notável jurisconsulto, seja-me permitido falar agora da saudade, que me aperta o coração, envolvendo-lhe a figura, bem como a da douta Congregação, e do distinto Corpo Discente, daquela Faculdade de Direito, fundada em 1892, pelo egrégio Conselheiro Afonso

Pena, e por êle, sábia, dedicada e carinhosamente dirigida, para os mais altos destinos.

Tive a honra de também fazer parte dessa Congregação, o de que jamais me poderei olvidar.

Isto, de 1904 a 1905, da mesma só me afastando por haver sido, neste ano, nomeado Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da República.

E agora, com o falecimento de Mendes Pimentel, passo a ser, o mais antigo dos professôres que à mesma pertenceram!

Aqui deixo, por tudo isso, a expressão da minha saudade, da minha imensa e imperecível saudade! »

O Senhor Presidente, fazendo suas as palavras eloqüentes do orador, põe em votação a proposta, unânimemente aprovada.

O orador da sessão, o Ministro Alfredo Valladão passou a ler dois dos capítulos de sua obra em elaboração — *Brasil e Chile na época do Império*, — a saber: *Amizade sem Tratado e Lastarria*.

Antes, porém, de proceder a essa leitura, explicou as razões que o levaram a escrever a obra e o plano adotado; e significando ainda que a elaboração da mesma obra se acha em via de conclusão.

A conferência que correspondeu a essa exposição e a leitura daqueles dois capítulos citados foi vivamente aplaudida pelo auditório composto de sócios e seleta representação da Embaixada do Chile, de pessoas gradas da nossa Sociedade e de representantes das autoridades federais e municipais, cujas presenças o Senhor Presidente Perpétuo, Ministro José Carlos de Macedo Soares nomeou e agradeceu, antes de encerrar a sessão, o que foi feito por volta das 19 horas.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Alfredo Valladão, Virgílio Corrêa Filho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, João Batista Magalhães, Cláudio Ganns, Estêvão Leitão de Carvalho, José Antônio Soares de Sousa, Justo Pastor Benitez, Francisco Marques dos Santos, Miguel Costa Filho, Luís Felipe Vieira Souto, Mozart Monteiro, Valentim Benício da Silva, Argeu Guimarães, Hildebrando Acioli, Francisco Jaguaribe Gomes de Matos, José Pedro Leite Cordeiro, José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho, Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, Heraclides César de Sousa Araújo, Marcos de Mendonça e Ildefonso Mascarenhas da Silva.

Enviaram telegramas e ofícios: Dr. João Goulart, Vice-Presidente da República, Ministro Clóvis Salgado, Brigadeiro Francisco de Melo, Ministro da Aeronáutica; Dr. Castro Viana,

Ministro Interino da Fazenda, Dr. Brasília Machado Neto, Doutor Peregrino Júnior, Dr. Herbert Moses, e Américo Rodrigues do Touring Club do Brasil.

Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, 2º Secretário.

ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 1957 (Sessão 1883) Conferência do sócio honorário Almirante Luís de Oliveira Belo, sobre o tema: *Como se deve compreender o Tiradentes.*

Presidência: Virgílio Corrêa Filho (1º Secretário).

Aos dezesseis dias do mês de setembro de 1957 teve início às 17,30 horas a sessão do Instituto. Na ausência do Sr. Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, em viagem ao Chile, e na ausência do 2.º Vice-Presidente. Ministro Alfredo Valladão, o Sr. Virgílio Corrêa Filho, 1º Secretário, acompanhado do 2.º Secretário, assumiu a Presidência, convidando para ocupar lugar à mesa os representantes do Instituto Geográfico e Histórico Militar, dos Srs. Ministros de Estado, da Saúde e da Guerra.

Sem mais preâmbulo, foi dada a palavra ao sócio honorário, Almirante Oliveira Belo para pronunciar a sua anunciada Conferência.

Começou o orador por fazer uma declaração sobre o seu propósito de imparcialidade em face da figura do Alferes Joaquim José da Silva Xavier. Faz esta declaração porque conta entre os seus ascendentes de família com mais de um coparticipante dos fatos históricos que integram a chamada Inconfidência Mineira. Há 20 anos vem estudando pormenorizadamente a vida do grande Inconfidente. É, em consequência destes estudos, feitos à luz dos documentos, que tem conceito pessoal diferente do que lhe consagra a História do Brasil.

Não vai fazer a leitura do seu trabalho que é muito longo, sem contudo estar pronto para ser publicado na Revista. Prefere fazer uma exposição sobre fatos e pessoas comprometidas na «conjuração», focando de modo todo especial e comportamento do alferes inconfidente. Em tom de palestra vai comentando notas e documentos novos que possui destacando dentre estes a certidão de uma carta existente no Arquivo Público do Estado de Minas Gerais, publicada uma vez pelo saudoso escritor mineiro, Albino Estêves. Prossequindo, o conferencista informa que Joaquim José da Silva Xavier não foi o homem tão desinteressado quanto se faz crer, ele tinha propriedade e escravos «não era nem anjo nem santo».

Faz referências a procedimentos que considera levianos, inclusive o de convidar Joaquim Silvêrio dos Reis para tomar parte na conspiração, pressupondo que êle tivesse contra os dominadores da Colônia algum recalque por haver perdido as posições elevadas que já ocupara. O encontro no Rio de Janeiro com o Dr. José Alves Maciel, recém-chegado da Europa, cheio de idéias liberais e revolucionárias, foi o fator decisivo para tornar o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, no obstinado pregador da revolta contra os poderes públicos. Tiradentes embriagou-se com os frutos da liberdade, colhidos por outros povos, dos quais lhe dera conhecimento o seu ilustre conterrâneo Alves Maciel. Desde êste passo da vida de Tiradentes, não lhe nega mais o orador, fazendo justiça as qualidades de um idealista puro, e tanto que, no momento mesmo da sua condenação, aceitou o sacrifício com palavras de assentimento.

O orador, nesta parte da sua conferência despertou o maior interêsse do auditório, inclusive dos 17 sócios presentes que o aplaudiram.

O orador ainda teve palavras de desaprovação para com a estátua do Tiradentes, no Rio, em figura revestida do hábito dos condenados à morte, quando devia ter sido de farda, como miliciano que foi.

Antes de deixar a tribuna, exibiu um retrato de Joaquim Silvêrio dos Reis.

Finda a conferência, o Sr. Virgílio Corrêa Filho agradecendo a presença dos representantes das autoridades, encerrou a sessão por volta das 18,30 horas.

Compareceram os seguintes sócios: Virgílio Corrêa Filho, Wanderley de Araújo Pinho, Ordival Cassiano Gomes, Luís de Oliveira Belo, Estêvão Leitão de Carvalho, Thiers Fleming, Luís Felipe Vieira Souto, Herbert Canabarro Reichardt, Argeu Guimarães, Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, José Augusto Bezerra de Medeiros, Francisco Jaguaribe Gomes de Matos, H. César de Sousa Araújo, Juvenal Greenhalgh, J. Moreira Brandão Castelo Branco, Jorge Dodsworth Martins, Ildefonso Mascarenhas da Silva e Florêncio de Abreu.

Enviaram telegramas o Senador João Goulart, Ministros Dr. José Maria Alkmim, Tenente Brigadeiro Francisco de Melo, Deputado Vieira de Melo, Dr. Luís Guimarães.

ass.) *Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa*, 2.º Secretário.

ATA DA SESSÃO MAGNA COMEMORATIVA DO 119.^o
ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DO INSTITUTO
HISTÓRICO, em 21 de outubro de 1957 (Sessão n.^o 1884)
Relatório do 1.^o Secretário, Virgílio Corrêa Filho — Discurso
do Orador Oficial, Sr. Pedro Calmon.

Presidência: Ministro José Carlos de Macedo Soares.

Às 17 horas o Presidente do Instituto Histórico, Senhor Ministro José Carlos de Macedo Soares assumiu a presidência da mesa acompanhado do 1.^o Secretário, Sr. Virgílio Corrêa Filho, convidando para sentar-se ao seu lado os seguintes senhores: Dr. Aluizio Napoleão de Freitas Rêgo, representando S. Exa. o Sr. Presidente da República: Professor Pedro Calmon, Brigadeiro Henrique Fleiuss e Almirante Gerson de Macedo Soares.

É lida a efeméride do dia.

Em palavras sentidas o Presidente, Sr. Ministro Macedo Soares, recorda os dois consócios falecidos, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt e Washington Luís Pereira de Sousa, cuja vida será na sessão devidamente lembrada pelo orador oficial, Senhor Pedro Calmon a quem dá a palavra.

Este começa a sua oração aludindo a passagem dos 119 anos da fundação do I.H.G.B. sem uma só vez faltar ao dever regulamentar de cultivar a memória dos sócios que desapareceram, formando êsses, depois dessa consagração pública, uma galeria benemérita.

São dois os consócios que em 1957 se partiram.

Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, o querido Feijó, fazia parte da roda íntima que o Instituto Histórico, como toda instituição vitalícia, possui e que lhe assegura a continuidade da convivência.

Era Feijó, no seu modo de ser na vida, uma figura simples, modesta e fidalga, fidalguia que lhe vinha do bêmço, pois era bisneto e neto respectivamente do Visconde de São Leopoldo e do Conde de Santa Tereza. Nasceu nesta Capital a 13 de Junho de 1893, bacharel em Direito, professor e livre Docente da Universidade, Cadeira de Direito Público Processual, por concurso de cuja banca fez parte o orador, como Professor titular, cabendo-lhe informar que as provas feitas pelo nosso saudoso consócio foram das mais brilhantes, revelando-se um homem de vasta cultura geral e jurídica. Ele soube ser fiel a sua vocação de mestre. A sua palavra era abalizada, douta, concisa e informativa. Na Universidade, Feijó foi o seu Cireneu ajudando-o a carregar a Cruz dos seus encargos florais. Entre os estudantes era Feijó muito acatado e estimado.

O Instituto Histórico colheu da sua presença, desde 1937, e da sua dedicação, os melhores frutos, ora, nos cargos de 2.º e 1.º Secretário, ora no de orador a última hora, para substituir oradores faltosos. O Instituto contava nesses momentos com a sua decisiva colaboração, manifesta através de uma memória refrescada e numa linguagem cheia de conceitos e expressões clássicas. O seu livro — *Os Fundadores do Instituto Histórico* — publicado em 1938, Imprensa Nacional — é uma prova de como era êle um historiador inteligente e pesquisador. Pertencem à categoria daqueles membros do Instituto, que, participando do secretariado da Casa, se tornaram inextinguíveis, ao padrão de Max Fleiuss e outros secretários mais antigos. Feijó foi um desses Secretários.

A *Revista* do Instituto de cuja comissão fazia parte lhe deve uma grande fôlha de serviços e guarda nas suas páginas os primores da sua colaboração. Muito era de esperar ainda neste campo, pois era moço o nosso querido consócio, súbitamente retirado do nosso convívio, deixando-nos uma imensa saudade. A sua figura no Instituto Histórico não será esquecida e a sua efígie será guardada no coração dos que lhe foram amigos. Deixou uma mensagem à posteridade.

* * *

Washington Luís Pereira de Sousa não é o sócio honorífico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, título advindo por sua qualidade de Chefe do Estado, é o sócio correspondente, eleito, em 1911, por proposta de Max Fleiuss e Miguel de Carvalho, em reconhecimento da sua ação pessoal no cargo de Secretário do Estado de São Paulo, fazendo publicar os documentos do Arquivo Municipal da Paulicéia. Tanto lhe agradava êste título de sócio correspondente que, em julho de 1927, ao ser-lhe outorgado o diploma de Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, declarou que não desejava que o título honorífico apagasse o outro, o de correspondente por ser êste vitalício.

Há na biografia do Presidente Washington Luís um contraste entre o político e o historiador. Enquanto aquêle era o braço forte, êste era o homem manso que se comprazia com os pequenos efeitos das suas pesquisas.

Em traços rápidos, faz o esboço biográfico do morto: Macaé, a Academia de Direito de São Paulo, Batatais, a Capital de São Paulo, o Governo do Estado, a Presidência da República, isto é, o bérço, a formação, o municipalismo, o documentário histórico, a política rodoviária, marcos felizes da sua vida.

Por suas mãos abriram-se ao alcance de todos os manuscritos do Arquivo Municipal de São Paulo. Não tardou a florescer a

historiografia paulistana. Graças aos documentos do Arquivo, as figuras do bandeirante e do sertanista puderam ser definidas. Das suas próprias mãos saíram, graças ao mergulho que êle mesmo fez nas atas, registros, testamentos, etc. de Piratininga, as suas preciosas monografias. — A viagem do Governador Rodrigo César de Meneses à Cuiabá e o Bandeirante Antônio Raposo — que na opinião dos historiógrafos do Oeste Brasileiro tiveram grande repercussão.

Coube a Washington Luís a iniciativa de transformar o Museu do Ipiranga na Casa que êle hoje é: o Museu Paulista, ou Palácio da Independência. Foi em 1922, ao preparar a Cidade de São Paulo, para comemorar o centenário da Independência do Brasil, que êle, à frente da Prefeitura da Paulicéia, encarregou ao Mestre d'Escragnoille Taunay de montar em um dos Salões do Palácio do Ipiranga uma grande Exposição da História de São Paulo.

Depois dêsse aspecto da personalidade do Presidente Washington Luís, o orador faz-lhe o seguinte retrato: belo homem, presença senhorial, a barba e o cavanhaque davam-lhe um ar marcial, próprio para vestir a farda de um general francês. Gesto enérgico. Pouco loquaz, tinha contudo a eloquência do laconismo. Têmpera rija — antes quebrar que torcer. Coerente consigo mesmo. Irrecorrível na resolução. Indiferente às eventualidades. Com estas qualidades trouxe para a Presidência da República dois objetivos administrativos, a estabilidade da moeda e a abertura de estradas. Esta lhe deu o sucesso, aquela lhe deu a derrota, envolvida que veio no craque da Bôlsa de Nova York, atingindo em cheio os negócios do café.

A respeito da revolução de 1930, que o depôs da Presidência da República, a sua obstinação levou-o a considerá-la como um contrasenso no presente e no futuro. Nunca a quis entender. A porta da deposição, quando os senhores da situação foram oferecer-lhe garantias, êle zombou da oferta, pois garantias quem dava era êle, e mais ninguém!

O orador em termos de grande comoção compara a atitude de Washington Luís em outubro de 1930, com a de D. Pedro I no 7 de abril e a do Visconde de Ouro Preto em novembro de 1889, considerando-as tôdas como exemplos de dignidade. Merece também que se saliente o silêncio que êle guardou no exílio e ao regressar ao Brasil em 1945, a respeito de qualquer comentário político sobre os acontecimentos de 1930. Costumava responder a qualquer solicitação neste sentido, dizendo que falecera naquela data. Nisto imitou ao grande San Martín que, exilado na França, nunca mais se pronunciou sobre a sorte da Angustina.

Volveu à intimidade da família e de lá não mais saiu. Foi em casa que recebeu a medalha — cidadão paulista — cunhada em sua honra, negando-se terminantemente recebê-la fora do lar. Aos 80 anos de vida, em vez de escrever um livro de memórias políticas, escreveu A Capitania de São Vicente e Braz Cubas.

O orador Pedro Calmon foi vivamente aplaudido por seu discurso.

Em seguida o Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares deu a palavra ao 1º Secretário, Sr. Virgílio Corrêa Filho, para ler o relatório do ano. O Sr. Secretário leu alguns trechos referentes a questão da nova sede do Instituto Histórico, com as providências até agora tomadas, despertando as informações dadas grande interesse por parte dos sócios, cujo comparecimento foi dos maiores registrados.

O Sr. Presidente Ministro José Carlos de Macedo Soares antes de encerrar a sessão, por volta das 19 horas, facultou a palavra aos consócios e agradeceu a presença dos representantes do mundo oficial, que compareceram àquela sessão magna.

* * *

Depois da sessão, no Gabinete do Presidente Embaixador Macedo Soares repleto de sócios e amigos de Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, foi ofertada à família do morto, representada pela espôsa Senhora Carmem Feijó Bittencourt e filhos a medalha de ouro gravada pelo artista Morrone com a efígie do saudoso consócio Feijó Bittencourt.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Hélio Viana, Marcos Carneiro de Mendonça, Lucas Alexandre Boiteux, Ordival Cassiano Gomes, Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, Herbert Canabarro Reichardt, Luís Felipe Vicira Souto, José Antônio Soares de Sousa, José Augusto Bezerra de Medeiros, Juvenal Greenhalgh, Aluizio Napoleão de Freitas Rêgo, Carlos da Silveira Carneiro, Thiers Flemming, Luís de Oliveira Belo, Adolfo Morales de Los Rios Filho, Wanderley de Araújo Pinho, Manuel Diegues Júnior, Alfredo Valladão, Rodrigo Otávio Filho, Haroldo Valladão, Francisco Jaguaribe Gomes de Matos, Henrique Fleiuss, Eugênio Vilhena de Moraes, Hildebrando Acioli, Pedro Calmon, Guilherme Auler, Américo Jacobina Lacombe, Elmano Cardim, Ivolino de Vasconcelos, Dante de Laitano, Heraclides de Sousa Araújo e Julião Rangel de Macedo Soares, Estêvão Leitão de Carvalho, Luís Viana Filho.

Justificaram a ausência os sócios: Ministro Augusto Tavares de Lira, Coronel J. Batista Magalhães, Miguel Costa Filho, Múcio Leão, Barbosa Lima Sobrinho.

Enviaram ofícios e telegramas: os Srs. Ministros Nereu Ramos, Dr. João Goulart, Vice-Presidente da República, Ministro da Justiça Dr. Clovis Salgado, Ministro da Educação, Ministro Orosimbo Nonato, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Deputados Ulisses Guimarães, Vieira de Melo, Dr. Jurandir Pires Ferreira, Presidente do IBGE, Dr. João Cardoso, Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, Dr. Herbert Moses, Presidente da ABI; Major-Brigadeiro Francisco Melo Minaer, Almirante Costa, da Sociedade Brasileira de Geografia, Dr. Charles Moritz.

Encerrou-se a sessão às 19 horas.

Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, 2.º Secretário.

ATA DA SESSÃO em 25 de outubro de 1957 (Sessão 1.885)
— Conferência do Professor François Françon sobre: *L'Empereur Pedro II à Aix-les Bains*.

Presidência: Ministro Alfredo Valladão (2º vice-presidente).

Aos 25 de outubro de 1957, na Sala Varnhagen do Instituto Histórico, realizou-se a sessão especial promovida por iniciativa do consócio, Sr. Luís Filipe Vieira Souto, para nela proferir uma conferência o ilustre médico francês, Professor François Françon, a respeito das estadas de D. Pedro II na estância balneária de Aix-les-Bains.

A sessão teve início às 17,20 horas, sob a presidência do Sr. Ministro Alfredo Valladão, que convidou para ocupar lugar à mesa, além do Professor François Françon, o Dr. Pedro Nava, presidente da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, o Dr. Pinto da Rocha, representando a Academia Nacional de Medicina, e o Dr. Vieira Souto.

O presidente, antes de dar a palavra ao conferencista, pronunciou as seguintes palavras:

«Na ausência justificada do nosso eminente presidente, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, cabe-me presidir esta sessão em que o ilustre Professor François Françon, da Faculdade de Medicina da Universidade de Paris, vai proferir uma conferência em francês sobre *O Imperador D. Pedro II em Aix-les-Bains*, a histórica e famosa estação de águas termais da França.

E o faço com o maior prazer.

D. Pedro II, o rei sábio e liberal que brilhou no Novo Mundo, impondo-se à admiração universal, é a figura máxima desta Casa gloriosa e secular, que surgiu, viveu, vive e viverá para sempre sob os seus auspícios.

A cultura francesa, da nobre, da grande pátria do conferencista, teve sempre notável influência no progresso científico, literário e artístico do Brasil.

Sobre a pessoa do conferencista, do eminente Professor François Françon, vai falar o nosso ilustre consócio, Dr. Vieira Souto, que também é discípulo de Hippocrates, e que também é professor».

Com a palavra para saudar o ilustre hóspede, o sócio Vieira Souto, em alocução improvisada, cheia de vivacidade e com colorido literário bem acentuado, focou a pessoa do Dr. François Françon, o oitavo membro de uma dinastia médica que pontifica em Aix-les-Bains, desde os primórdios do século XIX; o lago do Bourget que tanto se reflete nas páginas de Lamartine, sem esquecer que D. Pedro II manteve com êste poeta larga correspondência, e por fim a pessoa do imperador sobre quem se refere com palavras do maior respeito, nomeando o nome dos médicos que serviram ao imperador, destacando dentre êles a figura do Dr. Manuel Cláudio da Mota Maia, símbolo do amigo dedicado.

Encerrando a sua alocução, dirige Vieira Souto uma breve saudação em francês ao ilustre hóspede, merecedor das atenções dos que, entre sócios e convidados, compareceram para ouvir a interessante conferência do Professor François Françon.

Êste, de pé, agradece as referências do Sr. Presidente à sua pessoa e as do consócio Vieira Souto que a êle se referiu com tanta simpatia.

Sentado, pronuncia então a sua conferência, na qual aborda com minúcia a geografia e a história da famosa estância termal de Aix-les-Bains, metida na região da Saboia, passagem e prêsa de tantos povos invasores quicá desde os gregos, passando pelos romanos, dos quais ainda hoje se apreciam tantos traços e recordações, inclusive obras de arte por êles deixadas e descobertas em escavações posteriores. Depois dessas considerações ilustradas com fotografia e cartões passados por entre os ouvintes, o conferencista aborda o tema principal da sua conferência, isto é, as três visitas de cura, por prescrição médica que D. Pedro II fez em Aix-les-Bains. A doença de D. Pedro era diabete e os médicos com quem se consultou durante as suas visitas à Europa foram os famosos clínicos Charcot, Semola, De Giovanni, Vidal e Abel Françon (pai e avô do conferencista). A presença do imperador do Brasil naquela estação balneária despertou sempre grande interesse por parte dos soberanos e personalidades eminentes, em política e nas letras, que o visitaram, inclusive, da última vez, o Presidente da República Francesa, Sadi Carnot. O conferencista descreve com apuro o programa que a Cidade

de Aix organizara para tornar a estada de D. Pedro II agradável, desde os menus do hotel até os programas de teatros e óperas de modo a permitir se fazer um juízo retrospectivo da vida daquela estação thermal no século XIX.

Antes de encerrar a sessão, o Sr. Presidente felicitou o ilustre consócio Vieira Souto pelas palavras tão inspiradas com que apresentou à Casa o eminente Professor François Françon e congratulou-se com este por seu belo estudo tão caro ao espírito e ao coração do Instituto Histórico que, como dignificou ao abrir a sessão, tem na pessoa de D. Pedro II a sua figura fundamental.

Agradece no final a presença da ilustre assistência, encerrando a sessão às 18,30 horas.

Compareceram os seguintes sócios: Alfredo Valladão, Virgílio Corrêa Filho, Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, Luís Felipe Vieira Souto, Francisco Jaguaribe Gomes de Matos, José Augusto Bezerra de Matos, Francisco Marques dos Santos e Ivolino de Vasconcelos. — *Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa*, 2º secretário.

ATA DA SESSÃO ESPECIAL COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO DR. RODOLFO RIVAROLA. — EM 22 DE NOVEMBRO DE 1957 (Sessão 1886).

Conferência do Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, sobre: Rodolfo Rivarola, amigo do Brasil e apóstolo da educação.

Presidência: Ministro Alfredo Valladão, 2.º Vice-Presidente.

Às dezessete horas do dia vinte e dois de novembro, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em sessão especial, comemorativa do centenário do nascimento de Rodolfo Rivarola. Na ausência do Presidente Perpétuo, Ministro José Carlos de Macedo Soares, assumiu a direção dos trabalhos o 2.º Vice-Presidente, Ministro Alfredo Valladão que, depois de convidar para a Mesa os Srs. Dr. Aristides Casado, representante do Sr. Vice-Presidente da República, Tenente Coronel Jaime Neiva, representante do Sr. Ministro da Guerra, Major Alfredo dos Santos Cunha Júnior, representante do Sr. Prefeito do Distrito Federal e Dr. Paulo Valadares, representante do Instituto dos Advogados, declarou que a sessão fôra convocada para comemorar o Centenário de Rodolfo Rivarola, grande amigo do Brasil, com constantes e variadas manifestações, figura das mais salientes da nobre nação irmã, a Argentina, jurista de amplo saber nos diversos ramos do direito, e orador e universitário.

Declarou que seria o orador o illustre consócio Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, parlamentar, historiador e economista.

Antes porém de dar-lhe a palavra, apresentou a seguinte proposta que foi aprovada por aclamação.

PROPOSTA

«Neste momento em que, há três dias, se instalou festiva e solenemente a Sociedade dos Amigos de Afonso Celso, destinada a cultuar-lhe a memória e a propagar-lhe as idéias pregadas nessa notável e histórica obra — *Porque me ufano de meu país*, proponho que se lance em ata um voto de solidariedade desta Casa gloriosa e secular da nossa História, com o ato de justiça e de patriotismo que constituiu a fundação da mesma Sociedade.

Antecipo-me na apresentação desta proposta, que estou certo traduz o pensamento unânime do Instituto, por ser hoje um dos seus sócios mais antigos, pois caminha para meio século que, em 1912, tive a honra de aqui ser recebido.

E por isto sendo daqueles que mais de perto e demoradamente tiveram a felicidade de conhecer a figura do grande brasileiro, da qual esta Casa foi por longos anos, 1892 a 1938, um dos cenários de sua onimoda atividade cultural e patriótica.

Brilhou êle aqui, a princípio nas comissões, a seguir na tribuna, como orador oficial, substituindo a Joaquim Nabuco, e finalmente, por um quarto de século na cadeira presidencial, substituindo ao Barão do Rio Branco, e realizando a obra imperecível de que dei circunstanciada notícia, ao fazer-lhe, como orador oficial, o elogio, na Sessão Magna de 1938, comemorativa do Centenário do Instituto.

Foi deveras Afonso Celso uma figura que se impôs à admiração e à estima da nacionalidade.

E par droit de naissance et par droit de conquête.

Herdeiro do grande nome do Visconde de Ouro Preto, soube honrá-lo Afonso Celso, por seus títulos culturais e por seus títulos morais.

Jurista, literato, orador, propagandista da República e propagandista da Abolição, parlamentar, jornalista, historiador, universitário, em todos êsses campos se alteou Afonso Celso.

E empolgante é, ao mesmo tempo, a sua figura moral.

O espírito de renúncia, de quem, republicano na Monarquia, é monarquista na República!

A fé viva que o animava.

Fé cívica nos destinos do Brasil, cristalizada nesse livro — *Porque me ufano de meu país*.

E fé sublimada em Deus e na família cristã, com edificantes exemplos».

Lidas, pelo primeiro Secretário, as «Efemérides do Barão do Rio Branco» referentes à data, subiu à tribuna o conferencista, que proferiu conceituosa alocução, aplaudida com entusiasmo pela assistência.

Facultada a palavra a quem a quisesse, o sócio benemérito Eugênio Vilhena de Moraes referiu-se ao Dia de Ação de Graças, para tecer comentários indicativos da sua admiração e fervor da sua fé católica.

A Presidência agradeceu ambas as contribuições, ouvidas com agrado, como também a presença dos representantes de autoridades e pessoas doutas, antes de declarar encerrada a sessão.

Compareceram os seguintes sócios: Alfredo Valladão, Virgílio Corrêa Filho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, João Baptista Magalhães, José Wanderley de Araujo Pinho, Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, Daniel de Carvalho, Arthur Cesar Ferreira Reis, Rodrigo Octavio Filho, Eugenio Vilhena de Moraes, Herbert Canabarro Reichardt, José Augusto Bezerra de Medeiros, Manoel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Marcos Carneiro de Mendonça, Carlos da Silveira Carneiro, João Moreira Brandão Castello Branco Sobrinho, Alvaro Rodrigues de Vasconcelos.

Enviaram telegramas e ofícios: Dr. José Maria Alkmin, Ministro da Fazenda; Dr. Eurico Salles, Ministro da Justiça; Doutor Mário Meneghetti, Ministro da Agricultura; Major Brig. Francisco de Mello, Ministro da Aeronáutica; Dr. Orosimbo Nonato, Ministro do Supremo Tribunal Federal; Dr. César Prieto, Deputado Federal e Presidente da Comissão de Finanças, Dr. Peregrino Júnior, Presidente da Academia Brasileira de Letras.

Encerrou-se a sessão às 18 e meia horas.

Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, 2.º Secretário.

ATA DA ASSEMBLÉIA G^{ral} EM 18 DE DEZEMBRO DE 1957 (2ª convocação) (Sessão 1.887). Eleição da Diretoria e das Comissões Permanentes para o biênio de 1958-1959 e eleição de sócio correspondente.

Em segunda convocação, às dezessete horas do dia dezoito de dezembro de mil novecentos e cinquenta e sete, e por não ter havido número satisfatório na primeira, reuniu-se na Sala Varnhagen, em Assembléia Geral, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, conforme aviso previamente divulgado.

Por ausência do presidente perpétuo e dos vice-presidentes, assumiu a direção dos trabalhos o primeiro secretário, que de

início consultou a casa, a respeito do seu ato, pois que lhe parecia que, terminando naquele dia o seu mandato, tinha dúvidas sôbre se poderia ou não ocupar a presidência, para dirigir a eleição prevista.

O plenário manifestou-se pela sua continuação, por não achar incompatibilidade alguma, nem motivo de restrição ao exercício do cargo, enquanto não lhe fôsse eleito o substituto.

Então, esclareceu aos presentes que ali se achavam, em cumprimento do artigo 25 dos Estatutos, para a eleição da Diretoria e das Comissões Permanentes, que deveriam atuar no biênio de 1958-1959.

Solicitou aos consócios que apresentassem os seus votos, que um funcionário se incumbiu de receber na urna. Convidados para escrutinadores os sócios efetivos José Honório Rodrigues e Herbert Canabarro Reichardt examinaram e contaram as cédulas recebidas, que deram os resultados seguintes:

- 1º Vice-Presidente: Ministro Augusto Tavares de Lyra;
- 2º Vice-Presidente: Ministro Alfredo Valladão;
- 3º Vice-Presidente: Dr. Rodrigo Otávio de Langgaard Menezes Filho;
- 1º Secretário: Dr. Virgílio Corrêa Filho;
- 2º Secretário: Dr. Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa;
- Orador: Dr. Pedro Calmon Muniz de Bittencourt;
- Tesoureiro: Vice-Almirante Carlos da Silveira Carneiro.

As Comissões Permanentes constituíram-se com os nomes abaixo, obtendo os presentes 19 votos e os ausentes, 20.

História: Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Hélio Vianna, José Wanderley de Araújo Pinho, Herbert Canabarro Reichardt, Valentim Benício da Silva.

Fundos e Orçamentos: Afonso Penna Júnior, Artur César Ferreira Reis, José Antônio Soares de Sousa, Thiers Fleming, Ildefonso Mascarenhas da Silva.

Geografia: Francisco Jaguaribe Gomes de Matos, Adolfo Morales de los Rios Filho, Carlos da Silveira Carneiro, Virgílio Corrêa Filho, Lucas Boiteux.

Arqueologia e Etnografia: Rodrigo Melo Franco de Andrade, Francisco Marques dos Santos, José Honório Rodrigues, José Luís Batista, Gustavo Barroso.

Bibliografia: Mucio Leão, Américo Jacobina Lacombe, Cláudio Ganns, Vieira Ferreira, Eugênio Vilhena de Moraes.

Estatutos: Levi Carneiro, Estêvão Leitão de Carvalho, Rodrigo Otávio Filho, Pedro Calmon, Edmundo da Luz Pinto.

Admissão de Sócios: Augusto Tavares de Lyra, Alfredo Valladão, João Baptista Magalhães, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Christovam Leite de Castro.

À vista da apuração, o presidente da Mesa proclamou eleitos os novos membros das Comissões, como também da Diretoria, cuja posse, em janeiro, se efetuará de acôrdo com o artigo 25, parágrafo único.

Em seguida, disse que, havendo vaga de sócio correspondente, iria proceder à leitura da proposta referente ao Dr. Álvaro Teixeira Soares, bem como dos pareceres respectivos, que submeteu à apreciação do plenário.

Não procedia de igual modo com a de Grande Benemérito, porque sômente à última hora teve ciência do falecimento do historiador Basílio de Magalhães, em Lambarí. Parecia-lhe dispensável recordar-lhe a individualidade admirável, cujos serviços ao Instituto se documentavam por valiosas contribuições, como igualmente em vários ramos de sua atividade fecunda, enquanto a saúde lhe permitiu.

No exercício de cargos administrativos, no parlamento, no magistério, na imprensa, por tōda a parte se revelava a sua peregrina cultura, aplicada, com êxito, em pesquisas históricas. Basta-lhe a *Expansão Geográfica do Brasil até fins do século XVII* para lhe atestar a capacidade investigadora, ainda expressa em várias outras contribuições, aplicadas à geografia, à história, à corografia do Brasil. Merecia as homenagens de pesar do Instituto, que nêle perdeu dedicado cooperador.

A sua substituição far-se-á oportunamente.

Em continuação aos trabalhos, foram lidos:

PROPOSTA

Carioca, nascido a 10 de outubro de 1903, o Dr. Álvaro Teixeira Soares bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1925.

Dedicou-se ao jornalismo, até que, mediante concurso em 1929, ingressou no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Promoções por merecimento permitiram-lhe percorrer todos os escalões da carreira diplomática, até o mais alto, alcançado em 1953. Meses depois, coube-lhe a nomeação de Embaixador do Brasil na Bolívia. A ascensão profissional realçou-se pelas pesquisas a que se devotou, especialmente nos domínios da História.

Dentre as obras que elaborou sobrelevam:

O Barão do Rio Branco e a Diplomacia brasileira (1946).
A Significação Internacional do Rio da Prata nos séculos XVII e XVIII (1947);

Mauá, o Brasil e o Uruguai (1952);

Diplomacia do Império no Rio da Prata (até 1865) e o Drama da Triplíce Aliança (1956).

Assuntos relevantes, foram versados por quem soube examiná-los criteriosamente, valendo-se das oportunidades que lhe proporcionou a diplomacia. Diplomado pela Escola Superior de Guerra, em 1953, é membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional e da Sociedade Brasileira de Geografia.

Sobejam-lhe, pois, credenciais para ser bem escolhido pela secular instituição, que se ufana de ter admitido em seu seio — diplomatas-historiadores do porte de Varnhagen, Joaquim Caetano e Oliveira Lima, para sômente citar três individualidades da classe que o dignificaram no passado.

E entre os que, no presente, sabem harmonizar a diplomacia com a história, caberá lugar de relêvo ao escritor Álvaro Teixeira Soares, que propomos para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1957 — José Carlos de Macedo Soares — Cláudio Ganns, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Virgílio Corrêa Filho, Guilherme Auler, Estêvão Leitão de Carvalho, Juvenal Greenhalgh, Ordival Cassiano Gomes, Herbert Canabarro Reichardt, Argeu Guimarães, Carlos da Silveira Carneiro, Ivolino de Vasconcelos, Afonso Bandeira de Melo, Hildebrando Accioly, José Antônio Sares de Sousa, Francisco Marques dos Santos, Dodsworth Martins, Marcos Carneiro de Mendonça, Francisco Jaguaribe Gomes de Matos, H. C. de Sousa Araújo, Adolfo Morales de los Rios Filho, Ildefonso Mascarenhas da Silva, Florêncio de Abreu, Aluizio Napoleão de Freitas Rêgo, Renato de Mendonça, Gustavo Barroso, Julião Rangel de Macedo Soares e José Honório Rodrigues.

PARECER DA COMISSÃO DE HISTÓRIA

A proposta do nome do escritor Álvaro Teixeira Soares para sócio correspondente do Instituto fundamenta-se nas mais valiosas credenciais.

Tendo ingressado na diplomacia, mediante concurso, seguiu o exemplo de individualidades notáveis, que souberam harmonizar os afazeres profissionais com as pesquisas históricas a que se devotou.

Conhecedor do Arquivo Histórico do Itamarati, lembrou em *O Barão do Rio Branco e a Diplomacia Brasileira* a fase admirável da atuação do preclaro brasileiro, que se immortalizou na chefia da política externa do país a que imprimiu firmes diretrizes.

A permanência em Montevidéu permitiu-lhe realçar *A significação Internacional do Rio da Prata nos séculos XVII e XVIII e Mauá, o Brasil e o Uruguai*, em ensaios, que lhe evidenciam sérias investigações, continuadas em *Diplomacia do Império no Rio da Prata* e o *Drama da Tríplice Aliança*, em que tratou do «período mais belo, mais movimentado, mais soberbo da diplomacia brasileira, através de seus fastos históricos».

Em verdade, de 1865, quando a Tríplice Aliança responde às arrogâncias de Solano Lopez, em desafio aos seus vizinhos, para a luta a que se aparelhara, solerte, a 1876, final das controvérsias, encerradas pela assinatura do tratado de 3 de fevereiro, coube à diplomacia imperial defender os direitos do Brasil, evitando a coligação das repúblicas sulamericanas contra a exceção monárquica do trono bragantino.

Não seria fácil tarefa, naquela conjuntura, conter a audácia do inimigo e evitar as incompreensões dos aliados, como doutamente evidenciou o autor, ao narrar os episódios e as personagens que mais decisivamente contribuíram para a decisão final.

Incontestavelmente, o quinhão mais oneroso coube a Paranhos, que em meio das refregas conquistou os braços de Visconde do Rio Branco, «a gigantesca figura diplomática, o incomparável negociador, o mestre consumado da diplomacia», consoante o qualificou a admiração comovida do escritor.

Basta-lhe a referida contribuição, ainda quanto outras não lhe opulentassem a bibliografia, para justificar o ingresso do Embaixador Álvaro Teixeira Soares no quadro social do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao qual está em condições de prestar relevantes serviços.

Rio de Janeiro, em 15 de dezembro de 1957. — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho — Valentim Benício da Silva — Wanderley Pinho — Herbert Canabarro Reichardt.

PARECER DA COMISSÃO DE ADMISSÃO DE SÓCIOS

Na pessoa do Sr. Álvaro Teixeira Soares, carioca, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, jornalista e diplomata de carreira, congregam-se as altas qualidades que o artigo 7º dos Estatutos exige para os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Os trabalhos de História Diplomática que tem publicado e que foram, neste momento, convenientemente ponderados pela douta Comissão de História, são títulos bastantes para esta Comissão de Admissão incluir na lista dos sócios correspondentes do Instituto a pessoa ilustre do Embaixador Álvaro Teixeira Soares.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1957. — *Augusto Tavares de Lyra* — *Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa* — *João Baptista Magalhães*.

Submetidos à votação, quando já se achavam presentes 37 sócios, foram os pareceres aprovados por unanimidade e proclamado sócio correspondente o Dr. Álvaro Teixeira Soares.

E como se aproximava a hora marcada para a sessão a que devia comparecer o Sr. Presidente da República, foi adiada a discussão de outros assuntos em pauta, e encerrada a Assembléia-Geral, com o convite à assistência, para se transferir ao Salão D. Pedro II, onde se realizaria a posse do sócio Aluizio Napoleão de Freitas Rêgo.

Compareceram os seguintes sócios: Virgílio Corrêa Filho, Cláudio Ganns, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, João Baptista Magalhães, Wanderley de Araújo Pinho, Américo Jacobina Lacombe, Luís de Oliveira Belo, José Honório Rodrigues, Adolfo Morales de los Rios Filho, Estêvão Leitão de Carvalho, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Herbert Canabarro Reichardt, Argeu Guimarães, Miguel Costa Filho, Ildefonso Mascarenhas da Silva, Henrique Fleiuss, Francisco Jaguaribe Gomes de Matos, Julião Rangel de Macedo Soares, Dante de Laytano, Marcos Carneiro de Mendonça, J. M. B. Castelo Branco, Aluizio Napoleão de Freitas Rêgo, Hildebrando Accioly, Gustavo Barroso, Renato de Mendonça, Eugênio Vilhena de Moraes, José Augusto Bezerra de Medeiros, Florêncio de Abreu, José Antônio Soares de Sousa, Antônio Carlos Lafayette de Andrada, Justo Pastor Benitez, Ivolino de Vascóncelos, Pedro Calmon, Carlos da Silveira Carneiro, Christovam Leite de Castro, Heraclides César de Sousa Araújo e Dodsworth Martins.

Encerrou-se a sessão da Assembléia Geral, às 18 horas. — *Xavier de Vasconcellos Pedrosa*, 2º secretário.

ATA DA SESSÃO SOLENE EM 18 DE DEZEMBRO DE 1957
(Sessão 1.888) — POSSE DO SÓCIO EFETIVO MI-
NISTRO ALUIZIO NAPOLEÃO DE FREITAS RÊGO.

— Discursos do Prof. Dr. Pedro Calmon e do recipiendário.

Presidência — Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, Pre-
sidente de Honra.

Às dezoito horas e quinze minutos do dia dezoito de dezembro de mil novecentos e cinqüenta e sete, realizou-se no Salão Nobre do Instituto Histórico, a sessão solene de posse do novo sócio, Aluizio Napoleão de Freitas Rêgo, com a presença de Sua Excelência, o Sr. Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira que, na qualidade de presidente de honra, sentou-se à mesa na companhia do presidente perpétuo, Sr. Ministro José Carlos de Macedo Soares. Este, data venia, declarou aberta a sessão e convidou para tomarem lugar à mesa, as seguintes personalidades: Exmo. Sr. Núncio Apostólico, Srs. Ministros de Estado, da Saúde e da Justiça, Sr. Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, Sr. Grande Chanceler da Ordem do Mérito, Sr. Governador do Estado do Piauí, Sr. Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e Sr. Deputado Dr. Hugo Napoleão, pai do recipiendário e Presidente da Comissão de Diplomacia da Câmara Federal.

Depois destas deliberações preliminares, o Sr. presidente, Ministro Macedo Soares, em convite geral, solicitou a gentileza dos diversos embaixadores e representantes das Nações que estivessem presentes, de ocuparem as cadeiras do recinto. Estes lugares foram inteiramente preenchidos.

Em prosseguimento, o Sr. presidente do Instituto convidou o orador oficial, o sócio grande benemérito, Professor Pedro Calmon para fazer a saudação ao novo consócio.

A subida do orador à tribuna foi marcada com uma salva de palmas.

A sua oração foi uma peça congratulatória com o Instituto pela aquisição do novo membro efetivo, cuja condição pessoal de ser diplomata e historiador, levou o orador a fazer valiosas considerações sobre a vantagem do diplomata ter vocação para o estudo da história pátria, porque com esta base as soluções sujeitas ao seu desempenho terão maior descortino. Passando à análise dos trabalhos publicados, pelo novel consócio acentua a validade dos mesmos e a chama patriótica com que foram elaborados. Esta qualidade, afirma o orador, lhe vem do berço, da velha família nordestina, que na gleba piauiense vicejou e se

tem assinalado no curso do tempo por um grande amor da pátria, não apenas nas atuais gerações, pai e filho, ali presentes, mas nos primórdios de ambos.

A oração do Sr. Pedro Calmon foi vivamente aplaudida.

Com a palavra o Sr. Aluizio Napoleão de Freitas Rêgo, procede à leitura do seu belo discurso, repassado da grata emoção de fazer parte do quadro dos sócios efetivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e estuda algumas figuras tutelares daquela Casa, especialmente daqueles que militaram na Diplomacia e nas letras históricas.

A sessão foi encerrada pelo Sr. Presidente da República por solicitação do Sr. Ministro José Carlos de Macedo Soares.

As palavras de S. Excelência, mormente a comunicação de que, em 1958, ao se comemorar o decreto de D. João VI, abrindo ao mundo os portos do Brasil, será levantado um monumento consagrador dos benefícios que o monarca português legou ao Brasil — foram entusiasticamente aplaudidas pelo auditório composto de numerosos sócios e pessoas da sociedade, que lotavam completamente as arquibancadas destinadas ao público, o recinto e os lugares dos membros do Instituto.

Compareceram os seguintes sócios: Juscelino Kubitschek de Oliveira, José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Cláudio Ganns, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, João Baptista Magalhães, Wanderley de Araújo Pinho, Américo Jacobina Lacombe, Luís de Oliveira Belo, José Honório Rodrigues, Adolfo Morales de los Rios Filho, Estêvão Leitão de Carvalho, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Herbert Canabarro Reichardt, Argeu Guimarães, Miguel Costa Filho, Ildefonso Mascarenhas da Silva, Henrique Fleiuss, Francisco Jaguaribe Gomes de Matos, Julião Rangel de Macedo Soares, Dante de Laytano, Marcos Carneiro de Mendonça, J. M. B. Castelo Branco, Aluizio Napoleão de Freitas Rêgo, Hildebrando Accioly, Gustavo Barroso, Renato Mendonça, Eugênio Vilhena de Moraes, José Augusto Bezerra de Medeiros, Florêncio de Abreu, José Antônio Soares de Sousa, Antônio Carlos Lafayette de Andrada, Justo Pastor Benitez, Ivolino de Vasconcelos, Pedro Calmon, Carlos da Silveira Carneiro, Cristovam Leite de Castro, Heraclides César de Sousa Araújo e Dodsworth Martins.

Justificaram a ausência os sócios Lucas A. Boiteux, Artur César Ferreira Reis, José Luis Batista, Marques dos Santos, Mozart Monteiro, Ordival Cassiano Gomes, Sérgio Corrêa da Costa, Álvaro de Vasconcelos e Thiers Fleming.

Entre os muitos telegramas recebidos, anotamos, do presidente da Academia Brasileira de Letras, do presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, do presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do presidente da Associação Brasileira de Imprensa e muitos outros.

Encerrou-se a sessão às 19 horas. — *Xavier de Vasconcellos Pedrosa*, 2º secretário.

APRECIACÃO DE LIVROS

DAMIÃO PERES — *Estudos de História Luso-Brasileira*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1956.

Três são os *Estudos de História Luso-Brasileira* da autoria do Professor Damião Peres, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, há pouco publicados pela Academia Portuguesa da História. Refere-se o primeiro aos «Antecedentes históricos da legislação concernente ao ouro do Brasil nos séculos XVI a XVIII». Trata o segundo da exploração do salitre baiano da região de Monte Alto, ao tempo do ministério do Marquês de Pombal. Contém o último «considerações relativas a uma relíquia que se diz anchietana», há alguns anos encontrada na Faculdade de Ciências de Lisboa. Destinaram-se, os dois primeiros trabalhos ao IV Congresso de História Nacional, no Rio de Janeiro reunido em 1949, e ao II Congresso de História da Bahia, na cidade do Salvador realizado em 1952. Estão, ambos, acompanhados de documentos que, devidamente comentados pelo autor, trazem úteis esclarecimentos às mencionadas questões históricas. Quanto ao último, conclui apenas pela «plausibilidade» de ser realmente anchietana a relíquia achada em Lisboa, restos de uma jaqueta do famoso inaciano, que para lá teria sido remetida quando da expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1760.

O trabalho do Professor Damião Peres sobre a legislação do ouro no Brasil foi anteriormente publicado nos *Anais do IV Congresso de História Nacional*, quinto volume, aparecido em 1950, em edição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Helio Vianna

LUÍS DA CÂMARA CASCUDO — *História do Rio Grande do Norte*. — Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação — 1955 — 524 págs. — 25 cm.

Para examinar a formação do povo norterio-grandense e ocupação da terra em que se fixou, Luís da Câmara Cascudo

começou o seu estudo por lembrar os diplomas régios, mediante os quais D. João III transferiu grande parte dos seus poderes, na região ainda desconhecida, a João de Barros, Fernão Álvares de Andrade e Aires da Cunha, mediante doações de capitánias, com que os favoreceram.

Caso triunfassem, dominariam o litoral distendido, por cerca de 265 léguas, da baixa da Traição à abra de Diogo Leite.

Não conseguiram, porém, imitar o exemplo do donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, cujo auxilio não lhes bastou para vencer a opposição de índios bravios.

Associados para a empresa comum, armaram cinco navios e cinco caravelas, para o transporte de 900 homens e mais de cem cavalos.

Em dezembro de 1535, conhecem Pernambuco e prosseguem, após breve parada.

Rechçados na foz do Ceará Mirim pelos potiguares, aliados a traficantes franceses, em nenhum outro porto próximo lograram desembarcar.

Adiante, em águas do Maranhão, soçobra a capitânea, em que perece Aires da Cunha, comandante da expedição, quando mais útil seria a sua experiência de lutas na Índia. Todavia, os companheiros desembarcaram na ilha, onde fundaram o povoado de Nazarê.

Após penoso triênio de sofrimento, em que se reduziu o número de sobreviventes a menos de um terço, decidiram abandonar aquelas paragens.

Embarcados de novo, em 1538, de retirada, foram ter a Puerto Rico, a São Domingos, onde se encerrou a primeira tentativa de ocupação das terras, que vão do Rio Grande do Norte ao Maranhão.

Apesar de repetidos esforços, igualmente malogrados, continuaram os franceses, para lhes impedir a aproximação, a fomentar a rebeldia da indiada regional, que lhes fornecia «o melhor pau de toda a costa», assinalou Jerônimo de Barros, até que o Governador Geral D. Francisco de Sousa decidiu expulsá-los.

Manuel de Mascarenhas Homem, capitão-mor de Pernambuco, chefiando sete navios e cinco caravelões, alcançou a foz do Potengi a 25 de dezembro de 97.

Feliciano Coelho, da Paraíba, aumentou-lhe os contingentes com os lutadores brancos e indígenas flecheiros, conduzidos por terra.

Domando a resistência dos nativos, iniciaram os expedicionários, a 6 de janeiro de 1598, a fortaleza dos Reis Magos, ou Santos Reis, solenemente inaugurada no dia de São João.

Dai partiria Martin Soares Moreno, em 1611, para a conquista do Ceará, e outros, «como de uma colmeia partem as abelhas rainhas, fundadoras de raças. É um núcleo irradiante e não um mero ponto de referência no curso das derivas da expansão portuguesa no setentrão», consoante regista o autor.

O apêgo ao torrão natal, que lhe exalta os esmeros de historiador, inspira-lhe comentários a respeito da fundação castrense.

«O Forte era a conquista imóvel, padrão de posse como um marco de pedra lioz numa praia deserta». Em tôrno, o inimigo vigilante não permitia descuido algum. Faltava a cidade, somente possível depois da pacificação, ajustada solenemente na Paraíba, a 11 de junho de 1599, com Potiguaçu e outros tuxauas.

Não tardou que surgisse, a menos de uma légua de distância, a cidade de Natal, em tôrno do Largo da Matriz. Não lhe seria rápido o crescimento. Até 1609, havia duas mulheres brancas apenas, entre 25 moradores e «cêrca de oitenta nos arredores».

Progredia morosamente, quando o holandês apareceu em 1633, para subjugá-la, sem impedir de todo a fusão, em graus vários, dos três elementos étnicos principais que lhe formariam o povo, o branco, oriundo, em maioria, do Minho, o vermelho, tupi, ou cariri, e o negro, em menor escala, pois que «econômica-mente o escravo não foi indispensável no Rio Grande do Norte».

O domínio estranho manifestou-se cruelmente, como acentuou o historiador.

«O govêrno de Nassau foi um esplendor na região pernambucana. O Rio Grande do Norte só conheceu violência, extorsão, vilipêndio, rapinagem».

O nefasto regime só terminou em 1654, quando, em fevereiro, o Capitão Francisco de Figueiroa, encarregado de ocupar, com os seus 850 soldados, o Forte dos Santos Reis, denominado Castelo de Keulen pelos holandeses, encontrou-o evacuado pela guarnição intrusa, que tivera aviso da capitulação de Taborda, por veloz fugitivo.

«Era bem, com seus canhões encravados, bastiões em ruínas, banquetas sem rondas e terraços sem vigias, a imagem da derrota, da deserção e do abandono».

Passado o periodo de sofrimentos, causados pelos invasores, ainda romperiam as hostilidades dos nativos, que dificultariam a retomada de empreendimentos criadores.

A «Guerra dos Bárbaros», também denominada «Confederação dos Cariris», que ensanguentou a região de Açu, Apodi e Ceará Mirim, rompe em agosto de 1685, e perdura por mais de uma década.

Apesar das devastações resultantes, dilatou-se para a hinterlândia a ocupação, auxiliada pelo gado, «que foi o fixador e também, na própria execução do serviço de campo, um alargador das áreas geográficas».

Em meio de narrativas de pelejas, que amofinavam o povo, abre-se o capítulo IV, à página 114, com admirável síntese dos costumes regionais, preferências culinárias, e hábitos sociais, que se espelham em períodos expressivos.

«As residências eram simples. A sala maior, a primeira cupiã no sertão do Rio Grande do Norte, privativa dos homens. Comia-se, no século XVIII, à mão. Raras facas. Muitas colheres, algumas de prata. Nunca deparei um garfo num inventário da era setecentista. Raros livros. Toalhas de Bretanha, muito cordão de ouro, imagens de madeiras, armas fidalgas, espadim, espadas, bengalas com castão e ponteiro de prata, memórias de ouro, alegrias de coral, brincos, enfim, os ouros, posses da senhora dona ou da sinhá-moça».

Assim viva e cintilante é a maneira de escrever de Câmara Cascudo, que recheou o seu livro de informações variadas e opulentas acerca do Estado, cuja evolução examinou a primor, por múltiplos aspectos, terminando com o resumo biográfico de conterrâneos insignes.

Entre os demais, sobressai Amaro Cavalcanti, cujo centenário de nascimento lhe recordou a individualidade gloriosa em 1949, Antônio Felipe Camarão, o índio aliado, na luta contra os holandeses, Antônio Florêncio Pereira do Lago, imortalizado na Retirada da Laguna, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, sacrificado em desastre do «Pax», com que pretendia resolver problemas aviatórios, Henrique Castriciano de Sousa, fundador da Escola Doméstica de Natal, na qual concretizou as suas aspirações educativas, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, estadista republicano, Rodolfo Augusto de Amorim Garcia, continuador de Capistrano de Abreu, Tobias do Rego Monteiro, publicista, que transferiu as suas atividades pesquisadoras para os domínios da História.

São nomes que exerceram influência no cenário nacional, além das dezenas dos que preferiram atuar no ambiente regional, onde adquiriram fama.

Quem quiser conhecer a história do Rio Grande do Norte, no tocante aos seus administradores, do primeiro ao atual, ao

ensino, à religião, à justiça, às finanças, à polícia, às vias de comunicações, à organização municipal, encontrará cabais informações no livro que Luís da Câmara Cascudo escreveu com saber de pesquisador diligente e compreensivo carinho.

V.C.F.

R. MAGALHÃES JÚNIOR, da Academia de Letras — *Deodoro, a espada contra o Império*. — Brasileira. Série Grande Formato. Dois volumes. Companhia Editôra Nacional — São Paulo.

Com esta obra de fôlego, pois conta, ao todo, 845 páginas, ilustradas abundantemente com gravuras da época, já hoje fora do alcance do público em geral, dotou o acadêmico e operoso escritor as letras históricas do país com uma biografia do fundador da República, da qual ressalta, em impressionante relêvo, a figura plutarquiana do grande soldado, em tôdas as fases de sua vida, apresentada no quadro da intimidade doméstica, da carreira militar, das atividades públicas do biografado, tudo emoldurado pelos acontecimentos políticos nacionais, retratados com tão amplos horizontes e rigorosa fidelidade, que se pode dizer que *Deodoro, a espada contra o Império* reproduz não só a vida do herói, mas a época em que decorreu sua existência.

E.L.C.

JOSÉ FELICIANO DE OLIVEIRA — *Os pais da República e seus primeiros dias (As finanças da República)* — Livraria Editôra Lages Limitada.

Aos seus 90 anos de idade a personagem filosófica e cívica do professor José Feliciano de Oliveira dá-nos um testemunho vigoroso do seu *valor humano*, bem firmado no livro de 286 páginas que vem de publicar sobre fatos da história da República. Aí se lêem, reunidos, numerosos artigos vindos à lume em várias épocas, em discussão de nossos afãs políticos, cujas idéias e dizeres são reafirmados e complementados em diversas oportunidades, e agora acentuados. Aí se vê, além do mais, exemplos de atividades, do autor e de certas individualidades que focaliza, dignos de admiração e imitação neste conturbado momento que estamos vivendo. De admiração e, em certos casos, de lástima...

O livro de José Feliciano de Oliveira vale por um *documento* histórico de importância considerável, pelo relato que faz, sempre argumentando com fatos, dos momentos em que atuou ou a que assistiu e pela apreciação desapassionada e clara de participantes nesses momentos da vida nacional focalizados. É uma valiosa contribuição para a história da República, cujos atôres e seus procedimentos, tal qual êle mesmo afirma, só podem ser *justamente julgados fora da época da influência das paixões*.

O livro constitue-se de três partes. Nas duas primeiras expõe e discute acontecimentos e atôres dos primórdios e do desabrochar da República. Na última, trata, apoiado em abalizados testemunhos, da nossa tormentosa vida financeira. Vê-se aí o descalabro criado pelo nefasto *ensilhamento*, ressurreto, desenvoltamente, *mutatis-mutandis*, após 1950...

Nas referências aos acontecimentos de que trata nas duas primeiras partes, vê-se pleno espírito de amor e respeito à verdade, às vêzes com certa mágoa, sempre, porém, sem quaisquer despeitos... O estímulo que o impulsiona é um consciente amor à Pátria, mas focaliza, modestamente, como uma de suas principais preocupações, tal qual confessa, defender Demétrio Ribeiro mui injustiçado, entre outros, por Ruy Barbosa. E isto, não obstante, em certa época, haver politicamente labutado em campo oposto ao seu.

Na última parte do livro, fazendo bem elaborada crítica às *finanças da República*, analisa os fatos desde suas origens no período monárquico, e chega, podemos dizer, aos nossos dias em que medram os descalabros do *inflacionismo monetário*, revivendo as intoxicações, do nefasto *câncer*, do *ensilhamento*...

Na *conclusão*, José Feliciano, sempre claro, positivo, sintetiza os desvios da civilização moderna a ameaçarem em suas consequências, neste surgir da *era atômica*, a Humanidade e a Terra... de catástrofes irremediáveis...

Finalmente, o livro de José Feliciano de Oliveira é um *documento*, mas documento que merece ser *meditado* e *ponderado*, em vista da História e do futuro...

J.B.M.

TANUS JORGE BASTANI — *Minas e Minérios do Brasil*, 520 páginas
— Livraria Freitas Bastos — 1956.

Tanus Jorge Bastani, em *Minas e Minérios do Brasil*, elaborou um trabalho informativo de inegável interesse cultural. Abre-o com um prólogo ditado por impulsos de vibrante patrio-

tismo, lembrando, de certo modo, as reações do *ufanismo*. Mostra-se inconformado com o inaproveitamento das riquezas de nossa terra, sem considerar, porém, as circunstâncias determinantes e prevalentes no processo da revolução industrial. Mas, Bastani não atribui, como os *ufanistas*, nossos retardos à *inferioridade da raça*. Responsabiliza por isto os homens sem valor que têm dominado no mecanismo do *Estado*, no que não deixa de ter razão. Pena é que não faça exceções a êsse respeito, ressaltando de sua justa crítica certas personalidades, que no decorrer de nosso processo histórico, souberam reagir na esfera política com adequados procedimentos para a criação da necessária *ordem dinâmica*, geratriz de um *progresso normal*. ■

De início, focaliza o autor certos costumes das épocas de artanhos, existentes na *ambiência da civilização*, entre os quais o de se esconderem tesouros por cautela, usura, reações renegativas, etc. Era em parte, tal qual adverte, efeito da ausência de um mecanismo de *movimentação da riqueza*, como as organizações bancárias advindas com o século XVIII.

Consigna depois o autor, sempre com entusiasmo patriótico, ocorrências atribuídas à nossa pré-história, clamando, no que tem razão, contra a ausência de órgãos destinados a investigações sistemáticas a tal respeito.

Seguem-se interessantes capítulos em que registra as existências das riquezas minerais do Brasil, município por município, do Sul à Amazônia.

O livro de Tanus Jorge Bastani, que resulta de *um labor de 14 anos*, do qual dá bom testemunho a rica bibliografia em que se apoia, termina com o *Catálogo do Museu de Mineralogia do Ministério da Agricultura*, exposto em 83 págs. — J.B.M.

EDGAR DE CERQUEIRA FALCÃO — *Novas achegas ao estudo da determinação da especificidade do «Schistosomum Mansoni»*.

Com prefácio escrito pelo Professor Carlos Chagas Filho, apareceu êste ano o livro do ilustre médico e historiador santista Dr. Edgard de Cerqueira Falcão, trazendo ao conhecimento do público novos documentos pelos quais se comprova a prioridade dos estudos do insigne pesquisador brasileiro e nosso consócio honorário Professor Manuel Augusto Pirajá da Silva, da Escola da Bahia, a respeito da especificidade do verme universalmente conhecido por «Schistosomum Mansoni».

O prefaciador louva a preocupação do autor (não fôsse ele um ilustre historiador) de expor às gerações médicas o significado da contribuição de Pirajá da Silva para estabelecimento da identidade dêste helminto descoberto pelo famoso tropicalista inglês Patrick Manson, da Escola de Medicina Tropical de Londres, em fins do século passado.

Sôbre o assunto o ilustre Dr. E.C. Falcão em 1953, ao transcorrer o octogésimo aniversário do Professor Pirajá da Silva, fez uma reedição comemorativa dêstes estudos publicados no Brasil e na Europa. Foi graças aos mesmos que a controvérsia existente entre os tropicalistas das Escolas médicas do Cairo e de Londres, a respeito da identidade ou não dos dois parasitos até então conhecidos, o «Schistosomum Hematobium» responsável pela hematuria do Egito, e o «Schistosomum» descoberto por Patrick Manson em doente procedente da América, começou a ser dirimida. A contribuição trazida pelo jovem sábio brasileiro foi grande, apesar de não ter tido uma repercussão como seria de esperar. É que, infelizmente naquela época, a ciência tinha regionalismo. Não fôsse a pesquisa feita por sábio europeu e a coisa não teria fácil aceitação!

A descrição zoológica do Schistosomum feita por Pirajá da Silva, em 1904, dada a conhecer na Europa através das revistas especializadas em 1908, trouxe para a teoria da dualidade do Schistosoma uma contribuição definitiva. Não havia unidade de espécie, havia dualidade. O Schistosomum Hematobium do Egito era um, e o Schistosomum da América, agora chamado «Schistosomum Mansoni» era outro.

Em três notas adequadas ao texto da edição comemorativa, o Dr. Edgard Cerqueira Falcão levantou a questão da prioridade dos estudos de Pirajá da Silva na solução dêste problema parasitológico que tanta discussão levantou em seu tempo nos centros médicos científicos europeus e teve a satisfação de vê-la acolhida em Londres pela autoridade máxima de Philip Manson Bahr e em Hamburgo pelo Instituto de Doenças Tropicais, que por unanimidade de seus membros concedeu a Pirajá da Silva a medalha Bernhard Nocht, destinada a premiar os autores de trabalhos notáveis no campo da Medicina Tropical.

Esta medalha foi outorgada ao sábio parasitologista brasileiro em sessão solene realizada no Anfiteatro de Parasitologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, no dia 28 de janeiro de 1955, sendo orador em nome do Instituto de Doenças Tropicais de Hamburgo o saudoso Professor Henrique da Rocha Lima.

Na segunda parte do livro, o Dr. E. C. Falcão publica o epistolário científico pertencente ao Professor Pirajá da Silva, formado pela correspondência que êle manteve com os maiores sábios desta especialidade, desde que regressou da Europa em 1909 onde freqüentou os centros mais adiantados da Medicina Tropical.

Tôda esta parte do livro está bem ilustrada com reproduções fac-similares de cartas escritas por Robert T. Leiper, da Escola de Medicina Tropical, de Londres; por Patrick Manson; por R. Blanchard, com quem conviveu e trabalhou em Paris; por A. Le Dantec, professor de Patologia Exótica em Bordéus, por Albert Henry e por De Lortet; por Brumpt; por Artur Loos, da Escola de Medicina do Cairo (o maior defensor da unicidade das espécies de *Schistosomum*, contra a qual o trabalho de Pirajá valeu para contestação definitiva); por Holcomb, médico naval americano trabalhando nas Antilhas; por Yakimoff, médico russo, ainda sôbre o regime imperial, do Serviço de Doenças Tropicais e Quimioterapia, de Petrogrado.

Dos brasileiros há cartas do punho de Adolfo Lutz em número de nove pelas quais fica-se sabendo quanto Pirajá ajudou Lutz nas suas pesquisas sôbre o papel do caramujo no círculo evolutivo do *Schistosomum Mansoni*. De Artur Neiva, baianos ambos, e anotadores de livros de história, respectivamente Pirajá o Tratado de Gabriel Soares, edição da Biblioteca Histórica Brasileira, da Editôra Martins, S. Paulo 1945; e Neiva, Diogo Álvares Caramuru e os Franceses, Revista Brasileira, ano primeiro, nº 3. De Osvaldo Cruz solicitando do mestre de Parasitologia da Bahia espécie de peixe venenoso para estudos em Manguinhos. De Carlos Chagas, correspondência de mútua simpatia e admiração.

O livro ainda traz cêrca de oito apêndices fac-similares de páginas de revistas e livros de autores estrangeiros que de qualquer forma fizeram referências ao trabalho de Pirajá da Silva sôbre o *Schistosomum Mansoni*.

Atingindo ao fim do livro do Dr. E. C. Falcão apresentamos-lhe os nossos aplausos pelo grande alcance do seu trabalho, sem dúvida nenhuma uma magnífica contribuição para a historiografia médica do Brasil, consagradora da veneranda figura do nosso consócio Professor Manuel Augusto Pirajá da Silva.

Xavier Pedrosa

BIO-BIBLIOGRAFIA DOS SÓCIOS DO INSTITUTO

DR. HERÁCLIDES CÉSAR DE SOUZA-ARAÚJO

Por *Maria C. Max Fleiuss*

Filho legítimo do Professor Júlio César de Souza-Araújo e D. Manoela Alves de Souza-Araújo. Nascido no Estado do Paraná a 24 de junho de 1886.

Títulos: Diplomado pela Escola de Farmácia de Ouro-Prêto (abril, 1912) e pelo Instituto Oswaldo Cruz (janeiro, 1913); Cand. Med. da Faculdade de Medicina da Universidade de Berlim (1913-14); Dr. em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro (dezembro, 1915); Higienista (C.P.H., 1925) e Dr. em Saúde Pública (Dr. P.H., junho, 1926) pela Johns Hopkins University, U.S.A.; Curso de Higiene Social da Columbia University (New York, 1925); Fellowship da Rockefeller Foundation (1924-27); Aluno da Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo, Filial da Universidade de Lovaina (1930) e da London School of Dermatology (1930-31).

Cargos exercidos: Chefe de Serviço de Saneamento Rural do D.N.S.P. no Paraná e Pará (1918-24); Assistente (1919-26) e Chefe do Laboratório de Leprologia do Instituto Oswaldo Cruz (1927-57); Chefe da Inspetoria de Profilaxia da Lepra de S. Paulo (1931); Chefe de Serviço e Secretário do Centro Internacional de Leprologia (1934-39); Professor de Leprologia da Universidade do Rio de Janeiro (Cursos de Extensão Universitária do Centro Internacional de Leprologia, 1936, 1937, 1938); do Curso de Lepra do D.N.S. (1942); do Curso de Aplicação do Instituto Oswaldo Cruz (1928-57) e Catedrático da Faculdade de Ciências Médicas, hoje incorporada à Universidade do Distrito Federal (1936-57); Editor das Memórias do Instituto Oswaldo Cruz (1941-56) e Chefe da Seção de Bacteriologia e da Divisão de Microbiologia e Imunologia do Instituto Oswaldo Cruz (1945-56).

Sócio Correspondente das: Sociedad Argentina de Dermatologia y Sifilologia (1915); American Society of Tropical Medicine (1924); National Geographic Society (1924); Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa (1927); Association de la Presse Médicale Belge (1933); Academia de Medicina de Medellín, Colômbia (1941); Sociedad Argentina de Patologia Infecciosa y Epidemiologia (1947) e Société Belge de Médecine Tropicale (1947).

Sócio Efetivo das: Sociedade Brasileira de Dermatologia e Sifilografia (1916); Sociedade de Medicina do Paraná (1918); Sociedade de Medicina do Pará (1921); Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (1922); Sociedade de Biologia do Rio de Janeiro (1923), e seu Presidente em 1932 e 1955-56; Titular da Academia Nacional de Medicina (1924); Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene (1927), e Secretário-Local (1931-59); Fundador, Vice-Presidente da International Leprosy Association (1932-53); Royal Institute of Philosophy (1931-57); Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (Remido, 1934); Centro Brasileiro de Cultura (1944); Sociedade Brasileira de Cancerologia (1946-57); Associação Brasileira de Leprologia

(1949-57); Colégio Ibero-Latino-Americano de Dermatologia (1949); Presidente do Instituto Sino-Brasileiro de Cultura (1945-57).

Sócio Honorário das: Major-Cirurgião da Guarda Nacional (1910 e 2ª Linha 1918); Academia Espanhola de Dermatologia e Sifiliografia (1926); Associação Médica do Paraná (1934); Sociedad Medico-Quirúrgica de Cartagena (1939); Presidente Honorário da Sociedad Colombiana de Leprologia (1939); Sociedad Cubana de Dermatologia y Sifilografia (1947); Academia de Letras José de Alencar, Paraná (1949); Honra ao Mérito, Standard Oil of Brazil (1950); Sociedad de Dermatologia, Sifilografia y Leprologia del Paraguay (1951); Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1952); Instituto Brasileiro de História da Medicina (1954) e Sociedad Argentina de Leprologia (1955); Candidato ao Prêmio Nobel de Medicina de 1955, por indicação do Professor Benjamin Vinelli Baptista, credenciado pelo Comitê Nobel. Sócio Honorário Perpétuo e Medalha «Star and Cross» da The American International Academy, de New York, U.S.A. (1957).

Congressos e Intercâmbio Cultural: Secretário-Geral da IV Conferência Sul-Americana de Higiene, Microbiologia e Patologia (Rio, 1929); Delegado do Brasil ao 4º Congresso Internacional de Leprologia (Cairo, 1938); Missão Cultural à Colômbia (1939); Delegado do Brasil ao 8º Congresso Científico Americano (Washington, 1940); ao 1º Congresso Interamericano de Medicina, Presidente de Seção (Rio, 1946); Delegado da Nicarágua na II Conferência Panamericana de Leprologia (Rio, 1946); Chefe da Delegação do Brasil ao 4º Congresso Internacional de Microbiologia (Copenhague, 1947); Vice-Presidente do 5º Congresso Internacional de Microbiologia (Rio, 1950); Delegado ao 5º Congresso Internacional de Leprologia (Cuba, 1948) e 3º Panamericano (Buenos Aires, 1951); Presidente de Seção dos 10º e 11º Congressos Brasileiros de Higiene (Belo Horizonte, 1952 e Curitiba, 1953); Delegado ao 5º Congresso de Medicina Tropical e Malária (Estambul) e 6.º de Microbiologia (Roma) e Leprologia (Madrid, 1953) e ao Congresso Internacional de Leprologia da Soberana Ordem de Malta (Roma, 1956).

Países e Colônias visitados pelo Dr. H. C. de Souza-Araújo, em objeto de estudos médico-sanitários, ou como membro ou delegado oficial de Congressos Científicos:

- América: Estados Unidos da: 1924-25, 1940.
- Alemanha: 1913-14, 1926, 1931 e 1938.
- Algéria: 1926.
- Argentina: 1915, 1918, 1927, 1939, 1942, 1946, 1951 e 1952.
- Áustria: 1926.
- Bélgica: 1913, 1926, 1931, 1938, 1947.
- Bolívia: 1939.
- Brasil: Todos os Estados e os Territórios do Acre e Guaporé.
- British Bornéu: 1926.
- Bulgária: 1926.
- Burma: 1926.
- Canadá: 1924.
- Chile: 1939.
- China: 1925.
- Colômbia: 1939.
- Dinamarca: 1926, 1947.
- Egito: 1926, 1938.
- Equador: 1939.
- Espanha: 1913, 1926, 1953.
- Filipinas: 1925.
- França: 1913-14, 1926-27, 1931, 1938, 1947, 1951, 1953 e 1956.

- Grécia: 1926, 1953.
- Guiana Francesa: 1922.
- Guiana Holandesa: 1922, 1939.
- Guiana Inglesa: 1922.
- Hawaii: 1925.
- Holanda: 1913, 1926, 1931, 1947.
- Hungria: 1926.
- Índia: 1926.
- Inglaterra: 1913, 1926, 1931, 1938, 1951.
- Iraque: 1926.
- Itália: 1913, 1914, 1926, 1931, 1938, 1947, 1953 e 1956.
- Japão: 1925.
- Luxemburgo: 1938.
- Macau: 1925.
- Malaia: 1925.
- Malta: 1926.
- Marrocos: 1926.
- Monaco: 1913, 1947.
- Noruega: 1926, 1947.
- Palestina: 1926.
- Panamá: 1939.
- Paraguai: 1918, 1939, 1942.
- Peru: 1939.
- Pérsia: 1926.
- Polónia: 1926.
- Portugal: 1927, 1951, 1953 e 1956.
- Rumânia: 1926.
- Suécia: 1926, 1947.
- Suíça: 1913, 1926, 1938 e 1953.
- Sumatra: 1926.
- Síria: 1926.
- Tânger: 1926.
- Tchecoslováquia: 1926.
- Trinidad: 1922, 1939 e 1940.
- Trípoli: 1926.
- Tunísia: 1926.
- Turquia: 1926 e 1953.
- Uruguai: 1915, 1918, 1927, 1939, 1951.
- Venezuela: 1939.
- Yugoslavia: 1926.

Condecorações: Cavaleiro e Comendador com Placa da Ordem Militar e Hospitalar de São Lázaro de Jerusalém (1936); Comendador da Ordem de Boyacá, República da Colômbia (1938); Oficial da Ordem Polónia Restituta (1938) e Cruz do Mérito de 1ª Classe com Coroa da Soberana e Militar Ordem de Malta (1956).

É autor dos seguintes trabalhos:

- 1 — *História Natural Aplicada à Medicina e à Farmácia* — 1º Fascículo com 79 páginas. Tip. Lit. Avenida, rua do Ouvidor, 103 — Rio de Janeiro, 1911.
- 2 — *Noções de Física Aplicada à Medicina e à Farmácia* — Programa de 1911 da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Tip. Revista dos Tribunais, Rio de Janeiro, 1911. Folheto com 138 páginas.

- 3 — *O Granuloma venéreo no Brasil* — Isolamento e estudo experimental do seu micróbio (com 25 figuras). Memória enviada ao 7º Congresso Médico Pan-Americano, S. Francisco da Califórnia, 1915.
- 4 — *Um caso de mycetoma de Lindenberg* (com 3 figuras) — Memória enviada ao 7º Congresso Médico Pan-Americano, S. Francisco da Califórnia, 1915, e publicada nos *Arquivos Brasileiros de Medicina*, A. 7, nº 2, págs. 101-113, 1917, Rio de Janeiro.
- 5 — *O Granuloma venéreo e a Roentgenterapia* — Artigo publicado no *Brasil Médico*, A. 29, nº 26, 1915, Rio de Janeiro.
- 6 — *O Granuloma venéreo na América do Sul* — Comunicações feitas às Sociedades de Dermatologia e de Medicina Argentinas, em 11-10-1915, e publicadas nos *Arquivos Brasileiros de Medicina*, com 19 figuras, A. 7, nº 2, págs. 111-132, 1916, Rio de Janeiro; e na *Revista da Asociación Médica Argentina*, vol. 24, nº 138, págs. 245-292, março-abril, 1916. Buenos Aires.
- 7 — *Estudo clínico do Granuloma venéreo* — Tese inaugural com 123 págs., 12 fotogravuras e 3 cromolitografias. Aprovada com distinção. Tip. *Jornal do Comércio*, Rodrigues & Cia., 1915, Rio.
- 8 — *Problemas de higiene* — Sete artigos sobre a lepra, publicados em agosto e setembro de 1916 e em 1917, na *A República*, Curitiba, Paraná.
- 9 — *A lepra no Paraná* — Comunicação à «Sociedade Brasileira de Dermatologia», em 15-9-1916. e publicada no *Jornal do Comércio*, de 16-9-1916, Rio de Janeiro.
- 10 — *A profilaxia da lepra no Paraná* (Nota preliminar) — Memória lida no 1º Congresso Médico Paulista, em 7-12-1916, e publicado no *Jornal do Comércio*, edição de S. Paulo, de 9-12-1916, e nos *Anais do Congresso*, vol. III, págs. 57-74, 1917, São Paulo.
- 11 — *Granuloma venéreo* — Monografia com 254 págs., 7 estampas polícromicas e 40 figuras em negro. Cia. Litográfica Ferreira Pinto. rua Buenos Aires, 173, 1917, Rio. Na livraria Francisco Alves.
- 12 — *Notas dermatológicas* — Trabalho lido perante a Sociedade Brasileira de Dermatologia, em 6-7-1917, e publicado no *Paraná Médico*, A. II, nº 9, págs. 331-334, abril de 1917, Curitiba, Paraná.
- 13 — *O impaludismo no Norte do Paraná e sua profilaxia* — Relatório apresentado ao Presidente do Paraná, em 31-7-1917, e publicado no *Paraná Médico*, A. III, nº 3, págs. 427-463, outubro 1918, Curitiba.
- 14 — *Frequência e distribuição geográfica da lepra no Estado do Paraná* — Trabalho apresentado à Segunda Conferência da Sociedade Sul-Americana de Higiene, Microbiologia e Patologia, anexa ao 8º Congresso Brasileiro de Medicina, Rio de Janeiro, 13-20 de outubro de 1918. Publicado no 2º Boletim do Congresso, pág. 112, Imprensa Nacional, Rio, 1921.
- 15 — *Profilaxia da Lepra no Paraná* — Legislação. 8º Congresso Brasileiro de Medicina, Rio de Janeiro, 13-20 de outubro de 1918. Anais do Congresso, págs. 401-409, Imprensa Nacional, Rio, 1921.
- 16 — *O impaludismo no Estado do Paraná* — 8º Congresso Brasileiro de Medicina, Rio de Janeiro, 13-20 de outubro de 1918. Anais do Congresso, págs. 653-666, Imprensa Nacional, Rio, 1921.
- 17 — *Viagem científica no Rio Paraná e à Assunção, com volta por Buenos Aires, Montevidéu e Rio Grande* — Com os Drs. Adolfo

- Lutz e Olímpio da Fonseca Filho. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, A. 1918, tomo X, fasc. II, págs. 104-173, com 108 fotografuras, Rio, 1918.
- 18 — *A Doença de «Carlos Chagas» no Paraná* — Artigo publicado no *Paraná Médico*, A. III, ns. 11-12, págs. 558-559, junho-julho, 1919, Curitiba, Paraná.
 - 19 — *Verificação da doença «Sokodú» no Estado do Paraná* — Com os Drs. Gomes de Faria e César Pinto, *Paraná Médico*, A. IV, nº 1, págs. 580-584, agosto de 1919, Curitiba, Paraná.
 - 20 — *Mapa do Estado do Paraná* — Carta nosográfica publicada em outubro de 1919, Litog. Henkel, Curitiba, Paraná.
 - 21 — *Distribuição geográfica da Ancilostomose no Paraná* (Com um mapa do Paraná em miniatura) — Trabalho apresentado à Sociedade de Medicina do Paraná e publicado no *Paraná Médico*, A. IV, nº 3, págs. 628-9, outubro de 1919, e ns. 4-5, págs. 642-7, dezembro, 1919. Curitiba, Paraná.
 - 22 — *A Profilaxia Rural no Estado do Paraná* (Esbôço de Geografia Médica) — Vol. I, com 336 páginas, 1 carta nosográfica, 18 estampas, 108 fotografuras e muitos quadros. Livraria Econômica, Curitiba, Paraná, 1919.
 - 23 — *Notas epidemiológicas do Jataí (Estado do Paraná)* — Artigo publicado na *Fôlha Médica*, A. I, nº 15, págs. 121-122, Rio, 1920.
 - 24 — *A peste nos Estados do Sul* — Com o Dr. Amarílio H. de Vasconcelos. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Chagas, Diretor Geral de Saúde Pública, em 24 de março de 1920, e publicado nos *Arquivos Paranaenses de Medicina*, A. I, nº 1, págs. 2-18, maio de 1920, Curitiba, Paraná.
 - 25 — *Questões de Higiene* — Defesa contra acusações do Deputado Evaristo do Amaral, lida em sessão da Câmara dos Deputados, de 19 de julho de 1920, pelo Deputado Professor Antônio Austregésilo, e publicada nos *Arquivos Paranaenses de Medicina*, A. I, ns. 3-4, julho-agosto de 1920, Curitiba, Paraná.
 - 26 — *Tratamento da lepra e da sífilis pelo Silbersalvarsan* — 1º artigo publicado nos *Arquivos Paranaenses de Medicina*, A. I, nº 4, págs. 92-98, de agosto de 1920, e 2º artigo no nº 12, págs. 391-404, abril de 1921, Curitiba, Paraná.
 - 27 — *Saneamento da Ilha do Mel (Estado do Paraná)* — Com uma fotografia. Artigo publicado nos *Arquivos Paranaenses de Medicina*, A. I, nº 4, págs. 104-113, agosto de 1920, Curitiba, Paraná.
 - 28 — *A lepra no passado e no presente. Sua profilaxia e terapêutica* — Conferência realizada na Escola Normal de Curitiba, em 17-9-1920, e publicada nos *Arquivos Paranaenses de Medicina*, A. I, nº 7, págs. 217-234, novembro de 1920, Curitiba, Paraná.
 - 29 — *Serviço de Profilaxia Rural no Estado do Paraná* — Quatro relatórios trimestrais de 1920, publicados nos *Arquivos Paranaenses de Medicina*, A. I, ns. 2, 3, 6 e 8, e relatório anual de 1920, publicado nos ns. 10 e 11 da mesma Revista, em fevereiro e março de 1921, Curitiba.
 - 30 — *O exercício ilegal da medicina* — Artigo publicado nos *Arquivos Paranaenses de Medicina*, A. I, nº 9, págs. 300-303, de Janeiro de

- 1921, Curitiba, Paraná, e transcrito na *Gazeta Clínica*, A. XIX, nº 2, págs. 14-15, de fevereiro de 1921, S. Paulo.
- 31 — *As verminoses nas crianças do Paraná* — (Helminthiasis of Children in the State of Paraná). Curitiba, 15-2-1921. In *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, t. 18, f. II, págs. 389-399 e 7 quadros. 1924.
- 32 — *A questão com a Faculdade de Medicina do Paraná (Coisas do ensino e do exercício da medicina)* — *Arquivos Paranaenses de Medicina*, A. I, nº 12, abril de 1921, págs. 386-390, Curitiba, Paraná.
- 33 — *A Lepra. Várias tentativas de cura* — *Ibidem*, A. II, ns. 5-6, outubro, 1921 págs. 176-197.
- 34 — *A marcha dos Serviços de Profilaxia Rural no Estado do Pará* — Comunicação à Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, em 21-12-1921. In *A Fôlha Médica*, A. III, nº 1, 15-1-1922, págs. 1-10.
- 35 — *Os Índios do Gurupi* (Estudo etnológico e nosográfico) — Artigo publicado nos *Arquivos Paranaenses de Medicina*, A. II, ns. 11-12, março-abril, 1922, págs. 433-440, Curitiba, Paraná.
- 36 — *A lepra. Modernos estudos sobre o seu tratamento e profilaxia* — Artigos publicados na *Fôlha do Norte do Pará*, 1921-1923, e reunidos em folheto de 102 págs., com 4 fotografuras. Tip. do Instituto Lauro Sodré, Belém, Pará, 1923.
- 37 — *O Impaludismo. O grande mal da Amazônia* — Conferência realizada no Palace Teatre, Pará, em 9-6-1922. Publicada em folheto, pág. 20, Tip. Instituto Lauro Sodré, Belém, Pará, 1923.
- 38 — *Estudos feitos e socorros prestados pelas Comissões Médicas ambulantes* (Profilaxia Rural itinerante) — Capítulo 8º, págs. 295-336, do livro *A Profilaxia Rural no Estado do Pará*, vol. I, Tip. Livraria Gillet, Belém, Pará, setembro de 1922. Com 25 figuras.
- 39 — *Estudos sobre a frequência e extensão das helmintoses e do impaludismo no Estado do Pará* — Capítulo IX, págs. 337-374, do livro *A Profilaxia Rural no Estado do Pará*, vol. I, Livraria Gillet, Belém, Pará, setembro de 1922.
- 40 — *A Frequência e Profilaxia da Lepra no Estado do Pará* — Do livro *A Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas no Estado do Pará*, vol. II, págs. 1-170, fig. 39, Tip. Livraria Clássica, Belém, Pará, setembro de 1922.
- 41 — *Organização dos Serviços de Profilaxia das Doenças Venéreas no Estado do Pará* — Do livro *A Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas no Estado do Pará*, vol. II, págs. 173-210, Tip. Livraria Clássica, Belém, Pará, setembro de 1922.
- 42 — *Frequência e Profilaxia da Lepra nas Guianas e em Trinidad* — Trabalho ilustrado com 60 fotografias e 8 plantas, apresentado à Conferência Americana da Lepra, Rio de Janeiro, outubro de 1922. Publicado no *Boletim Sanitário*, do D.N. de Saúde Pública, nº 5, de dezembro de 1923; folheto com 129 páginas. Tip. Inspetoria Demográfica Sanitária, Rio, 1924.
- 43 — *O aborto criminoso* — Artigo publicado na *Medicamenta*, Ano II, nº 11, pág. 23, Rio, 1922.
- 44 — *Condições médico-sanitárias das Guianas e de Trinidad* — Conferência na Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1922. Publicação do *Brasil Médico*, com 39 páginas. Rio, 1923.

- 45 — *Resposta a uma «Crítica de um sistema de Profilaxia Venérea»* — Conferência na Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, em 12 de dezembro de 1922. Publicada nos *Arquivos Paranaenses de Medicina*, Ano III, ns. 7-8, págs. 259-276, Curitiba, Paraná, dezembro, 1922. Re-impresso em folheto de 31 páginas, na tipografia do Instituto Lauro Sodré, Belém, Pará, 1923.
- 46 — *Fréquence et prophylaxie de la lèpre dans les Guyanes et à la Trinité* Travail présenté à la IIIème. Conférence Internationale de la Lèpre, à Strassbourg, Juillet, 1923. Rapport du Prof. Marchoux, pp. 400-436, avec 8 figures, Vaillière et Fils, Paris, 1924.
- 47 — *Costumes Paraenses* — I. Habitações. II. Costumes das populações do interior, do Gurupi ao Oiapoque. Boletim Sanitário do D.N. Saúde Pública, A. 2, n.º 5, págs. 1-17, e 40 figs. Dezembro, 1923. Tip. da Inspetoria de Demografia Sanitária, Rio.
- 48 — *Lazarópolis do Prata* — A primeira colônia agrícola de leprosos fundada no Brasil. Volume de 186 páginas, com 39 figuras. Empresa Gráfica Amazônia, Belém, Pará, 1924.
- 49 — *A Profilaxia da Lepra no Pará* — Comunicação à Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, em 22-7-924. *Brasil Médico*, A. 38, vol. 2, págs. 48-50, julho 26, 1924, Rio.
- 50 — *A lepra no Estado do Pará. Estatística de 30 meses* — Artigo publicado na *Sciência Médica*, vol. 2, n.º 7, págs. 366-369, 31 de julho de 1924, Rio.
- 51 — *Correspondência dos Estados Unidos* — (Setembro de 1924), *Jornal do Comércio e Brasil Médico*, Rio de Janeiro, 1924.
- a — *Les Indiens de l'Amazone* — Conferência feita no Cosmopolitan Club, Johns Hopkins University, Baltimore, E. Unidos, em 6 de dezembro de 1924. (*)
- b — *Mosquito control by screening and fish Culture* — Monografia exigida como complemento do curso de Engenharia Sanitária da School of Hygiene and Public Health, J. H. University, Baltimore, dezembro, 1924. Folheto 24 páginas.
- c — *Framboesia tropica* (Yaws) — Monografia exigida como complemento do curso de Epidemiologia I, da School of Hygiene and Public Health, J. H. University, 22 de fevereiro de 1925, Baltimore.
- d — *Veneral Disease Control in Brazil* — Trabalho apresentado como complemento do Curso de Administração Sanitária, da School of Hygiene and Public Health, J. H. University, março, 1925, Baltimore.
- e — *The Wassermann Reaction in Leprosy* — Monografia exigida como complemento do curso de Imunologia I, da School of Hygiene and Public Health, J.H. University, março, 1925, Baltimore.
- 52 — *The Leprosy Problem in Brazil* — *American Journal of Tropical Medicine*, vol. 5, n.º 3, May, 1925, págs. 219-228. Baltimore. E. Unidos.
- f — *The control of Venereal Diseases in the United States* — Tese de doutoramento em Saúde Pública, aprovada pela Congregação da School of Hygiene and Public Health, Johns Hopkins University, em junho de 1925. (Thesis for the degree of Dr. P.H.).

(*) Os trabalhos relacionados com letras alfabéticas minúsculas estão inéditos.

- 53 — *A organização dos Serviços Sanitários do Estado de Alabama* (Estados Unidos) — Baltimore, junho de 1925. *Brasil Médico*, A. 39, vol. 2, 18-7-925, págs. 39-42, Rio.
- 54 — *A profilaxia da lepra no Hawaii* (Correspondência de 18-10-1925) — *Brasil Médico*, A. 39, vol. 2, 12-9-925, págs. 345-348, e *Medicamenta*, ano IV, nº 43, 1925, Rio.
- 55 — *Correspondência do Japão* — O 6º Congresso de Medicina Tropical do Extremo Oriente, etc. (Kobe, 6 de novembro de 1925). *Brasil Médico*, A. 40, nº 3, 16-1-926, págs. 34-36, Rio.
- g — *Some aspects of the tropical diseases in Brazil* — Conferência feita na School of Hygiene and Tropical Medicine, Calcutá, Índia, 15 de fevereiro de 1926.
- h — *Leprosy as a World's sanitary problem* — Memorandum prepared for and presented to the Health Committee, League of Nations, Geneve, October, 1926.
- 56 — *Sôbre o Granuloma venéreo* — Conferência na Academia Espanhola de Dermatologia, Madrid, 26 de novembro de 1926. Atas da Academia, ano 19, pág. 55, 1926-27.
- 57 — *Estado actual de la profilaxia de la lepra en Hawai, Japon, Filipinas, India y Noruega* — Conferência feita na Faculdade de Medicina de Madrid, em 30 de novembro de 1926. In *Actas Dermosifiliográficas*, A. 19, nº 2, págs. 71-78, 1926-27, Madrid. Transcrito na *La Medicina Argentina*, A. VI, nº 61, junio 1927, págs. 291-94, Buenos Aires.
- 58 — *Tratamento da Lepra nas Filipinas* — Conferência feita na «Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa», em 13 de janeiro de 1927, publicada na *Revista Médica de Hamburgo*, A. 8º, nº 5, págs. 113-116, e nº 6, págs. 156-158, mayo-junio, 1927, e na *Medicamenta*, A. VI, nº 56, Rio.
- 59 — *Cultura do bacilo da lepra* — Artigo: *Brasil Médico*, ano 41, nº 10, 5 de março de 1927, págs. 199-200, Rio.
- 60 — *O problema da lepra: Necessidade duma cooperação internacional* — *Ciência Médica*, A. V, nº 3, págs. 154-158, 31-3-1927. Rio.
- 61 — *O problema da lepra: Como resolvê-lo no Brasil* — *Ibidem*, A. 6, nº 4, págs. 191-197, 30-4-1927, Rio.
- 62 — *O problema da lepra no Brasil* — Em tórno dos discursos proferidos na Câmara Federal pelos Deputados Rafael Fernandes e Manoelito Moreira. *Ibid.*, A. 6º, ns. 7 e 8, págs. 461-467, 1927, Rio.
- 63 — *Plan de estudios sobre la lepra* — Trabalho lido perante a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em 12 de julho de 1927 e publicado na *La Medicina Argentina*, año VI, nº 63, 1927, Buenos Aires.
- 64 — *Tratamento da lepra nos centros de maior atividade* — In *Jornal do Comércio* de 17-2-1927.
- 65 — *A Lepra na Infância* — Comunicação à Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. em 22 de outubro de 1927 e publicada no *O Jornal*, Rio, 23-10-1927.
- i — *O problema mundial da lepra* — Conferências, com projeções luminosas, feitas no Instituto Oswaldo Cruz, Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, Sociedade de Biologia de S. Paulo, Sociedade de Medicina de Belo Horizonte, Sociedade de Dermatologia

de Montevideu e Instituto Bacteriológico de Buenos Aires, de abril a dezembro de 1927.

- 66 — *Tratamento moderno da lepra* — Trabalho apresentado à 8ª Conferência Sanitária Pan-Americana, reunida em Lima, Peru, em outubro de 1927, e lido na Academia Nacional de Medicina de Buenos Aires, em 22 de dezembro de 1927. Folheto de 30 págs. Tip. Inst. Osw. Cruz, 1928, Rio.
- 67 — *Sur le Kala-Azar aux Indes et le Bouton d'Orient à Bagdad* — Comunicação feita à Sociedade Brasileira de Biologia, em 6-1-1928 e publicada nos C.R. de la Société de Biologie, t. 98, págs. 637-39, Paris, 1928.
- 68 — *Epidemiologia e Profilaxia da Peste no Brasil* — Com o Dr. Amarílio de Vasconcelos. Publicado no *Jornal dos Clínicos*, nº 2, de 30-1-1928, com 31 págs., Rio de Janeiro.
- 69 — *O problema da lepra no Brasil em 1928* — Artigo publicado no *Jornal do Comércio*, de 25-3-1928, Rio de Janeiro.
- 70 — *O problema das doenças venéreas no Brasil* — Artigo publicado no *Jornal do Comércio*, de 20-5-1928, Rio de Janeiro.
- 71 — *O problema da lepra no Prata (Uruguai e Argentina)* — Publicado na *Ciência Médica*, A. VI, nº 2, págs. 79-85, 1928, Rio.
- 72 — *Tratamento externo da lepra* — Comunicação feita à Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em 8-3-1928, e publicada na *Ciência Médica*, A. VI, nº 5, págs. 209-213, Rio de Janeiro.
- 73 — *Sur la transmission de la lèpre humaine à la Souris blanche* — Comunicação à Sociedade Brasileira de Biologia, 25-7-1928. C.R. Soc. Biol., t. 99, págs. 1.337-1.339, avec une figure, Paris, 1928.
- 74 — *Estudos sobre a lepra: I. Transmissão da lepra humana ao camandongo branco* — Comunicação à Academia Nacional de Medicina em 2-8-1928, Boletim A. 99, nº 9, págs. 455-465, com 7 figuras. *Ciência Médica*, vol. VI, nº 8, págs. 373-377, com 7 figuras, agosto de 1928, e Suplemento das Mem. do I. O. Cruz, nº 1, agosto de 1928, Rio.
- 75 — *A escarlatina* — Trabalho apresentado à Academia Nacional de Medicina para concorrer a uma vaga de membro titular. Aprovada. Publicada na *Ciência Médica*, A. VI, ns. 8, 9 e 10, 1928, Rio de Janeiro. Folheto com 76 págs.
- 76 — *O problema da lepra no Brasil* — Discurso de posse de membro titular da Academia Nacional de Medicina, em 31-5-1928. In Boletim da Academia, A. 99, nº 3, págs. 198-203, e *Ciência Médica*, A. VI, nº 12, págs. 618-624, 1928, Rio.
- 77 — *Essais de culture du Mycobacterium leprae (Coccithrix leprae, Lutz, 1886)* — Isolément à partir d'un léprome d'un Actinomyces, A. lepromatis, n. sp. Sociedade Brasileira de Biologia, sessão de 31-10-1928, C.R. Soc. Biol., Tome C, págs. 937-939. Paris, 1928.
- 78 — *Tentativas de cultura do Mycobacterium leprae (Coccithrix leprae, Lutz, 1886)* — Isolamento de um actinomyces de um leproma. O Actinomyces lepromatis, n. sp. (Nota prévia em português e inglês, com 11 figuras). Suplemento das Memórias do Inst. Osw. Cruz, nº 4, dezembro de 1928, págs. 141-144, Rio.
- 79 — *Estudos sobre a lepra: II. Tentativas de cultura do Mycobacterium leprae (Coccithrix leprae, Lutz, 1886)* — Isolamento de um actinomyces de um leproma. O Actinomyces lepromatis, n. sp. (Amostra Hilda). Trabalho completo, em português e inglês, com 12 foto-

- gravuras e 1 estampa colorida. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, t. 22, fasc. I, págs. 145-160, 1929, Rio de Janeiro.
- 80 — *The frequency of Leprosy in Brazil* — In *Leprosy Notes*, nº 4, jan. 1929, págs. 29-32, The British Empire Leprosy Relief Assn., London.
- 81 — *Hospital para luéticos* — Artigo: *Diário da Tarde*, de 18-3-1929, Curitiba, Paraná.
- 82 — *A febre amarela no Rio de Janeiro* — Artigo: *Diário da Tarde*, de 22-3-1929, Curitiba, Paraná.
- 83 — *Das Lepraeproblem in Brasilien* — In *Seuchenbeckampfung*, Jahrgang 6, nº 1, págs. 25-30, 1929, Viena.
- 84 — *Epidemiologia da Lepra nas Filipinas* — In *Revista de Higiene e Saúde Pública*, A. III, nº 4, págs. 487-496, abril, 1929.
- 85 — *Como se combate a lepra em São Paulo* — In *Ciência Médica*, A. VII, nº 4, págs. 193-199, abril 1929, Rio de Janeiro. Transcrito no Boletim da Sociedade de Assistência aos Lázaros e defesa contra a lepra, A. I, nº 7, de 20-10-1929, S. Paulo.
- 86 — *Uma manha entre os lázaros (no Paraná)* — Artigo: *Revista Médico-Cirúrgica do Brasil*, A. 37, nº 4, abril 1929, Rio de Janeiro.
- 87 — *Estudos sobre a lepra: III. Transmissão da lepra humana ao camomongo branco* (2ª nota com 6 figuras) — Trabalho lido na Academia Nacional de Medicina em 31-5-1929, e publicado no Suplemento das Memórias do Inst. Osw. Cruz, nº 8, 22-6-1929, em português e inglês, págs. 113-122. Rio de Janeiro.
- 88 — *Studies upon leprosy. I. Transmission of human leprosy to the white mouse* (Preliminary notice, with 7 figures. Translation from the Portuguese) — Suplemento das Memórias do Inst. Osw. Cruz, nº 8, 22-6-1929, págs. 123-127, Rio.
- 89 — *A Lepra nas Artes* — Conferência feita na Liga de Defesa Nacional, por ocasião da Semana dos Lázaros, publicada na *Revista Médico-Cirúrgica do Brasil*, A. 37, nº 12, dezembro, 1929, Rio.
- 90 — *Um leprosário modelo* — Conferência na «Semana dos Lázaros», em 19 de julho de 1929, publicada no Boletim da Sociedade de Assistência aos Lázaros, etc., A. I, nº 3, págs. 19-24, 1929, São Paulo.
- 91 — *Curso de leprologia pelo rádio* (Rádio Educadora Paulista) — 14 Conferências feitas em S. Paulo, das quais as 3 primeiras foram publicadas na *Revista Médico-Cirúrgica do Brasil*, A. 38, nº 3, págs. 89-108, 1929, Rio e as demais no Boletim Soc. de Assist. aos Lázaros, etc., A. I, ns. 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12, 1929 e 1930, São Paulo.
- 92 — *A Lepra* — Estudos realizados em 40 países (1924-1927). Vol. de 393 págs., 184 figuras e 66 quadros. Tip. Inst. Osw. Cruz, 1929, Rio.
- 93 — *Leprosy. Survey made in forty countries* (1924-1927). Vol. 400 págs. and 184 illustrations, 66 tables. Tip. Inst. Osw. Cruz, 1929, Rio.
- 94 — *Proteção dos filhos dos leprosos contra a lepra.* — A ação social do Asilo Santa Teresinha do Menino Jesus. Artigo Boletim da Sociedade de Assistência aos Lázaros, etc., A. 2, nº 12, p. 11, 30-4-1930, S. Paulo. Transcrito na Revista de Combate à Lepra. N.º 3, p. 15, 1938.

- 95 — *O problema da lepra em São Paulo*. — Artigo publicado no Boletim da Sociedade de Assist. aos Lázaros, etc., A. 2.º, n.º 18, p. 11, 30-9-1930, S. Paulo.
- 96 — *Tratamento da lepra*. — Comunicação à Academia Nacional de Medicina, em 20-11-1930. Revista Médico-Cirúrgica do Brasil, A. 38, n.º 11, nov. 1930, Rio.
- 97 — *Experimental leprosy*. — Comunicação à «Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene», Londres, em 19-2-1931, e publicada nos Transactions, vol. 26, n.º 6, pp. 577-598, com 3 estampas coloridas e 8 fotografuras, abril, 1931, London. (Sómente em inglês).
- 98 — *Treatment of Leprosy*. — Dito, dito, ibidem, pp. 599-602, seguido das discussões, pp. 602-612. 1931, London.
- 99 — *Le traitement moderne de la lèpre dans les principaux centres de léprologie*. — Conferência feita perante as Sociedades Belgas de Dermatologia e de Medicina Tropical, na Fondation Universitaire, em 22-3-1931, Bruxellas, e publicada no *Bruxelles Médical*, n.º 22, de 29-3-1931.
- 100 — *Plano de leprosário modelo* — (Bases de concorrência pública para a construção do 1.º leprosário modelo de S. Paulo). Em colaboração com os engenheiros Drs. Mário Airosa, H. Pujol Júnior e F. Palma Travassos. Folheto da Inspeção de Profilaxia da Lepra, 45 págs., mapa do terreno e esquema do plano geral, junho de 1931, S. Paulo.
- 101 — *Como resolver-se o problema da lepra em São Paulo*. — Comunicação à Academia Nacional de Medicina, em 16-7-1931 e publicada na Revista Médico-Cirúrgica do Brasil, A. 39, n.º 7, pp. 240-247, julho, 1931.
- 102 — *Resultados práticos da Conferência Internacional de Leprologia realizada em Manila* (9 a 23 de janeiro de 1931). — Comunicação à Academia Nacional de Medicina, em 10-9-1931, Bol. Soc. Assist. aos Lázaros, etc., A. 3, n.º 30, set. 1931, pp. 13-20, S. Paulo e Revista Méd. Cirúrg. Brasil, A. n.º 40, n.º 1, jan. 1932, Rio.
- 103 — *A cuti-reação de Bargehr na lepra*. — (Nota prévia). — In *Medicamenta*, jan.-fev., 1932, Rio, e *La cutireacción de Bargehr en la lepra*, (Nota prévia), In *Atas Dermo-sifiliográficas*, vol. 26, n.º 6, pp. 381-390, Marzo 1932, Madrid.
- 104 — *Ensaio de cultura do Mycobacterium leprae*. — Anais Brasileiros de Medicina e Cirurgia, A. 46, Fasc. 1 e 2, p. 7, julho 1932, Rio.
- 105 — *Essais de culture du Mycobacterium leprae (Coccithrix leprae) (Lutz, 1886) par la méthode de Sumiyoshi-Shiga*. — (Nota prévia). Soc. Brasil. Biol., 29-6-1932, C.R. Soc. Biol., T. CXI, n.º 31, p. 331, out. 1932. Paris, e *Internat. Jour. Leprosy*, vol. 1, n.º 1, p. 45, jan. 1933, Manila.
- 106 — *Ensayo de cultivo del Mycobacterium leprae (Coccithrix leprae Lutz, 1886) por el metodo de Sumiyoshi-Shiga*. — (Trabalho completo). Publicado na *Revista Argentina de Dermatosisifologia*, tomo XVI, Año 1932, pp. 335-343, Buenos Aires.
- 107 — *São Lázaro, o padroeiro dos Leprosos*. — Artigo com figuras publicado na *A Noite Ilustrada*, A. III, de 20-7-1932. Rio.
- 108 — *O Professor Rodolfo Kraus* (Estudo bio-bibliográfico) *Jornal do Comércio* de 26-7-1932, e *Revista Méd.-Cirúrg. do Brasil*, A. 40, n.º 8, agosto, 1932, Rio.

- 109 — *A Campanha contra a lepra em São Paulo.* — Revista Méd. Cirúrg. do Brasil, A. 40, ns. 8-9 agosto-sept., 1932, Rio. Folheto com 17 págs.
- 110 — *A Cirurgia e a Leprologia.* — In *Revista Brasileira de Cirurgia*, A. I, ns. 8-9, pp. 435-444, agosto-sept., 1932, Rio.
- 111 — *A emetina como auxiliar no tratamento chaulmoogrico da lepra.* — Tradução e crítica do artigo do Dr. Miguel Antônio Galan, da Colômbia, lido na Academia Nac. de Med. em 1-9-1932, Bol. A. 104, n.º 5, pp. 110-122, e *Revista Brasil. de Med. e Farmácia*, A. 8, ns. 3-4, pp. 364-369, 1932, Rio.
- 112 — *São Lucas, médico, pintor e evangelista.* — (Estudo histórico). Artigo publicado no *Jornal do Comércio*, de 18-10-1932, Rio.
- 113 — *Benedito de Spinoza.* — O tricentenário do seu nascimento. — (Estudo histórico). — *Jornal do Comércio*, de 24-11-1932, Rio.
- 114 — *A Polônia rediviva.* — (Estudo histórico). *Revista Brasil-Polônia*, A. II, n.º 10, p. 111, nov. 1932, Rio.
- 115 — *A ação do Cantaridinato de potássio na lepra.* — *Boletim da Acad. Nac. de Medicina*, A. 104, ns. 15-16, pp. 725-726, sessão de 24-11-32, *E Movimento Médico*, A. 3, n.º 4, dez. 1932, Rio.
- 116 — *Haverá uma forma filtrante da Mycobacterium leprae?* — *Brasil-Médico*, A. 47, n.º 5, de 4-2-1933, pp. 80-82 e *Boletim da Acad. Nac. Medicina*, A. 104, n.º 21, pp. 569-576, maio, 1933, Rio.
- 117 — Tentativas infrutíferas de cultura do *Mycobacterium leprae* pelo método de Loewenstein. — *Brasil-Médico*, Ano 47, n.º 8, de 25-2-33, pp. 131-132, Rio.
- 118 — *O problema da lepra nos Estados do Norte.* — (Relatório preliminar ao Sr. Ministro da Educação e Saúde Pública, 18-3-1933). *Brasil-Médico*, A. 47, n.º 13, de 1-4-1933, Rio.
- 119 — *A campanha contra a lepra em S. Paulo. O valor da cooperação privada.* — (Sugestões à Sociedade de Assistência aos Lázaros, etc. para criação de um Instituto Terapêutico da Lepra em S. Paulo). Artigo: *Jornal do Comércio* de 15-4-1933, Rio.
- 120 — *Contribuição à Epidemiologia e Profilaxia da Lepra no Norte do Brasil.* (Com 87 Figuras). Relatório apresentado ao Ministro da Educação e Saúde Pública. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Tomo 27, Fasc. 3, pp. 165-335, setembro 1933, Rio. Trabalhos apresentados à Conferência para Uniformização do Combate à lepra. Rio de Janeiro, 1933:
- 121 — *Estado atual do Tratamento Chaulmoogrico da Lepra (1930-1933).* Bol. Acad. Nac. Med. A. 105: 374-390.
- 122 — *Plano Geral de Campanha contra a lepra no Brasil.* — Bol. Acad. Nac. Med. A. 105: 415-422, 1933.
- 123 — *O Dispensário Anti-leproso.* — In *Revista Médico-Cirúrgica do Brasil*, ano 41, n.º 11, pp. 329-346. novembro, 1933.
- 124 — *Novas contribuições à bacteriologia da lepra.* — In Bol. Acad. Nac. Med. A. 106, n.º 3: 81-88, 1934.
- 125 — *La Lèpre par Jeanselme*, Bibliografia. In *Revista Médico-Cirúrgica do Brasil*, A. 42, n.º 3, março 1934, pp. 1918-20.
- 126 — *O que é o Antarpe?* (Combate ao charlatanismo farmacêutico). Comunicado à Associação Médica do Paraná, em 8-1-1935. In *Diário da Tarde*, Curitiba, 9-1-35. Resumo Rev. Méd. Paraná. A. 4, 6-7: 282, junho-julho, 1935.

- 127 — *The Brazilian Chaulmoogra: (Carpotroche Brasiliensis) A Review.* In *International Journal of Leprosy*, vol. 3 (1), Jan.-Mar., 1935, pp. 49-66.
- 128 — *Treatment of Leprosy by Methylen blue.* — In *Intern. Jour. Leprosy*. Vol. 3 (4): 471-73, oct-dec., 1935.
- 129 — *Das Formas Clínicas da Lepra.* — Lição inaugural do Curso de Leprologia. Faculdade de Ciências Médicas, Rio, 20-4-1936. In *Jornal do Comércio*, 10-5-36. *Resumo Fôlha Médica*. 5-5-36 e *Jornal dos Médicos*, A. 4 (75-76), 5 e 20-8-1936.
- 130 — *A gravidez e o parto como provas de cura da lepra.* — In *Anais Brasileiros de Ginecologia*, vol. II, n.º 4: 310-325, outubro 1936.
- 131 — *Como se combate a Lepra no Espírito Santo.* — In *Revista de Combate à Lepra*, vol. I, n.º 1, pp. 5-12, setembro 1936.
- 132 — *The Origin of Leprosy in Brazil and its present situation.* — Conferência feito no *Womans Club of Rio de Janeiro* em 6-4-36. In *Leprosy Review*, vol. 8 (1): 12-16, january 1937.
- 133 — *Nota sobre a cultura da Chaulmoogra indiana no Brasil.* — In *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, T. 32, F. 1, jan.-mar. 1937, pp. 29-35. Com 4 estampas.
- 134 — *A Lepra e as organizações Anti-Leprosas do Brasil em 1936.* — In *Memórias do Inst. Osw. Cruz*, T. 32, F. 1, jan.-mar., 1937, pp. 111-160. Com 1 mapa.
- 135 — *Dermatite verrucosa leprótica.* — Estudo de 3 casos. In *Memórias do Inst. Osw. Cruz*, Tomo 32, F. 2, abril-junho, 1937, pp. 311-20, com 3 estampas.
- 136 — *A importância da cooperação privada na profilaxia da lepra.* — Lição dada no Curso de Leprologia. Extensão Universitária, em 9-11-36. In *Revista Médico Cirúrgica do Brasil*, A. 45 (1), julho 1937, pp. 27-32.
- 137 — *Estudo bio-estatístico de 975 casos de lepra internados no Hospital dos Lázaros do Rio de Janeiro.* — In *Revista Brasileira de Leprologia*, vol. 5, n.º 3, setembro 1937, pp. 319-39.
- 138 — *Intradermo-reações em leprosos com antígenos de culturas de bacilos ácido-álcool resistentes.* — In *Memórias do Inst. Osw. Cruz*, T. 32, F. 4, outubro 1937, pp. 469-97. Com 6 estampas.
- 139 — *A Lepra no Espírito Santo e a sua Profilaxia, A Colônia de Itanhenga-Leprosário Modelo.* — In *Memórias do Inst. Osw. Cruz*, T. 32, F. 4, 1937, pp. 551-605. Com 23 estampas e 5 mapas: Re-impresso em folheto, em 1942, gráfica Milone, Rio de Janeiro.
- 140 — *A Etiologia da Lepra.* — Lições dadas no Curso de Leprologia, Universidade do Brasil. In *Rev. Méd. Cirúrgica do Brasil*, A. 46. (2ª série), ns. 2, 3 e 4, fev., março e abril 1938, pp. 206-13: 383-390 e 583-87. *Resumo n'A Fôlha Médica*, A. XVII, ns. 25 e 27, 1936, pp. 419-20 e 447-448.
- Pela ordem cronológica deviam seguir-se os cinco trabalhos apresentados ao 4º Congresso Internacional de Lepra, Cairo 1938, que, em virtude de não terem saído à luz os seus Anais, foram publicados no Brasil, exceto o que se segue:
- 141 — *Brief out-line for the control of Leprosy.* — Trabalho (o 5.º do autor) lido no Congresso de Lepra do Cairo, e distribuído impresso aos congressistas. *Breve plano de Profilaxia da Lepra.* — In *Revista de Combate à Lepra*, A. IV, março de 1939, pp. 5-7.

- 142 — *La Lèpre ou Brésil et sa Prophylaxie*. — (1 carte). Conferência feita nas *Journées Médicales de Bruxelles*. Abril 1938, In *Bruxelles-Medical*, A. 18, n.º 34, 26-6-1938, pp. 1.119-24.
- 143 — *A lepra dos ratos*. — Com 3 estampas. In *Memórias do Inst. Osw. Cruz*, T. 33, F. 2, agosto de 1938, pp. 297-318.
- 144 — *Traitement écléctique de la Lèpre*. — Conferência feita nas *Journées Médicales de Bruxelles*, em 19-4-1938. In *Bruxelles Medical*, A. 19, n.º 1, 6-11-1938, pp. 1-13.
Traduzido para o português e publicado na *Ata Médica*, Vol. 5, n.º 3, março, pp. 142-60. Com resumo em inglês e 18 figuras em negro. (1940)
- 145 — *La Lepra en Colombia. Encuestas Epidemiológicas*. — I Lazareto de Caño de Loro, Cartagena. Em colaboração com T. Morales-Muñoz e M. Bernal Londoño. In *Revista Colombiana de Leprologia*, vol. 4, (1): 6-35, março 1939.
- 146 — *La Lucha Anti-leprosa en el Brasil*. — 1 mapa. Conferência feita na Faculdade Nacional de Medicina, Bogotá, em 14-2-9. In *Rev. Colombiana de Leprologia*. Vol. I (1): 36-47, março 1939. *Ata Médica*, vol. 5, n.º 4, abril de 1940, pp. 207-17.
- 147 — *Sobre o efeito dos esteres chaulmoogricos injetados nos gânglios de leprosos*. — Comunicação à Sociedade Brasileira de Dermatologia. In *Anais Brasileiros de Dermatologia e Sifilografia*. Vol. 14, (1): 47, março de 1939.
- 148 — *Encuesta Epidemiologica sobre los niños considerados sanos en el Lazareto de Agua de Dios*. — Em colaboração com M. Bernal Londoño e M. Medina. In *Rev. Colomb. Leprol.* 1 (2): 78-93, junho de 1939.
- 149 — *A diatermo-coagulação como auxiliar no diagnóstico e prognóstico da lepra*. — Comunicação à Soc. Brasil. Dermatologia. In *Anais Bras. de Dermat. e Sifilografia*, vol. 14 (4): 290, dezembro de 1939.
- 150 — *Los Leprosarios de la Argentina*. — In *Revista Colombiana de Leprologia*, vol. I, (4): 241-245, fevereiro de 1940.
- 151 — *A Lepra infantil na Colômbia, Sede e tipos das lesões iniciais*. — In *Brasil-Médico*, A. 54, n.º 10, de 9 de março de 1940, pp. 145-151. Re-impresso em folheto do I.O.C., 13 pp., 11 fotos e 20 gráficos.
- 152 — *Os preventórios anti-leprosos da Colômbia*. — Trabalho apresentado à 1ª Conferência Nacional de Assistência Social aos Lázarus. Rio, nov. 1939. In *Brasil-Médico*, A. 54, n.º 11, março 1940, pp. 173-77. Re-impresso em folheto do I.O.C., 8 pp. *Anais da Conferência*, pp. 283-94. (1941).
- 153 — *Inoculação positiva da lepra humana no hamster (Cricetus cricetus) com bacillemia*. — In *Brasil-Médico*, A. 54, n.º 14, abril 6, 1940, pp. 249-52. 8 figs. Re-impresso em folheto do I.O.C., 7 pp. e 8 figuras.
- 154 — *As diferenças entre «Globi» (Neisser) e Globies (Marchoux). The differences between the Globi (Neisser) and the Globies (Marchoux)*. Português e inglês. Trabalho apresentado ao 4.º Congresso Internacional da Lepra, Cairo 1938. In *Ata Médica*, vol. 6, n.º 1, junho 1940, pp. 25-32. Re-impresso em folheto da Imprensa Nacional.
- 155 — *Alguns aspectos epidemiológicos da lepra no Brasil. A lepra na cidade do Rio de Janeiro*. — Resumo em inglês: *Some epidemiological aspects of Leprosy in Brazil*. — Trabalho apresentado ao 4.º Congresso Inter-

- nacional de Lepra, Cairo 1938. In Ata Médica, Vol. 6, n.º 2, agosto 1940, pp. 63-90. Folheto da Imprensa Nacional (1941). Colaborador A.F.R. Albuquerque.
- 156 — *Valor impediênte dos ácidos da série chaulmoogrica em relação a certas culturas de bacilos ácido-álcool resistentes. Idêntica verificação com o «Alfon».* — Trabalho em colaboração com o químico Humberto T. Cardoso. In Brasil-Médico, A. 54, n.º 38, 21-9-1940, pp. 637-42. Com 11 fotografuras.
- 157 — *Um novo antígeno (Lygran) e um novo medicamento (Sulfathiazole) para o diagnóstico e tratamento do linfogranuloma venéreo.* — Comunicação feita à Soc. Bras. Dermat. e Sifilog. Anais Bras. Dermat. e Sifilog., vol. 15, n.º 3, setembro 1940, pp. 225-226.
- 158 — *Aspectos da prostituição e do combate às doenças venéreas em alguns países sul-americanos.* — Trabalho apresentado à 1.ª Conferência Nac. de Defesa contra a Sífilis, Rio, setembro 1940. In Brasil-Médico, A. 54, n.º 45, 9-11-40, pp. 745-50. Re-impresso em folheto da Imprensa Nacional, 13 pp. Anais da Conferência, vol. I, p. 387, Imp. Nac.
- 159 — *Breve nota sobre o «Mal del pinto» (Carate) com duas fotografias de um caso típico de carate azul. Brief note upon «Mal del Pinto» (Carate) with two photos of one typical case of Blue Carate.* — Trabalho apresentado ao 8.º Congresso Científico Americano, Washington, maio 1940. In Ata Médica, vol. 6, n.º 6, dez. 1940, pp. 309-16.
- 160 — *O herpes zoster (Zona) e o seu tratamento.* — In Ata Médica, Vol. 7, n.º 1, janeiro 1941, 1 foto, pp. 22-8.
- 161 — *O ensino médico na Colômbia.* — In Brasil-Médico, Ano 55, n.º 7, 15-2-41, pp. 110-11.
- 162 — *Molluscum contagiosum. Um caso de triplíce infecção: Lepra. Lymphogranuloma venéreo e Molluscum Contagiosum.* — In Ata Médica, vol. 7, n.º 3, março 1941, pp. 87-100.
- 163 — *Infection of the hamster (Cricetus cricetus) with human leprosy, with bacillema.* — Trabalho apresentado ao 8.º Congresso Científico Americano. Washington, maio 1940. In Intern. Jour. Leprosy, vol. 9, n.º 1, janeiro-março 1941, pp. 63-8.
- 164 — *Pathogenicity of acid-fast bacilli isolated from Human Leprosy by Migoine.* — Trabalho apresentado ao 8.º Congresso Científico Americano, Washington, maio 1940. In Intern. Jour. Leprosy, vol. 9, n.º 2, abril-june 1941, pp. 209-14. Com 7 fotografuras.
- 165 — *Relatório de uma viagem ao redor da América do Sul.* — Observações Médico-Sanitárias. In Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, T. 36, F. 2, junho 1941, pp. 99-200. Com 25 estampas.
- 166 — *Lepra e Tuberculose. Isolamento da escarro de leprosos de várias amostras de Mycobacterium tuberculosis.* — Nota Prévia. Trabalho apresentando ao 2.º Congresso Nacional de Tuberculose, Rio Grande do Sul, Outubro 1941. In Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, T. 36, F. 2, junho 1941, pp. 225-36. Com 2 estampas. Transcrito no Bol. Acad. Nac. Méd. Ano 113, n.º 3, junho 1941, pp. 71-81. Anais do Congresso, vol. 1, pp. 335-49. outubro 1941.
- 167 — *Pesquisas leprológicas realizadas na Colônia de Itanhenga, Estado do Espírito Santo.* — In Arquivos Mineiros de Leprologia, A. 1, n.º 4, outubro de 1941, pp. 283-88.
- 168 — *Infecção de ratos brancos com suco ganglionar de leproso, seguida do isolamento dum bacilo ácido-álcool resistente de órgãos do murideo,*

- em meio de *Loewenstein*. — Nota prévia. Bol. Acad. Nac. Méd., A. 113, n.º 7, outubro de 1941, p. 59. In Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, T. 36, F. 3, novembro de 1941, pp. 379-86. Com 4 estampas.
- 169 — *Colônia de Itanhenga*. — Conferência feita na Academia Nacional de Medicina, em 30-10-1941, seguida da exibição dum filme do Ministério da Agricultura, n.º 176, sobre a mesma. Bol. Acad. Nac. Méd., Ano 113, N.º 7, outubro de 1941, pp. 110-111.
- 170 — *A anatoxina diftérica na lepra*. — Comunicação feita à Academia Nacional de Medicina, em 2-10-1941. Boletim Ano 113, n.º 7, out. 1941, pp. 24-7. Transcrito no Brasil-Médico, A. 55, n.º 45, 8-11-1941, pp. 750-01.
- 171 — *Poderá o carrapato transmitir a lepra?* — Comunicação feita à Sociedade Brasileira de Dermatologia e Sifilografia, em 26-11-41. In Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, T. 36, F. 4, dez. 1944, pp. 577-84. Com 1 estampa multicolor e outra negra.
- 172 — *Os bacilos de Hansen e de Stefansky, Contribuição para a sua morfologia*. — In Memórias do Inst. Oswaldo Cruz, T. 37, F. 1, abril 1942, pp. 11-18. Com duas estampas multicores e cinco em negro.
- 173 — *Cultura cromogênica dum bacilo ácido-álcool resistente isolado do pus de lesão fechada de lepra humana*. — In Memórias do Inst. Osw. Cruz. T. 37, F. 1, abril de 1942, pp. 29-34. Com 1 estampa colorida e outra em negro.
- 174 — *Poderá o carrapato transmitir a Lepra? Isolamento e cultura dum bacilo ácido-álcool resistente do sedimento de «Amblyomma cajennense» capturado em leproso*. — 2ª Nota. In Memórias do Inst. Osw. Cruz, T. 37, F. 2, junho 1942, pp. 95-104. Com duas estampas coloridas e 1 em negro.
- 175 — *Colônia de Itanhenga. Preventório «Alzira Bley», Granja «Eunice Weaver»*. — Livro comemorativo do 5.º aniversário da Colônia de Itanhenga. Publicação do Serviço de Profilaxia da Lepra. Gráfica Milone Ltda. Rio de Janeiro, 1942. Folheto de 39 páginas.
- 176 — *Poderá o carrapato transmitir a lepra?* — Mais quatro amostras de culturas de bacilos ácido-álcool resistentes obtidas de carrapatos (2) de *Amblyomma cajennense* e 2 de *Boophilus microplus* infectados em leprosos do Paraná. 3ª Nota em colaboração com o Dr. R.N. Miranda. Mem. Inst. Osw. Cruz, T. 37, F. 3, p. 391, (1942).
- 177 — *Em defesa do Preventório Anti-leproso*. — Publicado como editorial da Revista Brasileira de Leprologia, vol. X, n.º 4, dezembro de 1942, pp. 464-467.
- 178 — *Infeção Experimental de Carrapatos (Amblyomma cajennense) em ratos com lepra Stefansky*. — (2 figs. no texto). Resumo em inglês. Memórias do Inst. Osw. Cruz, T. 38 (2): 183-86, 1943.
- 179 — *O exame da linfa cutânea poderá servir para os diagnóstico e prognóstico da lepra, e mesmo para a sua classificação clínica*. — (Método Lleras). Com 7 figuras no texto. In Ata Médica, Vol. 11 (4-5), 1943, abril-maio, pp. 58-62, 7 figuras.
- 180 — *Infeção espontânea e experimental de Hematófagos (Ixodídeos, Triatomídeos, Culicídeos, Hirudíneos, Pediculídeos e Cimicídeos) em leprosos*. — (Conclusões em Inglês e 21 figuras no texto). Memórias do Inst. Oswaldo Cruz, T. 38, (3): 447-84, 1943.
- 181 — *O diagnóstico da lepra pelo exame da linfa subcutânea*. — Método Lleras, segundo o Dr. H.C. de Sousa Araújo. O Prof. Salvador

- Mazza, da Argentina, reclama para si a prioridade do método. *In Ata Médica*, Vol. 11 (6-7), junho-julho 1943, p. 82. (Com 2 figuras).
- 182 — *Debate da conferência sobre «Assistência social no combate à lepra no Brasil» de Eunice Weaver.* — *In Estudos Brasileiros*, Ano V, Vol. X, n.º 28, janeiro-fevereiro de 1943, pp. 17-22.
- 183 — *A Lepra Tuberculóide, ou melhor, a Lesão Tuberculóide na Lepra, representa uma fase de transição desta dermatose e não uma forma clínica autônoma. «Novos achados bacterioscópicos na linfa subcutânea de leprosos».* — (Com resumo em Inglês e 18 figuras no texto). Memórias do Inst. Osw. Cruz, T. 39, (1), 1943, pp. 77-96.
- 184 — *Necrológio de Antônio Cardoso Fontes: — 1879-1943).* — Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, T. 39, (2), out. 1943: I-IX. 1 figura.
- 185 — *Verificação, em condições naturais, da infecção de mais três Hematófagos (Anofelíneos, Flebótomos e Simulídeos) em leprosos.* — Nota preliminar. (Com 12 figuras no texto e resumo em Inglês). Memórias do Inst. Osw. Cruz, T. 39 (2), 1943, out.: 167-76.
- 176 — *Preparo de Antígenos (Leprolinas Souza-Araújo) de culturas de bacilos ácido-álcool resistentes isolados de leprosos.* — Seu emprêgo intra-dérmico, comparativamente com o da Lepromina, e subcutâneo ou intravenoso como tentativa terapêutica. (Com 5 figuras no texto e resumo em inglês). Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, T. 39, (3) dezembro 1943, pp. 349-55.
- 187 — *Cultura de bacilos ácido-álcool resistentes isolados de hematófagos infectados em leprosos. Evidências de se tratar de bacilo de Hansen.* — Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, Tomo 40. Fasc. 1, fevereiro 1944, pp. 9-30, com 40 figuras no texto e 1 estampa colorida.
- 188 — *O Combate à Lepra no Brasil.* — *Balanço de 40 anos de atividade.* *In Brasil-Médico.* Número Especial, A. LVIII, Números 17 e 18, de 22 e 29 de abril de 1944, pp. 158-75. Re-impresso folheto: Gráfica Milone, Rio de Janeiro, p. 44.
- 189 — *Sobre a Lepra Tuberculóide.* — (Resposta ao Editorial da Revista Brasileira de Leprologia. Número de dezembro, 1943). Folheto da Gráfica Milone, Rio, abril de 1944. Re-editado na Revista Brasileira de Leprologia, vol. XII, n.º 2, junho de 1944, pp. 181-7. Editorial.
- 190 — *Verificação da infecção de moscas da família Tachinidae pela Empusa Cohn 1855.* — *Essas moscas, sugando úlceras lepróticas, se infestaram com o bacilo de Hansen.* — Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, T. 41, Fasc. 1, 1944, pp. 201-3.
- 191 — *Tentativas de transmissão da lepra ao homem, por meio de Triatomídeos infectados em doentes lepromatosos.* — (Nota prévia). Em colaboração com José Mariano e G.M. de Oliveira Castro. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, T. 41, F. 3, 1944, pp. 495-505. (Com 4 figuras no texto).
- 192 — *A Leprosaria de Colônia (Koeln-Melaten) e os seus sábios Estatutos.* Com 4 figuras. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, Tomo 43, Fasc. 3, dezembro de 1945, pp. 379-89.
- 193 — *O problema da lepra na América do Sul. Capítulo I, Colônias Europeias.* 1 — *A Lepra na Guiana Francesa.* — Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, Tomo 43, Fasc. 3, dezembro 1945, pp. 585-98.
- 194 — *Colheita de material e métodos de exames para o diagnóstico da lepra.* *Revista Bras. de Med.*, vol. 4, n.º 6, junho 1946, pp. 472-5.
- 195 — *Atlas de la Lèpre*, por D.C. Danielssen et C.W. Boeck, Bergen en Norvège, 1847. Edition Comemorative du Centenaire par H.C. de

- Souza Araújo, Rio de Janeiro, Août 1946. 24 planches et deux portraits. Imprensa Nacional.
- 196 — *Ação bacteriostática da «Tyrothricin» em relação às culturas de bacilos ácido-álcool resistentes isolados de leprosos, e sua ineficácia como agente terapêutico da lepra humana.* — Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, T. 44, Fasc. 4, dezembro de 1946, pp. 749-61. (Com 32 fotografuras).
- 197 — *Isolamento de bacilos ácido-álcool resistentes das águas dos afluentes das fossas «OMS» do Sanatório Padre Bento (S. Paulo) e do Hospital-Colônia Curupaiti (Distrito Federal).* — Em colaboração com Celso S.C. Rossell. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, Tomo 44, Fasc. 4, dezembro de 1946, pp. 763-71. Com 3 fotografuras no texto.
- 198 — *História da Lepra no Brasil. Período Colonial e Monárquico (1500 — 1889)* Vol. I. I-XIV. 560 pp. e 40 estampas. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1946.
- 199 — *Sobre o tratamento da lepra pelo promin.* Carta à Câmara dos Deputados, lida pelo Deputado do Paraná, Dr. Erastro Gaertner e publicada no *Diário do Congresso Nacional*, Ano II, n.º 42, de 1 de abril de 1947, pp. 712-3.
- 200 — *Clamp method to obtain cutaneous lymph in the diagnosis of leprosy.* Leprosy Review, vol. XVIII, ns. 2 e 3, abril-july, 1947, pp.44-5, com 1 figura no texto.
- 201 — *Casuística teratológica. Quatro casos de hemimelos torácicos e pelvianos duplos, numa família do Estado do Paraná.* Com 2 fotografuras no texto. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, Tomo 45, Fasc. 2, junho 1947, pp. 401-6.
- 202 — *Na terra de Santa Teresinha. Entrevista com Mère Agnès e Soeur Genevière, irmãs da Santa.* — *Correio da Manhã*, Ano XLVII, n.º 16, 244, p. 13, colunas 4ª, 5ª, 6ª e 7ª, 30 de setembro de 1947.
- 203 — *A Lepra na Escandinávia.* — *Correio da Manhã*, Ano 47, n.º 16.244, p. 4. Rio, 17 de outubro de 1947. Reeditado no *Bruxelles-Medical*, Dec. 21, 1947, vol. 27, n.º 51, p. 2.809-10.
- 204 — *Le Promin dans le traitement de la lèpre.* — Liber Jubilarias J. Rodhain. *Annales de la Société Belge de Médecine Tropicale*, Décembre 1947. Pages 195-200.
- 205 — *História da Lepra no Brasil. Período Republicano (1889-1946).* — Volume II. Album das Organizações Antileprosas. I-XX e 380 estampas. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1948.
- 206 — *Descoberta e isolamento dum bacilo ácido-álcool resistente de carrapato (Amblyomma rotundatum) capturado em sapo (Bufo marinus) Mycobacterium Lutzii, n.sp.* Trabalho lido na Academia Nacional de Medicina em sessão de 27 de novembro de 1947. In *Brasil-Médico*, Ano LXII, Ns. 3 e 5, de 17, 24 e 31 de janeiro de 1948, pp. 17-9. (Português e Inglês).
- 207 — *Impressões de Campos do Jordão e dos seus Sanatórios.* — Comunicação à Academia Nacional de Medicina, sessão de 13 de novembro de 1947. In *Brasil-Médico*. Ano LXII, ns. 12 e 13, de 20 e 27 de março de 1948, pp. 146-51. (Com 7 figs.). Número Especial.
- 208 — *Album das Organizações Antileprosas dalguns Países Sul-Americanos* (Fotografias de 1939 a 1945). Folheto da Gráfica Milone, com 3 mapas e 211 fotografuras. Rio de Janeiro, fevereiro de 1948.
- 209 — *As sulfonas não alteram a ácido-álcool resistência dos bacilos de Hansen e de Stefansky.* — Comunicação à Academia Nacional de Medicina,

- sessão de 15-7-1948, e publicada no Boletim Científico do Instituto Científico S. Jorge. A. 2, n.º 3, agosto de 1948, p. 15. Memórias do Inst. Osw. Cruz, 46 (13), setembro 1948, pp. 579-80.
- 210 — *Beatificação de Mãe Javouhey, a protetora dos lázaros da Guiana Francesa*. — In Vida Católica. *Correio da Manhã* de 9-1-1949.
- 211 — *Novo agente terapêutico da lepra: As Leprolinas «Souza-Araújo»*. — Os resultados de cinco anos de experiências: 1943 a 1948. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, T. 46 (1) 1948, pp. 233-54.
- 212 — *As Leprolinas «Souza-Araújo» e a sua rápida ação terapêutica nos males perfurantes plantares leproíticos*. — (Com resumo em inglês e cinco figuras no texto). Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, T. 46, (1) 1948, pp. 255-67. E na *Memória del V Congreso Internacional de la Lepra*, Habana, 1949, pp. 1.289-97.
- 213 — *Antileprosy Institutions in Brazil. Present situation of the Federal, States and private organizations*. — International Journal of Leprosy, vol. 13 (3), july-september, 1948, pp. 369-80.
- 214 — *Isolation and cultures of an acid-fast bacillus from closed lesions of one leper. Its use as antigen (Leprolin) for skin test and treatment of Leprosy*. — In Report of Proceedings. IV International Congress for Microbiology, Copenhagen, july 20-26, 1947, Edição Rosenkilde and Bagger, Copenhagen, 1949, pp. 226-8.
- 215 — *Isolation and cultures of acid-fast Bacilli from Hematophagi infected by lepers. Evidences that they are Hansen Bacilli*. — Ibidem, pp. 228-30.
- 216 — *Estudo bacteriológico de escarros de leprosos-tuberculosos em tratamento com a Estreptomizina*. — (Com resumo em inglês). In Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, T. 46 (4), dezembro de 1948, pp. 669-71, e no *Hospital*, vol. XXXV, n.º 5, maio de 1949, pp. 755-6.
- 217 — *Assistência Médico-Social aos filhos de leprosos*. — Homenagem à Memória do Padre Damião, o criador do Preventório Antileproso. (Com projeções luminosas). Lido na Academia Nacional de Medicina, sessão de 2 de dezembro de 1948. Temário sobre Assistência Social à Infância. In Arquivos Mineiros de Leprologia, Ano IX, janeiro de 1949, pp. 23-6.
- 217a — *Colônia «Santa Isabel»*, Ibidem, A. IX (II), abril 1949, pp. 104-6.
- 218 — *Tratamento eclético da lepra, 20 anos de experiência*. — I Parte. (Com 42 fotografuras e 22 gráficos no texto). Resumo em inglês. Memórias do Inst. Osw. Cruz, T. 47 (1-2), 1949, pp. 129-210.
- 219 — *Rat leprosy: Susceptibility of the Black Mouse (American race) to the Stefansky Bacillus*. — Preliminary Report. 4 figures. International Journal of Leprosy. Vol. 18 (1), january 1950, pp. 49-52.
- 220 — *Caso de Lepra aguda maligna, com infecção do cônjuge em três meses de vida matrimonial*. — Isolamento de um bacilo ácido-álcool resistente (cultura cromogênica) de lesão cutânea desse doente, patogênico para murideos, *Macacus rhesus* e para o homem. (Português e Inglês) Com 7 estampas e 4 gráficos. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, T. 48, Comemorativo do Cinquentenário do Instituto. Agosto de 1950, pp. 51-100.
- 221 — *Caso de lepra maligna (L2-N1) que regrediu sob a ação duma terapêutica mista (Sulfona-Fisioterapia)*. — Isolamento de um bacilo ácido-álcool resistente (Cultura não cromogênica), de lesão cutânea desse doente, patogênico para animais de laboratório e para o homem.

(Português e Inglês). (Com 2 estampas). Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, T. 48, agosto de 1950, pp. 101-12.

- 222 — *Lepra murina*. — Nova série de pesquisas com o bacilo de Stefansky, amostra do Instituto Pasteur de Paris. Quatro amostras de culturas de bacilos ácido-álcool resistentes isolados de ratos brancos e camundongos pretos inoculados com esse material. Memórias do Inst. Osw. Cruz, T. 48, agosto 1950, pp. 113-23. (Com 13 figuras no texto).
- 223 — Trabalhos apresentados ao V Congresso Internacional de Microbiologia, Petrópolis, agosto 17-24, 1950:
 - a) — *Four Strains of Cultures (Two Chromogenic and Two Non-Chromogenic) of Acid-Fast Bacilli Isolated from Rats and Mice Inoculated with Emulsion of Stefansky's Leproma, from Pasteur Institute of Paris.* Abstracts of Papers, pp. 58-9.
 - b) — *Acid-Fast Bacilli Isolated from a Tick (Amblyomma rotundatum) Parasite of Cold-Blooded Animals (Bufo marinus, B. Crucifer and Constrictor constrictor) from Rio de Janeiro and its Neighbourhood.* — Abstracts of Papers, p. 59.
 - c) — *Lung Tuberculosis Associated with Leprosy. The Streptomycin treatment did not Avoid the Isolation and culture of Mycobacterium tuberculosis from Sputum.* — Abstracts of Papers, pp. 59-60.
 - d) — *Non-Chromogenic Culture of an-Acid-Fast Bacillus Isolated from a Leper, Pathogenic for Murine, Macacus rhesus and Man. Strain «Hecke».* Abstracts of Papers, pp. 62-3.
 - e) — *Bacteriology of Human Leprosy: Two New Chromogenic Cultures of Acid-Fast Bacilli Isolated from Two Patients, Pathogenic for Laboratory Animals and for Man. Fulfilment of Koch's Postulates.* Abstracts of Papers, pp. 63-64.
 - f) — *Mycobacterium tuberculosis and acid-fast bacilli isolated from sewage effluents of O.M.S. Tanks of three leper colonies.* — Abstracts of Papers, pp. 169-70.
- 224 — *As sulfonas (Promin e Diasone, a AMGL e AMBS1 do Instituto Butantan) não têm ação bacteriostática, in vitro, sobre os bacilos ácido-álcool resistentes isolados de leprosos, nem sobre o bacilo de Stefansky, in vivo.* (Português e Inglês). Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, T. 47, Fasc. 3-4, 1949, pp. 671-7.
- 225 — *Ensaio sobre lepra experimental.* — Inoculações de três amostras de bacilos ácido-álcool resistentes (amostras «Chaves II», «Emilia» e «Hecke») isoladas de leprosos, em trinta doentes da Colônia Mirueira. (Com 3 figuras e resumo em inglês). Colaboração com o Dr. Jorge Gomes de Sá. Memórias do Inst. Osw. Cruz, T. 49, Março, 1951, pp. 659-68.
- 226 — *Acid-Fast Bacilli Isolated from a Tick Parasite of Cobra «Limpa Campo».* — The Society of American Bacteriologists. M45 Bacteriological Proceedings, 1951, p. 101.
- 227 — *Novos produtos biológicos para o tratamento da lepra.* — Com 2 figuras. Resumo duma conferência feita aos 23-9-1950, no Hospital Getúlio Vargas, perante a Associação Piauiense de Medicina. In Revista da Associação Piauiense de Medicina, n.º 12, setembro, 1951, pp. 57.
- 228 — *Two new cultures of Mycobacterium leprae hominis (Strains «Chaves» and «Emilia») pathogenic for Macacus rhesus and Man.* — In Transactions Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene, vol. 45, n.º 2, october, 1951, pp. 151-54.

- 229 — *Cultura não cromogênica de um bacilo ácido-álcool resistente isolado do muco nasal de uma leprosa. Sua virulência para animais de laboratório* (Com 6 figuras) — Memórias do Inst. Osw. Cruz, t. 50, 1952, 679-89. Memória da III Conferência Panamericana de Leprologia, t. 2, 1954, págs. 272-79.
- 229a — *A nonchromogenic culture of an acid-fast bacillus isolated from the nasal mucus of a leprosy patient; virulent for laboratory animals* — International Jl. Leprosy, V. 20 (3), 1952, págs. 355-60. Plate 17.
- 230 — *Sensibilidade da Macaca mulata ao bacilo de Stefansky, amostra do Instituto Pasteur de Paris, e estudo anátomo-patológico das lesões produzidas* (Com 5 figuras) — Memórias do Inst. Osw. Cruz, t. 50, março de 1952, págs. 691-701 e Memória da III Conferência Panamericana de Leprologia, T. II, 1954, págs. 280-5.
- 231 — *Progresso da profilaxia da lepra na Argentina* — I. Comunicação à Academia Nacional de Medicina em 19-4-51. In *Brasil-Médico*. A. 65, ns. 29-30, de 21 e 28-7-51, págs. 283-6. Boletim da Academia Nacional de Medicina, A. 122º, 1951, págs. 111-15.
- 232 — *O Patronato de Leprosos da República Argentina* — II. Comunicação à Academia Nacional de Medicina, em 31-5-51. In *Brasil-Médico*, A. 66, ns. de 36-37 de 6 e 13-9-52, págs. 551-54. Boletim da Academia Nacional de Medicina. A. 122º, 1951, págs. 132-35.
- 233 — *Estudos experimentais com a Hidrazida no Instituto Oswaldo Cruz* — Nota prévia. Comunicação à Academia Nacional de Medicina, em 17-7-52. In *Jornal do Comércio*, Rio, 20-7-52. Boletim da Acad. Nac. de Medicina. A. 124º, 1-3, julho-setembro de 1952, págs. 35-6.
- 234 — *A lepra em Portugal* — Impressões do Hospital-Colônia «Rovisco Pais». Comunicação à Academia Nacional de Medicina, em 14-8-1952. In *Revista Brasileira de Medicina*. Vol. IX, nº 9, setembro, 1952, págs. 638-42. Boletim da Acad. Nac. Med. Ano 124º, ns. 1-3, julho-setembro de 1952, págs. 89-95.
- 235 — *Estudos Experimentais com o «Vole-Bacillus» (Mycobacterium tuberculosis, var. muris) no Instituto Oswaldo Cruz* — Comunicação à XII Conferência da União Internacional contra a Tuberculose, Rio de Janeiro, 27-8-1952. In *Revista Brasileira de Medicina*, A. X, nº 1, janeiro 1953, págs. 1-6, Anais «XIIe. Conf. de l'Union Inter. c/la Tuberculose, 1954, págs. 638-51; Bol. Acad. Nac. Med., A. 124º, ns. 4-5, outubro-novembro, 1953, págs. 26-29.
- 236 — *Os pioneiros do combate à lepra no Brasil Colonial* — Conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 24-6-1953. In *Revista do mesmo Instituto*, vol. 219, abril-junho, 1953, págs. 110-21.
- 237 — *Da Lepra. Sua provável transmissão pelos hematófagos* — Trabalho lido a 22-10-52 no X Congresso Brasileiro de Higiene, Belo Horizonte. Anais do mesmo Congresso, págs. 640-42. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, novembro, 1953; e Arquivos Mineiros de Leprologia, A. 13, nº 1, janeiro, 1953, págs. 42-9.
- 238 — *Eficácia do «Cortone» na reação leprótica causada pelas sulfonas* — Comunicação à Academia Nacional de Medicina em 13-11-52. Publicada n'A *Folha Médica*, A. 33, 1952, págs. 202-4 e *Brasil-Médico*, ns. 6-7, fevereiro de 1953, págs. 83-7.
- 239 — *The Importance of Hematophagus-Arthropods in the Transmission of Leprosy* — V International Congresses of Tropical Medicine and Ma-

laria in Istambul, 28-8 to 4-9-53. Lido a 2-9-53 em sessão presidida pelo Professor Reichnow.

- 240 — *The Leprosy Problem in Brazil* — V. International Congresses of Tropical Medicine and Malaria in Istambul. Lido a 2-9-1953. Publicado O problema da lepra no Brasil, nos Arquivos Mineiros de Leprologia, A. XIV, nº II, abril, 1954, págs. 79-89, e em português e inglês nas Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, t. 52, F. 2, junho de 1954, págs. 419-441, com 7 estampas.
- 241 — *Complement-Fixation Test in Leprosy with Antigens prepared from Stefansky's Leproma, Stefansky's and other Acid-Fast Bacilli Cultures* — In collaboration with Dr. F. Rocha Lagôa. VI International Congress for Microbiology, Roma, 6-12, September, 1953, read September 9 and summarised in its Riassunti, vol. I, pág. 319. Anais, vol. 3: 1.154-58.
- 241a — *Sôro-reações em leprosos usando como antígenos extrato de leproma Stefansky e culturas de bacilos ácido-álcool resistentes* — Apresentado ao VI Congresso Internacional de Leprologia, Madrid, 3-10 outubro de 1953. Publicado na *Memória del Congreso*, 1954, págs. 818-23, com 4 figuras no texto e re-publicado nas Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, t. 52, Fasc. 1, março, 1954, págs. 1-7.
- 242 — *Two new Cultures of Acid-Fast Bacilli Isolated from the Nasal Mucus of two Leprosy Patients* — VI International Congress for Microbiology, Roma, 6-12, setembro, 1953. Resumo Riassunti, vol. II, pág. 653, ATTI, vol. 4, Sez. XII, págs. 380-383.
- 242a — *Isolamento e estudo experimental de duas novas culturas de bacilos ácido-álcool resistentes de muco nasal de leprosos* — Apresentado ao VI Congresso Internacional de Leprologia, Madrid, 1953, Memória, págs. 837-42 com duas estampas, sendo uma em cores. Republicado nas Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, t. 52, F. 1, março, 1954, págs. 9-14. Com duas estampas, sendo uma em cores.
- 243 — *Bacteriology of Rat Leprosy. New Cultures of Acid-Fast Bacilli obtained from Lesions Produced by a Mixture of Stefansky's Bacilli and Hydrazide* — VI Congresso Internazionale di Microbiologia, Roma, 6-12, settembre 1953. Resumo in Riassunti, vol. II, pág. 654. ATTI, vol. 4, Sez. XII, págs. 384-386.
- 244 — *Novos estudos sobre a Lepra Murina* — VI Congresso Internacional de Leprologia, Madrid, 6-10 outubro 1953. Memória, 1954, págs. 857-64. Reimpresso nas Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, T. 52, F. 2, setembro, 1954, em português e inglês, págs. 443-54.
- 245 — *Morfologia do Mycobacterium leprae hominis e do M. Leprae muris*. Estudo baseado na microscopia eletrônica e de contraste de fases, Com 4 estampas em negro. VI Congresso Internacional de Leprologia, Madrid, 6-10, outubro, 1953. Memória do Congresso, págs. 843-47. Re-impresso nas Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, t. 53, F. 2-4, 1955, págs. 389-96.
- 246 — *Os Congressos Internacionais de Medicina Tropical e Malária, de Microbiologia e de Leprologia* — Relatório lido na Acad. Nac. de Medicina em 12-11-53. In *Jornal do Comércio* de 18 e 19-11-53, págs. 5 e 7. Cópias ao Conselho Nacional de Pesquisas, Instituto Oswaldo Cruz e Ministério da Saúde.
- 247 — *Uma cidade de sanatórios para tuberculosos: Leysin, Suíça* — Com 8 fotografuras. Lido na Academia Nacional de Medicina a 26-11-53.

- Revista Clínica Tisiológica*, vol. 9, nº 38, maio-junho 1954, páginas 393-404.
- 248 — *A Doença de Chagas no Paraná* — Comunicação à Academia Nacional de Medicina, a 10-6-54. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, t. 52, F. 2, junho 1954, português e inglês, págs. 477-485.
- 249 — *Em que tipo ou subtipo incluir um caso de lepra com três diagnósticos histopatológicos diferentes, em 40 dias? Poderá um caso de lepra tuberculoide infectar o cônjuge em três meses de vida matrimonial?* — Trabalho redigido a 31-5-1950. In Memória de la Tercera Conferencia Panamericana de Leprologia, tomo II, págs. 259-71, com 2 gráficos e 4 estampas. Buenos Aires, 1954.
- 250 — *Estudo bacteriológico e experimental de um caso de lepra lepromatosa* (Nota prévia) — Lido na Academia Nacional de Medicina em 23-9-1954. In Anais Brasileiros de Dermatologia e Sifilologia, vol. 30, nº 1, março, 1955, págs. 13-20, com 10 figuras no texto.
- 251 — *Lepra Experimental em Macacos. Ação patogênica de bacilos ácido-álcool resistentes isolados de leprosos (Amostras «Chaves» e «Emília») para a Macaca mulatta e o Cebus fawellus* — Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, tomo 52, fasc. 2-4, 1954, págs. 619-673. Com 10 estampas em negro.
- 252 — *Medico-Social Relief of Healthy Children of Leprous Parents* — Congrès International pour la défense et la Rehabilitation Sociale du Léproux. Ordre de Malte, Roma, 16-18 abril 1956. Atti e Memorie, Vol. I. Relazione, pp. 226-239, 1956.
- 253 — *Control of Leprosy. Part I — Contribution towards its solution by the author over a period of 40 years. Part II — Results of 30 years struggle of Brazil against the scourge* — Congrès International pour le défense et la Réhabilitation Sociale du Léproux. Ordre de Malte, Roma, 16-8 abril 1956. Atti e Memorie, Vol. II, 1957, pp. 221-239.
- 254 — *História da Lepra no Brasil* — Período Republicano (1890-1952). Volume III, 715 páginas. Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1956.
- 255 — *Impressões do Congresso Internacional de Leprologia em Roma* (Realizado pela Soberana e Militar Ordem de Malta) — Abril 16-18, 1956. In *Revista Brasileira de Medicina*, vol. XIII, nº 10, 1956, págs. 797-99.
- 256 — *Cinquentênário do Maior Leprosário do Mundo, a «Culion Leper Colony», das Filipinas*. Alta contagiosidade da lepra para a infância. In Arquivos Mineiros de Leprologia, A. XVII, nº 1, janeiro 1957, pp. 41-48.
- 257 — *Eficácia da Vitamina «E» nas Amiotrofias Leprosas*. In Arq. Mineiros de Leprologia, A. XVII, nº 2, abril 1957, pp. 110-113 e Rev. Bras. Medicina, Vol. XIV, nº de agosto de 1957, pp. 551-552.
- 258 — *30 Anos de atividades do Laboratório de Leprologia do Instituto Oswaldo Cruz*. Lido na Academia Nacional de Medicina em 25-7-1957. In Rev. de Química e Farmácia, Vol. 22, novembro de 1957, p. 19.
- 259 — *A Lepra Infantil nas Filipinas e na Martinica*. Lido na Academia Nacional de Medicina em 6-6-1957 e publicado na Rev. Bras. Medicina, Vol. XIV, nº 9, setembro, 1957, p. 631.
- 260 — *O perigo dos carrapatos nos arredores do Rio de Janeiro: Caso de Rickettsiose de Itaguaí*. Trabalho em colaboração com o Dr. F. Rocha Lagôa, comunicado à Academia Nacional de Medicina em 14 de novembro de 1957.

CONFERÊNCIAS CIENTÍFICAS FEITAS NO ESTRANGEIRO

Pelo Prof. Dr. Heraclides César de Souza-Araújo.

AMÉRICA — *Argentina*: 11-10-1915. Na «Sociedad Argentina de Dermatología», Hospital Ramos Mejia, sob a presidência do Prof. Baldomero Sommer: *Etiología do Granuloma Venéreo* (Com exibição de doentes). Aclamado sócio correspondente da Sociedade, 11-10-1915. Na «Asociación Médica Argentina», sob a presidência do Prof. Bonorino Udaondo: *O Granuloma Venéreo na América do Sul*. 22-12-1927. Na Academia Nacional de Medicina de Buenos Aires, sob a presidência do Prof. G. Aráoz Alfaro: *Tratamento Moderno da Lepra*. 24-12-1927. No Instituto Nacional de Bacteriologia, sob a presidência do Prof. Alfredo Sordelli: *Tipos de Leprosários dos Cinco Continentes* (Com projeções de plantas e fotografias). Estas duas últimas conferências faziam parte do programa da Caravana Médica Brasileira, dirigida pelo Prof. Nascimento Gurgel. 11-5-1939. Na Cátedra de Dermatologia da Universidade de Córdoba, sob a presidência do Prof. Domingo A. Tello: *A Profilaxia da Lepra no Brasil* (Com projeção dum filme). 15-5-1939. Na «Sociedad Médica de Santa Fé», sob a presidência do Prof. Pellegrino Testoni: *La Lucha Antileprosa en Sud América* (com projeção de 4 filmes). 20-5-1939. Na Faculdade de Medicina de Rosário, sob a presidência do Prof. Enrique Fidanza: *Aspectos de la campaña antileprosa en el Brasil* (Com projeção de filmes). 16-3-1951. Na Cátedra de Dermatologia, Hospital Ramos Mejia, sob a presidência do Prof. Marcial I. Quiroga: *Las Leprolinas Souza-Araújo: Su descubierta, preparación y uso terapeutico*. 20-3-1951. No Instituto Nacional de Bacteriologia, sob a presidência do Prof. Pablo Negroni: *Bacteriologia da Lepra. Resultados de 22 anos (1928-50) de pesquisas no Instituto Oswaldo Cruz*. (Com exibição de várias culturas originais). 28-3-1951. Na «Asociación Argentina de Dermatologia y Sifilologia», sob a presidência do Prof. Mazzini: *El Progreso de la Profilaxis de la Lepra en el Brasil*. 29-3-1951. Na Academia Nacional de Medicina, sob a presidência do Prof. G. Aráoz Alfaro: *Nuevas adquisiciones sobre Lepra Experimental en el Instituto Oswaldo Cruz*. 9-12-1951. Na sessão inaugural da III Conferência Panamericana de Leprologia: *Home-nagem aos pioneiros do combate à Lepra na Argentina. Bolívia* 28-4-1939. Na «Universidad Nacional San Andrés», sob a presidência do Ministro da Saúde Pública Dr. Alfredo Mollinedo e do Ministro do Brasil Dr. Camilo de Oliveira: *Leprosários e Preventórios Antileprosos do Brasil* (Com projeção de 4 filmes). *Colômbia*. 14-2-1939. Na Faculdade Nacional de Medicina de Bogotá, sob a presidência do Prof. Jorge Cavelier: *La Lucha Antileprosa en el Brasil* (Com projeção de 4 filmes). 5-3-1939. Na Casa Médica, Lazareto Agua de Dios: *Tratamento eclético da lepra*. (Com projeção dum filme). 24-3-1939. Na «Sociedad de Prevention Infantil de Bogotá», Instituto de Leprologia Lleras Acosta: *Preventórios Antileprosos* (Com projeção dum filme). *Equador*. 8-4-1939. No Teatro de Variedades de Quito, sob a presidência do Director de Saúde Pública Dr. Leopoldo Perez Isquieta e Ministro do Brasil Acyr Paes: *Aspectos da luta antileprosa*. (Com a exibição de 4 filmes). *Estados*

Unidos da América. 6-12-1924. No «Cosmopolitan Club, Johns Hopkins University:» *Les Indiens de l'Amazonie*. 28-1-1925. Na «School of Hygiene and Public Health, J.H. University», sob a presidência do Prof. Freeman: *Venereal Diseases Control in Brazil, Paraguai*. 23-1-1942. No Colégio Internacional de Assunção, sob a presidência do Ministro de Saúde Pública Dr. Gerardo Buonghermini: *Plano para uma moderna campanha contra a lepra*. *Uruguai*. 16 e 17-12-1927. Na Faculdade de Medicina de Montevideú, sob a presidência do Prof. Brito Foresti: *O Problema Mundial da Lepra*. (Programa da Caravana Médica Brasileira). 22-5-1939. No Salão de Atos do Ministério de Saúde Pública, sob a presidência do Ministro Prof. Fournier: *Importância da cooperação privada no combate à lepra*. (Com a exibição de 4 dos 12 filmes da minha coleção). *Venezuela*. 14-1-1939. Na «Universidad Central de Venezuela», Caracas, sob a presidência do Ministro de Saúde Pública Dr. Julio Garcia Alvarez e Dr. A.L. Briceño Rossi, diretor geral de Saúde: *A Lepra em Dez Filmes*. — EUROPA. *Alemanha*. 10-5-1938. Na Universidade de Heidelberg, sob os auspícios da «Naturhistorisch-Medizinischer Verein zu Heidelberg» e presidência do Prof. Rodenwaldt: *Progrès de la Prophylaxie de la Lèpre au Brésil* (Com a projeção de diapositivos). *Belgica*. 22-3-1931. Na Fondation Universitaire, sob os auspícios da «Société Belge de Dermatologie» e da «Société Belge de Médecine Tropicale», e presença do Embaixador Brasileiro A. Nascimento Feitosa: *Le traitement moderne de la lèpre dans les principaux centres de léprologie*. 17-4-1938. Nas «Journées Médicales de Bruxelles», sob os auspícios do «Comité Belgo-Brésilien de Rapprochement Intellectuel»: *La Lèpre au Brésil et sa Prophylaxie*. 19-4-1938. Nas «Journées Médicales de Bruxelles:» *Le Traitement Éclectique de la Lèpre*. *Espanha*. 26-11-1926. Na «Academia Española de Dermatología», Hospital San Juan de Dios, Madrid: *Sobre o Granuloma Venéreo* (Com um doente da Colômbia). Aclamado sócio Honorário da Academia. 30-11-1926. Na Sala 2 da Universidade de Madrid, sob a presidência dos Profs. Recaens (Reitor) e José Covisa (Decano da Faculdade de Medicina), presente o Ministro do Brasil, Hippolyto Alves de Araujo: *Estado Actual de la Profilaxis de la Lepra en Hawai, Japon, Filipinas, India y Noruega*. *França*. 13-5-1938. Na «Commission Consultive de la Lèpre», Ministério das Colônias da França, sob a presidência do Prof. Marchoux e General-Médico Sorel: *La lutte contre la lèpre au Brésil*. *Inglaterra*. 19-2-1931. Na «Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene», sob a presidência do Prof. Carmichael Low: *Experimental Leprosy and Treatment of Leprosy*. 29-4-1938. Na «London School of Hygiene and Tropical Medicine», sob a presidência de Sir Leonard Rogers e Embaixador do Brasil Regis de Oliveira: *Anti-leprosy Campaign in Brazil* (1600-1938). Seguida da projeção de 100 diapositivos. 21-6-1951. Na «Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene», sob a presidência de Sir Neil Hamilton Fairley: *Demonstration of two new cultures of Mycobacterium leprae hominis* (Strains «Chaves» and «Emilia») *pathogenic for Macacus rhesus and Man*. 22-6-1951. Na «London School of Hygiene and Tropical Medicine», perante a British Society of Bacteriologists», sob a presidência do Prof. Spooner e Sir Alexander Fleming: *Twenty years of research on Microbiology of Leprosies*. (Com demonstração de culturas). *Portugal*. 13-1-1927. Na Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, sob a presidência do Prof. Costa Sacadura e presença do Embaixador do Brasil Cardoso de Oliveira e do Embaixador dos Estados Unidos: *Tratamento da Lepra nas Philippinas*. *ASIA*. *India*. 15-2-1926. Na «Calcutta School of Tropical Medicine and Hygiene», sob a presidência do Cel. Prof. J. W. D. Megaw: *Some Aspects of the tropical Medicine in Brazil*. (Com projeção de diapositivos do Instituto Oswaldo Cruz e Instituto Butantan).

DR. HERACLIDES CÉSAR DE SOUZA-ARAÚJO —
CRONOLOGIA

- 1886 Junho 24: Nasceu no Estado do Paraná, filho de Júlio César de Souza Araújo (natural de Jacareí, S. Paulo) e Manoela Alves de Souza Araújo (natural de Antonina, Paraná).
- 1904 Transferiu-se para o Rio de Janeiro para matricular-se na Escola Militar da Praia Vermelha, fechada devido à Revolução contra a Vacinação Obrigatória. Teve febre amarela.
- 1910 Matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; paraninfo da Turma de Madureza do Externato Maurell da Silva, do qual era professor de história natural; nomeado major-cirurgião da Guarda Nacional.
- 1912 Diplomou-se farmacêutico pela Escola de Ouro Preto. A 1 de julho ingressou no Instituto Oswaldo Cruz, como aluno.
- 1913 Janeiro 11: Diplomado pelo Instituto Oswaldo Cruz, transferiu-se para a Faculdade de Medicina da Real Universidade de Berlim.
- 1914 Devido à Guerra regressou ao Rio de Janeiro.
- 1915 Dezembro 28: Doutorou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro: tese aprovada com distinção.
- 1916 Março: Interrompeu o concurso de Higiene Escolar por doença: febre tifóide. Dezembro: Apresentou ao 1.º Congresso Médico Paulista um plano de profilaxia da Lepra e a sua monografia: *Granuloma Venéreo*.
- 1917 Janeiro: Iniciou o combate às helmintíases e malária no Estado do Paraná, onde descobriu um foco de Doença de Chagas (Jataí).
- 1918 Participou duma Missão de Estudos do Instituto Oswaldo Cruz no Rio Paraná. Agosto 18: Nomeado pelo Presidente Wenceslau Braz, com o Dr. José Gomes de Faria, para organizar e chefiar o Serviço de Profilaxia Rural no Paraná.

- 1919 Março: Nomeado assistente adjunto efetivo do Instituto Oswaldo Cruz. Dezembro: Publicou, em Curitiba, o seu livro: *A Profilaxia Rural no Paraná*.
- 1920 Fevereiro: Nomeado pelo DNSP, com o Dr. Amarílio de Vasconcelos, para combater a peste no Rio Grande do Sul.
- 1921 Abril: Transferido da Chefia do Serviço de Profilaxia Rural no Paraná para organizar e chefiar o do Pará.
- 1922 Fevereiro: Viagem de estudos às Guianas e Trinidad. Setembro: Publicou os dois volumes de *A Profilaxia Rural no E. do Pará* e participou da I Conferência Americana da Lepra. Apareceu na «Galeria Paranaense», de Sebastião Paraná: 7 pp.
- 1923 Julho: Enviou um trabalho à 3ª Conferência Internacional da Lepra, de Strasburgo, lido pelo Prof. Ed. Rabello.
- 1924 Junho 24: Inaugurou a «Lazarópolis do Prata», no Pará, exonerou-se da Chefia de Serviço de Profilaxia Rural e partiu para os EE. UU. como «Fellowship» da Fundação Rockefeller. Novembro 3: Eleito sócio correspondente da Academia Nacional de Medicina.
- 1925 Junho 9: Diplomado higienista (C.P.H.) pela Johns Hopkins University. Setembro 12: Iniciou, em S. Francisco, a sua viagem à volta do mundo em estudos da lepra e outros assuntos médico-sanitários.
- 1926 Junho 8: Diplomado Doutor em Saúde Pública (Dr. P.H.) pela Johns Hopkins University. Promoveu a fundação da Sociedade Internacional de Leprologia.
- 1927 Fevereiro: Regressando ao Brasil, reassumiu o cargo de assistente do Instituto Oswaldo Cruz.
- 1928 Maio 31: Tomou posse como membro titular da Academia Nacional de Medicina.
- 1929 Publicou o seu livro: *A Lepra em 40 Países*, em português e inglês. Duas edições.
- 1930 Em gozo de licença-prêmio, cursou a Faculdade de Filosofia e Letras de S. Paulo, Universidade de Lovaina.
- 1931 Fevereiro-março: Realizou Conferências em Londres e Bruxelas; foi eleito secretário-local da Royal Society of Tropical Medicine, e assumiu (maio) o cargo de inspetor-chefe da Inspeção de Profilaxia da Lepra de São Paulo.
- 1932 Abril 9: Casou-se com a senhorita Manoelita da Silva Costa. Foi eleito presidente da Sociedade Brasileira de Biologia.

- 1933 Março: Designado pelo Presidente Getúlio Vargas, organizou o Plano de Campanha Nacional contra a Lepra.
- 1934 Abril: Nomeado secretário e chefe de serviço do Centro Internacional de Leprologia.
- 1936 Abril: Realizou o seu 1º Curso como catedrático de Leprologia da Faculdade de Ciências Médicas, hoje pertencente à Universidade do Distrito Federal.
- 1938 Março: Delegado do Brasil ao 4º Congresso Internacional de Leprologia, no Cairo e fez Conferências em Bruxelas, Londres, Heidelberg e Paris. Eleito vice-presidente da Sociedade Internacional de Leprologia.
- 1939 Missão Científica à Colômbia e demais países sul-americanos.
- 1940 Maio: Delegado do Brasil ao 8º Congresso Científico Americano, realizado em Washington.
- 1941 Janeiro: Nomeado diretor das Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, tendo publicado os tomos 36 a 50 (1941-52) e 54 (1956); total: 16 tomos.
- 1942 Agosto: Nomeado professor do Curso de Lepra do Departamento Nacional de Saúde.
- 1945 Nomeado chefe da Seção de Bacteriologia do Instituto Oswaldo Cruz.
- 1946 Presidente da Seção de Medicina Tropical do 1º Congresso Interamericano de Medicina; delegado da Nicarágua à II Conferência Panamericana de Leprologia. Re-editou o *Atlas de la Lèpre* de Danielssen e Boeck e publicou o 1º volume da História da Lepra no Brasil. Apareceu na *Genealogia Paranaense* de Francisco Negrão, vol. 5º, págs. 281-295.
- 1947 Chefiou a Delegação Brasileira no IV Congresso Internacional de Microbiologia, em Copenhague.
- 1948 Apareceu no *Who's Who in Latin America*, part. VI, Brasil, págs. 244-45. Publicou o 2º vol. da *História da Lepra no Brasil*.
- 1950 1º vice-presidente do V Congresso Internacional de Microbiologia. Nomeado chefe da Divisão de Microbiologia e Imunologia do Instituto Oswaldo Cruz.
- 1951 Junho: Fez Conferências em Londres. Dezembro: Delegado do Brasil na III Conferência Panamericana de Leprologia, realizada em Buenos Aires.

- 1952 Eleito sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nomeado perito em Leprologia da Organização Mundial de Saúde, período de 1952-57.
- 1953 Delegado do Brasil aos Congressos Internacionais de Medicina Tropical e Malária (5º), em Estambul, de Microbiologia (6º), em Roma e de Leprologia (6º), em Madrid, Eleito conselheiro da Sociedade Internacional de Leprologia.
- 1954 Eleito sócio honorário do Instituto Brasileiro de História da Medicina.
- 1955 Eleito presidente da Sociedade de Biologia do Rio de Janeiro. Nomeado membro do Conselho Técnico do Instituto Oswaldo Cruz, pelo Presidente J. Café Filho.
- 1956 Re-eleito presidente da Sociedade de Biologia do Rio de Janeiro; delegado do Brasil ao Congresso Internacional de Leprologia da Ordem de Malta (Roma, abril). Junho 24: Aposentado no cargo de biologista do Instituto Oswaldo Cruz. Dezembro 13: Formou-se em Medicina pela Faculdade Nacional o seu único filho Heraclides Cesar, logo contratado para o Cabell Huntington Hospital de West Virgínia, U.S.A. Publicou o 3º volume da *História da Lepra no Brasil*, obra realizada sem *pro-labore* ou Prêmio do Govêrno.
- 1957 Homenageado no quadro de formatura da turma de 100 doutorandos da Faculdade de Ciências Médicas, Universidade do Distrito Federal; sócio honorário da Biblioteca Partenopea, Nápoles.

Sócio falecido — Prof. Basílio de Magalhães. Faleceu a 14 de dezembro, na cidade de Lambary (Minas Gerais) êsse ilustre historiador e folclorista brasileiro, que era sócio grande benemérito do Instituto Histórico.

Basílio de Magalhães era natural de S. João del Rei, onde nascera a 17 de junho de 1874. Estudos secundários na cidade natal e superiores na Escola de Minas de Ouro Preto, onde se formou.

Transferindo-se para S. Paulo, lecionou história no Ginásio de Campinas. Foi também professor no Rio, na Escola de Belas Artes, na Escola Amaro Cavalcanti, no Instituto de Educação, de que foi diretor e na Universidade do Distrito Federal.

Na política, exerceu o mandato de senador estadual e a seguir o de deputado federal de 1922-1928. Em 1930 afastou-se da atividade política, dedicando-se exclusivamente ao magistério e ao jornalismo.

Em sua vasta produção intelectual, destacam-se trabalhos de merecimento: «A circular de Theofilo Othoni», Rio, 1916, «Lições de história do Brasil» — 1895. «O café na história, no folclore e nas belas artes» — S. Paulo, 1939. «Expansão geográfica do Brasil Colonial», «O Folclore no Brasil», «História da Civilização», «História do Comércio», «Esbôço biográfico e crítico de Bernardo Guimarães», Rio, 1926.

O erudito polígrafo mineiro era membro da Academia Paulista de Letras e da Academia Fluminense de Letras. Era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dos de São Paulo, Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Fazia parte ainda da Academia de Ciências de Lisboa, da Real Sociedade de Artes, de Londres e da «National Geografie Society» de Washington.

Basílio de Magalhães entrou para o Instituto Histórico, como sócio correspondente por proposta assinada por Max Fleiuss, Liberato Bittencourt e Roquete Pinto em 23-5-1914. O brilhante parecer da comissão de história, inteiramente favorável, foi assinado por Alfredo Valadão (relator), Clóvis Bevilacqua, Eduardo M. Peixoto, Escragnole Dória e Viveiros de Castro.

Nesse parecer alude-se elogiosamente às referidas «Lições» e mais a outros trabalhos: «A Monarquia Portuguesa» (Campinas, 1910). «Pela República Civil» (São Paulo, 1910) e «O Estado de S. Paulo e o seu progresso na atualidade» (Rio, 1913).

O parecer da comissão de sócios, também favorável, tem a data de 25 de agosto de 1914 — está assinado pelo barão de Alencar, Ramiz Galvão e Manoel Cícero e foi aprovado na assembléia geral de 23-8-1914.

Passou a sócio benemérito em 22-12-1931 e a grande benemérito por proposta de 19 de agosto de 1944, assinada por 16 sócios e aprovada em 21 de outubro do mesmo ano.

Além dos trabalhos acima indicados, a bibliografia de Basílio de Magalhães, ainda assinala: «A Renascença e a sua floração artística» (tese de concurso — 3ª ed. Rio, 1918), «Estudos de história do Brasil» (S. Paulo, 1940); «Expansão Geográfica do Brasil, até fins do século XVII» (Memória do 1º Congresso de História Nacional — Rio, 1915). «Francisco Adolfo de Varnhagem» (Rio, 1928). «Bernardo Guimarães» (esboço biográfico e crítico) — Rio, 1926 e «Quadros da história pátria» (em colab. com Max Fleiuss). «Os jornalistas da Independência» (Rio, 1917). «A lírica de Stecchetti» (Rio, 1918); «Manoel de Araújo Porto Alegre» (Rio, 1917); «Theofilo Otoni» (Rio, 1945), além de muitos outros esparsos, especialmente na «Revista» do Instituto Histórico, e nos «Anais» do Congresso do Mundo Português (*As entradas e bandeiras* — Lisboa, 1940).

CONGRATULAÇÕES

Em sessão de 22 de novembro último, do Instituto Histórico, o Sr. Ministro Alfredo Valadão, ilustre Vice-Presidente, apresentou uma moção de congratulações com a «Sociedade de Amigos de Affonso Celso», pela sua recente fundação.

Esse preito merecido, à memória de quem foi Presidente do Instituto por 25 anos, foi aprovada por aclamação e vai transcrita integralmente na ata da reunião, publicada neste número.

ATOS DO SR. PRESIDENTE DO INSTITUTO HISTÓRICO

PORTARIAS

Por Portaria de 2 de agosto último, o Sr. Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Ministro José Carlos de Macedo Soares, resolveu nomear para preencher a vaga existente na Comissão de Fundos e Orçamentos, o sócio efetivo Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva.

O Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de conformidade com o disposto nos artigos 30 (item 9.º) e 33 dos Estatutos manda observar provisoriamente *ad referendum* da Assembléia, as Instruções Reguladoras das Atividades da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1957.

ERRATA

Por solicitação à Secretaria do Instituto feita pelo Embaixador J. Sousa Leão Filho faz-se a seguinte corrigenda relativa ao n.º 230 — janeiro-março de 1956 — a autoria do artigo *Os primeiros pintores do Brasil — Problemas e observações* é de *Michel Bernicovich* e não do Embaixador Joaquim de Sousa Leão Filho, como foi publicado.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE OUTUBRO DE 1957

- Mourão, Rosa & Pimenta* — Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil — Estudo crítico de Gilberto Osório de Andrade. Introduções históricas, interpretações e notas de Eustáquio Duarte. Arquivo Público Estadual. Prefácio de Gilberto Freire. Recife, 1956, 565 páginas.
- Lessa (Clado Ribeiro de)* — Viagem de África em o Reino de Dahomé, escrita pelo Padre Vicente Ferreira Pires no ano de 1800 e até o presente inédita. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1957. Vol. 287 (Brasiliana) 202 págs.
- Oliveira (José Feliciano de)* — Os pais da República e seus primeiros dias (As finanças da República) — Livraria Editora Lagos Limitada — 1957 — 286 págs. São Paulo.
- Dourado Mecnas* — Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense. Biblioteca do Exército — Editora — vol. 234 — tomo I. 1957. Rio de Janeiro, 313 págs.
- Sousa (João Batista de)* — Amambai — Oração pronunciada a 4 de outubro de 1953. Rio de Janeiro.
- Newcomb Jr. (William W.)* — The Culture and Acculturation Of the Delaware Indians — n.º 10 University of Michigan, 1956. Ann Arbor.
- Duperré (M. L'Amiral Baron)* — Precis de L'Abolition de L'Esclavage Impri-merie Royale. 1840/1841/1843. 5 volumes. Paris. Oferta do Ministério da Viação.
- VII Recenseamento Geral do Brasil* — 1950 I.B.G.E. — Brasil — Censo Agrícola — volume II. 1956. Rio de Janeiro — Brasil — Censo Industrial — vol. III — tomo I. 1957. Rio de Janeiro — Território do Guaporé — Censos Demográfico e Econômicos — vol. VI. 1957 — Rio de Janeiro.
- Território do Acre* — Censos Demográfico e Econômicos. vol. VII. 1957. Rio de Janeiro.
- Estado do Amazonas* — Censos Demográfico e Econômicos — vol. VIII. 1956. Rio de Janeiro.
- Território do Rio Branco* — Censos Demográfico e Econômicos — vol. IX. 1957. Rio de Janeiro.
- Território do Amapá* — Censos Demográfico e Econômicos — vol. XI. 1957. Rio de Janeiro.
- Rodrigues (José Honório)* — Teoria da História do Brasil — Introdução Metodológica — 1.º e 2.º volumes — Companhia Editora Nacional, São Paulo. (Adquirido por compra).
- Rvzzini (Carlos)* — Hipólito da Costa e o Correio Braziliense — vol. 13 — Companhia Editora Nacional, São Paulo. (Adquirido por compra).
- Napoleão (Aluizio)* — Santos Dumont e a Conquista do Ar — 2ª edição — Brasileira — vol. 295 série 5ª Companhia.

- Rodrigues (Nélson)* — Senhora dos Afogados a Falecida — Dramas e Comédias. Serviço Nacional de Teatro. Ministério de Educação e Cultura. Rio, 1956.
- Chile (Anales de la Universidad)* — primer trimestre de 1957 — cuarto trimestre de 1956 — ns. 104/105 — ano CXV. Universidad de Chile.
- Vivanco (Julian)* — Diccionario Americanista — tomo II — De antropo, Fito, Zoo y Toponomias Indígenas. Editorial «El Sol» — La Habana, 1957.
- Duarte (Abelardo)* — Um folgado do povo: O Bumba meu boi (Ensaio de História e Folclore) — Edições Caeté. 1957. Alagoas.
- Príncipe (Antônio Carlos Brochado)* — «Um bahiano bombeiro na Cidade do Porto» (Guilherme Gomes Fernandes) Publicação — Salvador — Bahia.
- Príncipe (Antônio Carlos Brochado)* — Cipriano Betâmio, Herói infatigável. Publicação — Salvador — Bahia.
- Oliveira Neto (Francisco Gomes de)* — Os sete dias da Cosinha Bahiana. Publicação — Salvador — Bahia.
- Expoentes da Ética Rotária (Biografias)* 1957 — Rotary Club da Bahia — Salvador — Bahia.
- Costa (Luís Monteiro da)* — Henrique Dias, governador dos pretos, crioulos e mulatos — 1957. Salvador.
- Costa (Luís Monteiro da)* — Fortalezas da Cidade do Salvador. 1957. Publicação Estudos Bahianos. Salvador.
- Vivanco (Julian)* — Crônicas Históricas de San Antonio Abad de los Baños — tomo V. Editorial «El Sol» 1957. La Habana.
- Borrello (Angel V.)* — Recursos Minerales de la Republica Argentina — III Combustibles solidos minerales; tomo V (Ciências Geológicas). — Imprenta y Casa Editora «Coni». Buenos Aires, 1956.
- Murray Jr (James N.)* — The United Nations — Trusteeship System — volume 40. The University of Illinois Press. Urbana, 1957.
- Mancini (Luís Carlos)* — Assistência Técnica — A Mágica da Cooperação a Serviço do Desenvolvimento do País — Instituto Brasil-Estados Unidos. 1956. Ofic. Graf. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro.
- Prof. Caillet-Bois (Ricardo R.)* — Trabajos y Comunicaciones. Establecimiento Gráfico E.G.L.H. Buenos Aires.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE NOVEMBRO DE 1957

- Oferta do Ministro Macedo Soares* — Biblioteca do Itamarati, em 14 de outubro de 1957.
- Accioly (Hildebrando)* — Tratado de Direito Internacional Público, 3 volumes — 2ª edição 1956/1957 — Serviço Gráfico I.B.G.E. Rio de Janeiro.
- Revue Generale de Droit International Public* — ns. 1 e 2. Libraires Editeurs. Paris.
- Exteriores (Ministério das Relações)* — Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. 1933. Rio de Janeiro.
- Oliveira (Xavier de)* — Pio XII no Brasil. Imprensa Nacional. 1950. Rio de Janeiro.
- Adonias (Isa)* — As peças raras da mapoteca do Ministério das Relações Exteriores. Serviço Gráfico do I.B.G.E. 1956. Rio de Janeiro.
- Accioly (Hildebrando)* — Os primeiros núncios no Brasil — Instituto Progresso Editorial S.A. São Paulo, 1949.
- Exteriores (Ministério das Relações)* Plataforma continental submarina. Imprensa Nacional. 1951. Rio de Janeiro.

- Exteriores (Ministério das Relações)* Relatório do Ministro João Neves da Fontoura — (IX reunião de consulta) Imprensa Nacional, 1951. Rio de Janeiro.
- Exteriores (Ministério das Relações)* — Índice da Coleção de Atos Internacionais. Imprensa Nacional. 1952. Rio de Janeiro.
- Exteriores (Ministério das Relações)* Orientação Orgânica. Imprensa Nacional. 1948. Rio de Janeiro.
- Exteriores (Ministério das Relações)* Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e Ata Final.
- Vidal (Ademar)* — Reparações de Guerra. Imprensa Nacional. 1952. Rio de Janeiro.
- Costa (Bernardino Vitory)* — Vargas, A Mocidade e a Pátria — Imprensa Nacional. 1951. Rio de Janeiro.
- Frischauer (Paul)* — Getúlio Vargas. Americ. Editôra. Rio de Janeiro.
- Araújo (Roberto Assunção de)* — Retratos da Família Imperial do Brasil em Viena. Imprensa Nacional. 1956. Rio de Janeiro.
- Rojas (Ricardo)* — O Santo da Espada. Imprensa Nacional. 1948. Rio de Janeiro.
- Stanislavski (Constantino)* — Minha vida na arte — Editôra Anhembí Ltda. 1956. São Paulo.
- Exteriores (Ministério das Relações)* — Regulamento do Museu Histórico e Diplomático do Itamarati. Serviço Gráfico do I.B.G.E. 1956. Rio de Janeiro.
- Silva (Geraldo Eulálio do Nascimento e)* — Pareceres dos consultores Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores. Tomo I — 1903 — 1912. Imprensa Nacional. 1956. Rio de Janeiro.
- Exteriores (Ministério das Relações)* — Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros. 1846. Imprensa Nacional. 1944. Rio de Janeiro.
- Rivarola (Rodolfo)* — Mitre. Imprensa Nacional. 1950. Rio de Janeiro.
- Exteriores (Ministério das Relações)* — Serviço de Publicações — ns. 17, 20 e 36. Imprensa Nacional. 1941/42/43. Rio de Janeiro.
- Exteriores (Ministério das Relações)* — Índice Analítico e Sistemático dos Relatórios do Ministério das Relações Exteriores do ano de 1831 a 1851. Imprensa Nacional. 1938. Rio de Janeiro.
- Exteriores (Ministério das Relações)* — Precedentes Diplomáticos. 1889 a 1932. Imprensa Nacional. 1940. Rio de Janeiro.
- Silva (Joaquim Caetano)* — L'Oyapoc et L'Amazone. 1.^o vol. Imprimerie Nationale. 1893. Rio de Janeiro.
- Latour (Jorge)* — O Problema Nacional das Fronteiras. 1929. Rio de Janeiro.
- Jourdan (E.C.)* — Histoire des Campagnes de l'Uruguay, de Mato Grosso et du Paraguay (3 vols.) Imprensa Nacional. 1897. Rio de Janeiro.
- Lapradelle (A. de) et Politis (N.)* — L'Arbitrage Anglo-Bresilien de 1904. V. Giard & E. Brière. 1905. Paris.
- Fauchille (Paul)* — Le Conflit de Limites entre le Brésil et la Grande-Bretagne. A. Pedone Editeur. 1905. Paris.
- Nabuco (Joaquim)* — Fronteiras do Brasil e da Guyana Inglesa (3^a memória) — 4 vols. Imprimeur Editeurs. Paris.
- Nabuco (Joaquim)* — O Direito do Brasil — 1^a memória — Imprimeur Editeurs. Paris.

Exteriores (Ministério das Relações) — Obras do Barão do Rio Branco. (Coleção completa). Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. (10 vols.)
Questão de Limites Brasileira-Argentina (6 vols.) — 1894. New York.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE DEZEMBRO DE 1957

- Urbina (Castor)* — Discurso. Imprensa Nacional. 1957. Caracas.
Congresso Nacional (Sesión Solemne). Imprensa Nacional 1957. Caracas.
Camara del Senado — Sesiones de los dias 1.º e 3 de julio de 1957. Caracas.
Sottomaior (Sebastião Paraná de Sá) — Galeria Paranaense — Notas biográficas. 1922 Cotitiba. Oferta do Dr. H.C. de Souza Araújo.
Vieira (Clóvis Botelho) — Cinco semanas em balão. (A fundação da Cidade de São Carlos) 1957. Revista dos Tribunais Ltda. São Paulo.
Schaden (Egon) — *Staden-Jahrbuch* — 1957. Instituto Hans Staden. São Paulo.
Anuário 1949 a 1955. Serviço Geográfico do Exército — Brasil — Rio de Janeiro (5 vols.)
Araújo (Alceu Maynard) — Ciclo Agrícola. Separata da Revista do Arquivo Municipal — n.º CLIX. 1957. São Paulo.
Mostny (Grete) — La Momia del Cerro el Plomo. Imprenta del Museo Nacional de Historia Natural. 1957. Chile.
Cartas e Obras diversas (Catálogo das) — Oficinas Gráficas da D.S.G. 1954. Rio de Janeiro.
Moraes (Ten. Cel. João de Mello e Príncipe Júnior (Major Alfredo R.)) — Reconhecimento nas regiões S.W. do Paraná e W. de Santa Catarina. Separata. Oficinas Gráficas da D.S.G. 1955. Rio de Janeiro.
Leite S.I. (Serafim) — Monumenta Brasiliae I — II — Monumenta Historica Societatis Iesu 1956. Roma.
Lamar (J.E.) — Chemical Analyses of Illinois Limestones and Dolomites — Illinois State Geological Survey. Urbana, Illinois.
Leonard (A. Byron) — Types of Late Genozoic Gastropods in the Frank Collins Baker Collection — Illinois State Geological Survey. Urbana — Illinois.
Pierre (Donald A.) — Petro'eum Industry in Illinois in 1955. Illinois State Geological Survey. Urbana — Illinois.
Documentos Históricos (Normas para la Transcripción y Edición de) — serie histórica n.º XXVIII. Imprenta de la Universidad. 1957. Córdoba. R.A.
Bastani (Tanus Jorge) — Minas e Minérios no Brasil — Livraria Freitas Bastos S.A. Rio de Janeiro — São Paulo.
Prado (Eduardo Barros) — Eu vi o Amazonas... Imprensa Nacional. 1952. Rio de Janeiro.
Faria (Antônio Machado de) — Livro de Linhagens do Século XVI. Editôra Gráfica. Portuguesa Ltda. Lisboa.
Botelho (J.J. Teixeira) — Elogio do General. Academia Portuguesa da História. 1957. Lisboa.
Anais — Ciclo da Restauração de Portugal — vol. XII — 1957 — Sociedade Industrial Gráfica João Pinto Ltda. Lisboa.
Sousa (Marechal Boanerges Lopes de) — Índios e Explorações Geográficas — Editôra e Gráfica Guarani Ltda. Publicação n.º 110. Rio de Janeiro.
Rondon (Cândido Mariano da Silva) — Índios do Brasil do Norte do Rio Amazonas — vol. III, 1955. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro.

- Imbelloni (José)* — Los Grupos Raciales Aborígenes. Facultad de Historia y Letras. 1957. Buenos Aires.
- Anuário de Estudos Americanos* — XII — 1955. Escuela de Estudios Hispano-Americanos. Sevilla.
- Villarroel (Raul)* — Nuevos Apartes a la Bio-Psicologia Humanista. Tip. Llor-den Soc. Resp. Ltda. Rosário. R.A.
- Rio de Janeiro (Anuário Geográfico do Estado de)* — n.º 9 — 1956. Serviço Gráfico do I.B.G.E. Niterói. Estado do Rio.
- Santos (Milton)* — Zona do Cacau — Introdução ao Estudo Geográfico — 2ª edição. Comp. Edit. Nacional São Paulo. (Adquirido por compra).

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE OUTUBRO DE 1957

- Revista do Clube de Engenharia* — agosto de 1957 — n.º 252. Rio de Janeiro.
- Boletín Bibliográfico Nacional* n.º 32 — años 1953 y 1954. Buenos Aires.
- Diário Oficial do Estado de Sergipe* — 6 de agosto de 1957 — ns. 12.532 — ano XXXVIII. Aracaju.
- Nação Brasileira* — ano XXXIV — n.º 408 — agosto, 1957. Rio de Janeiro.
- Brasil Açucareiro* — ano XXV — abril, 1957 — n.º 4 — vol. XLIX e maio n.º 5. Rio de Janeiro.
- Anales del Instituto Nacional de Antropología e Historia* — tomo VIII — n.º 37 de la colección de 1956. México.
- Boletín de la Academia Nacional de la Historia* — enero/marzo de 1957 — número 157 — tomo XL. Caracas — Venezuela.
- Revista Militar Brasileira* — janeiro a junho de 1957 — vol. LXV — ano XLV — ns. 1 e 2. Rio de Janeiro.
- Journal Français du Brésil* — 1.º septembre 1957 — n.º 126 — 6 ème année. Paris. Rio.
- Annual Report of the American Historical Association* — for the year 1955 — vol. I. Washington.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — setembro de 1957 — n.º 171 — ano XIV. Rio.
- Catálogo — Bibliotheks Informationen* — ns. 6 e 7 — juni-juli 1957 — 4 jahrgang. Berlin.
- Bucher aus der Bundesrepublik und Westberlin* — ns. 6 e 7 — juni e juli 1957 — 2 jahrgang. Berlin.
- Américas* — vol. IX — n.º 7 — julho de 1957. Rio de Janeiro.
- Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* — n.º 76 — 1950/51. Bahia.
- Revista de História de América* — diciembre de 1949 — número 28. México.
- Triângulo* — 20 de diciembre de 1956 — num. 2 — ano VII. La Habana.
- Boletín Cultural Mexicano* — julio 1957 — n.º 63. México.
- Revista Brasileira de Geografia* — janeiro/março e abril/junho de 1956 — ns. 1 e 2 — ano XVIII. Rio de Janeiro.
- The Catholic Historical Review* — july, 1957 — number 2 — volume XLIII. Washington.
- Para Todos* — 1ª quinzena de setembro de 1957 — ano II — n.º 32. Rio — São Paulo. 23 págs.
- Engenharia* — ano XV — vol. XV — julho de 1957 — n.º 176 — Habitat Editôra Ltda. — págs. 533/581. São Paulo.

- Arquivos Brasileiros de Medicina Naval* — ano XVIII — julho a setembro de 1957 — n.º 64 — Diretoria de Saúde da Marinha. Ministério da Marinha. Lito — Tipo Guanabara S.A. 216 páginas. Rio de Janeiro.
- Boletim da Superintendência da Moeda e do Crédito* — julho de 1957 — n.º 7 — vol. III. Impresso no Banco do Brasil S.A. — 77 páginas. Rio de Janeiro.
- Bulletin of the New York Public Library* — august 1957. — volume 61 — number 8 — The New York Public Library. New York — 415 páginas.
- Revista Interamericana de Bibliografía* — vol. VII — abril-junio de 1957 — n.º 2. União Panamericana. Washington, D.C. — 238 páginas.
- Problemas da Economia Brasileira* — abril de 1956. Confederação Nacional do Comércio. Rio de Janeiro — 109 páginas.
- Boletín de Historia y Antigüedades* — números: 504, 505 e 506 — volumen XLIII — octubre, noviembre e diciembre de 1956. Academia Colombiana de Historia. Bogotá, 540/717 págs.
- La Universidad del Zulia* — 18 de mayo e 15 de junio de 1957 — ns. 41/44 — año I. Maracaibo.
- Carta Semanal do Serviço de Informação Agrícola* — 19 e 26 de agosto e 2 de setembro de 1957 — 106.^a — 107.^a e 108.^a cartas. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro.
- Regimento Interno Temário e Programa Social e Técnico* — V Congresso Brasileiro de Turismo de 10 a 16 de setembro de 1957. Caxambu. Minas Gerais.
- Boletim de Informações e de bibliografia* — ano V — n.º 20 — janeiro/junho, 1956. Real Gabinete Português de Leitura. Rio de Janeiro.
- Aspetti Letterari Lucania D'Oggi* — dicembre 1955 — fasc. VI — anno XV. Società di Cultura «Aspetti Letterari» — Napoli, 357/457 páginas.
- Dia das Nações Unidas* — 24 de outubro de 1956 — 11.º aniversário. Depart.º de Informações. Rio de Janeiro.
- Boletim Informativo* — outubro, novembro e dezembro de 1948 — ns. 42/43/44 — ano VI — dezembro de 1949 e janeiro de 1950 — ns. 56/57 — ano VII. Clube de Engenharia. Rio de Janeiro.
- Cafetal* — julho de 1957 — n.º 135 — año XII. Asociacion Nacional de Caficultores. La Habana — 34 págs.
- Catálogo, História de Portugal* — Edição monumental da Portucalense Editôra, Ltda. Barcelos. Casa Vallelle — Imprimiu. Rio de Janeiro.
- Carta mensal do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio* — Problemas e Soluções — agosto, 1957 — ano III — n.º 8. C.N.C. Rio de Janeiro.
- The Catholic Historical Review* — july, 1957 — n.º 2 — vol. XLIII — The Catholic University of America Press. Washington, D.C.
- Cronica de la Unesco* — julio de 1957 — n.º 7 — vol. III. Boletim mensual. Casa de la Unesco. Paris.
- Boletim Informativo do Japão* — 31 de março de 1955 — vol. I — n.º 7. Rio de Janeiro. Embaixada do Japão.
- Rodovia* — abril, 1957 — n.º 206 — ano XVIII. Rio de Janeiro, 68 págs.
- Memoria* — VII Convencion Nacional de Turismo. Instituto Cubano del Turismo. La Habana, 1954. Impressores Ucar Garcia S.A. c/127 págs.
- La Universidad del Zulia* — 27 de abril e 4 de mayo de 1957 — ns. 38 e 39 — año I. Maracaibo.

- Programa de Historia de America — La America Indigena* — 2ª parte de la coordinación del Dr. Pedro Armillas. Comision de historia. Instituto Panamericano de Geografia e Historia. México.
- P.E.N. Club do Brasil* — julho de 1957. Boletim nº 24. Rio de Janeiro.
- Report of Investigations 199* — State Geological Survey. February, 1957. Urbana — Illinois.
- Groundwater Geology in South-Central Illinois* — Illinois State Geological Survey. Urbana — Circular 225 — John C. Frye, Chief. 1957.
- Browne & Nolan Ltd.* — Book Catalogue. Dublin.
- Correio do Senac* — 15 de agosto de 1957 — nº 174 — ano IX. Rio de Janeiro.
- Indonésia* — vol. IV — ns. 6, 7 e 8 — 17 de agosto de 1957 — Marques Saraiva, Estabelecimentos Gráficos S.A. Rio de Janeiro.
- Boletim Bibliográfico* — vol. I — nº 2 — 1957. I.B.G.E. Rio de Janeiro.
- Miscellaneous Books* — List nº 9 — 1957 — W. Forster. London, nº 16.
- Longmans Books 1957* — july to december. London.
- Martinus Nijhoff* — list nº 11 — august 9 — 1957. The Hague. Holland.
- Browne & Nolan Ltd.* — Book Catalogue. Dublin.
- Moçambique* — setembro, 1956 — nº 87 — documentário trimestral — Imprensa Nacional de Moçambique. Lourenço Marques.
- Iliffe Books on radio & television* — june, 1957 — Dorset House — Stamford st., London S.A.
- Cidade Maravilhosa* — janeiro-junho, 1955 — nº 9. Rio de Janeiro.
- Tudo* — magazine quinzenal — Editôra Tudo Limitada. Rio de Janeiro.
- A Marinha em Revista* — dezembro de 1953 — nº 78 — ano VI. Rio de Janeiro.
- South America* — tenth list (Catalogo) U.S.A.
- Estudios Americanos* — nº 62 — noviembre, 1956 — vol. XII. Sevilla — E.E.H.A.
- Ciencia y Naturaleza* — Revista del Instituto de Ciencias Naturales de la Universidad Central — junio, 1957 — volumen I — nº 1. Quito — Ecuador.
- Anais da Associação Brasileira de Química* — junho, 1954 — nº 2 — vol. XIII. São Paulo, c/ 132 págs.
- Indústria Britânica* — setembro de 1957 — nº 160 — tomo 25. Londres. c/92 págs.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE NOVEMBRO DE 1957

- Revista do Clube de Engenharia* — setembro de 1957 — nº 253 — Engenharia Editôra S.A. c/ 80 págs. Rio de Janeiro.
- Portugal pela Imagem* — Boletim mensal ilustrado — ns. 13 e 14 — ano II — maio e junho de 1957. Lisboa.
- Técnica* — nº 37 — dezembro, 1956. Órgão da fundação para o desenvolvimento da ciência na Bahia. Fundação Gonçalo Moniz, c/ 60 págs. Bahia.
- Nação Brasileira* — ano XXXIV — nº 409 — setembro de 1957 — c/ 33 págs. Rio de Janeiro.
- Revista Shell* — abril-maio-junho, 1957 — Edit. Shell Brasil Limited, c/ 20 páginas. Rio de Janeiro.

- Indústria Britânica* — setembro, 1957 — tomo 25 — nº 160. Londres.
- Rodriguêsia* — Revista do Jardim Botânico — dezembro, 1954-1956 — ns. 28-29 — 30-31 — anos XVI — XVII — XVIII — XIX. Ministério da Agricultura, c/ 230 e 447 págs. Rio de Janeiro.
- Revista do Serviço Público* — janeiro e fevereiro de 1957 — ns. 1 e 2 — vol. 74 — págs. 1 a 154 e de 155 a 256. Rio de Janeiro.
- Rodovia* — maio, 1957 — nº 207 — ano XIX — págs. 64 — Rio de Janeiro.
- Revista do Instituto do Ceará* — tomo LXIX — ano LXIX. 1955. Imprensa Universitária do Ceará, c/ 328 págs. Ceará.
- Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* — nº 8 — ano 6 — Imprensa Oficial do Estado. Porto Alegre, 269 págs.
- Foldrajzi Kozlemenyek* — vol. 81 — nº 2, de 109 a 205 págs. Budapest.
- Boletim Mensal das Observações Meteorológicas* — maio e junho de 1956 — ns. 5 e 6 — ano XXIII. Imprensa Nacional de Moçambique — Lourenço Marques.
- Revista Geográfica* — nº 44 — tomo XVIII — 1º semestre de 1956 e Instituto Panamericano de Geografia e História. Oficinas Gráficas do *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro.
- Ciencias Políticas y Sociales* — Revista de la Escuela Nacional de Ciencias Políticas y Sociales — julio-diciembre de 1956 — nums. 5 y 6 — año II. Universidad Nacional. México, 382 págs.
- Catálogo* nº 151 — Livraria Kosmos Editora, publicado no *Jornal do Comércio* de 29 de setembro de 1957. Rio de Janeiro.
- Américas* — agosto e setembro de 1957 — vol. IX — ns. 8 e 9. Rio de Janeiro.
- Anales* — 1954 — nº 37 de la Coleccion — tomo VIII. Instituto de Antropologia e Historia. México.
- Catálogo* do I.N.A.H. 1956. México.
- Arquivos Brasileiros de Medicina Naval* — abril a junho de 1957 — nº 63 — ano XVIII. Rio de Janeiro.
- Revista do Serviço Público* — agosto e setembro de 1956 — ns. 2 e 3 — vol. 72 — págs. 145 a 236 e 237 a 396. Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro.
- Cafetal* — Órgão oficial de la Asociación Nacional de Caficultores — agosto de 1957 — nº 136 — ano XII. La Habana — Martí.
- Buch* — Hansa — oktober-november 1957. Hamburg.
- Novo Mundo* — nº 3 — julho de 1957 — ano II. Salvador.
- Douro Litoral* — Boletim da Comissão de Etnografia e História — oitava série — III — IV. 1957 — Porto.
- Bollettino della Società Geografica Italiana* — série VIII — vol. IX — fascicolo nº 6-8 — giugno-agosto, 1956. Società Geografica Italiana. Roma.
- Revista do Clube de Engenharia* — maio e junho de 1957 — 249/250. Rio de Janeiro.
- Cuadernos del Instituto Interamericano de Historia Municipal e Institucional* — agosto, 1956 — nº 17. La Habana.
- Acción Indigenista* — ns. 38-39-40-41 — agosto, septiembre, noviembre, octubre de 1956 — 44 — febrero de 1957. México.
- Revista de Portugal* — nº 155 — vol. XXII — maio, 1957 — Tip. da Editorial Império Ltda. — Lisboa, 130-272 págs.

- Ocidente* — n° 230 — vol. LII — junho, 1957 — Editor Antônio H. de Azevedo Pinto — Lisboa.
- Boletim do Instituto Vasco da Gama* — n° 73 — 1956. Tipografia Rangel. Bastora — Goa.
- Para Todos* — ns. 33-34 — 2ª quinzena de setembro e 1ª de outubro de 1957 — ano II. Jornal quinzenal. Rio e São Paulo.
- Stetson University Bulletin* (Catalogue issue 1952-53). — Deland — Florida.
- Revista do Instituto Brasil-Estados Unidos* — n° 22 — vol. XII — janeiro-dezembro de 1956. Rio.
- Museu Histórico* — março de 1957 — n° 26 — año IX. Quito.
- Arquivos do Instituto de Direito Social* — junho, 1957 — vols. 12-2. São Paulo.
- Anais da Associação Brasileira de Química* — junho, 1954 — n° 2 — vol. XIII. São Paulo Editora S.A. São Paulo.
- Campesina* — julio de 1957 — n° 7 — ano XVII. La Habana.
- Revista do Professor* — n° 33 — agosto, 1957 — ano XV. São Paulo.
- Bulletin of the New York Public Library* — vol. 61 — number 9 — september 1957. New York.
- Endeavour* — n° 63 — vol. XVI — 1957 — julio. Londres.
- Revista Nacional* — enero-marzo de 1957 — n° 191 — tomo II — año II. Montevideo — Uruguay.
- Boletín de la Academia Nacional de Letras* — tomo IV — n° 15 — junio, 1953 a diciembre de 1954. Montevideo.
- Boletín Bibliográfico de la Secretaría de Hacienda y Crédito Público* — ns. 111-112-113 — junio-julio de 1957. México, D.F.
- Cicerone Brasileiro* — n° 28 — 1957 — julho-agosto-setembro — ano VI. Rio de Janeiro.
- Boletín Indigenista* — septiembre, 1957 — n° 3 — vol. XVII. México.
- Boletim da Superintendência da Moeda e do Crédito* — agosto de 1957 — n° 8 — volume III. Rio de Janeiro.
- Brasil Açucareiro* — ano XXV — vol. XLIX — junho, 1957 — n° 6. Rio de Janeiro, págs. 560 a 658.
- O Concelho de Santo Tirso* — Boletim Cultural — vol. V — n° 3 — Câmara Municipal de Santo Tirso — págs. 265-366.
- Italia informazioni* — 30 agosto — 15-30 setembro 1957. Rio de Janeiro.
- Catalogo Deutsche Bibliographie des deutsche buch heft 3/1957*. Frankfurt/M.
- Catalogue* n° 778 — 1957. Books on Social and Economic History. London.
- Boletín mensual* — Crónica de la Unesco — agosto-septiembre de 1957 — vol. III — ns. 8-9. Paris.
- Bibliografias Paulistas* — Osvaldo de Carvalho — 1957. São Paulo.
- Tercera Reunion de Consulta de la Comision de Historia* — Documentos X. Publicación n° 222 — 1955. México, D.F.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE DEZEMBRO DE 1957

- Correio do Senac* — n° 175 — 15 de setembro de 1957 — ano IX. Periódico informativo do Departamento Nacional do Senac. Rio de Janeiro.
- Saúde* — Mensário do Serviço Nacional de Educação Sanitária do Ministério da Saúde — ns. 110, 111 e 112 — fevereiro, março e abril — ano X. Rio de Janeiro.

- Catalogo Sprachen und Literatur* — sonder Angebot 16. Germany —
Allemagne.
- Boletín quincenal del Ministerio de Salud Publica y Bienestar Social* —
ns. 31-32 — 33-34 — vol. I — 15 e 31 de julio e 15-31 de agosto
de 1957. Santa Fé.
- Scientia Scandinavica* — ns. 2 — 1957. Stockholm.
- Boletim Informativo do XVIII Congresso Internacional de Geografia* —
janeiro-fevereiro de 1956 — ns. 4 e 5. Rio.
- Residencia Estudiantil de la Universidad del Zulia* — Datos generales —
15 de febrero de 1956. Maracaibo.
- Le Contrat Social* — september de 1957 — vol. I — n.º 4 — Institut D'His-
toire Sociale. Paris.
- Boletim Cultural* — O Concelho de Santo Tirso — vol. V — n.º 3. Edição
da Câmara Municipal de Santo Tirso. 1957. Santo Tirso.
- Revista de Historia* — publicação trimestral — ano VIII — n.º 30 — 1957.
São Paulo (abril-junho).
- Revista de História* — ano VIII — julho-setembro de 1957 — n.º 31. São
Paulo.
- Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense* — Edição
comemorativa ao centenário de morte do Marquês do Paraná — janeiro-
junho de 1957 — fasc. 1-2 — vol. VII. Curitiba.
- Geographical Journal* — (The) — september 1957 — vol. CXXIII —
part. 3. London.
- Geographical Review* — october, 1957 — number 4 — vol. XLVII — The
American Geographical Society. New York.
- Nação Brasileira* — ano XXXIV — n.º 410 — outubro 1957. Rio de Janeiro.
- Para Todos* — 2ª quinzena de outubro de 1957 — n.º 35 — ano II. Rio-São
Paulo (Jornal).
- Revista do Clube de Engenharia* — outubro de 1957 — n.º 254 — Engenharia
Editôra S.A. Rio de Janeiro.
- Informação Agrícola* — agosto de 1957 — n.º 142 — ano XI. Rio de Janeiro.
- Carta Semanal do Serviço de Informação Agrícola* — 9, 16, 23 e 30 de
setembro, 7 de outubro de 1957 — 109ª e 113ª cartas. Rio de Janeiro.
- Programa de História de la América Indígena* — Estudios monográficos —
II — 1957. Union Panamericana. Washington.
- Quinzena Judiciária* — setembro de 1957 — n.º 13 — 2ª fase — ano XXXI.
Distrito Federal.
- Boletim Informativo* — n.º 40-42 — noviembre 1956. Uruguay.
- O Puritano* — 10-25 de agosto de 1957 — n.º 2.131-32 — ano LIX. Rio
de Janeiro.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — outubro de 1957 — n.º 172 —
ano XIV. Rio de Janeiro.
- Da Índia Distante* — 1º de agosto de 1957 — 1º de outubro — Boletim ns. 150
e 151. Embaixada da Índia. Rio de Janeiro.
- Revista Forense S.A.* — Catálogo de Ciências Geológicas. Rio de Janeiro.
- Boletim* — vol. 20 — vigésimo ano — 1956. Sociedade Industrial Gráfica
João Pinto Ltda. Lisboa.
- Revista del Archivo Nacional del Perú* — enero-junio — tomo XXI —
entrega I. 1957. Lima.
- Arquivos Brasileiros de Medicina Naval* — setembro de 1957 — n.º 65 —
ano XVIII. Rio de Janeiro. Lito-Tipo Guanabara S.A.

- Boletim Informativo I.B.B.D.* — 1-12 — janeiro-abril, 1957. Rio de Janeiro.
- Rodovia* — junho, 1957 — n° 208 — ano XIX. Rio de Janeiro.
- Engenharia* — ano XV — vol. XV — n° 177 — agosto de 1957. São Paulo.
- Américas* — outubro, 1957 — vol. IX — n° 10. I.B.G.E. Rio de Janeiro.
- Boletim Bibliográfico* — ns. 114-115-116 — agosto-setembro de 1957. México, D.F.
- Imprensa Rural* — 31 de outubro de 1957 — n° 62 — ano VII. Santa Cruz, D.F.
- Bandarra* — Artes e Letras Ibéricas — ns. 43-45 — ano IV — julho e setembro de 1956. Porto.
- Intercâmbio* — Economia e Cultura — 4-6 (Revista Cultural) — ano XIV — 1956. São Paulo.
- Hessische Heimat* — 6 jahrgang 1956-57 — heft 5.
- O Estado de São Paulo* — 7 de setembro de 1922 — n° 15.935 — ano XLVIII — 1822-1922 (Centenário) — São Paulo.
- Anales de la Sociedad de Geografía e Historia de Guatemala* — marzo a diciembre de 1955 — ns. del 1 al 4 — tomo XXVIII. Guatemala.
- Revista do Instituto Genealógico da Bahia* — n° 9, ano 9 — 1954 Tip. Mauá Edit. Ltda. — Salvador — Bahia.
- Para Todos* — 1ª quinzena de novembro de 1957 — n° 36 — ano II. Rio-São Paulo.
- A Pequena Obra da Divina Providência* — n° 19 — ano IV — outubro, 1957. Rio de Janeiro.
- Tapejara* — julho, 1957 — n° 19 — ano VI. Ponta Grossa.
- Boletim A.E.C.* — outubro de 1957 — n° 111 — ano X. Rio de Janeiro.
- Boletim da Biblioteca do Exército* — n° 27 — ano XIX — outubro de 1957. Rio de Janeiro.
- Catalogo — Indice General de los numeros 1 al 8* — agosto 1955 — junho 1957. Buenos Aires.
- Informação Agrícola* — setembro de 1957 — n° 143 — ano XI. Rio de Janeiro.

ESTATÍSTICA

ESTATISTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO

1957

TRIMESTRE	Outb.	Novb.	Dezb.	Total
Obras oferecidas	30	32	28	90
Revistas nacionais e estrangeiras	48	49	32	129
Catálogos recebidos	9	5	2	16
Documentos recebidos	—	—	—	—
Jornais recebidos	4	2	11	17
Mapas recebidos	—	—	10	10
<i>Arquivo</i>				
Documentos consultados	2.466	3.720	2.870	9.056
<i>Museu</i>				
Visitantes	84	36	43	163
<i>Sala Pública de Leitura</i>				
Consultas:				
Obras	4.733	2.978	3.526	11.337
Jornais	720	868	954	2.542
Revistas	1.804	1.038	1.787	4.629
Mapas	388	725	975	2.088
<i>Secretaria</i>				
Ofícios, cartas e telegramas re- cebidos	320	220	304	844
Ofícios, cartas e telegramas ex- pedidos	380	436	772	1.588

CADASTRO DOS SÓCIOS

Presidentes Honorários

EM 31 DE DEZEMBRO DE 1957

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes	15-12-1915	Itajubá — Minas.
2. General Eurico Gaspar Dutra	13- 5-1947	Rua Redentor n° 317 (Ipanema) — Rio.
3. General Brigada Francisco Higino Craveiro Lopes	6- 5-1957	Palácio do Govêrno — Lisboa Portugal.
4. Dr. Juscelino Kubitscheck de Oliveira	6- 5-1957	Palácio do Catete — Rio de Janeiro.

Sócios Grandes Beneméritos (5)

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Ministro Dr. Augusto Tavares de Lyra	16- 9-1907	Rua das Laranjeiras n° 550, apt. 701 — Rio — Telefone 45-1484.
2. Embaixador José Carlos de Macedo Soares	6- 8-1921	Praia do Flamengo n° 2 ou: Rua São Luís n° 234 (Consolação) — São Paulo.
3. Ministro Alfredo Valladão ...	19- 7-1912	Regina Hotel — Rua Ferreira Viana n° 29 — Flamengo — Rio Telefone 25-7280.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
4. Dr. Afonso d'Escragnolle Taunay	2- 9-1911	Rua Lupércio de Camargo nº 74 (Jardim América), S. Paulo.

Sócios Beneméritos (15) (B)

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Vice Almirante Carlos da Silveira Carneiro	6- 8-1921	Rua Anibal de Mendonça nº 151 (Ipanema). Rio — Tel. 27-4949.
2. D. Ricardo Levene	1-10-1928	Melo nº 2.134 — Buenos Aires — República Argentina.
3. Prof. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt	22- 8-1931	Rua Santa Clara nº 415 (Copacabana) — Rio — Telefone 37-4004.
4. Dr. José Wanderley de Araújo Pinho	22- 8-1931	Av. Pasteur nº 415 (Praia Vermelha) — Rio — Tel. 26-1536, ou: 7 de Setembro nº 379 — Cidade do Salvador — Bahia.
5. Eng. Virgílio Corrêa Filho ..	22- 8-1931	Praça André Rebouças nº 17 (Engenho Velho) — Rio — Tel. 28-0864.
6. Dr. Cláudio Ganns	15-12-1939	Av. Copacabana nº 99, apt. 501 — Rio — Telefone 37-0767.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
7. Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho	22- 8-1931	Rua São Clemente n° 259-A, apt. 3 (Botafogo) — Rio. — Tel. 26-3421.
8. Dr. Eugênio Vilhena de Moraes	6- 8-1931	Arquivo Nacional — Praça da República — Rio — Tel. 22-4441 ou: Residência: Rua João Borges — Tel. 27-6388 — Gávea.
9. Dr. Rodrigo Otávio de Langgaard Menezes Filho	22- 8-1931	Sua São Clemente n° 421 — Rio — Tel. 26-0953.
10. Desembargador Fernando Luis Vieira Ferreira	22- 8-1931	Rua Moreira César n° 66, Niterói (Estado do Rio) Tel. 2-0526.
11. Ministro Hélio Lôbo	6- 7-1912	Praia do Russell n° 680, apt. 101 (Glória) — Rio — Tel. 25-5898.
12. General Estevão Leitão de Carvalho	29- 9-1942	Rua Uruguai n° 572 (Tijuca) — Rio — Tel. 38-0432.
13. Dr. Gustavo Barroso	22- 8-1931	Rua Sá Ferreira n.° 123 (Copac.) Rio — Telefone 27-2995.
14. Ministro Ruben Rosa	29- 5-1941	Praia de Botafogo n.° 48, apto. 25 — Tel. 25-5800 — Rio.
15. Dr. Alexandre Barbosa Lima Sobrinho	22- 8-1931	Rua da Assunção n° 207 Botafogo — Rio. — Tel. 26-4861.

Sócios Efetivos (40) (C)

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Contra Almirante Thiers Fleming	10- 7-1918	Praia do Flamengo n° 186, apt. 503 (5° andar — Rio — Tel. 25-2626.
2. Tenente-coronel Antônio Leônico Pereira Ferraz	22- 8-1931	Estrada Guari n° 450 — Jacarepaguá — Rio — Tel. 1033.
3. Dr. Levi Fernandes Carneiro .	22- 8-1931	Rua Gustavo Sampaio n° 92 (Leme) — Rio — Tel. 37-2614.
4. Almirante Lucas Alexandre Boiteux	22- 8-1931	Rua Delgado de Carvalho n° 30, apto. 102 — Tijuca — Rio — Tel. 28-4120.
5. Dr. Luís Felipe Vieira Souto	22- 8-1931	Rua General Glicério n° 400, apt. 802 — Laranjeiras — Rio — Tel. 26-3330.
6. Ministro Dr. Otávio Tarquínio de Sousa	22- 8-1931	Rua Gago Coutinho n° 66, apt. 902 — Rio (Laranjeiras) — Tel. 45-2853.
7. Dr. Artur César Ferreira Reis	4-12-1936	Rua Jardim Botânico n° 305, apt. 302 — Tel. 26-5131 — Rio.
8. Dr. Herbert Canabarro Reichardt	12- 5-1937	Rua das Laranjeiras n° 29 — Rio — Tel. 25-0022.
9. Dr. Edmundo da Luz Pinto ..	31- 5-1939	Rua Ribeiro de Almeida n° 36 (Laranjeiras) — Rio — Tel. 25-2684.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
10. Dr. José Luís Batista	31- 5-1939	Rua Miguel Lemos nº 21, apt. 701 (Copacabana) — Rio — Tel. 27-1014.
11. Dr. Cristóvam Leite de Castro	26- 6-1940	Rua Indiana nº 97 — Cosme Velho — Rio — Tel. 42-8944. Escritório: 42-8944.
12. Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade	9- 7-1943	Rua Nascimento Silva nº 190 (Ipanema) — Rio — Tel. 27-2503.
13. General Pedro de Alcântara Cavalcanti de Albuquerque ..	19- 5-1944	Rua Urugua: nº 526 (Tijuca) — Rio — Tel. 38-4321.
14. Francisco Marques dos Santos	21-10-1944	Rua Gonçalves Crespo nº 366, apt. 301 — Tijuca — Rio — Tel. 28-5595.
15. Professor Hélio Vianna	27-12-1944	Av. Alexandre Ferreira nº 55 (Lagoa) — Rio Tel. 26-1980.
16. Dr. Américo Jacobina Lacombe	28- 9-1945	Rua D. Mariana nº 73 (Botafogo) — Rio — Tel. 26-7914.
17. General Valentim Benício da Silva	17-12-1945	Praia do Flamengo nº 144, apt. 201 — Rio — Tel. 25-1655.
18. Prof. Haroldo Teixeira Valladão	13- 5-1947	Praça 15 de Novembro nº 20 (5º andar) — Rio.
19. Coronel João Baptista Magalhães	16-12-1947	Rua São José nº 74, ou: Rua Joaquim Murtinho nº 772, apt. 103 (Santa Teresa) — Rio — Tel. 32-8807.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
20. Dr. José Honório Rodrigues .	31- 8-1948	Avenida Melo Franco nº 16, apt. 2 — Leblon — Rio — Tel. 27-3346.
21. Prof. Adolfo Morales de los Rios Filho	31- 8-1948	Rua Senador Vergueiro nº 159, apt. 602 — Rio — Tel. 45-3682.
22. Prof. Afonso Arinos de Melo Franco	15- 8-1949	Rua Anita Garibaldi nº 19 (Copacabana) — Rio — Tel. 37-5977.
23. Prof. Afonso Penna Júnior ..	15- 8-1949	Rua Pereira da Silva nº 220 (Copacabana) — Rio — Tel. 25-1973.
24. Prof. Francisco Mozart do Rêgo Monteiro	15- 8-1949	Rua General Glicério nº 407, apt. 1.101 (La- ranjeiras) — Rio — Tel. 46-0904.
25. Dr. Manuel Xavier de Vas- concellos Pedrosa	15- 8-1949	Rua Alvaro Ramos nº 341, c/4 (Botafogo) — Rio — Tel. 26-6157.
26. Prof. Edgardo de Castro Re- belo	20- 6-1951	Rua Alvares Borgeth nº 22 (Botafogo) — Rio — Tel. 26-0495.
27. Dr. José Antônio Soares de Sousa	20- 6-1951	Rua Itaperuna nº 66 — Niterói (Estado do Rio) — Tel. 2-2082.
28. Dr. Mucio Leão	20- 6-1951	Rua Fernando Mendes nº 7, apt. 12 (Copa- cabana) — Rio — Tel. 37-9527.
29. Dr. Roberto da Mota Ma- cedo	14-10-1952	Rua Felisberto Menezes nº 31, apt. 603 — Tijuca — Rio — Tel. 48-7674.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
30. Dr. Ordival Cassiano Gomes	14-10-1952	Rua Otávio Correia n° 420, apt. 8 — (Urca) — Rio — Tel. 26-5293.
31. Dr. Ivolino de Vasconcelos .	24- 7-1953	Rua Antônio Vieira n° 28 (Copacabana) — Tel. 37-1323 — Consultório 42-4586.
32. Rev° Clemente Maria da Silva Nigra	13- 7-1954	Rua da Quitanda n.° 30, apt. 902 — Telefone 22-3882.
33. General Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos	13- 7-1954	Rua Major Vaz n° 429 — Gávea — Rio — Tel. 27-7659.
34. Dr. Marcos Carneiro de Mendonça	13- 7-1954	Rua Cosme Velho n° 857 — Laranjeiras — Rio — Tel. 25-3273.
35. Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros	15-12-1955	Rua Domingos Ferreira n° 20, apt. 201 — Copacabana — Rio — Tel. 37-2820 ou Senador Dantas, 74, 14°.
36. Dr. Guilherme Auler	13- 7-1956	Rua 13 de Maio n.° 80 apt. 202 ou Caixa Postal 31 — Petrópolis Est. do Rio — Tel. 4833.
37. Prof. Ildefonso Mascarenhas da Silva	31- 7-1956	Praia do Flamengo n° 122, apt. 402 — Rio de Janeiro — Tel. 25-0320.
38. Dr. Manoel Diegues Junior ..	31- 7-1956	Rua da Matriz, 92 (Botafogo) — Rio — Tel. 26-7980.
39. Prof. Daniel de Carvalho ..	6- 5-1957	Rua Barão de Itambi n.° 54 — Botafogo — Tel. 26-4464.
40. Ministro Aluizio Napoleão de Freitas Rego	6- 5-1957	Av. Rui Barbosa n.° 520 — apt. 301 — Telefone 45-8257 — Botafogo.

Sócios Correspondentes (40) (D)

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Don Emilio Rodriguez Mendoza	6-12-1902	Calle Compania n° 2.343 Santiago — Chile.
2. Prof. José Feliciano de Oliveira	19- 2-1904	Cros de Cagnes — Les Amandiers A.M. — Paris — França.
3. Dr. Fidelino de Figueiredo .	28- 7-1913	Rua Duarte Lôbo n° 32 (Alvalade) — Lisboa (Portugal) .
4. Dr. Mário Carneiro do Rêgo Melo	31- 5-1917	Rua Santo Elias n° 292 Recife — Pernambuco.
5. Ministro Silvio Rangel de Castro	13- 9-1930	Palácio Itamarati — Di- visão de Comunica- ções — Rio de Janeiro.
6. Embaixador Carlos Magalhães de Azeredo	22- 8-1931	Palácio Itamarati — Di- visão de Comunica- ções — Rio.
7. Dr. Djalma Forjaz	22- 8-1931	Rua Rodrigo Cláudio n° 58 — Tel. 31107 — São Paulo.
X 8. Embaixador Hildebrando Accioly	22- 8-1931	Rua Sousa Lima n° 325 (Copacabana) — Rio — Tel. 27-7029.
9. Luis Enrique Azarola Gil ...	30- 7-1934	Frederico Lacroze n° 2.100 — Buenos Aires.
10. Embaixador Argeu de Segadas Machado Guimarães	30- 7-1934	Rua Gago Coutinho n° 66, apt. 202 — Largo do Machado — Rio — Tel. 45-8789.
11. Dr. Luís da Câmara Cascudo	30- 7-1934	Rua Joaquim Aires, 377 Natal — Rio Grande do Norte.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
12. Dr. Vicente de Paula Vicente de Azevedo	15-12-1934	Rua Carlos Sampaio n° 118 — São Paulo.
13. Embaixador Joaquim de Sousa Leão Filho	15-12-1934	Rua República do Peru n° 93 (Copacabana) — Rio — Tel. 37-2427 ou: Embaixada do Brasil — Haia — Holanda.
14. Prof. Antônio Augusto Mendes Corrêa	15-12-1934	Rua Sampaio e Pina 50 r/c-d — Lisboa — Portugal.
15. Almirante Carlos Viegas Gago Coutinho	15-12-1934	Rua Esperança n° 164 — Lisboa — Portugal.
16. Enrique de Gandia	4-12-1936	Calle Elflein, 3567 — La Lucila — Gran Buenos Aires — Argentina.
17. Desembargador José de Mesquita	12- 5-1937	Cuiabá — Mato Grosso.
18. Don Henrique Pereira Leite de Cernache (Conde de Campo Belo)	13- 4-1938	Vila Nova de Gaia — Portugal.
19. Desembargador Jorge Hurley ,	31- 5-1939	Avenida Nazaré n° 189 — Belém — Pará.
20. Dr. Luís Norton de Matos ...	31- 5-1939	Ministério dos Estrangeiros — Lisboa — Portugal.
21. Padre Serafim, S.J.	31- 5-1939	Via Dei Penitenzieri, 20 — Roma — Itália.
22. Dr. Ernesto Sousa Campos ..	21- 8-1939	Rua Bela Cintra n° 1.768 — São Paulo.
23. Dr. Aureliano Leite	29- 9-1942	Avenida Brigadeiro Luís Antônio n° 2.791 — São Paulo.
24. Dr. João Fernando de Almei-		

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
da Prado	27-12-1944	Avenida Brigadeiro Luís Antônio nº 966 — São Paulo.
X 25. Prof. Luís Vianna Filho	27-12-1944	Rua Constante Ramos nº 105, apt. 401 — Copacabana — Rio — Tel. 57-8874.
26. Dr. Nestor dos Santos Lima .	27-12-1944	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte — Conceição nº 573 — Natal — Rio Grande do Norte.
27. Professor Walter Spalding ..	28- 9-1945	Rua N. S. Medianeira nº 70 (Glória) — Porto Alegre — Rio Grande do Sul.
28. Dr. Osvaldo R. Cabral	21-10-1946	Rua Esteves Júnior nº 138 (Florianópolis) — Santa Catarina.
29. Prof. José Pedro Leite Cordeiro	21-10-1946	Rua Eugênio de Lima nº 747 — São Paulo — Tel. 7-1211.
X 30. Prof. José Carlos de Ataliba Nogueira	21-10-1946	Rua Monte Alegre nº 220 — São Paulo.
31. Dr. Renato da Costa e Almeida	13- 5-1947	Rua Conde de Irajá nº 439 (Botafogo) — Rio — Tel. 26-2391.
X 32. Ministro Renato de Mendonça	16-12-1947	Avenida Epitácio Pessoa nº 2.348 (Lagoa) — Tel. 46-1607.
33. Ministro Orlando Guerreiro de Castro	31- 8-1948	Rua Haddock Lobo nº 220, ou: Embaixada do Brasil — Portugal.
34. Dr. Ariosto Gonzalez	31- 8-1949	Av. Brasil nº 2.826 — Montevideu — Uruguai.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
35. Professor Damião Peres	20- 6-1951	Academia Portuguesa de História — Lisboa — Portugal.
36. Ministro Sérgio Corrêa da Costa	20- 6-1951	Rua Campo Belo n.º 88 — Laranjeiras — Rio — Tel. 45-8624.
37. Dr. Ernesto Cruz	15-12-1955	Av. Consº Furtado, 199 — Arquivo Público do Pará — Belém — Pará.
38. Dr. Justo Pastor Benitez	15-12-1955	Rua David Campista nº 118 — Botafogo — Rio — Tel. 26-4153.
39. Professor Manuel Rodrigues Lapa	31- 7-1956	Anadia — Portugal.
40. Embaixador Alvaro Teixeira Soares		Avenida Rui Barbosa, 60 — apto. 601 — Botafogo — Tel. 45-1396.

Sócios Honorários (50) (E)

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Embaixador José Manuel Cardoso de Oliveira	22- 5-1903	Rua General Dionísio nº 64 — Rio — Tel. 26-1659.
2. Dr. Norival Soares de Freitas	5-10-1908	Rua São José nº 33 — Rio — Tel. 22-6356, ou: Visconde de Itaboraí nº 474 — Niterói, Estado do Rio.
3. Prof. Carlos Delgado de Carvalho	6- 8-1921	Rua Siqueira Campos nº 7 — Copacabana Rio — Tel. 47-3611.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
4. Ministro Dom Diego Carbonell	20- 7-1923	Caracas — Venezuela.
5. Dom Pedro Dulanto	18- 7-1927	Lima — República do Peru.
6. Professor Paul Rivet	13- 9-1930	Société des Américanistes — Musée de l'Homme — Place du Piccadero — Paris — France.
7. Padre Paul Coulet, S.J.	22- 6-1931	Rua Montpensier, 35 — Pau-Bas — Pyrenées — France.
8. Ministro Hubert Knipping	22- 8-1931	Waldhausen Linzerstrasse, 3 — Hannover — Alemanha.
9. Cardeal Dom Manuel Gonçalves Cerejeira	27-10-1934	Patriarcado — Lisboa.
10. Dr. Luís Pasteur Vallery Radot	27- 8-1937	Faculdade de Medicina de Paris — França.
X 11. Dr. Elmano Cardim	17-12-1937	Avenida Portugal nº 38 Urca — Tel. 26-5595. Rio.
12. Embaixador Martinho Nobre de Mello	19-10-1938	Rua Joaquim Nabuco nº 11, apt. 850 (Copacabana) — Rio.
13. Marechal Candido Mariano da Silva Rondon	14- 4-1939	Avenida Copacabana nº 1.394, apt. 3 — Rio — Tel. 27-2318.
14. Prof. Clarence Henry Haring	14- 4-1939	25 Gray Gardens East — Massachusetts — U.S.A.
(15) Dr. Julio Dantas	14- 4-1939	Rua Castilho nº 30 (2º) — Lisboa — Portugal.
16. Prof. Nels Andrew Nelson Clevén	14- 4-1939	Universidade de Pittsburgh — Pensilvania — U.S.A.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
17. Dr. Ernesto Leme	21- 8-1939	Rua Tupi nº 425 — São Paulo.
18. Dr. Waldo Gifford Leland ..	21- 8-1939	Washington, 6, D.C. — 1219 Sixteenth Street — U.S.A.
19. Embaixador Dr. Osvaldo Aranha	15-12-1939	Rua Campo Belo nº 199 Laranjeiras — Rio — Tel. 25-6161.
20. Dr. Manuel Augusto Pirajá da Silva	29- 6-1940	Alameda Itu nº 911 — São Paulo.
21. Dr. Felix Guisard	29- 9-1942	Taubaté — São Paulo.
22. Reverendo Joseph F. Thorning	29- 9-1942	Emmitsburg, Maryland — U.S.A.
23. Dom Pedro de Orléans e Bragança	29- 9-1942	Palácio Grão Pará — Petrópolis — Estado do Rio.
X 24. Almirante Alvaro Alberto da Mota e Silva	9- 7-1943	Rua Barata Ribeiro nº 560 (Copacabana) — Rio — Tel. 57-9936 ou 57-9319.
X 25. Desembargador Julião Rangel de Macedo Soares	19- 5-1944	Rua Santo Amaro nº 21 apt. 13 — Rio — Tel. 25-8070.
X 26. Cardeal D. Jaime de Barros Câmara	5- 9-1944	Palácio Arquiepiscopal — Rua da Glória nº 106 — Rio — Tel. 42-0551.
X 27. Embaixador Heitor Lira	9- 7-1945	Embaixada de Brasil — Piazza Monte Savello, 30 — Roma — Itália.
28. Almirante Alvaró Rodrigues de Vasconcelos	28- 9-1945	Raul Pompéia nº 21, apt. 501, Copacabana — Rio — Telefone 27-6795.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
X 29. Almirante Jorge Dodsworth Martins	17-12-1945	Avenida Atlântica n° 3.892 — Rio — Tel. 27-1770.
30. Frei Basílio Rower (O.F.M.)	13- 5-1947	Convento Santo Antônio — Largo da Carioca — Rio.
X 31. Dr. Afonso Bandeira de Melo	13- 5-1947	Rua Senador Vergueiro n° 45 — Rio — Tel. 25-2258.
X 32. Dr. Adroaldo Mesquita da Costa	13- 8-1948	Duque de Caxias, 978 — Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul.
33. Prof. Agnello Bittencourt ...	31- 8-1948	Rua Jardim Botânico n° 228, apt. 7 — Rio — Tel. 26-6519.
34. Almirante Luis de Oliveira Belo	31- 8-1948	Rua Constante Ramos n° 82, apt. 401 (Copacabana) — Rio — Tel. 57-9164.
X 35. Prof. Aloysio de Carvalho Filho	31- 8-1949	Rua Climério de Oliveira n° 2 — Cidade do Salvador — Bahia.
X 36. Dr. Edgard Batista Pereira ..	20- 6-1951	Avenida Copacabana n° 218, apt. 1.102 — Rio — Tel. 37.5387.
X 37. Ministro Anibal Freire	14-10-1952	Rua das Laranjeiras n° 144, apt. 501 — Rio — Tel. 25-5939.
X 38. Prof. Heraclides César de Sousa Araújo	14-10-1952	Rua Marquês de Pinedo n° 84 (Laranjeiras) — Rio — Tel. 25-3443.
39. Prof. Jaime Cortesão	14-10-1952	Rua Paissandu n° 200 Rio — Tel. 45-3752.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
40. Desembargador Florêncio de Abreu	24- 7-1953	Rua Alexandre Ferreira nº 110 (Jardim Botânico) — Tel. 26-7062.
41. Prof. Antônio Sampaio Doria	24- 7-1953	Praia do Flamengo nº 144-9º — Tel. 25-1663.
42. Dr. Alberto Iria	24- 7-1953	Arquivo Histórico Ultramarino (Ministério Ultramar) Lisboa — Portugal.
43. Dr. Antônio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho	24- 7-1953	Rua 7 de Setembro nº 300, apt. 13 — Cidade do Salvador — Bahia.
44. Dr. Gilberto Freyre	13- 7-1954	Rua Dois Irmãos nº 320 — Apipupos — Recife — Pernambuco.
45. Ministro Antonio Carlos Lafayette de Andrada	13- 7-1954	Rua Miguel Lemos nº 97 — Copacabana.
46. Miguel Costa Filho	13- 7-1954	Rua Viúva Lacerda nº 15 — Botafogo — Rio — Tel. 26-0895.
47. Dr. Dante Laytano	13- 7-1954	Avenida Carlos Gomes nº 271 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul.
48. Almirante Juvenal Greenhaigh Ferreira Lima	15-12-1955	Rua Saint-Roman nº 382 — Copacabana — Tel. 47-0236 — Rio.
49. Desembargador José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho	15-12-1955	Rua Dias da Rocha nº 30-5º, apt. 501 — Copacabana — Rio — Tel. 57-6572.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
50. Brig. Henrique Fleuiss	31- 7-1957	Praia do Flamengo, 144 — apto. 301 — Flamengo.

Relação Cronológica

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
1. Emilio Rodriguez Mendoza ..	6-12-1902	Correspondente.
2. José Manuel Cardoso de Oliveira	22- 5-1903	Honorário.
3. José Feliciano de Oliveira ..	19- 2-1904	Correspondente.
4. Augusto Tavares de Lyra	16- 9-1907	Grande Benemérito e 1º Vice-Presidente.
5. Norival Soares de Freitas	5-10-1908	Honorário.
6. Afonso d'Escragnolle Taunay .	2- 9-1911	Benemérito.
7. Hélio Lôbo	6- 7-1912	Benemérito.
8. Alfredo Valladão	19- 7-1912	Grande Benemérito e 2º Vice-Presidente.
9. Fidelino de Figueiredo	28- 7-1913	Correspondente.
10. Mário Carneiro do Rêgo Melo	31- 5-1917	Correspondente.
11. Thiers Fleming	10- 7-1918	Efetivo.
12. Carlos Delgado de Carvalho .	6- 8-1921	Honorário.
13. Carlos da Silveira Carneiro ..	6- 8-1921	Benemérito e Tesoureiro.
14. Eugênio Vilhena de Moraes ..	6- 8-1921	Benemérito.
15. José Carlos de Macedo Soares	6- 8-1921	Grande Benemérito e Presidente Perpétuo.

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
16. Diego Carbonell	20- 7-1923	Honorário.
17. Pedro Dulanto	18- 7-1927	Honorário.
18. Ricardo Levene	1- 1-1928	Benemérito.
19. Sílvio Rangel de Castro	13- 9-1930	Correspondente.
20. Paul Rivet	13- 9-1930	Honorário.
21. Paul Coulet	22- 8-1931	Honorário.
22. Antônio Leôncio Pereira Ferraz	22- 8-1831	Efetivo
23. Carlos Magalhães de Azeredo	22- 8-1931	Correspondente.
24. Djalma Forjaz	22- 8-1931	Correspondente.
25. Fernando Luís Vieira Ferreira	22- 8-1931	Benemérito.
26. Gustavo Barroso	22- 8-1931	Benemérito.
27. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho	22- 8-1931	Benemérito.
28. Hildebrando Accioli	22- 8-1931	Correspondente.
29. Houbert Knipping	22- 8-1931	Honorário.
30. José Wanderley de Araújo Pinho	22- 8-1931	Benemérito.
31. Levi Fernandes Carneiro	22- 8-1931	Efetivo.
32. Lucas Alexandre Boiteux	22- 8-1931	Efetivo.
33. Luís Felipe Vieira Souto	22- 8-1931	Efetivo.
34. Otávio Tarquínio de Sousa ..	22- 8-1931	Efetivo.
35. Pedro Calmon Moniz de Bitencourt	22- 8-1931	Benemérito — Orador.
36. Rodrigo Otávio de Langgaard Menezes Filho	22- 8-1931	Benemérito — 3º Vice-Presidente.

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
37. Virgílio Corrêa Filho	22- 8-1931	Benemérito e 1º Secretário.
38. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho	22- 8-1931	Benemérito.
39. Argeu de Segadas Machado Guimarães	30- 7-1934	Correspondente.
40. Luís da Câmara Cascudo	30- 7-1934	Correspondente.
41. Luís Enrique Azarola Gil...	30- 7-1934	Correspondente.
42. Manuel Gonçalves Cerejeira .	27-10-1934	Honorário.
43. Antônio Augusto Mendes Corrêa	15-12-1934	Correspondente.
44. Carlos Vagas Gago Coutinho	15-12-1934	Correspondente.
45. Joaquim de Sousa Leão Filho	15-12-1934	Correspondente.
46. Vicente de Paula Vicente de Azevedo	15-12-1934	Correspondente.
47. Artur César Ferreira Reis ..	4-12-1936	Efetivo.
48. Enrique de Gandia	4-12-1936	Correspondente.
49. Herbert Canabarro Reichardt .	12- 5-1937	Efetivo.
50. José de Mesquita	12- 5-1937	Correspondente.
51. Luís Pasteur Vallery Radot ..	27- 8-1937	Honorário.
52. Elmando Cardim	17-12-1937	Honorário.
53. Henrique Pereira Leite de Cernache (Conde de Campo Belo)	13- 4-1938	Correspondente.
54. Martinho Nobre de Melo ...	19-10-1938	Honorário.
55. Cândido Mariano da Silva Rondon	14- 4-1939	Honorário.
56. Clarence Henry Haring	14- 4-1939	Honorário.
57. Júlio Dantas	14- 4-1939	Honorário.
58. Nels Andrew Nelson Claven	14- 4-1939	Honorário.

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
59. Edmundo da Luz Pinto	31- 5-1939	Efetivo.
60. Jorge Hurley	31- 5-1939	Correspondente.
61. José Luís Batista	31- 5-1939	Efetivo.
62. Luís Norton de Matos	31- 5-1939	Correspondente.
63. Serafim Leite	31- 5-1939	Correspondente.
64. Ernesto Leme	21- 8-1939	Honorário.
65. Ernesto de Sousa Campos ..	21- 8-1939	Correspondente.
66. Waldo Gifford Leland	21- 8-1939	Honorário.
67. Claudio Ganns	15-12-1939	Benemérito.
68. Osvaldo Aranha	15-12-1939	Honorário.
69. Cristóvam Leite de Castro ...	26- 6-1940	Efetivo.
70. Manuel Augusto Pirajá da Silva	26- 6-1940	Honorário.
71. Ruben Rosa	29- 5-1941	Benemérito.
72. Aureliano Leite	29- 9-1942	Correspondente.
73. Estêvão Leitão de Carvalho .	29- 9-1942	Benemérito.
74. Felix Guisard	29- 9-1942	Honorário.
75. Joseph F. Thorning	29- 9-1942	Honorário.
76. Pedro de Orleans e Bragança	29- 9-1942	Honorário.
77. Alvaro Alberto da Mota e Silva	9- 7-1943	Honorário.
78. Rodrigo Melo Franco de Andrade	9- 7-1943	Efetivo.
79. Julião Rangel de Macedo Soares	19- 5-1944	Honorário.
80. Qedro de Alcântara Cavalcanti de Albuquerque	19- 5-1944	Efetivo.

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
81. Jaime de Barros Câmara	5- 9-1944	Honorário.
82. Francisco Marques dos Santos	21-10-1944	Efetivo.
83. Hélio Vianna	27-12-1944	Efetivo.
84. João Fernando de Almeida Prado	27-12-1944	Correspondente.
85. Luís Vianna Filho	27-12-1944	Correspondente.
86. Nestos dos Santos Lima	27-12-1944	Correspondente.
87. Heitor Lira	9- 7-1945	Honorário.
88. Américo Jacobina Lacombe ..	28- 9-1945	Efetivo.
89. Alvaro Rodrigues de Vasconcelos	28- 9-1945	Honorário.
90. Walter Spalding	28- 9-1945	Correspondente.
91. Jorge Dodsworth Martins	17-12-1945	Honorário.
92. Valentim Benício da Silva ..	17-12-1945	Efetivo.
93. Osvaldo R. Cabral	21-10-1946	Correspondente.
94. José Pedro Leite Cordeiro ...	21-10-1946	Correspondente.
95. José Carlos de Ataliba Nogueira	21-10-1946	Correspondente.
96. Renato da Costa e Almeida .	13- 5-1947	Correspondente.
97. Frei Basílio Rower (O.F.M.)	13- 5-1947	Honorário.
98. Haroldo Teixeira Valladão ...	13- 5-1947	Efetivo.
99. Afonso Toledo Bandeira de Melo	13- 5-1947	Honorário.
100. Renato de Mendonça	16-12-1947	Correspondente.
101. João Baptista Magalhães	16-12-1947	Efetivo.
102. José Honório Rodrigues	31- 8-1948	Efetivo.
103. Adroaldo Mesquita da Costa	31- 8-1948	Honorário.

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
104. Orlando Guerreiro de Castro	31- 8-1948	Correspondente.
105. Agnello Bittencourt	31- 8-1948	Honorário.
106. Luís de Oliveira Belo	31- 8-1948	Honorário.
107. Adolfo Horales de los Rios Filho	31- 8-1948	Efetivo.
108. Afonso Penna Junior	15- 8-1949	Efetivo.
109. Aloísio de Carvalho Filho ..	15- 8-1949	Honorário.
110. Afonso Arinos de Melo Franco	15- 8-1949	Efetivo.
111. Francisco Mozart do Rêgo Monteiro	15- 8-1949	Efetivo.
112. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa	15- 8-1949	Efetivo e 2º Secretário.
113. Ariosto Gonzalez	15- 8-1949	Correspondente.
114. José Antônio Soares de Sousa	20- 6-1951	Efetivo.
115. Mucio Leão	20- 6-1951	Efetivo.
116. Edgardo Castro Rebelo	20- 6-1951	Efetivo.
117. Damião Peres	20- 6-1951	Correspondente.
118. Sergio Corrêa da Costa	20- 6-1951	Correspondente.
119. Edgard Batista Pereira	20- 6-1951	Honorário.
120. Roberto da Motta Macedo ..	14-10-1952	Efetivo.
121. Ordival Cassiano Gomes ...	14-10-1952	Efetivo.
122. Annibal Freire	14-10-1952	Honorário.
123. Heraclides César de Sousa Araújo	14-10-1952	Honorário.
124. Jaime Cortesão	14-10-1952	Honorário.
125. Florêncio de Abreu	24- 7-1953	Honorário.
126. Antônio de Sampaio Doria ..	24- 7-1953	Honorário.

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
127. Alberto Iria	24- 7-1953	Honorário.
128. Ivolino de Vasconcellos	24- 7-1953	Efetivo.
129. Antônio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho	24- 7-1953	Honorário.
130. Clemente Maria da Silva Nigra	13- 7-1954	Efetivo.
131. Antonio Carlos Lafayette de Andrada	13- 7-1954	Honorário.
132. Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos	13- 7-1954	Efetivo.
133. Dante de Laytano	13- 7-1954	Honorário.
134. Gilberto Freyre	13- 7-1954	Honorário.
135. Marcos Carneiro de Mendonça	13- 7-1954	Efetivo.
136. Miguel Costa Filho	13- 7-1954	Honorário.
137. José Augusto Bezerra de Me- deiros	15-12-1955	Efetivo.
138. Ernesto Cruz	15-12-1955	Correspondente.
139. Justo Pastor Benitez	15-12-1955	Correspondente.
140. Juvenal Greenhalgh Ferreira Lima	15-12-1955	Honorário.
141. José Moreira Brandão Cas- tello Branco Sobrinho	15-12-1955	Honorário.
142. Henrique Fleiuss	31- 7-1956	Honorário.
143. Manuel Diêgues Júnior	31- 7-1956	Efetivo.
144. Guilherme Auler	31- 7-1956	Efetivo.
145. Manuel Rodrigues Lapa	31- 7-1956	Correspondente.
146. Ildefonso Mascarenhas da Silva	31- 7-1956	Efetivo.
147. Daniel de Carvalho	6- 5-1957	Efetivo.

148. Aluizio Napoleão de Freitas Rego	6- 5-1957	Efetivo.
149. Alvaro Teixeira Soares	18-12-1957	Correspondente.

ORDEM ALFABÉTICA

- ABREU (Florêncio de) — Honorário.
ACIOLI (Hildebrando) — Correspondente.
ALBUQUERQUE (Pedro de Alcântara Cavalcanti de) — Efetivo.
ALMEIDA (Renato Costa de) — Correspondente.
ANDRADA (Antônio Carlos Lafayette de) — Honorário.
ANDRADE (Rodrigo Melo Franco de) — Efetivo.
ARANHA (Osvaldo) — Honorário.
ARAÚJO (Heraclides Cesar de Sousa) — Honorário.
AULER (Guilherme) — Efetivo.
AZEREDO (Carlos Magalhães de) — Correspondente.
AZEVEDO (Vicente de Paula Vicente de) — Correspondente.
BARROSO (Gustavo) — Benemérito.
BATISTA (José Luís) — Efetivo.
BELO (Luís de Oliveira) — Honorário.
BENITEZ (Justo Pastor) — Correspondente.
BITTENCOURT (Agnelo) — Honorário.
BOITEUX (Lucas Alexandre) — Efetivo.
BRAGANÇA (Pedro de Orléans e) — Honorário.
BRANCO SOBRINHO (José Moreira Brandão Castello) — Honorário.
BULCÃO SOBRINHO (Antônio de Araújo de Aragão) — Honorário.
CABRAL (Osvaldo R.) — Correspondente.
CALMON (Pedro Moniz de Bittencourt) — Benemérito — Orador.
CÂMARA (Dom Jaime de Barros) — Honorário.
CAMPOS (Ernesto de Sousa) — Correspondente.
CARBONELL (Diego) — Honorário.
CARDIM (Elmano) — Honorário.
CARNEIRO (Carlos da Silveira) — Benemérito — Tesoureiro.
CARNEIRO (Levi Fernandes) — Efetivo.
CARVALHO (Carlos Delgado de) — Honorário.
CARVALHO (Daniel de) — Efetivo.
CARVALHO (Estevão Leitão de) — Benemérito.
CARVALHO FILHO (Aloisio de) — Honorário.
CASCUDO (Luís da Câmara) — Correspondente.
CASTRO (Cristóvam Leite de) — Efetivo.
CASTRO (Orlando Guerreiro de) — Correspondente.
CASTRO (Silvio Rangel de) — Correspondente.

- CEREJEIRA (Dom Manuel Gonçalves) — Honorário.
CERNACHE (Henrique Pereira Leite de) — Conde de Campo Belo — Correspondente.
CLAVEN (Nels Andrew Nelson) — Honorário.
CORDEIRO (José Pedro Leite) — Correspondente.
CORRÊA (Antônio Augusto Mendes) — Correspondente.
CORRÊA FILHO (Virgílio) — Benemérito — 1º Secretário.
CORTESÃO (Jaime) — Honorário.
COSTA (Adroaldo Mesquita da) — Honorário.
COSTA FILHO (Miguel) — Honorário.
COSTA (Sérgio Corrêa da) — Correspondente.
COULET (Padre Paul) — Honorário.
COUTINHO (Carlos Viegas Gago) — Correspondente.
CRUZ (Ernesto) — Correspondente.
DANTAS (Júlio) — Honorário.
DIEGUES JÚNIOR (Manuel) — Efetivo.
DÓRIA (Antônio de Sampaio) — Honorário.
DULANTO (Pedro) — Honorário.
FERRAZ (Antônio Leôncio Pereira) — Efetivo.
FERREIRA (Fernando Luís Vieira) — Benemérito.
FIGUEIREDO (Fidelino de) — Correspondente.
FLEIUSS (Henrique) — Honorário.
FLEMING (Thiers) — Efetivo.
FORJAZ (Djalma) — Correspondente.
FRANCO (Afonso Arinos de Melo) — Efetivo.
FREIRE (Annibal) — Honorário.
FREYRE (Gilberto) — Honorário.
FREITAS (Norival Soares de) — Honorário.
GANDIA (Henrique de) — Correspondente.
GANNS (Cláudio) — Benemérito.
GIL (Luís Henrique de Azarola) — Correspondente.
GOMES (Ordival Cassiano) — Efetivo.
GONZALEZ (Ariosto) — Correspondente.
GUIMARÃES (Argemiro de Segadas Machado) — Correspondente.
GUISARD (Félix) — Honorário.
HARING (Clarence Henry) — Honorário.
HURLEY (Jorge) — Correspondente.
IRIA (Alberto) — Honorário.
KNIPPING (Hubert) — Honorário.
LACOMBE (Américo Jacobina) — Efetivo.
LAPA (Manuel Rodrigues) — Correspondente.
LAYTANO (Dante de) — Honorário.
LEÃO (Múcio) — Efetivo.
LEÃO FILHO (Joaquim de Sousa) — Correspondente.

- LEITE (Aureliano) — Correspondente.
LEITE (Serafim, padre) — Correspondente.
LELAND (Waldo Gifford) — Honorário.
LEME (Ernesto) — Honorário.
LEVENE (Ricardo) — Benemérito.
LIMA (Nestor dos Santos) — Correspondente.
LIMA (Juvenal Greenhalgh Ferreira) — Honorário.
LIMA SOBRINHO (Alexandre José Barbosa) — Benemérito.
LIRA (Heitor) — Honorário.
LÔBO (Hélio) — Benemérito.
LYRA (Augusto Tavares de) — Grande Benemérito, 1º Vice-Presidente.
MACEDO (Roberto da Mota) — Efetivo.
MAGALHÃES (João Batista) — Efetivo.
MARTINS (Jorge Dodsworth) — Honorário.
MATTOS (Francisco Jaguaribe Gomes de) — Efetivo.
MATOS (Luis Norton de) — Correspondente.
MEDEIROS (José Augusto Bezerra de) — Efetivo.
MELO (Afonso Bandeira de) — Honorário.
MELO (Mário Carneiro do Rêgo) — Correspondente.
MELO (Martinho Nobre de) — Honorário.
MENDONÇA (Marcos Carneiro de) — Efetivo.
MENDONÇA (Renato de) — Correspondente.
MENDOZA (Emílio Rodrigues) — Correspondente.
MENEZES FILHO (Rodrigo Otávio de Langgaard) — Benemérito e 3º Vice-Presidente.
MESQUITA (José de) — Correspondente.
MONTEIRO (Francisco Mozart do Rego) — Efetivo.
MORAIS (Eugênio Vilhena de) — Benemérito.
NIGRA (Clemente Maria da Silva) — Efetivo.
NOGUEIRA (José Carlos de Ataliba) — Correspondente.
OLIVEIRA (José Feliciano de) — Correspondente.
OLIVEIRA (José Manuel Cardoso de) — Honorário.
PEDROIA (Manuel Xavier de Vasconcelos) — Efetivo e 2º Secretário.
PENNA JUNIOR (Afonso) — Efetivo.
PEREIRA (Edgard Baptista) — Honorário.
PERES (Damião) — Correspondente.
PINHO (José Wanderley de Araújo) — Benemérito.
PINTO (Edmundo da Luz) — Efetivo.
PRADO (José Fernando de Almeida) — Correspondente.
RADOT (Luís Pasteur Vallery) — Honorário.
REBELO (Edgardo de Castro) — Efetivo.
REICHARDT (Herbert Canabarro) — Efetivo.
REGO (Aluizio Napoleão de Freitas) — Efetivo.
REIS (Artur César Ferreira) — Efetivo.
RIOS FILHO (Adolfo Morales de los) — Efetivo.

- RIVET (Paul) — Honorário.
RODRIGUES (José Honório) — Efetivo.
RONDON (Cândido Mariano da Silva) — Honorário.
ROSA (Ruben) — Benemérito.
ROWER (O.F.M. — Frei Basílio) — Honorário.
SANTOS (Francisco Marques dos) — Efetivo.
SILVA (Álvaro Alberto da Mota e) — Honorário.
SILVA (Ildefonso Mascarenhas da) — Efetivo.
SILVA (Manuel Pirajá da) — Honorário.
SILVA (Valentim Benício da) — Efetivo.
SOARES (Alvaro Teixeira) — Correspondente.
SOARES (José Carlos de Macedo) — Grande Benemérito — Presidente Perpétuo.
SOARES (Julião Rangel de Macedo) — Honorário.
SOUSA (José Antônio Soares de) — Efetivo.
SOUSA (Otávio Tarquínio de) — Efetivo.
SOUTO (Luís Felipe Vieira) — Efetivo.
SPALDING (Walter) — Correspondente.
TAUNAY (Afonso d'Escragnolle) — Grande Benemérito.
TEIXEIRA FILHO (Henrique Carneiro Leão) — Benemérito.
THORNING (Reverendo Joseph F.) — Honorário.
VALLADÃO (Alfredo) — Grande Benemérito — 2º Vice-Presidente.
VALLADÃO (Haroldo Teixeira) — Efetivo.
VASCONCELOS (Álvaro Rodrigues de) — Honorário.
VASCONCELLOS (Ivolino de) — Efetivo.
VIANNA (Hélio) — Efetivo.
VIANNA FILHO (Luís) — Correspondente.
-

ÍNDICE

OUTUBRO A DEZEMBRO

I — TRABALHOS ORIGINAIS

1) <i>Impressões de viagem</i> — Dr. H. Canabarro Reichardt	3
2) <i>Ensaio da língua dos índios Magironas ou Maiorunas do rio Jandiutuba</i> — Frei Fidelis de Alviano	43
3) <i>O Rio Grande do Norte no Senado da República</i> — Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros	61
4) <i>Barbacenenses de pro! — Dr. Nestor Massena</i>	73
5) <i>Canudos e os monarquistas</i> — Pedro Moniz de Aragão ..	85
6) <i>A formação da nacionalidade brasileira</i> — Miguel Couto Filho	132
7) <i>A morte de Cícero, contada por Tito Lívio</i> — Desembargador Vieira Ferreira	144
8) <i>Os dois «Rio Grande»</i> — José Moreira Brandão Castello Branco Sobrinho	146

II — CONFERÊNCIAS

9) <i>Ruy Barbosa na 2ª Conferência da Haia</i> — Embaixador Hildebrando Accioly	164
10) <i>Lastarria</i> — Ministro Alfredo Valladão	177
11) <i>Rodolfo Rivarola — Amigo do Brasil e Apóstolo da Educação</i> — Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros	187
12) <i>Posse do Ministro Aluizio Napoleão de Freitas Rêgo no Instituto Histórico:</i>	
Discurso de saudação — Professor Pedro Calmon	199
Discurso do recipiendário Ministro Aluizio Napoleão de Freitas Rêgo	204
Discurso do Excelentíssimo Sr. Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, encerrando a sessão	210

III — DOCUMENTOS

13) <i>Rumo para pesquisas no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro</i> — Dr. Cláudio Ganns	213
14) <i>Fotocópia da ata de exumação de D. Leopoldina, 1ª imperatriz do Brasil</i>	222

15) <i>Rio Branco e o Marquês de Abranches (Uma carta inédita do Barão do Rio Branco)</i> — Apreciação do General E. Leitão de Carvalho	223
IV — TRANSCRIÇÕES	
16) <i>Relembrando Tamandaré</i> — Dr. Virgílio Corrêa Filho	233
17) <i>Um diplomata português, neto de Brasileira</i> — Dr. Hélio Vianna	239
V — ANIVERSÁRIO DO INSTITUTO HISTÓRICO	
18) <i>O Instituto Histórico e seu 119º aniversário</i>	243
19) <i>Discurso do Professor Pedro Calmon alusivo à data</i>	247
20) <i>Relatório das atividades do Instituto Histórico pelo 1º Secretário Dr. Virgílio Corrêa Filho</i>	258
21) <i>Atas das sessões</i>	268
VI — APRECIÇÃO DE LIVROS	
22) <i>Damião Peres. Estudos da história luso brasileira</i> — Dr. Hélio Vianna	307
23) <i>História do Rio Grande do Norte. Luís da Câmara Cascudo</i> — Dr. Virgílio Corrêa Filho	307
24) <i>Deodoro, a espada contra o Império, Raimundo Magalhães Júnior</i> — General E. Leitão de Carvalho	311
25) <i>Os pais da República e seus primeiros dias. Prof. J. F. de Oliveira</i> — Cel. Ref. J. B. Magalhães	312
26) <i>Minas e Minérios, por Janus Bastiani</i> — Cel. Ref. J. B. Magalhães	312
27) <i>Novas achegas ao estudo. Edgard de Cerqueira Falcão</i> — Dr. Manuel X. de Vasconcellos Pedrosa	313
VII — BIBLIOGRAFIA DOS SOCIOS DO INSTITUTO	
28) <i>Heraclides César de Souza Araújo</i> — M. Carolina Max Fleiuss	316
VIII — NOTICIÁRIO	
29) <i>Sócio falecido: Prof. Basílio de Magalhães</i>	345
IX — PUBLICAÇÕES RECEBIDAS	
X — ESTATÍSTICA	359
XI — CADASTRO DE SÓCIOS	
	360

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

COMISSÕES PERMANENTES EM 1957-1958

HISTÓRIA:	<i>Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho</i> <i>Basílio de Magalhães</i> <i>José Wanderley de Araújo Pinho</i> <i>Herbert Canabarro Reichardt</i> <i>Valentim Benício da Silva</i>
FUNDOS E ORÇAMENTOS: ...	<i>Affonso Penna Junior</i> <i>Arthur Cesar Ferreira Reis</i> <i>José Antonio Soares de Souza</i> <i>Thiers Fleming.</i> <i>Ildefonso Mascarenhas da Silva</i>
GEOGRAFIA:	<i>Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos</i> <i>Adolfo Morales de Los Rios Filho</i> <i>Carlos da Silveira Carneiro</i> <i>Virgílio Corrêa Filho</i> <i>Lucas Boiteaux.</i>
ARQUEOLOGIA E ETNOGRAFIA:	<i>Rodrigo Melo Franco de Andrade</i> <i>Francisco Marques dos Santos</i> <i>José Honório Rodrigues</i> <i>José Luís Batista</i> <i>Gustavo Barroso.</i>
BIBLIOGRAFIA:	<i>Helio Vianna</i> <i>Américo Jacobina Lacombe</i> <i>Claudio Ganns</i> <i>Vieira Ferreira</i> <i>Eugénio Vilhena de Mcrais.</i>
ESTATUTOS:	<i>Levi Carneiro</i> <i>Estevão Leitão de Carvalho</i> <i>Rodrigo Otávio Filho</i> <i>Pedro Calmon</i> <i>Edmundo da Luz Pinto.</i>
ADMISSÃO DE SÓCIOS:	<i>Augusto Tavares de Lyra</i> <i>Alfredo Valadão</i> <i>João Baptista Magalhães</i> <i>Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa</i> <i>Christovam Leite de Castro.</i>



THE UNIVERSITY OF ILLINOIS AT CHICAGO



3 8198 314 339 175

